ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 40 Brasília - DF, sexta-feira, 25 de fevereiro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Cidadania 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 9
Ministério das Comunicações 11
Ministério da Defesa 19
Ministério do Desenvolvimento Regional 60
Ministério da Economia 61
Ministério da Educação 84
Ministério da Infraestrutura 89
Ministério da Justiça e Segurança Pública 92
Ministério de Minas e Energia 98
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 103
Ministério da Saúde 105
Ministério do Trabalho e Previdência 115
Ministério do Turismo 120
Banco Central do Brasil 126
Ministério Público da União 130
Tribunal de Contas da União 131
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 175

Esta edição é composta de 177 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 31 **(1)**

ORIGEM : ADC - 31 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : DEMOCRATAS NACIONAL
ADV.(A/S) : RICARDO MARTINS JUNIOR (54071/DF)
REQTE.(S) : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
ADV.(A/S) : TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (23870/DF, 450957/SP)
ADV.(A/S) : PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO (23944/DF, 450956/SP)
ADV.(A/S) : JORGE OCTAVIO LAVOCAT GALVAO (23437/DF)
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S) : EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (04935/DF, 30746/ES, 428274/SP)
ADV.(A/S) : SIDNEY SA DAS NEVES (19033/BA, 33683/DF)
REQTE.(S) : PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS
ADV.(A/S) : RENATO CAMPOS GALUPPO (90819/MG)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DO SENADO FEDERAL
AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA (59837/SP)
ADV.(A/S) : MARIA MARTA DE OLIVEIRA (58880/SP)
ADV.(A/S) : FABIANA CRISTINA ORTEGA SEVERO DA SILVA (40863/DF, 45896/PR)
AM. CURIAE. : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S) : GUSTAVO DO VALE ROCHA (13422/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na petição inicial para declarar a plena validade constitucional do art. 15-A, *caput,* da Lei nº 9.096/95, com redação dada pela Lei nº 12.034/2009, nos termos do voto do Relator, vencidos, parcialmente, o Ministro Nunes Marques e, integralmente, os Ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Falaram: pelo requerente Partido dos Trabalhadores - PT, o Dr. Eugênio Aragão; pelo requerente Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, o Dr. Gustavo Kanffer; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 22.9.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

EMENTA

Ação declaratória de constitucionalidade. Artigo 15-A da Lei nº 9.096/95, com redação dada pela Lei nº 12.034/2009. Controvérsia judicial relevante caraterizada pela existência de decisões judiciais contraditórias e pelo estado de insegurança jurídica. Regra legal que prevê a responsabilidade exclusiva do órgão partidário nacional, estadual ou municipal que, individualmente, der causa a descumprimento de obrigação, a violação de direito, ou a dano a outrem. Caráter nacional dos partidos políticos. Princípio da autonomia político-partidária. Autonomias administrativa, financeira, funcional e operacional. Capacidade jurídica e judiciária. Incompatibilidade entre o texto constitucional e o dispositivo objeto da ação não verificada. Natureza peculiar e regime jurídico especial e diferenciado das agremiações partidárias. Organizações de padrão multinível. Vício de inconstitucionalidade inexistente. Opção válida do legislador. Autocontenção judicial. Pedido procedente.

1. Desde o julgamento da ADC nº 1/DF (Rel. Min. **Moreira Alves**, Tribunal Pleno, DJ de 16/6/95), o Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de exigir, para a caracterização de uma controvérsia judicial revelante, antagonismo interpretativo em proporção que gere um estado de insegurança jurídica apto a abalar a presunção de constitucionalidade imanente aos atos legislativos, sem o qual a ação declaratória se converteria em inadmissível instrumento de consulta sobre a validade constitucional de determinada lei ou ato normativo *(***v.g.***,* ADC nº 23-AgR, Rel. Min. **Edson Fachin**, Tribunal Pleno, DJe de 1º/2/16 e ADC nº 8-MC, Rel. Min. **Celso de Mello**, Tribunal Pleno, DJ de 4/4/03). Na espécie, os autores apresentaram decisões judiciais de primeira e segunda instâncias, bem como acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho nos quais se aplica ou se afasta integralmente o dispositivo legal objeto da presente ação declaratória, a depender da Justiça competente para apreciação do feito.

2. A regra de responsabilização exclusiva do diretório partidário que, direta e individualmente, contrair obrigação, violar direito, ou, por qualquer modo, causar dano a outrem não ofende o caráter nacional dos partidos políticos, decorrendo logicamente do princípio da autonomia político-partidária e do princípio federativo, com os quais aquela determinação convive harmoniosamente. Trata-se, assim, de opção razoável e proporcional do Poder Legislativo, impondo-se ao Poder Judiciário autocontenção e a devida deferência à escolha levada a cabo pelo Congresso Nacional pela via democrática.

3. Pedido procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o credenciamento da AR DIGITALTEC CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.003792/2021-89.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO GSI/PR Nº 14, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os Grupos Técnicos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de Presidente da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o que dispõem o art. 13 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e o arts. 7º e 8º do Decreto nº 9.819, de 3 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Dispor sobre Grupos Técnicos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Art. 2º Os Grupos Técnicos de que trata esta Resolução têm como objetivo desenvolver ações e apresentar produtos específicos necessários à implementação das decisões da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

§ 1º Os Grupos Técnicos de Segurança de Infraestruturas Críticas instituídos neste ato iniciarão o desenvolvimento de estudos de interdependências.

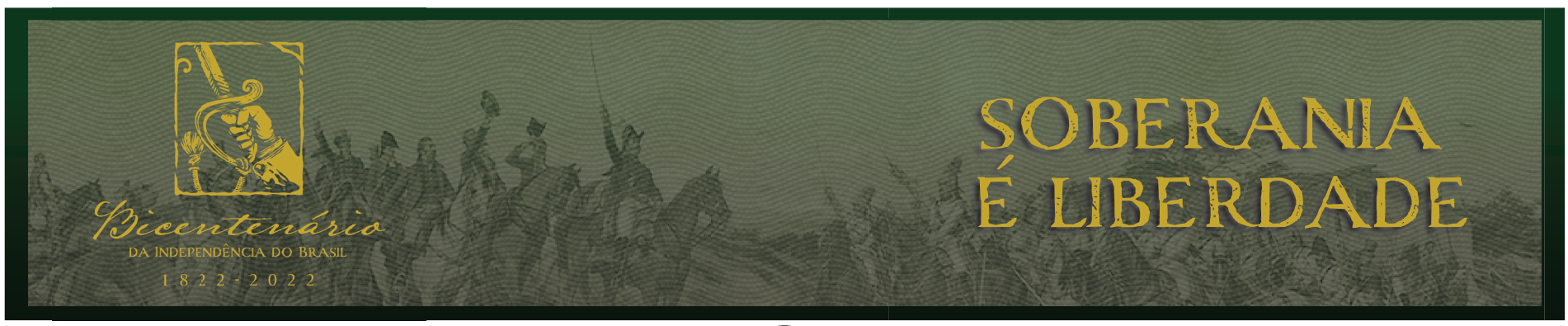
§ 2º Entende-se por interdependência de infraestruturas críticas a relação de dependência ou interferência de uma infraestrutura crítica em outra ou de uma área prioritária de infraestruturas críticas em outra, conforme disposto no art 1º, parágrafo único, inciso III, do Anexo do Decreto 9.573, de 22 de novembro de 2018.

Art. 3º Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração de relatórios de recomendações aos responsáveis pelas infraestruturas críticas do setor de Abastecimento Urbano de Águas.

Art. 4º O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério da Saúde;
IV - Ministério do Desenvolvimento Regional;
V - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
VI - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;
VII - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento;
VIII - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento; e
IX - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

Art. 5º Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com recomendações aos responsáveis pelas infraestruturas críticas do setor de Abastecimento Urbano de Águas.



Art. 6º Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração de avaliação de riscos das barragens de usos múltiplos e de rejeitos minerais das infraestruturas críticas do setor de Barragens.

Art. 7º O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério do Desenvolvimento Regional;
IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
V - Agência Nacional de Energia Elétrica;
VI - Agência Nacional de Mineração;
VII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
VIII - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;
IX - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;
X - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; e
XI - Comitê Brasileiro de Barragens.

Art. 8º Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatório sobre a elaboração de avaliação de riscos das barragens de usos múltiplos e de rejeitos minerais das infraestruturas críticas do setor de Barragens.

Art. 9º Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração do Diagnóstico Nacional do setor de Telecomunicações.

Art. 10. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério das Comunicações;
IV - Comando da Marinha;
V - Comando do Exército;
VI - Comando da Aeronáutica;
VII - Agência Nacional de Telecomunicações; e
VIII - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal.

Art. 11. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com o Diagnóstico Nacional do setor de Telecomunicações.

Art. 12. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração do Diagnóstico Nacional do setor de Radiodifusão.

Art. 13. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério das Comunicações;
IV - Agência Nacional de Telecomunicações;
V - Empresa Brasil de Comunicação;
VI - Associação Brasileira de Rádio e Televisão; e
VII - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Art. 14. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com o Diagnóstico Nacional do setor de Radiodifusão.

Art. 15. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para desenvolvimento de metodologia visando a realização de estudo de interdependências no setor de Serviços Postais.

Art. 16. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério das Comunicações; e
IV - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 17. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o desenvolvimento da metodologia para realização de estudo de interdependências no setor de Serviços Postais.

Art. 18. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração, aplicação e análise das respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Energia Elétrica.

Art. 19. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério de Minas e Energia;
IV - Operador Nacional do Sistema Elétrico;
V - Agência Nacional de Energia Elétrica; e
VI - Eletrobrás Eletronuclear.

Art. 20. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a elaboração, aplicação e análise das respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Energia Elétrica.

Art. 21. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para identificação das infraestruturas críticas de armazenamento, transporte, processamento e dutos do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Art. 22. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
IV - Ministério de Minas e Energia;
V - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
VI - Embrapa Territorial;
VII - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
VIII - Petróleo Brasileiro S.A.;
IX - Empresa de Pesquisa Energética; e
X - Petrobras Transporte S.A..

Art. 23. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com a identificação das infraestruturas críticas de armazenamento, transporte, processamento e dutos do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Art. 24. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para desenvolvimento de metodologia visando a realização de estudo de interdependências do Setor de Finanças.

Art. 25. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Economia;
III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;
IV - Secretaria do Tesouro Nacional;
V - Banco Central do Brasil;
VI - Banco do Brasil;
VII - Caixa Econômica Federal;
VIII - Casa da Moeda do Brasil;
IX - Comissão de Valores Mobiliários; e
X - Serviço Federal de Processamento de Dados.

Art. 26. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o desenvolvimento da metodologia para a realização de estudo de interdependências do Setor de Finanças.

Art. 27. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração, aplicação e análise de respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Transportes Aéreos.

Art. 28. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Defesa;
III - Secretaria Nacional de Segurança Pública;
IV - Polícia Federal;
V - Secretaria Nacional de Aviação Civil;
VI - Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
VII - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;
VIII - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;
IX - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; e
X - Agência Nacional de Aviação Civil.

Art. 29. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a elaboração, aplicação e análise de respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Transportes Aéreos.

Art. 30. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração do Diagnóstico Nacional do setor de Transportes Aquaviários.

Art. 31. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério da Infraestrutura;
IV - Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis;
V - Comando da Marinha;
VI - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
VII - Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e
VIII - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Art. 32. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com o Diagnóstico Nacional do setor de Transportes Aquaviários.

Art. 33. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração, aplicação e análise de respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do modal ferroviário do setor de Transportes Terrestres.

Art. 34. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;
III - Ministério da Defesa;
IV - Ministério da Infraestrutura;
V - Ministério do Desenvolvimento Regional;
VI - Polícia Federal;
VII - Polícia Rodoviária Federal;
VIII - Departamento de Engenharia e Construção do Exército;
IX - Agência Nacional de Transportes Terrestres; e
X - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes.

Art. 35. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a elaboração, aplicação e análise de respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do modal ferroviário do setor de Transportes Terrestres.

Art. 36. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para elaboração de cenários de probabilidade e consequências de riscos e suas medidas de contingência, com planilha de dano potencial associado, relacionadas com as infraestruturas críticas identificadas na área prioritária de Biossegurança e Bioproteção.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Art. 37. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VI - Ministério da Educação;

VII - Ministério da Saúde;

VIII - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e

IX - Ministério do Meio Ambiente.

Art. 38. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com os cenários de probabilidade e consequências de riscos e suas medidas de contingência, com planilha de dano potencial associado, relacionadas com as infraestruturas críticas identificadas na área prioritária de Biossegurança e Bioproteção.

Art. 39. Fica instituído o Grupo Técnico para discussão e complementação da minuta de Política Nacional de Fronteiras.

Art. 40. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Economia

VI - Ministério da Infraestrutura;

VII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério de Minas e Energia;

X - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

XI - Ministério do Meio Ambiente;

XII - Ministério do Desenvolvimento Regional;

XIII - Secretaria de Governo da Presidência da República; e

XIV - Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Art. 41. Ao final dos trabalhos, o Grupo de Trabalho apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional a versão final da minuta da Política Nacional de Fronteiras.

Art. 42. Os representantes, titular e suplente, de cada órgão ou entidade que compõem os Grupos Técnicos instituídos nesta Resolução serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam, em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de publicação desta Resolução e designados por ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Parágrafo único. Cada membro titular dos Grupos Técnicos terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

Art. 43. Poderão ser convidados para participar das reuniões dos Grupos Técnicos, sem direito a voto, outros representantes de órgãos e entidades que já compõem os respectivos Grupos Técnicos, considerando a especificidade dos temas, a especialização de servidores e a necessidade atestada de contribuição na construção dos estudos, objetivando os melhores resultados dos trabalhos.

Parágrafo único. Também poderão ser convidados, sem direito a voto, especialistas de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas, incluídas as organizações não governamentais, que terão sua participação justificada em razão da pauta.

Art. 44. As reuniões acontecerão conforme convocação da coordenação dos Grupos Técnicos sendo, no mínimo, 10 (dez) reuniões a cada ano.

Art. 45. Os membros dos Grupos Técnicos que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão das reuniões por meio de videoconferência.

Art. 46. Os trabalhos do Grupo Técnico de que tratam os art. 39 ao art. 41 deverão ser concluídos no prazo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do ato de designação dos representantes, titular e suplente, de cada órgão ou entidade que compõem aquele Grupo.

Art. 47. Os trabalhos dos demais Grupos Técnicos serão concluídos no prazo de até 1 (um) ano a contar da data de publicação do ato de designação dos representantes, titular e suplente, de cada órgão ou entidade que compõem aqueles Grupos.

Art. 48. A participação nos Grupos Técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 49. A Secretaria-Executiva dos Grupos Técnicos de que tratam os art. 6° ao art. 41 será exercida pelo Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 50. Ficam revogados os seguintes normativos:

I - Resolução GSI/PR nº 7, de 20 de agosto de 2020;

II - Portaria GSI/PR nº 74, de 27 de outubro de 2020;

III - Resolução GSI/PR nº 11, de 10 de novembro de 2020; e

IV - Portaria GSI/PR nº 76, de 13 de novembro de 2020

Art. 51. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA

PORTARIA Nº 9/CNPE, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNPE nº 18, de 5 de outubro de 2021, e o que consta do Processo nº 48380.000053/2021-62, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, até 22 de agosto de 2022, o prazo para finalização do Grupo de Trabalho, instituído pela Resolução CNPE nº 18, de 5 de outubro de 2021, para analisar e propor critérios para a previsibilidade do teor mínimo obrigatório de biodiesel no óleo diesel B.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 8/CNPE, de 26 de novembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE COMÉRCIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PORTARIA Nº 2 , DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, considerando o disposto no § 2º do art. 3º da Portaria MAPA nº 319, de 20 de outubro de 2021, o disposto no art. 10 da Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, o art. 48 do Decreto 10.827, de 30 de setembro de 2021, e o constante dos autos do processo nº 21000.005978/2022-51 resolve:, resolve:

Art. 1º Implementar o Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos seguintes regimes de execução:

I - presencial;

II - integral de teletrabalho; e

III - parcial de teletrabalho.

Art. 2º O Programa de Gestão desta Unidade abrangerá as atividades descritas na Tabela de Atividades constante do Anexo I desta Portaria.

§ 1º Na tabela de que trata o caput, não poderão ser incluídas atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensurados.

§ 2º A tabela de atividades de que trata o caput será elaborada pelos Diretores, ou equivalentes, e deverá ser submetida à aprovação do Secretário de Comércio e Relações Internacionais. Os Diretores, ou equivalentes, poderão delegar a elaboração da tabela para as Unidades que lhes forem subordinadas, desde que sejam em nível igual ou superior ao de Coordenação-Geral.

§ 3º Após o período inicial de seis meses, a Tabela de Atividades será revista e deverá estabelecer aumento de produtividade das atividades realizadas em teletrabalho entre 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento), em relação às atividades presenciais, conforme disposto nos arts. 5º e 19 da Portaria MAPA nº3 19, de 2021.

Art. 3º Os resultados e benefícios esperados para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir da instituição do Programa de Gestão no âmbito desta Unidade, assim como os apresentados no art. 2º da Portaria MAPA nº 319, de 2021, são os seguintes:

I - atrair e manter o corpo profissional na Secretaria - SCRI;

II - aproveitar o capital intelectual adquirido em missão no exterior;

III - manter em exercício servidores que acompanharão, como dependentes, adidos agrícolas em missão; e

IV - construir uma gestão que contribua com maior flexibilidade, efetividade e motivação aos servidores da Unidade.

Art. 4º Para participação no Programa de Gestão da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, deverão ser observadas as vedações constantes no artigo 8º da Portaria MAPA nº 319, de 20 de outubro de 2021.

Parágrafo único: para cumprimento das vedações previstas nos incisos III e IV, ambos do art. 8º da Portaria supramencionada, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, por meio da Chefia de Gabinete (Gab/SCRI), solicitará manifestação da Corregedoria, bem como da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas antes da inclusão do participante em qualquer modalidade do Programa de Gestão.

Art. 5º O prazo mínimo de antecedência de convocação do participante para comparecimento pessoal à Unidade é de até 15 (quinze) dias, a contar da data de convocação, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, e os custos para deslocamento deverão seguir o disposto na IN SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Parágrafo único: as convocações serão realizadas por meio eletrônicos e a frequência e duração das convocação estarão dispostas no certame de seleção conforme cada atividade, quando não incorrer em regime de teletrabalho parcial.

Art. 6º Poderão participar do Programa de Gestão da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, na modalidade integral, no máximo 40% (quarenta por cento) do total da força de trabalho por unidade, observado o que consta do art. 7º da Portaria MAPA nº 319, de 2021.

§ 1º Para fins do disposto no caput, entende-se por unidade as Coordenações-Gerais e unidades equivalentes.

§ 2º Caberá ao Departamento ou unidade imediatamente superior à Coordenação-Geral o monitoramento do quantitativo máximo de servidores incluídos na modalidade indicada.

Art. 7º As vagas e os critérios necessários para participação no Programa de Gestão serão amplamente divulgados para adesão dos interessados.

§ 1º A seleção dos participantes poderá ser delegada à chefia imediata, que o fará mediante decisão fundamentada, levando-se em consideração o preenchimento dos requisitos, a ausência de hipóteses de vedação, infraestrutura necessária e o perfil mais adequado para a execução das atividades, considerando as habilidades pessoais, o conhecimento técnico e experiência do candidato.

§ 2º A seleção dos participantes será realizada por meio do sistema informatizado do Programa de Gestão.

§ 3º Sempre que houver igualdade de habilidades e características entre os candidatos, será observado, os critérios estabelecidos no §2º do art. 12 da Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 2020, na priorização dos participantes.

Art. 8º O Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais terá duração de até 4 (quatro) anos, a contar da data de início da sua vigência, podendo ser prorrogado por igual período por razões técnicas ou de conveniência ou oportunidade, devidamente fundamentadas.

Art. 9º Para participar do Programa de Gestão desta Unidade, o candidato selecionado deverá assinar (no sistema SEI), juntamente com a chefia imediata, o Termo de Ciência e Responsabilidade constante do Anexo II desta Portaria, que deverá ser encaminhado ao Gestor da Unidade.

Art. 10. O servidor em teletrabalho deve providenciar, às suas expensas, local e material de trabalho para o exercício de suas atividades, assim como consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, sistema eletrônico de processos e telefone celular, devendo comunicar imediatamente a chefia imediata qualquer situação adversa que o impeça.

Art. 11. Caberá à chefia imediata apresentar solicitação motivada do desligamento do participante do Programa de Gestão que incorrer nas hipóteses do art. 19 da Instrução Normativa/ SGDP/ ME nº 65, de 2020.

§ 1º O desligamento deverá ser precedido de notificação ao participante, conforme definido no art. 21 da Instrução Normativa/SGDP/ME n.º 65, de 30 de julho de 2020.

AVISO

Foi publicada em 24/2/2022 a edição extra nº 39-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

§ 2º O ato de desligamento poderão ser apreciados pelos Diretores, ou equivalentes, e serão decididos pelo Secretário de Comércio e Relações Internacionais.

§ 3 º O ato de desligamento será publicado no Boletim de Gestão de Pessoas - BGP e imediatamente comunicado à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Art. 12. Nas hipóteses de desligamentos pelo descumprimento injustificado das metas estabelecidas no plano de trabalho ou das atribuições e responsabilidades estabelecidas nesta Portaria, bem como no Termo de Ciência e Responsabilidade, o participante ficará impossibilitado de participar do Programa de Gestão pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da notificação do desligamento, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 13. As informações especificadas no § 1º do art. 28 da Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 2020, ressalvadas as informações consideradas sigilosas, serão divulgadas no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 5 de março de 2022.

ORLANDO LEITE RIBEIRO

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES
Gabinete SCRI

Entregas Esperadas	Atividade (Descrição)	Faixa de Complexidade da Atividade	Tempo de Execução da Atividade em Regime Presencial	Tempo de Execução da Atividade em Regime de Teletrabalho	Ganho de Percentual de Produtividade
Análise, consolidação e divulgação de matérias veiculadas cujo tema seja relacionado ao agronegócio.	Analisar e consolidar as comunicações diárias veiculadas por instituições jornalísticas ou ligadas ao agronegócio e distribuir aos setores e ao gabinete da secretaria.	A	8 hrs/dia	6 hrs/dia	25%
Processos administrativos, autuados, distribuídos, monitorados e instruídos, tempestivamente.	Gestão de processos administrativos, incluindo triagem, análise e distribuição de processos no SEI.	C	40 horas	Até 32 horas	20%
Subsídios para orientação e suporte à decisão fornecidos ou Documentos Técnicos elaborados.	Assessoramento ao Secretário e apoio técnico às unidades da Secretaria.	C	40 horas	Até 32 horas	20%

CGAAG

Entregas Esperadas	Atividade (Descrição)	Faixa de Complexidade da Atividade	Tempo de Execução da Atividade em Regime Presencial	Tempo de Execução da Atividade em Regime de Teletrabalho	Ganho de Percentual de Produtividade
Analisar e consolidar os Processos Finalísticos em andamento nos Postos e entregar ao Secretário de Comércio e Relações Internacionais.	Analisar e consolidar as comunicações diárias encaminhadas pelos adidos agrícolas (relacionadas a temas finalísticos) e entregar ao Secretário.	B	8 hrs/dia	6 hrs/dia	25%
Avaliação de desempenho dos Adidos Agrícolas realizada semestralmente.	Motivar e gerir o processo de avaliação dos adidos agrícolas, em conformidade com a Forma estabelecida nos atos normativos pertinentes e em observância aos princípios da isonomia e da ampla defesa e contraditório.	C	40 horas	32 horas	20%
Lista tríplice de servidores aptos ao desempenho das representações agrícolas nas Embaixadas entregue ao(à) Ministro(a).	Realização do planejamento e da execução dos processos seletivos para composição da Lista Tríplice para designação de servidores à missão no exterior como adido agrícola.	C	120 hrs	96 hrs	20%
Custeios dos Postos de Representação no Exterior geridos e executados.	Recebimento, análise, gestão e encaminhamento dos custeios de manutenção dos Postos de representação no exterior.	C	40 hrs	32 hrs	20%
Adidos Agrícolas capacitados para o início missão de representante agrícola no exterior.	Planejar e executar capacitações em temas relacionados à função como adido agrícola em representação no exterior.	C	80 hrs	64 hrs	20%
Processos administrativos, autuados, distribuídos, monitorados e instruídos, tempestivamente.	Gestão de processos administrativos, incluindo triagem, análise e distribuição de processos no SEI.	C	40 horas	Até 32 horas	20%

DTSF

Entregas Esperadas	Atividade (Descrição)	Faixa de Complexidade da Atividade	Tempo de Execução da Atividade em Regime Presencial	Tempo de Execução da Atividade em Regime de Teletrabalho	Ganho de Percentual de Produtividade
Processos administrativos, autuados, distribuídos, monitorados e instruídos, tempestivamente.	Gestão de processos administrativos, incluindo triagem, análise, elaboração de parecer e distribuição de processos no SEI.	C	40 horas	Até 32 horas	20%
Representação ativa no evento, e documento/relato formal emitido por reunião, atividade ou negociação.	Representar (e coordenar - quando for o caso) o MAPA em reuniões, virtuais ou presenciais, de negociações internacionais. Assim como, coordenar reuniões da Comissão de Alimentos do Subgrupo de Trabalho nº 03 do Mercosul, e no SGT nº 08.	C	40 horas	32 horas	20%
Elaboração semanal e envio consolidado, às equipes correspondentes, dos regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários notificados aos Comitês TBT e SPS da OMC, que afetam as exportações do agronegócio.	Compilação, Disseminação e Análise de regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários editados por terceiros países que afetem as exportações brasileiras.	C	20 horas	16 horas	20%
Notificação à OMC emitida.	Minuta de Notificação inserida no sistema da OMC, dos regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários editados pelo MAPA que potencialmente afetam as importações de produtos do agronegócio de parceiros comercias brasileiros.	B	10 horas	8 horas	20%
Aportar subsídios aos capítulos de PI, TBT, SPS, BPR e outros temas regulatórios, nas negociações de acordos de comércio.	Subsidiar as negociações de acordos de comércio em negociação nas áreas de PI, TBT, SPS, BPR e outros temas regulatórios, sanitários e fitossanitários.	C	20 horas	16 horas	20%
Aportar subsídios às negociações multilaterais, no âmbito dos temas TBT, SPS, assim como com posicionamentos em demandas diversas relacionadas aos temas do Departamento	Subsidiar as negociações multilaterais, no âmbito dos temas TBT, SPS, assim como com posicionamentos em demandas diversas relacionadas aos temas do Departamento.	C	10 horas	8 horas	20%
Representação ativa no evento; documento/relato formal emitido por reunião.	Representar o MAPA nas reuniões de fóruns multilaterais.	C	40 horas	40 horas	0%
Elaborar/atualizar documentos compilados contendo informações estratégicas dos países que contém postos de adidância agrícola.	Organizar informações estratégicas dos postos de adidância agrícola.	B	80 horas	64 horas	20%

DPR

Entregas Esperadas	Atividade (Descrição)	Faixa de Complexidade da Atividade	Tempo de Execução da Atividade em Regime Presencial	Tempo de Execução da Atividade em Regime de Teletrabalho	Ganho de Percentual de Produtividade
Processos meios e fins, autuados, distribuídos, monitorados e instruídos, tempestivamente.	Gestão de processos de trabalhos meios e fins, incluindo triagem, análise e distribuição de processos no SEI e em correios eletrônicos.	C	40 horas	32 horas	20%
Representação ativa no evento, e documento/relato formal emitido por reunião, atividade ou negociação	Representar o MAPA em reuniões, virtuais ou presenciais.	C	60 horas	48 horas	20%
Tratamento de ordem e de método, na organização e na promoção da interlocução das informações, por meio da centralização de sua coordenação e disponibilização dessa informação aos superiores sobre potenciais cooperações emitidos por documentos por e-mail e SEI.	Articulação e negociação com órgãos e entidades relacionadas à cooperação internacional.	C	30 horas	24 horas	20%
Documento produzido para contribuição aos capítulos de PI, TBT, SPS, BPR e outros temas regulatórios, nas negociações de acordos de comércio.	Negociar acordos de cooperação internacional quando solicitado pelo Itamaraty e ABC	C	20 horas	16 horas	20%
Coordenação e representação ativa evento de captação de Recursos de Fundos; documento/relato formal por reunião	Articular e coordenar as reuniões com Fundo Financiadores para a cooperação internacional	C	20 horas	16 horas	20%

Articular e comunicar sobre os temas de cooperação prioritários e de seus instrumentos, fortalecendo a política de desenvolvimento de cooperação internacional de forma a proporcionar condições para o seu aprofundamento e expansão, tanto no âmbito do MAPA, quanto no desenvolvimento das relações desse Ministério com outros órgãos da administração pública e colaboradores privados.	Ponto focal no âmbito do MAPA, funcionando como facilitador na interlocução de demandas com as demais Secretarias do MAPA, incluindo o Inmet, a Ceplac e as empresas públicas vinculadas - Embrapa e Conab - e, externamente, com órgãos correlatos da Administração Pública, bem como com o corpo diplomático do Brasil e do exterior	C	40 horas	32 horas	20%
Planejamento e monitoramento das missões ministeriais, empresariais e feiras.	Minutar documentos essenciais ao planejamento de missões e feiras.	C	60 horas	48 horas	20%
Monitoramento dos resultados pós feiras e missões realizadas pelo Departamento.	Aferição dos resultados alcançados em missões e feiras, em detrimento ao planejado, por meio de relatórios, para posterior melhoria dos processos de trabalho.	C	20 horas	16 horas	20%

DNAC

Entregas Esperadas	Atividade (Descrição)	Faixa de Complexidade da Atividade	Tempo de Execução da Atividade em Regime Presencial	Tempo de Execução da Atividade em Regime de Teletrabalho	Ganho de Percentual de Produtividade
Processos administrativos, autuados, distribuídos, monitorados e instruídos, tempestivamente.	Gestão de processos administrativos, incluindo triagem, análise e distribuição de processos no SEI.	B	20 horas	16 horas	20%
Gerenciamento dos pleitos de alteração tarifária dos produtos de interesse do Mapa	Coordenar os trabalhos referentes a alterações tarifárias no âmbito do CAT e em demais foros governamentais	C	40 horas	32 horas	20%
Subsídios para orientação e suporte à decisão fornecidos ou Documentos Técnicos elaborados.	Atividades analíticas relacionadas às competências do Departamento.	C	80 horas	64 horas	20%
Elaboração de agenda comentada para subsidiar participação de representantes da SCRI em reuniões, eventos e missões.	Assessoria Técnica ao Departamento	C	20 horas	16 horas	20%
Representação ativa em negociações, reuniões de coordenação e negociações comerciais e outros.	Representação do MAPA em reuniões, eventos de negociações comerciais e temas de competência do Departamento.	C	12 horas	10 horas	20%
Análise das políticas agrícolas brasileiras e notificação à OMC sobre seus impactos.	Pesquisar, avaliar e classificar os mecanismos de políticas agrícolas estabelecidas pelo governo brasileiro e preparar notificações à Organização Mundial do Comércio sobre os volumes aportados de apoio interno a agricultura.	C	60 horas	48 horas	20%
Articulação com outras secretarias do Mapa, órgãos da administração pública, representantes de terceiros países e setor privado	Discutir temas de interesse da SCRI com representantes de outras secretarias do Mapa, de outros ministérios e órgãos da administração pública e com o setor privado.	C	14 horas	10 horas	20%
Análise dos fluxos de comércio exterior do agronegócio	Análise da balança comercial do agronegócio, principais setores e produtos	C	40 horas	32 horas	20%
Análise do intercâmbio comercial com países específicos	Elaboração de informações sobre o intercâmbio comercial brasileiro com terceiros países	C	20 horas	16 horas	20%
Preparação de informações sobre a agropecuária brasileira para subsidiar participação de representantes do Mapa em reuniões, eventos, missões e e outros	Elaboração de apresentações sobre comércio exterior agropecuário brasileiro	C	20 horas	16 horas	20%

Parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade

FAIXA	PARÂMETRO
A	Baixo esforço individual, pouca interação com outros agentes públicos, baixo grau de concentração, alta previsibilidade e/ou padronização de entregas.
B	Médio esforço individual, pouca interação com outros agentes públicos, médio grau de concentração, média previsibilidade e/ou padronização de entregas.
C	Médio esforço individual, grande interação com outros agentes públicos, médio grau de concentração, média previsibilidade e/ou padronização de entregas.
D	Alto esforço individual, grande interação com outros agentes públicos, alto grau de concentração, pouca previsibilidade e/ou padronização de entregas.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, _____, (cargo), (SIAPE), Unidade de exercício _____, optante pelo

Programa de Gestão em regime de ( ) Trabalho Presencial ( ) Teletrabalho Integral ( ) Teletrabalho Parcial, declaro ter ciência das responsabilidade e condições a seguir:

1 - atendo às condições para participação no Programa de Gestão;

2 - estou ciente do prazo de antecedência mínima de convocação de 5 (cinco) dias corridos para comparecimento pessoal à Unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados;

3 - estou ciente das minhas atribuições e responsabilidades, devidamente expressas na Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e na Portaria nº 319, de 20 de outubro de 2021;

4 - estou ciente que, para iniciar a participação no Programa de Gestão, deverei usufruir as horas computadas como excedentes ou compensá-las como débito antes do início da participação, conforme o disposto no art. 30da Instrução Normativa SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

5 - manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

6 - consultar frequentemente a caixa postal individual de correio eletrônico institucional e demais formas de comunicação acordadas com a chefi a imediata;

7 - permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fi xa ou móvel pelo período acordado com a chefia imediata, observado o horário de funcionamento do órgão;

8 - manter a chefi a imediata informada, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagens de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

9 - comunicar à chefi a imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos, para eventual adequação de metas e prazos, ou possível redistribuição do trabalho;

10 - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

11 - manter a infraestrutura necessária para o exercício das atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação;

12 - a participação no Programa de Gestão não constitui direito adquirido, podendo haver desligamento nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

13 - da vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa/SGDP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

14 - da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e

15 - ciência de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber; e as orientações da Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

Telefone celular: (___) _____

Telefone residencial: (___) _____

E-mail institucional:

E-mail adicional (obrigatório):

_____

Local e data

_____

Assinatura do(a) servidor(a)/empregado público

_____

Assinatura da chefia imediata

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 116, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.017219/2021-64, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) DIEGO BARBOSA FONTANA, CRMV-RS 14072, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 127, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento , aprovado pela Portaria Ministerial nº 562, de 11/04/2018, publicada no DOU de 12/04/2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385 , de 25 de agosto de 2021 ,na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 4 janeiro de 2002 ,e o que consta do Processo nº 21042.001190/2021-07 resolve:

Art. 1º Cadastrar sob número BR RS 793, a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS MONZA LTDA ,- CNPJ Nº 90.959.339/0001-02, localizada na BR 386, km 300.8, Pouso Novo -RS para realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais ,partes de vegetais , produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados , nas modalidades : a) Tratamento Térmico (HT) ;

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 25, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Andréa Pereira de Oliveira Dias, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6658, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.011159/2022-43, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 330, de 04/09/2015.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 27 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Jéssica Filippi, inscrito(a) no CRMV/SC nº 11076, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.011958/2022-10, no Estado de Santa Catarina.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 28 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Greici Mara Hoffmeister, inscrito(a) no CRMV/SC nº 10426, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.012033/2022-96, no Estado de Santa Catarina.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 29, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Francine Mendes Vieira, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4633, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.092793/2021-98, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 346, de 26/11/2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 31, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Emerson Lang, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4819, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.013307/2022-64, no Estado de Santa Catarina.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 34 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Janete Biesdorf Girardi, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3948, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.066347/2020-47, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 180, de 16/10/2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 35 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Darlan Angelo Tecchio, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4235 para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.000349/2018-63, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 70, de 27/02/2012.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 538, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Convida para a Audiência Pública sobre a proposta de regulamentação do Café Torrado.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Portaria MAPA nº 381, de 28 de maio de 2009, e o que consta do Processo nº 21000.038441/2021-97, resolve:

Art. 1º Convidar para a Audiência Pública sobre a proposta de regulamentação do Café Torrado.

§ 1° A reunião será realizada na modalidade presencial, no dia 10 de março de 2022, de 9 às 18 h, e no dia 11 de março de 2022, de 9 às 12 h, no Auditório da Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO SIA, SIA Quadra 06 Bloco "C" Lote 75, em Brasília/DF e seguirá o estabelecido no Cap. II, Seção I, da Portaria MAPA nº 393, de 31 de janeiro de 2022, no que se refere às medidas de cuidado e proteção individual.

§2º As informações sobre o acesso ao evento encontram-se disponíveis na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/audiencia-publica-1.

Art. 2° O objetivo da presente Audiência Pública é permitir a participação e a exposição técnica de órgãos, entidades ou pessoas interessadas sobre pauta predefinida de tópicos relacionados à proposta de regulamentação.

§1° A Minuta de Portaria, a pauta da presente Audiência Pública e demais documentos pertinentes ao processo encontram-se disponíveis na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/audiencia-publica-1.

§2º Os interessados deverão enviar confirmação de presença até o dia 7 de março de 2022 para o endereço eletrônico: cgqv-dipov@agricultura.gov.br

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 29, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Torna pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2021 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, e

Considerando a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamento de 2022;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e

Considerando a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;, resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações financeiras referente à emenda parlamentar de relatoria do exercício de 2021 executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I - a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumprido os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
TO	AGUIARNOPOLIS	2021	219G	81000789	170030120210002	500.000,00	4	2021NE404712	71000095271202116
SP	ALTO ALEGRE	2021	219G	81000789	350110320210001	112.500,00	4	2021NE404791	71000095257202112
PR	ALTO PARANA	2021	219G	81000789	410060820210002	75.055,00	4	2021NE404865	71000095505202125
SP	ALVARO DE CARVALHO	2021	219G	81000789	350140020210001	50.000,00	3	2021NE404851	71000094730202144
PR	BARRA DO JACARE	2021	219G	81000789	410270320210001	200.000,00	4	2021NE405711	71000090961202189
MG	ANDRADAS	2021	219G	81000789	310260520210005	50.000,00	3	2021NE404985	71000094922202151
MG	ANDRADAS	2021	219G	81000789	310260520210006	50.000,00	3	2021NE405002	71000095226202161
MT	ARENAPOLIS	2021	219G	81000789	510130820210001	120.000,00	4	2021NE404719	71000095431202127
CE	JUCAS	2021	219G	81000789	230740320210001	70.000,00	4	2021NE405760	71000054697202110
CE	JUCAS	2021	219G	81000789	230740320210003	150.000,00	4	2021NE404721	71000054705202128
RS	ARROIO GRANDE	2021	219G	81000789	430130520210001	100.000,00	3	2021NE404676	71000095470202124
SC	BALNEARIO GAIVOTA	2021	219G	81000789	420207320210001	72.000,00	4	2021NE404935	71000095256202178
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	2021	219G	81000789	170305720210001	500.000,00	4	2021NE404707	71000095363202104
PB	BAYEUX	2021	219G	81000789	250180720210003	100.000,00	3	2021NE404777	71000095237202141
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	2021	219G	81000789	350630020210002	75.000,00	3	2021NE404914	71000095494202183
MS	CORUMBA	2021	219G	81000789	500320720210002	110.000,00	4	2021NE405702	71000090950202107
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	2021	219G	81000789	430205520210001	50.100,00	3	2021NE404959	71000093213202158
RS	CACHOEIRA DO SUL	2021	219G	81000789	430300420210004	149.600,00	3	2021NE405739	71000096096202184
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	2021	219G	81000789	350945220210001	52.500,00	3	2021NE404809	71000095520202173
SP	CAPAO BONITO	2021	219G	81000789	351020320210006	50.000,00	3	2021NE404806	71000095380202133
SP	CAPELA DO ALTO	2021	219G	81000789	351030220210002	50.000,00	3	2021NE404820	71000095466202166
RR	CARACARAI	2021	219G	81000789	140020920210001	150.000,00	4	2021NE404748	71000095424202125
ES	CARIACICA	2021	219G	81000789	320130820210004	250.000,00	3	2021NE404677	71000095403202118
ES	CARIACICA	2021	219G	81000789	320130820210006	200.000,00	4	2021NE404876	71000095432202171
PI	CARIDADE DO PIAUI	2021	219G	81000789	220255420210005	100.000,00	3	2021NE404713	71000095519202149
RS	CANOAS	2021	219G	81000789	430460620210001	50.000,00	3	2021NE404955	71000094353202143
MG	CATUJI	2021	219G	81000789	311545820210001	65.000,00	4	2021NE405749	71000096100202112
GO	CHAPADAO DO CEU	2021	219G	81000789	520547120210001	250.000,00	4	2021NE404798	71000094881202101
RS	CIDREIRA	2021	219G	81000789	430545420210001	100.000,00	3	2021NE404741	71000095251202145
PR	MARUMBI	2021	219G	81000789	411550720210001	106.500,00	3	2021NE405761	71000070173202176
MG	CONGONHAS	2021	219G	81000789	311800720210004	200.000,00	3	2021NE404733	71000095227202114
MG	CONTAGEM	2021	219G	81000789	311860120210009	100.000,00	3	2021NE404988	71000095425202170
SP	CHAVANTES	2021	219G	81000789	355720420210003	100.000,00	3	2021NE404912	71000094344202152
ES	DOMINGOS MARTINS	2021	219G	81000789	320190220210003	300.000,00	3	2021NE404965	71000095220202194
SP	ESTIVA GERBI	2021	219G	81000789	355730320210004	250.000,00	3	2021NE404764	71000094733202188
MG	EXTREMA	2021	219G	81000789	312510120210004	100.000,00	3	2021NE404855	71000095381202188
MT	FIGUEIROPOLIS DOESTE	2021	219G	81000789	510380920210002	100.000,00	3	2021NE404717	71000094932202196
MT	FIGUEIROPOLIS DOESTE	2021	219G	81000789	510380920210001	100.000,00	4	2021NE404722	71000094931202141
TO	FILADELFIA	2021	219G	81000789	170770220210001	500.000,00	4	2021NE404704	71000095273202113
SP	DOIS CORREGOS	2021	219G	81000789	351410620210006	50.000,00	4	2021NE405751	71000094086202112
PI	DOM INOCENCIO	2021	219G	81000789	220345320210002	90.000,00	3	2021NE404960	71000094009202154
SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	2021	219G	81000789	351535020210001	65.000,00	4	2021NE405692	71000092019202155
SP	MOGI DAS CRUZES	2021	219G	81000789	353060720210004	80.000,00	4	2021NE404756	71000091052202168
RJ	NOVA IGUACU	2021	219G	81000789	330350020210004	100.000,00	3	2021NE404813	71000090352202120
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	2021	219G	81000789	110100520210001	120.000,00	4	2021NE404966	71000095427202169
MG	GOVERNADOR VALADARES	2021	219G	81000789	312770120210003	100.000,00	3	2021NE404879	71000095402202165
MG	GOVERNADOR VALADARES	2021	219G	81000789	312770120210004	100.000,00	3	2021NE404880	71000095442202115
MG	GOVERNADOR VALADARES	2021	219G	81000789	312770120210005	100.000,00	3	2021NE404883	71000095430202182
SP	GUARUJA	2021	219G	81000789	351870120210005	150.000,00	3	2021NE404896	71000095476202100
SP	GUARUJA	2021	219G	81000789	351870120210006	150.000,00	3	2021NE404898	71000095491202140
SP	GUARULHOS	2021	219G	81000789	351880020210003	400.000,00	3	2021NE404671	71000094859202152
MG	SAO JOAO DEL REI	2021	219G	81000789	316250020210002	150.000,00	4	2021NE405686	71000089800202142
PR	IGUATU	2021	219G	81000789	411005220210001	150.000,00	4	2021NE404841	71000095444202104
SP	GETULINA	2021	219G	81000789	351700020210001	100.000,00	3	2021NE404843	71000094119202116
GO	ITAJA	2021	219G	81000789	521080220210001	250.000,00	4	2021NE404801	71000094857202163
MG	ITAJUBA	2021	219G	81000789	313240420210001	50.000,00	3	2021NE404994	71000094928202128
PR	ITAMBARACA	2021	219G	81000789	411100120210001	300.000,00	4	2021NE404987	71000095460202199
RJ	ITAOCARA	2021	219G	81000789	330210620210006	225.000,00	4	2021NE404984	71000094861202121
PR	INACIO MARTINS	2021	219G	81000789	411020120210001	80.000,00	4	2021NE405721	71000094062202155
MS	JARDIM	2021	219G	81000789	500500420210001	300.000,00	4	2021NE404803	71000095234202116
PR	JARDIM ALEGRE	2021	219G	81000789	411250420210001	60.000,00	3	2021NE404761	71000095461202133
ES	JOAO NEIVA	2021	219G	81000789	320313020210002	300.000,00	4	2021NE404866	71000095369202173
PB	JOAO PESSOA	2021	219G	81000789	250750720210027	200.000,00	3	2021NE404927	71000094934202185
SP	ITAPECERICA DA SERRA	2021	219G	81000789	352220820210001	306.500,00	4	2021NE405689	71000093070202184
MG	LEANDRO FERREIRA	2021	219G	81000789	313830220210001	100.000,00	4	2021NE404920	71000095438202149
MG	LONTRA	2021	219G	81000789	313865820210001	60.000,00	4	2021NE405004	71000095477202146
SP	LORENA	2021	219G	81000789	352720720210003	80.000,00	3	2021NE404754	71000095395202100
SP	LUPERCIO	2021	219G	81000789	352780120210001	50.000,00	3	2021NE404842	71000095435202113
SC	JAGUARUNA	2021	219G	81000789	420880720210002	66.000,00	4	2021NE405746	71000094077202113
TO	LUZINOPOLIS	2021	219G	81000789	171245420210001	500.000,00	4	2021NE404702	71000094920202161
RJ	MAGE	2021	219G	81000789	330250220210004	5.000.000,00	3	2021NE404982	71000095394202157
MG	MANHUACU	2021	219G	81000789	313940920210004	400.000,00	3	2021NE404918	71000095365202195
SC	JOACABA	2021	219G	81000789	420900320210001	66.000,00	4	2021NE405747	71000094129202151
MG	MANHUACU	2021	219G	81000789	313940920210005	60.000,00	3	2021NE404730	71000095386202119
MG	MANHUMIRIM	2021	219G	81000789	313950820210004	170.000,00	4	2021NE404861	71000095462202188
PR	MARIALVA	2021	219G	81000789	411480720210003	100.000,00	3	2021NE405688	71000096104202192
MG	MEDINA	2021	219G	81000789	314140520210003	50.000,00	3	2021NE405685	71000096144202134
RO	MONTE NEGRO	2021	219G	81000789	110140120210001	120.000,00	4	2021NE405735	71000096098202173
SP	MORRO AGUDO	2021	219G	81000789	353190220210005	75.000,00	3	2021NE404714	71000095522202162
RS	NAO-ME-TOQUE	2021	219G	81000789	431265820210001	250.000,00	4	2021NE404948	71000095252202190
MG	NATERCIA	2021	219G	81000789	314440920210001	130.000,00	4	2021NE404827	71000095497202117
MT	NORTELANDIA	2021	219G	81000789	510600020210001	200.000,00	4	2021NE404715	71000095489202171
RS	NOVA PALMA	2021	219G	81000789	431310220210002	250.000,00	4	2021NE405776	71000095254202189
MG	OURO FINO	2021	219G	81000789	314600820210003	100.000,00	3	2021NE404807	71000095382202122
MG	OURO FINO	2021	219G	81000789	314600820210002	250.000,00	4	2021NE404726	71000094888202114
SP	PALMITAL	2021	219G	81000789	353530920210003	75.000,00	3	2021NE404910	71000094896202161
MG	PARAISOPOLIS	2021	219G	81000789	314730320210006	50.000,00	3	2021NE404991	71000095229202103
PI	PARNAIBA	2021	219G	81000789	220770220210001	90.000,00	3	2021NE404768	71000095501202147
MG	PATROCINIO	2021	219G	81000789	314810320210003	100.000,00	3	2021NE405003	71000095456202121
SP	PEDERNEIRAS	2021	219G	81000789	353670320210002	50.000,00	3	2021NE404749	71000095436202150
SP	PEDERNEIRAS	2021	219G	81000789	353670320210003	40.000,00	3	2021NE405777	71000095420202147
SP	PEDERNEIRAS	2021	219G	81000789	353670320210004	100.000,00	3	2021NE404755	71000095390202179
SP	PEDERNEIRAS	2021	219G	81000789	353670320210005	100.000,00	3	2021NE404753	71000095473202168
MG	PERDOES	2021	219G	81000789	314990320210001	120.000,00	4	2021NE404885	71000095413202145
RJ	PETROPOLIS	2021	219G	81000789	330390620210007	500.000,00	4	2021NE404867	71000095414202190
SP	PINDAMONHANGABA	2021	219G	81000789	353800620210004	400.000,00	3	2021NE404840	71000094897202113
SP	PIRACAIA	2021	219G	81000789	353860020210001	100.000,00	3	2021NE404908	71000095370202106
SP	PIRAJU	2021	219G	81000789	353880820210002	100.000,00	3	2021NE404906	71000094919202137
SP	PIRAJUI	2021	219G	81000789	353890720210002	100.000,00	3	2021NE404838	71000095465202111
SC	PORTO BELO	2021	219G	81000789	421350020210002	66.000,00	4	2021NE404929	71000095433202116
SP	PRESIDENTE ALVES	2021	219G	81000789	354110920210001	50.000,00	3	2021NE404836	71000095266202111
SP	RANCHARIA	2021	219G	81000789	354220620210003	25.000,00	3	2021NE404743	71000094871202167

SP	RANCHARIA	2021	219G	81000789	354220620210004	25.000,00	3	2021NE404740	71000094874202109
SP	RANCHARIA	2021	219G	81000789	354220620210005	25.000,00	3	2021NE404747	71000094875202145
MG	RAUL SOARES	2021	219G	81000789	315400220210001	120.000,00	3	2021NE404853	71000095233202163
PR	PALOTINA	2021	219G	81000789	411790920210001	150.000,00	4	2021NE404844	71000094632202115
PR	PALOTINA	2021	219G	81000789	411790920210002	160.000,00	4	2021NE404775	71000094638202184
PR	PALOTINA	2021	219G	81000789	411790920210003	71.540,00	4	2021NE404773	71000094674202148
RJ	RIO DE JANEIRO	2021	219G	81000789	330455720210025	400.000,00	3	2021NE405706	71000096107202126
MG	RIO DO PRADO	2021	219G	81000789	315510820210002	170.000,00	4	2021NE404859	71000094868202143
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	2021	219G	81000789	315960520210008	50.000,00	3	2021NE404992	71000095408202132
AP	SANTANA	2021	219G	81000789	160060020210004	600.000,00	4	2021NE404771	71000094877202134
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	2021	219G	81000789	354800520210002	50.000,00	4	2021NE404673	71000095371202142
MT	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	2021	219G	81000789	510780020210002	100.000,00	3	2021NE405753	71000096095202130
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	2021	219G	81000789	431810120210001	115.000,00	4	2021NE404961	71000095526202141
MG	SAO GERALDO	2021	219G	81000789	316150220210001	60.000,00	4	2021NE404693	71000095481202112
MG	SAO GERALDO	2021	219G	81000789	316150220210002	250.000,00	4	2021NE404724	71000095478202191
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	2021	219G	81000789	316200520210005	100.000,00	4	2021NE405754	71000095844202110
PR	TAPIRA	2021	219G	81000789	412690020210001	250.000,00	4	2021NE404889	71000094887202170
SP	TIETE	2021	219G	81000789	355450820210001	50.000,00	3	2021NE405778	71000095506202170
MG	TIMOTEO	2021	219G	81000789	316870520210004	300.000,00	3	2021NE404887	71000095457202175
SC	SAO BONIFACIO	2021	219G	81000789	421590120210001	60.000,00	4	2021NE404763	71000092046202128
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	2021	219G	81000789	431820020210005	25.000,00	3	2021NE404941	71000094351202154
SP	VOTORANTIM	2021	219G	81000789	355700620210003	220.000,00	4	2021NE404824	71000094902202180
TO	WANDERLANDIA	2021	219G	81000789	172208120210002	500.000,00	4	2021NE404696	71000095404202154
SC	SAO JOSE DO CERRITO	2021	219G	81000789	421680020210001	60.000,00	4	2021NE405684	71000092028202146
AP	TARTARUGALZINHO	2021	219G	81000789	160070920210001	500.000,00	3	2021NE404703	71000092546202160
AP	TARTARUGALZINHO	2021	219G	81000789	160070920210002	300.000,00	4	2021NE404766	71000094635202141

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1/SECAD/SE/SEDS/SENARC/MC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Define e divulga os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões relativos aos processos de Averiguação e Revisão Cadastral 2022, de que tratam as Portarias nº 94, de 4 de setembro de 2013, nº 747, de 10 de fevereiro de 2022, e nº 746, de 03 de fevereiro de 2022

O Secretário Nacional do Cadastro Único e o Secretário Nacional de Renda de Cidadania, no uso das atribuições que lhes conferem os art. 26 e 29 do Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 23 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; no art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; no Decreto nº 10.852, de 8 de novembro 2021; na Portaria MC nº 94, de 4 de setembro de 2013; na Portaria MC nº 747, de 10 de fevereiro de 2022, e na Portaria MC nº 746, de 03 de fevereiro de 2022, resolvem:

Art. 1º Definir e divulgar os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões relativos aos processos de Averiguação e Revisão Cadastral 2022, de que tratam as Portarias nº 94, de 4 de setembro de 2013, nº 747, de 10 de fevereiro de 2022, e nº 746, de 03 de fevereiro de 2022.

Os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões encontram-se disponíveis nos links:

https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao

https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/ANEXOIInstruoNormativaConjuntan1_SE_SECAD_SEDS_SENARC_MC.pdf

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TÉRCIO ALMIR BRANDÃO SANTANA
Secretário Nacional do Cadastro Único

ÁTILA BRANDÃO DE OLIVEIRA JUNIOR
Secretário Nacional de Renda de Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Resolução ABCD nº 01, de 16 de julho de 2020, que estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento e a forma de pagamento dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue.

A AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM (ABCD), usando da competência privativa que lhe confere o Art. 48-B_, inciso VI, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, incluído pela Lei 13.322, de 28 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º A Resolução ABCD nº 01, de 16 de julho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

(...)

XVI - Agente Categoria A: Aquele que possuir 2 anos ou mais como Agente certificado ABCD, que tenha se submetido ao Sistema de Gestão de Qualidade de Agentes - SGQA no semestre anterior e se classificado no primeiro quartil.

XVII - Agente Categoria B: Aquele que possuir 2 anos ou mais como Agente certificado ABCD, que tenha se submetido ao Sistema de Gestão de Qualidade de Agentes - SGQA no semestre anterior e se classificado no segundo quartil.

XVIII - .....

XIX - .....

XXI - .....

XXII - .....

XXIII - Supervisor - OCD/OCS certificado pela ABCD, selecionado como responsável pelo acompanhamento e avaliação de um candidato à Certificação ABCD". (NR)

Art. 2º O Anexo I - Sistema de Gestão de Qualidade de Agentes - SGQA, da Resolução ABCD nº 01, de 16 de julho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4.

.....

Oficial Supervisor: aquele selecionado pela ABCD, responsável pelo acompanhamento e avaliação de um candidato à Certificação." (NR)

"6.13.

.....

Agente Categoria A - aquele que possuir dois anos ou mais como agente certificado ABCD, que tenha se submetido ao Sistema de Gestão de Qualidade de Agentes - SGQA no semestre anterior e se classificado no primeiro quartil.

Agente Categoria B - aquele que possuir dois anos ou mais como agente certificado ABCD, que tenha se submetido ao Sistema de Gestão de Qualidade de Agentes - SGQA no semestre anterior e se classificado no segundo quartil.

Agente Categoria C - ....." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no dia 14 de março de 2022.

LUISA PARENTE RIBEIRO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem

SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

DELIBERAÇÃO Nº 1.509, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinária e extraordinária realizadas em 26/10/2021 e 09/02/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinária e extraordinária realizadas em 26/10/2021 e 09/02/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.005035/2022-05
Proponente: Associação Monte Sião
Título: Futsal TOP - Categorias de Base IV
Registro: 2200014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 02.427.671/0001-69
Cidade: Paranaguá UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 662.274,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0259 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 93412-7
Período de Captação até: 09/02/2024
2 - Processo: 71000.071044/2021-03
Proponente: Instituto Apab
Título: GP Paulista Três Tambores
Registro: 2102810
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.262.683/0001-09
Cidade: Barretos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 313.778,18
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0031 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 61394-0
Período de Captação até: 26/10/2023

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.059242/2019-76

No Diário Oficial da União nº 50, de 13 de março de 2020, na Seção 1, página 04 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.360/2020, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 13 de fevereiro de 2020, no valor de R$ 2.333.240,32, leia-se: Valor autorizado para captação: R$ 2.144.695,32.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 5.651, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece as Metas Globais para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, tendo em vista o que dispõe na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e suas alterações posteriores, na Lei nº 11.539, de 9 de novembro de 2007, no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, no Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013, no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020 e em observância ao disposto no art. 9º da Portaria nº 4.451, de 5 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo a esta Portaria, as metas globais referentes ao período de avaliação de desempenho compreendido entre 1º de março de 2022 e 28 de fevereiro de 2023, para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

ANEXO

FIXAÇÃO DAS METAS GLOBAIS PARA O CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
PERÍODO: DE 1º DE MARÇO DE 2022 A 28 DE FEVEREIRO DE 2023

Meta	Responsável	Descrição da meta	Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Meta prevista
1	Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência - SEAPC	Fomentar projetos e iniciativas voltadas para a Difusão e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação	Projetos e iniciativas apoiadas	(Somatório de iniciativas apoiadas / Somatório de iniciativas esperadas) *100	Percentual	80%
2	Secretario de Estruturas Financeiras e de Projetos - SEFIP	Realizar incremento na base de projetos cadastrados na Solução de Gestão Estratégica, de Portfólios, Programas e Projetos - Sistema SIGE3P	Taxa de incremento da base de projetos cadastrados no SIGE3P	(Número de novos projetos inseridos no Portfólio de projetos durante o ciclo avaliativo / Número de projetos no Portfólio de Projetos na data base)* 100	Percentual	10%
3	Secretaria de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF	Gerenciar a execução dos Eixos Temáticos para as Áreas Estratégicas da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF (1. Ciência para Sustentabilidade; 2. Ciência para o Biofuturo: da Biodiversidade à Bioeconomia; 3. Saúde com Ciência; 4. Ciência & Sociedade; 5. Infraestrutura para Ciência)	Número de Eixos Temáticos Gerenciados	Somatório de Eixos Temáticos gerenciados	Unidade	5
4	Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI	Fomentar projetos e iniciativas voltadas para a inovação nas empresas e nas cadeias de valor	Projetos e iniciativas apoiadas	Somatório de iniciativas apoiadas	Unidade	50
5	Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI	Articular, promover ou acompanhar novas iniciativas voltadas para o empreendedorismo de base tecnológica	Iniciativas articuladas ou promovidas	Somatório de iniciativas apoiadas	Unidade	5
6	Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI	Estimular investimentos privados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I no âmbito dos incentivos fiscais sob a gestão da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI	Aumento dos investimentos em PD&I	(Somatório dos Investimentos em PD&I 2021/Somatório dos Investimentos em PD&I 2020)*100	Percentual	5%

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SEXEC/MCTI Nº 5.652, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD, como unidade de compras do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), no âmbito da administração central.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2020, Seção 1, Pág. 10, e Considerando a necessidade de se realizar o planejamento das contratações das unidades para as quais a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD, como unidade de compras, realiza os procedimentos licitatórios e suas exceções legais, Considerando a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (Sistema PGC), conforme determina o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Estabelecer orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD como unidade de compras do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), nos termos do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e posteriores atualizações, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - Sistema PGC e sobre a elaboração do Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Seção I

Disposições Iniciais

Art. 2º Para efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Autoridade Competente: agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizados no âmbito do órgão ou da entidade, ou, ainda, por encaminhar os processos de contratação para as centrais de compras. É o responsável pela aprovação do PCA no âmbito da Administração Sede;

II - Setor de Contratações: é a Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD, como unidade de compras responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito do MCTI;

III - Área Requisitante: unidade dentre as listadas no art. 5º desta Portaria, que é responsável por identificar a necessidade de contratação e renovação de um bem ou serviço, realizando a consolidação, por meio de Formulário Próprio, e envio à autoridade responsável da área requisitante, a quem está subordinada regimentalmente, para aprovação e posterior encaminhamento, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ao Setor de Contratações para registro no Sistema PGC;

IV - Área Técnica - agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza, realizando o cadastro dos itens no sistema PGC e envio ao Setor de Contratações;

V - Documento de Formalização de Demanda - DFD: documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

VI - Plano de Contratações Anual - PCA: documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

VII - Sistema PGC: ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para elaboração e acompanhamento do plano de contratações anual pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e

VIII- Sistema Eletrônico de Informações - SEI: é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, e tem como objetivo promover a eficiência administrativa, no qual deverá ser criado o processo para o envio das demandas de cada área requisitante ao Setor de Contratações.

Seção II

Da elaboração do Plano de Contratações Anual

Art. 3º Cada Área Requisitante deverá organizar e consolidar as demandas das unidades sob sua subordinação regimental, informando todos os itens que pretende contratar e encaminhar ao Setor de Contratações, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por meio de formulário próprio, em processo exclusivo para sua demanda, com a finalidade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), seguindo as orientações do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações posteriores.

§ 1º As disposições estabelecidas no caput não se aplicam às áreas técnicas do Órgão constantes nos art. 7º e 8º desta Portaria. Essas unidades realizarão a inclusão dos itens diretamente no Sistema PGC.

§ 2º Só serão registrados no PCA itens referentes a nova contratação.

§ 3º Para fins de alinhamento orçamentário entre as demandas e o orçamento disponibilizado para o Órgão, será informado pelo Ordenador de Despesas ao Setor de Contratações a disponibilidade orçamentária da UASG e a disponibilidade orçamentária a distribuir pelas Áreas Requisitantes.

§ 4º As informações relativas à disponibilidade orçamentária da UASG e a disponibilidade orçamentária a distribuir pelas Áreas Requisitantes serão registradas no Sistema PGC nos termos da estrutura do sistema.

Art. 4º O rol com todas as informações constantes do cadastramento de cada item do PCA no Sistema PGC está definido no art. 8º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações posteriores.

Art. 5º São reconhecidos como Áreas Requisitantes, que contratam por meio da CGRL, as seguintes unidades:

a) Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM;
b) Assessoria Especial de Controle Interno - AECI;
d) Assessoria de Conselhos e Comissões - ASCOC;
e) Secretaria Executiva - SEXEC;
f) Subsecretaria de Unidades Vinculadas - SUV;
g) Departamento de Governança Institucional - DGI;
h) Departamento de Tecnologia da Informação - DTI;
i) Consultoria Jurídica - CONJUR;
j) Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência - SEAPC;
k) Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos - SEFIP;
l) Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI;
m) Secretaria de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF;
n) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/DAD;

o) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL/DAD;
p) Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias - CGTV/DAD; e
q) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/DAD.

Parágrafo único. Os órgãos pertencentes à estrutura deste MCTI que possuem unidade de compras própria, diversa da unidade de compras tratada nesta Portaria (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD), deverão realizar seu Planejamento de Contratações Anual (PCA), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações posteriores.

Art. 6º Compete à Área Requisitante o encaminhamento das demandas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo exclusivo para sua demanda, consolidadas em formulário próprio, ao Setor de Contratações, o qual consolidará todas as necessidades do Ministério no Sistema PGC e encaminhará para aprovação da Autoridade Competente de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria, em conformidade ao disposto no art. 12º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações posteriores.

Parágrafo Único. O encaminhamento da demanda compete ao responsável pela área requisitante, seu substituto ou outro servidor formalmente designado por meio de Portaria, o qual deverá analisar as demandas recebidas no âmbito da sua unidade e, em caso de concordância, enviar ao Setor de Contratações, nos termos do art. 6º desta Portaria.

Art. 7º A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD, por meio das suas áreas técnicas, é a única Área Requisitante competente a cadastrar no Sistema PGC os materiais permanentes e de consumo para o MCTI, bem como a contratação de serviços de mão-de-obra exclusiva, continuados ou não, destinados a dar suporte às atividades do MCTI.

Art. 8º O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), por meio da sua área técnica, é a única Área Requisitante competente a cadastrar no Sistema PGC as soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, seja material ou serviço, devendo o PCA ser elaborado em consonância com as normas específicas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

Art. 9º O Departamento de Governança Institucional - DGI, por meio da sua área técnica, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, é a única Área Requisitante competente para consolidar as demandas de capacitação, considerando o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, no âmbito da administração central do Ministério.

Art. 10º A Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência é a única Área Requisitante competente para consolidar as demandas relacionadas a:

I - jornalismo, assessoria de imprensa, publicidade, propaganda, relações públicas, comunicação digital e virtual, audiovisual e assessoria de comunicação social para transmissão de mensagens aos diversos públicos;

II - planejamento e elaboração de materiais de comunicação interna e externa da administração direta do Ministério, Entidades Vinculadas e Organizações Sociais;

III - realização de eventos internos e externos de interesse do Ministério, isoladamente ou em cooperação com o Cerimonial e setores demandantes;

IV - apoio à elaboração de materiais midiáticos da Administração direta do Ministério, entidades vinculadas e organizações sociais; e

V - elaboração de documentos de apoio à comunicação da administração direta do Ministério, Entidades Vinculadas e Organizações Sociais, como releases para a imprensa e manuais de uso da marca.

Seção III

Do cronograma do Plano de Contratações Anual

Subseção I

Da elaboração e aprovação

Art. 11. Até, impreterivelmente, o dia 1º de abril de cada ano de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), as área requisitantes deverão proceder às seguintes ações:

a) a Área Requisitante deverá encaminhar à autoridade responsável da sua unidade, nos termos do art. 5º desta Portaria, as demandas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, preenchendo formulário próprio, em processo exclusivo para sua demanda, na forma das orientações fornecidas pelo Setor de Contratações, que por sua vez seguirá as diretrizes do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações posteriores; e

b) a Autoridade responsável da Área Requisitante, nos termos do art. 5º desta Portaria, deverá analisar as demandas e, em caso de concordância, enviar o PCA da sua unidade, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo exclusivo para sua demanda, ao Setor de Contratações.

Art. 12. Durante o período de 1º de janeiro a 30 de abril do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações deverá analisar as demandas encaminhadas pela Área Requisitante e, após conferência, enviá-las para aprovação da Autoridade Competente.

Art. 13. Até a primeira quinzena de maio de cada exercício de elaboração do Plano, o Plano de Contratações Anual (PCA) deverá ser analisado e aprovado pela Autoridade Competente, por meio do Sistema PGC.

Art. 14. A Autoridade Competente poderá reprovar itens constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) ou, se necessário, devolvê-lo ao Setor de Contratações para realizar adequações, em conjunto com a Área Requisitante, observada a data limite de aprovação.

Subseção II

Da revisão e redimensionamento

Art. 15. Nos períodos de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), e na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), visando adequar o PCA ao orçamento aprovado para o exercício, poderá haver inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens.

§ 1º No período que compreende a quinzena posterior à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Setor de Contratações comunicará às Áreas Requisitantes e às Áreas Técnicas a necessidade de realizarem as adequações necessárias nos respectivos planos, observando as prioridades, que deverão estar alinhadas com o planejamento estratégico e o orçamento do Órgão.

§ 2º Para que sejam procedidas as alterações de que trata o caput deste artigo, a inclusão, a exclusão e o redimensionamento de itens deverão ser apresentadas ao Setor de Contratações por meio do Formulário de Planejamento de Contratações, dentro do prazo estabelecido previamente pelo Setor de Contratações, o qual considerará os períodos constantes no art. 15 desta Portaria.

Art. 16. A alteração do Plano de Contratações Anual (PCA) também deverá ser aprovada pela Autoridade Competente, via Sistema PGC, dentro dos prazos previstos no art. 15 desta Portaria.

Art. 17. O redimensionamento, exclusão ou inclusão de itens do PCA somente poderá ser realizado mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação e após autorização da Autoridade Competente.

Subseção III

Do calendário de licitações

Art. 18. O Setor de Contratações elaborará o calendário de licitações em consonância com as informações enviadas pelas áreas requisitantes, assim como com os prazos dos itens, informações a serem registradas no Sistema PGC observado o Inciso III do art. 11 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações posteriores, respeitando o prazo determinado no referido normativo.

Art. 19. As áreas requisitantes, quando do envio dos processos de contratações dos seus itens ao Setor de Contratações, deverão observar o prazo para início da instrução processual a fim de que o objeto pretendido seja contratado na data desejada.

§ 1º Para a contratação dos itens dentro do prazo desejado pela área requisitante, a instrução processual deverá ter início considerando os prazos indicados a seguir:

I - O prazo mínimo de 140 (cento e quarenta) dias de antecedência para a instrução processual dos itens, considerando histórico de contratação anterior ou outras experiências, que tratem de novas contratações de bens e serviços a serem contratados nas modalidades licitatórias previstas na legislação vigente que rege o tema; e

II - O prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a instrução processual de itens referentes a dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação e adesão a ata de registro de preços, nos termos da legislação vigente que rege o tema.

Seção IV

Da execução do PCA

Art. 20. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) para a efetiva contratação deverão ser encaminhadas ao Setor de Contratações com a antecedência necessária para o cumprimento da data estimada, acompanhadas da devida instrução processual, de acordo com os normativos que regerem o assunto, considerando os prazos elencados no art. 19.

Art. 21. Na execução do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações observará se as demandas a ele encaminhadas constam no Plano vigente.

§ 1º As demandas que não constarem do Plano de Contratações Anual (PCA) ensejarão a sua revisão, caso justificadas, mediante aprovação da Autoridade Competente, ou a quem esta delegar, por meio do Sistema PGC.

§ 2º Caberá à área requisitante solicitar a Autoridade Competente, mediante justificativa, a autorização para inclusão de demanda não registrada no PCA.

§ 3º Durante a execução do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações acompanhará o calendário de licitações, visando verificar os itens que estão com suas datas de início de instrução processual em atraso, promovendo bimensalmente, ou em outro período que a área achar necessário, o alerta às Áreas Requisitantes, por meio de expediente no SEI.

§ 4º As Áreas Requisitantes poderão solicitar a alteração da data desejada para a contratação do item, postergando a contratação, transferindo para o Plano de Contratações Anual (PCA) do ano subsequente ou solicitando o cancelamento do item no Plano vigente, assim como qualquer outra informação referente ao item, desde que preveja a devida justificativa e autorização da Autoridade Competente.

§ 5º Durante a execução do Plano, os procedimentos de contratações, registrados no Plano vigente, enviados após a primeira quinzena do mês de outubro, por não haver mais tempo hábil para a execução, exceto os que tiverem seu enquadramento identificado como dispensa, inexigibilidade e adesão, considerando os prazos do art. 19, serão inseridos, automaticamente, pelo Setor de Contratações ou pela Área Técnica correspondente, no Plano de Contratações Anual (PCA) subsequente.

§ 6º A demanda registrada e não enviada até a primeira quinzena do mês de outubro será cancelada no PCA pelo Setor de Contratações, podendo ser cadastrada no PCA do ano subsequente a partir de manifestação da área requisitante.

Art. 22. A partir de julho do ano de execução do Plano de Contratações Anual (PCA), o Setor de Contratações elaborará, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do Plano de Contratações Anual (PCA) até o término daquele exercício.

§ 1º O relatório de gestão de riscos terá frequência mínima bimestral e sua apresentação deverá ocorrer, no mínimo, nos meses de julho, setembro e novembro de cada ano.

§ 2º O relatório de que trata o § 1º do caput será encaminhado à Autoridade Competente para adoção das medidas de correção pertinentes.

§ 3º Para elaboração do relatório de riscos as Áreas Requisitantes poderão ser consultadas para complemento de informações.

Seção V

Da publicação do PCA

Art. 23. O Plano de Contratações Anual (PCA) será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), após a aprovação pela Autoridade Competente.

Parágrafo Único. Será disponibilizado no sítio eletrônico o endereço de acesso ao Plano de Contratações Anual (PCA) no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de encerramento das etapas de revisão e redimensionamento.

Seção VI

Disposições Finais

Art. 24. As orientações, novos prazos e demais informações que porventura sejam exaradas pelo Ministério da Economia em face do PCA ou do Sistema PGC, por meio de seu Portal institucional ou outro meio oficial, serão observadas por este Ministério.

Art. 25. Os dirigentes e os servidores que utilizarem o PGC responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. As unidades envolvidas assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do PGC, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Art. 26. Os procedimentos administrativos autuados ou registrados em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observarão o disposto nesta Portaria.

Art. 27. Fica revogada a Portaria nº 4.242/2020/SEI-MCTIC, de 30 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 31.

Art. 28. Esta Portaria entra vigor em 1º de março de 2022.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Retificação no Despacho do Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação referente à 792ª Relação de Revalidação de Credenciamento para Importação - Lei 8.010/1990, publicado no D.O.U, Seção 1, página 22, do dia 23 de fevereiro de 2022, onde se lê: CREDENCIAMENTO/CNPJ n. 900.0115/2010, leia-se: 900.1115/2010.

792ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	900.1115/2010	21/02/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO
Diretor

DESPACHO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

58ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/1990

PORTAL GOV.BR

CREDENCIAMENTO	**NOME**	CPF	VENCIMENTO
920.003844/2022	Jean Carlos Rodrigues Da Silva	***.308.248-**	22/02/2027
920.003889/2022	Wilson Rinaldi	***.765.589-**	22/02/2027
920.003917/2022	Joao Paulo Figueiro Longo	***.023.741-**	22/02/2027
920.003933/2022	Mateus Rossato	***.475.680-**	22/02/2027
920.000273/2004	Helena de Godoy Bergallo	***.918.007-**	22/02/2027
920.003957/2022	Drausio Honorio Morais	***.660.741-**	22/02/2027
920.000169/2004	Adriana Cesar Bonomo	***.884.657-**	22/02/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO
Diretor

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 48, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017,e considerando o que consta no Processo nº 53115.027985/2021-22, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 2442/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 12 (doze) à União, a partir de 01/10/2021, outorgado à Televisão Naipi Ltda., autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Pato Branco/PR. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 46 (quarenta e seis), consignado por intermédio da Portaria nº 2.256, de 19/10/2012, publicada no D.O.U. em 21/11/2012.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
ASSESSORIA TÉCNICA

PORTARIA ANATEL Nº 2.249, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão por Desempenho no âmbito da Assessoria Técnica

O CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, § 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1868, de 29 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.052887/2021-80, resolve:

Art. 1º Dispor sobre os procedimentos gerais do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) da Assessoria Técnica (ATC) da Anatel, de forma complementar às regras vigentes estabelecidas pelo órgão central do SIPEC e pela Portaria nº 1.868, de 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os resultados e benefícios esperados para a instituição com a implementação do PGD na ATC são:

I - promoção da gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - redução de custos no poder público;

III - atração e manutenção de novos talentos;

IV - motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhoria da qualidade de vida dos participantes;

VII - implementação de mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promoção da cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 3º Aprovar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a Tabela de Atividades para servidores participantes do PGD no âmbito da ATC.

Art. 4º As modalidades de trabalho e os regimes de execução passíveis de adoção do PGD na ATC são:

I - modalidade presencial; e

II - modalidade teletrabalho no regime integral.

Art. 5º O Chefe da ATC divulgará Edital de Seleção com vistas a tornar público os procedimentos gerais para instituição do PGD no âmbito da ATC e a selecionar os servidores que atuam nos processos da Assessoria para definição da modalidade de trabalho.

§ 1º Os servidores, assessores e coordenadores de processo devem adotar uma das modalidades definidas no art. 4º e terão sua produtividade avaliada por meio do sistema informatizado de acompanhamento e controle do cumprimento de metas e resultados.

§ 2º Não há limite de vagas à adoção da modalidade teletrabalho.

§ 3º A modalidade e regime adotado pelo servidor não gera direito adquirido e poderá ser mudada a qualquer momento por interesse da Administração ou a pedido do servidor, devendo a mudança ser formalizada por novo Plano de Trabalho.

§ 4º A execução de atividades presencialmente em sua unidade ou esporadicamente, por convocação para comparecimento pessoal nos termos do art. 12. desta Portaria, não implicará em mudança da modalidade adotada e a atividade realizada estará igualmente submetida aos controles e ao percentual mínimo de produtividade adicional próprios da modalidade teletrabalho.

§ 5º Os servidores interessados na modalidade teletrabalho deverão manifestar seu interesse à chefia imediata, que consolidará o rol dos servidores interessados que manifestará quanto à habilitação para a modalidade.

§ 6º A seleção dos participantes para o teletrabalho deverá seguir critérios técnicos, a partir da avaliação de compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados.

§ 7º Os servidores que não manifestarem interesse na modalidade de teletrabalho, ou aqueles não aprovados para a referida modalidade, serão automaticamente designados para a modalidade de trabalho presencial.

Art. 6º É vedada a participação no programa de gestão nos seguintes casos:

I - tenha sido apenado em procedimento disciplinar nos dois anos anteriores à data de manifestação de interesse em participar;

II - tenha sido desligado do teletrabalho pelo não atingimento de metas nos últimos 6 (seis) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar;

III - desempenhe atividade que exija a presença física na unidade ou que seja desenvolvida por meio de trabalho externo; e

IV - desempenhe atividade que, caso fosse realizada em teletrabalho, implicaria em redução da capacidade de atendimento ao público interno e externo.

Art. 7º O servidor participante do PGD da ATC na modalidade presencial deverá:

I - cumprir as metas e resultados estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho; e

II - relatar as atividades executadas no sistema de acompanhamento do PGD da ATC.

Art. 8º O servidor participante do PGD da ATC na modalidade de teletrabalho deverá:

I - cumprir as metas e resultados estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;

II - relatar as atividades executadas no sistema de acompanhamento do PGD da ATC;

III - atender às convocações para comparecimento pessoal à unidade;

IV - consultar, nos dias úteis, sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a intranet e demais formas de comunicação da Anatel, especialmente a solução de mensageria padrão;

V - permanecer em disponibilidade constante para contato, nos horários de funcionamento da unidade, conforme acordado com a chefia; e

VI - manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação.

Art. 9º Os servidores participantes do PGD da ATC na modalidade de teletrabalho poderão ser desligados da referida modalidade nas seguintes hipóteses:

I - por solicitação do participante, observada antecedência mínima de dez dias;

II - por interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de dez dias;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no Plano de Trabalho ou Termo de Ciência e Responsabilidade;

IV - em virtude de remoção ou remanejamento com mudança de vínculo de processo que implique que o servidor não mais executará as atividades relacionadas aos processos da ATC; e

V - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 8º desta Portaria.

§ 1º O participante do PGD da ATC terá como meta o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho.

§ 2º O servidor que possuir débito em horas poderá compensá-las até o mês subsequente da sua ocorrência, caso as horas não sejam compensadas ou o servidor não apresente justificativa que seja aceita, será desligado do teletrabalho.

§ 3º O servidor continuará em regular exercício das atividades no PGD da ATC na modalidade teletrabalho até que seja notificado do ato de desligamento, e que efetivamente retome a modalidade presencial e controle de frequência, no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme indicado na notificação.

Art. 10. As competências de chefia imediata serão exercidas pelo Chefe da ATC.

Parágrafo único. A chefia imediata designará diretamente no SEI-Desempenho os avaliadores responsáveis pela a aferição das entregas acordadas.

Art. 11. Todos os servidores vinculados à ATC que atuem nas atividades elencadas nessa Portaria deverão ter sua produtividade acompanhada pelas regras estabelecidas na norma de procedimentos gerais, seja em modalidade presencial ou teletrabalho.

Parágrafo único. Para a execução em modalidade de teletrabalho, deverá ser assinado pelo participante e pela chefia imediata o plano de trabalho disponibilizado no SEI.

Art. 12. O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante em teletrabalho à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, será de 48 horas.

§ 1º A convocação para comparecimento pessoal à unidade deverá ser feita por meio de mensagem de correio eletrônico institucional.

§ 2º O servidor poderá ser convocado em prazo inferior ao estabelecido no caput quando houver situação de urgência, segurança ou risco ao cumprimento das atividades da Assessoria.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor no dia 02 de março de 2022.

HUMBERTO BRUNO PONTES SILVA

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES

Atividade	Faixa de Complexidade da Atividade	Parâmetros adotados para definição da faixa de Complexidade	Tempo de Execução da Atividade em Regime Presencial (em minutos)	Tempo de Execução da Atividade em Teletrabalho (em minutos)	Ganho de Produtividade em Teletrabalho	Entregas Esperadas
Atuar como Product Owner/Gestor de Solução de TI	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Chamado aberto; Gestão de Solução ou Ativo de TI realizada; Gestão de Estória de Usuário realizada; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Solicitação de Manutenção de Sistema de TI (SMTI); Solicitação de Solução de TI (SSTI); Solicitação de Solução de Dados (SS-Dados); Termo de Cancelamento de Documento
Atuar como Product Owner/Gestor de Solução de TI	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Chamado aberto; Gestão de Solução ou Ativo de TI realizada; Gestão de Estória de Usuário realizada; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Solicitação de Manutenção de Sistema de TI (SMTI); Solicitação de Solução de TI (SSTI); Solicitação de Solução de Dados (SS-Dados); Termo de Cancelamento de Documento
Atuar como Product Owner/Gestor de Solução de TI	Média	Tempo necessário	52	45,21	15%	Produtos não SEI: Chamado aberto; Gestão de Solução ou Ativo de TI realizada; Gestão de Estória de Usuário realizada; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Solicitação de Manutenção de Sistema de TI (SMTI); Solicitação de Solução de TI (SSTI); Solicitação de Solução de Dados (SS-Dados); Termo de Cancelamento de Documento
Atuar como Product Owner/Gestor de Solução de TI	Alta	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Chamado aberto; Gestão de Solução ou Ativo de TI realizada; Gestão de Estória de Usuário realizada; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Solicitação de Manutenção de Sistema de TI (SMTI); Solicitação de Solução de TI (SSTI); Solicitação de Solução de Dados (SS-Dados); Termo de Cancelamento de Documento

Atuar como Product Owner/Gestor de Solução de TI	Muito Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Chamado aberto; Gestão de Solução ou Ativo de TI realizada; Gestão de Estória de Usuário realizada; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Solicitação de Manutenção de Sistema de TI (SMTI); Solicitação de Solução de TI (SSTI); Solicitação de Solução de Dados (SS-Dados); Termo de Cancelamento de Documento
Atuar como Product Owner/Gestor de Solução de TI	Especial	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Chamado aberto; Gestão de Solução ou Ativo de TI realizada; Gestão de Estória de Usuário realizada; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Solicitação de Manutenção de Sistema de TI (SMTI); Solicitação de Solução de TI (SSTI); Solicitação de Solução de Dados (SS-Dados); Termo de Cancelamento de Documento
Responder Consultas	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Correspondência Eletrônica; Resposta em sistema informatizado específico Documentos Gerados: Ofício; Memorando; Informe; Memorando-Circular
Responder Consultas	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Correspondência Eletrônica; Resposta em sistema informatizado específico Documentos Gerados: Ofício; Memorando; Informe; Memorando-Circular
Responder Consultas	Média	Tempo necessário	52	45,21	15%	Produtos não SEI: Correspondência Eletrônica; Resposta em sistema informatizado específico Documentos Gerados: Ofício; Memorando; Informe; Memorando-Circular
Responder Consultas	Alta	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Correspondência Eletrônica; Resposta em sistema informatizado específico Documentos Gerados: Ofício; Memorando; Informe; Memorando-Circular
Responder Consultas	Muito Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Correspondência Eletrônica; Resposta em sistema informatizado específico Documentos Gerados: Ofício; Memorando; Informe; Memorando-Circular
Responder Consultas	Especial	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Correspondência Eletrônica; Resposta em sistema informatizado específico Documentos Gerados: Ofício; Memorando; Informe; Memorando-Circular
Atuar na proposição e aprovação de políticas, normativos e processos	Muito Baixa	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Ofício; Despacho Decisório; Despacho Ordinatório; Matéria para Apreciação do Conselho Diretor; Minuta de Resolução Interna; Minuta de Portaria; Portaria; Informe; Memorando-Circular; Termo de Cancelamento de Documento
Atuar na proposição e aprovação de políticas, normativos e processos	Baixa	Tempo necessário	104	90,43	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Ofício; Despacho Decisório; Despacho Ordinatório; Matéria para Apreciação do Conselho Diretor; Minuta de Resolução Interna; Minuta de Portaria; Portaria; Informe; Memorando-Circular; Termo de Cancelamento de Documento
Atuar na proposição e aprovação de políticas, normativos e processos	Média	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Ofício; Despacho Decisório; Despacho Ordinatório; Matéria para Apreciação do Conselho Diretor; Minuta de Resolução Interna; Minuta de Portaria; Portaria; Informe; Memorando-Circular; Termo de Cancelamento de Documento
Atuar na proposição e aprovação de políticas, normativos e processos	Alta	Tempo necessário	173	150,43	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Ofício; Despacho Decisório; Despacho Ordinatório; Matéria para Apreciação do Conselho Diretor; Minuta de Resolução Interna; Minuta de Portaria; Portaria; Informe; Memorando-Circular; Termo de Cancelamento de Documento
Atuar na proposição e aprovação de políticas, normativos e processos	Muito Alta	Tempo necessário	207	180,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Ofício; Despacho Decisório; Despacho Ordinatório; Matéria para Apreciação do Conselho Diretor; Minuta de Resolução Interna; Minuta de Portaria; Portaria; Informe; Memorando-Circular; Termo de Cancelamento de Documento
Atuar na proposição e aprovação de políticas, normativos e processos	Especial	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Ofício; Despacho Decisório; Despacho Ordinatório; Matéria para Apreciação do Conselho Diretor; Minuta de Resolução Interna; Minuta de Portaria; Portaria; Informe; Memorando-Circular; Termo de Cancelamento de Documento
Elaborar, analisar e revisar arquivos, documentos ou demandas	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Dashboard; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Acompanhamento realizado Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar e revisar arquivos, documentos ou demandas	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Dashboard; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Acompanhamento realizado Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar e revisar arquivos, documentos ou demandas	Média	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Dashboard; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Acompanhamento realizado Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar e revisar arquivos, documentos ou demandas	Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Dashboard; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Acompanhamento realizado Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer

Elaborar, analisar e revisar arquivos, documentos ou demandas	Muito Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Dashboard; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Acompanhamento realizado Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar e revisar arquivos, documentos ou demandas	Especial	Tempo necessário	552	480,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Dashboard; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Acompanhamento realizado Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar, revisar ou levantar informações para planejamento	Muito Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar, revisar ou levantar informações para planejamento	Baixa	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar, revisar ou levantar informações para planejamento	Média	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar, revisar ou levantar informações para planejamento	Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar, revisar ou levantar informações para planejamento	Muito Alta	Tempo necessário	414	360,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento Documentos Externos: Parecer
Elaborar, analisar, revisar ou levantar informações para planejamento	Especial	Tempo necessário	552	480,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Relato de Atividade; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo; Atendimento ou tratativas realizadas; Participação em Reunião ou similares Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento Documentos Externos: Parecer
Participar de Capacitação	Muito Baixa	Tempo necessário	35	30,00	15%	Produtos não SEI: Capacitação realizada
Participar de Capacitação	Baixa	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Capacitação realizada
Participar de Capacitação	Média	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Capacitação realizada
Participar de Capacitação	Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Capacitação realizada
Participar de Capacitação	Muito Alta	Tempo necessário	414	360,00	15%	Produtos não SEI: Capacitação realizada
Participar de Capacitação	Especial	Tempo necessário	552	480,00	15%	Produtos não SEI: Capacitação realizada
Participar de reuniões e similares	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Participação em Reunião ou similares
Participar de reuniões e similares	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Participação em Reunião ou similares
Participar de reuniões e similares	Média	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Participação em Reunião ou similares

Participar de reuniões e similares	Alta	Tempo necessário	104	90,43	15%	Produtos não SEI: Participação em Reunião ou similares
Participar de reuniões e similares	Muito Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Participação em Reunião ou similares
Participar de reuniões e similares	Especial	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Participação em Reunião ou similares
Pesquisar ou estudar assunto	Muito Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Pesquisa ou Estudo realizado; Participação em Reunião ou similares
Pesquisar ou estudar assunto	Baixa	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Pesquisa ou Estudo realizado; Participação em Reunião ou similares
Pesquisar ou estudar assunto	Média	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Pesquisa ou Estudo realizado; Participação em Reunião ou similares
Pesquisar ou estudar assunto	Alta	Tempo necessário	207	180,00	15%	Produtos não SEI: Pesquisa ou Estudo realizado; Participação em Reunião ou similares
Pesquisar ou estudar assunto	Muito Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Pesquisa ou Estudo realizado; Participação em Reunião ou similares
Pesquisar ou estudar assunto	Especial	Tempo necessário	345	300,00	15%	Produtos não SEI: Pesquisa ou Estudo realizado; Participação em Reunião ou similares
Receber, distribuir e acompanhar demandas	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Demanda recebida, analisada ou distribuída; Acompanhamento realizado; Relato de Atividade; Atendimento ou tratativas realizadas
Receber, distribuir e acompanhar demandas	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Demanda recebida, analisada ou distribuída; Acompanhamento realizado; Relato de Atividade; Atendimento ou tratativas realizadas
Receber, distribuir e acompanhar demandas	Média	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Demanda recebida, analisada ou distribuída; Acompanhamento realizado; Relato de Atividade; Atendimento ou tratativas realizadas
Receber, distribuir e acompanhar demandas	Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Demanda recebida, analisada ou distribuída; Acompanhamento realizado; Relato de Atividade; Atendimento ou tratativas realizadas
Receber, distribuir e acompanhar demandas	Muito Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Demanda recebida, analisada ou distribuída; Acompanhamento realizado; Relato de Atividade; Atendimento ou tratativas realizadas
Tratar demandas gerais	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Cadastro realizado; Atendimento ou tratativas realizadas
Tratar demandas gerais	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Cadastro realizado; Atendimento ou tratativas realizadas
Tratar demandas gerais	Média	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Cadastro realizado; Atendimento ou tratativas realizadas
Tratar demandas gerais	Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Cadastro realizado; Atendimento ou tratativas realizadas
Tratar demandas gerais	Muito Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Cadastro realizado; Atendimento ou tratativas realizadas
Tratar demandas gerais	Especial	Tempo necessário	552	480,00	15%	Produtos não SEI: Cadastro realizado; Atendimento ou tratativas realizadas
Publicar informações ou documentos no portal da Anatel	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Publicação no Portal da Anatel;Chamado aberto
Publicar informações ou documentos no portal da Anatel	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Publicação no Portal da Anatel;Chamado aberto
Publicar informações ou documentos no portal da Anatel	Média	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Publicação no Portal da Anatel;Chamado aberto
Publicar informações ou documentos no portal da Anatel	Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Publicação no Portal da Anatel;Chamado aberto
Publicar informações ou documentos no portal da Anatel	Muito Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Publicação no Portal da Anatel;Chamado aberto
Fazer estudo técnico	Muito Baixa	Tempo necessário	18	15,65	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Fazer estudo técnico	Baixa	Tempo necessário	35	30,43	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal; Documentos Externos: Parecer
Fazer estudo técnico	Média	Tempo necessário	69	60,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Fazer estudo técnico	Alta	Tempo necessário	138	120,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer

Fazer estudo técnico	Muito Alta	Tempo necessário	276	240,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer
Fazer estudo técnico	Especial	Tempo necessário	552	480,00	15%	Produtos não SEI: Arquivo; Participação em Reunião ou similares; Atendimento ou tratativas realizadas; Dashboard; Manual, Procedimento, Metodologia ou Processo Documentos Gerados: Memorando; Memorando-Circular; Ofício; Despacho Ordinatório; Despacho Decisório; Informe; Relatório de Atividades; Registro de Reunião; Relatório de Viagem a Serviço; Comunicado; Termo de Cancelamento de Documento; Avaliação Final de Estágio; Avaliação Final de Estagiário; Termo Final de Estágio; Avaliação de Desempenho de Estagiário; Folha de Ponto Mensal Documentos Externos: Parecer

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 2.801, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53528.001225/2021-33. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a RÁDIO CHARRUA LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora 8.410.863/0001-31, na localidade de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 3.136 - Processo nº 53528.000203/2022-37, Vanius Jose Saraiva, CPF nº ***.297850-**;

Nº 3.137 - Processo nº 53528.000242/2022-34, Mateus Canalli, CPF nº ***.454.138-**;

Nº 3.139 - Processo nº 53528.000254/2022-69, Marcelo Mallmann Sulzbach, CPF nº ***.819.220.-** ;

Nº 3.140 - Processo nº 53528.000261/2022-61, Leonardo Brandao dos Santos, CPF nº ***.213.980-**;

Nº 3.141 - Processo nº 53528.000273/2022-95, Valdinei Donato, CPF nº ***.782.040-**;

Nº 3.142 - Processo nº 53528.000290/2022-22, Hermenegildo Fracao Junior, CPF nº ***.150.460-**;

Nº 3.143 - Processo nº 53528.000211/2022-83, Alberto Espindola da Silva, CPF nº ***.909.020-**.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.162, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53516.000459/2022-83: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à MARIO MILANI, CPF nº ***.462.709-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 3.181, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53516.000464/2022-96: Expede à RENATO SPOLAOR DA VEIGA, CPF nº ***.834.929-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 3.182, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53516.000438/2022-68: Outorga à MARINGA CAMARA MUNICIPAL, CNPJ nº 77.926.509/0001-94, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ
COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.806, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI, CNPJ nº 06.840.748/0001-89, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.751. Processo nº 53542.000600/2022-21. Expede autorização a SARKIS MINERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 03.163.210/0004-31, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.753. Processo nº 53542.000339/2022-69. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ANDRÉ LUIZ GOMES PEIXOTO, CPF ***.340.311-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 2.754. Processo nº 53542.000615/2022-99. Expede autorização a DIOU SERAFIM DONIZETI DATSCH RODRIGUES DE REZENDE, CPF nº ***.428.951-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.763. Processo nº 53542.000559/2022-92. Expede autorização a IRON DE LIMA RODRIGUES, CPF nº ***.774.961-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.767. Processo nº 53542.000497/2022-19. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a ALESSANDRO NICOLI, CPF nº ***.307.051-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.770. Processo nº 53545.000623/2021-24. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ALMERI DALMASO, CPF nº ***.707.900-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.799. Processo nº 53542.000627/2022-13. Expede autorização a ESCAVAÇÕES PILOTO LTDA, CNPJ nº 37.228.297/0001-57, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.800. Processo nº 53542.000577/2022-74. Expede autorização a FERNANDO MAGGI SCHEFFER, CPF nº ***.455.601-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 2.835, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53542.000636/2022-12. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada a WALTER DELFINO MUNIZ, CPF ***.404.411-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO 2.839, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à Sitecnet Informática Ltda, CNPJ nº 06.346.446/0001-59, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO 2.838, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à Origem Energia Alagoas S.A, CNPJ nº 34.186.669/0002-12, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 2.759, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53569.000312/2022-78. Expede autorização à Bgp Brasil Serviços e Equipamentos GeoFIsicos Ltda, CNPJ nº 12284894000763, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.815 - Processo nº 53569.000311/2022-23. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à Magellan Minerais Prospecção Geológica Ltda, CNPJ nº 07719988000192, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2. 816 - Processo nº 53569.000258/2022-61. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à Coelho Tecnologia Eireli, CNPJ nº 08182940000150, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.829 - Processo nº 53569.000066/2022-54. Expede autorização à Marco X Construtora Eireli, CNPJ nº 10734995000178, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 831 - Processo nº 53569.000285/2022-33. Expede autorização à Paulo Cesar Asoia Bertocini, CPF nº ***.495.601.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 832 - Processo nº 53569.000295/2022-79. Expede autorização à E. da S. F. Luz, CNPJ nº 17319082000134, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 843 - Processo nº 53569.000297/2022-68. Expede autorização à Rodopara Transportes Ltda, CNPJ nº 25033350000185, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 844 - Processo nº 53569.000321/2022-69. Expede autorização à Fundo Municipal de Saúde de Jacareacanga, CNPJ nº 11462638000160, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.015271/2022-17, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

As propostas de inclusão e de alteração de canais em Planos Básicos visam tão somente avaliar a viabilidade técnica de canais de Radiodifusão, que, ou já foram outorgados, ou serão objeto de novas outorgas a serem realizadas pelo Ministério das Comunicações. Consequentemente, o que se pretende com esta Consulta Pública é simplesmente verificar se as alterações propostas provocam interferência em canais de outros prestadores de serviço, que, nesse caso, devem se manifestar.

Desta forma, a Consulta Pública em tela não se refere a iniciativa de cunho normativo e, por isso, não está vinculada ao disposto na Lei 13.848, de 25 de junho de 2019 e no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que expressamente se aplicam a Atos normativos expedidos pela Anatel, sendo, portanto, despiciendo a atendimento do prazo para consulta pública e a elaboração de Análise de Impacto Regulatório previstos nos citados dispositivos.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 7.600, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

Processo nº 53500.058554/2021-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV PAJUCARA LTDA, CNPJ 12.019.360/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Penedo/AL.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 7.721, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021

Processo nº 53500.058671/2021-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO TUIUTI SA, CNPJ 92.236.314/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Vitória do Palmar/RS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 4 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.023 Processo nº 53500.007953/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pedra do Indaiá/MG.

Nº 2.025 Processo nº 53500.007956/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pedrinópolis/MG.

Nº 2.026 Processo nº 53500.007962/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pequeri/MG.

Nº 2.027 Processo nº 53500.007964/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pescador/MG.

Nº 2.028 Processo nº 53500.007966/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Piau/MG.

Nº 2.029 Processo nº 53500.007967/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Piedade do Rio Grande/MG.

Nº 2.030 Processo nº 53500.007968/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Piranguçu/MG.

Nº 2.031 Processo nº 53500.007970/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Presidente Juscelino/MG.

Nº 2.032 Processo nº 53500.007971/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Presidente Kubitschek/MG.

Nº 2.033 Processo nº 53500.007972/2022-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Romaria/MG.

Nº 2.034 Processo nº 53500.007974/2022-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Antônio do Grama/MG.

Nº 2.035 Processo nº 53500.007975/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Goiabal/MG.

Nº 2.036 Processo nº 53500.007976/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Senador Cortes/MG.

Nº 2.037 Processo nº 53500.007977/2022-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Senador José Bento/MG.

Nº 2.038 Processo nº 53500.007978/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serranos/MG.

Nº 2.039 Processo nº 53500.007979/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Silvianópolis/MG.

Nº 2.040 Processo nº 53500.007981/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tiros/MG.

Nº 2.041 Processo nº 53500.007982/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Turvolândia/MG.

Nº 2.042 Processo nº 53500.007983/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Umburatiba/MG.

Nº 2.043 Processo nº 53500.007984/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vieiras/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.079 Processo nº 53500.008156/2022-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Maria do Suaçuí/MG.

Nº 2.080 Processo nº 53500.008157/2022-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arantina/MG.

Nº 2.081 Processo nº 53500.008158/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Soledade de Minas/MG.

Nº 2.082 Processo nº 53500.008160/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Maria do Suaçuí/MG.

Nº 2.083 Processo nº 53500.008161/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arantina/MG.

Nº 2.084 Processo nº 53500.008162/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Soledade de Minas/MG.

Nº 2.085 Processo nº 53500.008168/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Maria do Suaçuí/MG.

Nº 2.086 Processo nº 53500.008237/2022-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE CAMPOS GERAIS, CNPJ 18.245.175/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Gerais/MG.

Nº 2.087 Processo nº 53500.008238/2022-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE CAMPOS GERAIS, CNPJ 18.245.175/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Gerais/MG.

Nº 2.088 Processo nº 53500.008240/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICÍPIO DE EXTREMA, CNPJ 18.677.591/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Extrema/MG.

Nº 2.089 Processo nº 53500.008241/2022-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICÍPIO DE EXTREMA, CNPJ 18.677.591/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Extrema/MG.

Nº 2.090 Processo nº 53500.008242/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICÍPIO DE EXTREMA, CNPJ 18.677.591/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Extrema/MG.

Nº 2.091 Processo nº 53500.008245/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS, CNPJ 18.298.190/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Altos/MG.

Nº 2.092 Processo nº 53500.008246/2022-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS, CNPJ 18.298.190/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Altos/MG.

Nº 2.093 Processo nº 53500.008247/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS, CNPJ 18.298.190/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campos Altos/MG.

Nº 2.094 Processo nº 53500.008248/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GOTARDO, CNPJ 18.602.037/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Gotardo/MG.

Nº 2.095 Processo nº 53500.008249/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GOTARDO, CNPJ 18.602.037/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Gotardo/MG.

Nº 2.096 Processo nº 53500.008252/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TIRADENTES LTDA, CNPJ 19.871.375/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arantina/MG.

Nº 2.097 Processo nº 53500.008254/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS, CNPJ 18.602.094/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tiros/MG.

Nº 2.098 Processo nº 53500.008255/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS, CNPJ 18.602.094/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tiros/MG.

Nº 2.100 Processo nº 53500.008286/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carmo de Minas/MG.

Nº 2.101 Processo nº 53500.008287/2022-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itinga/MG.

Nº 2.103 Processo nº 53500.008289/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itinga/MG.

Nº 2.104 Processo nº 53500.008295/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itinga/MG.

Nº 2.105 Processo nº 53500.008357/2022-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à F S M COMUNICACAO LTDA - EPP, CNPJ 10.319.151/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabaianinha/SE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.637 Processo nº 53500.009006/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE RADIO E TELEVISAO NOSSO MUNDO LTDA, CNPJ 19.374.161/0001-73, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Araguaína/TO.

Nº 2.638 Processo nº 53500.012430/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREGO DANTA, CNPJ 18.298.174/0001-48, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Danta/MG.

Nº 2.639 Processo nº 53500.012436/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA, CNPJ 16.788.309/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vargem Bonita/MG.

Nº 2.640 Processo nº 53500.012437/2022-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE VITORIOSA DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 03.521.447/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gurinhatã/MG.

Nº 2.641 Processo nº 53500.012440/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Danta/MG.

Nº 2.642 Processo nº 53500.012441/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arapuá/MG.

Nº 2.643 Processo nº 53500.012442/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Danta/MG.

Nº 2.644 Processo nº 53500.012444/2022-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Danta/MG.

Nº 2.645 Processo nº 53500.012447/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lima Duarte/MG.

Nº 2.646 Processo nº 53500.012450/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TIRADENTES LTDA, CNPJ 19.871.375/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goianá/MG.

Nº 2.647 Processo nº 53500.012453/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Padre Paraíso/MG.

Nº 2.648 Processo nº 53500.012454/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Passa Tempo/MG.

Nº 2.649 Processo nº 53500.012456/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Natércia/MG.

Nº 2.650 Processo nº 53500.012457/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Módica/MG.

Nº 2.651 Processo nº 53500.012458/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Palma/MG.

Nº 2.652 Processo nº 53500.012459/2022-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Patrocínio do Muriaé/MG.

Nº 2.653 Processo nº 53500.012476/2022-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO, CNPJ 03.787.257/0001-23, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José da Barra/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.681 Processo nº 53500.003706/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS, CNPJ 14.263.859/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio de Contas/BA.

Nº 2.682 Processo nº 53500.009011/2022-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ 27.865.757/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Iguaçu/RJ.

Nº 2.683 Processo nº 53500.012680/2022-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lima Duarte/MG.

Nº 2.684 Processo nº 53500.012682/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José da Barra/MG.

Nº 2.685 Processo nº 53500.012684/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Joaíma/MG.

Nº 2.686 Processo nº 53500.012687/2022-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bom Jardim de Minas/MG.

Nº 2.687 Processo nº 53500.012688/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Danta/MG.

Nº 2.688 Processo nº 53500.012689/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goianá/MG.

Nº 2.689 Processo nº 53500.012690/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gurinhatã/MG.

Nº 2.690 Processo nº 53500.012691/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vargem Bonita/MG.

Nº 2.691 Processo nº 53500.012693/2022-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lima Duarte/MG.

Nº 2.692 Processo nº 53500.012694/2022-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José da Barra/MG.

Nº 2.693 Processo nº 53500.012695/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Joaíma/MG.

Nº 2.694 Processo nº 53500.012696/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bom Jardim de Minas/MG.

Nº 2.695 Processo nº 53500.012697/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Córrego Danta/MG.

Nº 2.696 Processo nº 53500.012699/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goianá/MG.

Nº 2.697 Processo nº 53500.012700/2022-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gurinhatã/MG.

Nº 2.698 Processo nº 53500.012701/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vargem Bonita/MG.

Nº 2.699 Processo nº 53500.012704/2022-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, CNPJ 21.229.281/0001-29, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Areado/MG.

Nº 2.700 Processo nº 53500.012705/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita de Caldas/MG.

Nº 2.701 Processo nº 53500.012707/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Pedro dos Ferros/MG.

Nº 2.702 Processo nº 53500.012708/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tombos/MG.

Nº 2.703 Processo nº 53500.012709/2022-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pocrane/MG.

Nº 2.704 Processo nº 53500.012710/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pescador/MG.

Nº 2.705 Processo nº 53500.012712/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio do Prado/MG.

Nº 2.706 Processo nº 53500.012717/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santana do Deserto/MG.

Nº 2.707 Processo nº 53500.012718/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santana do Jacaré/MG.

Nº 2.708 Processo nº 53500.012720/2022-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Divino/MG.

Nº 2.709 Processo nº 53500.012722/2022-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Senador José Bento/MG.

Nº 2.710 Processo nº 53500.012723/2022-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Turvolândia/MG.

Nº 2.711 Processo nº 53500.012724/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Volta Grande/MG.

Nº 2.712 Processo nº 53500.012725/2022-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Wenceslau Braz/MG.

Nº 2.713 Processo nº 53500.012726/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SUL DE MINAS S/A, CNPJ 25.166.281/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Areado/MG.

Nº 2.714 Processo nº 53500.012727/2022-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Materlândia/MG.

Nº 2.715 Processo nº 53500.012792/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAIBA, CNPJ 23.089.402/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Varjão de Minas/MG.

Nº 2.716 Processo nº 53500.012795/2022-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Varjão de Minas/MG.

Nº 2.717 Processo nº 53500.012796/2022-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Varjão de Minas/MG.

Nº 2.718 Processo nº 53500.012797/2022-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aimorés/MG.

Nº 2.719 Processo nº 53500.012799/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Padre Paraíso/MG.

Nº 2.720 Processo nº 53500.012805/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pavão/MG.

Nº 2.721 Processo nº 53500.012807/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Peçanha/MG.

Nº 2.722 Processo nº 53500.012809/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Poté/MG.

Nº 2.723 Processo nº 53500.012811/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Resplendor/MG.

Nº 2.724 Processo nº 53500.012812/2022-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sabinópolis/MG.

Nº 2.725 Processo nº 53500.012814/2022-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Maria do Suaçuí/MG.

Nº 2.726 Processo nº 53500.012816/2022-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita de Minas/MG.

Nº 2.727 Processo nº 53500.012817/2022-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São João do Oriente/MG.

Nº 2.728 Processo nº 53500.012818/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serra dos Aimorés/MG.

Nº 2.729 Processo nº 53500.012820/2022-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tarumirim/MG.

Nº 2.730 Processo nº 53500.012822/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Virginópolis/MG.

Nº 2.731 Processo nº 53500.012823/2022-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pocrane/MG.

Nº 2.732 Processo nº 53500.012824/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Vermelho/MG.

Nº 2.733 Processo nº 53500.012825/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Maria de Itabira/MG.

Nº 2.734 Processo nº 53500.012826/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alvarenga/MG.

Nº 2.735 Processo nº 53500.012827/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alvorada de Minas/MG.

Nº 2.736 Processo nº 53500.012828/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mendes Pimentel/MG.

Nº 2.737 Processo nº 53500.012829/2022-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Módica/MG.

Nº 2.738 Processo nº 53500.012830/2022-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ouro Verde de Minas/MG.

Nº 2.739 Processo nº 53500.012831/2022-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Paulistas/MG.

Nº 2.740 Processo nº 53500.012832/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pescador/MG.

Nº 2.741 Processo nº 53500.012834/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio do Prado/MG.

Nº 2.742 Processo nº 53500.012835/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Divino/MG.

Nº 2.743 Processo nº 53500.012837/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serra Azul de Minas/MG.

Nº 2.744 Processo nº 53500.012838/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Umburatiba/MG.

Nº 2.745 Processo nº 53500.012839/2022-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Virgolândia/MG.

Nº 2.746 Processo nº 53500.013265/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV PIONEIRA LTDA, CNPJ 01.723.289/0001-30, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cubatão/SP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.789 Processo nº 53500.092322/2021-35. declara extinta, por renúncia, a partir de 22/12/2021 a autorização outorgada a PEDRO HENRIQUE DORIA NEHME, CPF nº ***.981.***-14, por intermédio do Ato nº 4337, de 13/08/2020 (5864542), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.791 Processo nº 53500.078837/2021-22. declara extinta, por renúncia, a partir de 29/10/2021, a autorização outorgada a ROBERTO FRANCA STUCKERT, CPF nº ***.393.***-04, por intermédio do Ato nº 4337, de 13/08/2020 (5864542), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.792 Processo nº 53500.089037/2021-37. declara extinta, por renúncia, a partir de 10/12/2021, a autorização outorgada a RENIVA ROCHA BARBOZA, CPF nº ***.228.***-20, por intermédio do Ato nº 4337, de 13/08/2020 (SEI nº 5864542), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.793 Processo nº 53500.013311/2022-88. Expede autorização à FIBRANETMAUA TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ/MF nº 43.488.088/0001-45, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.794 Processo nº 53500.012518/2022-35. Expede autorização à ABACO SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ/MF nº 11.645.623/0001-38, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.795 Processo nº 53500.007934/2022-11. Expede autorização à MICROSET TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 74.209.909/0001-90, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.820 Processo n° 53500.079207/2021-75. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Louvetel Radio Comunicacao Comercial Ltda, CNPJ nº 04.238.282/0001-10, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 2.821 Processo n° 53500.074846/2021-44. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à FERRANTE COMÉRCIO DE RADIOCOMUNICAÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ nº 07.705.351/0001-47, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 2. 837 Processo n° 53500.075861/2021-18. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Alexandre de Araujo Freitas, CPF nº ***.160.301-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 2. 849 Processo nº 53500.010077/2022-37. Expede autorização à H. H. TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 23.214.957/0001-36, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2. 850 Processo n° 53500.074158/2021-84. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Master Radiocomunicacao Ltda, CNPJ nº 04.696.785/0001-30, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 2. 851 Processo n° 53500.076167/2021-18. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TECH TRONIC COMERCIO DE APARELHOS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 05.754.251/0001-85, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Especializado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 3.144 Processo n° 53500.078756/2021-22. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à UNDERBID RADIO-COMUNICACAO SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 02.042.271/0001-35, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 3.172 Processo n° 53500.081384/2021-11. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SALOBO METAIS S/A, CNPJ nº 33.931.478/0002-75, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 3.187 Autoriza VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A., CNPJ nº 13.944.554/0001-99, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Lábrea/AM, no período de 01/03/2022 a 29/04/2022.

Nº 3.188 Autoriza Radioestrada Comunicacoes Ltda, CNPJ nº 15.070.177/0001-31, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de São Paulo/SP, Guarulhos/SP, Arujá/SP, Santa Isabel/SP, Guararema/SP, Jacareí/SP, São José dos Campos/SP, Caçapava/SP, Taubaté/SP, Pindamonhangaba/SP, Roseira/SP, Aparecida/SP, Guaratinguetá/SP, Cachoeira Paulista/SP, Lavrinhas/SP, Queluz/SP, Itatiaia/RJ, Barra Mansa/RJ, Volta Redonda/RJ, Piraí/RJ, Paracambi/RJ, Queimados/RJ, Nova Iguaçu/RJ e São João de Meriti/RJ, no período de 01/03/2022 a 29/04/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 2317, de 11 de fevereiro de 2022, publicado no DOU de 17 de fevereiro de 2022:

Onde se lê: "Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a partir de 21 de novembro de 2021, (...)";

Leia-se: "Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a partir de 21 de janeiro de 2022, (...)".

Ministério da Defesa

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SUBCHEFIA DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA

PORTARIA SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD Nº 1.006, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUBCHEFE DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000104/2022-66, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa MENDES & BORGES ENGENHARIA EIRELI, com sede social à Quadra ARNE 12, Alameda 2, Lote 6, nº 3 - Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP: 77.006-054, inscrita no CNPJ sob o nº 17.342.273/0001-17, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contra-Almirante RICARDO SALES DE OLIVEIRA

PORTARIA SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD Nº 1.007, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUBCHEFE DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000107/2022-08, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa AVANT GEOTECNOLOGIAS E ENGENHARIA MINERAL LTDA., com sede social à Avenida Álvares Cabral, 1.366, Sala 901 - Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-004, inscrita no CNPJ sob o nº 19.044.798/0001-00, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contra-Almirante RICARDO SALES DE OLIVEIRA

PORTARIA SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD Nº 1.008, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUBCHEFE DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000108/2022-44, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa HELISUL TÁXI AÉREO LTDA., com sede social na Avenida das Cataratas, 11.130 - Imóvel Cataratas, Gleba I, Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85.853-000, inscrita no CNPJ sob o nº 75.543.611/0001-85, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "B".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 453/SECMA/MD, de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contra-Almirante RICARDO SALES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEORI/SG-MD Nº 6, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das unidades orçamentárias do Ministério da Defesa, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2022.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, SUBSTITUTO, em conformidade com a Portaria nº 2.057/SEORI, de 14 de outubro de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 32, incisos VI, VII, VIII, X e XI, do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, tendo em vista o disposto no art. 47, parágrafo único, da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Orçamento Federal, da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60542.000001/2022-72, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das unidades orçamentárias do Ministério da Defesa, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2022.

Art. 2º As unidades orçamentárias e os responsáveis pelas ações orçamentárias no âmbito da administração central deverão encaminhar à Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, exclusivamente por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), as solicitações de créditos suplementares e especiais das ações sob sua responsabilidade, observando-se os seguintes prazos:

I - referentes a créditos dependentes de autorização legislativa:

a) para atendimento de despesas classificadas com "RP 0" ou "RP 1":

1. até o dia 25 de abril; e
2. até o dia 26 de agosto;

b) para atendimento de despesas classificadas com "RP 2", "RP 8" ou "RP 9":

1. até o dia 31 de março;
2. até o dia 31 de maio; e
3. até o dia 18 de setembro.

c) para remanejamento de emendas classificadas com "RP 6":

1. até o dia 31 de agosto.

d) para remanejamento de emendas classificadas com "RP 7":

1. até o dia 31 de maio; e
2. até o dia 31 de agosto;

II - referentes a créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA-2022), abertos por ato do Poder Executivo:

a) para suplementação de despesas classificadas com "RP 0" ou "RP 1":

1. até o dia 25 de abril;
2. até o dia 26 de agosto;
3. até o dia 26 de outubro; e
4. até o dia 5 de dezembro, somente para as alterações previstas nos incisos I, alíneas "a", "b" e "e", e II do caput do art. 4º da LOA-2022, de que tratam os tipos de alteração orçamentária 101a, 101b, 101f, 102a, 102b e 102d, constantes do Anexo I da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 2022;

b) para suplementação de despesas classificadas com "RP 2", "RP 8" ou "RP 9":

1. até o dia 31 de março;
2. até o dia 31 de maio;
3. até o dia 18 de setembro; e
4. até o dia 30 de novembro;

c) para remanejamento de emendas classificadas com "RP 6":

1. até o dia 10 de março e 31 de maio, somente para remanejamento entre grupos de natureza de despesa;
2. até o dia 31 de agosto; e
3. até o dia 31 de outubro.

d) para remanejamento de emendas classificadas com "RP 7":

1. até o dia 31 de março;
2. até o dia 31 de maio;
3. até o dia 31 de agosto; e
4. até o dia 31 de outubro;

III - as solicitações de remanejamento de Planos Orçamentários (PO), inclusive sua criação, quando for o caso, poderão ser efetuadas a qualquer tempo, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária 911 no SIOP, não podendo implicar alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA-2022.

Parágrafo único. Nos casos do inciso III em que houver necessidade de criação de PO, o interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções do SIOP.

Art. 3º Deverão ser encaminhadas, até 10 de dezembro, as solicitações de alterações relativas a:

I - esfera orçamentária (Esf);

II - fonte de recurso (Fte);

III - identificador de uso (IU);

IV - identificador de resultado primário (RP), exceto de emendas, na forma da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2022) que não poderão ser alterados;

V - ajuste na denominação das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, na forma do § 2º do art. 26 da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 2022; e

VI - ajuste de codificação decorrente da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 4º As demandas de crédito adicional em atendimento de despesas primárias discricionárias das unidades orçamentárias do Ministério da Defesa nas quais não seja possível a indicação de recursos compensatórios no âmbito de suas despesas, deverão ser encaminhadas por meio do tipo de alteração orçamentária "900", observando-se os seguintes prazos:

I - até o dia 25 de abril;

II - até o dia 26 de agosto; e

III - até o dia 26 de outubro, somente para créditos suplementares passíveis de abertura por meio das autorizações de que trata a LOA - 2022.

Parágrafo único. A SOF/ME poderá realizar a devolução ou solicitar ajustes dos pedidos de crédito adicional, após a decisão sobre as demandas de que trata o caput que, quando atendidas, total ou parcialmente, devem ser detalhadas pelas unidades orçamentárias do Ministério da Defesa, ou pela SOF/ME, no prazo estabelecido nos itens "1", "2", "3" e "4" da alínea "b" do inciso II do caput do art. 2º desta Instrução Normativa ou no prazo comunicado pela SOF/ME.

Art. 5º As solicitações de créditos adicionais deverão conter as justificativas elencadas no art. 37 da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 2022, sem as quais a análise do pleito ficará prejudicada, acarretando na devolução do pedido à unidade orçamentária para que os ajustes necessários sejam realizados.

Art. 6º As solicitações de créditos à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes deverão guardar conformidade com os valores oriundos do processo de reestimativa de receitas elaboradas no SIOP.

Art. 7º As solicitações de créditos adicionais relativas a sentenças judiciais transitadas em julgado de empresas públicas dependentes observarão, além das disposições da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 2022, as normas e os procedimentos contidos na Portaria SOF/ME nº 352, de 11 de janeiro de 2021, e alterações posteriores.

Art. 8º Nos pedidos de créditos especiais e extraordinários, caso existam projetos, atividades, operações especiais ou subtítulos novos, o interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções constantes do SIOP.

Art. 9º Em observância aos limites de despesas primárias, estabelecidos de acordo com o art. 107 do ADCT, e à meta de resultado primário constante da LDO-2022, a abertura de créditos suplementares e especiais para o atendimento de despesas primárias, que ampliem os referidos limites ou impactem o cumprimento da aludida meta, impõe o cancelamento de despesas primárias em valor correspondente.

Art. 10. Caberá à Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, na condição de órgão setorial de orçamento no âmbito do Ministério da Defesa, apreciar as alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, de programação e de execução orçamentária e financeira, aprovando ou não o seu encaminhamento à Secretaria de Orçamento Federal, da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia.

Art. 11. Fica revogada a Instrução Normativa SEORI/SG-MD nº 9, de 11 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 89, Seção 1, páginas 92 e 93, de 13 de maio de 2021.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO FONSÊCA

COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 208/DCR, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2023 (IE/EA CFOAV 2023).

Protocolo COMAER nº 67500.000429/2022-51

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.9, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, ROCA 21-104, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR

ANEXO

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES DO ANO DE 2023

(IE/EA CFOAV 2023)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes Instruções, aprovadas pela Portaria DIRENS nº 208/DCR, de 21 de fevereiro de 2022, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2023 (EA CFOAV 2023).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes Instruções encontram-se fundamentadas na (o):

a) Constituição Federal (1988);
b) Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;
c) Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
d) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
e) Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014;
f) Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;
g) Portaria COMGEP nº 216/1SC, de 8 de dezembro de 2021;
h) Portaria GM-MD nº 4.044, de 4 de outubro de 2021;
i) Portaria GM-MD n° 4.512, de 4 de novembro de 2021;
j) Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pela Diretoria de Ensino (ICA 37-756), aprovadas pela DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021;
k) Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Aviadores (ICA 36-5), aprovada pela Portaria nº 60/GC3, de 10 de janeiro de 2019;
l) Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Academia da Força Aérea (ICA 37-33), aprovadas pela Portaria DIRENS n° 412/DPL, de 13 de dezembro de 2018;
m) Diretriz de Comando da Diretoria de Ensino nº 25A/2021, aprovada pela Portaria DIRENS nº 174/DCR, de 23 de dezembro de 2021;
n) ICA 12-28 "Indenização em Ressarcimento de Cursos e Estágios Realizados por Militares do Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 1.029/GC4, de 17 de julho de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 124, de 19 de julho de 2018;
o) Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6), aprovadas pela Portaria DIRSA nº 8/SECSDTEC, de 27 de janeiro de 2016, modificadas pelas Portarias nº 39/SECSDTEC, de 31 de março de 2016; 51/SECSDTEC, de 18 de abril de 2016; e 122/SECSDTEC, de 21 de novembro de 2016;
p) Inspeções de Saúde para ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica (NSCA 160-10), aprovada pela Portaria COMGEP nº 422/DLE, de 04 de maio de 2018;
q) Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas (NSCA 38-20), aprovadas pela Portaria COMGEP nº 86/ALE, de 6 de outubro de 2020;
r) Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e Seleção do Comando da Aeronáutica (NSCA 54-4) aprovada pela Portaria COMGEP nº 99/3SC3, de 23 de novembro de 2020; e
s) Orientações sobre as medidas de proteção contra o novo Coronavírus, SARS-COV-2, nos Exames de Admissão e Seleção coordenados pela DIRENS, aprovadas pela Portaria DIRENS nº 163/1DCR, de 10 de agosto de 2020.

1.3 DIVULGAÇÃO

1.3.1 O ato de aprovação das presentes Instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.3.2 Estas Instruções Específicas encontram-se publicadas no BCA e permanecerão disponíveis, durante toda a validade do Exame, nas seguintes páginas eletrônicas:

a) Comando da Aeronáutica (COMAER):
http://www.fab.mil.br
b) Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR):
http://ingresso.afaepcar.fab.mil.br

1.3.3 A página eletrônica citada na alínea "b" do item 1.3.2, poderá ser utilizada para obtenção de informações, formulários e divulgações a respeito do acompanhamento de todas as etapas do Exame.

1.3.3.1 No âmbito destas Instruções, o termo "candidato" refere-se a ambos os sexos, exceto onde for necessário explicitar a distinção.

1.3.4 Informações a respeito de datas, locais e horários de realização dos eventos e eventuais modificações não serão transmitidas por telefone. O candidato deverá observar rigorosamente estas Instruções, seus anexos e os comunicados divulgados nas páginas eletrônicas do Exame.

1.3.5 As relações nominais dos candidatos selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA) para a Habilitação à Matrícula e as relações nominais dos candidatos matriculados no Curso serão publicadas no DOU, respectivamente, pela DIRENS e pela AFA.

1.3.6 As publicações no DOU e no BCA serão os únicos documentos comprobatórios de aprovação, pois não será fornecido ao candidato nenhum documento para esse fim.

1.3.7 Informações complementares poderão ser obtidas junto à EPCAR, Organização Militar (OM) responsável pelo Exame, e ao Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), por intermédio dos seguintes telefones:

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETESDOAR (EPCAR)
DIVISÃO DE ADMISSÃO E SELEÇÃO - DAS
RUA SANTOS DUMONT, 149 - BAIRRO SÃO JOSÉ
CEP: 36.205-058 - Barbacena / MG
Tels: (32) 3339-4050 / 3339-4051 - e-mail: *epcar.processoseletivo@gmail.com*

SEREP	LOCALIDADE / UF	Telefone	Fax
SEREP-BE	Belém / PA	(91) 3204-9659	(91) 3204-9113
SEREP-RF	Recife / PE	(81) 2129-7794; 2129-8474	(81) 2129-7794
SEREP-RJ	Rio de Janeiro / RJ	(21) 2157-2120; 2157-2739; 2157-2935	(21) 2157-2500
SEREP-SP	São Paulo / SP	(11) 2223-9375	(11) 2224-9926
SEREP-CO	Canoas / RS	(51) 3462-1204	(51) 3462-1241
SEREP-BR	Brasília / DF	(61) 3364-8205	(61) 3365-1393
SEREP-MN	Manaus / AM	(92) 2129-1735; 2129-1773	(92) 2129-1775

1.4 RESPONSABILIDADE

1.4.1 Este Exame será regido por estas Instruções Específicas e sua execução será de responsabilidade das OM do COMAER envolvidas nas atividades de Admissão e de Seleção, conforme Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pela Diretoria de Ensino (ICA 37-756), aprovadas pela DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021.

1.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato o conhecimento pleno destas Instruções e de seus anexos e o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame por meio da página eletrônica da EPCAR, constante na alínea "b" do item 1.3.2.

1.4.3 A inscrição neste Exame implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no CFOAV 2023 e de todas as instruções complementares posteriormente aprovadas e publicadas.

1.4.4 O candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C).

2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO

2.1 PÚBLICO ALVO

2.1.1 O presente Exame é destinado a cidadãos brasileiros natos, de ambos os sexos, voluntários e interessados em ingressar no Quadro de Oficiais Aviadores (QOAV), desde que atendam aos pré-requisitos, às condições e às normas estabelecidas nestas Instruções para serem habilitados à matrícula no CFOAV 2023, a ser realizado na Academia da Força Aérea - AFA, em Pirassununga / SP.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS AVIADORES (QOAV)

2.2.1 O QOAV, criado pelo Decreto-Lei nº 3.836, de 18 de novembro de 1941, alterado pelo Decreto-Lei nº 6194, de 11 de janeiro de 1944, é um quadro de oficiais de carreira regulado pela ICA 36-5 - Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Aviadores (IRQOAV).

2.2.2 O QOAV visa atender as necessidades de pessoal para o preenchimento de cargos e para o desempenho de funções afetas aos Oficiais Aviadores.

2.3 VAGAS

2.3.1 Para matrícula no CFOAV 2023, são fixadas 15 (quinze) vagas, das quais, 3 (três) vagas reservadas a negros (20% previstos na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014), todas destinadas a candidatos de ambos os sexos, aprovados neste Exame (em todas as etapas previstas), classificados dentro do número de vagas e habilitados à matrícula.

2.3.1.1 O número de vagas previsto no item 2.3.1 poderá ser majorado por necessidade da Administração, até a data de validade do Exame de Admissão, observada a reserva de vagas para os candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.3.2 Ao final do processo seletivo, caso aprovado em todas as etapas previstas e classificado dentro do número de vagas existentes no Curso, o candidato estará em condições de ser habilitado à matrícula.

2.4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

2.4.1 Ficam reservadas aos candidatos negros 20% das vagas oferecidas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.4.2 A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a 3 (três).

2.4.3 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2.4.4 Poderá concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.4.4.1 O candidato deverá informar sua opção em concorrer às vagas reservadas no ato de inscrição.

2.4.5 A autodeclaração do candidato será confirmada mediante Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), conforme data/período discriminado no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.5.1 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, deverão submeter-se ao PHC.

2.4.5.2 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas e que não se submeterem ao PHC serão eliminados do Exame de Admissão..

2.4.6 Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação concorrerão às vagas de ampla concorrência, em igualdade de condições, em ordem decrescente de nota final, salvo se comprovada má fé da autodeclaração.

2.4.7 Os candidatos negros optantes pelo sistema de reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Exame.

2.4.7.1 Os candidatos negros optantes pelo sistema de reserva de vagas aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

2.4.8 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro optante posteriormente classificado.

2.4.9 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

2.4.10 A relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas será divulgada no endereço eletrônico do Exame, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.11 O candidato poderá interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.12 A relação final dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas será divulgada no endereço eletrônico do Exame, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.5 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES (CFOAV)

2.5.1 O CFOAV, ministrado pela Academia da Força Aérea, em Pirassununga/SP, é um Curso de nível superior, da fase de Formação do Ensino Aeronáutico, de acordo com a Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011.

2.5.1.1 O referido Curso está amparado pela Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008, a qual dispõe sobre a Equivalência dos Cursos de Formação de Oficiais das Forças Armadas e continuidade de estudos em Cursos e programas de pós-graduação do Sistema Civil de Ensino.

2.5.1.2 De modo geral, o CFOAV proporciona uma base humanística, filosófica, científica e tecnológica necessária ao desenvolvimento da cultura geral e militar, com ênfase na liderança, conscientizando o futuro Oficial da Aeronáutica da realidade em que irá atuar. O referido Curso promove preparo intelectual, físico, emocional e especializado necessário ao desempenho profissional nas diversas atividades da Força Aérea. Aos concluintes do CFOAV é conferida a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.

2.5.1.3 Além da base citada no item anterior, o CFOAV é caracterizado pela instrução de voo, com o objetivo de preparar o Cadete Aviador à pilotagem militar. Essa instrução aérea segue um programa de treinamento e de avaliação de desempenho como piloto, para formar e selecionar o aviador militar, fomentando o desenvolvimento do espírito combativo do futuro Oficial Aviador. Confere ao concluinte, ainda, a graduação de Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com habilitação em Aviação Militar.

2.5.2 O CFOAV tem duração de quatro anos, em regime de internato.

2.5.2.1 Durante todo o Curso, o Cadete será observado constantemente e, na ocorrência de cometimento de desvios que desabonem sua conduta como Cadete da Aeronáutica, será excluído do Curso e desligado da AFA, por ato do Comandante da AFA, ouvida a Assessoria de Ensino, se for o caso.

2.5.3 Aos candidatos que vierem a ser matriculados será ministrado um Estágio de Adaptação Militar (EAM), por um período aproximado de até quarenta dias corridos, em regime de internato, contados a partir da data do início do Curso, para verificação da aptidão ao regime militar, estando inserido na instrução do Campo Militar.

2.5.4 O período de instrução citado no item 2.5.3 é fundamental e indispensável à adaptação do Cadete, não podendo deixar de ser cumprido, sob pena de reprovação e exclusão do Curso, ainda que seja por candidato convocado por força de decisão judicial.

2.5.5 O candidato não selecionado pela JEA, mas convocado para o CFOAV 2023 por força de decisão judicial, até a data de validade do Exame, receberá Ordem de Matrícula Precária e realizará o Curso na turma à qual concorreu à vaga. Na hipótese de convocação após a data de validade do Exame, o candidato será matriculado no CFOAV imediatamente posterior, devido à impossibilidade do cumprimento do período de instrução previsto no item 2.5.3.

2.5.6 Durante o Estágio de Adaptação Militar (EAM), o Cadete estagiário que demonstrar falta de aptidão à carreira militar, ou não atingir os parâmetros previstos no Plano de Avaliação da AFA para o EAM, será reprovado no referido Estágio, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação ao Comandante da AFA. Caso não obtenha parecer favorável em seu Requerimento, será excluído do Curso e desligado da Academia da Força Aérea.

2.5.7 A Habilitação à Matrícula no CFOAV 2023 não é garantia de que o candidato venha a ser efetivado no Comando da Aeronáutica. Tal efetivação, bem como as promoções relacionadas, dependerá da conclusão do Curso com aproveitamento, segundo o Plano de Avaliação da AFA, das necessidades do COMAER e das definições da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

2.6 SITUAÇÃO DURANTE O CFOAV

2.6.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante da AFA, passa à situação de Cadete da Aeronáutica (Praça Especial, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares), situação essa a ser mantida durante o Curso de Formação.

2.6.2 O Cadete da Aeronáutica é militar da ativa, com precedência hierárquica prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

2.6.3 O militar da ativa da Aeronáutica que, tendo sido aprovado em todas as etapas do Exame e vier a ser matriculado no CFOAV, será transferido para a AFA, devendo comparecer na Academia desimpedido de sua Organização Militar e seu desligamento será efetuado somente depois de efetivada a matrícula, para evitar a interrupção na contagem do seu tempo de serviço.

2.6.3.1. O candidato militar das demais Forças Armadas ou Auxiliares que vier a receber ordem de matrícula no CFOAV 2023 deverá ser licenciado e desligado da OM de origem no último dia útil anterior à matrícula no Curso.

2.6.3.2 O militar da ativa da Aeronáutica, ao passar à situação de Cadete do CFOAV, continuará a perceber os vencimentos referentes à graduação que possuía por ocasião da matrícula, se esta for superior à remuneração do Cadete.

2.6.3.3 Não ter filhos ou dependentes e não ser casado ou haver constituído união estável, por incompatibilidade com o regime exigido para formação ou graduação, constituem condições essenciais para ingresso e permanência nos órgãos de formação de oficiais ou graduação de praças que os mantenham em regime de internato, de dedicação exclusiva e de disponibilidade permanente peculiar à carreira militar (Art. 144-A da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.3.4 As praças especiais (Cadetes) assumirão expressamente o compromisso de que atendem, no momento da matrícula no Curso, e de que continuarão a atender, ao longo de sua formação, as condições essenciais de que trata o item anterior, e o descumprimento desse compromisso ensejará o cancelamento da matrícula e o licenciamento do serviço ativo (Art. 144-A e 145 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.3.5 As praças especiais que contraírem matrimônio serão excluídas do serviço ativo, sem direito a qualquer remuneração ou indenização (Art. 144-A e 145 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.4 Durante a realização do Curso, o Cadete estará sujeito ao regime escolar da AFA e fará jus à remuneração fixada na legislação específica, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e odontológica, exclusivamente para si.

2.6.5 Durante o Curso, o Cadete estará sujeito ao preconizado nas Normas Reguladoras dos Cursos e Estágios (NOREG) e à Legislação vigente aplicada a todos os militares da ativa das Forças Armadas.

2.7 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO CFOAV

2.7.1 Após a conclusão do Curso com aproveitamento, segundo o respectivo Plano de Avaliação, os Cadetes serão declarados Aspirantes a Oficial da Aeronáutica e serão distribuídos nas OM do COMAER, conforme a conveniência e a necessidade da Administração.

2.7.1.1 Nessas Organizações irão praticar e aprimorar seus conhecimentos, podendo alcançar como último grau hierárquico o posto de Coronel, desde que cumpram os pré-requisitos estabelecidos, venham a ser selecionados dentro das vagas disponibilizadas para esses postos e sejam aprovados nos cursos de carreira obrigatórios, tudo conforme a legislação em vigor à época.

2.7.1.2 Por ato discricionário do Presidente da República, baseado no critério de "escolha", atendidas as condições específicas previstas na legislação em vigor, o Coronel Aviador poderá vir a ser promovido até o posto de Tenente-Brigadeiro do Ar.

2.7.2 O militar indenizará a União pelos custos com sua formação, preparação ou adaptação, caso não tenham decorrido, a contar da data de conclusão dos correspondentes eventos de ensino, os prazos mínimos estabelecidos em legislação, conforme Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e Portaria GM-MD nº 4.044, de 4 de outubro de 2021.

2.7.3 O Cadete que concluir o CFOAV com aproveitamento, em virtude de decisão judicial liminar, somente estará em condições de ser declarado Aspirante a Oficial se sobrevier, durante o CFOAV, sentença definitiva (transitada em julgado) ou Acórdão de Tribunal determinando expressamente a Declaração e, em todos os casos, desde que se encontre dentro do número de vagas.

2.7.4 Caso sobrevenha Sentença definitiva ou Acórdão de Tribunal, após a conclusão do Curso, determinando expressamente a Declaração de Cadete que concluiu o CFOAV com aproveitamento e dentro do número de vagas, será reservada vaga pela Administração castrense para o evento de Declaração imediatamente subsequente.

3 INSCRIÇÃO NO EXAME DE ADMISSÃO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição:

a) ser voluntário;

b) estar ciente de todas as normas e condições estabelecidas nestas Instruções Específicas (em especial, quanto ao item 7.1), para habilitação à futura matrícula no CFOAV 2023;

c) se menor de 18 (dezoito) anos de idade, estar autorizado por seu responsável legal para realizar as Provas Escritas e, se convocado para prosseguimento no Exame, estar autorizado a participar das etapas subsequentes de Inspeção de Saúde (INSPSAU), Exame de Aptidão Psicológica (EAP), e Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).

d) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI); e

e) pagar a taxa de inscrição, dentro do prazo previsto, ressalvado o disposto no item 3.3 e considerando o item 3.4.1.

3.1.1.1 A autorização para o candidato menor de idade realizar as Provas Escritas será consolidada automática e eletronicamente no momento do preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.1.2 A autorização para prosseguir no Exame, destinada ao candidato menor de dezoito anos de idade, aprovado e convocado para a Concentração Intermediária e demais etapas do Exame, deverá ser preenchida conforme modelo previsto no Anexo D, de próprio punho pelo responsável legal, e ser entregue ao Presidente da Comissão Fiscalizadora, pelo candidato, durante a Concentração Intermediária.

3.1.2 Em caso de aprovação em todas as etapas previstas no Exame, classificação dentro do número de vagas e seleção para Habilitação à Matrícula no CFOAV 2023, o candidato deverá atender às condições previstas para a matrícula no item 7.1, a serem comprovadas na Validação Documental deste Exame, que ocorrerá na Academia da Força Aérea.

3.1.2.1 O candidato que se inscrever para o Exame e não possuir as condições para habilitação à matrícula no Curso previstas nas alíneas "a","b" e "e" do item 7.1, independentemente de seu resultado nas Provas Escritas, não será convocado para a Concentração Intermediária e não participará das demais etapas do Exame.

3.1.3 As informações prestadas no FSI são de responsabilidade do candidato, dispondo a EPCAR, a qualquer tempo, do direito de excluir do Exame aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e idônea.

3.1.4 O candidato militar da ativa deverá informar, por escrito, via Ofício, ao seu Comandante, Diretor ou Chefe que irá participar do Exame.

3.1.4.1 O militar da ativa, na condição de candidato e de voluntário, deverá ser liberado nos dias e horários estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C), porém essas liberações são de caráter particular e, portanto, não podem ser remuneradas nem apoiadas pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional.

3.1.5 O candidato militar da ativa deverá informar oficialmente à sua OM sobre sua indisponibilidade para missões a serviço fora de sede nos períodos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.1.6 O candidato aprovado em todas as etapas deste Exame e que, por ocasião da matrícula no CFOAV, estiver na condição de militar prestando o Serviço Militar Inicial (SMI), não poderá ser matriculado no respectivo Curso, visto que a interrupção do SMI somente poderá ocorrer nos casos previstos no Art. 31 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), sendo o mesmo excluído do Exame.

3.1.6.1 Caso o candidato seja incorporado em qualquer uma das Forças Armadas no período compreendido entre a Inscrição e a Concentração Final, deverá informar à EPCAR, tanto via sistema de inscrição (se ainda estiver aberto), quanto por escrito, informando em que Organização Militar está servindo.

3.1.7 No momento da solicitação da inscrição, o candidato deverá indicar atentamente, no sistema informatizado, o Curso em que deseja se inscrever para realizar o Exame, podendo ser modificada tal indicação somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição.

3.2 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.2.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer estas Instruções e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.2.2 A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente nos endereços eletrônicos do Exame, durante o período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.2.3 O sistema conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com a inserção de seus dados pessoais e da sua opção da localidade onde realizará as provas. Ao final deste processo, será disponibilizada a impressão da Guia de Recolhimento da União (GRU), com o número de referência e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que identificará a solicitação de inscrição e o candidato. A obtenção do comprovante de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato será direcionado para o preenchimento do FSI e para o cadastramento da senha de acesso.

3.2.3.1 O candidato que se autodeclarar negro (preto ou pardo) e desejar optar por concorrer às vagas reservadas, conforme item 2.4, deverá, obrigatoriamente, assinalar essa opção no FSI.

3.2.3.2 Somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição do Exame será facultado ao candidato modificar sua opção de concorrer às vagas reservadas, via sistema de inscrição.

3.2.4 O procedimento acima mencionado não será concluído se o candidato deixar de informar algum dado ou se já tiver efetuado outra inscrição usando o mesmo número de CPF.

3.2.5 Não é necessário remeter qualquer documento para efetivar a inscrição, visto que a EPCAR considerará o recebimento eletrônico dos dados enviados no momento do processamento da inscrição e do pagamento da GRU, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.2.5.1 Caso, durante o preenchimento eletrônico do FSI, o candidato informar dado que não atenda a algum dos requisitos previstos nas condições para a matrícula, informadas no item 7.1 (em especial quanto às alíneas "a", "b", e "e"), será alertado dessa situação, mas poderá prosseguir com sua inscrição e participação nas Provas Escritas, estando ciente de que não será convocado para participar da Concentração Intermediária e de todas as etapas subsequentes do Exame.

3.2.5.2 A GRU é a única forma de pagamento da taxa de inscrição e somente deve ser paga junto ao Banco do Brasil, via aplicativo, terminais de atendimento automático ou diretamente junto ao caixa.

3.2.6 O valor da taxa de inscrição para o EA CFOAV 2023 é de R$ 90,00 (noventa reais) e deverá ser pago no prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.2.7 O comprovante original de pagamento bancário da taxa de inscrição deverá permanecer sob a posse do candidato para futura comprovação, caso necessário.

3.2.8 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição: os recibos de agendamento de pagamento bancário, depósito em cheque, depósito em conta-corrente, DOC ou TED, cartão de crédito/fatura, ordem de pagamento, comprovante de ordem bancária, transferências entre contas. Pagamentos após a data limite estabelecida ou qualquer outra forma de pagamento diferente da prevista nestas Instruções também não serão considerados.

3.2.9 O valor pago referente à taxa de inscrição é diretamente recolhido ao Tesouro Nacional e, por isso, não poderá ser restituído, independentemente do motivo. A transferência do valor pago para terceiros ou a permuta da inscrição para outrem são vedadas. O candidato deverá certificar-se de todas as condições e restrições, pagando a inscrição somente após conferir todos os dados inseridos no Sistema de Inscrições. A taxa de inscrição terá validade apenas para este Exame.

3.2.9.1 O candidato, ao preencher o FSI, deverá dar especial atenção ao assinalamento da OCL à qual deseja estar vinculado.

3.2.10 Recomenda-se aos interessados que não deixem para os últimos dias a efetivação da inscrição. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do FSI não for realizado em razão de procedimento indevido, por motivos de ordem técnica dos equipamentos eletrônicos ou em função de qualquer fator que impossibilite o processamento de dados.

3.2.10.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato a utilização de equipamentos certificadamente protegidos por versões atualizadas de antivírus, a verificação do correto preenchimento do FSI e o pagamento da taxa de inscrição e o acompanhamento da inscrição, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.2.11 A qualquer tempo, a inscrição poderá ser anulada, tornando sem efeito todos os atos dela decorrentes, se forem verificadas inverdades nas informações e nas declarações prestadas pelo candidato ou irregularidades em qualquer documento apresentado.

3.3 SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.3.1 A solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição tem amparo no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008 e na Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.2 Para requerer a isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico do Exame durante o período de inscrição, conforme estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), preencher obrigatoriamente o requerimento informatizado de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, com todos os dados solicitados, clicar na opção de isenção de pagamento da taxa de inscrição e declarar:

a) ser membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de Declaração de que atende à condição estabelecida; e

b) estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de indicação do próprio Número de Identificação Social (NIS) do candidato, constante na base do CadÚnico, existente no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); ser membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de Declaração de que atende à condição estabelecida; ou

c) ser doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.3 Para a concessão da isenção de taxa de inscrição, prevista nas alíneas "a" e "b" do item 3.3.2 é de suma importância que os dados pessoais informados no ato da inscrição sejam idênticos aos que foram informados no CadÚnico. O órgão gestor do CadÚnico será consultado a fim de verificar a veracidade e conformidade das informações prestadas pelo candidato. Caso haja divergências cadastrais, o Sistema de Isenção de Taxa de Inscrição (SISTAC) da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) negará a solicitação de isenção.

3.3.3.1 O número NIS a ser informado deverá ser o atribuído pelo CadÚnico ao próprio interessado, não sendo acatado número NIS de pais ou responsáveis.

3.3.4 A isenção prevista na alínea "c" do item 3.3.2, para os candidatos amparados pela Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá ser solicitada durante a inscrição, via Internet, no período previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), quando o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher o REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO, e anexar arquivo com a imagem legível do cartão, com nome completo e CPF, emitido por Órgão ou Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, comprovando ser doador de medula óssea. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) do Instituto do Câncer (INCA) será consultado para confirmar a veracidade e conformidade das informações prestadas pelo candidato.

3.3.4.1 O envio da documentação constante do item 3.3.4 é de responsabilidade exclusiva do candidato. A EPCAR não se responsabiliza por quaisquer tipos de falhas técnicas de computadores que impeçam o envio do arquivo. Havendo dificuldades de inserção da imagem no sistema, enviar para o e-mail epcar.processoseletivo@gmail.com, devidamente identificado e dentro do prazo previsto.

3.3.5 A declaração falsa de dados determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e no Art. 2º da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.6 O simples preenchimento dos dados, necessários para a solicitação de isenção do pagamento de taxa de inscrição, durante a inscrição via Internet, não garante ao interessado a isenção do pagamento da taxa de inscrição e a efetivação da inscrição no processo seletivo, visto que, além dos procedimentos previstos nos itens anteriores, o candidato também deverá atender às condições previstas para inscrição nas presentes Instruções, a fim de conseguir o deferimento da sua solicitação de inscrição.

3.3.7 Será indeferida a solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição prevista nas alíneas "a" e "b" ou "c", do item 3.3.2, nos seguintes casos:

a) quando o NIS apresentado estiver incorreto, inválido, excluído, com a renda fora do perfil, não estiver cadastrado, ou for de outra pessoa; ou

b) quando não enviar a documentação constante do item 3.3.4 ou enviá-la ilegível ou incompleta, ou ainda se o INCA não confirmar o registro do candidato no REDOME.

3.3.8 O candidato que solicitar isenção de pagamento de taxa de inscrição deverá consultar o resultado de sua solicitação pela Internet, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.3.9 O candidato cuja solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição tiver sido indeferida poderá interpor recurso ou imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU), pela Internet, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data constante no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida se:

a) não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, ressalvado o disposto no item 3.3;

b) efetuar o pagamento da taxa de inscrição após o término do período previsto no Calendário de Eventos (Anexo C);

c) pagar a taxa de inscrição de forma incorreta; e/ou

d) o pagamento da taxa de inscrição não for compensado, por qualquer motivo, ou não ter ocorrido o efetivo e tempestivo recebimento do pagamento da taxa na Conta Única do Tesouro Nacional.

3.4.2 Caberá à EPCAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C), divulgar na página eletrônica deste Exame, informada na alínea "b" do item 1.3.2, o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os indeferimentos.

3.4.3 O candidato poderá, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

3.4.4 A divulgação do deferimento ou indeferimento definitivo da solicitação de inscrição, após análise dos recursos, conforme item 5.2, será feita pela EPCAR.

3.4.5 Recomenda-se ao candidato imprimir e levar o cartão de confirmação de inscrição no dia das Provas Escritas. Não sendo obrigatório, orienta-se os candidatos que tiveram sua solicitação de inscrição DEFERIDA que verifiquem o local e o setor de prova disponibilizados na página eletrônica da EPCAR (ingresso.afaepcar.fab.mil.br), sugerindo-se que seja impressa a parte que contenha as informações referentes ao candidato.

3.4.6 O candidato que não apresentar seu cartão de confirmação de inscrição poderá ingressar no local designado para a realização das Provas Escritas, desde que a sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que possa ser identificado por meio do seu documento de identificação pessoal original com foto, conforme Instruções Específicas.

3.5 CANDIDATO MENOR DE IDADE

3.5.1 No caso de candidato menor de idade, além das orientações anteriores, o candidato obrigatoriamente deverá apresentar a autorização conforme modelo previsto no Anexo D, preenchida de próprio punho pelo responsável legal, autorizando a participação do candidato no processo seletivo e sua matrícula, caso venha a ser convocado para a Concentração Intermediária.

3.5.2 A autorização deverá ser entregue à Comissão Fiscalizadora, durante a Concentração Intermediária, somente pelos candidatos que ainda forem menores de idade na data de realização dessa Concentração. Essa autorização poderá ser substituída por uma certidão de registro de emancipação registrada em cartório.

3.5.3 O candidato menor de idade convocado para a Concentração Intermediária que deixar de entregar a autorização ou a Certidão de Registro da Emancipação naquele evento, ou que a entregar apresentando erro, rasura, ilegibilidade, omissão de dado, omissão de assinatura, não poderá realizar as etapas subsequentes e, portanto, será excluído do processo seletivo.

3.6 EVENTOS DO EXAME

3.6.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três eventos, nos quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas e horários constam do Calendário de Eventos (Anexo C).

3.6.2 Esses eventos e suas finalidades são os seguintes:

a) Provas Escritas: visa sua realização, precedida de orientação ao candidato sobre os procedimentos durante as provas e também a respeito das etapas subsequentes, para os que vierem a ser convocados;

b) Concentração Intermediária: visa orientar o candidato (convocado para prosseguimento no Exame) a respeito da realização da INSPSAU, do EAP, do TACF, das solicitações de recurso/revisão e sobre a Concentração Final (para os que vierem a ser convocados para essa etapa), além de receber neste evento, dos candidatos menores de idade, a autorização do responsável legal (Anexo D), conforme o item 3.5. Será realizada em duas datas distintas, em grupos separados pela classificação decrescente de Médias Finais (MF), conforme necessidade da Administração, após os resultados do TACF e antecedendo à JEA, será realizado o PHC; e

c) Concentração Final: visa comprovar o atendimento dos requisitos previstos para a matrícula no Curso do candidato selecionado pela JEA, quando deverão ser apresentados os originais de todos os documentos para análise e conferência, e entregues duas cópias simples de cada um deles, conforme alínea "s" do item 7.1.

3.6.3 O local de realização das Provas Escritas será divulgado na página eletrônica do Exame, informada na alínea "b" do item 1.3.2, somente após o deferimento da solicitação de inscrição.

3.6.4 Na Concentração Intermediária, os candidatos receberão informações dos locais, datas e horários das etapas subsequentes e dois deles assinarão um termo declarando estarem cientes de todas as informações transmitidas.

3.6.5 A partir da data da Concentração Final, os candidatos habilitados à matrícula, convocados e apresentados, já permanecerão na respectiva Organização de Ensino onde ocorrerá o Curso, em regime de internato.

4 ETAPAS DO EXAME

4.1 ETAPAS

4.1.1 Este Exame será constituído das seguintes etapas:

a) Provas Escritas;

b) INSPSAU;

c) EAP;

d) TACF;

e) PHC; e

f) Validação Documental.

4.1.2 O processo seletivo é de âmbito nacional.

4.1.3 As Provas Escritas são de caráter classificatório e eliminatório. A INSPSAU, o EAP, o TACF, o PHC e a Validação Documental são de caráter eliminatório.

4.1.4 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada, não cabendo, por consequência, solicitação de adiamento de qualquer uma das etapas ou tratamento diferenciado para algum candidato, independentemente do motivo (por exemplo: fraturas, luxações, alterações fisiológicas, dificuldade de locomoção, indisposição, outros).

4.1.5 Os locais de realização de todas as etapas terão a entrada restrita aos candidatos.

4.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME

4.2.1 As Provas Escritas serão realizadas, a princípio, nas cidades (ou área metropolitana) onde se encontram as OCL designadas pela DIRENS para executar as etapas deste Exame, conforme Anexo E.

4.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar atentamente a localidade da OCL onde deseja realizar as Provas Escritas, podendo ser modificada tal indicação somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição.

4.2.3 As Provas Escritas serão realizadas pelo candidato na localidade indicada por ocasião da solicitação de inscrição, conforme item anterior. Caso prossiga no Exame, o candidato deverá realizar as etapas subsequentes na localidade correlacionada à das Provas Escritas, conforme o previsto no quadro apresentado no item 4.2.6, salvo nos casos determinados em contrário pela Administração (somente para as necessidades determinadas pela Administração em decorrência de logística e/ou segurança dos eventos).

4.2.4 Os locais de realização das etapas serão divulgados nos endereços eletrônicos do Exame.

4.2.5 O candidato é responsável por se apresentar nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame. O não comparecimento do candidato implicará sua falta e, em consequência, a sua exclusão do Exame.

4.2.6 QUADRO DE LOCALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS ETAPAS DO EXAME:

- Provas Escritas	- Concentração Intermediária - INSPSAU, EAP e TACF - INSPSAU (em Grau de Recurso)	- PHC - Concentração Final - Validação Documental
LOCALIDADE (e/ou área metropolitana)	LOCALIDADE (e/ou área metropolitana)	LOCALIDADE (Organização de Ensino)
Belém/PA	Belém / PA	Pirassununga / SP (AFA)
Recife/PE	Recife / PE	
Salvador/BA		
Natal/RN		
Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro / RJ	
Belo Horizonte/MG		
Barbacena/MG		
São Paulo/SP	São Paulo / SP	
Curitiba/PR		
Campo Grande/MS		
Pirassununga/SP		
Porto Alegre/RS	Canoas / RS	
Brasília/DF	Brasília / DF	
Manaus/AM	Manaus / AM	
Porto Velho/RO		
Boa Vista/RR		

4.2.6.1 O endereço do local onde serão realizadas as Provas Escritas e o setor de cada candidato serão divulgados na página eletrônica da EPCAR. A princípio, as Provas Escritas serão realizadas nas cidades citadas (e/ou área metropolitana).

4.2.6.2 A Concentração Intermediária, para os candidatos convocados, será em OM da Aeronáutica indicada pela Administração. A OM e seu endereço serão divulgados na página eletrônica da EPCAR.

4.2.6.3 Por ocasião da Concentração Intermediária, serão informados os locais de realização da INSPSAU, do EAP e do TACF.

4.2.6.4 Para a realização da INSPSAU, em grau de recurso, será divulgado o endereço na página eletrônica da EPCAR, que poderá ser diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau, caso a especificidade do Exame médico assim o exija.

4.3 PROVAS ESCRITAS

4.3.1 As Provas Escritas serão compostas das seguintes disciplinas:

a) Língua Portuguesa;

b) Física;

c) Matemática;

d) Língua Inglesa; e

e) Redação.

4.3.2 As Provas Escritas de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Língua Inglesa abrangerão o Conteúdo Programático constante do Anexo B e serão compostas de 64 (sessenta e quatro) questões, sendo 16 (dezesseis) questões objetivas de múltipla escolha por disciplina, com quatro alternativas em cada questão, das quais somente uma será a correta.

4.3.3 A Prova de Redação será constituída da elaboração de um texto manuscrito, cujo tema versará sobre assunto da atualidade e terá como propósito verificar a capacidade de expressão escrita do candidato na Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o Exame. A Prova de Redação tem o objetivo de avaliar o conteúdo, o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas dos registros formal e culto da Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o Exame.

4.3.3.1 Somente serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem aproveitamento nas Provas Escritas de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Língua Inglesa, atendendo ao estabelecido no item 4.5.1 e classificados por meio da Média Parcial (MP) prevista no item 4.5.2, atendendo ao quantitativo constante do item 4.3.3.2.

4.3.3.2 O quantitativo de redações a serem corrigidas para o presente Exame será de até 540 (quinhentos e quarenta) redações, respeitando-se, dentro do quantitativo total, o percentual de 20% destinado às vagas reservadas a negros.

4.3.3.3 O grau da Prova de Redação, com peso igual aos das demais provas, irá compor a MF, conforme o item 4.6.

4.3.4 Já se encontram em vigor as novas regras ortográficas previstas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012).

4.3.5 A Prova de Redação valerá grau 10,0000 (dez) e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, em prosa, e abordará tema contemporâneo, sendo confeccionada em impresso próprio. A Folha de Redação disponibilizada será o único documento válido para avaliação da Prova de Redação, não sendo substituída por erro de preenchimento. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se ao impresso padrão recebido, que possui trinta linhas. A folha para rascunho, constante no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação.

4.3.6 A redação deverá conter no mínimo 100 palavras, escritas em letra legível, sobre tema a ser fornecido, antes da determinação do início das provas. Consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.

4.3.6.1 Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada a letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce.

4.3.7 Para correção da Prova de Redação, será utilizado processo que impede a identificação do candidato pelos membros das Bancas Examinadoras, garantindo assim a imparcialidade no julgamento.

4.3.7.1 A correção da Prova de Redação será realizada por membros das Bancas Examinadoras específicas, compostas por três professores. A Prova de Redação será avaliada considerando-se os aspectos apresentados na tabela a seguir:

PARTE	ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
I EXPRESSÃO	Pontuação, ortografia, caligrafia, vocabulário, acentuação gráfica e morfossintaxe	0,2000 por cada erro cometido relacionado a cada um dos aspectos avaliados
II ESTRUTURA	Paragrafação	0,5000 por cada erro cometido
III CONTEÚDO	Título e pertinência ao tema proposto	até 1,0000
	Pertinência ao tema proposto	até 1,5000 em relação a cada um dos itens referentes ao Conteúdo
	Argumentação coerente	até 1,5000
	Informatividade	até 1,5000

4.3.7.2 O erro ortográfico idêntico (da mesma palavra) será computado apenas uma vez.

4.3.7.3 Será atribuído o grau 0 (zero) à redação:

a) fora da tipologia textual ou do tema proposto;

b) que não estiver em prosa;

c) com número inferior a 100 (cem) palavras (consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa);

d) com marcas que permitam a identificação do autor;

e) escrita de forma ilegível ou cuja grafia impeça a compreensão do sentido global do texto;

f) escrita em outro idioma, que não seja o Português;

g) escrita a lápis (total ou parcialmente) ou com caneta que não seja de tinta preta ou azul; e

h) cujos descontos (por erros) somem valores superiores ao grau 10,0000 (dez).

4.3.8 APURAÇÃO DOS RESULTADOS - PREENCHIMENTO DO CARTÃO

4.3.8.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das Provas Escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

4.3.8.2 O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Redação, nem o seu Cartão de Respostas, sob pena de ser prejudicado pela impossibilidade de processamento dos graus por leitura óptica ou digital.

4.3.8.3 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas ou fora dos espaços designados para as respostas e para a assinatura serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas e da Folha de Redação.

4.3.8.4 Qualquer outra forma de marcação que estiver em desacordo com estes itens ou com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como marcação dupla, rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas ou uso de lápis, será considerada incorreta e, portanto, receberá pontuação 0,0000 (zero) para o candidato na questão correspondente.

4.3.8.5 O não preenchimento ou o preenchimento incorreto da versão da prova (marcação dupla ou tripla) no campo específico do Cartão de Respostas resultará em pontuação 0,0000 (zero) em todas as disciplinas e na MF.

4.3.9 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

4.3.9.1 Para realizar as Provas Escritas, o candidato deverá utilizar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta e de corpo transparente, sem inscrições, exceto as de caracterização de marca, fabricante e modelo.

4.3.9.2 Não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão, realizar as Provas Escritas portando, junto ao corpo ou sobre a mesa, óculos escuros, brincos, quaisquer adornos na região das orelhas, colar, pulseira, gorro, "bibico", faixa ou lenço de cabeça, chapéu, boné ou similares, luvas, cachecol, bolsa, mochila, pochete, livros, manuais, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o cartão de confirmação de inscrição), régua, lápis, lapiseira, borracha, caneta de corpo não transparente, calculadora, protetores auriculares, telefone celular, relógio de qualquer tipo, chave alarme, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos, e/ou quaisquer dispositivos que receba, transmita e armazene informações.

4.3.9.3 O candidato não poderá portar arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou que esteja uniformizado e/ou de serviço.

4.3.9.4 Recomenda-se ao candidato não levar, no dia das Provas Escritas, qualquer dos objetos citados nos itens anteriores.

4.3.9.4.1 Os candidatos que possuem cabelos longos deverão prendê-los, deixando as orelhas à mostra, para fins de identificação de qualquer material eletrônico pela Organização do Exame.

4.3.9.5 Os telefones celulares e os equipamentos eletroeletrônicos deverão ser completamente desligados, antes de serem depositados no espaço indicado e deverão permanecer completamente desligados até a saída do local de provas.

4.3.9.6 Em cada Setor de Prova, a Comissão Fiscalizadora destinará um espaço no recinto para que os candidatos deixem seus pertences pessoais, que poderão ser retirados somente após a devolução do Cartão de Respostas e da Folha de Redação e a assinatura da Relação de Chamada, no momento de saída definitiva do local de prova.

4.3.9.7 A Organização do Exame não se responsabilizará por perda, esquecimento ou extravio de documentos e objetos. Será de responsabilidade do candidato, ao término da prova, recolher e conferir seus pertences pessoais.

4.3.9.8 Após a identificação no Setor de Prova e o início das Provas Escritas, o candidato não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações em local que não seja o próprio Caderno de Questões, nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura.

4.3.9.9 O candidato poderá ser submetido à revista pessoal, por meio da utilização de detector de metais ou a qualquer outro procedimento considerado importante para segurança e confiabilidade do Exame, sob pena de exclusão, em caso de recusa.

4.3.10 PROCEDIMENTOS DURANTE AS PROVAS ESCRITAS

4.3.10.1 Os portões serão fechados conforme horário estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C) e as provas terão duração de 5 horas e 20 minutos. O tempo decorrido, desde o início até o término da prova, será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia, nos últimos 30 minutos, 20 minutos e 5 minutos sucessivamente. Recomenda-se ao candidato iniciar a marcação do Cartão de Respostas nos últimos 20 minutos do tempo total de duração das provas.

4.3.10.2 Por razões de segurança e de sigilo, uma vez iniciadas as Provas Escritas, o candidato:

a) deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 2 horas e 30 minutos;

b) que venha a ter necessidade de ordem fisiológica ou de atendimento médico, deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo, durante o tempo em que estiver ausente do setor;

c) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto por, no mínimo, 5 horas depois de iniciadas as provas; e

d) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer quaisquer anotações em local que não seja no próprio Caderno de Questões.

4.3.10.3 No dia das Provas Escritas, não será permitido:

a) o ingresso no local de prova de pessoas não envolvidas diretamente com o Exame;

b) ao candidato, por iniciativa própria, realizar as provas em local diferente daquele previsto e divulgado, ainda que por motivo de força maior;

c) qualquer tipo de auxílio ao candidato para a realização das provas, mesmo no caso de candidato com limitação de movimentos ou impossibilitado de escrever;

d) fumar no local de prova.

4.3.10.4 Não haverá local nem qualquer tipo de apoio destinado a acompanhante de candidato.

4.3.10.5 Não haverá nenhum tipo de compensação de tempo destinado à realização das provas em virtude de afastamento do candidato do Setor de Prova por qualquer motivo,

4.3.10.6 Ao final das Provas Escritas, os 03 (três) últimos candidatos remanescentes em cada sala, deverão permanecer no local onde realizaram as provas. Esses candidatos somente poderão ser liberados do recinto juntos, quando todos tiverem concluído as provas ou o tempo para realização delas tenha se encerrado e mediante as suas respectivas identificações e assinatura no Termo de Encerramento de Prova.

4.4 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

4.4.1 A cada questão será atribuído o mesmo valor e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente, levando-se em consideração o gabarito oficial.

4.4.2 Os graus atribuídos às Provas Escritas e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0,0000 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-milesimal.

4.5 MÉDIA PARCIAL

4.5.1 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em cada uma das disciplinas que compõem as Provas Escritas será 4,0000 (quatro), exceto para a Prova de Redação, cujo grau mínimo será 5,0000 (cinco).

4.5.2 A MP será utilizada para levantamento da classificação parcial dos candidatos que obtiveram aproveitamento conforme item 4.5.1. Esta MP será calculada pela média aritmética simples dos Graus obtidos nas Provas Escritas de Língua Portuguesa (GP), Física (GF), Matemática (GM) e Língua Inglesa (GI), conforme abaixo demonstrado, com o intuito de atender ao previsto no item 4.3.3.2:

MP = GP+GF+GM+GI/4

Onde:

MP = Média Parcial;

GP = Grau da Prova de Língua Portuguesa;

GF = Grau da Prova de Física;

GM = Grau da Prova de Matemática; e

GI = Grau da Prova de Língua Inglesa.

4.6 MÉDIA FINAL

4.6.1 A Média Final do candidato será a média aritmética simples dos graus obtidos nas Provas Escritas, observando-se a seguinte fórmula:

MF = GP+GF+GM+GI+GR/5

Onde:

MF = Média Final;

GP = Grau da Prova de Língua Portuguesa;

GF = Grau da Prova de Física;

GM = Grau da Prova de Matemática;

GI = Grau da Prova de Língua Inglesa; e

GR = Grau da Prova de Redação.

4.6.2 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Final igual ou superior a 5,0000 (cinco), desde que atendam ao critério estabelecido no item 4.5.1 destas Instruções.

4.6.3 Os candidatos com aproveitamento serão relacionados por meio da ordenação decrescente de suas Médias Finais, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas previstas para o Curso pretendido pelo candidato, respeitando o disposto na Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014.

4.6.4 No caso de empate da MP, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Portuguesa (GP);

b) maior grau obtido na Prova Escrita de Física (GF);

c) maior grau obtido na Prova Escrita de Matemática (GM);

d) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Inglesa (GI); e

e) maior idade.

4.6.5 No caso de empate da Média Final, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Portuguesa (GP);

b) maior grau obtido na Prova Escrita de Física (GF);

c) maior grau obtido na Prova Escrita de Matemática (GM);

d) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Inglesa (GI);

e) maior grau obtido na Prova Escrita de Redação (GR); e

f) maior idade.

4.7 CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

4.7.1 Somente será convocado para prosseguir no Exame e participar da Concentração Intermediária e realizar a INSPSAU, EAP e o TACF, o candidato relacionado conforme item 4.6.3, nas seguintes quantidades, podendo o número ser inferior a esse limite, de acordo com a conveniência da Administração: até 400 (quatrocentos) candidatos, respeitando-se, dentro dos quantitativos totais, o percentual de 20% destinado às vagas reservadas a negros.

4.7.2 Somente serão convocados para a Concentração Intermediária e etapas subsequentes, os candidatos que atenderem às condições previstas nas alíneas "a", "b", e "e" do item 7.1, destas Instruções.

4.7.3 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas vagas em caso de eliminação de candidatos nas etapas subsequentes ou de eventuais desistências, antes do encerramento do Exame, de candidatos aprovados e também ao preenchimento de possíveis vagas adicionais, de acordo com o interesse da Administração.

4.7.4 Caso as vagas previstas não sejam preenchidas com os candidatos convocados para as etapas subsequentes, a Administração poderá efetuar novas convocações, dentre os candidatos considerados com aproveitamento pelo item 4.6.2, respeitando-se a sequência da classificação estabelecida pela MF, desde que existam prazos mínimos necessários para a realização das etapas seguintes e a convocação ainda se dê dentro do prazo de validade deste Exame.

4.7.5 Durante a Concentração Intermediária, os candidatos menores de idade deverão apresentar a Autorização para Candidato Menor de Idade (Anexo D).

4.7.6 A Concentração Intermediária ocorre em duas datas distintas (1ª e 2ª datas), em grupos separados pela classificação decrescente de MF, não sendo permitida a troca de períodos por interesses pessoais. A 2ª data não se destina à recepção de candidatos faltosos à convocação ocorrida para a 1ª data.

4.8 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

4.8.1 A INSPSAU é uma perícia médica destinada a avaliar as condições psicofísicas do candidato no dia e horário determinados no Calendário de Eventos (Anexo C), por meio de Exames clínicos, de imagem e laboratoriais, inclusive toxicológicos, definidos em instruções, de modo a comprovar não existir patologias ou características incapacitantes ou restritivas para a carreira, para o Serviço Militar nem para as atividades previstas para o Curso.

4.8.2 A INSPSAU será realizada de acordo com o Calendário de Eventos (Anexo C), sob a responsabilidade da DIRSA, segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por essa Diretoria, na ICA 160-6 "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica" e na NSCA 160-10 "Inspeções de Saúde para Ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica", divulgadas no endereço eletrônico do Exame.

4.8.2.1 Para ingresso no CFOAV da AFA, em razão de critérios universais de segurança, são estabelecidos limites antropométricos, definidos pelo fabricante internacional do assento de ejeção instalado como dispositivo de emergência na aeronave T-27 TUCANO da Força Aérea Brasileira que é utilizada nas instruções aéreas da AFA.

4.8.3 O resultado individual será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO", divulgado no endereço eletrônico do Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.8.4 Considerando que a INSPSAU é uma perícia médica e, como tal, deve ser realizada para uma finalidade específica, o candidato militar deverá se submeter às mesmas regras gerais constantes nestas Instruções.

4.8.5 Para realizar a Inspeção de Saúde, deverá ser apresentado obrigatoriamente:

I) Por todos os candidatos:

a) certificado/carteira de vacinação, comprovando as seguintes vacinas: febre amarela, tétano e hepatite B. Para vacinação contra a hepatite B deverá constar, ao menos, uma dose. Entretanto, o esquema, com as três doses, deverá estar completo até a data da matrícula; e

b) laudos e/ou resultados de Exames toxicológicos. As substâncias a serem pesquisadas como dosagens toxicológicas são: anfetaminas (anfetamina, metanfetamina e "ecstasy"), metabólito de cocaína (cocaína e benzoylecgonine), opiáceos (heroína, codeína, morfina e monoacetilmorfina), phencyclidine (pcp) e derivados da maconha, de amostras de queratina, depositados em cabelos, pelos ou raspas de unhas. Os Exames toxicológicos serão realizados às expensas do voluntário, nos laboratórios autorizados pelos órgãos fiscalizadores públicos competentes.

II) Pelas candidatas:

a) laudo de Exame Citopatológico Ginecológico, realizado até 180 (cento e oitenta) dias antes da data da Inspeção.

4.8.6 Os laudos e/ou resultados toxicológicos, previstos na alínea "b" do inciso "I" do item 4.8.5, serão válidos por no máximo 60 (sessenta) dias, a contar da data de coleta para o Exame. No corpo do laudo deverão, obrigatoriamente, constar informações sobre os seguintes dados: identificação completa (inclusive impressão digital) e assinatura do doador e do responsável (tratando-se de menor de idade); identificação e assinatura de, no mínimo, duas testemunhas da coleta; identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão desse laudo/resultado.

4.8.7 A positividade de qualquer um dos Exames em relação às pesquisas de todas as substâncias e/ou elementos descritos na alínea "b" do inciso "I" do item 4.8.5, incapacitará o candidato para o ingresso na Aeronáutica, e será excluído do Exame.

4.8.8 Os candidatos que não apresentarem, por ocasião do início da inspeção de saúde, os Exames previstos nos incisos "I" e "II" do item 4.8.5 não poderão realizar a INSPSAU e serão excluídos do Exame, caso, após interposição de recurso direto ao Presidente da Comissão Fiscalizadora (Anexo N), não os entreguem na nova data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.8.9 No caso de impedimento anatômico para ser submetida ao Exame Citopatológico Ginecológico, a candidata, obrigatoriamente, deverá apresentar atestado médico, emitido por ginecologista, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da INSPSAU, constatando o motivo do impedimento e declarando a ausência de restrições ginecológicas para a participação da candidata no Exame.

4.8.10 O candidato que obtiver a menção "NÃO APTO" na INSPSAU terá o motivo de sua incapacidade registrado no Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado no endereço eletrônico do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.9 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

4.9.1 O EAP avaliará condições comportamentais e de personalidade, por meio de técnicas psicológicas, homologadas e definidas em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir contraindicação para o serviço militar nem para o desempenho das atividades previstas no Curso.

4.9.2 O EAP tem amparo legal na Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), no Decreto nº57.654/1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), na Lei nº 12.464/2011 (Lei de Ensino da Aeronáutica), e na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares).

4.9.3 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por esse Instituto e na NSCA 38-20 "Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas", divulgada no endereço eletrônico constante na alínea "b" do item 1.3.2.

4.9.4 Os candidatos ao CFOAV serão avaliados nas áreas de personalidade e aptidão, conforme o Padrão Seletivo estabelecido para a função que irá exercer. Os requisitos psicológicos considerados imprescindíveis, bem como os considerados restritivos ao adequado desempenho do cargo, foram estabelecidos previamente por meio de estudo científico de análise do trabalho e produção do perfil profissiográfico, conforme abaixo discriminado:

a) Personalidade: serão consideradas para o bom desempenho do cargo: "Adequação a normas e padrões, comunicação, cooperação, equilíbrio emocional, planejamento e organização, relacionamento interpessoal, responsabilidade e resistência à frustração". "Também serão consideradas características restritivas como: desatenção, desmotivação, desorganização, indisciplina, individualismo, instabilidade emocional, irresponsabilidade e negligência".

b) Aptidão: serão avaliadas as seguintes aptidões: "Atenção concentrada, atenção difusa, raciocínio espacial e raciocínio lógico".

4.9.5 O resultado individual será expresso por meio das menções "APTO" ou "INAPTO", divulgado no endereço eletrônico do Exame, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.9.6 O candidato que obtiver a menção "INAPTO" no EAP terá o motivo de sua inaptidão registrado no Documento de Informação de Avaliação Psicológica (DIAP), disponibilizado no endereço eletrônico do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.10 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

4.10.1 O TACF avaliará a higidez e o vigor físico do candidato, por meio de exercícios e índices mínimos a serem alcançados, fixados por sexo e definidos em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir incapacitação para as atividades previstas no Curso.

4.10.2 O TACF será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por essa Comissão e na NSCA54-4 "Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e de Seleção do Comando da Aeronáutica", divulgada na página eletrônica constante na alínea "b" do item 1.3.2.

4.10.3 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados APTOS na INSPSAU e que não tenham sido excluídos em etapa anterior desse Exame.

4.10.4 Índices mínimos de aprovação:

SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
TESTES	DESEMPENHO MINÍMO	TESTES	DESEMPENHO MINÍMO
FEMS[1]	26 repetições	FEMS[1]	16 repetições
FTSC [2]	42 repetições	FTSC [2]	34 repetições
SH[3]	1,8 metros	SH[3]	1,4 metros
Corrida 12 min	2250 metros	Corrida 12 min	1850 metros

[1]FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO

[2]FLEXÃO DO TRONCO SOBRE AS COXAS

[3] SALTO HORIZONTAL

4.10.5 O resultado individual do TACF será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO", divulgado nas páginas eletrônicas do Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.10.6 O candidato considerado "NÃO APTO" receberá essa informação diretamente do aplicador do teste, no mesmo dia de realização do TACF, com posterior divulgação nas páginas eletrônicas do Exame.

4.10.7 Para a realização do TACF, o candidato deverá apresentar plenas condições de saúde para que seja submetido ao teste físico sem restrições físicas de qualquer natureza, em face do agudo esforço exigido durante as provas, sendo de sua responsabilidade pessoal as eventuais consequências advindas de omissão quanto a sua higidez física. Por se tratar de evento de cumprimento obrigatório, são motivos de exclusão do Exame a não realização do teste na data e horário marcados, assim como a apresentação de candidato alegando não estar em plenas condições fisiológicas para tal.

4.11 PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (PHC)

4.11.1 Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o previsto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas a negros serão convocados, desde que aprovados nas etapas anteriores, para o PHC, realizado pela Comissão de Heteroidentificação Complementar (CHC) da AFA, para verificação da veracidade de sua declaração.

4.11.1.1 Considera-se PHC a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

4.11.2 A CHC utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no momento da inscrição.

4.11.2.1 Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do PHC.

4.11.3 Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem ou certidões referentes à confirmação em Procedimentos de Heteroidentificação realizados em processos seletivos e concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

4.11.3.1 Os candidatos devem comparecer com os cabelos soltos, sem qualquer tipo de maquiagem, sem óculos (escuro ou de grau), sem acessório na cabeça (boné, chapéu, lenço, elástico, presilhas, burca, gorro, turbantes, bandanas etc.) ou qualquer objeto ou acessório de qualquer ordem ou natureza que cubra o rosto e cabelos e que impossibilitem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato, sob pena de exclusão.

4.11.3.2 O PHC será filmado, e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

4.11.4 Os candidatos que recusarem a realização da filmagem do PHC serão eliminados do Exame, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

4.11.5 Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação concorrerão às vagas de ampla concorrência, em igualdade de condições, em ordem decrescente de nota final, salvo se comprovada má fé da autodeclaração.

4.11.5.1 A CHC deliberará pela maioria dos seus membros, com registro em ata.

4.12 VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

4.12.1 A Validação Documental será realizada por meio da análise e conferência da documentação prevista para matrícula no Curso, quando deverão ser apresentados os originais de todos os documentos e entregues duas cópias simples de cada um deles, conforme alínea "s" do item 7.1.

4.12.2 A documentação somente será apresentada pelo candidato aprovado em todas as etapas anteriores e convocado para a Concentração Final.

5 RECURSOS

5.1 INTERPOSIÇÃO

5.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso/pedido de revisão quanto à (ao):

a) indeferimento da solicitação de inscrição;

b) indeferimento da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição;

c) relação provisória dos candidatos que optaram para concorrer às vagas reservadas;

d) formulação de questões das Provas Escritas e aos seus gabaritos provisórios;

e) graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas;

f) grau obtido na Prova de Redação;

g) à entrega de documento(s) e realização da INSPSAU;

h) resultado obtido na INSPSAU;

i) resultado obtido no EAP (pedido de revisão);

j) resultado obtido no TACF;

k) resultado obtido no PHC; e

l) validação Documental.

5.1.2 Os prazos para interpor recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C) e devem ser rigorosamente cumpridos. Recomenda-se aos interessados não deixar para os últimos dias a efetivação de seus recursos. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do recurso não for realizado em razão de procedimento indevido, por motivos de ordem técnica dos equipamentos eletrônicos ou em função de qualquer fator que impossibilite o processamento de dados.

5.1.3 Serão de responsabilidade do candidato a verificação dos resultados, a interposição de recursos, a entrega de documentos aos órgãos previstos e o fiel cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos, sob pena de não ter seus recursos analisados.

5.1.4 Em caso de dificuldade na interposição de recurso e/ou do pedido de revisão, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a EPCAR, ainda dentro do prazo previsto para esse procedimento.

5.1.5 As decisões relativas aos recursos interpostos em conformidade com estas Instruções serão divulgadas no endereço eletrônico do Exame, conforme prazos previstos no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.1.6 As decisões serão divulgadas de forma definitiva, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

5.1.7 Caso alguma divulgação ultrapasse a data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor o recurso e/ou pedido de revisão, a contar da data subsequente à da efetiva divulgação.

5.1.8 A anulação e consequente substituição, devidamente justificada e divulgada, de relação nominal de candidatos, com respectivos resultados ou classificações, apresentada com incorreções implicará a invalidação de todos os atos decorrentes da relação substituída, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por essa retificação.

5.2 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

5.2.1 Poderá requerer recurso quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida pelos motivos do "não pagamento da taxa de inscrição", "pagamento após o prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C)" ou ainda "pagamento da taxa de inscrição não compensado por qualquer motivo", desde que consiga comprovar que a referida taxa tenha sido paga corretamente e dentro do prazo estabelecido.

5.2.2 Por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, será discriminado o motivo desse resultado, com o intuito de conhecer as razões desse indeferimento e, havendo interesse por parte do candidato, subsidiar seu recurso.

5.2.3 O requerimento para o recurso quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição deverá ser preenchido pelo candidato na página eletrônica informada na alínea "b" do item 1.3.2, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), ou por outro meio devidamente disponibilizado. O candidato deverá anexar a esse requerimento cópia do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, permanecendo com o comprovante original para verificação futura.

5.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

a) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição dentro do período previsto (ressalvado o disposto no item 3.3); e/ou

b) enviar (eletronicamente) o Requerimento de recurso fora do prazo previsto.

5.3 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.3.1 Poderá interpor recurso quanto ao indeferimento da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), o candidato cuja solicitação tenha sido indeferida. Quando o recurso se referir a doador de medula óssea, deverá ser anexado o cartão de inscrição no REDOME.

5.4 RECURSO QUANTO À RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS QUE OPTARAM POR CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS A NEGROS

5.4.1 O requerimento para o recurso quanto à relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos deverá ser preenchido pelo candidato no endereço eletrônico do Exame, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.5 RECURSO QUANTO À FORMULAÇÃO DE QUESTÕES DAS PROVAS ESCRITAS E SEUS RESPECTIVOS GABARITOS

5.5.1 Os recursos quanto à formulação de questões das Provas Escritas e seus respectivos gabaritos deverão ser referentes, exclusivamente, às questões em que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou cujos gabaritos apresentem incorreções.

5.5.1.1 Os recursos deverão ser fundamentados no Conteúdo Programático (Anexo B).

5.5.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), ou por outro meio devidamente disponibilizado e informado na página eletrônica da EPCAR na alínea "b" do item 1.3.2, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.5.3 O candidato deverá utilizar uma FIFQ para cada questão em pauta ou gabarito.

5.5.4 Após o julgamento dos recursos interpostos, será divulgada a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

5.5.5 A decisão exarada pela Banca Examinadora irá conter a avaliação a respeito do que foi contestado e um parecer final com a justificativa fundamentada sobre a procedência ou improcedência do recurso, sendo disponibilizada na página eletrônica da EPCAR, sem citação dos nomes dos recursantes.

5.5.6 Se, no julgamento do recurso, a Banca Examinadora considerar que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

5.5.7 Se no julgamento do recurso a Banca Examinadora considerar que a resposta correta de uma questão difere da divulgada no gabarito provisório, este sofrerá alterações, visando às correções necessárias.

5.5.8 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial, corrigindo o anterior.

5.5.8.1 A anulação e substituição, devidamente justificada e divulgada, de um gabarito oficial apresentado com incorreções implicará a invalidação de todos os atos decorrentes do gabarito substituído, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por essa retificação.

5.5.9 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas MF e/ou classificações foi apresentada com incorreção, a publicação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas MF ou classificações serão anulados, sendo divulgada e publicada nova relação, corrigindo a anterior.

5.5.9.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito, ou pedido de reconsideração por tal retificação.

5.6 RECURSO QUANTO AOS GRAUS ATRIBUÍDOS NAS PROVAS ESCRITAS

5.6.1 Os recursos quanto aos graus das Provas Escritas deverão ser, exclusivamente, referentes ao grau que o candidato entenda ter sido atribuído de maneira incorreta, tendo como base o gabarito oficial.

5.6.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha de Solicitação de Revisão de Grau, disponível nas páginas eletrônicas do Exame ou por outro meio devidamente disponibilizado e informado, a partir da data em que for divulgado o resultado provisório das Provas Escritas, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.6.2.1 Para fundamentar o recurso, o candidato deverá informar os graus que julga ter obtido nas Provas Escritas, além de indicar o número da questão que entenda ter acertado e que modificaria o grau atribuído.

5.6.3 A EPCAR divulgará nas páginas eletrônicas do Exame os resultados das análises dos recursos e os resultados finais das Provas Escritas, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C). Após esses atos, não caberão mais recursos relacionados aos resultados das Provas Escritas por parte dos candidatos.

5.7 RECURSO QUANTO À CORREÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

5.7.1 Os recursos quanto à correção da Prova de Redação deverão ser, exclusivamente, referentes aos erros que o candidato entenda lhe terem sido atribuídos de maneira imprópria.

5.7.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação normatizados nestas Instruções Específicas.

5.7.3 Será disponibilizado sistema informatizado na página eletrônica da EPCAR, na Internet, durante o prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), para que o candidato faça seu recurso. Não há limite quanto ao número de recursos interpostos, mas cada recurso deverá ter, no máximo, 1000 (mil) caracteres para que seja considerado.

5.7.4 Caso sobrevenha algum fato impeditivo ou restritivo que afete o sistema informatizado, a EPCAR padronizará e informará o procedimento alternativo a ser utilizado.

5.7.5 As redações, bem como as respectivas correções e notas, estarão disponíveis durante o período previsto para a realização dos recursos. Tal procedimento não é requisito obrigatório para a interposição de recurso.

5.7.6 A decisão da Banca Examinadora conterá os esclarecimentos a respeito do que foi contestado pelo candidato e a justificativa fundamentada sobre a avaliação. A Banca Examinadora, depois de julgar os recursos interpostos, divulgará individualmente e de forma definitiva a decisão exarada. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

5.7.7 No corpo do texto do recurso, o candidato não poderá identificar-se. Caso contrário, o recurso não será aceito.

5.7.8 Quando for constatado que a divulgação dos resultados foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e a publicação dos resultados será anulada, sendo publicado novo resultado, corrigindo a divulgação anterior.

5.7.8.1 A anulação dos resultados implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por tal retificação.

5.7.9 Caberá à EPCAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C), divulgar na Internet o resultado da análise dos recursos e o resultado final da Prova de Redação. Após este ato, não caberá mais qualquer espécie de recurso, relacionado ao resultado da Prova de Redação, por parte dos candidatos.

5.8 RECURSO QUANTO À ENTREGA DE DOCUMENTO(S) E REALIZAÇÃO DA INSPSAU

5.8.1 O candidato poderá interpor recurso (Anexo N) ao Presidente da Comissão Fiscalizadora para apresentação dos seguintes documentos não entregues na data designada para INSPSAU, conforme Calendário de Eventos (Anexo C):

a) certificado/carteira de vacinação; e/ou

b) laudos/resultados de Exames toxicológicos; e/ou

c) laudo/atestado médico de Exame citopatológico ginecológico.

5.8.2 Caso não seja apresentada a documentação necessária na nova data designada no Calendário de Eventos (Anexo C), o candidato não poderá realizar a INSPSAU e será excluído do Exame.

5.9 RECURSO QUANTO À INSPEÇÃO DE SAÚDE

5.9.1 O candidato considerado NÃO APTO na INSPSAU poderá solicitar recurso quanto à INSPSAU, por uma única vez, por meio do sistema de inscrição, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.9.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá verificar o Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado nas páginas eletrônicas deste Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, no qual consta o motivo da sua incapacitação.

5.9.3 Caso seja de interesse do candidato ou solicitado pela OSA, outros laudos, Exames ou pareceres poderão ser apresentados no momento da realização da INSPSAU em grau de recurso, de acordo com as normas estabelecidas nessas Instruções. Esses documentos deverão ser providenciados pelo próprio candidato, responsabilizando-se pelas despesas.

5.9.4 O candidato reprovado na INSPSAU em grau de recurso poderá saber os motivos do resultado "NÃO APTO" buscando, na OSA, onde realizou a Inspeção, a cópia da Ata da Inspeção de Saúde expedida pela Junta Superior, no prazo de até quinze dias após a divulgação do resultado.

5.10 REVISÃO QUANTO AO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

5.10.1 O requerimento da revisão quanto ao resultado do EAP, para o candidato considerado "INAPTO", deverá ser preenchido pelo candidato na página eletrônica da EPCAR na alínea "b" do item 1.3.2 e enviado eletronicamente, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.10.2 A revisão quanto ao resultado do EAP consistirá em uma nova apreciação dos resultados obtidos no processo de avaliação psicológica do candidato. Essa reapreciação será de responsabilidade do Conselho Técnico, composto por uma comissão de psicólogos do IPA, cuja atribuição é a emissão de pareceres, apreciações e de julgamentos finais de processos de avaliação psicológica.

5.10.3 Antes de preencher e enviar o requerimento, em grau de recurso, o candidato poderá tomar conhecimento dos motivos pelos quais foi considerado "INAPTO" no DIAP, disponibilizado nas páginas eletrônicas do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo candidato.

5.10.4 Não será permitida a realização de novo EAP para candidato considerado INAPTO no primeiro Exame.

5.10.5 O candidato que permanecer com a menção "INAPTO" após reapreciação do EAP, em grau de recurso, poderá solicitar Entrevista Informativa, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre os resultados alcançados, por meio de requerimento próprio, disponível nas páginas eletrônicas do Exame, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.10.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para atendimento à resolução do Conselho Federal de Psicologia, não sendo considerada como recurso.

5.10.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro, no endereço:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

Praça General Aranha, 20 - Marechal Hermes

CEP: 21331-700 - Rio de Janeiro - RJ

5.11 RECURSO QUANTO AO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO

5.11.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar o TACF, em grau de recurso, por meio de requerimento próprio, constante do Anexo F, dirigido ao Vice-Presidente da CDA.

5.11.2 Somente poderá solicitar o TACF em grau de recurso o candidato que não tiver atingido o índice mínimo estabelecido em, pelo menos, um dos exercícios previstos no item 4.10.4.

5.11.3 O requerimento do recurso deverá ser entregue diretamente à Comissão Fiscalizadora, no mesmo dia e local da realização do TACF, imediatamente após haver recebido o resultado do Teste.

5.11.4 A realização do TACF em grau de recurso será constituída de todos os testes regulamentados na NSCA 54-4, divulgada nas páginas eletrônicas do Exame.

5.11.5 Será considerado "NÃO APTO" o candidato que tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos testes e cuja recuperação venha ocorrer após o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

5.12 RECURSO QUANTO AO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR

5.12.1 O requerimento para o recurso quanto ao resultado do PHC, para o candidato cuja autodeclaração não for confirmada, deverá ser preenchido e entregue diretamente à equipe de organização da etapa, no mesmo dia e local da realização do PHC, imediatamente após haver recebido o resultado.

5.12.2 O recurso quanto ao resultado do PHC, sob a responsabilidade da Comissão Recursal de Heteroidentificação Complementar (CRHC), deverá considerar a filmagem do PHC, o parecer emitido pela CHC, e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

5.13 RECURSO QUANTO À VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

5.13.1 O candidato que tiver documentação rejeitada, durante a etapa de Validação Documental, poderá solicitar recurso ao término de sua conferência, por meio de formulário próprio, constante do Anexo H (disponibilizado no momento da divulgação do resultado), dirigido ao Comandante da EPCAR, e terá três dias úteis, a contar da data da conferência documental, para a solução do problema.

6 RESULTADO FINAL DO EXAME

6.1 Será considerado em condições de ser apreciado pela JEA, para Habilitação à Matrícula nas vagas existentes, o candidato que atender a todas as condições seguintes:

a) nas Provas Escritas for considerado COM APROVEITAMENTO, tendo para isso obtido grau igual ou superior a 5,0000 (cinco) na Média Final do Exame e na Prova de Redação, bem como, grau mínimo 4,0000 (quatro) em cada uma das demais Provas Escritas (Língua Portuguesa, Matemática, Física e Língua Inglesa);

b) na INSPSAU, no EAP e no TACF for considerado APTO; e

c) obtiver confirmação de sua autodeclaração no PHC (somente os candidatos que tiverem de realizar o PHC).

6.2 Serão convocados para a Habilitação à Matrícula no CFOAV 2023 os candidatos aprovados em todas as etapas do processo seletivo e classificados dentro do número de vagas fixadas, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e a homologação pela JEA que consolidará, pelo Mapa e pela Ata, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para Habilitação à Matrícula.

6.2.1 A Habilitação à Matrícula ocorrerá em data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C), tendo como prazo limite a data de Matrícula no Curso, após solução de recursos apresentados.

6.3 Os candidatos de que trata o item 6.2 somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no Capítulo 7 destas Instruções Específicas.

6.4 A JEA também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrerem, a ordem decrescente de suas Médias Finais e o critério de desempate.

6.5 O candidato aprovado em todas as etapas do Exame, mas não classificado no número de vagas existentes, será considerado excedente, até a data de validade deste Exame.

6.5.1 A listagem de candidatos excedentes tem por finalidade permitir o preenchimento de vagas não completadas em razão de eventual desistência, exclusão ou não habilitação à matrícula de candidatos, desde que a convocação ocorra dentro da vigência do Exame de Admissão.

6.5.2 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a Habilitação à Matrícula no CFOAV 2023. Essa condição cessa com o término da validade deste Exame.

6.5.3 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá que se apresentar na AFA, no 5º (quinto) dia corrido, conforme Calendário de Eventos (Anexo C), a contar da data subsequente à sua convocação, pronto para atender a todas as exigências previstas no Capítulo 7 e terá o mesmo prazo para solução de pendências, citado no item 5.13.1, a partir da sua data de apresentação.

6.5.3.1 Fora das datas de apresentação estipuladas por ocasião da convocação de excedentes, não haverá recepção de candidatos excedentes convocados, inclusive no próprio dia da Concentração Final.

6.6 O candidato deverá manter todos os seus dados atualizados, inclusive endereço e telefone junto à Divisão de Admissão e de Seleção da EPCAR, enquanto estiver participando do processo seletivo. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

6.7 A Ordem de Matrícula dos candidatos habilitados será expedida pela DIRENS após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

6.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante da AFA, ocorrerá somente após o recebimento da Ordem de Matrícula da DIRENS e o cumprimento das exigências previstas para a matrícula dentro dos prazos estabelecidos.

6.8.1 O não cumprimento por parte do candidato das exigências para a efetivação da matrícula, dentro dos prazos estabelecidos implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e sua exclusão do Exame.

6.9Na hipótese de sobrevir, durante o CFOAV 2023, Acórdão de Tribunal ou Sentença definitiva (transitada em julgado) determinando expressamente a promoção e posse de candidato que fora matriculado por força de decisão liminar em Processo Judicial e que estiver dentro do número de vagas, o candidato excedente, convocado nas condições dos itens 6.4, 6.5, e 6.5.3 será excluído do Curso, em virtude da impossibilidade de a Administração nomear mais candidatos do que a quantidade de vagas previstas nas Instruções Específicas, ainda que conclua o CFOAV 2023 com aproveitamento, tendo em vista o provimento definitivo em favor do demandante judicial que alterou a ordem classificatória da seleção.

7 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

7.1 Estará habilitado à matrícula no CFOAV 2023 o candidato que atender a todas as condições a seguir:

a) ser brasileiro nato, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) ter cumprido no momento da inscrição e continuar a cumprir até a data da matrícula todas as condições previstas neste Exame de Admissão, em especial quanto ao previsto no item 2.6.3.3, 2.6.3.4 e 2.6.3.5;

c) ser aprovado, sem restrições, em todas as etapas do Exame, conforme item 4.1.1, manter-se apto na INSPSAU, no EAP e no TACF, até a data da matrícula, estar classificado dentro do número de vagas e ser selecionado pela JEA;

d) ter concluído com aproveitamento o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final e por ocasião da Validação Documental, o Certificado, Diploma ou declaração de conclusão, acompanhado do Histórico Escolar do referido Curso, expedidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, estadual, distrital, municipal ou regional de ensino competente;

e) não possuir menos de 17 (dezessete) anos e nem completar 23 (vinte e três) anos de idade, até 31 de dezembro do ano da matrícula no Curso, conforme alínea "b", inciso V, Art. 20 da Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011;

f) estar quite com as obrigações eleitorais;

g) não estar respondendo a processo criminal na Justiça Militar ou Comum;

h) não ter sido, nos últimos 05 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso;

i) não ter sido, nos últimos 05 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;

j) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido à medida de segurança;

k) se militar da reserva não remunerada das Forças Armadas ou Auxiliares, não ter sido excluído do serviço ativo por indignidade ou incompatibilidade, excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente;

l) se ex-Cadete da AFA, não ter sido excluído do Curso e desligado da AFA por ter sido julgado em Inspeção de Saúde "inapto definitivamente para a pilotagem militar" ou por ter sido considerado inapto à condição de Cadete da AFA ou de futuro oficial da Aeronáutica;

m) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço militar por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar;

n) se militar da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;

o) se militar da ativa de Força Armada ou Auxiliar, estar classificado no mínimo no comportamento "Bom";

p) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;

q) não ter sido desincorporado, expulso ou julgado desertor, nos termos da legislação que regula o serviço militar;

r) estar em dia com suas obrigações militares (candidatos do sexo masculino); e

s) apresentar-se, na AFA na data prevista para a Concentração Final (Habilitação à Matrícula), portando os originais e duas cópias simples dos seguintes documentos:

1) Documento de identificação pessoal original com foto, devidamente válido;

2) Certidão de Nascimento (atualizada há, no máximo, noventa dias);

3) Comprovante de Inscrição no CPF;

4) Título de eleitor e Certidão de quitação eleitoral (obtida na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.jus.br), salvo se menor de 18 anos de idade;

5) Certidão Negativa ou Atestado de Antecedentes Criminais (nas três esferas), emitidos em até noventa dias antes da Concentração Final (se maior de 18 anos de idade), fornecidos pela:

- Justiça Federal: obtida na página eletrônica do Departamento de Polícia Federal (www.dpf.gov.br);

- Justiça Militar: obtida na página eletrônica do Superior Tribunal Militar (www.stm.jus.br); e

- Justiça Estadual ou Distrital referente ao(s) domicílio(s) que residiu nos últimos cinco anos. O candidato deverá verificar junto ao Fórum, Órgão de Segurança Pública e/ou de identificação ou Polícia Civil como conseguir este documento.

6) Comprovante de residência, expedido há, no máximo, três meses;

7) Se do sexo masculino e em idade de cumprir obrigações legais para com o Serviço Militar: Certificado de Alistamento Militar ou Certificado de Dispensa de Incorporação (desde que não o incompatibilize com a carreira militar) ou ainda, Certificado de Reservista (1ª ou 2ª categoria) e, se Aspirante a Oficial, Certidão de Situação Militar;

8) Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão do Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino;

9) Histórico Escolar;

10) Declaração do próprio candidato atestando não exercer cargo, função ou emprego público (Anexo I);

11) Autorização do responsável legal, de próprio punho, por meio de "AUTORIZAÇÃO PARA MATRÍCULA DE CANDIDATO MENOR DE IDADE", conforme modelo contido no Anexo J;

12) Cartão de Vacinação que comprove todas as doses das vacinas previstas no calendário de vacinação obrigatório, previsto pela Sociedade Brasileira de Pediatria;

13) Se militar da ativa, Ofício de apresentação da OM de origem, conforme Anexo M, assinado pelo seu Comandante, Chefe ou Diretor, sem delegação, atestando o atendimento das condições previstas nas alíneas "g", "h", "i", "j", "n" e "o", do item 7.1.

14) Certificado/Carteira/Cartão de Vacinação, comprovando o recebimento de três doses da vacina contra a hepatite B, até a data de matrícula no CFOAV 2023, consoante estabelecido na alínea "a" do inciso "I" do item 4.8.5;

15) Declaração assumindo expressamente não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável, conforme Art. 144-A, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 e modelo previsto no Anexo L; e

16) Cartão ou documento equivalente, emitido Órgão ou Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, que comprove que o candidato é doador de medula óssea (apenas para candidatos que optaram pela isenção do pagamento da taxa de inscrição).

t) ter sido confirmada no PHC a sua autodeclaração, conforme o disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, observado o item 2.4.6 destas Instruções.

7.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

7.3 O Histórico Escolar e o Certificado ou Diploma somente terão validade se expedidos por Estabelecimento de Ensino ou Instituição de formação profissional reconhecidos pelo órgão oficial federal, estadual, municipal, distrital ou regional de ensino competente.

7.4 Quanto aos documentos citados no item anterior, somente serão aceitos aqueles que estiverem impressos em papel timbrado do Estabelecimento ou da Instituição que os emitiu, acompanhado do registro que outorgou seu funcionamento, com as respectivas publicações no Diário do órgão Oficial de imprensa, que contenha a confirmação de conclusão do Ensino Médio ou do Curso, sem dependências, com a habilitação para prosseguir estudos no nível Superior.

7.4.1 Visando sanar possíveis dificuldades na obtenção do Diploma ou Certificado, por parte do candidato, para habilitação à matrícula no Curso, será aceita a Declaração de conclusão do Ensino Médio (Anexo G). Essa Declaração deverá atender ainda ao previsto no item 7.2 e conter, além dos requisitos citados nos itens 7.3 e 7.4, a identificação do Diretor do Estabelecimento de Ensino e, no caso de Instituição Pública, a data da publicação da sua designação ou nomeação para o cargo de Direção.

7.4.2 O candidato poderá apresentar, em substituição aos documentos de comprovação de escolaridade relativos à conclusão do Ensino Médio, declaração de conclusão de período do Ensino Superior ou Certificado ou Diploma de conclusão do Ensino Superior, desde que atendam aos mesmos requisitos previstos nos itens 7.2 e 7.3 e, naquilo que for pertinente, no item 7.4.

7.5 Se o candidato deixar de entregar algum documento previsto na letra "s" do item 7.1, ou entregá-lo com discrepância citada no item 7.2, somente será matriculado se sanar o problema até o prazo previsto no item 5.13.1.

7.6 A constatação, a qualquer tempo, de omissão, falta de veracidade em documento ou informação fornecida pelo candidato implicará anulação da sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das medidas administrativas e sanções previstas na legislação em vigor.

7.7 Recomenda-se ao candidato menor de 18 anos de idade, com o objetivo de facilitar a concessão de atos administrativos de interesse da Organização de Ensino e do próprio candidato, que seja apresentado na Concentração Final e Habilitação à Matrícula, o PIS/PASEP e o Título de Eleitor. Caso o candidato não possua o PIS/PASEP, poderá apresentar a certidão de "Nada Consta", emitida pela Caixa Econômica Federal.

7.8 O candidato que obtiver provimento liminar para continuidade no Exame de Admissão, em Processo Judicial, somente será matriculado se estiver dentro do número de vagas previstas na respectiva Especialidade ou Quadro à qual concorre e desde que a ordem de matrícula seja expressamente determinada pelo juízo processante.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS

8.1.1 As despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem para a participação nas diversas etapas do Exame serão de responsabilidade do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados do Exame tiverem de ser cancelados, repetidos ou postergados.

8.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na situação de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do Curso.

8.1.2 Os portões de acesso aos locais de realização das Provas Escritas, bem como da Concentração Intermediária, serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

8.1.3 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP, do TACF e do PHC, incluídos os seus recursos/revisões, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos (Anexo C), serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária ou divulgados pelas páginas eletrônicas do Exame.

8.1.4 Os locais de realização de todas as etapas, inclusive a área de realização das Provas Escritas, da INSPSAU, do EAP, do TACF e do PHC terão a entrada restrita aos candidatos, membros da Banca Examinadora e da Comissão Fiscalizadora.

8.1.5 O não comparecimento do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C) ou divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora ou nas páginas eletrônicas do Exame implicará sua falta e, em consequência, sua exclusão do Exame.

8.1.6 Os candidatos convocados para a Concentração Final deverão comparecer à AFA com todos os itens necessários para habilitação à matrícula e início do EAM, que será realizado em regime de internato.

8.2 IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

8.2.1 O candidato deverá portar o seu documento de identificação pessoal original com foto, em todos os eventos do Exame, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas, de modo a permitir com clareza a identificação do candidato.

8.2.1.1 Serão aceitos como documentos de identificação pessoal: carteira de identidade (expedida por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública ou de Defesa Social, Ministério da Justiça, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar); carteira de identificação expedida pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro; carteira funcional do Ministério Público; certificado de reservista, carteira funcional expedida por Órgão Público que, por força de lei federal, valha como identidade; carteira de trabalho e previdência social (CTPS) e carteira nacional de habilitação (somente o modelo impresso com foto). Não serão aceitas versões digitais.

8.2.1.2 Não serão aceitos como documentos de identificação pessoal: certidão de nascimento ou de casamento ou contrato de união estável; título de eleitor; carteira de estudante; cartão do CPF; carteira de clube ou de entidade de classe; crachá funcional; certificado de alistamento militar (CAM); certificado de dispensa de incorporação (CDI), Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, ou quaisquer documentos não constantes destas Instruções.

8.2.1.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, cópias de documentos (mesmo que autenticadas), protocolo de documento, qualquer outro documento não constante destas Instruções Específicas ou em processo de expedição/renovação. Os documentos deverão permitir com clareza a identificação do candidato.

8.2.1.4 Por ocasião da realização das Provas Escritas, e por questões de segurança do Exame, serão realizadas conferências de dados dos candidatos presentes com os documentos válidos e, por não ser autorizada a utilização de dispositivos eletrônicos, não são aceitos documentos de identificação em versão digital.

8.2.2 A Comissão Fiscalizadora poderá realizar a identificação de qualquer candidato e efetuar a coleta de dados, de assinaturas, da impressão digital e de fotografia e/ou filmagem dos candidatos nos eventos deste Exame.

8.2.3 O candidato que não portar documento de identificação pessoal original com foto (conforme item 8.2.1.1), em qualquer etapa do Exame, por motivo de perda, roubo, furto ou extravio, deverá apresentar Boletim de Ocorrência Policial expedido há, no máximo, trinta dias, sendo submetido à identificação especial, conforme previsto no item a seguir.

8.2.3.1 O candidato deverá preencher o Formulário de Identificação Especial, com a identificação de duas testemunhas e escrever, de próprio punho, o seguinte texto: "Eu, NOME COMPLETO DO CANDIDATO, CPF, filho de NOME DO PAI e NOME DA MÃE, declaro, sob as penas da lei, que sou candidato do EXAME e estou de livre e espontânea vontade fazendo essa declaração, de próprio punho, para posterior confirmação da minha identidade e prosseguimento no Exame. LOCAL, DATA e ASSINATURA DO CANDIDATO", registrando o fato em Ata.

8.2.4 O candidato que não apresentar documento de identificação pessoal original com foto, conforme definido nestas Instruções Específicas, e nem se enquadrar no disposto nos itens anteriores, não poderá participar da etapa correspondente pela absoluta impossibilidade de comprovação da veracidade da identidade e por questão de segurança do Exame.

8.3 UNIFORME E TRAJE

8.3.1 Para os eventos deste Exame, realizados em OM (incluindo Colégios Militares), o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares deverá comparecer obrigatoriamente uniformizado, em acordo com o Regulamento de Uniformes.

18.3.1.1 O candidato militar que descumprir o item 8.3.1 prosseguirá no Exame, porém, por tratar-se de transgressão disciplinar, o fato será comunicado ao seu Comandante, Chefe ou Diretor.

8.3.2 Para os eventos do Exame realizados em instituições civis, o candidato militar da ativa poderá comparecer em traje civil ou uniformizado.

8.3.3 Em qualquer situação ou local, todos os candidatos deverão sempre trajar roupa condizente com o ambiente.

8.4 EXCLUSÃO DO CANDIDATO

8.4.1 Será excluído do Exame, a qualquer tempo, o candidato que:

a) não obtiver aproveitamento nas Provas Escritas;

não atingir o grau mínimo exigido na Média Final;

b) não for convocado para as etapas subsequentes ou, se convocado, não comparecer ou chegar atrasado;

c) não for considerado "APTO" na INSPSAU, no EAP e no TACF;

d) em cuja autodeclaração no PHC tenha sido comprovada a má fé;

e) não atingir os resultados previstos nestas Instruções, após a solução dos recursos apresentados; e/ou

f) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções e nas demais publicações disponíveis no endereço eletrônico do Exame.

8.4.2 Será excluído do Exame, a qualquer tempo, por ato dos Comandantes da EPCAR ou da AFA, ou por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, com registro em Ata e posterior homologação pelos Comandantes da EPCAR ou da AFA, sem prejuízo das medidas administrativas e legais previstas, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização de qualquer etapa do Exame de Admissão, estabelecidas nestas Instruções Específicas ou em orientações dirigidas aos candidatos;

b) portar, junto ao corpo ou sobre a mesa, durante a realização das Provas Escritas, quaisquer dos objetos citados no item 4.3.9.2;

c) portar arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou mesmo estando uniformizado ou de serviço, e/ou recusar-se a ser submetido à vistoria eletrônica (detector de metais e/ou de ponto eletrônico);

d) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios ilícitos, bem como praticar ato de indisciplina em qualquer etapa do Exame;

e) fizer, durante as Provas Escritas, qualquer anotação em local que não seja o próprio Caderno de Questões;

f) fizer uso, durante as Provas Escritas, de livro, código, apostila, manual ou qualquer anotação;

g) marcar no Cartão de Respostas/Folha de Redação ou fazer anotação no Caderno de Questões após o comunicado do encerramento do tempo oficial previsto para a realização das Provas Escritas, após ter sido advertido por membro da Comissão Fiscalizadora para interromper o ato de marcar resposta ou de fazer anotação;

h) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local de realização das Provas Escritas antes do tempo oficial previsto para levá-lo;

i) continuar a resolução de questões ou a marcação do Cartão de Respostas ou de qualquer folha de respostas após o comunicado de encerramento do tempo oficial previsto para a realização das Provas Escritas;

j) der ou receber auxílio para a realização das Provas Escritas;

k) comunicar-se verbalmente, por escrito ou por qualquer forma, com outro candidato durante as provas;

l) deixar de acatar determinação ou desrespeitar membro da Comissão Fiscalizadora ou outro candidato;

m) deixar de comparecer ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização de qualquer etapa do Exame, ainda que por motivo de força maior;

n) não apresentar documento de identificação pessoal original previsto no item 8.2.1.1 ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de coleta de dados, de impressão digital, de assinatura, de fotografia ou de filmagem, por ocasião de qualquer etapa do Exame;

o) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para matrícula, nos prazos determinados, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos, salvo o Título de Eleitor para menor de 18 anos de idade;

p) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;

q) praticar falsidade ideológica, constatada em qualquer momento do Exame;

r) deixar de assinar o Cartão de Respostas das Provas Escritas no local para isso reservado;

s) afastar-se da sala de realização das Provas Escritas ou do recinto de realização de qualquer outra etapa do Exame, durante ou após o período de realização das mesmas, portando seu Cartão de Respostas, sua Folha de Redação ou qualquer folha de respostas que lhe tenha sido entregue;

t) desistir voluntariamente em qualquer etapa do Exame;

u) ausentar-se do Setor de Provas sem o acompanhamento do membro da Comissão Fiscalizadora ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido nestas Instruções Específicas; e/ou

v) deixar de apresentar-se na AFA, na data prevista para a Concentração Final, passando a ser considerado candidato desistente, no caso de candidato titular e, no caso de candidato excedente, nos dias e horários estabelecidos por ocasião de sua convocação.

8.5 VALIDADE DO EXAME

8.5.1 O prazo de validade do EA CFOAV 2023 é de dez dias corridos, a contar da data do início do Curso, conforme previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), em consonância com o disposto no item 9.5 destas IE.

8.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas deste Exame somente terão validade para a matrícula no CFOAV 2023.

8.6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19)

8.6.1 À época da realização das Provas Escritas e demais etapas do Exame, caso os protocolos que disponham sobre o Plano de Contingenciamento Específico de Enfrentamento ao COVID-19 estejam ainda em vigor, o candidato deverá atender todas as condições prescritas nas alíneas a seguir:

a) por medida de controle sanitário, o candidato deverá apresentar-se fazendo uso de máscara de proteção respiratória, cobrindo nariz e boca, sob pena de exclusão do Exame;

b) por ocasião de comer ou beber, o candidato poderá retirar a máscara, devendo recolocá-la assim que terminar a alimentação, sempre respeitando o devido distanciamento social;

c) o uso de bebedouros coletivos será proibido, devendo o candidato, em caso de necessidade, trazer sua própria bebida em garrafas individuais e transparentes;

d) o candidato poderá portar frascos individuais e transparentes de álcool gel a 70%; e

e) não será permitido o fornecimento ou empréstimo de canetas ou outros objetos para compartilhamento, devendo cada candidato trazer consigo seus utensílios pessoais.

8.6.2 Após avaliação da equipe médica da Comissão Fiscalizadora, os candidatos que apresentarem sintomas sugestivos relacionados à COVID-19, tais como mal estar, fraqueza, dor de cabeça, dores musculares, dor de garganta, tosse, falta de ar, dor de estômago, diarreia, perda de apetite, perda de olfato ou febre, serão isolados em área apropriada para orientações iniciais e execução das provas escritas.

8.6.3 Por ocasião da Concentração Intermediária, INSPSAU, TACF ou EAP, o candidato convocado que apresentar laudo médico positivo para o COVID-19, na data prevista para as mencionadas etapas, será orientado a retornar nos dias e horários estabelecidos pela Comissão, sendo-lhe assegurado o prosseguimento nas fases subsequentes.

8.6.4 No dia da Concentração Final, os candidatos convocados para Validação Documental/ Habilitação à Matrícula responderão a um questionário para investigação epidemiológica e serão submetidos, obrigatoriamente, à testagem para a COVID-19, de forma a resguardar a saúde própria, dos demais candidatos e de todos aqueles envolvidos na aplicação e execução das Etapas do presente Exame.

8.6.4.1 O candidato que apresentar qualquer sintoma ou obtiver o resultado positivo na testagem, constante do item 8.6.4, será orientado a retornar nos dias e horários estabelecidos pela Comissão, sendo-lhe assegurado o prosseguimento nas etapas subsequentes.

8.6.4.2 O cumprimento do isolamento, resultante do item 8.6.4.1, e o retorno ao Exame não serão apoiados pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional).

8.6.5 O candidato menor de idade, convocado para a Concentração Final, deverá apresentar uma Autorização, por escrito, de próprio punho, pelo seu responsável legal, para ser submetido à testagem da COVID-19, conforme Anexo O.

8.6.6 O candidato que se recusar a realizar a testagem para a COVID-19 será excluído do Exame.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A inscrição no processo seletivo implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no CFOAV 2023, bem como de todas as demais instruções que eventualmente vierem a ser expedidas e publicadas posteriormente.

9.2 Não caberá compensação, reparação ou indenização, pecuniária ou não, em função de indeferimento de inscrição, reprovação nas etapas do Exame, cancelamento de matrícula, exclusão do Exame, anulação de ato ou não aproveitamento por falta de vagas, em cumprimento às condições estabelecidas nas presentes Instruções Específicas.

9.3 O COMAER não possui vínculo com qualquer curso preparatório ou escola, nem sugere ou se responsabiliza por material didático comercializado por professores ou instituições de ensino.

9.4 Ao Diretor da DIRENS caberá:

a) anular este Exame, no todo ou em parte, em todo o País ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer etapa de característica eliminatória e/ou classificatória, e quando ocorrer fato incompatível com estas Instruções Específicas ou que impossibilite seu cumprimento;

b) determinar retificação de ato equivocado, anular e tornar sem efeito todas as consequências por ele produzidas e, em seguida, providenciar a correção e a divulgação das informações, dando ampla publicidade de todas as ações, com as devidas explicações e respectivas motivações que produziram as alterações; e

c) dar solução aos casos omissos nestas Instruções Específicas.

9.5 Em caso excepcional de mudança no Calendário de Eventos (Anexo C), por motivo de força maior ou decisão judicial, a DIRENS reserva-se no direito de reprogramar o mencionado calendário conforme a disponibilidade e a conveniência da Administração, sendo implícita e compulsória a aceitação dos candidatos às novas datas a serem oportunamente divulgadas.

9.6 Em caso excepcional de alteração na divulgação de algum resultado, conforme especificado na letra "b" do item 9.4, não cabe qualquer pedido de reconsideração referente ao ato anulado, pois dele não se originam direitos, uma vez que este estará eivado de vício, que o torna ilegal e passível de ser retificado.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

Anexo A - Siglas e Vocábulos

AFA - Academia da Força Aérea
BCA - Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA - Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL - Centro de Medicina Aeroespacial
CFOAV - Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CHC - Comissão de Heteroidentificação Complementar
CINDACTA - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER - Comando da Aeronáutica
COMGEP - Comando-Geral do Pessoal
CRHC - Comissão Recursal de Heteroidentificação Complementar
DAS - Divisão de Admissão e Seleção da EPCAR
DIAP - Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIAPM - Documento de Informação de Aptidão à Pilotagem Militar
DIRAP - Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENS - Diretoria de Ensino
DIRSA - Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DIS - Documento de Informação de Saúde
DOU - Diário Oficial da União
EAM - Estágio de Adaptação Militar
EAP - Exame de Aptidão Psicológica
INSPSAU - Inspeção de Saúde
EPCAR - Escola Preparatória de Cadetes do Ar
FIFQ - Ficha Informativa sobre Formulação de Questão
FSI - Formulário de Solicitação de Inscrição
ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica
IE/EA - Instruções Específicas / Exame de Admissão
INSPSAU - Inspeção de Saúde
IPA - Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS - Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA - Junta Especial de Avaliação
OM - Organização Militar
OCL - Organização Coordenadora Local
OSA - Organização de Saúde da Aeronáutica
PHC - Procedimento de Heteroidentificação Complementar
RUMAER - Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SEREP - Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica
SIGC - Sistema Integrado de Gestão e Controle
TACF - Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

Anexo B - Conteúdo Programático e Referências Bibliográficas

1 FÍSICA

1.1 CINEMÁTICA ESCALAR

1.1.1 Movimento Uniforme. Movimento com velocidade escalar variável e Movimento Uniformemente Variado. Movimento Vertical no Vácuo. Gráficos do Movimento Uniforme e do Movimento Uniformemente Variado.

l.2 VETORES E GRANDEZAS VETORIAIS: CINEMÁTICA VETORIAL

1.2.1 Vetores. Velocidade e aceleração vetoriais. Movimentos circulares. Lançamento horizontal e lançamento oblíquo no vácuo.

1.3 DINÂMICA

1.3.1 Princípios fundamentais. Leis de Newton. Forças de atrito. Forças em trajetória curvilíneas. Trabalho e energia. Impulso e Quantidade de Movimento. Gravitação Universal.

1.4 ESTÁTICA

l.4.1 Equilíbrio do ponto material. Equilíbrio dos corpos extensos. Hidrostática.

1.5 TERMOLOGIA

1.5.1 Introdução à termologia. Termometria. Dilatação térmica de sólidos e líquidos.

1.6 CALOR

1.6.1 Calorimetria. Mudanças de fase. Diagramas de fase. Propagação do calor.

1.7 TERMODINÂMICA

1.7.1 Estudo dos gases. As leis da Termodinâmica.

1.8 ÓPTICA

1.8.1 Óptica geométrica. Reflexão da luz e Espelhos planos. Espelhos esféricos. Refração luminosa. Lentes esféricas delgadas. Instrumentos ópticos

1.9 ONDAS

l.9.1 Movimento harmônico simples (MHS). Ondas. Interferência de ondas. Ondas sonoras.

1.10 ELETROSTÁTICA

1.10.1 Eletrização e Força elétrica. Campo elétrico. Trabalho e potencial elétrico. Condutores em equilíbrio eletrostático e Capacitância eletrostática.

1.11 ELETRODINÂMICA

1.11.1 Corrente elétrica. Resistores. Medidas elétricas. Geradores e Receptores elétricos. Capacitores.

1.12 ELETROMAGNET1SMO

l.12.1 Campo magnético. Força magnética. Indução eletromagnética.

1.13 FÍSICA MODERNA

1.13.1 Noções de física quântica: Teoria dos Quanta; Efeito Fotoelétrico; célula fotoelétrica; O Átomo de Bohr; a Natureza "Dual" da Luz; Dualidade Onda-partícula: a Hipótese de Broglie; Princípio da Incerteza de Heisenberg.

1.13.2 Relatividade Especial: Relatividade na Física Clássica; Relatividade Galileana; Experiência de Michelson-Morley; Relatividade de Einstein: postulados da Teoria da Relatividade Especial; Modificações na Relatividade Galileana; Contração do comprimento; dilatação do tempo; composição relativística de velocidades; Massa e Energia; Energia e Quantidade de Movimento.

1.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.14.1 CALÇADA, Caio Sérgio; SAMPAIO, José Luiz. Física Clássica. São Paulo: Atual, 1998. v. 1, 2, 3, 4, 5.

1.14.2 GASPAR, Alberto. Física. São Paulo: Editora Ática, 2000. v. 1, 2, 3.

l.14.3 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. l.
l.14.4 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 2.
l.14.5 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 3.
1.14.6 MÁXIMO, Antônio; ALVARENGA, Beatriz. Curso de Física. São Paulo: Scipione, 2005. v. 1, 2, 3.
l.14.7 PARANÁ, Dijalma Nunes da Silva. Física. São Paulo: Ática, 1998. v. 1, 2, 3.
1.14.8 RAMALHO, Francisco Júnior; NICOLAU, Gilberto Ferrara; TOLEDO, Paulo Antônio Soares. Os Fundamentos da Física. São Paulo: Moderna, 2006. v. 1, 2, 3.

2 MATEMÁTICA
2.1 NOÇÕES DE CONJUNTOS
2.1.1 Igualdade de conjuntos.
2.1.2 Subconjuntos.
2.1.3 Operações com conjuntos: interseção, reunião, diferença e complementar.
2.1.4 Resolução de problemas.
2.2 CONJUNTOS NUMÉRICOS
2.2.1 Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais.
2.2.2 Propriedades, operações e resolução de problemas.
2.2.3 Intervalos reais.
2.3 FUNÇÕES
2.3.1 Noção intuitiva e definição.
2.3.2 Notação de função.
2.3.3 Domínio, imagem e contradomínio.
2.3.4 Análise de gráfico.
2.3.5 Crescimento e decrescimento de função.
2.3.6 Paridade de função.
2.3.7 Função: sobrejetora, injetora e bijetoras.
2.3.8 Composição de função.
2.3.9 Função inversa.
2.3.10 Funções: afim, quadrática, modular, exponencial, logarítmica e recíproca (definição, gráfico, equações, inequações e resolução de problemas).
2.3.11 Logaritmo: definição, propriedades e resolução de problemas.
2.4 SEQUÊNCIAS
2.4.1 Definição.
2.4.2 Progressões Aritméticas.
2.4.3 Progressões Geométricas.
2.5 TRIGONOMETRIA
2.5.1 Arcos e ângulos.
2.5.2 Circunferência trigonométrica.
2.5.3 Funções trigonométricas e funções trigonométricas inversas.
2.5.4 Relações fundamentais.
2.5.5 Redução ao 1º quadrante.
2.5.6 Relações de identidade e transformações.
2.5.7 Equações e inequações.
2.5.8 Triângulo retângulo.
2.5.9 Triângulo qualquer: lei dos senos, lei dos cossenos e área.
2.6 MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES
2.6.1 Matriz: conceito, tipos especiais, operações e inversa.
2.6.2 Determinantes: conceito, resolução, propriedades e aplicações.
2.6.3 Sistemas lineares: resolução e discussão.
2.7 GEOMETRIA ESPACIAL
2.7.1 Poliedros convexos e não convexos.
2.7.2 Poliedros de Platão.
2.7.3 Prismas: elementos, classificação, cálculo de área e volume.
2.7.4 Pirâmide e tronco de pirâmide: elementos, classificação, cálculo de área e volume.
2.7.5 Cilindro: elementos, classificação, seção longitudinal e seção transversal, cálculo de área e volume.
2.7.6 Cone e tronco de cone: elementos, classificação, seção meridiana, cálculo de área e volume.
2.7.7 Esfera: elementos, seções, fuso esférico, cunha esférica, cálculo de área e volume.
2.7.8 Inscrição e Circunscrição de sólidos.
2.8 GEOMETRIA PLANA
2.8.1 Congruência de figuras planas.
2.8.2 Semelhança de triângulos.
2.8.3 Relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos.
2.8.4 Áreas de polígonos, círculo, coroa e setor circular.
2.9 ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE
2.9.1 Princípio Fundamental da Contagem.
2.9.2 Arranjos, permutações e combinações.
2.9.3 Permutações com elementos repetidos.
2.9.4 Binômio de Newton: termo geral e triângulo de Pascal.
2.9.5 Probabilidade.
2.10 GEOMETRIA ANALÍTICA
2.10.1 Coordenadas cartesianas no plano: distância entre dois pontos, ponto médio, condição de alinhamento de três pontos, mediana e baricentro.
2.10.2 Estudo da reta: equação geral, reduzida, segmentária e paramétrica; interseção de retas, paralelismo e perpendicularismo; distância entre ponto e reta; área de um triângulo; inequações do 1º grau com duas incógnitas.
2.10.3 Estudo da circunferência: equação reduzida e geral; posições relativas entre ponto e circunferência, entre reta e circunferências e entre duas circunferências; inequações do 2º grau com duas incógnitas.
1Cônicas: elipse, hipérbole e parábola (elementos e equações).
2.11 NÚMEROS COMPLEXOS
2.11.1 Operações com pares ordenados.
2.11.2 Forma algébrica, conjugado, quociente de dois números complexos.
2.11.3 Módulo e argumento.
2.11.4 Forma trigonométrica e forma polar.
2.11.5 Multiplicação e divisão.
2.11.6 Potenciação.
2.11.7 Radiciação.
2.11.8 Equações binômias e trinômias.
2.12 POLINÔMIOS
2.12.1 Definição.
2.12.2 Coeficiente dominante.
2.12.3 Função polinomial.
2.12.4 Polinômio nulo.
2.12.5 Valor numérico.
2.12.6 Raiz.
2.12.7 Polinômios iguais (ou idênticos).
2.12.8 Adição, subtração e multiplicação de polinômios.
2.12.9 Divisão.
2.12.10 Divisões por (x - a).
2.12.11 Teorema do resto.
2.12.12 Dispositivo prático de Briot-Ruffini.
2.12.13 Divisões sucessivas.
2.13 EQUAÇÕES ALGÉBRICAS
2.13.1 Definição.
2.13.2 Raiz.
2.13.3 Teorema fundamental da álgebra.
2.13.4 Teorema da decomposição.
2.13.5 Multiplicidade de uma raiz.
2.13.6 Relações de Girard.
2.13.7 Raízes complexas.
2.13.8 Teorema das raízes racionais.
2.14 ESTATÍSTICA BÁSICA
2.14.1 Variável.
2.14.2 Tabelas de freqüência.
2.14.3 Representações gráficas.
2.14.4 Medidas de centralidade.
2.14.5 Medidas de dispersão.
2.14.6 Medidas de centralidade e dispersão para dados agrupados: cálculo do desvio padrão, determinação da classe modal e cálculo da mediana.
2.15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2.15.1 IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos e funções.
Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.2 IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.3 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Trigonometria. Vol. 3. 10. ed. São Paulo:
Atual, 2013.
2.15.4 IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Sequências, matrizes, determinantes e sistema. Vol. 4. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.5 HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Combinatória e probabilidade. Vol. 5.
10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.6 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Complexos, polinômios e equações. Vol.
6. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.7 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Geometria analítica. Vol. 7. 10. ed. São
Paulo: Atual, 2013.
2.15.8 DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: Geometria plana. Vol.
9. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.9 DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: Geometria espacial posição e métrica. Vol. 10. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.10 IEZZI, Gelson; DEGENSZAJN, David, ALMEIDA, Nilze de; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. Matemática ciência e aplicações: conecte live. Vol. 1. 3ª edição. São Paulo, Saraiva, 2018.

3 LÍNGUA INGLESA
3.1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS
3.2 ESTRUTURAS GRAMATICAIS
3.2.1 Substantivos: gênero, número, contáveis e incontáveis.
3.2.2 Pronomes: pessoal, oblíquo, possessivo, reflexivo, demonstrativo, relativo, indefinido e interrogativo.
3.2.3 Adjetivos: graus comparativo e superlativo.
3.2.4 Preposições.
3.2.5 Conjunções.
3.2.6 Advérbios.
3.2.7 Numerais.
3.2.8 Artigos: definidos e indefinidos.
3.2.9 Verbos: tempos, modos, formas e vozes.
3.2.10 Caso possessivo.
3.2.11 Questiontag e respostas curtas.
3.2.12 Estrutura da oração.
3.2.13 Período composto: orações condicionais, relativas, apositivas, etc.
3.2.14 Discursos: direto e indireto.
3.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3.3.1 OXFORD Advanced Learners Dictionary. 7 ed. Oxford, 2005.
3.3.2 DICTIONARY of English Language and Culture 3 ed. São Paulo: Pearson Longman, 2000.
3.3.3 SWAN, Michael; WALTER, Catherine. The good grammar book . Oxford, 2001.
3.3.4 FUCHS, Marjorie; BONNER, Margaret. Grammar express intermediary. Longman, 2002.
3.3.5 BOLTON, David; GOODEY, Noel. English grammar in steps. Richmond Publishing, 1996. 3.3.6 RILEY, David HUGHES, John. Practical Grammar level 2. Heinle Cencage learning, 2010.

4 LÍNGUA PORTUGUESA
4.1 ESTUDO DE TEXTO
4.1.1 Intelecção de textos literários e não literários, verbais e não verbais.
4.2 GRAMÁTICA
4.2.1 Fonologia: fonemas, encontros consonantais e vocálicos, dígrafos, divisão silábica, acentuação gráfica e ortografia (conforme a nova ortografia).
4.2.2 Morfologia: estrutura das palavras, formação de palavras, classes de palavras: classificação, flexão e emprego (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição).
4.2.3 Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período, pontuação, regência e concordância, estudo da crase, colocação pronominal.
4.3 SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA
4.3.1 Variedades linguísticas.
4.3.2 Sinonímia e antonímia, hiponímia e hiperonímia, polissemia, ambiguidade.
4.3.3 Denotação e Conotação, figuras de linguagem, funções da linguagem, e vícios da linguagem.
4.3.4 Versificação.
4.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4.4.1 MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa 10 ed São Paulo: Saraiva, 2009.
4.4.2 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto. 16. ed. São Paulo:
Editora Ática, 2000.
4.4.3 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed.
São Paulo: Editora Ática, 1997.

Anexo C - Calendário de Eventos

INSCRIÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
1	Período de Inscrição. O preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI) será possível via Sistema de Inscrições, a partir das 10h do primeiro dia do período de inscrições, até as 09h do último dia - horário de Brasília.	CANDIDATOS / EPCAR	07/03/2022 a 23/03/2022
2	Solicitação via Sistema de Inscrições, da isenção do pagamento da taxa de inscrição, para candidatos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal e/ou inscritos no REDOME como doador de medula óssea. (O preenchimento do formulário de solicitação de isenção será possível a partir das 10h do primeiro dia do período de inscrições, até as 09h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS / EPCAR	07/03/2022 a 23/03/2022

3	Divulgação, via Internet, da relação provisória dos candidatos com o resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.	EPCAR	28/03/2022
4	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento de recurso quanto à relação provisória dos candidatos que solicitaram isenção do pagamento da taxa de inscrição, até às 15h. Os doadores de medula óssea deverão enviar, por e-mail, imagem do cartão de inscrição no REDOME	CANDIDATOS / EPCAR	29/03/2022
5	Divulgação, via Internet, da relação definitiva dos candidatos com o resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.	EPCAR	31/03/2022
6	Divulgação, via internet, da relação provisória dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que optaram pela reserva de vaga.	EPCAR	31/03/2022
7	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento de recurso quanto à relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos.	CANDIDATOS	01/04/2022
8	Pagamento da taxa de inscrição.	CANDIDATOS	08/03/2022 a 04/04/2022
9	Divulgação, via internet, da relação final dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que optaram pela reserva de vaga.	EPCAR	11/04/2022
10	Divulgação, via Internet, da relação provisória dos candidatos com o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os motivos dos indeferimentos.	EPCAR	11/04/2022
11	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento para inscrição em grau de recurso (O preenchimento será possível até às 15h do último dia - horário de Brasília). OBS: ***Somente*** *para* ***candidatos que tiveram*** *a solicitação de* ***inscrição indeferida*** *e que desejarem interpor recurso, de acordo com o previsto nas IE para este Exame.*	CANDIDATOS	12/04/2022 a 13/04/2022
12	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida definitivamente.	EPCAR	20/04/2022
13	Divulgação aos candidatos, via Internet, de relação contendo o local, setor e outras informações para a realização das Provas Escritas.	CANDIDATOS/ EPCAR	08/06/2022 a 20/06/2022

PROVAS ESCRITAS

	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
14	Divulgação via Internet dos locais de realização das Provas Escritas.	EPCAR	02/06/2022
15	PROVAS ESCRITAS: - Fechamento dos portões: 09h (horário de Brasília); - Orientações gerais às 9h10min (obrigatório); e - Início das Provas Escritas às 09h40min (horário de Brasília).	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA / OCL	19/06/2022
16	Divulgação das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios via Internet.	EPCAR	21/06/2022
17	Preenchimento e envio eletrônico à EPCAR, da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), no Sistema de Inscrições ou por outro meio devidamente disponibilizado (disponível até às 15h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	21/06/2022 e 22/06/2022
18	Divulgação dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre o recurso quanto à formulação de questões das Provas Escritas e/ou aos seus respectivos gabaritos, via Internet.	EPCAR	07/07/2022
19	Correção das Provas Escritas.	EPCAR	07/07/2022 a 13/07/2022
20	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados provisórios obtidos nas Provas Escritas (exceto Redação) com seus respectivos graus, contendo a classificação provisória daqueles que obtiveram aproveitamento, via Internet.	EPCAR	14/07/2022
21	Preenchimento via Sistema de Inscrições, de solicitação de revisão de graus, somente para candidatos que discordam dos graus publicados, no (disponível até às 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	14/07/2022 e 15/07/2022
22	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados das análises das solicitações de recurso para os graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas, contendo a classificação provisória daqueles que obtiveram aproveitamento, via Internet.	EPCAR	22/07/2022
23	Divulgação da relação nominal de candidatos que terão a Prova de Redação (RED) corrigida, via Internet.	EPCAR	22/07/2022
24	Divulgação da redação corrigida com os graus atribuídos, mediante acesso personalizado aos candidatos, via internet.	CIAAR / EPCAR	08/08/2022
25	Preenchimento do formulário de recurso para a Prova de Redação, via Sistema de Inscrições, (disponível até as 13h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	08/08/2022 a 09/08/2022
26	Divulgação dos pareceres individuais sobre os recursos da Prova de Redação, via Internet.	CIAAR / EPCAR	16/08/2022
27	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados finais obtidos nas Provas Escritas, com suas respectivas médias finais, contendo a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento, bem como a relação dos que foram convocados para a Concentração Intermediária e exames subsequentes, via Internet	EPCAR	22/08/2022

CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
28	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária (1ª data), bem como da data, do horário e endereço do local onde ela será realizada.	EPCAR	19/08/2022
29	Concentração Intermediária (1ª data - somente para os convocados para esta data) - Fechamento dos portões às 09h (horário local), com lavratura da Ata.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	29/08/2022
30	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que não compareceram à Concentração Intermediária (1ª data) e convocação dos candidatos para a Concentração Intermediária (2ª data).	EPCAR	31/08/2022
31	Concentração Intermediária (2ª data - somente para os convocados para esta data) - Fechamento do portão às 09h. (horário local), com lavratura da Ata. Obs.: A 2ª data não se destina à recepção de candidatos faltosos à convocação ocorrida para a 1ª data.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ SEREP	05/09/2022
32	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que não compareceram à Concentração Intermediária e/ou foram excluídos do processo seletivo.	EPCAR	09/09/2022

INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
33	INSPSAU - realização e julgamento.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ OSA / SEREP	30/08/2022 a 16/09/2022
34	Solicitação de recurso para entrega de documentação da INSPSAU: Certificado/Carteira de Vacinação, e/ou Laudos e/ou resultados de Exames Toxicológicos e/ou Laudo de Exame Citopatológico Ginecológico ou Atestado Médico, emitido por ginecologista, em até 2 (dois) dias úteis, a contar da data prevista para o início da INSPSAU.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA	Na data prevista para o início da Inspeção de Saúde, realização e julgamento
35	Inspeção de Saúde - Realização e Julgamento apenas para candidatos que solicitaram recurso para entrega de documento(s) da INSPSAU.	CANDIDATOS/ OSA/ COMISSÃO FISCALIZADORA	Até 2 dias úteis, a contar da data prevista para o início da Inspeção de Saúde, realização e Julgamento
36	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU. *OBS: O candidato com resultado "*NÃO APTO*" poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Saúde (DIS), conforme previsto nas IE do Exame.*	EPCAR	29/09/2022
37	Preenchimento e envio eletrônico do requerimento para INSPSAU, em grau de recurso. (O preenchimento eletrônico será possível até às 15h do último dia do recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	29/09/2022 a 30/09/2022
38	Consulta individual, via Sistema de Inscrições, ou por outro meio devidamente disponibilizado, da data, horário e local onde o candidato com resultado "NÃO APTO", e que solicitou INSPSAU em grau de recurso, será reexaminado.	CANDIDATOS	10/10/2022
39	Realização da INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ OSA	13/10/2022 a 20/10/2022
40	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU em grau de recurso.	EPCAR	27/10/2022

EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
41	EAP - realização e julgamento.	CANDIDATOS / IPA / SEREP	30/08/2022 a 16/09/2022
42	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no EAP. *OBS: O candidato com resultado INAPTO poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP).*	EPCAR	13/10/2022
43	Preenchimento e envio eletrônico do requerimento para revisão do EAP, em grau de recurso. (O preenchimento será possível até as 15h - horário de Brasília).	CANDIDATOS	14/10/2021
44	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na revisão do EAP, em grau de recurso.	EPCAR	26/10/2022
45	Preenchimento via Sistema de Inscrições ao IPA, do requerimento com solicitação de Entrevista Informativa dos candidatos julgados inaptos no EAP que desejarem obter esclarecimento sobre o motivo da sua inaptidão (até as 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	26/10/2022 e 27/10/2022
46	Consulta individual, via página eletrônica do Exame, da data, horário e local onde será realizada a Entrevista Informativa. *OBS: Somente para candidatos com resultado "INAPTO" no EAP e que solicitaram a Entrevista Informativa.*	CANDIDATOS	04/11/2022
47	Realização da Entrevista Informativa, referente ao EAP, com os candidatos que solicitaram.	CANDIDATOS / IPA	01/12/2022 e 02/12/2022

TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
48	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos convocados para a realização do TACF.	EPCAR	28/10/2022
49	TACF - Realização, Julgamento e divulgação imediata do resultado aos candidatos, bem como a data, horário e	CANDIDATOS / CDA /COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	03/11/2022 a 08/11/2022

	local de realização do novo teste dos candidatos que obtiveram o resultado "NÃO APTO".		
50	Informação imediata da data, horário e local de realização do novo teste aos candidatos que obtiveram o resultado "NÃO APTO" e que solicitaram o TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS / CDA / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	03/11/2022 a 08/11/2022
51	Entrega, ao Presidente ou ao Secretário da Comissão Fiscalizadora, do requerimento do TACF em grau de recurso (após a realização do Teste).	CANDIDATOS	03/11/2022 a 08/11/2022
52	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF.	EPCAR	09/11/2022
53	Realização e julgamento do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS / CDA / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	14/11/2022
54	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF em grau de recurso.	EPCAR	17/11/2022
PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (PHC)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
55	Divulgação da relação nominal dos candidatos autodeclarados negros, optantes pela reserva de vagas, convocados para realizar o PHC. *Obs.: O PHC será realizado em 3 (três) dias consecutivos, sendo convocados, por grupos, os candidatos optantes pela reserva de vagas devidamente aprovados nas etapas anteriores*.	EPCAR	18/11/2022
56	PHC à autodeclaração dos candidatos negros e que optaram pela reserva de vaga. Separados em grupos por dia de avaliação. (Apresentação na AFA: horário a ser informado por ocasião da convocação)	AFA / CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	22/11/2022 a 24/11/2022
57	Solicitação de recurso quanto ao resultado do PHC dos candidatos negros que tiveram sua autodeclaração NÃO CONFIRMADA.	CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	22/11/2022 a 24/11/2022
58	PHC à autodeclaração dos candidatos negros, em grau de recurso.	AFA / CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	25/11/2022
59	Publicação do resultado definitivo do PHC à autodeclaração dos candidatos negros.	CANDIDATOS / EPCAR	28/11/2022
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
60	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a Concentração Final e Habilitação à Matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações.	EPCAR	12/12/2022
61	Publicação em BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	19/12/2022
62	Publicação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DIRENS	19/12/2022
CONCENTRAÇÃO FINAL / HABILITAÇÃO À MATRÍCULA / MATRÍCULA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
63	Divulgação, via Internet, do modelo de autorização do responsável legal para a matrícula do candidato no Curso e/ou informações importantes para início do Estágio de Adaptação Militar.	EPCAR	20/12/2022
64	Concentração Final e Habilitação à Matrícula. - Apresentação no Auditório da AFA, das 08h até às 09h (horário local), dos candidatos selecionados pela JEA e convocados para a Concentração Final.	AFA/CANDIDATOS	12/01/2023
65	Apresentação e análise da documentação exigida para habilitação à matrícula e preenchimento do Formulário de Recurso por rejeição de documentação. OBS: Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para matrícula, terão 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA, para as respectivas soluções.	AFA / CANDIDATOS	12/01/2023
66	Matrícula e início do Curso.	AFA	12/01/2023
67	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, determinando a data de apresentação.	AFA / EPCAR	12/01/2023 a 20/01/2023
68	Apresentação na AFA dos candidatos excedentes convocados. OBS: Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para matrícula, terão 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA, para as respectivas soluções.	CANDIDATOS	No quinto dia corrido, a contar da data subsequente à de convocação, de 12h até as 14h.
69	Apresentação e análise do documento exigido para habilitação à matrícula, objeto do recurso.	AFA / CANDIDATOS	Até 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA
70	Validade do Exame de Admissão.	AFA/EPCAR	22/01/2023
71	Matrícula, a contar da respectiva data de apresentação do candidato excedente convocado.	AFA	Até 03/02/2023
72	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados, com as respectivas datas de apresentação.	EPCAR	08/02/2023
73	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos matriculados no respectivo Curso.	EPCAR	23/02/2023
74	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no CFOAV.	AFA	02/03/2023

Anexo D - Modelo de Autorização para Candidato Menor de Idade

AUTORIZAÇÃO PARA CANDIDATO MENOR DE IDADE

Eu,

_____,

portador(a) do CPF nº _____, responsável legal pelo(a) menor

_____,

nascido(a) em _____ / _____ / _____, candidato(a) do EA CFOAV 2023 , autorizo o(a) mesmo(a) a participar de todas as fases do processo seletivo, caso venha a ser convocado(a) para a Concentração Intermediária.Ainda, no caso de enquadrar-se no previsto na Lei n° 12.990/2014, autorizo que seja submetido ao Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), o qual poderá ser filmado e a gravação utilizada na análise de eventuais recursos interpostos.

_____, _____ de _____ de 20____.

Local dia mês ano

_____

Assinatura do Responsável Legal

Anexo E - Relação das OCL com os respectivos endereços

OCL	LOCALIDADE	ENDEREÇO
AFA	***PIRASSUNUNGA - SP***	*Estrada de Aguaí, s/nº* Campo Fontenelle - CEP: 13643-970 Telefone: (19) 3565-7200
BANT	PARNAMIRIM - RN	Rua Otávio Gomes de Castro s/nº CEP: 59140-140 Telefones: (84) 3644-7100 (84) 3644-7133
BABV	*BOA VISTA - RR*	Rua Valdemar Bastos de Oliveira, nº 2990, Bairro Aeroporto CEP: 69.310-108 - Boa Vista-RR - Tel: (95) 3194-1000
BACG	CAMPO GRANDE - MS	Av. Duque de Caxias, 2905 Santo Antônio - CEP: 79101-900 Telefone: (67) 3368-3100
BAPV	***PORTO VELHO - RO***	*Av. Lauro Sodré, s/nº* CEP: 76803-260 Telefone: (69) 3211-9700
BASV	*SALVADOR - BA*	Av. Frederico Gustavo dos Santos, s/nº Santo Amaro de Ipatinga São Cristóvão - CEP: 41510-115 1Telefones:(71) 3377-8401 (71) 3377-8214
CIAAR	LAGOA SANTA - MG	***Rua Ten Aviador Doorgal Borges s/nº Bairro CIAAR*** *CEP: 33240-070* Telefone: (31) 2112-9000/9300- Lagoa Santa - MG
CINDACTA II	CURITIBA - PR	Av. Erasto Gaertner, 1000 Bacacheri - CEP: 82510-901 1Telefones: (41) 3251-5273 (41) 3251-5218
EPCAR	BARBACENA - MG	Rua Santos Dumont, nº 149 São José - CEP: 36205-058 Telefone: (32) 3339-4050
SEREP-BE	BELÉM - PA	Av. Julio Cesar, s/nº, Souza CEP 66613-902 - Belém/PA Telefone: (91) 3204-9113
SEREP-RF	***RECIFE - PE***	Av Maria Irene S/N, Jordão CEP 51.250-020 - Recife-PE PABX (81) 2129-8435 Telefone: (81) 2129-7000
SEREP-RJ	***RIO DE JANEIRO - RJ***	Av. Marechal Fontenelle, 1200 Campo dos Afonsos - CEP: 21740-002 SEREP-RJ Telefone: (21) 2157-2739
SEREP-SP	***SÃO PAULO - SP***	Avenida Monteiro Lobato, 6.365 - Jd. Cumbica - Guarulhos - SP | CEP: 07184-000 Brasil TEL: (11) 2465-2026
SEREP-CO	***CANOAS - RS***	*Av. Guilherme Schell, 3950 - Fátima - Canoas / RS* CEP: 92200-714 Telefone: (51) 3462- 1133
SEREP-BR	BRASÍLIA - DF	SHIS QI 05 - ÁREA ESPECIAL 12 LAGO SUL CEP: 71615-600 BRASÍLIA DF Telefone: (61) 3364-8204
SEREP-MN	MANAUS - AM	Avenida Rodrigo Otávio, 430 - Crespo CEP: 69074-000- Manaus - AM - Telefone: (92) 2129-1736

Anexo F - Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

AO SR. VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome

_____,

candidato(a) ao EA CFOAV 2023 da AFA, inscrição nº _____, tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) em _____/_____/_____, na localidade _____ (OCL) e tendo sido considerado(a) NÃO APTO, vem requerer ao Sr. o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

COMPARECER NA DATA ...../...../....., ÀS ..... HORAS, NO LOCAL .....cortar aqui .....

RECIBO DO(A) CANDIDATO(A)

Recebi em _____/_____/_____, às _____:_____ horas, o requerimento referente ao Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso, do (a) candidato(a)

_____

..

_____

Assinatura e carimbo - Presidente/Secretário da Comissão Fiscalizadora

COMPARECER NA DATA ...../...../....., ÀS ..... HORAS, NO LOCAL

Anexo G - Modelo de Declaração (Ensino Médio)

(papel carta timbrado da escola)

CABEÇALHO DA ESCOLA

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de matrícula no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV 2023),

que _____,

nome do(a) candidato(a)

nacionalidade brasileira,portador(a) da carteira de identidade nº _____,

(número / órgão expedidor)

CPF nº_____ concluiu com aproveitamento, neste Estabelecimento

de Ensino, em ____/____/_____, o Ensino Médio, devidamente aprovado(a) pelo ato de autorização ou reconhecimento, resolução nº_____, CNPJ nº _____.

_____, _____.

(local) (data)

_____

Téc Secretariado Escolar

(carimbo e o número do registro) _____

Diretor Geral

(carimbo e o número do registro)

Anexo H - Requerimento de Recurso quanto à Validação Documental

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

AO EXMO. SR. COMANDANTE DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Nome

_____,

candidato(a) ao EA CFOAV 2023, inscrição nº _____, tendo sido não habilitado(a) a matrícula no Curso por _____

_____

_____(motivo declarado), vem requerer ao Sr. recurso para Habilitação à Matrícula. Declaro estar de pleno acordo em cumprir todas as exigências contidas nas Instruções Específicas para o Exame.

Nestes termos, pede deferimento.

Pirassununga, ... de ..... de 20____.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

.....cortar aqui .....

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em //, às _____:_____ horas, o requerimento de recurso referente a não habilitação à matrícula no CFOAV 2023 do(a) candidato(a)_____

_____

Assinatura e carimbo

Anexo I - Declaração quanto a Não Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público

Eu,

_____,

identidade nº_____ e CPF nº _____, nascido(a) aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, filho(a) de _____e

de_____, candidato(a) do EA CFOAV 2023, declaro não estar investido(a) em cargo, emprego ou função pública nas esferas Federal, Estadual, Municipal ou Distrital. Declaro que estou ciente que, caso venha a acumular cargo público, deverei apresentar nova Declaração quanto a Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público.

Declaro que tomei conhecimento do inteiro teor do contido na alínea "c" do inciso XVI, do Art. 37 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, e estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para o qual for nomeado.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

Anexo J - Modelo de Autorização para matrícula de Candidato Menor de Idade

AUTORIZAÇÃO PARA MATRÍCULA DE CANDIDATO MENOR DE IDADE

1. Eu, _____,

portador(a) do CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, AUTORIZO o(a) menor _____ , nascido(a) em _____ / _____ / _____, candidato(a) do EA CFOAV 2023, para todos os efeitos legais e/ou administrativos inerentes ao Exame, a ser matriculado(a) no 1º ano do mencionado Curso.

2. DECLARO ter conhecimento completo das Instruções Específicas do EA CFOAV 2023 e estar ciente de que o Curso funciona e é constituído das seguintes atividades e características, dentre outras:

* Regime de internato;

* Exigência do comportamento dos(as) Cadetes, segundo os princípios da hierarquia e da disciplina militar;

* Formação educacional no nível de ensino superior;

* Ministração de instrução sobre regulamentos militares, dentro dos limites previstos para a faixa etária; e

* Concessão aos(às) Cadetes de dispensas nos fins de semana, para fins de viagens às suas residências ou para deslocamentos até a cidade de Pirassununga-SP. Nessa situação, os(as) Cadetes não são acompanhados(as) de instrutores e nem de monitores militares, portanto, devem atentar para os horários obrigatórios de retorno para a AFA e não devem frequentar locais impróprios para a idade ou nos quais são praticados atos contrários aos bons costumes.

3. Diante de todo o exposto na presente Declaração, CONCORDO em envidar esforços a fim de cooperar com o Comando da AFA, no propósito de conscientizar o (a) menor _____ a se comportar de acordo com as normas da AFA e a agir, nos ambientes externos a essa Organização de Ensino, com a prudência necessária, de modo a prevenir riscos à sua integridade física e psíquica.

4. AUTORIZO E ME RESPONSABILIZO pelos deslocamentos do(a) Cadete, realizados por conta própria, para a cidade de Pirassununga-SP, por ocasião dos licenciamentos de fim de semana, a serem concedidos pela AFA, não podendo ausentar-se da cidade, exceto para os endereços por mim indicados no documento de "Autorização de viagem para menores de 18 anos".

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do Responsável Legal

_____

(Indicação da Condição do Responsável: Pai, Mãe, Tutor)

Anexo K - Requerimento de recurso quanto ao resultado do PHC

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

Eu,_____,

candidato(a) ao EA CFOAV 2023, portador(a) da identidade nº_____ e CPF nº _____, vem requerer Procedimento de Heteroidentificação Complementar em grau de recurso, conforme previsto nas Instruções Específicas do Processo Seletivo, pelo(s) seguinte(s) motivo(s):_____

_____

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

11Anexo L - Modelo de Declaração assumindo expressamente não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável

DECLARAÇÃO ASSUMINDO EXPRESSAMENTE NÃO TER FILHOS OU DEPENDENTES, NÃO SER CASADO OU HAVER CONSTITUÍDO UNIÃO ESTÁVEL

Eu,_____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, candidato ao EA CFOAV 2023, declaro não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável, conforme o previsto no Artigo 144-A da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

_____,____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do candidato

Anexo M - Modelo de Ofício de Apresentação da OM de origem

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

OM DE ORIGEM DE APRESENTAÇÃO

Ofício n° Cidade, ____ de ____ de _____.

Protocolo COMAER n°

Do

Ao Sr. Comandante da AFA

Assunto: Apresentação de Militar.

1. Apresento ao Sr., por atender(em) às condições previstas na Portaria DIRENS n° 208/DCR, de 21/02/2022 (Instruções Específicas - IE/EA CFOAV 2023), Item 7.1,

alíneas "g", "h", "i", "j", "n" e "o" e ter(em) recebido Ordem de Matrícula no Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2023, o(s) militar(es) abaixo relacionado(s):

MILITAR SARAM

Posto/Graduação/Nome

_____

Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Anexo N - Recurso para Realização de Inspeção de Saúde em até dois dias úteis, após a data prevista para o início (Realização e Julgamento) e entrega de Documentos

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA

Nome

_____,

candidato (a) ao EA CFOAV 2023, inscrição nº _____, tendo comparecido para a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em _____/_____/_____, na localidade _____ (OCL) e não portar o(a) Certificado/Carteira de Vacinação e/ou Laudo/Resultado de Exame Toxicológico e/ou Laudo/Resultado de Exame Ginecológico (ou atestado médico emitido por ginecologista), vem requerer autorização para entrega desses documentos, bem como para a realização da Inspeção de Saúde em até dois dias úteis, a partir desta data.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do candidato

.....cortar aqui.....

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em _____/_____/_____, às _____:_____ horas, o requerimento referente à solicitação de entrega de documentos para realização da INSPSAU em até dois dias úteis, a partir desta data, do(a) candidato (a) _____.

_____

Assinatura e carimbo

Presidente/Secretário da Comissão Fiscalizadora

Anexo O - Autorização para candidato menor de idade realizar o Exame diagnóstico para o COVID-19

DECLARAÇÃO

Eu,_____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, autorizo o(a) menor _____, CPF nº_____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____,selecionado para participar da Concentração Final do EA CFOAV 2023, para todos os efeitos legais e/ou administrativos, a ser submetido(a) à avaliação médica e ao Exame diagnóstico para o COVID-19.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do(a) responsável legal

_____

(Indicação da condição do responsável: pai, mãe, tutor)

PORTARIA DIRENS Nº 210/DCR, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2023 (IE/EA CFOINT 2023).

Protocolo COMAER nº 67500.000431/2022-20

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.9, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, ROCA 21-104, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR

ANEXO

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS INTENDENTES DO ANO DE 2023

(IE/EA CFOINT 2023)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes Instruções, aprovadas pela DIRENS nº 210/DCR, de 21 de fevereiro de 2022, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2023 (EA CFOINT 2023).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes Instruções encontram-se fundamentadas na (o):

a) Constituição Federal (1988);

b) Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;
c) Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
d) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
e) Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014;
f) Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;
g) Portaria COMGEP nº 216/1SC, de 8 de dezembro de 2021;
h) Portaria GM-MD nº 4.044, de 4 de outubro de 2021;
i) Portaria GM-MD n° 4.512, de 4 de novembro de 2021;
j) Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pela Diretoria de Ensino (ICA 37-756), aprovadas pela DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021;
k) Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Intendentes (ICA 36-9), aprovada pela Portaria nº 56/GC3, de 10 de janeiro de 2019;
l) Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Academia da Força Aérea (ICA 37-33), aprovadas pela Portaria DIRENS n° 412/DPL, de 13 de dezembro de 2018;
m) Diretriz de Comando da Diretoria de Ensino nº 25A/2021, aprovada pela Portaria DIRENS nº 174/DCR, de 23 de dezembro de 2021;
n) ICA 12-28 "Indenização em Ressarcimento de Cursos e Estágios Realizados por Militares do Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 1.029/GC4, de 17 de julho de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 124, de 19 de julho de 2018;
o) Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6), aprovadas pela Portaria DIRSA nº 8/SECSDTEC, de 27 de janeiro de 2016, modificadas pelas Portarias nº 39/SECSDTEC, de 31 de março de 2016; 51/SECSDTEC, de 18 de abril de 2016; e 122/SECSDTEC, de 21 de novembro de 2016;
p) Inspeções de Saúde para ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica (NSCA 160-10), aprovada pela Portaria COMGEP nº 422/DLE, de 04 de maio de 2018;
q) Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas (NSCA 38-20), aprovadas pela Portaria COMGEP nº 86/ALE, de 6 de outubro de 2020;
r) Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e Seleção do Comando da Aeronáutica (NSCA 54-4) aprovada pela Portaria COMGEP nº 99/3SC3, de 23 de novembro de 2020; e
s) Orientações sobre as medidas de proteção contra o novo Coronavírus, SARS-COV-2, nos Exames de Admissão e Seleção coordenados pela DIRENS, aprovadas pela Portaria DIRENS nº 163/1DCR, de 10 de agosto de 2020.

1.3 DIVULGAÇÃO

1.3.1 O ato de aprovação das presentes Instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.3.2 Estas Instruções Específicas encontram-se publicadas no BCA e permanecerão disponíveis, durante toda a validade do Exame, nas seguintes páginas eletrônicas:

a) Comando da Aeronáutica (COMAER):
http://www.fab.mil.br
b) Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR):
http://ingresso.afaepcar.fab.mil.br

1.3.3 A página eletrônica citada na alínea "b" do item 1.3.2, poderá ser utilizada para obtenção de informações, formulários e divulgações a respeito do acompanhamento de todas as etapas do Exame.

1.3.3.1 No âmbito destas Instruções o termo "candidato" refere-se a ambos os sexos, exceto onde for necessário explicitar a distinção.

1.3.4 Informações a respeito de datas, locais e horários de realização dos eventos e eventuais modificações não serão transmitidas por telefone. O candidato deverá observar rigorosamente as Instruções Específicas, seus anexos e os comunicados divulgados nas páginas eletrônicas do Exame.

1.3.5 As relações nominais dos candidatos selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA) para a Habilitação à Matrícula e as relações nominais dos candidatos matriculados no Curso serão publicadas no DOU, respectivamente, pela DIRENS e pela AFA.

1.3.6 As publicações no DOU e no BCA serão os únicos documentos comprobatórios de aprovação, pois não será fornecido ao candidato nenhum documento para esse fim.

1.3.7 Informações complementares poderão ser obtidas junto à EPCAR, Organização Militar (OM) responsável pelo Exame, e ao Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), por intermédio dos seguintes telefones:

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR (EPCAR)
DIVISÃO DE ADMISSÃO E SELEÇÃO - DAS
RUA SANTOS DUMONT, 149 - BAIRRO SÃO JOSÉ
CEP: 36.205-058 - Barbacena / MG
Tels: (32) 3339-4050 / 3339-4051 - e-mail: *epcar.processoseletivo@gmail.com*

SEREP	LOCALIDADE / UF	Telefone	Fax
SEREP-BE	Belém / PA	(91) 3204-9659	(91) 3204-9113
SEREP-RF	Recife / PE	(81) 2129-7794; 2129-8474	(81) 2129-7794
SEREP-RJ	Rio de Janeiro / RJ	(21) 2157-2120; 2157-2739; 2157-2935	(21) 2157-2500
SEREP-SP	São Paulo / SP	(11) 2223-9375	(11) 2224-9926
SEREP-CO	Canoas / RS	(51) 3462-1204	(51) 3462-1241
SEREP-BR	Brasília / DF	(61) 3364-8205	(61) 3365-1393
SEREP-MN	Manaus / AM	(92) 2129-1735; 2129-1773	(92) 2129-1775

1.4 RESPONSABILIDADE

1.4.1 Este Exame será regido por estas Instruções Específicas e sua execução será de responsabilidade das OM do COMAER envolvidas nas atividades de Admissão e de Seleção, conforme Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pela Diretoria de Ensino (ICA 37-756), aprovadas pela DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021.

1.4.2 São de inteira responsabilidade do candidato o conhecimento pleno destas Instruções e de seus anexos e o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame por meio da página eletrônica da EPCAR, constante na alínea "b" do item 1.3.2.

1.4.3 A inscrição neste Exame implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no CFOINT 2023 e de todas as instruções complementares posteriormente aprovadas e publicadas.

1.4.4 O candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C).

2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO

2.1 PÚBLICO ALVO

2.1.1 O presente Exame é destinado a cidadãos brasileiros natos, de ambos os sexos, voluntários e interessados em ingressar no Quadro de Oficiais Intendentes (QOINT), desde que atendam aos pré-requisitos, às condições e às normas estabelecidas nestas Instruções para serem habilitados à matrícula no CFOINT 2023, a ser realizado na Academia da Força Aérea - AFA, em Pirassununga / SP.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS INTENDENTES (QOINT)

2.2.1 O QOINT, criado pelo Decreto-Lei nº 3.876, de 3 de dezembro de 1941, alterado pelo Decreto-Lei n° 8.180, de 19 de novembro de 1945, é um quadro de oficiais de carreira regulado pela ICA 36-9 - Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Intendentes (IRQOINT).

2.2.2 O QOINT visa atender as necessidades de pessoal para o preenchimento de cargos e para o desempenho de funções afetas aos Oficiais Intendentes.

2.3 VAGAS

2.3.1 Para matrícula no CFOINT 2023, são fixadas 45 (quarenta e cinco) vagas, das quais, 9 (nove) vagas reservadas a negros (20% previstos na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014), sendo todas destinadas aos candidatos de ambos os sexos, aprovados neste Exame (em todas as etapas previstas), classificados dentro do número de vagas e que forem habilitados à matrícula.

2.3.1.1 O número de vagas previsto no item 2.3.1 poderá ser majorado por necessidade da Administração, até a data de validade do Exame de Admissão, observada a reserva de vagas para os candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.3.2 Ao final do processo seletivo, caso aprovado em todas as etapas previstas e classificado dentro do número de vagas existentes no Curso, o candidato estará em condições de ser habilitado à matrícula.

2.4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

2.4.1 Ficam reservadas aos candidatos negros 20% das vagas oferecidas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.4.2 A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas por especialidade for igual ou superior a 3 (três).

2.4.3 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2.4.4 Poderá concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.4.4.1 O candidato deverá informar sua opção em concorrer às vagas reservadas no ato de inscrição.

2.4.5 A autodeclaração do candidato será confirmada mediante Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), conforme data/período discriminado no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.5.1 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, deverão submeter-se ao PHC.

2.4.5.2 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas e que não se submeterem ao PHC serão eliminados do Exame de Admissão.

2.4.6 Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação concorrerão às vagas de ampla concorrência, em igualdade de condições, em ordem decrescente de nota final, salvo se comprovada má fé da autodeclaração.

2.4.7 Os candidatos negros optantes pelo sistema de reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Exame.

2.4.7.1 Os candidatos negros optantes pelo sistema de reserva de vagas aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

2.4.8 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro optante posteriormente classificado.

2.4.9 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

2.4.10 A relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas será divulgada no endereço eletrônico do Exame, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.11 O candidato poderá interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.12 A relação final dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas será divulgada no endereço eletrônico do Exame, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.5 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS INTENDENTES (CFOINT)

2.5.1 O CFOINT, ministrado pela Academia da Força Aérea, em Pirassununga/SP, é um Curso de nível superior, da fase de Formação do Ensino Aeronáutico, de acordo com a Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011.

2.5.1.1 O referido Curso está amparado pela Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008, a qual dispõe sobre a Equivalência dos Cursos de Formação de Oficiais das Forças Armadas e continuidade de estudos em Cursos e programas de pós-graduação do Sistema Civil de Ensino.

2.5.1.2 De modo geral, o CFOINT proporciona uma base humanística, filosófica, científica e tecnológica necessária ao desenvolvimento da cultura geral e militar, com ênfase na liderança, conscientizando o futuro Oficial da Aeronáutica da realidade em que irá atuar. O referido Curso promove preparo intelectual, físico, emocional e especializado necessário ao desempenho profissional nas diversas atividades da Força Aérea. Aos concluintes do CFOINT é conferida a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.

2.5.1.3 Além da base citada no item anterior, o CFOINT é caracterizado pela formação administrativa, com o objetivo de preparar o Cadete Intendente ao desempenho de funções para gerir as atividades financeiras e logísticas das Organizações Militares da Força Aérea. Confere ao concluinte, ainda, a graduação de Bacharel em Ciências da Logística, com habilitação em Intendência da Aeronáutica.

2.5.2 O CFOINT tem duração de quatro anos, em regime de internato.

2.5.2.1 Durante todo o Curso, o Cadete será observado constantemente e, na ocorrência de cometimento de desvios que desabonem sua conduta como Cadete da Aeronáutica, será excluído do Curso e desligado da AFA, por ato do Comandante da AFA, ouvida a Assessoria de Ensino, se for o caso.

2.5.3 Aos candidatos que vierem a ser matriculados será ministrado um Estágio de Adaptação Militar (EAM), por um período aproximado de até quarenta dias corridos, em regime de internato, contados a partir da data do início do Curso, para verificação da aptidão ao regime militar, estando inserido na instrução do Campo Militar.

2.5.4 O período de instrução citado no item 2.5.3 é fundamental e indispensável à adaptação do Cadete, não podendo deixar de ser cumprido, sob pena de reprovação e exclusão do Curso, ainda que seja por candidato convocado por força de decisão judicial.

2.5.5 O candidato não selecionado pela JEA, mas convocado para o CFOINT 2023 por força de decisão judicial, até a data de validade do Exame (item 8.5.1), receberá Ordem de Matrícula Precária e realizará o Curso na turma à qual concorreu à vaga. Entretanto, na hipótese de convocação, após a data de validade do Exame, este será matriculado no CFOINT imediatamente posterior, devido à impossibilidade do cumprimento de instrução previsto no item 2.5.3.

2.5.6 Durante o Estágio de Adaptação Militar (EAM), o Cadete estagiário que demonstrar falta de aptidão à carreira militar, ou não atingir os parâmetros previstos no Plano de Avaliação da AFA para o EAM, será reprovado no referido Estágio, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação ao Comandante da AFA. Caso não obtenha parecer favorável em seu Requerimento, será excluído do Curso e desligado da Academia da Força Aérea.

2.5.7 A Habilitação à Matrícula no CFOINT 2023 não é garantia de que o candidato venha a ser efetivado no Comando da Aeronáutica. Tal efetivação, bem como as promoções relacionadas, dependerá da conclusão do Curso com aproveitamento, segundo o Plano de Avaliação da AFA, das necessidades do COMAER e das definições da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

2.6 SITUAÇÃO DURANTE O CFOINT

2.6.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante da AFA, passa à situação de Cadete da Aeronáutica (Praça Especial, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares), situação essa a ser mantida durante o Curso de Formação.

2.6.2 O Cadete da Aeronáutica é militar da ativa, com precedência hierárquica prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

2.6.3 O militar da ativa da Aeronáutica que, tendo sido aprovado em todas as etapas do Exame e vier a ser matriculado no CFOINT, será transferido para a AFA, devendo comparecer na Academia desimpedido de sua Organização Militar e seu desligamento será efetuado somente depois de efetivada a matrícula, para evitar a interrupção na contagem do seu tempo de serviço.

2.6.3.1. O candidato militar das demais Forças Armadas ou Auxiliares que vier a receber ordem de matrícula no CFOINT 2023 deverá ser licenciado e desligado da OM de origem no último dia útil anterior à matrícula no Curso.

2.6.3.2 O militar da ativa da Aeronáutica, ao passar à situação de Cadete do CFOINT, continuará a perceber os vencimentos referentes à graduação que possuía por ocasião da matrícula, se esta for superior à remuneração do Cadete.

2.6.3.3 Não ter filhos ou dependentes e não ser casado ou haver constituído união estável, por incompatibilidade com o regime exigido para formação ou graduação, constituem condições essenciais para ingresso e permanência nos órgãos de formação de oficiais ou graduação de praças que os mantenham em regime de internato, de dedicação exclusiva e de disponibilidade permanente peculiar à carreira militar (Art. 144-A da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.3.4 As praças especiais (Cadetes) assumirão expressamente o compromisso de que atendem, no momento da matrícula no Curso, e de que continuarão a atender, ao longo de sua formação, as condições essenciais de que trata o item anterior, e o descumprimento desse compromisso ensejará o cancelamento da matrícula e o licenciamento do serviço ativo (Art. 144-A e 145 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.3.5 As praças especiais que contraírem matrimônio serão excluídas do serviço ativo, sem direito a qualquer remuneração ou indenização (Art. 144-A e 145 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.4 Durante a realização do Curso, o Cadete estará sujeito ao regime escolar da AFA e fará jus à remuneração fixada na legislação específica, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e odontológica, exclusivamente para si.

2.6.5 Durante o Curso, o Cadete estará sujeito ao preconizado nas Normas Reguladoras dos Cursos e Estágios (NOREG) e à Legislação vigente aplicada a todos os militares da ativa das Forças Armadas.

2.7 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO CFOINT

2.7.1 Após a conclusão do Curso com aproveitamento, segundo o respectivo Plano de Avaliação, serão nomeados Aspirantes a Oficial da Aeronáutica os Cadetes do 4º ano dentro do número de vagas final para Oficiais Intendentes, respeitada a ordem decrescente de classificação geral, e serão distribuídos nas OM do COMAER, conforme a conveniência e a necessidade da Administração.

2.7.1.1 Nessas Organizações, irão praticar e aprimorar seus conhecimentos, podendo alcançar como último grau hierárquico o posto de Coronel, desde que cumpram os pré-requisitos estabelecidos, venham a ser selecionados dentro das vagas disponibilizadas para esses postos e sejam aprovados nos Cursos de carreira obrigatórios, tudo conforme a legislação em vigor à época.

2.7.1.2 Por ato discricionário do Presidente da República, baseado no critério de "escolha", atendidas as condições específicas previstas na legislação em vigor, o Coronel Intendente poderá vir a ser promovido até o posto de Major-Brigadeiro Intendente.

2.7.1.3 Aos cadetes não classificados, nos termos do item 2.7.1, será conferido o diploma de bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública e de Bacharel em Ciências da Logística, com habilitação em Intendência da Aeronáutica.

2.7.2 O militar indenizará a União pelos custos com sua formação, preparação ou adaptação, caso não tenham decorrido, a contar da data de conclusão dos correspondentes eventos de ensino, os prazos mínimos estabelecidos em legislação, conforme Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e Portaria GM-MD nº 4.044, de 4 de outubro de 2021.

2.7.3 O Cadete que concluir o CFOINT com aproveitamento, em virtude de decisão judicial liminar, somente estará em condições de ser declarado Aspirante a Oficial se sobrevier, durante o CFOINT, sentença definitiva (transitada em julgado) ou Acórdão de Tribunal determinando expressamente a Declaração e, em todos os casos, desde que se encontre dentro do número de vagas.

2.7.4 Caso sobrevenha Sentença definitiva ou Acórdão de Tribunal, após a conclusão do Curso, determinando expressamente a Declaração de Cadete que concluiu o CFOINT com aproveitamento e dentro do número de vagas, será reservada vaga pela Administração castrense para o evento de Declaração imediatamente subsequente.

3 INSCRIÇÃO NO EXAME DE ADMISSÃO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição:

a) ser voluntário;

b) estar ciente de todas as normas e condições estabelecidas nestas Instruções Específicas (em especial, quanto ao item 7.1), para habilitação à futura matrícula no CFOINT 2023;

c) se menor de 18 (dezoito) anos de idade, estar autorizado por seu responsável legal para realizar as Provas Escritas e, se convocado para prosseguimento no Exame, estar autorizado a participar das etapas subsequentes de Inspeção de Saúde (INSPSAU), Exame de Aptidão Psicológica (EAP), Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF);

d) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI); e

e) pagar a taxa de inscrição, dentro do prazo previsto, ressalvado o disposto no item 3.3 e considerando o item 3.4.1.

3.1.1.1 A autorização para o candidato menor de idade realizar as Provas Escritas será consolidada automática e eletronicamente no momento do preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.1.2 A autorização para prosseguir no Exame, destinada ao candidato menor de dezoito anos de idade, aprovado e convocado para a Concentração Intermediária e demais etapas do Exame, deverá ser efetivada por escrito, conforme modelo previsto no Anexo D, de próprio punho pelo responsável legal, e ser entregue ao Presidente da Comissão Fiscalizadora, pelo candidato, durante a Concentração Intermediária.

3.1.2 Em caso de aprovação em todas as etapas previstas no Exame, classificação dentro do número de vagas e seleção para Habilitação à Matrícula no CFOINT 2023, o candidato deverá atender às condições previstas para a matrícula no item 7.1, a serem comprovadas na Validação Documental deste Exame, que ocorrerá na Academia da Força Aérea.

3.1.2.1 O candidato que se inscrever para o Exame e não possuir as condições para habilitação à matrícula no Curso previstas nas alíneas "a", "b", e "e" do item 7.1, independentemente do resultado obtido nas Provas Escritas, não será convocado para a Concentração Intermediária e não participará das demais etapas do Exame.

3.1.3 As informações prestadas no FSI são de responsabilidade do candidato, dispondo a EPCAR, a qualquer tempo, do direito de excluir do Exame aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e idônea.

3.1.4 O candidato militar da ativa deverá informar por escrito, via Parte, ao seu Comandante, Diretor ou Chefe que irá participar do Exame.

3.1.4.1 O militar da ativa, na condição de candidato e de voluntário, deverá ser liberado nos dias e horários estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C), porém essas liberações são de caráter particular e, portanto, não podem ser remuneradas nem apoiadas pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional).

3.1.5 O candidato militar da ativa deverá informar oficialmente à sua OM sobre sua indisponibilidade para missões a serviço fora de sede nos períodos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.1.6 O candidato aprovado em todas as etapas deste Exame e que, por ocasião da matrícula no CFOINT, estiver na condição de militar prestando o Serviço Militar Inicial (SMI), não poderá ser matriculado no respectivo Curso, visto que a interrupção do SMI somente poderá ocorrer nos casos previstos no Art. 31 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), sendo o mesmo excluído do Exame.

3.1.6.1 Caso o candidato seja incorporado em qualquer uma das Forças Armadas no período compreendido entre a Inscrição e a Concentração Final, deverá informar à EPCAR, tanto via sistema de inscrição (se ainda estiver aberto), quanto por escrito, informando em que Organização Militar está servindo.

3.1.7 No momento da solicitação da inscrição, o candidato deverá indicar atentamente, no sistema informatizado, o Curso em que deseja se inscrever para realizar o Exame, podendo ser modificada tal indicação somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição.

3.2 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.2.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer estas Instruções e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.2.2 A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente nos endereços eletrônicos do Exame, durante o período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.2.3 O sistema conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com a inserção de seus dados pessoais e da sua opção da localidade onde realizará as provas. Ao final deste processo, será disponibilizada a impressão da Guia de Recolhimento da União (GRU), com o número de referência e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que identificará a solicitação de inscrição e o candidato. A obtenção do comprovante de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato será direcionado para o preenchimento do FSI e para o cadastramento da senha de acesso.

3.2.3.1 O candidato que se autodeclarar negro (preto ou pardo) e desejar optar por concorrer às vagas reservadas, conforme item 2.4, deverá, obrigatoriamente, assinalar essa opção no FSI.

3.2.3.2 Somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição do Exame, será facultado ao candidato modificar sua opção de concorrer às vagas reservadas, via sistema de inscrição.

3.2.4 O procedimento acima mencionado não será concluído se o candidato deixar de informar algum dado ou se já tiver efetuado outra inscrição usando o mesmo número de CPF.

3.2.5 Não é necessário remeter qualquer documento para efetivar a inscrição, visto que a EPCAR considerará o recebimento eletrônico dos dados enviados no momento do processamento da inscrição e do pagamento da GRU, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.2.5.1 Se, durante o preenchimento eletrônico do FSI, o candidato informar dado que não atenda a algum dos requisitos previstos nas condições para a matrícula, informadas no item 7.1 (em especial quanto às alíneas "a", "b", e "e" será alertado dessa situação, mas poderá prosseguir com sua inscrição e participação nas Provas Escritas, estando ciente de que não será convocado para participar da Concentração Intermediária e de todas as etapas subsequentes do Exame.

3.2.5.2 A GRU é a única forma de pagamento da taxa de inscrição e somente deve ser paga junto ao Banco do Brasil, via aplicativo, terminais de atendimento automático ou diretamente junto ao caixa.

3.2.6 O valor da taxa de inscrição para o EA CFOINT 2023 é de R$ 90,00 (noventa reais) e deverá ser pago no prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.2.7 O comprovante original de pagamento bancário da taxa de inscrição deverá permanecer sob a posse do candidato para futura comprovação, caso necessário.

3.2.8 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição: os recibos de agendamento de pagamento bancário, depósito em cheque, depósito em conta-corrente, DOC ou TED, cartão de crédito/fatura, ordem de pagamento, comprovante de ordem bancária, transferências entre contas. Pagamentos após a data limite estabelecida ou qualquer outra forma de pagamento diferente da prevista nestas Instruções também não serão aceitos.

3.2.9 O valor pago referente à taxa de inscrição é recolhido diretamente ao Tesouro Nacional e, por isso, não poderá ser restituído, independentemente do motivo. A transferência do valor pago para terceiros ou a permuta da inscrição para outrem são vedadas. O candidato deverá certificar-se de todas as condições e restrições, pagando a inscrição somente após conferir todos os dados inseridos no Sistema de Inscrições. A taxa de inscrição terá validade apenas para este Exame.

3.2.9.1 O candidato, ao preencher o FSI, deverá dar especial atenção ao assinalamento da OCL à qual deseja estar vinculado.

3.2.10 Recomenda-se aos interessados que não deixem para os últimos dias a efetivação da inscrição. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do FSI não for realizado em razão de procedimento indevido, por motivos de ordem técnica dos equipamentos eletrônicos ou em função de qualquer fator que impossibilite o processamento de dados.

3.2.10.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato a utilização de equipamentos certificadamente protegidos por versões atualizadas de antivírus, a verificação do correto preenchimento do FSI e o pagamento da taxa de inscrição, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.2.11 A qualquer tempo, a inscrição poderá ser anulada, tornando sem efeito todos os atos dela decorrentes, se forem verificadas inverdades nas informações e nas declarações prestadas pelo candidato ou irregularidades em qualquer documento apresentado.

3.3 SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.3.1 A solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição tem amparo no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008 e na Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.2 Para requerer a isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico do Exame durante o período de inscrição, conforme estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), preencher obrigatoriamente o requerimento informatizado de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, com todos os dados solicitados, clicar na opção de isenção de pagamento da taxa de inscrição e declarar:

a) ser membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de Declaração de que atende à condição estabelecida; e

b) estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de indicação do próprio Número de Identificação Social (NIS) do candidato, constante na base do CadÚnico, existente no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); ser membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de Declaração de que atende à condição estabelecida; ou

c) ser doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.3 Para a concessão da isenção de taxa de inscrição, prevista nas alíneas "a" e "b" do item 3.3.2 é de suma importância que os dados pessoais informados no ato da inscrição sejam idênticos aos que foram informados no CadÚnico. O órgão gestor do CadÚnico será consultado a fim de verificar a veracidade e conformidade das informações prestadas pelo candidato. Caso haja divergências cadastrais, o Sistema de Isenção de Taxa de Inscrição (SISTAC) da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) negará a solicitação de isenção.

3.3.3.1 O número NIS a ser informado deverá ser o atribuído pelo CadÚnico ao próprio interessado, não sendo acatado número NIS de pais ou responsáveis.

3.3.4 A isenção prevista na alínea "c" do item 3.3.2, para os candidatos amparados pela Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá ser solicitada durante a inscrição, via Internet, no período previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), quando o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher o REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO, e anexar arquivo com a imagem legível do cartão, com nome completo e CPF, emitido por Órgão ou Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, comprovando ser doador de medula óssea. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) do Instituto do Câncer (INCA) será consultado para confirmar a veracidade e conformidade das informações prestadas pelo candidato.

3.3.4.1 O envio da documentação constante do item 3.3.4 é de responsabilidade exclusiva do candidato. A EPCAR não se responsabiliza por quaisquer tipos de falhas técnicas de computadores que impeçam o envio do arquivo. Havendo dificuldades de inserção da imagem no sistema, enviar para o e-mail epcar.processoseletivo@gmail.com, devidamente identificado e dentro do prazo previsto.

3.3.5 A declaração falsa de dados determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e no Art. 2º da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.6 O simples preenchimento dos dados, necessários para a solicitação de isenção do pagamento de taxa de inscrição, durante a inscrição via Internet, não garante ao interessado a isenção do pagamento da taxa de inscrição e a efetivação da inscrição no processo seletivo, visto que, além dos procedimentos previstos nos itens anteriores, o candidato também deverá atender às condições previstas para inscrição nas presentes Instruções, a fim de conseguir o deferimento da sua solicitação de inscrição.

3.3.7 Será indeferida a solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição prevista nas alíneas "a" e "b" ou "c", do item 3.3.2, nos seguintes casos:

a) quando o NIS apresentado estiver incorreto, inválido, excluído, com a renda fora do perfil, não estiver cadastrado, ou for de outra pessoa; ou

b) quando não enviar a documentação constante do item 3.3.4 ou enviá-la ilegível ou incompleta, ou ainda se o INCA não confirmar o registro do candidato no REDOME.

3.3.8 O candidato que solicitar isenção de pagamento de taxa de inscrição deverá consultar o resultado de sua solicitação pela Internet, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.3.9 O candidato cuja solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição tiver sido indeferida poderá interpor recurso ou imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU), pela Internet, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data constante no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida se:

a) não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, ressalvado o disposto no item 3.3;

b) efetuar o pagamento da taxa de inscrição após o término do período previsto no Calendário de Eventos (Anexo C); e

c) pagar a taxa de inscrição de forma incorreta; e/ou

d) o pagamento da taxa de inscrição não for compensado, por qualquer motivo, ou não ter ocorrido o efetivo e tempestivo recebimento do pagamento da taxa na Conta Única do Tesouro Nacional.

3.4.2 Caberá à EPCAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C), divulgar na página eletrônica deste Exame, informada na alínea "b" do item 1.3.2, o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os indeferimentos.

3.4.3 O candidato poderá, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

3.4.4 A divulgação do deferimento ou indeferimento definitivo da solicitação de inscrição, após análise dos recursos, conforme item 5.2, será feita pela EPCAR.

3.4.5 Recomenda-se ao candidato imprimir e levar o cartão de confirmação de inscrição no dia das Provas Escritas. Não sendo obrigatório, orienta-se os candidatos que tiveram sua solicitação de inscrição DEFERIDA que verifiquem o local e o setor de prova disponibilizados na página eletrônica da EPCAR (ingresso.afaepcar.fab.mil.br), sugerindo-se que seja impressa a parte que contenha as informações referentes ao candidato.

3.4.6 O candidato que não apresentar seu Cartão de Confirmação de Inscrição poderá ingressar no local designado para a realização das provas, desde que a sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que possa ser identificado por meio do seu documento de identificação pessoal original com foto, conforme Instruções Específicas.

3.5 CANDIDATO MENOR DE IDADE

3.5.1 No caso de candidato menor de idade, além das orientações anteriores, o candidato obrigatoriamente deverá apresentar a autorização conforme modelo previsto no Anexo D, preenchida de próprio punho pelo responsável legal, autorizando a participação do candidato no processo seletivo e sua matrícula, caso venha a ser convocado para a Concentração Intermediária.

3.5.2 A autorização impressa deverá ser entregue à Comissão Fiscalizadora, durante a Concentração Intermediária, somente pelos candidatos que ainda forem menores de idade na data de realização dessa Concentração. Essa autorização poderá ser substituída por uma certidão de registro de emancipação, registrada em cartório.

3.5.3 O candidato menor de idade convocado para a Concentração Intermediária que deixar de entregar a autorização ou a Certidão de Registro da Emancipação naquele evento, ou que a entregar apresentando erro, rasura, ilegibilidade, omissão de dado, omissão de assinatura, ou sem o reconhecimento da firma, não poderá realizar as etapas subsequentes e, portanto, será excluído do processo seletivo.

3.6 EVENTOS DO EXAME

3.6.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três eventos, nos quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas e horários constam do Calendário de Eventos (Anexo C).

3.6.2 Esses eventos e suas finalidades são os seguintes:

a) Provas Escritas: visa a sua realização, precedida de orientação ao candidato sobre os procedimentos durante as provas e também a respeito das etapas subsequentes, para os que vierem a ser convocados;

b) Concentração Intermediária: visa orientar o candidato (convocado para prosseguimento no Exame) a respeito da realização da INSPSAU, do EAP, do TACF, das solicitações de recurso/revisão e sobre a Concentração Final (para os que vierem a ser convocados para essa etapa), além de receber neste evento, dos candidatos menores de idade, a autorização do responsável legal (Anexo D), conforme o item 3.5. Será realizada em duas datas distintas, em grupos separados pela classificação decrescente de Médias Finais (MF), conforme necessidade da Administração, após os resultados do TACF e antecedendo à JEA, será realizado o PHC; e

c) Concentração Final: visa comprovar o atendimento dos requisitos previstos para a matrícula no Curso do candidato selecionado pela JEA, quando deverão ser apresentados os originais de todos os documentos para análise e conferência, e entregues duas cópias simples de cada um deles, conforme alínea "s" do item 7.1.

3.6.3 O local de realização das Provas Escritas será divulgado na página eletrônica do Exame, informada na alínea "b" do item 1.3.2, somente após o deferimento da solicitação de inscrição.

3.6.4 Na Concentração Intermediária, os candidatos receberão informações dos locais, datas e horários das etapas subsequentes e dois deles assinarão um termo declarando estarem cientes de todas as informações transmitidas.

3.6.5 A partir da data da Concentração Final, os candidatos habilitados à matrícula, convocados e apresentados, já permanecerão na respectiva Organização de Ensino onde ocorrerá o Curso, em regime de internato.

4 ETAPAS DO EXAME

4.1 ETAPAS

4.1.1 Este Exame será constituído das seguintes etapas:

a) Provas Escritas;

b) INSPSAU;

c) EAP;

d) TACF;

e) PHC; e

f) Validação Documental.

4.1.2 O processo seletivo é de âmbito nacional.

4.1.3 As Provas Escritas são de caráter classificatório e eliminatório. A INSPSAU, o EAP, o TACF, o PHC e a Validação Documental são de caráter eliminatório.

4.1.4 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada, não cabendo, por consequência, solicitação de adiamento de qualquer uma das etapas ou tratamento diferenciado para algum candidato, independentemente do motivo, (por exemplo: fraturas, luxações, alterações fisiológicas, dificuldade de locomoção, indisposição, outros).

4.1.5 Os locais de realização de todas as etapas terão a entrada restrita aos candidatos.

4.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME

4.2.1 As Provas Escritas serão realizadas, a princípio, nas cidades (ou área metropolitana) onde se encontram as OCL designadas pela DIRENS para executar as etapas deste Exame, conforme Anexo E.

4.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar atentamente a localidade da OCL onde deseja realizar as Provas Escritas, podendo ser modificada tal indicação somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição.

4.2.3 As Provas Escritas serão realizadas pelo candidato na localidade indicada por ocasião da solicitação de inscrição, conforme item anterior. Caso prossiga no Exame, o candidato deverá realizar as etapas subsequentes na localidade correlacionada à das Provas Escritas, conforme o previsto no quadro apresentado no item 4.2.6, salvo nos casos determinados em contrário pela Administração (somente para as necessidades determinadas pela Administração em decorrência de logística e/ou segurança dos eventos).

4.2.4 Os locais de realização das etapas serão divulgados nos endereços eletrônicos do Exame.

4.2.5 O candidato é responsável por se apresentar nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame. O não comparecimento do candidato implicará sua falta e, em consequência, a sua exclusão do Exame.

4.2.6 QUADRO DE LOCALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS ETAPAS DO EXAME:

- Provas Escritas	- Concentração Intermediária - INSPSAU, EAP e TACF - INSPSAU (em Grau de Recurso)	- PHC - Concentração Final - Validação Documental
LOCALIDADE (e/ou área metropolitana)	LOCALIDADE (e/ou área metropolitana)	LOCALIDADE (Organização de Ensino)
Belém/PA	Belém / PA	Pirassununga / SP (AFA)
Recife/PE	Recife / PE	
Salvador/BA		
Natal/RN		
Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro / RJ	
Belo Horizonte/MG		
Barbacena/MG		
São Paulo/SP	São Paulo / SP	
Curitiba/PR		
Campo Grande/MS		
Pirassununga/SP		
Porto Alegre/RS	Canoas / RS	
Brasília/DF	Brasília / DF	
Manaus/AM	Manaus / AM	
Porto Velho/RO		
Boa Vista/RR		

4.2.6.1 O endereço do local onde serão realizadas as Provas Escritas e o setor de cada candidato serão divulgados na página eletrônica da EPCAR. A princípio, as Provas Escritas serão realizadas nas cidades citadas (e/ou área metropolitana).

4.2.6.2 A Concentração Intermediária, para os candidatos convocados, será em OM da Aeronáutica indicada pela Administração. A OM e seu endereço serão divulgados na página eletrônica da EPCAR.

4.2.6.3 Por ocasião da Concentração Intermediária, serão informados os locais de realização da INSPSAU, do EAP e do TACF.

4.2.6.4 Para a realização da INSPSAU, em grau de recurso, será divulgado o endereço na página eletrônica da EPCAR, que poderá ser diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau, caso a especificidade do Exame médico assim o exija.

4.3 PROVAS ESCRITAS

.1 As Provas Escritas serão compostas das seguintes disciplinas:

a) Língua Portuguesa;

b) Física;

c) Matemática;

d) Língua Inglesa; e

e) Redação.

4.3.2 As Provas Escritas de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Língua Inglesa abrangerão o Conteúdo Programático constante do Anexo B e serão compostas de 64 (sessenta e quatro) questões, sendo 16 (dezesseis) questões objetivas de múltipla escolha, por disciplina, com quatro alternativas em cada questão, das quais somente uma será a correta.

4.3.3 A Prova de Redação será constituída da elaboração de um texto manuscrito, cujo tema versará sobre assunto da atualidade e terá como propósito verificar a capacidade de expressão escrita do candidato na Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o Exame. A Prova de Redação tem o objetivo de avaliar o conteúdo, o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas dos registros formal e culto da Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o Exame.

4.3.3.1 Somente serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem aproveitamento nas Provas Escritas de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Língua Inglesa, atendendo ao estabelecido no item 4.5.1 e classificados por meio da Média Parcial (MP) prevista no item 4.5.2, atendendo ao quantitativo constante do item 4.3.3.2.

4.3.3.2 O quantitativo de redações a serem corrigidas para o presente Exame será de até 300 (trezentas) redações, respeitando-se, dentro do quantitativo total, o percentual de 20% destinado às vagas reservadas a negros.

4.3.3.3 O grau da Prova de Redação, com peso igual aos das demais provas, irá compor a MF, conforme o item 4.6.

4.3.4 Já se encontram em vigor as novas regras ortográficas previstas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012).

4.3.5 A Prova de Redação valerá grau 10,0000 (dez) e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, em prosa, e abordará tema contemporâneo, sendo confeccionada em impresso próprio. A Folha de Redação disponibilizada será o único documento válido para avaliação da Prova de Redação, não sendo substituída por erro de preenchimento. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se ao impresso padrão recebido, que possui trinta linhas. A folha para rascunho, constante no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação.

4.3.6 A redação deverá conter no mínimo 100 palavras, escritas em letra legível, sobre tema a ser fornecido, antes da determinação do início das provas. Consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.

4.3.6.1 Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada a letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce.

4.3.7 Para correção da Prova de Redação, será utilizado processo que impede a identificação do candidato pelos membros das Bancas Examinadoras, garantindo assim a imparcialidade no julgamento.

4.3.7.1 A correção da Prova de Redação será realizada por membros das Bancas Examinadoras específicas, compostas por três professores. A Prova de Redação será avaliada considerando-se os aspectos apresentados na tabela a seguir:

PARTE	ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
I EXPRESSÃO	Pontuação, ortografia, caligrafia, vocabulário, acentuação gráfica e morfossintaxe	0,2000 por cada erro cometido relacionado a cada um dos aspectos avaliados
II ESTRUTURA	Paragrafação	0,5000 por cada erro cometido
III CONTEÚDO	Título e pertinência ao tema proposto	até 1,0000
	Pertinência ao tema proposto	até 1,5000 em relação a cada um dos itens referentes ao Conteúdo
	Argumentação coerente	até 1,5000
	Informatividade	até 1,5000

4.3.7.2 O erro ortográfico idêntico (da mesma palavra) será computado apenas uma vez.

4.3.7.3 Será atribuído o grau 0 (zero) à redação:

a) fora da tipologia textual ou do tema proposto;

b) que não estiver em prosa;

c) com número inferior a 100 (cem) palavras (consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa);

d) com marcas que permitam a identificação do autor;

e) escrita de forma ilegível ou cuja grafia impeça a compreensão do sentido global do texto;

f) escrita em outro idioma, que não seja o Português;

g) escrita a lápis (total ou parcialmente) ou com caneta que não seja de tinta preta ou azul; e

h) cujos descontos (por erros) somem valores superiores ao grau 10,0000 (dez).

4.3.8 APURAÇÃO DOS RESULTADOS - PREENCHIMENTO DO CARTÃO

4.3.8.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das Provas Escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

4.3.8.2 O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Redação, nem o seu Cartão de Respostas, sob pena de ser prejudicado pela impossibilidade de processamento dos graus por leitura óptica ou digital.

4.3.8.3 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas ou fora dos espaços designados para as respostas e para a assinatura serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas e da Folha de Redação.

4.3.8.4 Qualquer outra forma de marcação que estiver em desacordo com estes itens ou com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como marcação dupla, rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas ou uso de lápis, será considerada incorreta e, portanto, receberá pontuação 0,0000 (zero) para o candidato na questão correspondente.

4.3.8.5 O não preenchimento ou o preenchimento incorreto da versão da prova (marcação dupla ou tripla) no campo específico do Cartão de Respostas resultará em pontuação 0,0000 (zero) em todas as disciplinas e na MF.

4.3.9 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

4.3.9.1 Para realizar as Provas Escritas, o candidato deverá utilizar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta e de corpo transparente, sem inscrições, exceto as de caracterização de marca, fabricante e modelo.

4.3.9.2 Não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão, realizar as Provas Escritas portando, junto ao corpo ou sobre a mesa, óculos escuros, brincos, quaisquer adornos na região das orelhas, colar, pulseira, gorro, "bibico", faixa ou lenço de cabeça, chapéu, boné ou similares, luvas, cachecol, bolsa, mochila, pochete, livros, manuais, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o cartão de confirmação de inscrição), régua, lápis, lapiseira, borracha, caneta de corpo não transparente, calculadora, protetores auriculares, telefone celular, relógio de qualquer tipo, chave alarme, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos, e/ou quaisquer dispositivos que receba, transmita e armazene informações.

4.3.9.3 O candidato não poderá portar arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou que esteja uniformizado e/ou de serviço.

4.3.9.4 Recomenda-se ao candidato não levar, no dia das Provas Escritas, qualquer dos objetos citados nos itens anteriores.

4.3.9.4.1 Os candidatos que possuem cabelos longos deverão prendê-los, deixando as orelhas à mostra, para fins de identificação de qualquer material eletrônico pela Organização do Exame.

4.3.9.5 Os telefones celulares e os equipamentos eletroeletrônicos deverão ser completamente desligados, antes de serem depositados no espaço indicado e deverão permanecer completamente desligados até a saída do local de provas.

4.3.9.6 Em cada Setor de Prova, a Comissão Fiscalizadora destinará um espaço no recinto para que os candidatos deixem seus pertences pessoais, que poderão ser retirados somente após a devolução do Cartão de Respostas e da Folha de Redação e a assinatura da Relação de Chamada, no momento de saída definitiva do local de prova.

4.3.9.7 A Organização do Exame não se responsabilizará por perda, esquecimento ou extravio de documentos e objetos. Será de responsabilidade do candidato, ao término da prova, recolher e conferir seus pertences pessoais.

4.3.9.8 Após a identificação no Setor de Prova e o início das Provas Escritas, o candidato não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações em local que não seja o próprio Caderno de Questões, nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura.

4.3.9.9 O candidato poderá ser submetido à revista pessoal, por meio da utilização de detector de metais ou a qualquer outro procedimento considerado importante para segurança e confiabilidade do Exame, sob pena de exclusão, em caso de recusa.

4.3.10 PROCEDIMENTOS DURANTE AS PROVAS ESCRITAS

4.3.10.1 Os portões serão fechados conforme horário estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C) e as provas terão duração de 5 horas e 20 minutos. O tempo decorrido, desde o início até o término da prova, será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia, nos últimos 30 minutos, 20 minutos e 5 minutos sucessivamente. Recomenda-se ao candidato iniciar a marcação do Cartão de Respostas nos últimos 20 minutos do tempo total de duração das provas.

4.3.10.2 Por razões de segurança e de sigilo, uma vez iniciadas as Provas Escritas, o candidato:

a) deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 2 horas e 30 minutos;

b) que venha a ter necessidade de ordem fisiológica ou de atendimento médico, deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo, durante o tempo em que estiver ausente do setor;

c) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto por, no mínimo, 5 horas depois de iniciadas as provas; e

d) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer quaisquer anotações em local que não seja no próprio Caderno de Questões.

4.3.10.3 No dia das Provas Escritas, não será permitido:

a) o ingresso no local de prova de pessoas não envolvidas diretamente com o Exame;

b) ao candidato, por iniciativa própria, realizar as provas em local diferente daquele previsto e divulgado, ainda que por motivo de força maior;

c) qualquer tipo de auxílio ao candidato para a realização das provas, mesmo no caso de candidato com limitação de movimentos ou impossibilitado de escrever; e/ou

d) fumar no local de prova.

4.3.10.4 Não haverá local nem qualquer tipo de apoio destinados a acompanhante de candidato.

4.3.10.5 Não haverá nenhum tipo de compensação de tempo destinado à realização das provas em virtude de afastamento do candidato do Setor de Prova por qualquer motivo.

4.3.10.6 Ao final das Provas Escritas, os 03 (três) últimos candidatos remanescentes em cada sala, deverão permanecer no local onde realizaram as provas. Esses candidatos somente poderão ser liberados do recinto juntos, quando todos tiverem concluído as provas ou o tempo para realização delas tenha se encerrado e mediante as suas respectivas identificações e assinatura no Termo de Encerramento de Prova.

4.4 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

4.4.1 A cada questão será atribuído o mesmo valor e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente, levando-se em consideração o gabarito oficial.

4.4.2 Os graus atribuídos às Provas Escritas e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0,0000 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-milesimal.

4.5 MÉDIA PARCIAL

4.5.1 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em cada uma das disciplinas que compõem as Provas Escritas será 4,0000 (quatro), exceto para a Prova de Redação, cujo grau mínimo será 5,0000 (cinco).

4.5.2 A MP será utilizada para levantamento da classificação parcial dos candidatos que obtiveram aproveitamento conforme item 4.5.1. Esta MP será calculada pela média aritmética simples dos Graus obtidos nas Provas Escritas de Língua Portuguesa (GP), Física (GF), Matemática (GM) e Língua Inglesa (GI), conforme abaixo demonstrado, com o intuito de atender ao previsto no item 4.3.3.2:

MP= GP+GF+GM+GI/4

Onde:

MP = Média Parcial;

GP = Grau da Prova de Língua Portuguesa;

GF = Grau da Prova de Física;

GM = Grau da Prova de Matemática; e

GI = Grau da Prova de Língua Inglesa.

4.6 MÉDIA FINAL

4.6.1 A Média Final do candidato será a média aritmética simples dos graus obtidos nas Provas Escritas, observando-se a seguinte fórmula:

MF= GP+GF+GM+GI+GR/5

Onde:

MF = Média Final;

GP = Grau da Prova de Língua Portuguesa;

GF = Grau da Prova de Física;

GM = Grau da Prova de Matemática;

GI = Grau da Prova de Língua Inglesa; e

GR = Grau da Prova de Redação.

4.6.2 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Final igual ou superior a 5,0000 (cinco), desde que atendam ao critério estabelecido no item 4.5.1 destas Instruções.

4.6.3 Os candidatos com aproveitamento serão relacionados por meio da ordenação decrescente de suas Médias Finais, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas previstas para o Curso pretendido pelo candidato, respeitando o disposto na Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014.

4.6.4 No caso de empate da MP, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Portuguesa (GP);

b) maior grau obtido na Prova Escrita de Física (GF);

c) maior grau obtido na Prova Escrita de Matemática (GM);

d) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Inglesa (GI); e

e) maior idade.

4.6.5 No caso de empate da MF, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Portuguesa (GP);

b) maior grau obtido na Prova Escrita de Física (GF);

c) maior grau obtido na Prova Escrita de Matemática (GM);

d) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Inglesa (GI);

e) maior grau obtido na Prova Escrita de Redação (GR); e

f) maior idade.

4.7 CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

4.7.1 Somente será convocado para prosseguir no Exame e participar da Concentração Intermediária e realizar a INSPSAU, EAP e TACF, o candidato relacionado conforme item 4.6.3, nas seguintes quantidades, podendo o número ser inferior a esse limite, de acordo com a conveniência da Administração: até 300 (trezentos) candidatos, respeitando-se, dentro dos quantitativos totais, o percentual de 20% destinado às vagas reservadas a negros.

4.7.2 Somente serão convocados para a Concentração Intermediária e etapas subsequentes, os candidatos que atenderem às condições previstas nas alíneas "a", "b", e "e" do item 7.1, destas Instruções.

4.7.3 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas vagas em caso de eliminação de candidatos nas etapas subsequentes ou de eventuais desistências, antes do encerramento do Exame, de candidatos aprovados e também ao preenchimento de possíveis vagas adicionais, de acordo com o interesse da Administração.

4.7.4 Caso as vagas previstas não sejam preenchidas com os candidatos convocados para as etapas subsequentes, a Administração poderá efetuar novas convocações, dentre os candidatos considerados com aproveitamento pelo item 4.6.2, respeitando-se a sequência da classificação estabelecida pela MF, desde que existam prazos mínimos necessários para a realização das etapas seguintes e a convocação ainda se dê dentro do prazo de validade deste Exame.

4.7.5 Durante a Concentração Intermediária, os candidatos menores de idade deverão apresentar a Autorização para Candidato Menor de Idade (Anexo D).

4.7.6 A Concentração Intermediária ocorre em duas datas distintas (1ª e 2ª datas), em grupos separados pela classificação decrescente de MF, não sendo permitida a troca de períodos por interesses pessoais. A 2ª data não se destina à recepção de candidatos faltosos à convocação ocorrida para a 1ª data.

4.8 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

4.8.1 A INSPSAU é uma perícia médica destinada a avaliar as condições psicofísicas do candidato no dia e horário determinados no Calendário de Eventos (Anexo C), por meio de exames clínicos, de imagem e laboratoriais, inclusive toxicológicos, definidos em instruções, de modo a comprovar não existir patologias ou características incapacitantes ou restritivas para a carreira, para o Serviço Militar nem para as atividades previstas para o Curso.

4.8.2 A INSPSAU será realizada de acordo com o Calendário de Eventos (Anexo C), sob a responsabilidade da DIRSA, segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por essa Diretoria, na ICA 160-6 "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica" e na NSCA 160-10 "Inspeções de Saúde para Ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica", divulgadas no endereço eletrônico do Exame.

4.8.3 O resultado individual será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO", divulgado no endereço eletrônico do Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.8.4 Considerando que a INSPSAU é uma perícia médica e, como tal, deve ser realizada para uma finalidade específica, o candidato militar deverá se submeter às mesmas regras gerais constantes nestas Instruções.

4.8.5 Para realizar a Inspeção de Saúde, deverá ser apresentado obrigatoriamente:

I - Por todos os candidatos:

a) laudos e/ou resultados de exames toxicológicos. As substâncias a serem pesquisadas como dosagens toxicológicas são: anfetaminas (anfetamina, metanfetamina e "ecstasy"), metabólito de cocaína (cocaína e benzoylecgonine), opiáceos (heroína, codeína, morfina e monoacetilmorfina), phencyclidine (pcp) e derivados da maconha, de amostras de queratina, depositados em cabelos, pelos ou raspas de unhas. Os exames toxicológicos serão realizados às expensas do voluntário, nos laboratórios autorizados pelos órgãos fiscalizadores públicos competentes.

II - Pelas candidatas:

a) laudo de Exame Citopatológico Ginecológico, realizado até 180 (cento e oitenta) dias antes da data da Inspeção.

4.8.6 Os laudos e/ou resultados toxicológicos, previstos na alínea "a" do inciso "I" do item 4.8.5, serão válidos por no máximo 60 (sessenta) dias, a contar da data de coleta para o exame. No corpo do laudo deverão, obrigatoriamente, constar informações sobre os seguintes dados: identificação completa (inclusive impressão digital) e assinatura do doador e do responsável (tratando-se de menor de idade); identificação e assinatura de, no mínimo, duas testemunhas da coleta; identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão desse laudo/resultado.

4.8.7 A positividade de qualquer um dos exames em relação às pesquisas de todas as substâncias e/ou elementos descritos na alínea "a" do inciso "I" do item 4.8.5, incapacitará o candidato para o ingresso na Aeronáutica, e será excluído do Exame.

4.8.8 Os candidatos que não apresentarem, por ocasião do início da inspeção de saúde, os exames previstos nos incisos "I" e "II" do item 4.8.5 não poderão realizar a INSPSAU e serão excluídos do Exame, caso, após interposição de recurso direto ao Presidente da Comissão Fiscalizadora (Anexo N), não os entreguem na nova data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.8.9 No caso de impedimento anatômico para ser submetida ao Exame Citopatológico Ginecológico, a candidata, obrigatoriamente, deverá apresentar atestado médico, emitido por ginecologista, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da INSPSAU, constatando o motivo do impedimento e declarando a ausência de restrições ginecológicas para a participação da candidata no Exame.

.1 4.8.10 O candidato que obtiver a menção "NÃO APTO" na INSPSAU terá o motivo de sua incapacidade registrado no Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado no endereço eletrônico do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.9 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

4.9.1 O EAP avaliará condições comportamentais e de personalidade, por meio de técnicas psicológicas, homologadas e definidas em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir contraindicação para o serviço militar nem para o desempenho das atividades previstas no Curso.

4.9.2 O EAP tem amparo legal na Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), no Decreto nº 57.654/1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), na Lei nº 12.464/2011 (Lei de Ensino da Aeronáutica), e na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares).

4.9.3 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por esse Instituto e na NSCA 38-20 "Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas", divulgada no endereço eletrônico constante na alínea "b" do item 1.3.2.

4.9.4 Os candidatos ao CFOINT serão avaliados nas áreas de personalidade e aptidão, conforme o Padrão Seletivo estabelecido para a função que irá exercer. Os requisitos psicológicos considerados imprescindíveis, bem como os considerados restritivos ao adequado desempenho do cargo, foram estabelecidos previamente por meio de estudo científico de análise do trabalho e produção do perfil profissiográfico, conforme abaixo discriminado:

a) Personalidade: serão consideradas para o bom desempenho do cargo: "Adequação a normas e padrões, equilíbrio emocional, planejamento e organização, relacionamento interpessoal, responsabilidade resistência à frustração". "Também serão consideradas características restritivas como: depressão, desatenção, desmotivação, desorganização, indisciplina, individualismo, instabilidade emocional, irresponsabilidade e negligência".

b) Aptidão: serão avaliadas as seguintes aptidões: "Atenção concentrada e raciocínio lógico".

4.9.5 O resultado individual será expresso por meio das menções "APTO" ou "INAPTO", divulgado no endereço eletrônico do Exame, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.9.6 O candidato que obtiver a menção "INAPTO" no EAP terá o motivo de sua inaptidão registrado no Documento de Informação de Avaliação Psicológica (DIAP), disponibilizado no endereço eletrônico do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.10 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

4.10.1 O TACF avaliará a higidez e o vigor físico do candidato, por meio de exercícios e índices mínimos a serem alcançados, fixados por sexo e definidos em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir incapacitação para as atividades previstas no Curso.

4.10.2 O TACF será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA) segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por essa Comissão e na NSCA 54-4 "Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e de Seleção do Comando da Aeronáutica", divulgada na página eletrônica constante na alínea "b" do item 1.3.2.

4.10.3 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados APTOS na INSPSAU e que não tenham sido excluídos em etapa anterior desse Exame.

4.10.4 Índices mínimos de aprovação:

SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
TESTES	DESEMPENHO MINÍMO	TESTES	DESEMPENHO MINÍMO
FEMS[1]	26 repetições	FEMS[1]	16 repetições
FTSC [2]	42 repetições	FTSC [2]	34 repetições
SH[3]	1,8 metros	SH[3]	1,4 metros
Corrida 12 min	2250 metros	Corrida 12 min	1850 metros

[1] FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO

[2] FLEXÃO DO TRONCO SOBRE AS COXAS

[3] SALTO HORIZONTAL

4.10.5 O resultado individual do TACF será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO", divulgado nas páginas eletrônicas do Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.10.6 O candidato considerado "NÃO APTO" receberá essa informação diretamente do aplicador do teste, no mesmo dia de realização do TACF, com posterior divulgação nas páginas eletrônicas do Exame.

4.10.7 Para a realização do TACF, o candidato deverá apresentar plenas condições de saúde para que seja submetido ao teste físico sem restrições físicas de qualquer natureza, em face do agudo esforço exigido durante as provas, sendo de sua responsabilidade pessoal eventuais consequências advindas de omissão quanto a sua higidez física. Por se tratar de evento de cumprimento obrigatório, são motivos de exclusão do Exame a não realização do teste na data e horário marcados, assim como a apresentação de candidato alegando não estar em plenas condições fisiológicas para tal.

4.11 PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (PHC)

4.11.1 Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o previsto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas a negros serão convocados, desde que aprovados nas etapas anteriores, para o PHC, realizado pela Comissão de Heteroidentificação Complementar (CHC) da AFA, para verificação da veracidade de sua declaração.

4.11.1.1 Considera-se PHC a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

4.11.2 A CHC utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no momento da inscrição.

4.11.2.1 Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do PHC.

4.11.3 Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem ou certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em processos seletivos e concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

4.11.3.1 Os candidatos devem comparecer com os cabelos soltos, sem qualquer tipo de maquiagem, sem óculos (escuro ou de grau), sem acessório na cabeça (boné, chapéu, lenço, elástico, presilhas, burca, gorro, turbantes, bandanas etc.) ou qualquer objeto ou acessório de qualquer ordem ou natureza que cubra o rosto e cabelos e que impossibilitem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato, sob pena de exclusão.

4.11.3.2 O PHC será filmado, e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

4.11.4 Os candidatos que recusarem a realização da filmagem do PHC serão eliminados do Exame, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

4.11.5 Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação concorrerão às vagas de ampla concorrência, em igualdade de condições, em ordem decrescente de nota final, salvo se comprovada má fé da autodeclaração.

4.11.5.1 A CHC deliberará pela maioria dos seus membros, com registro em ata.

4.12 VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

4.12.1 A Validação Documental será realizada por meio da análise e conferência da documentação prevista para matrícula no Curso, quando deverão ser apresentados os originais de todos os documentos e entregues duas cópias simples de cada um deles, conforme alínea "s" do item 7.1.

4.12.2 A documentação somente será apresentada pelo candidato aprovado em todas as etapas anteriores e convocado para a Concentração Final.

5 RECURSOS

5.1 INTERPOSIÇÃO

5.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso/pedido de revisão quanto à(ao):

a) Indeferimento da solicitação de inscrição;

b) indeferimento da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição;

c) relação provisória dos candidatos que optaram para concorrer às vagas reservadas;

d) formulação de questões das Provas Escritas e aos seus gabaritos provisórios;

e) graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas;

f) grau obtido na Prova de Redação;

g) à entrega de documento(s) e realização da INSPSAU;

h) resultado obtido na INSPSAU;

i) resultado obtido no EAP (pedido de revisão);

j) resultado obtido no TACF;

k) resultado obtido no PHC; e

l)validação Documental.

5.1.2 Os prazos para interpor recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C) e devem ser rigorosamente cumpridos. Recomenda-se aos interessados não deixar para os últimos dias a efetivação de seus recursos. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do recurso não for realizado em razão de procedimento indevido, por motivos de ordem técnica dos equipamentos eletrônicos ou em função de qualquer fator que impossibilite o processamento de dados.

5.1.3 Serão de responsabilidade do candidato a verificação dos resultados, a interposição de recursos, a entrega de documentos aos órgãos previstos e o fiel cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos, sob pena de não ter seus recursos analisados.

5.1.4 Em caso de dificuldade na interposição de recurso e/ou do pedido de revisão, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a EPCAR, ainda dentro do prazo previsto para esse procedimento.

5.1.5 As decisões relativas aos recursos interpostos em conformidade com estas Instruções serão divulgadas no endereço eletrônico do Exame, conforme prazos previstos no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.1.6 As decisões serão divulgadas de forma definitiva, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

5.1.7 Caso alguma divulgação ultrapasse a data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor o recurso e/ou pedido de revisão, a contar da data subsequente à da efetiva divulgação.

5.1.8 A anulação e consequente substituição, devidamente justificada e divulgada, de relação nominal de candidatos, com respectivos resultados ou classificações, apresentada com incorreções implicará a invalidação de todos os atos decorrentes da relação substituída, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por essa retificação.

5.2 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

5.2.1 Poderá requerer recurso quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida pelos motivos do "não pagamento da taxa de inscrição", "pagamento após o prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C)" ou ainda "pagamento da taxa de inscrição não compensado por qualquer motivo", desde que consiga comprovar que a referida taxa tenha sido paga corretamente e dentro do prazo estabelecido.

5.2.2 Por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, será discriminado o motivo desse resultado, com o intuito de conhecer as razões desse indeferimento e, havendo interesse por parte do candidato, subsidiar seu recurso.

5.2.3 O requerimento para o recurso quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição deverá ser preenchido pelo candidato na página eletrônica informada na alínea "b" do item 1.3.2, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), ou por outro meio devidamente disponibilizado. O candidato deverá anexar a esse requerimento cópia do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, permanecendo com o comprovante original para verificação futura.

5.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

a) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição dentro do período previsto (ressalvado o disposto no item 3.3); e/ou

b) enviar (eletronicamente) o Requerimento de recurso fora do prazo previsto.

5.3 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.3.1 Poderá interpor recurso quanto ao indeferimento da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), o candidato cuja solicitação tenha sido indeferida. Quando o recurso se referir a doador de medula óssea, deverá ser anexado o cartão de inscrição no REDOME.

5.4 RECURSO QUANTO À RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS QUE OPTARAM POR CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS A NEGROS

5.4.1 O requerimento para o recurso quanto à relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos deverá ser preenchido pelo candidato no endereço eletrônico do Exame, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.5 RECURSO QUANTO À FORMULAÇÃO DE QUESTÕES DAS PROVAS ESCRITAS E SEUS RESPECTIVOS GABARITOS

5.5.1 Os recursos quanto à formulação de questões das Provas Escritas e seus respectivos gabaritos deverão ser referentes, exclusivamente, às questões em que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou cujos gabaritos apresentem incorreções.

5.5.1.1 Os recursos deverão ser fundamentados no Conteúdo Programático (Anexo B).

5.5.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), ou por outro meio devidamente disponibilizado e informado na página eletrônica da EPCAR na alínea "b" do item 1.3.2, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.5.3 O candidato deverá utilizar uma FIFQ para cada questão em pauta ou gabarito.

5.5.4 Após o julgamento dos recursos interpostos, será divulgada a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

5.5.5 A decisão exarada pela Banca Examinadora irá conter a avaliação a respeito do que foi contestado e um parecer final com a justificativa fundamentada sobre a procedência ou improcedência do recurso, sendo disponibilizada na página eletrônica da EPCAR, sem citação dos nomes dos recursantes.

5.5.6 Se, no julgamento do recurso, a Banca Examinadora considerar que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

5.5.7 Se no julgamento do recurso a Banca Examinadora considerar que a resposta correta de uma questão difere da divulgada no gabarito provisório, este sofrerá alterações, visando às correções necessárias.

5.5.8 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial, corrigindo o anterior.

5.5.8.1 A anulação e substituição, devidamente justificada e divulgada, de um gabarito oficial apresentado com incorreções implicará a invalidação de todos os atos decorrentes do gabarito substituído, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por essa retificação.

5.5.9 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas MF e/ou classificações foi apresentada com incorreção, a publicação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas MF ou classificações serão anulados, sendo divulgada e publicada nova relação, corrigindo a anterior.

5.5.9.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito, ou pedido de reconsideração por tal retificação.

5.6 RECURSO QUANTO AOS GRAUS ATRIBUÍDOS NAS PROVAS ESCRITAS

5.6.1 Os recursos quanto aos graus das Provas Escritas deverão ser, exclusivamente, referentes ao grau que o candidato entenda ter sido atribuído de maneira incorreta, tendo como base o gabarito oficial.

5.6.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha de Solicitação de Revisão de Grau, disponível nas páginas eletrônicas do Exame ou por outro meio devidamente disponibilizado e informado, a partir da data em que for divulgado o resultado provisório das Provas Escritas, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.6.2.1 Para fundamentar o recurso, o candidato deverá informar os graus que julga ter obtido nas Provas Escritas, além de indicar o número da questão que entenda ter acertado e que modificaria o grau atribuído.

5.6.3 A EPCAR divulgará nas páginas eletrônicas do Exame os resultados das análises dos recursos e os resultados finais das Provas Escritas, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C). Após esses atos, não caberão mais recursos, relacionados aos resultados das Provas Escritas, por parte dos candidatos.

5.7 RECURSO QUANTO À CORREÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

5.7.1 Os recursos quanto à correção da Prova de Redação deverão ser, exclusivamente, referentes aos erros que o candidato entenda lhe terem sido atribuídos de maneira imprópria.

5.7.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação normatizados nestas Instruções Específicas.

5.7.3 Será disponibilizado sistema informatizado na página eletrônica da EPCAR, na Internet, durante o prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), para que o candidato faça seu recurso. Não há limite quanto ao número de recursos interpostos, mas cada recurso deverá ter, no máximo, 1000 (mil) caracteres para que seja considerado.

5.7.4 Caso sobrevenha algum fato impeditivo ou restritivo que afete o sistema informatizado, a EPCAR padronizará e informará o procedimento alternativo a ser utilizado.

5.7.5 As redações, bem como as respectivas correções e notas, estarão disponíveis durante o período previsto para a realização dos recursos. Tal procedimento não é requisito obrigatório para a interposição de recurso.

5.7.6 A decisão da Banca Examinadora conterá os esclarecimentos a respeito do que foi contestado pelo candidato e a justificativa fundamentada sobre a avaliação. A Banca Examinadora, depois de julgar os recursos interpostos, divulgará individualmente e de forma definitiva a decisão exarada. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

5.7.7 No corpo do texto do recurso, o candidato não poderá identificar-se. Caso contrário, o recurso não será aceito.

5.7.8 Quando for constatado que a divulgação dos resultados foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e a publicação dos resultados será anulada, sendo publicado novo resultado, corrigindo a divulgação anterior.

5.7.8.1 A anulação dos resultados implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por tal retificação.

5.7.9 Caberá à EPCAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C), divulgar na Internet o resultado da análise dos recursos e o resultado final da Prova de Redação. Após este ato, não caberá mais qualquer espécie de recurso, relacionado ao resultado da Prova de Redação, por parte dos candidatos.

5.8 RECURSO QUANTO À ENTREGA DE DOCUMENTO(S) E REALIZAÇÃO DA INSPSAU

5.8.1 O candidato poderá interpor recurso (Anexo N) ao Presidente da Comissão Fiscalizadora para apresentação dos seguintes documentos não entregues na data designada para INSPSAU, conforme Calendário de Eventos (Anexo C):

a) laudos/resultados de exames toxicológicos; e/ou

b) laudo/atestado médico de exame citopatológico ginecológico.

5.8.2 Caso não seja apresentada a documentação necessária na nova data designada no Calendário de Eventos (Anexo C), o candidato não poderá realizar a INSPSAU e será excluído do Exame.

5.9 RECURSO QUANTO À INSPEÇÃO DE SAÚDE

5.9.1 O candidato considerado NÃO APTO na INSPSAU poderá solicitar recurso quanto à INSPSAU, por uma única vez, por meio do sistema de inscrição, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.9.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá verificar o Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado nas páginas eletrônicas deste Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, no qual consta o motivo da sua incapacitação.

5.9.3 Caso seja de interesse do candidato ou solicitado pela OSA, outros laudos, exames ou pareceres poderão ser apresentados no momento da realização da INSPSAU em grau de recurso, de acordo com as normas estabelecidas nessas Instruções. Esses documentos deverão ser providenciados pelo próprio candidato, responsabilizando-se pelas despesas.

5.9.4 O candidato reprovado na INSPSAU em grau de recurso poderá saber os motivos do resultado "NÃO APTO" buscando, na OSA, onde realizou a inspeção, a cópia da Ata da Inspeção de Saúde expedida pela Junta Superior, no prazo de até quinze dias após a divulgação do resultado.

5.10 REVISÃO QUANTO AO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

5.10.1 O requerimento da revisão quanto ao resultado do EAP, para o candidato considerado "INAPTO", deverá ser preenchido pelo candidato na página eletrônica da EPCAR na alínea "b" do item 1.3.2 e enviado eletronicamente, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.10.2 A revisão quanto ao resultado do EAP consistirá em uma nova apreciação dos resultados obtidos no processo de avaliação psicológica do candidato. Essa reapreciação será de responsabilidade do Conselho Técnico, composto por uma comissão de psicólogos do IPA, cuja atribuição é a emissão de pareceres, apreciações e de julgamentos finais de processos de avaliação psicológica.

5.10.3 Antes de preencher e enviar o requerimento, em grau de recurso, o candidato poderá tomar conhecimento dos motivos pelos quais foi considerado "INAPTO" no DIAP, disponibilizado nas páginas eletrônicas do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo candidato.

5.10.4 Não será permitida a realização de novo EAP para candidato considerado INAPTO no primeiro exame.

5.10.5 O candidato que permanecer com a menção "INAPTO" após reapreciação do EAP, em grau de recurso, poderá solicitar Entrevista Informativa, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre os resultados alcançados, por meio de requerimento próprio, disponível nas páginas eletrônicas do Exame, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.10.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para atendimento à resolução do Conselho Federal de Psicologia, não sendo considerada como recurso.

5.10.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro, no endereço:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

Praça General Aranha, 20 - Marechal Hermes

CEP: 21331-700 - Rio de Janeiro - RJ

5.11 RECURSO QUANTO AO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO

5.11.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar o TACF, em grau de recurso, por meio de requerimento próprio, constante do Anexo F, dirigido ao Vice-Presidente da CDA.

5.11.2 Somente poderá solicitar o TACF em grau de recurso o candidato que não tiver atingido o índice mínimo estabelecido em, pelo menos, um dos exercícios previstos no item 4.10.4.

5.11.3 O requerimento do recurso deverá ser entregue diretamente à Comissão Fiscalizadora, no mesmo dia e local da realização do TACF, imediatamente após haver recebido o resultado do Teste.

5.11.4 A realização do TACF em grau de recurso será constituída de todos os testes regulamentados na NSCA 54-4, divulgada nas páginas eletrônicas do Exame.

5.11.5 Será considerado "NÃO APTO" o candidato que tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos testes e cuja recuperação venha ocorrer após o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

5.12 RECURSO QUANTO AO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR

5.12.1 O requerimento para o recurso quanto ao resultado do PHC, para o candidato cuja autodeclaração não for confirmada, deverá ser preenchido e entregue diretamente à equipe de organização da etapa, no mesmo dia e local da realização do PHC, imediatamente após haver recebido o resultado.

5.12.2 O recurso quanto ao resultado do PHC, sob a responsabilidade da Comissão Recursal de Heteroidentificação Complementar (CRHC), deverá considerar a filmagem do PHC, o parecer emitido pela CHC, e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

5.13 RECURSO QUANTO À VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

5.13.1 O candidato que tiver documentação rejeitada, durante a etapa de Validação Documental, poderá solicitar recurso ao término de sua conferência, por meio de formulário próprio, constante do Anexo H (disponibilizado no momento da divulgação do resultado), dirigido ao Comandante da EPCAR, e terá três dias úteis, a contar da data da conferência documental, para a solução do problema.

6 RESULTADO FINAL DO EXAME

6.1 Será considerado em condições de ser apreciado pela JEA, para Habilitação à Matrícula nas vagas existentes, o candidato que atender a todas as condições seguintes:

a) nas Provas Escritas for considerado COM APROVEITAMENTO, tendo para isso obtido grau igual ou superior a 5,0000 (cinco) na Média Final do Exame e na Prova de Redação, bem como, grau mínimo 4,0000 (quatro) em cada uma das demais Provas Escritas (Língua Portuguesa, Matemática, Física e Língua Inglesa);

b) na INSPSAU, no EAP e no TACF for considerado APTO; e

c) obtiver confirmação de sua autodeclaração no PHC (somente os candidatos que tiverem de realizar o PHC).

6.2 Serão convocados para a Habilitação à Matrícula no CFOINT 2023 os candidatos aprovados em todas as etapas do processo seletivo e classificados dentro do número de vagas fixadas, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e a homologação pela JEA que consolidará, pelo Mapa e pela Ata, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para Habilitação à Matrícula.

6.2.1 A Habilitação à Matrícula ocorrerá em data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C), tendo como prazo limite a data de Matrícula no Curso, após solução de recursos apresentados.

6.3 Os candidatos de que trata o item 6.2 somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no Capítulo 7 destas Instruções Específicas.

6.4 A JEA também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrerem, a ordem decrescente de suas Médias Finais e o critério de desempate.

6.5 O candidato aprovado em todas as etapas do Exame, mas não classificado no número de vagas existentes, será considerado excedente, até a data de validade deste Exame.

6.5.1 A listagem de candidatos excedentes tem por finalidade permitir o preenchimento de vagas não completadas em razão de eventual desistência, exclusão ou não habilitação à matrícula de candidatos, desde que a convocação ocorra dentro da vigência do Exame de Admissão.

6.5.2 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a Habilitação à Matrícula no CFOINT 2023. Essa condição cessa com o término da validade deste Exame.

6.5.3 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá que se apresentar na AFA, no 5º (quinto) dia corrido, conforme Calendário de Eventos (Anexo C), a contar da data subsequente à de sua convocação, pronto para atender a todas as exigências previstas no Capítulo 7 e terá o mesmo prazo para solução de pendências, citado no item 5.13.1, a partir da sua data de apresentação.

6.5.3.1 Fora das datas de apresentação estipuladas por ocasião da convocação de excedentes, não haverá recepção de candidatos excedentes convocados, inclusive no próprio dia da Concentração Final

6.6 O candidato deverá manter todos os seus dados atualizados, inclusive endereço e telefone junto à Divisão de Admissão e de Seleção da EPCAR, enquanto estiver participando do processo seletivo. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

6.7 A Ordem de Matrícula dos candidatos habilitados será expedida pela DIRENS, após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

6.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante da AFA, ocorrerá somente após o recebimento da Ordem de Matrícula da DIRENS e o cumprimento das exigências previstas para a matrícula dentro dos prazos estabelecidos.

6.8.1 O não cumprimento por parte do candidato das exigências para a efetivação da matrícula, dentro dos prazos estabelecidos implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e sua exclusão do Exame.

6.9 Na hipótese de sobrevir, durante o CFOINT 2023, Acórdão de Tribunal ou Sentença definitiva (transitada em julgado) determinando expressamente a promoção e posse de candidato que fora matriculado por força de decisão liminar em Processo Judicial e que estiver dentro do número de vagas, o candidato excedente, convocado nas condições dos itens 6.4, 6.5, e 6.5.3 será excluído do Curso, em virtude da impossibilidade de a Administração nomear mais candidatos do que a quantidade de vagas previstas nas Instruções Específicas, ainda que conclua o CFOINT 2023 com aproveitamento, tendo em vista o provimento definitivo em favor do demandante judicial que alterou a ordem classificatória da seleção.

7 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

7.1 Estará habilitado à matrícula no CFOINT 2023 o candidato que atender a todas as condições a seguir:

a) ser brasileiro nato, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) ter cumprido no momento da inscrição e continuar a cumprir até a data da matrícula todas as condições previstas neste Exame de Admissão, em especial quanto ao previsto no item 2.6.3.3, 2.6.3.4 e 2.6.3.5;

c) ser aprovado, sem restrições, em todas as etapas do Exame, conforme item 4.1.1, manter-se apto na INSPSAU, no EAP e no TACF, até a data da matrícula, estar classificado dentro do número de vagas e ser selecionado pela JEA;

d) ter concluído com aproveitamento o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final e por ocasião da Validação Documental, o Certificado, Diploma ou declaração de conclusão, acompanhado do Histórico Escolar do referido Curso, expedidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, estadual, distrital, municipal ou regional de ensino competente;

e) não possuir menos de 17 (dezessete) anos e nem completar 23 (vinte e três) anos de idade, até 31 de dezembro do ano da matrícula no Curso, conforme alínea "b", inciso V, Art. 20 da Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011;

f) estar quite com as obrigações eleitorais;

g) não estar respondendo a processo criminal na Justiça Militar ou Comum;

h) não ter sido, nos últimos 05 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso;

i) não ter sido, nos últimos 05 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;

j) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido à medida de segurança;

k) se militar da reserva não remunerada das Forças Armadas ou Auxiliares, não ter sido excluído do serviço ativo por indignidade ou incompatibilidade, excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente;

l) se ex-Cadete da AFA, não ter sido considerado em Conselho de Ensino, de Saúde, Militar ou Extraordinário, inapto à condição de Cadete da AFA ou de futuro oficial da Aeronáutica;

m) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço militar por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar;

n) se militar da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;

o) se militar da ativa de Força Armada ou Auxiliar, estar classificado no mínimo no comportamento "Bom";

p) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;

q) não ter sido desincorporado, expulso ou julgado desertor, nos termos da legislação que regula o serviço militar;

r) estar em dia com suas obrigações militares (candidatos do sexo masculino); e

s) apresentar-se na AFA na data prevista para a Concentração Final (Habilitação à Matrícula), portando os originais e duas cópias simples dos seguintes documentos:

1) Documento de identificação pessoal original com foto, devidamente válido;

2) Certidão de Nascimento (atualizada há, no máximo, noventa dias);

3) Comprovante de Inscrição no CPF e PIS / PASEP (para aqueles com registro em Carteira de Trabalho);

4) Título de eleitor e Certidão de quitação eleitoral (obtida na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.jus.br), salvo se menor de 18 anos de idade;

5) Certidão Negativa ou Atestado de Antecedentes Criminais (nas três esferas), emitidos em até noventa dias antes da Concentração Final (se maior de 18 anos de idade), fornecidos pela:

- Justiça Federal: obtida na página eletrônica do Departamento de Polícia Federal (www.dpf.gov.br);

- Justiça Militar: obtida na página eletrônica do Superior Tribunal Militar (www.stm.jus.br); e

- Justiça Estadual ou Distrital referente ao(s) domicílio(s) que residiu nos últimos cinco anos. O candidato deverá verificar junto ao Fórum, Órgão de Segurança Pública e/ou de identificação ou Polícia Civil como conseguir este documento.

6) Comprovante de residência, expedido há, no máximo, três meses;

7) Se do sexo masculino e em idade de cumprir obrigações legais para com o Serviço Militar: Certificado de Alistamento Militar ou Certificado de Dispensa de Incorporação (desde que não o incompatibilize com a carreira militar) ou ainda, Certificado de Reservista (1ª ou 2ª categoria) e, se Aspirante a Oficial, Certidão de Situação Militar;

8) Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão do Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino;

9) Histórico Escolar;

10) Declaração do próprio candidato atestando não exercer cargo, função ou emprego público (Anexo I);

11) Autorização do responsável legal, de próprio punho, com firma reconhecida, por meio de "AUTORIZAÇÃO PARA MATRÍCULA DE CANDIDATO MENOR DE IDADE", conforme modelo contido no Anexo J; e

12) Se militar da ativa, Ofício de apresentação da OM de origem, conforme Anexo M, assinado pelo seu Comandante, Chefe ou Diretor, sem delegação, atestando o atendimento das condições previstas nas alíneas "g", "h", "i", "j", "n" e "o", do item 7.1;

13) Declaração assumindo expressamente não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável, conforme Art. 144-A, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 e modelo previsto no Anexo L; e

14) Cartão ou documento equivalente, emitido Órgão ou Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, que comprove que o candidato é doador de medula óssea (apenas para candidatos que optaram pela isenção do pagamento da taxa de inscrição).

t) ter sido confirmada, no PHC, a sua autodeclaração, conforme o disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, observado o item 2.4.6 destas Instruções.

7.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

7.3 O Histórico Escolar e o Certificado ou Diploma somente terão validade se expedidos por Estabelecimento de Ensino ou Instituição de formação profissional reconhecidos pelo órgão oficial federal, estadual, municipal, distrital ou regional de ensino competente.

7.4 Quanto aos documentos citados no item anterior, somente serão aceitos aqueles que estiverem impressos em papel timbrado do Estabelecimento ou da Instituição que os emitiu, acompanhado do registro que outorgou seu funcionamento, com as respectivas publicações no Diário do órgão Oficial de imprensa, que contenha a confirmação de conclusão do Ensino Médio ou do Curso, sem dependências, com a habilitação para prosseguir estudos no nível Superior.

7.4.1 Visando sanar possíveis dificuldades na obtenção do Diploma ou Certificado, por parte do candidato, para habilitação à matrícula no Curso, será aceita a Declaração de conclusão do Ensino Médio (Anexo G). Essa Declaração deverá atender ainda ao previsto no item 7.2 e conter, além dos requisitos citados nos itens 7.3 e 7.4, a identificação do Diretor do Estabelecimento de Ensino e, no caso de Instituição Pública, a data da publicação da sua designação ou nomeação para o cargo de Direção.

7.4.2 O candidato poderá apresentar, em substituição aos documentos de comprovação de escolaridade relativos à conclusão do Ensino Médio, declaração de conclusão de período do Ensino Superior ou Certificado ou Diploma de conclusão do Ensino Superior, desde que atendam aos mesmos requisitos previstos nos itens 7.2 e 7.3 e, naquilo que for pertinente, no item 7.4.

7.5 Se o candidato deixar de entregar algum documento previsto na letra "s" do item 7.1, ou entregá-lo com discrepância citada no item 7.2, somente será matriculado se sanar o problema até o prazo previsto no item 5.13.1.

7.6 A constatação, a qualquer tempo, de omissão, falta de veracidade em documento ou informação fornecida pelo candidato implicará anulação da sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das medidas administrativas e sanções previstas na legislação em vigor.

7.7 Recomenda-se ao candidato, com o objetivo de facilitar a concessão de atos administrativos de interesse da Organização de Ensino e do próprio candidato, que seja apresentado na Concentração Final e Habilitação à Matrícula, o PIS/PASEP e o Título de Eleitor. Caso o candidato não possua o PIS/PASEP, poderá apresentar a certidão de "Nada Consta", emitida pela Caixa Econômica Federal.

7.8 O candidato que obtiver provimento liminar para continuidade no Exame de Admissão, em Processo Judicial, somente será matriculado se estiver dentro do número de vagas previstas na respectiva Especialidade ou Quadro à qual concorre e desde que a ordem de matrícula seja expressamente determinada pelo juízo processante.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS

8.1.1 As despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem para a participação nas diversas etapas do Exame serão de responsabilidade do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados do Exame tiverem de ser cancelados, repetidos ou postergados.

8.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na situação de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do Curso.

8.1.2 Os portões de acesso aos locais de realização das Provas Escritas, bem como da Concentração Intermediária, serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

8.1.3 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP, do TACF e do PHC incluídos os seus recursos/revisões, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos (Anexo C), serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária ou divulgados pelas páginas eletrônicas do Exame.

8.1.4 Os locais de realização de todas as etapas, inclusive a área de realização das Provas Escritas, da INSPSAU, do EAP, do TACF e do PHC terão a entrada restrita aos candidatos, membros da Banca Examinadora e da Comissão Fiscalizadora.

8.1.5 O não comparecimento do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C) ou divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora ou nas páginas eletrônicas do Exame implicará sua falta e, em consequência, sua exclusão do Exame.

8.1.6 Os candidatos convocados para a Concentração Final deverão comparecer à AFA com todos os itens necessários para habilitação à matrícula e início do EAM, que será realizado em regime de internato.

8.2 IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

8.2.1 O candidato deverá portar o seu documento de identificação pessoal original com foto, em todos os eventos do Exame, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas, de modo a permitir com clareza a identificação do candidato.

8.2.1.1 Serão aceitos como documentos de identificação pessoal: carteira de identidade (expedida por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública ou de Defesa Social, Ministério da Justiça, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar); carteira de identificação expedida pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro; carteira funcional do Ministério Público; certificado de reservista, carteira funcional expedida por Órgão Público que, por força de lei federal, valha como identidade; carteira de trabalho e previdência social (CTPS) e carteira nacional de habilitação (somente o modelo impresso com foto). Não serão aceitas versões digitais.

8.2.1.2 Não serão aceitos como documentos de identificação pessoal: Certidão de nascimento ou de casamento ou Contrato de união estável; título de eleitor; Carteira de estudante; cartão do CPF; Carteira de clube ou de entidade de classe; crachá funcional; Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, ou quaisquer documentos não constantes destas Instruções.

8.2.1.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, cópias de documentos (mesmo que autenticadas) e nem protocolo de documento em processo de expedição ou renovação. Os documentos deverão permitir com clareza a identificação do candidato.

8.2.1.4 Por ocasião da realização das Provas Escritas, e por questões de segurança do Exame, serão realizadas conferências de dados dos candidatos presentes com os documentos válidos e, por não ser autorizada a utilização de dispositivos eletrônicos, não são aceitos documentos de identificação em versão digital.

8.2.2 A Comissão Fiscalizadora poderá, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta de dados, de assinaturas, da impressão digital e de fotografia e/ou filmagem dos candidatos nos eventos deste Exame.

8.2.3 O candidato que não portar documento de identificação pessoal original com foto (conforme item 8.2.1.1), em qualquer etapa do Exame, por motivo de perda, roubo, furto ou extravio, deverá apresentar Boletim de Ocorrência Policial expedido há, no máximo, trinta dias, sendo submetido à identificação especial, conforme

8.2.3.1 O candidato deverá preencher o Formulário de Identificação Especial, com a identificação de duas testemunhas e escrever, de próprio punho, o seguinte texto: "Eu, NOME COMPLETO DO CANDIDATO, CPF, filho de NOME DO PAI e NOME DA MÃE, declaro, sob as penas da lei, que sou candidato do EXAME e estou de livre e espontânea vontade fazendo essa declaração, de próprio punho, para posterior confirmação da minha identidade e prosseguimento no Exame. LOCAL, DATA e ASSINATURA DO CANDIDATO", registrando o fato em Ata.

8.2.4 O candidato que não apresentar documento de identificação pessoal original com foto, conforme definido nestas Instruções Específicas, e nem se enquadrar no disposto nos itens anteriores, não poderá participar da etapa correspondente pela absoluta impossibilidade de comprovação da veracidade da identidade e por questão de segurança do Exame.

8.3 UNIFORME E TRAJE

8.3.1 Para os eventos deste Exame, realizados em OM (incluindo Colégios Militares), o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares deverá comparecer uniformizado obrigatoriamente, em acordo com o Regulamento de Uniformes.

28.3.1.1 O candidato militar que descumprir o item 8.3.1 prosseguirá no Exame, porém, por tratar-se de transgressão disciplinar, o fato será comunicado ao seu Comandante, Chefe ou Diretor.

8.3.2 Para os eventos do Exame realizados em instituições civis, o candidato militar da ativa poderá comparecer em traje civil ou uniformizado.

8.3.3 Em qualquer situação ou local, todos os candidatos deverão sempre trajar roupa condizente com o ambiente.

8.4 EXCLUSÃO DO CANDIDATO

8.4.1 Será excluído do Exame, a qualquer tempo, o candidato que:

a) não obtiver aproveitamento nas Provas Escritas;

b) não atingir o grau mínimo exigido na Média Final;

c) não for convocado para as etapas subsequentes ou, se convocado, não comparecer ou chegar atrasado;

d) não for considerado "APTO" na INSPSAU, no EAP e no TACF;

e) em cuja autodeclaração no PHC tenha sido comprovada a má-fé;

f) não atingir os resultados previstos nestas Instruções, após a solução dos recursos apresentados; e/ou

g) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções e nas demais publicações disponíveis no endereço eletrônico do Exame.

8.4.2 Será excluído do Exame, a qualquer tempo, por ato dos Comandantes da EPCAR ou da AFA, ou por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, com registro em ata e posterior homologação pelos Comandantes da EPCAR ou da AFA, sem prejuízo das medidas administrativas e legais previstas, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização de qualquer etapa do Exame de Admissão, estabelecidas nestas Instruções Específicas ou em orientações dirigidas aos candidatos;

b) portar, junto ao corpo ou sobre a mesa, durante a realização das Provas Escritas, quaisquer dos objetos citados no item 4.3.9.2;

c) portar arma de qualquer espécie ainda que detenha Autorização para o respectivo porte ou mesmo estando uniformizado ou de serviço, e/ou recusar-se a ser submetido à vistoria eletrônica (detector de metais e/ou de ponto eletrônico);

d) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios ilícitos, bem como praticar ato de indisciplina em qualquer etapa do Exame;

e) fizer, durante as Provas Escritas, qualquer anotação em local que não seja o próprio Caderno de Questões;

f) fizer uso, durante as Provas Escritas, de livro, código, apostila, manual ou qualquer anotação;

g) marcar no Cartão de Respostas/Folha de Redação ou fazer anotação no Caderno de Questões após o comunicado do encerramento do tempo oficial previsto para a realização das Provas Escritas, após ter sido advertido por membro da Comissão Fiscalizadora para interromper o ato de marcar resposta ou de fazer anotação;

h) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local de realização das Provas Escritas antes do tempo oficial previsto para levá-lo;

i) continuar a resolução de questões ou a marcação do Cartão de Respostas ou de qualquer folha de respostas após o comunicado de encerramento do tempo oficial previsto para a realização das Provas Escritas;

j) der ou receber auxílio para a realização das Provas Escritas;

k) comunicar-se verbalmente, por escrito ou por qualquer forma, com outro candidato durante as provas;

l) deixar de acatar determinação ou desrespeitar membro da Comissão Fiscalizadora ou outro candidato;

m) deixar de comparecer ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização de qualquer etapa do Exame, ainda que por motivo de força maior;

n) não apresentar documento de identificação pessoal original previsto no item 8.2.1.1 ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de coleta de dados, de impressão digital, de assinatura, de fotografia ou de filmagem, por ocasião de qualquer etapa do Exame;

o) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para matrícula, nos prazos determinados, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos, salvo o Título de Eleitor para menor de 18 anos de idade;

p) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;

q) praticar falsidade ideológica, constatada em qualquer momento do Exame;

r) deixar de assinar o Cartão de Respostas das Provas Escritas no local para isso reservado;

s) afastar-se da sala de realização das Provas Escritas ou do recinto de realização de qualquer outra etapa do Exame, durante ou após o período de realização das mesmas, portando seu Cartão de Respostas, sua Folha de Redação ou qualquer folha de respostas que lhe tenha sido entregue;

t) desistir voluntariamente em qualquer etapa do Exame;

u) ausentar-se do Setor de Provas sem o acompanhamento do membro da Comissão Fiscalizadora ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido nestas Instruções Específicas; e/ou

v) deixar de apresentar-se na AFA, na data prevista para a Concentração Final, passando a ser considerado candidato desistente, no caso de candidato titular e, no caso de candidato excedente, nos dias e horários estabelecidos por ocasião de sua convocação.

8.5 VALIDADE DO EXAME

8.5.1 O prazo de validade do EA CFOINT 2023 é de dez dias corridos, a contar da data do início do Curso, conforme previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), em consonância com o disposto no item 9.5 destas IE.

8.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas deste Exame somente terão validade para a matrícula no CFOINT 2023.

8.6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19)

8.6.1 À época da realização das Provas Escritas e demais etapas do exame, caso os protocolos que disponham acerca do Plano de Contingenciamento Específico de Enfrentamento ao COVID-19 estejam ainda em vigor, o candidato deverá atender todas as condições prescritas nas alíneas a seguir:

a) por medida de controle sanitário, o candidato deverá apresentar-se fazendo uso de máscara de proteção respiratória, cobrindo nariz e boca, sob pena de exclusão do exame;

b) por ocasião de comer ou beber, o candidato poderá retirar a máscara, devendo recolocá-la assim que terminar a alimentação, sempre respeitando o devido distanciamento social;

c) o uso de bebedouros coletivos será proibido, devendo o candidato, em caso de necessidade, trazer sua própria bebida em garrafas individuais e transparentes;

d) o candidato poderá portar frascos individuais e transparentes de álcool gel a 70%; e

e) não será permitido o fornecimento ou empréstimo de canetas ou outros objetos para compartilhamento, devendo cada candidato trazer consigo seus utensílios pessoais.

8.6.2 Após avaliação da equipe médica da Comissão Fiscalizadora, os candidatos que apresentarem sintomas sugestivos relacionados à COVID-19, tais como mal estar, fraqueza, dor de cabeça, dores musculares, dor de garganta, tosse, falta de ar, dor de estômago, diarreia, perda de apetite, perda de olfato ou febre, serão isolados em área apropriada para orientações iniciais e execução das provas escritas.

8.6.3 Por ocasião da Concentração Intermediária, INSPSAU, TACF ou EAP, o candidato convocado que apresentar laudo médico positivo para o COVID-19, na data prevista para as mencionadas etapas, será orientado a retornar nos dias e horários estabelecidos pela Comissão, sendo-lhe assegurado o prosseguimento nas fases subsequentes.

8.6.4 No dia da Concentração Final, os candidatos convocados para Validação Documental/ Habilitação à Matrícula responderão a um questionário para investigação epidemiológica e serão submetidos, obrigatoriamente, à testagem para a COVID-19, de forma a resguardar a saúde própria, dos demais candidatos e de todos aqueles envolvidos na aplicação e execução das Etapas do presente Exame.

8.6.4.1 O candidato que apresentar qualquer sintoma ou obtiver o resultado positivo na testagem, constante do item 8.6.4, será orientado a retornar nos dias e horários estabelecidos pela Comissão, sendo-lhe assegurado o prosseguimento nas etapas subsequentes.

8.6.4.2 O cumprimento do isolamento, resultante do item 8.6.4.1, e o retorno ao Exame não serão apoiados pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional).

8.6.5 O candidato menor de idade, convocado para a Concentração Final, deverá apresentar uma Autorização, por escrito, de próprio punho, pelo seu responsável legal, para ser submetido à testagem da COVID-19, conforme Anexo O.

8.6.6 O candidato que se recusar a realizar a testagem para a COVID-19 será excluído do Exame.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A inscrição no processo seletivo implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no CFOINT 2023, bem como de todas as demais instruções que eventualmente vierem a ser expedidas e publicadas posteriormente.

9.2 Não cabe compensação, reparação ou indenização, pecuniária ou não, em função de indeferimento de inscrição, reprovação nas etapas do Exame, cancelamento de matrícula, exclusão do Exame, anulação de ato ou não aproveitamento por falta de vagas, em cumprimento às condições estabelecidas nas presentes Instruções Específicas.

9.3 O COMAER não possui vínculo com qualquer curso preparatório ou escola, nem sugere ou se responsabiliza por material didático comercializado por professores ou instituições de ensino.

9.4 Ao Diretor da DIRENS caberá:

a) anular este Exame, no todo ou em parte, em todo o País ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer etapa de característica eliminatória e/ou classificatória, e quando ocorrer fato incompatível com estas Instruções Específicas ou que impossibilite seu cumprimento;

b) determinar retificação de ato equivocado, anular e tornar sem efeito todas as consequências por ele produzidas e, em seguida, providenciar a correção e a divulgação das informações, dando ampla publicidade de todas as ações, com as devidas explicações e respectivas motivações que produziram as alterações; e

c) dar solução aos casos omissos nestas Instruções Específicas.

9.5 Em caso excepcional de mudança no Calendário de Eventos (Anexo C), por motivo de força maior ou decisão judicial, a DIRENS reserva-se no direito de reprogramar o mencionado calendário conforme a disponibilidade e a conveniência da Administração, sendo implícita e compulsória a aceitação dos candidatos às novas datas a serem oportunamente divulgadas.

9.6 Em caso excepcional de alteração na divulgação de algum resultado, conforme especificado na letra "b" do item 9.4, não cabe qualquer pedido de reconsideração referente ao ato anulado, pois dele não se originam direitos, uma vez que este estará eivado de vício, que o torna ilegal e passível de ser retificado.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

Anexo A - Siglas e Vocábulos

AFA - Academia da Força Aérea
BCA - Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA - Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL - Centro de Medicina Aeroespacial
CFOINT - Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CHC - Comissão de Heteroidentificação Complementar
CINDACTA - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER - Comando da Aeronáutica
COMGEP - Comando-Geral do Pessoal
CRHC - Comissão Recursal de Heteroidentificação Complementar
DAS - Divisão de Admissão e Seleção da EPCAR
DIAP - Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIAPM - Documento de Informação de Aptidão à Pilotagem Militar
DIRAP - Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENS - Diretoria de Ensino
DIRSA - Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DIS - Documento de Informação de Saúde
DOU - Diário Oficial da União
EAM - Estágio de Adaptação Militar
EAP - Exame de Aptidão Psicológica
INSPSAU - Inspeção de Saúde
IE/EA - Instruções Específicas / Exame de Admissão
EPCAR - Escola Preparatória de Cadetes do Ar
FIFQ - Ficha Informativa sobre Formulação de Questão
FSI - Formulário de Solicitação de Inscrição
ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica
INSPSAU - Inspeção de Saúde
IPA - Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS - Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA - Junta Especial de Avaliação
OM - Organização Militar
OCL - Organização Coordenadora Local
OSA - Organização de Saúde da Aeronáutica
PHC - Procedimento de Heteroidentificação Complementar
RUMAER - Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SEREP - Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica
SIGC - Sistema Integrado de Gestão e Controle
TACF - Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

Anexo B - Conteúdo Programático e Referências Bibliográficas

1 FÍSICA

1.1 CINEMÁTICA ESCALAR

1.1.1 Movimento Uniforme. Movimento com velocidade escalar variável e Movimento Uniformemente Variado. Movimento Vertical no Vácuo. Gráficos do Movimento Uniforme e do Movimento Uniformemente Variado.

l.2 VETORES E GRANDEZAS VETORIAIS: CINEMÁTICA VETORIAL

1.2.1 Vetores. Velocidade e aceleração vetoriais. Movimentos circulares. Lançamento horizontal e lançamento oblíquo no vácuo.

1.3 DINÂMICA

1.3.1 Princípios fundamentais. Leis de Newton. Forças de atrito. Forças em trajetória curvilíneas. Trabalho e energia. Impulso e Quantidade de Movimento. Gravitação Universal.

1.4 ESTÁTICA

l.4.1 Equilíbrio do ponto material. Equilíbrio dos corpos extensos. Hidrostática.

1.5 TERMOLOGIA

1.5.1 Introdução à termologia. Termometria. Dilatação térmica de sólidos e líquidos.

1.6 CALOR

1.6.1 Calorimetria. Mudanças de fase. Diagramas de fase. Propagação do calor.

1.7 TERMODINÂMICA

1.7.1 Estudo dos gases. As leis da Termodinâmica.

1.8 ÓPTICA

1.8.1 Óptica geométrica. Reflexão da luz e Espelhos planos. Espelhos esféricos. Refração luminosa. Lentes esféricas delgadas. Instrumentos ópticos

1.9 ONDAS

l.9.1 Movimento harmônico simples (MHS). Ondas. Interferência de ondas. Ondas sonoras.

1.10 ELETROSTÁTICA

1.10.1 Eletrização e Força elétrica. Campo elétrico. Trabalho e potencial elétrico. Condutores em equilíbrio eletrostático e Capacitância eletrostática.

1.11 ELETRODINÂMICA

1.11.1 Corrente elétrica. Resistores. Medidas elétricas. Geradores e Receptores elétricos. Capacitores.

1.12 ELETROMAGNET1SMO

l.12.1 Campo magnético. Força magnética. Indução eletromagnética.

1.13 FÍSICA MODERNA

1.13.1 Noções de física quântica: Teoria dos Quanta; Efeito Fotoelétrico; célula fotoelétrica; O Átomo de Bohr; a Natureza "Dual" da Luz; Dualidade Onda-partícula: a Hipótese de Broglie; Princípio da Incerteza de Heisenberg.

1.13.2 Relatividade Especial: Relatividade na Física Clássica; Relatividade Galileana; Experiência de Michelson-Morley; Relatividade de Einstein: postulados da Teoria da Relatividade Especial; Modificações na Relatividade Galileana; Contração do comprimento; dilatação do tempo; composição relativística de velocidades; Massa e Energia; Energia e Quantidade de Movimento.

1.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.14.1 CALÇADA, Caio Sérgio; SAMPAIO, José Luiz. Física Clássica. São Paulo: Atual, 1998. v.

1, 2, 3, 4, 5.

1.14.2 GASPAR, Alberto. Física. São Paulo: Editora Ática, 2000. v. 1, 2, 3.

l.14.3 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. l.

l.14.4 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 2.

l.14.5 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 3.

1.14.6 MÁXIMO, Antônio; ALVARENGA, Beatriz. Curso de Física. São Paulo: Scipione, 2005. v. 1, 2, 3.

l.14.7 PARANÁ, Dijalma Nunes da Silva. Física. São Paulo: Ática, 1998. v. 1, 2, 3.

1.14.8 RAMALHO, Francisco Júnior; NICOLAU, Gilberto Ferrara; TOLEDO, Paulo Antônio Soares. Os Fundamentos da Física. São Paulo: Moderna, 2006. v. 1, 2, 3.

2 MATEMÁTICA

2.1 NOÇÕES DE CONJUNTOS

2.1.1 Igualdade de conjuntos.

2.1.2 Subconjuntos.

2.1.3 Operações com conjuntos: interseção, reunião, diferença e complementar.

2.1.4 Resolução de problemas.

2.2 CONJUNTOS NUMÉRICOS

2.2.1 Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais.

2.2.2 Propriedades, operações e resolução de problemas.

2.2.3 Intervalos reais.

2.3 FUNÇÕES

2.3.1 Noção intuitiva e definição.

2.3.2 Notação de função.

2.3.3 Domínio, imagem e contradomínio.

2.3.4 Análise de gráfico.

2.3.5 Crescimento e decrescimento de função.

2.3.6 Paridade de função.

2.3.7 Função: sobrejetora, injetora e bijetoras.

2.3.8 Composição de função.

2.3.9 Função inversa.

2.3.10 Funções: afim, quadrática, modular, exponencial, logarítmica e recíproca (definição, gráfico, equações, inequações e resolução de problemas).

2.3.11 Logaritmo: definição, propriedades e resolução de problemas.

2.4 SEQUÊNCIAS

2.4.1 Definição.

2.4.2 Progressões Aritméticas.

2.4.3 Progressões Geométricas.

2.5 TRIGONOMETRIA

2.5.1 Arcos e ângulos.

2.5.2 Circunferência trigonométrica.

2.5.3 Funções trigonométricas e funções trigonométricas inversas.

2.5.4 Relações fundamentais.

2.5.5 Redução ao 1º quadrante.

2.5.6 Relações de identidade e transformações.

2.5.7 Equações e inequações.

2.5.8 Triângulo retângulo.

2.5.9 Triângulo qualquer: lei dos senos, lei dos cossenos e área.

2.6 MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES

2.6.1 Matriz: conceito, tipos especiais, operações e inversa.

2.6.2 Determinantes: conceito, resolução, propriedades e aplicações.

2.6.3 Sistemas lineares: resolução e discussão.

2.7 GEOMETRIA ESPACIAL

2.7.1 Poliedros convexos e não convexos.

2.7.2 Poliedros de Platão.

2.7.3 Prismas: elementos, classificação, cálculo de área e volume.

2.7.4 Pirâmide e tronco de pirâmide: elementos, classificação, cálculo de área e volume.

2.7.5 Cilindro: elementos, classificação, seção longitudinal e seção transversal, cálculo de área e volume.

2.7.6 Cone e tronco de cone: elementos, classificação, seção meridiana, cálculo de área e volume.

2.7.7 Esfera: elementos, seções, fuso esférico, cunha esférica, cálculo de área e volume.

2.7.8 Inscrição e Circunscrição de sólidos.

2.8GEOMETRIA PLANA

2.8.1 Congruência de figuras planas.

2.8.2 Semelhança de triângulos.

2.8.3 Relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos.

2.8.4 Áreas de polígonos, círculo, coroa e setor circular.

2.9 ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE

2.9.1 Princípio Fundamental da Contagem.

2.9.2 Arranjos, permutações e combinações.

2.9.3 Permutações com elementos repetidos.

2.9.4 Binômio de Newton: termo geral e triângulo de Pascal.

2.9.5 Probabilidade.

2.10 GEOMETRIA ANALÍTICA

2.10.1 Coordenadas cartesianas no plano: distância entre dois pontos, ponto médio, condição de alinhamento de três pontos, mediana e baricentro.

2.10.2 Estudo da reta: equação geral, reduzida, segmentária e paramétrica; interseção de retas, paralelismo e perpendicularismo; distância entre ponto e reta; área de um triângulo; inequações do 1º grau com duas incógnitas.

2.10.3 Estudo da circunferência: equação reduzida e geral; posições relativas entre ponto e circunferência, entre reta e circunferências e entre duas circunferências; inequações do 2º grau com duas incógnitas.

2.10.4 Cônicas: elipse, hipérbole e parábola (elementos e equações).

2.11NÚMEROS COMPLEXOS

2.11.1 Operações com pares ordenados.

2.11.2 Forma algébrica, conjugado, quociente de dois números complexos.

2.11.3 Módulo e argumento.

2.11.4 Forma trigonométrica e forma polar.

2.11.5 Multiplicação e divisão.

2.11.6 Potenciação.

2.11.7 Radiciação.

2.11.8 Equações binômias e trinômias.

2.12POLINÔMIOS

2.12.1 Definição.

2.12.2 Coeficiente dominante.

2.12.3 Função polinomial.

2.12.4 Polinômio nulo.

2.12.5 Valor numérico.

2.12.6 Raiz.

2.12.7 Polinômios iguais (ou idênticos).

2.12.8 Adição, subtração e multiplicação de polinômios.

2.12.9 Divisão.

2.12.10 Divisões por (x - a).

2.12.11 Teorema do resto.

2.12.12 Dispositivo prático de Briot-Ruffini.

2.12.13 Divisões sucessivas.

2.13 EQUAÇÕES ALGÉBRICAS

2.13.1 Definição.

2.13.2 Raiz.

2.13.3 Teorema fundamental da álgebra.

2.13.4 Teorema da decomposição.

2.13.5 Multiplicidade de uma raiz.

2.13.6 Relações de Girard.

2.13.7 Raízes complexas.

2.13.8 Teorema das raízes racionais.

2.14 ESTATÍSTICA BÁSICA

2.14.1 Variável.

2.14.2 Tabelas de frequência.

2.14.3 Representações gráficas.

2.14.4 Medidas de centralidade.

2.14.5 Medidas de dispersão.

2.14.6 Medidas de centralidade e dispersão para dados agrupados: cálculo do desvio padrão, determinação da classe modal e cálculo da mediana.

2.15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2.15.1 IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos e funções.

Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.2 IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.3 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Trigonometria. Vol. 3. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.4 IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Sequências, matrizes, determinantes e sistema. Vol. 4. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.5 HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Combinatória e probabilidade. Vol. 5.

10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.6 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Complexos, polinômios e equações. Vol.

6. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.7 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Geometria analítica. Vol. 7. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.8 DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: Geometria plana. Vol.

9. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.9 DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: Geometria espacial posição e métrica. Vol. 10. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.

2.15.10 IEZZI, Gelson; DEGENSZAJN, David, ALMEIDA, Nilze de; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. Matemática ciência e aplicações: conecte live. Vol. 1. 3ª edição. São Paulo, Saraiva, 2018.

3 LÍNGUA INGLESA

3.1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

3.2 ESTRUTURAS GRAMATICAIS

3.2.1 Substantivos: gênero, número, contáveis e incontáveis.

3.2.2 Pronomes: pessoal, oblíquo, possessivo, reflexivo, demonstrativo, relativo, indefinido e interrogativo.

3.2.3 Adjetivos: graus comparativo e superlativo.

3.2.4 Preposições.

3.2.5 Conjunções.

3.2.6 Advérbios.

3.2.7 Numerais.

3.2.8 Artigos: definidos e indefinidos.

3.2.9 Verbos: tempos, modos, formas e vozes.

3.2.10 Caso possessivo.

3.2.11 Questiontag e respostas curtas.

3.2.12 Estrutura da oração.

3.2.13 Período composto: orações condicionais, relativas, apositivas, etc.

3.2.14 Discursos: direto e indireto.

3.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3.3.1 OXFORD Advanced Learners Dictionary. 7. ed. Oxford, 2005.

3.3.2 DICTIONARY of English Language and Culture 3 ed. São Paulo: Pearson Longman, 2000.

3.3.3 SWAN, Michael; WALTER, Catherine. The good Grammar book . Oxford, 2001.

3.3.4 FUCHS, Marjorie; BONNER, Margaret. Grammar Express intermediary. Longman, 2002.

3.3.5 BOLTON, David; GOODEY, Noel. Englishgrammar in steps. Richmond Publishing, 1996.

3.3.6 RILEY, David HUGHES, John. Practical Grammar level 2. Heinle Cencage learning, 2010.

4 LÍNGUA PORTUGUESA

4.1 ESTUDO DE TEXTO

4.1.1 Intelecção de textos literários e não literários, verbais e não verbais.

4.2 GRAMÁTICA

4.2.1 Fonologia: fonemas, encontros consonantais e vocálicos, dígrafos, divisão silábica, acentuação gráfica e ortografia (conforme a nova ortografia).

4.2.2 Morfologia: estrutura das palavras, formação de palavras, classes de palavras: classificação, flexão e emprego (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição).

4.2.3 Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período, pontuação, regência e concordância, estudo da crase, colocação pronominal.

4.3 SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA

4.3.1 Variedades linguísticas.

4.3.2 Sinonímia e antonímia, hiponímia e hiperonímia, polissemia, ambiguidade.

4.3.3 Denotação e Conotação, figuras de linguagem, funções da linguagem, e vícios da linguagem.

4.3.4 Versificação.

4.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4.4.1 MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa 10 ed São Paulo: Saraiva, 2009.

4.4.2 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto. 16. ed. São Paulo:

Editora Ática, 2000.

4.4.3 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed.

São Paulo: Editora Ática, 1997.

Anexo C - Calendário de Eventos

INSCRIÇÃO			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
1	Período de Inscrição. O preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI) será possível via Sistema de Inscrições, a partir das 10h do primeiro dia do período de inscrições, até as 09h do último dia - horário de Brasília.	CANDIDATOS / EPCAR	07/03/2022 a 23/03/2022
2	Solicitação, via Sistema de Inscrições, da isenção do pagamento da taxa de inscrição, para candidatos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal e/ou inscritos no REDOME como doador de medula óssea. (O preenchimento do formulário de solicitação de isenção será possível a partir das 10h do primeiro dia do período de inscrições, até as 09h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS / EPCAR	07/03/2022 a 23/03/2022
3	Divulgação, via Internet, da relação provisória dos candidatos com o resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.	EPCAR	28/03/2022
4	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento de recurso quanto à relação provisória dos candidatos que solicitaram isenção do pagamento da taxa de inscrição, até as 15h. Os doadores de medula óssea deverão enviar, por e-mail, imagem do cartão de inscrição no REDOME.	CANDIDATOS / EPCAR	29/03/2022
5	Divulgação, via Internet, da relação definitiva dos candidatos com o resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.	EPCAR	31/03/2022
6	Divulgação, via internet, da relação provisória dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que optaram pela reserva de vaga.	EPCAR	31/03/2022
7	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento de recurso quanto à relação provisória dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos.	CANDIDATOS	01/04/2022
8	Pagamento da taxa de inscrição.	CANDIDATOS	08/03/2022 a 04/04/2022
9	Divulgação, via internet, da relação final dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que optaram pela reserva de vaga.	EPCAR	11/04/2022
10	Divulgação, via Internet, da relação provisória dos candidatos com o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os motivos dos indeferimentos.	EPCAR	11/04/2022
11	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento para inscrição em grau de recurso (O preenchimento será possível até as 15h do último dia - horário de Brasília). OBS: ***Somente*** *para* ***candidatos que tiveram*** *a solicitação de* ***inscrição indeferida*** *e que desejarem interpor recurso, de acordo com o previsto nas IE para este Exame*.	CANDIDATOS	12/04/2022 a 13/04/2022
12	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida definitivamente.	EPCAR	20/04/2022
13	Divulgação aos candidatos, via Internet, de relação contendo o local, setor e outras informações para a realização das Provas Escritas.	CANDIDATOS/ EPCAR	08/06/2022 a 20/06/2022

PROVAS ESCRITAS			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
14	Divulgação via Internet dos locais de realização das Provas Escritas.	EPCAR	02/06/2022
15	PROVAS ESCRITAS: - Fechamento dos portões: 09h (horário de Brasília); - Orientações gerais às 9h10min (obrigatório); e - Início das Provas Escritas às 09h40min (horário de Brasília).	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA / OCL	19/06/2022
16	Divulgação das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios via Internet.	EPCAR	21/06/2022
17	Preenchimento e envio eletrônico à EPCAR, da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), no Sistema de Inscrições ou por outro meio devidamente disponibilizado (disponível até as 15h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	21/06/2022 e 22/06/2022
18	Divulgação dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre o recurso quanto à formulação de questões das Provas Escritas e/ou aos seus respectivos gabaritos, via Internet.	EPCAR	07/07/2022
19	Correção das Provas Escritas.	EPCAR	07/07/2022 a 13/07/2022
20	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados provisórios obtidos nas Provas Escritas (exceto Redação) com seus respectivos graus, contendo a classificação provisória daqueles que obtiveram aproveitamento, via Internet.	EPCAR	14/07/2022
21	Preenchimento via Sistema de Inscrições, de solicitação de revisão de graus, somente para candidatos que discordam dos graus publicados, no (disponível até as 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	14/07/2022 e 15/07/2022
22	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados das análises das solicitações de recurso para os graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas, contendo a classificação provisória daqueles que obtiveram aproveitamento, via Internet.	EPCAR	22/07/2022
23	Divulgação da relação nominal de candidatos que terão a Prova de Redação (RED) corrigida, via Internet.	EPCAR	22/07/2022
24	Divulgação da redação corrigida com os graus atribuídos, mediante acesso personalizado aos candidatos, via internet.	CIAAR / EPCAR	08/08/2022
25	Preenchimento do formulário de recurso para a Prova de Redação, via Sistema de Inscrições, (disponível até as 13h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	08/08/2022 a 09/08/2022
26	Divulgação dos pareceres individuais sobre os recursos da Prova de Redação, via Internet.	CIAAR / EPCAR	16/08/2022
27	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados finais obtidos nas Provas Escritas, com suas respectivas médias finais, contendo a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento, bem como a relação dos que foram convocados para a Concentração Intermediária e exames subsequentes, via Internet.	EPCAR	22/08/2022

CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
28	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária (1ª data), bem como da data, do horário e endereço do local onde ela será realizada.	EPCAR	19/08/2022
29	Concentração Intermediária (1ª data - somente para os convocados para esta data) - Fechamento dos portões às 09h (horário local), com lavratura da Ata.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	29/08/2022
30	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que não compareceram à Concentração Intermediária (1ª data) e convocação dos candidatos para a Concentração Intermediária (2ª data).	EPCAR	31/08/2022
31	Concentração Intermediária (2ª data - somente para os convocados para esta data) - Fechamento do portão às 09h. (horário local), com lavratura da Ata. Obs.: A 2ª data não se destina à recepção de candidatos faltosos à convocação ocorrida para a 1ª data.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ SEREP	05/09/2022
32	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que não compareceram à Concentração Intermediária e/ou foram excluídos do processo seletivo.	EPCAR	09/09/2022

INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
33	INSPSAU - realização e julgamento.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ OSA / SEREP	30/08/2022 a 16/09/2022
34	Solicitação de recurso para entrega de documentação da INSPSAU: Laudos e/ou resultados de Exames Toxicológicos e/ou Laudo de Exame Citopatológico Ginecológico ou Atestado Médico, emitido por ginecologista, em até 2 (dois) dias úteis, a contar da data prevista para o início da INSPSAU.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA	Na data prevista para o início da Inspeção de Saúde, realização e julgamento
35	Inspeção de Saúde - Realização e Julgamento apenas para candidatos que solicitaram recurso para entrega de documento(s) da INSPSAU.	CANDIDATOS/ OSA/ COMISSÃO FISCALIZADORA	Até 2 dias úteis, a contar da data prevista para o início da Inspeção de Saúde, realização e Julgamento
36	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU. *OBS*: *O candidato com resultado* "NÃO APTO" *poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Saúde (DIS), conforme previsto nas IE do Exame.*	EPCAR	29/09/2022
37	Preenchimento e envio eletrônico do requerimento para INSPSAU, em grau de recurso. (O preenchimento eletrônico será possível até as 15h do último dia do recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	29/09/2022 a 30/09/2022
38	Consulta individual, via Sistema de Inscrições, ou por outro meio devidamente disponibilizado, da data, horário e local onde o candidato com resultado "NÃO APTO", e que solicitou INSPSAU em grau de recurso, será reexaminado.	CANDIDATOS	10/10/2022
39	Realização da INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ OSA	13/10/2022 a 20/10/2022
40	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU em grau de recurso.	EPCAR	27/10/2022

EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
41	EAP - realização e julgamento.	CANDIDATOS / IPA / SEREP	30/08/2022 a 16/09/2022
42	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no EAP. OBS: O candidato com resultado INAPTO poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP).	EPCAR	13/10/2022
43	Preenchimento e envio eletrônico do requerimento para revisão do EAP, em grau de recurso. (O preenchimento será possível até as 15h - horário de Brasília).	CANDIDATOS	14/10/2022
44	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na revisão do EAP, em grau de recurso.	EPCAR	26/10/2022
45	Preenchimento via Sistema de Inscrições ao IPA, do requerimento com solicitação de Entrevista Informativa dos candidatos julgados inaptos no EAP que desejarem obter esclarecimento sobre o motivo da sua inaptidão (até as 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	26/10/2022 e 27/10/2022

46	Consulta individual, via página eletrônica do Exame, da data, horário e local onde será realizada a Entrevista Informativa. OBS: *Somente para candidatos com resultado "INAPTO" no EAP e que solicitaram a Entrevista Informativa*.	CANDIDATOS	04/11/2022
47	Realização da Entrevista Informativa, referente ao EAP, com os candidatos que solicitaram.	CANDIDATOS / IPA	01/12/2022 e 02/12/2022
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
48	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos convocados para a realização do TACF.	EPCAR	28/10/2022
49	TACF - Realização, Julgamento e divulgação imediata do resultado aos candidatos, bem como a data, horário e local de realização do novo teste dos candidatos que obtiveram o resultado "NÃO APTO".	CANDIDATOS / CDA /COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	03/11/2022 a 08/11/2022
50	Informação imediata da data, horário e local de realização do novo teste aos candidatos que obtiveram o resultado "NÃO APTO" e que solicitaram o TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS / CDA / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	03/11/2022 a 08/11/2022
51	Entrega, ao Presidente ou ao Secretário da Comissão Fiscalizadora, do requerimento do TACF em grau de recurso (após a realização do Teste).	CANDIDATOS	03/11/2022 a 08/11/2022
52	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF.	EPCAR	09/11/2022
53	Realização e julgamento do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS / CDA / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	14/11/2022
54	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF em grau de recurso.	EPCAR	17/11/2022
PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (PHC)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
55	Divulgação da relação nominal dos candidatos autodeclarados negros, optantes pela reserva de vagas, convocados para realizar o PHC. Obs.: *O PHC será realizado em 3 (três) dias consecutivos, sendo convocados, por grupos, os candidatos optantes pela reserva de vagas devidamente aprovados nas etapas anteriores*.	EPCAR	18/11/2022
56	PHC à autodeclaração dos candidatos negros e que optaram pela reserva de vaga. Separados em grupos por dia de avaliação. (Apresentação na AFA: horário a ser informado por ocasião da convocação)	AFA / CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	22/11/2022 a 24/11/2022
57	Solicitação de recurso quanto ao resultado do PHC dos candidatos negros que tiveram sua autodeclaração NÃO CONFIRMADA.	CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	22/11/2022 a 24/11/2022
58	PHC à autodeclaração dos candidatos negros, em grau de recurso.	AFA / CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	25/11/2022
59	Publicação do resultado definitivo do PHC à autodeclaração dos candidatos negros.	CANDIDATOS / EPCAR	28/11/2022
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
60	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a Concentração Final e Habilitação à Matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações.	EPCAR	12/12/2022
61	Publicação em BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	19/12/2022
62	Publicação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DIRENS	19/12/2022
CONCENTRAÇÃO FINAL / HABILITAÇÃO À MATRÍCULA / MATRÍCULA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
63	Divulgação, via Internet, do modelo de autorização do responsável legal para a matrícula do candidato no Curso e/ou informações importantes para início do Estágio de Adaptação Militar.	EPCAR	20/12/2022
64	Concentração Final e Habilitação à Matrícula. - Apresentação no Auditório da AFA, das 08h até as 09h (horário local), dos candidatos selecionados pela JEA e convocados para a Concentração Final.	AFA/CANDIDATOS	12/01/2023
65	Apresentação e análise da documentação exigida para habilitação à matrícula e preenchimento do Formulário de Recurso por rejeição de documentação. OBS: Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para matrícula, terão 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA, para as respectivas soluções.	AFA / CANDIDATOS	12/01/2023
66	Matrícula e início do Curso.	AFA	12/01/2023
67	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, determinando a data de apresentação.	AFA / EPCAR	12/01/2023 a 20/01/2023
68	Apresentação na AFA dos candidatos excedentes convocados. OBS: Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para matrícula, terão 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA, para as respectivas soluções.	CANDIDATOS	No quinto dia corrido, a contar da data subsequente à de convocação, de 12h até as 14h.
69	Apresentação e análise do documento exigido para habilitação à matrícula, objeto do recurso.	AFA / CANDIDATOS	Até 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA
70	Validade do Exame de Admissão.	AFA/EPCAR	22/01/2023
71	Matrícula, a contar da respectiva data de apresentação do candidato excedente convocado.	AFA	Até 03/02/2023
72	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados, com as respectivas datas de apresentação.	EPCAR	08/02/2023
73	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos matriculados no respectivo Curso.	EPCAR	23/02/2023
74	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no CFOINT.	AFA	02/03/2023

Anexo D - Modelo de Autorização para Candidato Menor de Idade

AUTORIZAÇÃO PARA CANDIDATO MENOR DE IDADE

Eu, _____,
portador(a) do CPF nº _____, responsável legal pelo(a) menor _____,
nascido(a) em _____ / _____ / _____, candidato(a) do EA CFOINT 2023 , autorizo o(a) mesmo(a) a participar de todas as fases do processo seletivo, caso venha a ser convocado(a) para a Concentração Intermediária. Ainda, no caso de enquadrar-se no previsto na Lei n° 12.990/2014, autorizo que seja submetido ao Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), o qual poderá ser filmado e a gravação utilizada na análise de eventuais recursos interpostos.

_____, _____ de _____ de 20____.
local dia mês ano

_____
Assinatura do Responsável Legal

Anexo E - Relação das OCL com os respectivos endereços

OCL	LOCALIDADE	ENDEREÇO
AFA	***PIRASSUNUNGA - SP***	*Estrada de Aguaí, s/nº* Campo Fontenelle - CEP: 13643-970 Telefone: (19) 3565-7200
BANT	PARNAMIRIM - RN	Rua Otávio Gomes de Castro s/nº CEP: 59140-140 Telefones: (84) 3644-7100 (84) 3644-7133
BABV	*BOA VISTA - RR*	Rua Valdemar Bastos de Oliveira, nº 2990, Bairro Aeroporto CEP: 69.310-108 - Boa Vista-RR - Tel: (95) 3194-1000
BACG	CAMPO GRANDE - MS	Av. Duque de Caxias, 2905 Santo Antônio - CEP: 79101-900 Telefone: (67) 3368-3100
BAPV	***PORTO VELHO - RO***	*Av. Lauro Sodré, s/nº* CEP: 76803-260 Telefone: (69) 3211-9700
BASV	*SALVADOR - BA*	Av. Frederico Gustavo dos Santos, s/nº Santo Amaro de Ipatinga São Cristóvão - CEP: 41510-115 .1 Telefones: (71) 3377-8401 (71) 3377-8214
CIAAR	*LAGOA SANTA - MG*	Rua Ten Aviador Doorgal Borges s/nº Bairro CIAAR CEP: 33240-070 Telefone: (31) 2112-9000/9300- Lagoa Santa - MG
CINDACTA II	CURITIBA - PR	Av. Erasto Gaertner, 1000 Bacacheri - CEP: 82510-901 .1 .1 Telefones: (41) 3251-5273 (41) 3251-5218
EPCAR	BARBACENA - MG	Rua Santos Dumont, nº 149 São José - CEP: 36205-058 Telefone: (32) 3339-4050
SEREP-BE	BELÉM - PA	Av. Julio Cesar, s/nº, Souza CEP 66613-902 - Belém/PA Telefone: (91) 3204-9113
SEREP-RF	***RECIFE - PE***	Av Maria Irene S/N, Jordão CEP 51.250-020 - Recife-PE PABX (81) 2129-8435 Telefone: (81) 2129-7000
SEREP-RJ	***RIO DE JANEIRO - RJ***	Av. Marechal Fontenelle, 1200 Campo dos Afonsos - CEP: 21740-002 SEREP-RJ Telefone: (21) 2157-2739
SEREP-SP	***SÃO PAULO - SP***	Avenida Monteiro Lobato, 6.365 - Jd. Cumbica - Guarulhos - SP | CEP: 07184-000 Brasil TEL: (11) 2465-2026
SEREP-CO	***CANOAS - RS***	*Av. Guilherme Schell, 3950 - Fátima - Canoas / RS* CEP: 92200-714 Telefone: (51) 3462- 1133
SEREP-BR	BRASÍLIA - DF	SHIS QI 05 - ÁREA ESPECIAL 12 LAGO SUL CEP: 71615-600 BRASÍLIA DF Tel: (61) 3364-8204
SEREP-MN	MANAUS - AM	Avenida Rodrigo Otávio, 430 - Crespo CEP: 69074-000- Manaus - AM - Telefone: (92) 2129-1736

Anexo F - Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
AO SR. VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA
Nome

_____,
candidato(a) ao EA CFOINT 2023 da AFA, inscrição nº _____, tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) em _____/_____/_____, na localidade _____ (OCL) e tendo sido considerado(a) NÃO APTO, vem requerer ao Sr. o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

COMPARECER NA DATA ...../...../....., ÀS ..... HORAS, NO LOCAL .....

..... cortar aqui .....

RECIBO DO(A) CANDIDATO(A)

Recebi em _____/_____/_____, às _____:_____ horas, o requerimento referente ao Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso, do(a) candidato(a)
_____ ..
_____
Assinatura e carimbo - Presidente/Secretário da Comissão Fiscalizadora
COMPARECER NA DATA ...../...../....., ÀS ..... HORAS, NO LOCAL
.....
Anexo G - Modelo de Declaração (Ensino Médio)

(papel carta timbrado da escola)

CABEÇALHO DA ESCOLA

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de matrícula no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT 2023), que _____,
nome do(a) candidato(a)
nacionalidade brasileira, portador(a) da carteira de identidade nº _____,
(número / órgão expedidor)
CPF nº_____ concluiu com aproveitamento, neste Estabelecimento de Ensino, em ____/____/_____, o Ensino Médio, devidamente aprovado (a) pelo ato de autorização ou reconhecimento, resolução nº_____, CNPJ nº _____.

_____, _____.
(local).....(data)

_____
Téc Secretariado Escolar
(carimbo e o número do registro)

_____
Diretor Geral
(carimbo e o número do registro)

Anexo H - Requerimento de Recurso quanto à Validação Documental
MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
AO EXMO. SR. COMANDANTE DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
Nome
_____,
candidato(a) ao EA CFOINT 2023, inscrição nº _____, tendo sido não habilitado(a) a matrícula no Curso por _____
_____
_____(motivo declarado), vem requerer ao Sr. recurso para Habilitação à Matrícula. Declaro estar de pleno acordo em cumprir todas as exigências contidas nas Instruções Específicas para o Exame.
Nestes termos, pede deferimento.
Pirassununga, ... de ..... de 20____.
_____
Assinatura do(a) candidato(a)
..... cortar aqui .....
RECIBO DO CANDIDATO
Recebi em_____/___/20___, às _____:_____ horas, o requerimento de recurso referente a não habilitação à matrícula no CFOINT 2023 do(a) candidato(a) _____
_____
Assinatura e carimbo
Anexo I - Declaração quanto a Não Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público
Eu,
_____,
identidade nº_____ e CPF nº_____, nascido(a) aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, filho(a) de _____e de _____, candidato(a) do EA CFOINT 2023, declaro não estar investido(a) em cargo, emprego ou função pública nas esferas Federal, Estadual, Municipal ou Distrital. Declaro que estou ciente que, caso venha a acumular cargo público, deverei apresentar nova Declaração quanto a Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público.
Declaro que tomei conhecimento do inteiro teor do contido na alínea "c" do inciso XVI, do Art. 37 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, e estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para o qual for nomeado.
_____, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura do(a) candidato(a)
Anexo J - Modelo de Autorização para matrícula de Candidato Menor de Idade
AUTORIZAÇÃO PARA MATRÍCULA DE CANDIDATO MENOR DE IDADE
1.Eu,
_____, portador (a) do CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, AUTORIZO o(a) menor _____ , nascido(a) em _____ / _____ / _____, candidato(a) do EA CFOINT 2023, para todos os efeitos legais e/ou administrativos inerentes ao Exame, a ser matriculado(a) no 1º ano do mencionado Curso.
2. DECLARO ter conhecimento completo das Instruções Específicas do EA CFOINT 2023 e estar ciente de que o Curso funciona e é constituído das seguintes atividades e características, dentre outras:
* Regime de internato;
* Exigência do comportamento dos (as) Cadetes, segundo os princípios da hierarquia e da disciplina militar;
* Formação educacional no nível de ensino superior;
* Ministração de instrução sobre regulamentos militares, dentro dos limites previstos para a faixa etária; e
* Concessão aos (às) Cadetes de dispensas nos fins de semana, para fins de viagens às suas residências ou para deslocamentos até a cidade de Pirassununga-SP. Nessa situação, os(as) Cadetes não são acompanhados(as) de instrutores e nem de monitores militares, portanto, devem atentar para os horários obrigatórios de retorno para a AFA e não devem frequentar locais impróprios para a idade ou nos quais são praticados atos contrários aos bons costumes.
3. Diante de todo o exposto na presente Declaração, CONCORDO em envidar esforços a fim de cooperar com o Comando da AFA, no propósito de conscientizar o(a) menor _____ a se comportar de acordo com as normas da AFA e a agir, nos ambientes externos a essa Organização de Ensino, com a prudência necessária, de modo a prevenir riscos à sua integridade física e psíquica.
4. AUTORIZO E ME RESPONSABILIZO pelos deslocamentos do (a) Cadete, realizados por conta própria, para a cidade de Pirassununga-SP, por ocasião dos licenciamentos de fim de semana, a serem concedidos pela AFA, não podendo ausentar-se da cidade, exceto para os endereços por mim indicados no documento de "Autorização de viagem para menores de 18 anos".
_____, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura do Responsável Legal
_____
(Indicação da Condição do Responsável: Pai, Mãe, Tutor)
Anexo K - Requerimento de recurso quanto ao resultado do PHC
MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
Eu,_____,
candidato(a) ao EA CFOINT 2023, portador(a) da identidade nº_____ e CPF nº _____, vem requerer Procedimento de Heteroidentificação Complementar em grau de recurso, conforme previsto nas Instruções Específicas do Processo Seletivo, pelo(s)
seguinte(s)motivo(s):_____
_____
_____
_____
Nestes termos, pede deferimento.
_____, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura do(a) candidato(a)
Anexo L - Modelo de Declaração assumindo expressamente não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável

DECLARAÇÃO ASSUMINDO EXPRESSAMENTE NÃO TER FILHOS OU DEPENDENTES, NÃO SER CASADO OU HAVER CONSTITUÍDO UNIÃO ESTÁVEL
Eu,_____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, candidato ao EA CFOINT 2023, declaro não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável, conforme o previsto no Artigo 144-A da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.
_____,____ de _____ de 20___.
_____
Assinatura do candidato
Anexo M - Modelo de Ofício de Apresentação da OM de origem

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
OM DE ORIGEM DE APRESENTAÇÃO

Ofício n° Cidade, ____ de ____ de _____.
Protocolo COMAER n°

Do
Ao Sr. Comandante da AFA

Assunto: Apresentação de Militar.

1. Apresento ao Sr. por atender(em) às condições previstas na Portaria DIRENS n° 210/DCR, de 21/02/2022 (Instruções Específicas - IE/EA CFOINT 2023), Item 7.1, alíneas "g", "h", "i", "j", "n" e "o" e ter(em) recebido Ordem de Matrícula no Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2022 (CFOINT 2023), o(s) militar(es) abaixo relacionado(s):

MILITAR SARAM
Posto/Graduação/Nome

_____
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Anexo N - Recurso para Realização de Inspeção de Saúde em até dois dias úteis, após a data prevista para o início (Realização e Julgamento) e entrega de Documentos
MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
AO PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA
Nome
_____,
candidato (a) ao EA CFOINT 2023, inscrição nº _____, tendo comparecido para a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em _____/_____/_____, na localidade _____ (OCL) e não portar o Laudo/Resultado de Exame Toxicológico e/ou Laudo/Resultado de Exame Ginecológico (ou atestado médico emitido por ginecologista), vem requerer autorização para entrega desses documentos, bem como para a realização da Inspeção de Saúde em até dois dias úteis, a partir desta data.
Nestes termos, pede deferimento.
_____, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura do candidato
.....cortar aqui.....
RECIBO DO CANDIDATO
Recebi em _____/_____/_____, às _____:_____ horas, o requerimento referente à solicitação de entrega de documentos para realização da INSPSAU em até dois dias úteis, a partir desta data, do (a) candidato (a) _____.
_____
Assinatura e carimbo
Presidente/Secretário da Comissão Fiscalizadora
Anexo O - Autorização para candidato menor de idade realizar o exame diagnóstico para o COVID-19
DECLARAÇÃO
Eu,_____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, autorizo o(a) menor _____, CPF nº_____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____,selecionado para participar da Concentração Final do EA CFOINT 2023, para todos os efeitos legais e/ou administrativos, a ser submetido(a) a avaliação médica e ao exame diagnóstico para o COVID-19.
_____, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura do(a) responsável legal
_____
(Indicação da condição do responsável: pai, mãe, tutor)

PORTARIA DIRENS Nº 212/DCR, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2023 (IE/EA CFOINF 2023).

Protocolo COMAER nº 67500.000433/2022-19

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.9, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, ROCA 21-104, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR

ANEXO

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2023

(IE/EA CFOINF 2023)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes Instruções, aprovadas pela Portaria DIRENS nº 212/DCR, de 21 de fevereiro, de 2022, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2023 (EA CFOINF 2023).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes Instruções encontram-se fundamentadas na (o):

a) Constituição Federal (1988);

b) Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

c) Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;

d) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;

e) Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;

f) Portaria COMGEP nº 216/1SC, de 8 de dezembro de 2021;

g) Portaria GM-MD nº 4.044, de 4 de outubro de 2021;

h) Portaria GM-MD n° 4.512, de 4 de novembro de 2021;

i) Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pela Diretoria de Ensino (ICA 37-756), aprovadas pela DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021;

j) Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (ICA 36-10), aprovada pela Portaria nº 348/GC3, de 6 de março de 2019;

k) Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Academia da Força Aérea (ICA 37-33), aprovadas pela Portaria DIRENS n° 412/DPL, de 13 de dezembro de 2018;

l) Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

m) Diretriz de Comando da Diretoria de Ensino nº 25A/2021, aprovada pela Portaria DIRENS nº 174/DCR, de 23 de dezembro de 2021;

n) ICA 12-28 "Indenização em Ressarcimento de Cursos e Estágios Realizados por Militares do Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 1.029/GC4, de 17 de julho de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 124, de 19 de julho de 2018;

o) Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6), aprovadas pela Portaria DIRSA nº 8/SECSDTEC, de 27 de janeiro de 2016, modificadas pelas Portarias nº 39/SECSDTEC, de 31 de março de 2016; 51/SECSDTEC, de 18 de abril de 2016; e 122/SECSDTEC, de 21 de novembro de 2016;

p) Inspeções de Saúde para ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica (NSCA 160-10), aprovada pela Portaria COMGEP nº 422/DLE, de 04 de maio de 2018;

q) Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas (NSCA 38-20), aprovadas pela Portaria COMGEP nº 86/ALE, de 6 de outubro de 2020;

r) Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e Seleção do Comando da Aeronáutica (NSCA 54-4) aprovada pela Portaria COMGEP nº 99/3SC3, de 23 de novembro de 2020; e

s) Orientações sobre as medidas de proteção contra o novo Coronavírus, SARS-COV-2, nos Exames de Admissão e Seleção coordenados pela DIRENS, aprovadas pela Portaria DIRENS nº 163/1DCR, de 10 de agosto de 2020.

1.3 DIVULGAÇÃO

1.3.1 O ato de aprovação das presentes Instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.3.2 Estas Instruções Específicas encontram-se publicadas no BCA e permanecerão disponíveis, durante toda a validade do Exame, nas seguintes páginas eletrônicas:

a) Comando da Aeronáutica (COMAER):
http://www.fab.mil.br

b) Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR):
http://ingresso.afaepcar.fab.mil.br

1.3.3 A página eletrônica citada na alínea "b" do item 1.3.2, poderá ser utilizada para obtenção de informações, formulários e divulgações a respeito do acompanhamento de todas as etapas do Exame.

1.3.4 Informações a respeito de datas, locais e horários de realização dos eventos e eventuais modificações não serão transmitidas por telefone. O candidato deverá observar rigorosamente as Instruções Específicas, seus anexos e os comunicados divulgados nas páginas eletrônicas do Exame.

1.3.5 As relações nominais dos candidatos selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA) para a Habilitação à Matrícula e as relações nominais dos candidatos matriculados no Curso serão publicadas no DOU, respectivamente, pela DIRENS e pela AFA.

1.3.6 As publicações no DOU e no BCA serão os únicos documentos comprobatórios de aprovação, pois não será fornecido ao candidato nenhum documento para esse fim.

1.3.7 Informações complementares poderão ser obtidas junto à EPCAR, Organização Militar (OM) responsável pelo Exame, e ao Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), por intermédio dos seguintes telefones:

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR (EPCAR)
DIVISÃO DE ADMISSÃO E SELEÇÃO - DAS
RUA SANTOS DUMONT, 149 - BAIRRO SÃO JOSÉ
CEP: 36.205-058 - Barbacena / MG
Tels: (32) 3339-4050 / 3339-4051 - e-mail: *epcar.processoseletivo@gmail.com*

SEREP	LOCALIDADE / UF	Telefone	Fax
SEREP-BE	Belém / PA	(91) 3204-9659	(91) 3204-9113
SEREP-RF	Recife / PE	(81) 2129-7794; 2129-8474	(81) 2129-7794
SEREP-RJ	Rio de Janeiro / RJ	(21) 2157-2120; 2157-2739; 2157-2935	(21) 2157-2500
SEREP-SP	São Paulo / SP	(11) 2223-9375	(11) 2224-9926
SEREP-CO	Canoas / RS	(51) 3462-1204	(51) 3462-1241
SEREP-BR	Brasília / DF	(61) 3364-8205	(61) 3365-1393
SEREP-MN	Manaus / AM	(92) 2129-1735; 2129-1773	(92) 2129-1775

1.4 RESPONSABILIDADE

1.4.1 Este Exame será regido por estas Instruções Específicas e sua execução será de responsabilidade das OM do COMAER envolvidas nas atividades de Admissão e de Seleção, conforme Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pela Diretoria de Ensino (ICA 37-756), aprovadas pela DIRENS nº 153/DCR, de 1º de dezembro de 2021.

1.4.2 São de inteira responsabilidade do candidato o conhecimento pleno destas Instruções e de seus anexos e o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame por meio da página eletrônica da EPCAR, constante na alínea "b" do item 1.3.2.

1.4.3 A inscrição neste Exame implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no CFOINF 2023 e de todas as instruções complementares posteriormente aprovadas e publicadas.

1.4.4 O candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C).

2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO

2.1 PÚBLICO ALVO

2.1.1 O presente Exame é destinado a cidadãos brasileiros natos, do sexo masculino, voluntários e interessados em ingressar no Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOINF), desde que atendam aos pré-requisitos, às condições e às normas estabelecidas nestas Instruções, para serem habilitados à matrícula no CFOINF 2023, a ser realizado na Academia da Força Aérea - AFA, em Pirassununga / SP, a ser realizado na Academia da Força Aérea - AFA, em Pirassununga / SP.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA (QOINF)

2.2.1 O QOINF, criado pelo Decreto-Lei nº 4.754, de 29 de setembro de 1942, alterado pelo Decreto-Lei nº 5574, de 14 de junho de 1943, e pelo Decreto-Lei nº 6.853, de 5 de setembro de 1944, é um quadro de oficiais de carreira regulado pela ICA 36-10 - Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (IRQOINF).

2.2.2 O QOINF visa atender as necessidades de pessoal para o preenchimento de cargos e para o desempenho de funções afetas aos Oficiais de Infantaria.

2.3 VAGAS

2.3.1 Para matrícula no CFOINF 2023, são fixadas 25 (vinte e cinco) vagas, das quais, 5 (cinco) vagas reservadas a negros (20% previstos na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014), sendo todas destinadas aos candidatos do sexo masculino, aprovados neste Exame (em todas as etapas previstas), classificados dentro do número de vagas e habilitados à matrícula.

2.3.1.1 O número de vagas previsto no item 2.3.1 poderá ser majorado por necessidade da Administração, até a data de validade do Exame de Admissão, observada a reserva de vagas para os candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.3.2 Ao final do processo seletivo, caso aprovado em todas as etapas previstas e classificado dentro do número de vagas existentes no Curso, o candidato estará em condições de ser habilitado à matrícula.

2.4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

2.4.1 Ficam reservadas aos candidatos negros 20% das vagas oferecidas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.4.2 A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas por especialidade for igual ou superior a 3 (três).

2.4.3 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2.4.4 Poderá concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.4.4.1 O candidato deverá informar sua opção em concorrer às vagas reservadas no ato de inscrição. 2.4.5 A autodeclaração do candidato será confirmada mediante Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), conforme data/período discriminado no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.5.1 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, deverão submeter-se ao PHC.

2.4.5.2 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas e que não se submeterem ao PHC serão eliminados do Exame de Admissão.

2.4.6 Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação concorrerão às vagas de ampla concorrência, em igualdade de condições, em ordem decrescente de nota final, salvo se comprovada má fé da autodeclaração.

2.4.7 Os candidatos negros optantes pelo sistema de reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Exame.

2.4.7.1 Os candidatos negros optantes pelo sistema de reserva de vagas aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

2.4.8 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro optante posteriormente classificado.

2.4.9 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

2.4.10 A relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas será divulgada no endereço eletrônico do Exame, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.11 O candidato poderá interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.4.12 A relação final dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas será divulgada no endereço eletrônico do Exame, conforme prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

2.5 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA (CFOINF)

2.5.1 O CFOINF, ministrado pela Academia da Força Aérea, em Pirassununga/SP, é um Curso de nível superior, da fase de Formação do Ensino Aeronáutico, de acordo com a Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011.

2.5.1.1 O referido Curso está amparado pela Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008, a qual dispõe sobre a Equivalência dos Cursos de Formação de Oficiais das Forças Armadas e continuidade de estudos em Cursos e programas de pós-graduação do Sistema Civil de Ensino.

2.5.1.2 De modo geral, o CFOINF proporciona uma base humanística, filosófica, científica e tecnológica necessária ao desenvolvimento da cultura geral e militar, com ênfase na liderança, conscientizando o futuro Oficial da Aeronáutica da realidade em que irá atuar. O referido Curso promove preparo intelectual, físico, emocional e especializado necessário ao desempenho profissional nas diversas atividades da Força Aérea. Aos concluintes do CFOINF é conferida a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.

2.5.1.3 Além da base citada no item anterior, o CFOINF é caracterizado pela instrução de combate em terra, com o objetivo de preparar o cadete de infantaria ao desempenho de funções para gerir as atividades desenvolvidas nas unidades de Infantaria da Aeronáutica, incluindo as tarefas de operações especiais, emprego de tropa, de autodefesa das organizações da força aérea e de defesa antiaérea. Confere ao concluinte, ainda, a graduação de Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Infantaria da Aeronáutica.

2.5.2 O CFOINF tem duração de quatro anos, em regime de internato.

2.5.2.1 Durante todo o Curso, o Cadete será observado constantemente e, na ocorrência de cometimento de desvios que desabonem sua conduta como Cadete da Aeronáutica, será excluído do Curso e desligado da AFA, por ato do Comandante da AFA, ouvida a Assessoria de Ensino, se for o caso.

2.5.3 Aos candidatos que vierem a ser matriculados será ministrado um Estágio de Adaptação Militar (EAM), por um período aproximado de até quarenta dias corridos, em regime de internato, contados a partir da data do início do Curso, para verificação da aptidão ao regime militar, estando inserido na instrução do Campo Militar.

2.5.4 O período de instrução citado no item 2.5.3 é fundamental e indispensável à adaptação do Cadete, não podendo deixar de ser cumprido, sob pena de reprovação e exclusão do Curso, ainda que seja por candidato convocado por força de decisão judicial.

2.5.5 O candidato não selecionado pela JEA, mas convocado para o CFOINF 2023 por força de decisão judicial, até a data de validade do Exame (item 8.5.1), receberá Ordem de Matrícula Precária e realizará o Curso na turma à qual concorreu à vaga. Entretanto, na hipótese de convocação, após a data de validade do Exame, este será matriculado no CFOINF imediatamente posterior, devido à impossibilidade do cumprimento de instrução previsto no item 2.5.3.

2.5.6 Durante o Estágio de Adaptação Militar (EAM), o Cadete estagiário que demonstrar falta de aptidão à carreira militar, ou não atingir os parâmetros previstos no Plano de Avaliação da AFA para o EAM, será reprovado no referido Estágio, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação ao Comandante da AFA. Caso não obtenha parecer favorável em seu Requerimento, será excluído do Curso e desligado da Academia da Força Aérea.

2.5.7 A Habilitação à Matrícula no CFOINF 2023 não é garantia de que o candidato venha a ser efetivado no Comando da Aeronáutica. Tal efetivação, bem como as promoções relacionadas, dependerá da conclusão do Curso com aproveitamento, segundo o Plano de Avaliação da AFA, das necessidades do COMAER e das definições da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

2.6 SITUAÇÃO DURANTE O CFOINF

2.6.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante da AFA, passa à situação de Cadete da Aeronáutica (Praça Especial, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares), situação essa a ser mantida durante o Curso de Formação.

2.6.2 O Cadete da Aeronáutica é militar da ativa, com precedência hierárquica prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

2.6.3 O militar da ativa da Aeronáutica que, tendo sido aprovado em todas as etapas do Exame e vier a ser matriculado no CFOINF, será transferido para a AFA, devendo comparecer na Academia desimpedido de sua Organização Militar e seu desligamento será efetuado somente depois de efetivada a matrícula, para evitar a interrupção na contagem do seu tempo de serviço.

2.6.3.1. O candidato militar das demais Forças Armadas ou Auxiliares que vier a receber ordem de matrícula no CFOINF 2023 deverá ser licenciado e desligado da OM de origem no último dia útil anterior à matrícula no Curso.

2.6.3.2 O militar da ativa da Aeronáutica, ao passar à situação de Cadete do CFOINF, continuará a perceber os vencimentos referentes à graduação que possuía por ocasião da matrícula, se esta for superior à remuneração do Cadete.

2.6.3.3 Não ter filhos ou dependentes e não ser casado ou haver constituído união estável, por incompatibilidade com o regime exigido para formação ou graduação, constituem condições essenciais para ingresso e permanência nos órgãos de formação de oficiais ou graduação de praças que os mantenham em regime de internato, de dedicação exclusiva e de disponibilidade permanente peculiar à carreira militar (Art. 144-A da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.3.4 As praças especiais (Cadetes) assumirão expressamente o compromisso de que atendem, no momento da matrícula no Curso, e de que continuarão a atender, ao longo de sua formação, as condições essenciais de que trata o item anterior, e o descumprimento desse compromisso ensejará o cancelamento da matrícula e o licenciamento do serviço ativo (Art. 144-A e 145 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.3.5 As praças especiais que contraírem matrimônio serão excluídas do serviço ativo, sem direito a qualquer remuneração ou indenização (Art. 144-A e 145 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

2.6.4 Durante a realização do Curso, o Cadete estará sujeito ao regime escolar da AFA e fará jus à remuneração fixada na legislação específica, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e odontológica, exclusivamente para si.

2.6.5 Durante o Curso, o Cadete estará sujeito ao preconizado nas Normas Reguladoras dos Cursos e Estágios (NOREG) e à Legislação vigente aplicada a todos os militares da ativa das Forças Armadas.

2.7 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO CFOINF

2.7.1 Após a conclusão do Curso com aproveitamento, segundo o respectivo Plano de Avaliação, serão nomeados Aspirantes a Oficial da Aeronáutica e serão distribuídos nas OM do COMAER, conforme a conveniência e a necessidade da Administração.

2.7.1.1 Nessas Organizações, irão praticar e aprimorar seus conhecimentos, podendo alcançar como último grau hierárquico o posto de Coronel, desde que cumpram os pré-requisitos estabelecidos, venham a ser selecionados dentro das vagas disponibilizadas para esses postos e sejam aprovados nos Cursos de carreira obrigatórios, tudo conforme a legislação em vigor à época.

2.7.1.2 Por ato discricionário do Presidente da República, baseado no critério de "escolha", atendidas as condições específicas previstas na legislação em vigor, o Coronel Infante poderá vir a ser promovido até o posto de Brigadeiro de Infantaria da Aeronáutica.

2.7.2 O militar indenizará a União pelos custos com sua formação, preparação ou adaptação, caso não tenham decorrido, a contar da data de conclusão dos correspondentes eventos de ensino, os prazos mínimos estabelecidos em legislação, conforme Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e Portaria GM-MD nº 4.044, de 4 de outubro de 2021.

2.7.3 O Cadete que concluir o CFOINF com aproveitamento, em virtude de decisão judicial liminar, somente estará em condições de ser declarado Aspirante a Oficial se sobrevier, durante o CFOINF, sentença definitiva (transitada em julgado) ou Acórdão de Tribunal determinando expressamente a Declaração e, em todos os casos, desde que se encontre dentro do número de vagas.

2.7.4 Caso sobrevenha Sentença definitiva ou Acórdão de Tribunal, após a conclusão do Curso, determinando expressamente a Declaração de Cadete que concluiu o CFOINF com aproveitamento e dentro do número de vagas, será reservada vaga pela Administração castrense para o evento de Declaração imediatamente subsequente.

3 INSCRIÇÃO NO EXAME DE ADMISSÃO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição:

a) ser voluntário;

b) estar ciente de todas as normas e condições estabelecidas nestas Instruções Específicas (em especial, quanto ao item 7.1), para habilitação à futura matrícula no CFOINF 2023;

c) se menor de 18 (dezoito) anos de idade, estar autorizado por seu responsável legal para realizar as Provas Escritas e, se convocado para prosseguimento no Exame, estar autorizado a participar das etapas subsequentes de Inspeção de Saúde (INSPSAU), Exame de Aptidão Psicológica (EAP), Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).

d) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI); e

e) pagar a taxa de inscrição, dentro do prazo previsto, ressalvado o disposto no item 3.3 e considerando o item 3.4.1.

3.1.1.1 A autorização para o candidato menor de idade realizar as Provas Escritas será consolidada automática e eletronicamente no momento do preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.1.2 A autorização para prosseguir no Exame, destinada ao candidato menor de dezoito anos de idade, aprovado e convocado para a Concentração Intermediária e demais etapas do Exame, deverá ser efetivada por escrito, conforme modelo previsto no Anexo D, de próprio punho pelo responsável legal, e ser entregue ao Presidente da Comissão Fiscalizadora, pelo candidato, durante a Concentração Intermediária.

3.1.2 Em caso de aprovação em todas as etapas previstas no Exame, classificação dentro do número de vagas e seleção para Habilitação à Matrícula no CFOINF 2023, o candidato deverá atender às condições previstas para a matrícula no item 7.1, a serem comprovadas na Validação Documental deste Exame, que ocorrerá na Academia da Força Aérea.

3.1.2.1 O candidato que se inscrever para o Exame e não possuir as condições para habilitação à matrícula no Curso previstas nas alíneas "a", "b", e "e" do item 7.1, independentemente do resultado obtido nas Provas Escritas, não será convocado para a Concentração Intermediária e não participará das demais etapas do Exame.

3.1.3 As informações prestadas no FSI são de responsabilidade do candidato, dispondo a EPCAR, a qualquer tempo, do direito de excluir do Exame aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e idônea.

3.1.4 O candidato militar da ativa deverá informar por escrito, via Parte, ao seu Comandante, Diretor ou Chefe que irá participar do Exame.

3.1.4.1 O militar da ativa, na condição de candidato e de voluntário, deverá ser liberado nos dias e horários estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C), porém essas liberações são de caráter particular e, portanto, não podem ser remuneradas nem apoiadas pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional).

3.1.5 O candidato militar da ativa deverá informar oficialmente a sua OM sobre sua indisponibilidade para missões a serviço fora de sede nos períodos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.1.6 O candidato aprovado em todas as etapas deste Exame e que, por ocasião da matrícula no CFOINF, estiver na condição de militar prestando o Serviço Militar Inicial (SMI), não poderá ser matriculado no respectivo Curso, visto que a interrupção do SMI somente poderá ocorrer nos casos previstos no Art. 31 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), sendo o mesmo excluído do Exame.

3.1.6.1 Caso o candidato seja incorporado em qualquer uma das Forças Armadas no período compreendido entre a Inscrição e a Concentração Final, deverá informar à EPCAR, tanto via sistema de inscrição (se ainda estiver aberto), quanto por escrito, informando em que Organização Militar está servindo.

3.1.7 No momento da solicitação da inscrição, o candidato deverá indicar atentamente, no sistema informatizado, o Curso em que deseja se inscrever para realizar o Exame, podendo ser modificada tal indicação somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição.

3.2 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.2.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer estas Instruções e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.2.2 A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente nos endereços eletrônicos do Exame, durante o período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.2.3 O sistema conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com a inserção de seus dados pessoais e da sua opção da localidade onde realizará as provas. Ao final deste processo, será disponibilizada a impressão da Guia de Recolhimento da União (GRU), com o número de referência e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que identificará a solicitação de inscrição e o candidato. A obtenção do comprovante de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato será direcionado para o preenchimento do FSI e para o cadastramento da senha de acesso.

3.2.3.1 O candidato que se autodeclarar negro (preto ou pardo) e desejar optar por concorrer às vagas reservadas, conforme item 2.4, deverá, obrigatoriamente, assinalar essa opção no FSI.

3.2.3.2 Somente até o final do período de pagamento de taxa de inscrição do Exame será facultado ao candidato modificar sua opção de concorrer às vagas reservadas, via sistema de inscrição.

3.2.4 O procedimento acima mencionado não será concluído se o candidato deixar de informar algum dado ou se já tiver efetuado outra inscrição usando o mesmo número de CPF.

3.2.5 Não é necessário remeter qualquer documento para efetivar a inscrição, visto que a EPCAR considerará o recebimento eletrônico dos dados enviados no momento do processamento da inscrição e do pagamento da GRU, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.2.5.1 Se durante o preenchimento eletrônico do FSI, o candidato informar dado que não atenda a algum dos requisitos previstos nas condições para a matrícula, informadas no item 7.1 (em especial quanto às alíneas "a", "b", e "e", será alertado dessa situação, mas poderá prosseguir com sua inscrição e participação nas Provas Escritas, estando ciente de que não será convocado para participar da Concentração Intermediária e de todas as etapas subsequentes do Exame.

3.2.5.2 A GRU é a única forma de pagamento da taxa de inscrição e somente deve ser paga junto ao Banco do Brasil, via aplicativo, terminais de atendimento automático ou diretamente junto ao caixa.

3.2.6 O valor da taxa de inscrição para o EA CFOINF 2023 é de R$ 90,00 (noventa reais) e deverá ser pago no prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.2.7 O comprovante original de pagamento bancário da taxa de inscrição deverá permanecer sob a posse do candidato para futura comprovação, caso necessário.

3.2.8 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição: os recibos de agendamento de pagamento bancário, depósito em cheque, depósito em conta-corrente, DOC ou TED, cartão de crédito/fatura, ordem de pagamento, comprovante de ordem bancária, transferências entre contas. Pagamentos após a data limite estabelecida ou qualquer outra forma de pagamento diferente da prevista nestas Instruções também não serão aceitos.

3.2.9 O valor pago referente à taxa de inscrição é recolhido diretamente ao Tesouro Nacional e, por isso, não poderá ser restituído, independentemente do motivo. A transferência do valor pago para terceiros ou a permuta da inscrição para outrem são vedadas. O candidato deverá certificar-se de todas as condições e restrições, pagando a inscrição somente após conferir todos os dados inseridos no Sistema de Inscrições. A taxa de inscrição terá validade apenas para este Exame.

3.2.9.1 O candidato, ao preencher o FSI, deverá dar especial atenção ao assinalamento da OCL à qual deseja estar vinculado.

3.2.10 Recomenda-se aos interessados que não deixem para os últimos dias a efetivação da inscrição. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do FSI não for realizado em razão de procedimento indevido, por motivos de ordem técnica dos equipamentos eletrônicos ou em função de qualquer fator que impossibilite o processamento de dados.

3.2.10.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato a utilização de equipamentos certificadamente protegidos por versões atualizadas de antivírus, a verificação do correto preenchimento do FSI e o pagamento da taxa de inscrição, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.2.11 A qualquer tempo, a inscrição poderá ser anulada, tornando sem efeito todos os atos dela decorrentes, se forem verificadas inverdades nas informações e nas declarações prestadas pelo candidato ou irregularidades em qualquer documento apresentado.

3.3 SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.3.1 A solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição tem amparo no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008 e na Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.2 Para requerer a isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico do Exame durante o período de inscrição, conforme estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), preencher obrigatoriamente o requerimento informatizado de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, com todos os dados solicitados, clicar na opção de isenção de pagamento da taxa de inscrição e declarar:

a) ser membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de Declaração de que atende à condição estabelecida; e

b) estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de indicação do próprio Número de Identificação Social (NIS) do candidato, constante na base do CadÚnico, existente no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); ser membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de Declaração de que atende à condição estabelecida; ou

c) ser doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.3 Para a concessão da isenção de taxa de inscrição, prevista nas alíneas "a" e "b" do item 3.3.2 é de suma importância que os dados pessoais informados no ato da inscrição sejam idênticos aos que foram informados no CadÚnico. O órgão gestor do CadÚnico será consultado a fim de verificar a veracidade e conformidade das informações prestadas pelo candidato. Caso haja divergências cadastrais, o Sistema de Isenção de Taxa de Inscrição (SISTAC) da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) negará a solicitação de isenção.

3.3.3.1 O número NIS a ser informado deverá ser o atribuído pelo CadÚnico ao próprio interessado, não sendo acatado número NIS de pais ou responsáveis.

3.3.4 A isenção prevista na alínea "c" do item 3.3.2, para os candidatos amparados pela Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, poderá ser solicitada durante a inscrição, via Internet, no período previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), quando o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher o REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO, e anexar arquivo com a imagem legível do cartão, com nome completo e CPF, emitido por Órgão ou Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, comprovando ser doador de medula óssea. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) do Instituto do Câncer (INCA) será consultado para confirmar a veracidade e conformidade das informações prestadas pelo candidato.

3.3.4.1 O envio da documentação constante do item 3.3.4 é de responsabilidade exclusiva do candidato. A EPCAR não se responsabiliza por quaisquer tipos de falhas técnicas de computadores que impeçam o envio do arquivo. Havendo dificuldades de inserção da imagem no sistema, enviar para o e-mail epcar.processoseletivo@gmail.com, devidamente identificado e dentro do prazo previsto.

3.3.5 A declaração falsa de dados determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e no Art. 2º da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

3.3.6 O simples preenchimento dos dados, necessários para a solicitação de isenção do pagamento de taxa de inscrição, durante a inscrição via Internet, não garante ao interessado a isenção do pagamento da taxa de inscrição e a efetivação da inscrição no processo seletivo, visto que, além dos procedimentos previstos nos itens anteriores, o candidato também deverá atender às condições previstas para inscrição nas presentes Instruções, a fim de conseguir o deferimento da sua solicitação de inscrição.

3.3.7 Será indeferida a solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição prevista nas alíneas "a" e "b" ou "c", do item 3.3.2, nos seguintes casos:

a) quando o NIS apresentado estiver incorreto, inválido, excluído, com a renda fora do perfil, não estiver cadastrado, ou for de outra pessoa; ou

b) quando não enviar a documentação constante do item 3.3.4 ou enviá-la ilegível ou incompleta, ou ainda se o INCA não confirmar o registro do candidato no REDOME.

3.3.8 O candidato que solicitar isenção de pagamento de taxa de inscrição deverá consultar o resultado de sua solicitação pela Internet, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.3.9 O candidato cuja solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição tiver sido indeferida poderá interpor recurso ou imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU), pela Internet, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data constante no Calendário de Eventos (Anexo C).

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida se:

a) não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, ressalvado o disposto no item 3.3;

b) efetuar o pagamento da taxa de inscrição após o término do período previsto no Calendário de Eventos (Anexo C);

c) pagar a taxa de inscrição de forma incorreta; e/ou

d) o pagamento da taxa de inscrição não for compensado, por qualquer motivo, ou não ter ocorrido o efetivo e tempestivo recebimento do pagamento da taxa na Conta Única do Tesouro Nacional.

3.4.2 Caberá à EPCAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C), divulgar na página eletrônica deste Exame, informada na alínea "b" do item 1.3.2, o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os indeferimentos.

3.4.3 O candidato poderá, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

3.4.4 A divulgação do deferimento ou indeferimento definitivo da solicitação de inscrição, após análise dos recursos, conforme item 5.2, será feita pela EPCAR.

3.4.5 Recomenda-se ao candidato imprimir e levar o cartão de confirmação de inscrição no dia das Provas Escritas. Não sendo obrigatório, orienta-se os candidatos que tiveram sua solicitação de inscrição DEFERIDA que verifiquem o local e o setor de prova disponibilizados na página eletrônica da EPCAR (ingresso.afaepcar.fab.mil.br), sugerindo-se que seja impressa a parte que contenha as informações referentes ao candidato.

3.4.6 O candidato que não apresentar seu Cartão de Confirmação de Inscrição poderá ingressar no local designado para a realização das Provas Escritas, desde que a sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que possa ser identificado por meio do seu documento de identificação pessoal original com foto, conforme Instruções Específicas.

3.5 CANDIDATO MENOR DE IDADE

3.5.1 No caso de candidato menor de idade, além das orientações anteriores, o candidato obrigatoriamente deverá apresentar a autorização conforme modelo previsto no Anexo D, preenchida de próprio punho pelo responsável legal, autorizando a participação do candidato no processo seletivo e sua matrícula, caso venha a ser convocado para a Concentração Intermediária.

3.5.2 A autorização impressa deverá ser entregue à Comissão Fiscalizadora, durante a Concentração Intermediária, somente pelos candidatos que ainda forem menores de idade na data de realização dessa Concentração. Essa autorização poderá ser substituída por uma certidão de registro de emancipação, registrada em cartório.

3.5.3 O candidato menor de idade convocado para a Concentração Intermediária que deixar de entregar a autorização ou a Certidão de Registro da Emancipação naquele evento, ou que a entregar apresentando erro, rasura, ilegibilidade, omissão de dado, omissão de assinatura, ou sem o reconhecimento da firma, não poderá realizar as etapas subsequentes e, portanto, será excluído do processo seletivo.

3.6 EVENTOS DO EXAME

3.6.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três eventos, nos quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas e horários constam do Calendário de Eventos (Anexo C).

3.6.2 Esses eventos e suas finalidades são os seguintes:

a) Provas Escritas: visa sua realização, precedida de orientação ao candidato sobre os procedimentos durante as provas e também a respeito das etapas subsequentes, para os que vierem a ser convocados;

b) Concentração Intermediária: visa orientar o candidato (convocado para prosseguimento no Exame) a respeito da realização da INSPSAU, do EAP, do TACF, das solicitações de recurso/revisão e sobre a Concentração Final (para os que vierem a ser convocados para essa etapa), além de receber neste evento, dos candidatos menores de idade, a autorização do responsável legal (Anexo D), conforme o item 3.5. Será realizada em duas datas distintas, em grupos separados pela classificação decrescente de Médias Finais (MF), conforme necessidade da Administração, após os resultados do TACF e antecedendo à JEA, será realizado o PHC; e

c) Concentração Final: visa comprovar o atendimento dos requisitos previstos para a matrícula no Curso do candidato selecionado pela JEA, quando deverão ser apresentados os originais de todos os documentos para análise e conferência, e entregues duas cópias simples de cada um deles, conforme alínea "s" do item 7.1.

3.6.3 O local de realização das Provas Escritas será divulgado na página eletrônica do Exame, informada na alínea "b" do item 1.3.2, somente após o deferimento da solicitação de inscrição.

3.6.4 Na Concentração Intermediária, os candidatos receberão informações dos locais, datas e horários das etapas subsequentes e dois deles assinarão um termo declarando estarem cientes de todas as informações transmitidas.

3.6.5 A partir da data da Concentração Final, os candidatos habilitados à matrícula, convocados e apresentados, já permanecerão na respectiva Organização de Ensino onde ocorrerá o Curso, em regime de internato.

4 ETAPAS DO EXAME

4.1 ETAPAS

4.1.1 Este Exame será constituído das seguintes etapas:

a) Provas Escritas;

b) INSPSAU;

c) EAP ;

d) TACF;

e) PHC; e

f) Validação Documental.

4.1.2 O processo seletivo é de âmbito nacional.

4.1.3 As Provas Escritas são de caráter classificatório e eliminatório. A INSPSAU, o EAP, o TACF, o PHC e a Validação Documental são de caráter eliminatório.

4.1.4 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada, não cabendo, por consequência, solicitação de adiamento de qualquer uma das etapas ou tratamento diferenciado para algum candidato, independentemente do motivo, (por exemplo: fraturas, luxações, alterações fisiológicas, dificuldade de locomoção, indisposição, outros).

4.1.5 Os locais de realização de todas as etapas terão a entrada restrita aos candidatos.

4.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME

4.2.1 As Provas Escritas serão, a princípio, nas cidades (ou áreas metropolitanas) onde se encontram as OCL designadas pela DIRENS para executar as etapas deste Exame, conforme Anexo E.

4.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar atentamente a localidade da OCL onde deseja realizar as Provas Escritas, podendo ser modificada tal indicação somente até o final do período de pagamento da taxa de inscrição.

4.2.3 As Provas Escritas serão realizadas pelo candidato na localidade indicada por ocasião da solicitação de inscrição, conforme item anterior. Caso prossiga no Exame, o candidato deverá realizar as etapas subsequentes na localidade correlacionada à das Provas Escritas, conforme o previsto no quadro apresentado no item 4.2.6, salvo nos casos determinados em contrário pela Administração (somente para as necessidades determinadas pela Administração em decorrência de logística e/ou segurança dos eventos).

4.2.4 Os locais de realização das etapas serão divulgados nos endereços eletrônicos do exame.

4.2.5 O candidato é responsável por se apresentar nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame. O não comparecimento do candidato implicará sua falta e, em consequência, a sua exclusão do Exame.

4.2.6 QUADRO DE LOCALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS ETAPAS DO EXAME:

- Provas Escritas	- Concentração Intermediária - INSPSAU, EAP e TACF - INSPSAU (em Grau de Recurso)	- PHC - Concentração Final - Validação Documental
LOCALIDADE (e/ou área metropolitana)	LOCALIDADE (e/ou área metropolitana)	LOCALIDADE (Organização de Ensino)
Belém/PA	Belém / PA	Pirassununga / SP (AFA)
Recife/PE	Recife / PE	
Salvador/BA		
Natal/RN		
Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro / RJ	
Belo Horizonte/MG		
Barbacena/MG		
São Paulo/SP	São Paulo / SP	
Curitiba/PR		
Campo Grande/MS		
Pirassununga/SP		
Porto Alegre/RS	Canoas / RS	
Brasília/DF	Brasília / DF	
Manaus/AM	Manaus / AM	
Porto Velho/RO		
Boa Vista/RR		

4.2.6.1 O endereço do local onde serão realizadas as Provas Escritas e o setor de cada candidato serão divulgados na página eletrônica da EPCAR. A princípio, as Provas Escritas serão realizadas nas cidades citadas (e/ou área metropolitana).

4.2.6.2 A Concentração Intermediária, para os candidatos convocados, será em OM da Aeronáutica indicada pela Administração. A OM e seu endereço serão divulgados na página eletrônica da EPCAR.

4.2.6.3 Por ocasião da Concentração Intermediária, serão informados os locais de realização da INSPSAU, do EAP e do TACF.

4.2.6.4 Para a realização da INSPSAU, em grau de recurso, será divulgado o endereço na página eletrônica da EPCAR, que poderá ser diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau, caso a especificidade do Exame médico assim o exija.

4.3 PROVAS ESCRITAS

.1 As Provas Escritas serão compostas das seguintes disciplinas:

a) Língua Portuguesa;

b) Física;

c) Matemática;

d) Língua Inglesa; e

e) Redação.

4.3.2 As Provas Escritas de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Língua Inglesa abrangerão o Conteúdo Programático constante do Anexo B e serão compostas de 64 (sessenta e quatro) questões, sendo 16 (dezesseis) questões objetivas de múltipla escolha, por disciplina, com quatro alternativas em cada questão, das quais somente uma será a correta.

4.3.3 A Prova de Redação será constituída da elaboração de um texto manuscrito, cujo tema versará sobre assunto da atualidade e terá como propósito verificar a capacidade de expressão escrita do candidato na Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o Exame. A Prova de Redação tem o objetivo de avaliar o conteúdo, o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas dos registros formal e culto da Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o Exame.

4.3.3.1 Somente serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem aproveitamento nas Provas Escritas de Língua Portuguesa, Física, Matemática e Língua Inglesa, atendendo ao estabelecido no item 4.5.1 e classificados por meio da Média Parcial (MP) prevista no item 4.5.2, atendendo ao quantitativo constante do item 4.3.3.2.

4.3.3.2 O quantitativo de redações a serem corrigidas para o presente Exame será de até 275 (duzentos e setenta e cinco) redações, respeitando-se, dentro do quantitativo total, o percentual de 20% destinado às vagas reservadas a negros.

4.3.3.3 O grau da Prova de Redação, com peso igual aos das demais provas, irá compor a MF, conforme o item 4.6.

4.3.4 Já se encontram em vigor as novas regras ortográficas previstas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012).

4.3.5 A Prova de Redação valerá grau 10,0000 (dez) e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, em prosa, e abordará tema contemporâneo, sendo confeccionada em impresso próprio. A Folha de Redação disponibilizada será o único documento válido para avaliação da Prova de Redação, não sendo substituída por erro de

preenchimento. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se ao impresso padrão recebido, que possui trinta linhas. A folha para rascunho, constante no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação.

4.3.6 A redação deverá conter no mínimo 100 palavras, escritas em letra legível, sobre tema a ser fornecido, antes da determinação do início das provas. Consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.

4.3.6.1 Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada a letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce.

4.3.7 Para correção da Prova de Redação, será utilizado processo que impede a identificação do candidato pelos membros das Bancas Examinadoras, garantindo assim a imparcialidade no julgamento.

4.3.7.1 A correção da Prova de Redação será realizada por membros das Bancas Examinadoras específicas, compostas por três professores. A Prova de Redação será avaliada considerando-se os aspectos apresentados na tabela a seguir:

PARTE	ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
I EXPRESSÃO	Pontuação, ortografia, caligrafia, vocabulário, acentuação gráfica e morfossintaxe	0,2000 por cada erro cometido relacionado a cada um dos aspectos avaliados
II ESTRUTURA	Paragrafação	0,5000 por cada erro cometido
III CONTEÚDO	Título e pertinência ao tema proposto	até 1,0000
	Pertinência ao tema proposto	até 1,5000 em relação a cada um dos itens referentes ao Conteúdo
	Argumentação coerente	até 1,5000
	Informatividade	até 1,5000

4.3.7.2 O erro ortográfico idêntico (da mesma palavra) será computado apenas uma vez.

4.3.7.3 Será atribuído o grau 0 (zero) à redação:

a) fora da tipologia textual ou do tema proposto;

b) que não estiver em prosa;

c) com número inferior a 100 (cem) palavras (consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa);

d) com marcas que permitam a identificação do autor;

e) escrita de forma ilegível ou cuja grafia impeça a compreensão do sentido global do texto;

f) escrita em outro idioma, que não seja o Português;

g) escrita a lápis (total ou parcialmente) ou com caneta que não seja de tinta preta ou azul; e

h) cujos descontos (por erros) somem valores superiores ao grau 10,0000 (dez).

4.3.8 APURAÇÃO DOS RESULTADOS - PREENCHIMENTO DO CARTÃO

4.3.8.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das Provas Escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

4.3.8.2 O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Redação, nem o seu Cartão de Respostas, sob pena de ser prejudicado pela impossibilidade de processamento dos graus por leitura óptica ou digital.

4.3.8.3 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas ou fora dos espaços designados para as respostas e para a assinatura serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas e da Folha de Redação.

4.3.8.4 Qualquer outra forma de marcação que estiver em desacordo com estes itens ou com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como marcação dupla, rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas ou uso de lápis, será considerada incorreta e, portanto, receberá pontuação 0,0000 (zero) para o candidato na questão correspondente.

4.3.8.5 O não preenchimento ou o preenchimento incorreto da versão da prova (marcação dupla ou tripla) no campo específico do Cartão de Respostas resultará em pontuação 0,0000 (zero) em todas as disciplinas e na MF.

4.3.9 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

4.3.9.1 Para realizar as Provas Escritas, o candidato deverá utilizar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta e de corpo transparente, sem inscrições, exceto as de caracterização de marca, fabricante e modelo.

4.3.9.2 Não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão, realizar as Provas Escritas portando, junto ao corpo ou sobre a mesa, óculos escuros, brincos, quaisquer adornos na região das orelhas, colar, pulseira, gorro, "bibico", faixa ou lenço de cabeça, chapéu, boné ou similares, luvas, cachecol, bolsa, mochila, pochete, livros, manuais, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o cartão de confirmação de inscrição), régua, lápis, lapiseira, borracha, caneta de corpo não transparente, calculadora, protetores auriculares, telefone celular, relógio de qualquer tipo, chave alarme, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos, e/ou quaisquer dispositivos que receba, transmita e armazene informações.

4.3.9.3 O candidato não poderá portar arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou que esteja uniformizado e/ou de serviço.

4.3.9.4 Recomenda-se ao candidato não levar, no dia das Provas Escritas, qualquer dos objetos citados nos itens anteriores.

4.3.9.4.1 Os candidatos que possuem cabelos longos deverão prendê-los, deixando as orelhas à mostra, para fins de identificação de qualquer material eletrônico pela Organização do Exame.

4.3.9.5 Os telefones celulares e os equipamentos eletroeletrônicos deverão ser completamente desligados, antes de serem depositados no espaço indicado e deverão permanecer completamente desligados até a saída do local de provas.

4.3.9.6 Em cada Setor de Prova, a Comissão Fiscalizadora destinará um espaço no recinto para que os candidatos deixem seus pertences pessoais, que poderão ser retirados somente após a devolução do Cartão de Respostas e da Folha de Redação e a assinatura da Relação de Chamada, no momento de saída definitiva do local de prova.

4.3.9.7 A Organização do Exame não se responsabilizará por perda, esquecimento ou extravio de documentos e objetos. Será de responsabilidade do candidato, ao término da prova, recolher e conferir seus pertences pessoais.

4.3.9.8 Após a identificação no Setor de Prova e o início das Provas Escritas, o candidato não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações em local que não seja o próprio Caderno de Questões, nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura.

4.3.9.9 O candidato poderá ser submetido à revista pessoal, por meio da utilização de detector de metais ou a qualquer outro procedimento considerado importante para segurança e confiabilidade do Exame, sob pena de exclusão, em caso de recusa.

4.3.10 PROCEDIMENTOS DURANTE AS PROVAS ESCRITAS

4.3.10.1 Os portões serão fechados conforme horário estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C) e as provas terão duração de 5 horas e 20 minutos. O tempo decorrido, desde o início até o término da prova, será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia, nos últimos 30 minutos, 20 minutos e 5 minutos sucessivamente. Recomenda-se ao candidato iniciar a marcação do Cartão de Respostas nos últimos 20 minutos do tempo total de duração das provas.

4.3.10.2 Por razões de segurança e de sigilo, uma vez iniciadas as Provas Escritas, o candidato:

a) deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 2 horas e 30 minutos;

b) que venha a ter necessidade de ordem fisiológica ou de atendimento médico, deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo, durante o tempo em que estiver ausente do setor;

c) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto por, no mínimo, 5 horas depois de iniciadas as provas; e

d) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer quaisquer anotações em local que não seja no próprio Caderno de Questões.

4.3.10.3 No dia das Provas Escritas, não será permitido:

a) o ingresso no local de prova de pessoas não envolvidas diretamente com o Exame;

b) ao candidato, por iniciativa própria, realizar as provas em local diferente daquele previsto e divulgado, ainda que por motivo de força maior;

c) qualquer tipo de auxílio ao candidato para a realização das provas, mesmo no caso de candidato com limitação de movimentos ou impossibilitado de escrever; e/ou fumar no local de prova.

4.3.10.4 Não haverá local nem qualquer tipo de apoio destinado a acompanhante de candidato.

4.3.10.5 Não haverá nenhum tipo de compensação de tempo destinado à realização das provas em virtude de afastamento do candidato do Setor de Prova por qualquer motivo.

4.3.10.6 Ao final das Provas Escritas, os 03 (três) últimos candidatos remanescentes em cada sala, deverão permanecer no local onde realizaram as provas. Esses candidatos somente poderão ser liberados do recinto juntos, quando todos tiverem concluído as provas ou o tempo para realização delas tenha se encerrado e mediante as suas respectivas identificações e assinatura no Termo de Encerramento de Prova.

4.4 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

4.4.1 A cada questão será atribuído o mesmo valor e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente, levando-se em consideração o gabarito oficial.

4.4.2 Os graus atribuídos às Provas Escritas e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0,0000 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-milesimal.

4.5 MÉDIA PARCIAL

4.5.1 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em cada uma das disciplinas que compõem as Provas Escritas será 4,0000 (quatro), exceto para a Prova de Redação, cujo grau mínimo será 5,0000 (cinco).

4.5.2 A MP será utilizada para levantamento da classificação parcial dos candidatos que obtiveram aproveitamento conforme item 4.5.1. Esta MP será calculada pela média aritmética simples dos Graus obtidos nas Provas Escritas de Língua Portuguesa (GP), Física (GF), Matemática (GM) e Língua Inglesa (GI), conforme abaixo demonstrado, com o intuito de atender ao previsto no item 4.3.3.2:

MP = GP+GF+GM+GI/4

Onde:

MP = Média Parcial;

GP = Grau da Prova de Língua Portuguesa;

GF = Grau da Prova de Física;

GM = Grau da Prova de Matemática; e

GI = Grau da Prova de Língua Inglesa.

4.6 MÉDIA FINAL

4.6.1 A Média Final do candidato será a média aritmética simples dos graus obtidos nas Provas Escritas, observando-se a seguinte fórmula:

MF = GP+GF+GM+GI+GR/5

Onde:

MF = Média Final;

GP = Grau da Prova de Língua Portuguesa;

GF = Grau da Prova de Física;

GM = Grau da Prova de Matemática;

GI = Grau da Prova de Língua Inglesa; e

GR = Grau da Prova de Redação.

4.6.2 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Final igual ou superior a 5,0000 (cinco), desde que atendam ao critério estabelecido no item 4.5.1 destas Instruções.

4.6.3 Os candidatos com aproveitamento serão relacionados por meio da ordenação decrescente de suas Médias Finais, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas previstas para o Curso pretendido pelo candidato, respeitando o disposto na Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014.

4.6.4 No caso de empate da Média Parcial, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Portuguesa (GP);

b) maior grau obtido na Prova Escrita de Física (GF);

c) maior grau obtido na Prova Escrita de Matemática (GM);

d) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Inglesa (GI); e

e) maior idade.

4.6.5 No caso de empate da Média Final, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Portuguesa (GP);

b) maior grau obtido na Prova Escrita de Física (GF);

c) maior grau obtido na Prova Escrita de Matemática (GM);

d) maior grau obtido na Prova Escrita de Língua Inglesa (GI);

e) maior grau obtido na Prova Escrita de Redação (GR); e

f) maior idade.

4.7 CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

4.7.1 Somente será convocado para prosseguir no Exame e participar da Concentração Intermediária e realizar a INSPSAU, EAP e TACF, o candidato relacionado conforme item 4.6.3, nas seguintes quantidades, podendo o número ser inferior a esse limite, de acordo com a conveniência da Administração: até 275 (duzentos e setenta e cinco) candidatos, respeitando-se, dentro dos quantitativos totais, o percentual de 20% destinado às vagas reservadas a negros.

4.7.2 Somente serão convocados para a Concentração Intermediária e etapas subsequentes, os candidatos que atenderem às condições previstas nas alíneas "a", "b", e "e" do item 7.1, destas Instruções.

4.7.3 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas vagas em caso de eliminação de candidatos nas etapas subsequentes ou de eventuais desistências, antes do encerramento do Exame, de candidatos aprovados e também ao preenchimento de possíveis vagas adicionais, de acordo com o interesse da Administração.

4.7.4 Caso as vagas previstas não sejam preenchidas com os candidatos convocados para as etapas subsequentes, a Administração poderá efetuar novas convocações, dentre os candidatos considerados com aproveitamento pelo item 4.6.2, respeitando-se a sequência da classificação estabelecida pela MF, desde que existam prazos mínimos necessários para a realização das etapas seguintes e a convocação ainda se dê dentro do prazo de validade deste Exame.

4.7.5 Durante a Concentração Intermediária, os candidatos menores de idade deverão apresentar a Autorização para Candidato Menor de Idade (Anexo D).

4.7.6 A Concentração Intermediária ocorre em duas datas distintas (1ª e 2ª datas), em grupos separados pela classificação decrescente de MF, não sendo permitida a troca de períodos por interesses pessoais. A 2ª data não se destina à recepção de candidatos faltosos à convocação ocorrida para a 1ª data.

4.8 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

4.8.1 A INSPSAU é uma perícia médica destinada a avaliar as condições psicofísicas do candidato no dia e horário determinados no Calendário de Eventos (Anexo C), por meio de exames clínicos, de imagem e laboratoriais, inclusive toxicológicos, definidos em instruções, de modo a comprovar não existir patologias ou características incapacitantes ou restritivas para a carreira, para o Serviço Militar nem para as atividades previstas para o Curso.

4.8.2 A INSPSAU será realizada de acordo com o Calendário de Eventos (Anexo C), sob a responsabilidade da DIRSA, segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por essa Diretoria, na ICA 160-6 "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica" e na NSCA 160-10 "Inspeções de Saúde para Ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica", divulgadas no endereço eletrônico do Exame.

4.8.3 O resultado individual será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO", divulgado no endereço eletrônico do Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.8.4 Considerando que a INSPSAU é uma perícia médica e, como tal, deve ser realizada para uma finalidade específica, o candidato militar deverá se submeter às mesmas regras gerais constantes nestas Instruções.

4.8.5 Para realizar a Inspeção de Saúde, deverá ser apresentado obrigatoriamente:

I - laudos e/ou resultados de exames toxicológicos. As substâncias a serem pesquisadas como dosagens toxicológicas são: anfetaminas (anfetamina, metanfetamina e "ecstasy"), metabólito de cocaína (cocaína e benzoylecgonine), opiáceos (heroína, codeína, morfina e monoacetilmorfina), phencyclidine (pcp) e derivados da maconha, de amostras de queratina, depositados em cabelos, pelos ou raspas de unhas. Os exames toxicológicos serão realizados às expensas do voluntário, nos laboratórios autorizados pelos órgãos fiscalizadores públicos competentes.

4.8.6 Os laudos e/ou resultados toxicológicos, previstos no inciso "I" do item 4.8.5 serão válidos por no máximo 60 (sessenta) dias, a contar da data de coleta para o exame. No corpo do laudo deverão, obrigatoriamente, constar informações sobre os seguintes dados: identificação completa (inclusive impressão digital) e assinatura do doador e do responsável (tratando-se de menor de idade); identificação e assinatura de, no mínimo, duas testemunhas da coleta; identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão desse laudo/resultado.

4.8.7 A positividade de qualquer um dos exames em relação às pesquisas de todas as substâncias e/ou elementos descritos no inciso "I" do item 4.8.5 incapacitará o candidato para o ingresso na Aeronáutica, e será excluído do Exame.

4.8.8 Os candidatos que não apresentarem, por ocasião do início da inspeção de saúde, os exames previstos no inciso "I" do item 4.8.5 não poderão realizar a INSPSAU e serão excluídos do Exame, caso, após interposição de recurso direto ao Presidente da Comissão Fiscalizadora (Anexo N), não os entreguem na nova data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

.1 4.8.9 O candidato que obtiver a menção "NÃO APTO" na INSPSAU terá o motivo de sua incapacidade registrado no Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado no endereço eletrônico do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.9 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

4.9.1 O EAP avaliará condições comportamentais e de personalidade, por meio de técnicas psicológicas, homologadas e definidas em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir contraindicação para o serviço militar nem para o desempenho das atividades previstas no Curso.

4.9.2 O EAP tem amparo legal na Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), no Decreto nº 57.654/1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), na Lei nº 12.464/2011 (Lei de Ensino da Aeronáutica), e na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares).

4.9.3 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por esse Instituto e na NSCA 38-20 "Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas", divulgada no endereço eletrônico constante na alínea "b" do item 1.3.2.

4.9.4 Os candidatos ao CFOINF serão avaliados nas áreas de personalidade e aptidão, conforme o Padrão Seletivo estabelecido para a função que irá exercer. Os requisitos psicológicos considerados imprescindíveis, bem como os considerados restritivos ao adequado desempenho do cargo, foram estabelecidos previamente por meio de estudo científico de análise do trabalho e produção do perfil profissiográfico, conforme abaixo discriminado:

a) Personalidade: serão consideradas para o bom desempenho do cargo: "Adequação a normas e padrões, cooperação, equilíbrio emocional, planejamento e organização, relacionamento interpessoal, responsabilidade e resistência à frustração", segurança e vitalidade." Também serão consideradas características restritivas como: Depressão, desatenção, desmotivação, desorganização, indisciplina, individualismo, instabilidade emocional, irresponsabilidade e negligência".

b) Aptidão: serão avaliadas as seguintes aptidões: "Atenção concentrada e raciocínio lógico".

4.9.5 O resultado individual será expresso por meio das menções "APTO" ou "INAPTO", divulgado no endereço eletrônico do Exame, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.9.6 O candidato que obtiver a menção "INAPTO" no EAP terá o motivo de sua inaptidão registrado no Documento de Informação de Avaliação Psicológica (DIAP), disponibilizado no endereço eletrônico do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.10 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

4.10.1 O TACF avaliará a higidez e o vigor físico do candidato, por meio de exercícios e índices mínimos a serem alcançados, fixados e definidos em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir incapacitação para as atividades previstas no Curso.

4.10.2 O TACF será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA) segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por essa Comissão e na NSCA 54-4 "Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e de Seleção do Comando da Aeronáutica", divulgada na página eletrônica constante na alínea "b" do item 1.3.2.

4.10.3 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados APTOS na INSPSAU e que não tenham sido excluídos em etapa anterior desse Exame.

4.10.4 Índices mínimos de aprovação:

SEXO MASCULINO	
TESTES	DESEMPENHO MINÍMO
FEMS[1]	26 repetições
FTSC [2]	42 repetições
SH[3]	1,8 metros
Corrida 12 min	2250 metros

[1] FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO

[2] FLEXÃO DO TRONCO SOBRE AS COXAS

[3] SALTO HORIZONTAL

4.10.5 O resultado individual do TACF será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO", divulgado nas páginas eletrônicas do Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C).

4.10.6 O candidato considerado "NÃO APTO" receberá essa informação diretamente do aplicador do teste, no mesmo dia de realização do TACF, com posterior divulgação nas páginas eletrônicas do Exame.

4.10.7 Para a realização do TACF, o candidato deverá apresentar plenas condições de saúde para que seja submetido ao teste físico sem restrições físicas de qualquer natureza, em face do agudo esforço exigido durante as provas, sendo de sua responsabilidade pessoal as eventuais consequências advindas de omissão quanto a sua higidez física. Por se tratar de evento de cumprimento obrigatório, são motivos de exclusão do Exame a não realização do teste na data e horário marcados, assim como a apresentação de candidato alegando não estar em plenas condições fisiológicas para tal.

4.11 PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (PHC)

4.11.1 Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o previsto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e que optarem por concorrer às vagas reservadas a negros serão convocados, desde que aprovados nas etapas anteriores, para o PHC, realizado pela Comissão de Heteroidentificação Complementar (CHC) da AFA, para verificação da veracidade de sua declaração.

4.11.1.1 Considera-se PHC a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

4.11.2 A CHC utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no momento da inscrição.

4.11.2.1 Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do PHC.

4.11.3 Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem ou certidões referentes à confirmação em Procedimentos de Heteroidentificação realizados em outros processos seletivos e concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

4.11.3.1 Os candidatos devem comparecer com os cabelos soltos, sem qualquer tipo de maquiagem, sem óculos (escuro ou de grau), sem acessório na cabeça (boné, chapéu, lenço, elástico, presilhas, burca, gorro, turbantes, bandanas etc.) ou qualquer objeto ou acessório de qualquer ordem ou natureza que cubra o rosto e cabelos, e que impossibilitem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato, sob pena de exclusão.

4.11.3.2 O PHC será filmado, e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

4.11.4 Os candidatos que recusarem a realização da filmagem do PHC serão eliminados do Exame, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

4.11.5 Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação concorrerão às vagas de ampla concorrência, em igualdade de condições, em ordem decrescente de nota final, salvo se comprovada má fé da autodeclaração.

4.11.5.1 A CHC deliberará pela maioria dos seus membros, com registro em ata.

4.12 VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

4.12.1 A Validação Documental será realizada por meio da análise e conferência da documentação prevista para matrícula no Curso, quando deverão ser apresentados os originais de todos os documentos e entregues duas cópias simples de cada um deles, conforme alínea "s" do item 7.1.

4.12.2 A documentação somente será apresentada pelo candidato aprovado em todas as etapas anteriores e convocado para a Concentração Final.

5 RECURSOS

5.1 INTERPOSIÇÃO

5.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso/pedido de revisão quanto à(ao):

a) indeferimento da solicitação de inscrição;

b) indeferimento da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição;

c) relação provisória dos candidatos que optaram para concorrer às vagas reservadas;

d) formulação de questões das Provas Escritas e aos seus gabaritos provisórios;

e) graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas;

f) grau obtido na Prova de Redação;

g) à entrega de documento (s) e realização da INSPSAU;

h) resultado obtido na INSPSAU;

i) resultado obtido no EAP (pedido de revisão);

j) resultado obtido no TACF;

k) resultado obtido no PHC; e

l) validação Documental.

5.1.2 Os prazos para interpor recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C) e devem ser rigorosamente cumpridos. Recomenda-se aos interessados não deixar para os últimos dias a efetivação de seus recursos. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do recurso não for realizado em razão de procedimento indevido, por motivos de ordem técnica dos equipamentos eletrônicos ou em função de qualquer fator que impossibilite o processamento de dados.

5.1.3 Serão de responsabilidade do candidato a verificação dos resultados, a interposição de recursos, a entrega de documentos aos órgãos previstos e o fiel cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos, sob pena de não ter seus recursos analisados.

5.1.4 Em caso de dificuldade na interposição de recurso e/ou do pedido de revisão, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a EPCAR, ainda dentro do prazo previsto para esse procedimento.

5.1.5 As decisões relativas aos recursos interpostos em conformidade com estas Instruções serão divulgadas no endereço eletrônico do Exame, conforme prazos previstos no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.1.6 As decisões serão divulgadas de forma definitiva, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

5.1.7 Caso alguma divulgação ultrapasse a data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor o recurso e/ou pedido de revisão, a contar da data subsequente à da efetiva divulgação.

5.1.8 A anulação e consequente substituição, devidamente justificada e divulgada, de relação nominal de candidatos, com respectivos resultados ou classificações, apresentada com incorreções implicará a invalidação de todos os atos decorrentes da relação substituída, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por essa retificação.

5.2 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

5.2.1 Poderá requerer recurso quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida pelos motivos do "não pagamento da taxa de inscrição", "pagamento após o término do período de inscrição" ou ainda "pagamento da taxa de inscrição não compensado por qualquer motivo", desde que consiga comprovar que a referida taxa tenha sido paga corretamente dentro do prazo estabelecido.

5.2.2 Por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, será discriminado o motivo desse resultado, com o intuito de conhecer as razões desse indeferimento e, havendo interesse por parte do candidato, subsidiar seu recurso.

5.2.3 O requerimento para o recurso quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição deverá ser preenchido pelo candidato na página eletrônica informada na alínea "b" do item 1.3.2, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), ou por outro meio devidamente disponibilizado. O candidato deverá anexar a esse requerimento cópia do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, permanecendo com o comprovante original para verificação futura.

5.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

a) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição dentro do período previsto (ressalvado o disposto no item 3.3); e/ou

b) enviar (eletronicamente) o Requerimento de recurso fora do prazo previsto.

5.3 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.3.1 Poderá interpor recurso quanto ao indeferimento da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C), o candidato cuja solicitação tenha sido indeferida. Quando o recurso se referir a doador de medula óssea, deverá ser anexado o cartão de inscrição no REDOME.

5.4 RECURSO QUANTO À RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS QUE OPTARAM POR CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS A NEGROS

5.4.1 O requerimento para o recurso quanto à relação provisória dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos deverá ser preenchido pelo candidato no endereço eletrônico do Exame, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.5 RECURSO QUANTO À FORMULAÇÃO DE QUESTÕES DAS PROVAS ESCRITAS E AOS SEUS RESPECTIVOS GABARITOS

5.5.1 Os recursos quanto à formulação de questões das Provas Escritas e seus respectivos gabaritos deverão ser referentes, exclusivamente, às questões em que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou cujos gabaritos apresentem incorreções.

5.5.1.1 Os recursos deverão ser fundamentados no Conteúdo Programático (Anexo B).

5.5.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), ou por outro meio devidamente disponibilizado e informado na página eletrônica da EPCAR na alínea "b" do item 1.3.2, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.5.3 O candidato deverá utilizar uma FIFQ para cada questão em pauta ou gabarito.

5.5.4 Após o julgamento dos recursos interpostos, será divulgada a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

5.5.5 A decisão exarada pela Banca Examinadora irá conter a avaliação a respeito do que foi contestado e um parecer final com a justificativa fundamentada sobre a procedência ou improcedência do recurso, sendo disponibilizada na página eletrônica da EPCAR, sem citação dos nomes dos recursantes.

5.5.6 Se, no julgamento do recurso a Banca Examinadora considerar que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

5.5.7 Se no julgamento do recurso, a Banca Examinadora considerar que a resposta correta de uma questão difere da divulgada no gabarito provisório, este sofrerá alterações, visando às correções necessárias.

5.5.8 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial, corrigindo o anterior.

5.5.8.1 A anulação e substituição, devidamente justificada e divulgada, de um gabarito oficial apresentado com incorreções implicará a invalidação de todos os atos decorrentes do gabarito substituído, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por essa retificação.

5.5.9 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas MF e/ou classificações foi apresentada com incorreção, a publicação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas MF ou classificações serão anulados, sendo divulgada e publicada nova relação, corrigindo a anterior.

5.5.9.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito, ou pedido de reconsideração por tal retificação.

5.6 RECURSO QUANTO AOS GRAUS ATRIBUÍDOS NAS PROVAS ESCRITAS

5.6.1 Os recursos quanto aos graus das Provas Escritas deverão ser, exclusivamente, referentes ao grau que o candidato entenda ter sido atribuído de maneira incorreta, tendo como base o gabarito oficial.

5.6.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha de Solicitação de Revisão de Grau, disponível nas páginas eletrônicas do Exame ou por outro meio devidamente disponibilizado e informado, a partir da data em que for divulgado o resultado provisório das Provas Escritas, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos (ANEXO C).

5.6.2.1 Para fundamentar o recurso, o candidato deverá informar os graus que julga ter obtido nas Provas Escritas, além de indicar o número da questão que entenda ter acertado e que modificaria o grau atribuído.

5.6.3 A EPCAR divulgará nas páginas eletrônicas do Exame os resultados das análises dos recursos e os resultados finais das Provas Escritas, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C). Após esses atos, não caberão mais recursos, relacionados aos resultados das Provas Escritas, por parte dos candidatos.

5.7 RECURSO QUANTO À CORREÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

5.7.1 Os recursos quanto à correção da Prova de Redação deverão ser, exclusivamente, referentes aos erros que o candidato entenda lhe terem sido atribuídos de maneira imprópria.

5.7.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação normatizados nestas Instruções Específicas.

5.7.3 Será disponibilizado sistema informatizado na página eletrônica da EPCAR, na Internet, durante o prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C), para que o candidato faça seu recurso. Não há limite quanto ao número de recursos interpostos, mas cada recurso deverá ter, no máximo, 1000 (mil) caracteres para que seja considerado.

5.7.4 Caso sobrevenha algum fato impeditivo ou restritivo que afete o sistema informatizado, a EPCAR padronizará e informará o procedimento alternativo a ser utilizado.

5.7.5 As redações, bem como as respectivas correções e notas, estarão disponíveis durante o período previsto para a realização dos recursos. Tal procedimento não é requisito obrigatório para a interposição de recurso.

5.7.6 A decisão da Banca Examinadora irá conter os esclarecimentos a respeito do que foi contestado pelo candidato e a justificativa fundamentada sobre a avaliação. A Banca Examinadora, depois de julgar os recursos interpostos, divulgará individualmente e de forma definitiva a decisão exarada. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

5.7.7 No corpo do texto do recurso, o candidato não poderá identificar-se. Caso contrário, o recurso não será aceito.

5.7.8 Quando for constatado que a divulgação dos resultados foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e a publicação dos resultados será anulada, sendo publicado novo resultado, corrigindo a divulgação anterior.

5.7.8.1 A anulação dos resultados implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por tal retificação.

5.7.9 Caberá à EPCAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (Anexo C), divulgar na Internet o resultado da análise dos recursos e o resultado final da Prova de Redação. Após este ato, não caberá mais qualquer espécie de recurso, relacionado ao resultado da Prova de Redação, por parte dos candidatos.

5.8 RECURSO QUANTO À ENTREGA DE DOCUMENTO(S) E REALIZAÇÃO DA INSPSAU

5.8.1 O candidato poderá interpor recurso (Anexo N) ao Presidente da Comissão Fiscalizadora para apresentação dos seguintes documentos não entregues na data designada para INSPSAU, conforme Calendário de Eventos (Anexo C):

a) laudos/resultados de exames toxicológicos.

5.8.2 Caso não seja apresentada a documentação necessária na nova data designada no Calendário de Eventos (Anexo C), o candidato não poderá realizar a INSPSAU e será excluído do Exame.

5.9 RECURSO QUANTO À INSPEÇÃO DE SAÚDE

5.9.1 O candidato considerado NÃO APTO na INSPSAU poderá solicitar recurso quanto à INSPSAU, por uma única vez, por meio do sistema de inscrição, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.9.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá verificar o Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado nas páginas eletrônicas deste Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, no qual consta o motivo da sua incapacitação.

5.9.3 Caso seja de interesse do candidato ou solicitado pela OSA, outros laudos, exames ou pareceres poderão ser apresentados no momento da realização da INSPSAU em grau de recurso, de acordo com as normas estabelecidas nessas Instruções. Esses documentos deverão ser providenciados pelo próprio candidato, responsabilizando-se pelas despesas.

5.9.4 O candidato reprovado na INSPSAU em grau de recurso poderá saber os motivos do resultado "NÃO APTO" buscando, na OSA, onde realizou a inspeção, a cópia da Ata da Inspeção de Saúde expedida pela Junta Superior, no prazo de até quinze dias após a divulgação do resultado.

5.10 REVISÃO QUANTO AO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

5.10.1 O requerimento da revisão quanto ao resultado do EAP, para o candidato considerado "INAPTO", deverá ser preenchido pelo candidato na página eletrônica da EPCAR na alínea "b" do item 1.3.2 e enviado eletronicamente, durante o prazo estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.10.2 A revisão quanto ao resultado do EAP consistirá em uma nova apreciação dos resultados obtidos no processo de avaliação psicológica do candidato. Essa reapreciação será de responsabilidade do Conselho Técnico, composto por uma comissão de psicólogos do IPA, cuja atribuição é a emissão de pareceres, apreciações e de julgamentos finais de processos de avaliação psicológica.

5.10.3 Antes de preencher e enviar o requerimento, em grau de recurso, o candidato poderá tomar conhecimento dos motivos pelos quais foi considerado "INAPTO" no DIAP, disponibilizado nas páginas eletrônicas do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo candidato.

5.10.4 Não será permitida a realização de novo EAP para candidato considerado INAPTO no primeiro exame.

5.10.5 O candidato que permanecer com a menção "INAPTO" após reapreciação do EAP, em grau de recurso, poderá solicitar Entrevista Informativa, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre os resultados alcançados, por meio de requerimento próprio, disponível nas páginas eletrônicas do Exame, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos (Anexo C).

5.10.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para atendimento à resolução do Conselho Federal de Psicologia, não sendo considerada como recurso.

5.10.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro, no endereço:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA
Praça General Aranha, 20 - Marechal Hermes
CEP: 21331-700 - Rio de Janeiro - RJ

5.11 RECURSO QUANTO AO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO

5.11.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar o TACF, em grau de recurso, por meio de requerimento próprio, constante do Anexo F, dirigido ao Vice-Presidente da CDA.

5.11.2 Somente poderá solicitar o TACF em grau de recurso o candidato que não tiver atingido o índice mínimo estabelecido em, pelo menos, um dos exercícios previstos no item 4.10.4.

5.11.3 O requerimento do recurso deverá ser entregue diretamente à Comissão Fiscalizadora, no mesmo dia e local da realização do TACF, imediatamente após haver recebido o resultado do Teste.

5.11.4 A realização do TACF em grau de recurso será constituída de todos os testes regulamentados na NSCA 54-4, divulgada nas páginas eletrônicas do Exame.

5.11.5 Será considerado "NÃO APTO" o candidato que tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos testes e cuja recuperação venha ocorrer após o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

5.12 RECURSO QUANTO AO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR

5.12.1 O requerimento para o recurso quanto ao resultado do PHC, para o candidato cuja autodeclaração não for confirmada, deverá ser preenchido e entregue diretamente à equipe de organização da etapa, no mesmo dia e local da realização do PHC, imediatamente após haver recebido o resultado.

5.12.2 O recurso quanto ao resultado do PHC, sob a responsabilidade da Comissão Recursal de Heteroidentificação Complementar (CRHC), deverá considerar a filmagem do PHC, o parecer emitido pela CHC, e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

5.13 RECURSO QUANTO À VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

5.13.1 O candidato que tiver documentação rejeitada, durante a etapa de Validação Documental, poderá solicitar recurso ao término de sua conferência, por meio de formulário próprio, constante do Anexo H (disponibilizado no momento da divulgação do resultado), dirigido ao Comandante da EPCAR, e terá três dias úteis, a contar da data da conferência documental, para a solução do problema.

6 RESULTADO FINAL DO EXAME

6.1 Será considerado em condições de ser apreciado pela JEA, para Habilitação à Matrícula nas vagas existentes, o candidato que atender a todas as condições seguintes:

a) nas Provas Escritas for considerado COM APROVEITAMENTO, tendo para isso obtido grau igual ou superior a 5,0000 (cinco) na Média Final do Exame e na Prova de Redação, bem como, grau mínimo 4,0000 (quatro) em cada uma das demais Provas Escritas (Língua Portuguesa, Matemática, Física e Língua Inglesa);

b) na INSPSAU, no EAP e no TACF for considerado APTO; e

c) obtiver confirmação de sua autodeclaração no PHC (somente os candidatos que tiverem de realizar o PHC).

6.2 Serão convocados para a Habilitação à Matrícula no CFOINF 2023 os candidatos aprovados em todas as etapas do processo seletivo e que forem classificados dentro do número de vagas fixadas, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e a homologação pela JEA que consolidará, pelo Mapa e pela Ata, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para Habilitação à Matrícula.

6.2.1 A Habilitação à Matrícula ocorrerá em data prevista no Calendário de Eventos (Anexo C), tendo como prazo limite a data de Matrícula no Curso, após solução de recursos apresentados.

6.3 Os candidatos de que trata o item 6.2 somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no Capítulo 7 destas Instruções Específicas.

6.4 A JEA também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrerem, a ordem decrescente de suas Médias Finais e o critério de desempate.

6.5 O candidato aprovado em todas as etapas do Exame, mas não classificado no número de vagas existentes, será considerado excedente, até a data de validade deste Exame.

6.5.1 A listagem de candidatos excedentes tem por finalidade permitir o preenchimento de vagas não completadas em razão de eventual desistência, exclusão ou não habilitação à matrícula de candidatos, desde que a convocação ocorra dentro da vigência do Exame de Admissão.

6.5.2 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a Habilitação à Matrícula no CFOINF 2023. Essa condição cessa com o término da validade deste Exame.

6.5.3 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá que se apresentar na AFA, no 5º (quinto) dia corrido, conforme Calendário de Eventos (Anexo C), a contar da data subsequente à sua convocação, pronto para atender a todas as exigências previstas no Capítulo 7 e terá o mesmo prazo para solução de pendências, citado no item 5.13.1, a partir da sua data de apresentação.

6.5.3.1 Fora das datas de apresentação estipuladas por ocasião da convocação de excedentes, não haverá recepção de candidatos excedentes convocados, inclusive no próprio dia da Concentração Final

6.6 O candidato deverá manter todos os seus dados atualizados, inclusive endereço e telefone junto à Divisão de Admissão e de Seleção da EPCAR, enquanto estiver participando do processo seletivo. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

6.7 A Ordem de Matrícula dos candidatos habilitados será expedida pela DIRENS, após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

6.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante da AFA, ocorrerá somente após o recebimento da Ordem de Matrícula da DIRENS e o cumprimento das exigências previstas para a matrícula dentro dos prazos estabelecidos.

6.8.1 O não cumprimento por parte do candidato das exigências para a efetivação da matrícula, dentro dos prazos estabelecidos implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e sua exclusão do Exame.

6.9 Na hipótese de sobrevir, durante o CFOINF 2023, Acórdão de Tribunal ou Sentença definitiva (transitada em julgado) determinando expressamente a promoção e posse de candidato que fora matriculado por força de decisão liminar em Processo Judicial e que estiver dentro do número de vagas, o candidato excedente, convocado nas condições dos itens 6.4, 6.5, e 6.5.3 será excluído do Curso, em virtude da impossibilidade de a Administração nomear mais candidatos do que a quantidade de vagas previstas nas Instruções Específicas, ainda que conclua o CFOINF 2023 com aproveitamento, tendo em vista o provimento definitivo em favor do demandante judicial que alterou a ordem classificatória da seleção

7 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

7.1 Estará habilitado à matrícula no CFOINF 2023 o candidato que atender a todas as condições a seguir:

a) ser brasileiro nato, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) ter cumprido no momento da inscrição e continuar a cumprir até a data da matrícula todas as condições previstas neste Exame de Admissão, em especial quanto ao previsto no item 2.6.3.3, 2.6.3.4 e 2.6.3.5;

c) ser aprovado, sem restrições, em todas as etapas do Exame, conforme item 4.1.1, manter-se apto na INSPSAU, no EAP e no TACF, até a data da matrícula, estar classificado dentro do número de vagas e ser selecionado pela JEA;

d) ter concluído com aproveitamento o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final e por ocasião da Validação Documental, o Certificado, Diploma ou declaração de conclusão, acompanhado do Histórico Escolar do referido Curso, expedidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, estadual, distrital, municipal ou regional de ensino competente;

e) não possuir menos de 17 (dezessete) anos e nem completar 23 (vinte e três) anos de idade, até 31 de dezembro do ano da matrícula no Curso, conforme alínea "b", inciso V, Art. 20 da Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011;

f) estar quite com as obrigações eleitorais;

g) não estar respondendo a processo criminal na Justiça Militar ou Comum;

h) não ter sido, nos últimos 05 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso;

i) não ter sido, nos últimos 05 (cinco) anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;

j) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido à medida de segurança;

k) se militar da reserva não remunerada das Forças Armadas ou Auxiliares, não ter sido excluído do serviço ativo por indignidade ou incompatibilidade, excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente;

l) se ex-Cadete da AFA, não ter sido considerado em Conselho de Ensino, de Saúde, Militar ou Extraordinário, inapto à condição de Cadete da AFA ou de futuro oficial da Aeronáutica;

m) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço militar por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar;

n) se militar da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;

o) se militar da ativa de Força Armada ou Auxiliar, estar classificado no mínimo no comportamento "Bom";

p) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;

q) não ter sido desincorporado, expulso ou julgado desertor, nos termos da legislação que regula o serviço militar;

r) estar em dia com suas obrigações militares (candidatos do sexo masculino); e

s) apresentar-se na AFA na data prevista para a Concentração Final (Habilitação à Matrícula), portando os originais e duas cópias simples dos seguintes documentos:

1) Documento de identificação pessoal original com foto, devidamente válido;

2) Certidão de Nascimento (atualizada há, no máximo, noventa dias);

3) Comprovante de Inscrição no CPF e PIS / PASEP (para aqueles com registro em Carteira de Trabalho);

4) Título de eleitor e Certidão de quitação eleitoral (obtida na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.jus.br), salvo se menor de 18 anos de idade;

5) Certidão Negativa ou Atestado de Antecedentes Criminais (nas três esferas), emitidos em até noventa dias antes da Concentração Final (se maior de 18 anos de idade), fornecidos pela:

- Justiça Federal: obtida na página eletrônica do Departamento de Polícia Federal (www.dpf.gov.br);

- Justiça Militar: obtida na página eletrônica do Superior Tribunal Militar (www.stm.jus.br); e

- Justiça Estadual ou Distrital referente ao(s) domicílio(s) que residiu nos últimos cinco anos. O candidato deverá verificar junto ao Fórum, Órgão de Segurança Pública e/ou de identificação ou Polícia Civil como conseguir este documento.

6) Comprovante de residência, expedido há, no máximo, três meses;

7) Se em idade de cumprir obrigações legais para com o Serviço Militar: Certificado de Alistamento Militar ou Certificado de Dispensa de Incorporação (desde que não o incompatibilize com a carreira militar) ou ainda, Certificado de Reservista (1ª ou 2ª categoria) e, se Aspirante a Oficial, Certidão de Situação Militar;

8) Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão do Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino;

9) Histórico Escolar;

10) Declaração do próprio candidato atestando não exercer cargo, função ou emprego público (Anexo I);

11) Autorização do responsável legal, de próprio punho, por meio de "AUTORIZAÇÃO PARA MATRÍCULA DE CANDIDATO MENOR DE IDADE", conforme modelo contido no Anexo J; e

12) Se militar da ativa, Ofício de apresentação da OM de origem, conforme Anexo M, assinado pelo seu Comandante, Chefe ou Diretor, sem delegação, atestando o atendimento das condições previstas nas alíneas "g", "h", "i", "j", "n" e "o", do item 7.1;

13) Declaração assumindo expressamente não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável, conforme Art. 144-A, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 e modelo previsto no Anexo L; e

14) Cartão ou documento equivalente, emitido Órgão ou Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, que comprove que o candidato é doador de medula óssea (apenas para candidatos que optaram pela isenção do pagamento da taxa de inscrição).

t) ter sido confirmada no PHC a sua autodeclaração, conforme o disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, observado o item 2.4.6 destas Instruções.

7.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

7.3 O Histórico Escolar e o Certificado ou Diploma somente terão validade se expedidos por Estabelecimento de Ensino ou Instituição de formação profissional reconhecidos pelo órgão oficial federal, estadual, municipal, distrital ou regional de ensino competente.

7.4 Quanto aos documentos citados no item anterior, somente serão aceitos aqueles que estiverem impressos em papel timbrado do Estabelecimento ou da Instituição que os emitiu, acompanhado do registro que outorgou seu funcionamento, com as respectivas publicações no Diário do órgão Oficial de imprensa, que contenha a confirmação de conclusão do Ensino Médio ou do Curso, sem dependências, com a habilitação para prosseguir estudos no nível Superior.

7.4.1 Visando sanar possíveis dificuldades na obtenção do Diploma ou Certificado, por parte do candidato, para habilitação à matrícula no Curso, será aceita a Declaração de conclusão do Ensino Médio (Anexo G). Essa Declaração deverá atender ainda ao previsto no item 7.2 e conter, além dos requisitos citados nos itens 7.3 e 7.4, a identificação do Diretor do Estabelecimento de Ensino e, no caso de Instituição Pública, a data da publicação da sua designação ou nomeação para o cargo de Direção.

7.4.2 O candidato poderá apresentar, em substituição aos documentos de comprovação de escolaridade relativos à conclusão do Ensino Médio, declaração de conclusão de período do Ensino Superior ou Certificado ou Diploma de conclusão do Ensino Superior, desde que atendam aos mesmos requisitos previstos nos itens 7.2 e 7.3 e, naquilo que for pertinente, no item 7.4.

7.5 Se o candidato deixar de entregar algum documento previsto na letra "s" do item 7.1, ou entregá-lo com discrepância citada no item 7.2, somente será matriculado se sanar o problema até o prazo previsto no item 5.13.1.

7.6 A constatação, a qualquer tempo, de omissão, falta de veracidade em documento ou informação fornecida pelo candidato implicará anulação da sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das medidas administrativas e sanções previstas na legislação em vigor.

7.7 Recomenda-se ao candidato menor de 18 anos de idade, com o objetivo de facilitar a concessão de atos administrativos de interesse da Organização de Ensino e do próprio candidato, que seja apresentado na Concentração Final e Habilitação à Matrícula, o PIS/PASEP e o Título de Eleitor. Caso o candidato não possua o PIS/PASEP, poderá apresentar a certidão de "Nada Consta", emitida pela Caixa Econômica Federal.

7.8 O candidato que obtiver provimento liminar para continuidade no Exame de Admissão, em Processo Judicial, somente será matriculado se estiver dentro do número de vagas previstas na respectiva Especialidade ou Quadro à qual concorre e desde que a ordem de matrícula seja expressamente determinada pelo juízo processante.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS

8.1.1 As despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem para a participação nas diversas etapas do Exame serão de responsabilidade do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados do Exame tiverem de ser cancelados, repetidos ou postergados.

8.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na situação de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do Curso.

8.1.2 Os portões de acesso aos locais de realização das Provas Escritas, bem como da Concentração Intermediária, serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

8.1.3 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP, do TACF e do PHC, incluídos os seus recursos/revisões, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos (Anexo C), serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária ou divulgados pelas páginas eletrônicas do Exame.

8.1.4 Os locais de realização de todas as etapas, inclusive a área de realização das Provas Escritas, da INSPSAU, do EAP, do TACF e do PHC terão a entrada restrita aos candidatos, membros da Banca Examinadora e da Comissão Fiscalizadora.

8.1.5 O não comparecimento do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (Anexo C) ou divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora ou nas páginas eletrônicas do Exame implicará sua falta e, em consequência, sua exclusão do Exame.

8.1.6 Os candidatos convocados para a Concentração Final deverão comparecer à AFA com todos os itens necessários para habilitação à matrícula e início do EAM, que será realizado em regime de internato.

8.2 IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

8.2.1 O candidato deverá portar o seu documento de identificação pessoal original com foto, em todos os eventos do Exame, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas, de modo a permitir com clareza a identificação do candidato.

8.2.1.1 Serão aceitos como documentos de identificação pessoal: carteira de identidade (expedida por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública ou de Defesa Social, Ministério da Justiça, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar); carteira de identificação expedida pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro; carteira funcional do Ministério Público; certificado de reservista, carteira funcional expedida por Órgão Público que, por força de lei federal, valha como identidade; carteira de trabalho e previdência social (CTPS) e carteira nacional de habilitação (somente o modelo impresso com foto). Não serão aceitas versões digitais.

8.2.1.2 Não serão aceitos como documentos de identificação pessoal: Certidão de nascimento ou de casamento ou Contrato de união estável; título de eleitor; Carteira de estudante; cartão do CPF; Carteira de clube ou de entidade de classe; crachá funcional; Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97 ou quaisquer documentos não constantes destas Instruções.

8.2.1.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, cópias de documentos (mesmo que autenticadas), e nem protocolos de documentos, em processo de expedição/renovação. Os documentos deverão permitir com clareza a identificação do candidato.

8.2.1.4 Por ocasião da realização das Provas Escritas, e por questões de segurança do Exame, serão realizadas conferências de dados dos candidatos presentes com os documentos válidos e, por não ser autorizada a utilização de dispositivos eletrônicos, não são aceitos documentos de identificação em versão digital.

8.2.2 A Comissão Fiscalizadora poderá realizar a identificação de qualquer candidato e efetuar a coleta de dados, de assinaturas, da impressão digital e de fotografia e/ou filmagem dos candidatos nos eventos deste Exame.

8.2.3 O candidato que não portar documento de identificação pessoal original com foto, em qualquer etapa do Exame, por motivo de perda, roubo, furto ou extravio, deverá apresentar Boletim de Ocorrência Policial expedido há, no máximo, trinta dias, sendo submetido à identificação especial, conforme previsto no item a seguir.

8.2.3.1 O candidato deverá preencher o Formulário de Identificação Especial, com a identificação de duas testemunhas e escrever, de próprio punho, o seguinte texto: "Eu, NOME COMPLETO DO CANDIDATO, CPF, filho de NOME DO PAI e NOME DA MÃE, declaro, sob as penas da lei, que sou candidato do EXAME e estou de livre e espontânea vontade fazendo essa declaração, de próprio punho, para posterior confirmação da minha identidade e prosseguimento no Exame. LOCAL, DATA e ASSINATURA DO CANDIDATO", registrando o fato em Ata.

8.2.4 O candidato que não apresentar documento de identificação pessoal original com foto, conforme definido nestas Instruções Específicas, e nem se enquadrar no disposto nos itens anteriores, não poderá participar da etapa correspondente, pela absoluta impossibilidade de comprovação da veracidade da identidade e por questão de segurança do Exame.

8.3 UNIFORME E TRAJE

8.3.1 Para os eventos deste Exame, realizados em OM (incluindo Colégios Militares), o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares deverá comparecer uniformizado obrigatoriamente, em acordo com o Regulamento de Uniformes.

28.3.1.1 O candidato militar que descumprir o item 8.3.1 prosseguirá no Exame, porém, por tratar-se de transgressão disciplinar, o fato será comunicado ao seu Comandante, Chefe ou Diretor.

8.3.2 Para os eventos do Exame realizados em instituições civis, o candidato militar da ativa poderá comparecer em traje civil ou uniformizado.

8.3.3 Em qualquer situação ou local, todos os candidatos deverão sempre trajar roupa condizente com o ambiente.

8.4 EXCLUSÃO DO CANDIDATO

8.4.1 Será excluído do Exame, a qualquer tempo, o candidato que:

a) não obtiver aproveitamento nas Provas Escritas;

b) não atingir o grau mínimo exigido na Média Final;

c) não for convocado para as etapas subsequentes ou, se convocado, não comparecer ou chegar atrasado;

d) não for considerado "APTO" na INSPSAU, no EAP e no TACF;

e) em cuja autodeclaração no PHC tenha sido comprovada a má-fé;

f) não atingir os resultados previstos nestas Instruções, após a solução dos recursos apresentados; e/ou

g) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções e nas demais publicações disponíveis no endereço eletrônico do Exame.

8.4.2 Será excluído do Exame, a qualquer tempo, por ato dos Comandantes da EPCAR ou da AFA, ou por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, com registro em ata e posterior homologação pelos Comandantes da EPCAR ou da AFA, sem prejuízo das medidas administrativas e legais previstas, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização de qualquer etapa do Exame de Admissão, estabelecidas nestas Instruções Específicas ou em orientações dirigidas aos candidatos;

b) portar, junto ao corpo ou sobre a mesa, durante a realização das Provas Escritas, quaisquer dos objetos citados no item 4.3.9.2;

c) portar arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou mesmo estando uniformizado ou de serviço, e/ou recusar-se a ser submetido à vistoria eletrônica (detector de metais e/ou de ponto eletrônico);

d) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios ilícitos, bem como praticar ato de indisciplina em qualquer etapa do Exame;

e) fizer, durante as Provas Escritas, qualquer anotação em local que não seja o próprio Caderno de Questões;

f) fizer uso, durante as Provas Escritas, de livro, código, apostila, manual ou qualquer anotação;

g) marcar no Cartão de Respostas/Folha de Redação ou fazer anotação no Caderno de Questões após o comunicado do encerramento do tempo oficial previsto para a realização das Provas Escritas, após ter sido advertido por membro da Comissão Fiscalizadora para interromper o ato de marcar resposta ou de fazer anotação;

h) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local de realização das Provas Escritas antes do tempo oficial previsto para levá-lo;

i) continuar a resolução de questões ou a marcação do Cartão de Respostas ou de qualquer folha de respostas após o comunicado de encerramento do tempo oficial previsto para a realização das Provas Escritas;

j) der ou receber auxílio para a realização das Provas Escritas;

k) comunicar-se verbalmente, por escrito ou por qualquer forma, com outro candidato durante as provas;

l) deixar de acatar determinação ou desrespeitar membro da Comissão Fiscalizadora ou outro candidato;

m) deixar de comparecer ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização de qualquer etapa do Exame, ainda que por motivo de força maior;

n) não apresentar documento de identificação pessoal original previsto no item 8.2.1.1 ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de coleta de dados, de impressão digital, de assinatura, de fotografia ou de filmagem, por ocasião de qualquer etapa do Exame;

o) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para matrícula, nos prazos determinados, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos, salvo o Título de Eleitor para menor de 18 anos de idade;

p) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;

q) praticar falsidade ideológica, constatada em qualquer momento do Exame;

r) deixar de assinar o Cartão de Respostas das Provas Escritas no local para isso reservado;

s) afastar-se da sala de realização das Provas Escritas ou do recinto de realização de qualquer outra etapa do Exame, durante ou após o período de realização das mesmas, portando seu Cartão de Respostas, sua Folha de Redação ou qualquer folha de respostas que lhe tenha sido entregue;

t) desistir voluntariamente em qualquer etapa do Exame;

u) ausentar-se do Setor de Provas sem o acompanhamento do membro da Comissão Fiscalizadora ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido nestas Instruções Específicas; e/ou

v) deixar de apresentar-se na AFA, na data prevista para a Concentração Final, passando a ser considerado candidato desistente, no caso de candidato titular e, no caso de candidato excedente, nos dias e horários estabelecidos por ocasião de sua convocação.

8.5 VALIDADE DO EXAME

8.5.1 O prazo de validade do EA CFOINF 2023 é de dez dias corridos, a contar da data do início do Curso, conforme previsto no Calendário de Eventos Anexo C), em consonância com o disposto no item 9.5 destas IE.

8.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas deste Exame somente terão validade para a matrícula no CFOINF 2023.

8.6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19)

8.6.1 À época da realização das Provas Escritas e demais etapas do exame, caso os protocolos que disponham acerca do Plano de Contingenciamento Específico de Enfrentamento ao COVID-19 estejam ainda em vigor, o candidato deverá atender todas as condições prescritas nas alíneas a seguir:

a) por medida de controle sanitário, o candidato deverá apresentar-se fazendo uso de máscara de proteção respiratória, cobrindo nariz e boca, sob pena de exclusão do exame;

b) por ocasião de comer ou beber, o candidato poderá retirar a máscara, devendo recolocá-la assim que terminar a alimentação, sempre respeitando o devido distanciamento social;

c) o uso de bebedouros coletivos será proibido, devendo o candidato, em caso de necessidade, trazer sua própria bebida em garrafas individuais e transparentes;

d) o Candidato poderá portar frascos individuais e transparentes de álcool gel a 70%; e

e) não será permitido o fornecimento ou empréstimo de canetas ou outros objetos para compartilhamento, devendo cada candidato trazer consigo seus utensílios pessoais.

8.6.2 Após avaliação da equipe médica da Comissão Fiscalizadora, os candidatos que apresentarem sintomas sugestivos relacionados à COVID-19, tais como mal estar, fraqueza, dor de cabeça, dores musculares, dor de garganta, tosse, falta de ar, dor de estômago, diarreia, perda de apetite, perda de olfato ou febre, serão isolados em área apropriada para orientações iniciais e execução das provas escritas.

8.6.3 Por ocasião da Concentração Intermediária, INSPSAU, TACF ou EAP, o candidato convocado que apresentar laudo médico positivo para o COVID-19, na data prevista para as mencionadas etapas, será orientado a retornar nos dias e horários estabelecidos pela Comissão, sendo-lhe assegurado o prosseguimento nas fases subsequentes.

8.6.4 No dia da Concentração Final, os candidatos convocados para Validação Documental/ Habilitação à Matrícula responderão a um questionário para investigação epidemiológica e serão submetidos, obrigatoriamente, à testagem para a COVID-19, de forma a resguardar a saúde própria, dos demais candidatos e de todos aqueles envolvidos na aplicação e execução das Etapas do presente Exame.

8.6.4.1 O candidato que apresentar qualquer sintoma ou obtiver o resultado positivo na testagem, constante do item 8.6.4, será orientado a retornar nos dias e horários estabelecidos pela Comissão, sendo-lhe assegurado o prosseguimento nas etapas subsequentes.

8.6.4.2 O cumprimento do isolamento, resultante do item 8.6.4.1, e o retorno ao Exame não serão apoiados pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional).

8.6.5 O candidato menor de idade, convocado para a Concentração Final, deverá apresentar uma Autorização, por escrito, de próprio punho, pelo seu responsável legal, para ser submetido à testagem da COVID-19, conforme Anexo O.

8.6.6 O candidato que se recusar a realizar a testagem para a COVID-19 será excluído do Exame.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A inscrição no processo seletivo implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no CFOINF 2023, bem como de todas as demais instruções que eventualmente vierem a ser expedidas e publicadas posteriormente.

9.2 Não cabe compensação, reparação ou indenização, pecuniária ou não, em função de indeferimento de inscrição, reprovação nas etapas do Exame, cancelamento de matrícula, exclusão do Exame, anulação de ato ou não aproveitamento por falta de vagas, em cumprimento às condições estabelecidas nas presentes Instruções Específicas.

9.3 O COMAER não possui vínculo com qualquer curso preparatório ou escola, nem sugere ou se responsabiliza por material didático comercializado por professores ou instituições de ensino.

9.4 Ao Diretor da DIRENS caberá:

a) anular este Exame, no todo ou em parte, em todo o País ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer etapa de característica eliminatória e/ou classificatória, e quando ocorrer fato incompatível com estas Instruções Específicas ou que impossibilite seu cumprimento;

b) determinar retificação de ato equivocado, anular e tornar sem efeito todas as consequências por ele produzidas e, em seguida, providenciar a correção e a divulgação das informações, dando ampla publicidade de todas as ações, com as devidas explicações e respectivas motivações que produziram as alterações; e

c) dar solução aos casos omissos nestas Instruções Específicas.

9.5 Em caso excepcional de mudança no Calendário de Eventos, por motivo de força maior ou decisão judicial, a DIRENS reserva-se no direito de reprogramar o mencionado calendário conforme a disponibilidade e a conveniência da Administração, sendo implícita e compulsória a aceitação dos candidatos às novas datas a serem oportunamente divulgadas.

9.6 Em caso excepcional de alteração na divulgação de algum resultado, conforme especificado na letra "b" do item 9.4, não cabe nenhum pedido de reconsideração referente ao ato anulado, pois dele não se originam direitos, uma vez que este estará eivado de vício, que o torna ilegal e passível de ser retificado.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

Anexo A - Siglas e Vocábulos

AFA - Academia da Força Aérea
BCA - Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA - Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL - Centro de Medicina Aeroespacial
CFOINF - Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica
CHC - Comissão de Heteroidentificação Complementar
CINDACTA - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER - Comando da Aeronáutica
COMGEP - Comando-Geral do Pessoal
CRHC - Comissão Recursal de Heteroidentificação Complementar
DAS - Divisão de Admissão e Seleção da EPCAR
DIAP - Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIRAP - Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENS - Diretoria de Ensino
DIRSA - Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DIS - Documento de Informação de Saúde
DOU - Diário Oficial da União
EAM - Estágio de Adaptação Militar
EAP - Exame de Aptidão Psicológica
INSPSAU - Inspeção de Saúde
IE/EA - Instruções Específicas / Exames de Admissão
EPCAR - Escola Preparatória de Cadetes do Ar
FIFQ - Ficha Informativa sobre Formulação de Questão
FSI - Formulário de Solicitação de Inscrição
ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica
INSPSAU - Inspeção de Saúde
IPA - Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS - Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA - Junta Especial de Avaliação
OM - Organização Militar
OCL - Organização Coordenadora Local
OSA - Organização de Saúde da Aeronáutica
PHC - Procedimento de Heteroidentificação Complementar
RUMAER - Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SEREP - Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica
SIGC - Sistema Integrado de Gestão e Controle
TACF - Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

Anexo B - Conteúdo Programático e Referências Bibliográficas

1 FÍSICA

1.1 CINEMÁTICA ESCALAR

1.1.1 Movimento Uniforme. Movimento com velocidade escalar variável e Movimento Uniformemente Variado. Movimento Vertical no Vácuo. Gráficos do Movimento Uniforme e do Movimento Uniformemente Variado.

l.2 VETORES E GRANDEZAS VETORIAIS: CINEMÁTICA VETORIAL

1.2.1 Vetores. Velocidade e aceleração vetoriais. Movimentos circulares. Lançamento horizontal e lançamento oblíquo no vácuo.

1.3 DINÂMICA

1.3.1 Princípios fundamentais. Leis de Newton. Forças de atrito. Forças em trajetória curvilíneas. Trabalho e energia. Impulso e Quantidade de Movimento. Gravitação Universal.

1.4 ESTÁTICA

l.4.1 Equilíbrio do ponto material. Equilíbrio dos corpos extensos. Hidrostática.

1.5 TERMOLOGIA

1.5.1 Introdução à termologia. Termometria. Dilatação térmica de sólidos e líquidos.

1.6 CALOR

1.6.1 Calorimetria. Mudanças de fase. Diagramas de fase. Propagação do calor.

1.7 TERMODINÂMICA

1.7.1 Estudo dos gases. As leis da Termodinâmica.

1.8 ÓPTICA
1.8.1 Óptica geométrica. Reflexão da luz e Espelhos planos. Espelhos esféricos. Refração luminosa. Lentes esféricas delgadas. Instrumentos ópticos
1.9 ONDAS
l.9.1 Movimento harmônico simples (MHS). Ondas. Interferência de ondas. Ondas sonoras.
1.10 ELETROSTÁTICA
1.10.1 Eletrização e Força elétrica. Campo elétrico. Trabalho e potencial elétrico. Condutores em equilíbrio eletrostático e Capacitância eletrostática.
1.11 ELETRODINÂMICA
1.11.1 Corrente elétrica. Resistores. Medidas elétricas. Geradores e Receptores elétricos. Capacitores.
1.12 ELETROMAGNET1SMO
l.12.1 Campo magnético. Força magnética. Indução eletromagnética.
1.13 FÍSICA MODERNA
1.13.1 Noções de física quântica: Teoria dos Quanta; Efeito Fotoelétrico; célula fotoelétrica; O Átomo de Bohr; a Natureza "Dual" da Luz; Dualidade Onda-partícula: a Hipótese de Broglie; Princípio da Incerteza de Heisenberg.
1.13.2 Relatividade Especial: Relatividade na Física Clássica; Relatividade Galileana; Experiência de Michelson-Morley; Relatividade de Einstein: postulados da Teoria da Relatividade Especial; Modificações na Relatividade Galileana; Contração do comprimento; dilatação do tempo; composição relativística de velocidades; Massa e Energia; Energia e Quantidade de Movimento.
1.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
1.14.1 CALÇADA, Caio Sérgio; SAMPAIO, José Luiz. Física Clássica. São Paulo: Atual, 1998. v.
1, 2, 3, 4, 5.
1.14.2 GASPAR, Alberto. Física. São Paulo: Editora Ática, 2000. v. 1, 2, 3.
l.14.3 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. l.
l.14.4 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 2.
l.14.5 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Boas. Tópicos de Física. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 3.
1.14.6 MÁXIMO, Antônio; ALVARENGA, Beatriz. Curso de Física. São Paulo: Scipione, 2005. v. 1, 2, 3.
l.14.7 PARANÁ, Dijalma Nunes da Silva. Física. São Paulo: Ática, 1998. v. 1, 2, 3.
1.14.8 RAMALHO, Francisco Júnior; NICOLAU, Gilberto Ferrara; TOLEDO, Paulo Antônio Soares. Os Fundamentos da Física. São Paulo: Moderna, 2006. v. 1, 2, 3.
2 MATEMÁTICA
2.1 NOÇÕES DE CONJUNTOS
2.1.1 Igualdade de conjuntos.
2.1.2 Subconjuntos.
2.1.3 Operações com conjuntos: interseção, reunião, diferença e complementar.
2.1.4 Resolução de problemas.
2.2 CONJUNTOS NUMÉRICOS
2.2.1 Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais.
2.2.2 Propriedades, operações e resolução de problemas.
2.2.3 Intervalos reais.
2.3 FUNÇÕES
2.3.1 Noção intuitiva e definição.
2.3.2 Notação de função.
2.3.3 Domínio, imagem e contradomínio.
2.3.4 Análise de gráfico.
2.3.5 Crescimento e decrescimento de função.
2.3.6 Paridade de função.
2.3.7 Função: sobrejetora, injetora e bijetoras.
2.3.8 Composição de função.
2.3.9 Função inversa.
2.3.10 Funções: afim, quadrática, modular, exponencial, logarítmica e recíproca (definição, gráfico, equações, inequações e resolução de problemas).
2.3.11 Logaritmo: definição, propriedades e resolução de problemas.
2.4 SEQUÊNCIAS
2.4.1 Definição.
2.4.2 Progressões Aritméticas.
2.4.3 Progressões Geométricas.
2.5 TRIGONOMETRIA
2.5.1 Arcos e ângulos.
2.5.2 Circunferência trigonométrica.
2.5.3 Funções trigonométricas e funções trigonométricas inversas.
2.5.4 Relações fundamentais.
2.5.5 Redução ao 1º quadrante.
2.5.6 Relações de identidade e transformações.
2.5.7 Equações e inequações.
2.5.8 Triângulo retângulo.
2.5.9 Triângulo qualquer: lei dos senos, lei dos cossenos e área.
2.6 MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES
2.6.1 Matriz: conceito, tipos especiais, operações e inversa.
2.6.2 Determinantes: conceito, resolução, propriedades e aplicações.
2.6.3 Sistemas lineares: resolução e discussão.
2.7 GEOMETRIA ESPACIAL
2.7.1 Poliedros convexos e não convexos.
2.7.2 Poliedros de Platão.
2.7.3 Prismas: elementos, classificação, cálculo de área e volume.
2.7.4 Pirâmide e tronco de pirâmide: elementos, classificação, cálculo de área e volume.
2.7.5 Cilindro: elementos, classificação, seção longitudinal e seção transversal, cálculo de área e volume.
2.7.6 Cone e tronco de cone: elementos, classificação, seção meridiana, cálculo de área e volume.
2.7.7 Esfera: elementos, seções, fuso esférico, cunha esférica, cálculo de área e volume.
2.7.8 Inscrição e Circunscrição de sólidos.
2.8GEOMETRIA PLANA
2.8.1 Congruência de figuras planas.
2.8.2 Semelhança de triângulos.
2.8.3 Relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos.
2.8.4 Áreas de polígonos, círculo, coroa e setor circular.
2.9 ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE
2.9.1 Princípio Fundamental da Contagem.
2.9.2 Arranjos, permutações e combinações.
2.9.3 Permutações com elementos repetidos.
2.9.4 Binômio de Newton: termo geral e triângulo de Pascal.
2.9.5 Probabilidade.
2.10 GEOMETRIA ANALÍTICA
2.10.1 Coordenadas cartesianas no plano: distância entre dois pontos, ponto médio, condição de alinhamento de três pontos, mediana e baricentro.
2.10.2 Estudo da reta: equação geral, reduzida, segmentária e paramétrica; interseção de retas, paralelismo e perpendicularismo; distância entre ponto e reta; área de um triângulo; inequações do 1º grau com duas incógnitas.
2.10.3 Estudo da circunferência: equação reduzida e geral; posições relativas entre ponto e circunferência, entre reta e circunferências e entre duas circunferências; inequações do 2º grau com duas incógnitas.
2.10.4 Cônicas: elipse, hipérbole e parábola (elementos e equações).
2.11NÚMEROS COMPLEXOS
2.11.1 Operações com pares ordenados.
2.11.2 Forma algébrica, conjugado, quociente de dois números complexos.
2.11.3 Módulo e argumento.
2.11.4 Forma trigonométrica e forma polar.
2.11.5 Multiplicação e divisão.
2.11.6 Potenciação.
2.11.7 Radiciação.
2.11.8 Equações binômias e trinômias.
2.12POLINÔMIOS
2.12.1 Definição.
2.12.2 Coeficiente dominante.
2.12.3 Função polinomial.
2.12.4 Polinômio nulo.
2.12.5 Valor numérico.
2.12.6 Raiz.
2.1 Polinômios iguais (ou idênticos).
2.12.8 Adição, subtração e multiplicação de polinômios.
2.12.9 Divisão.
2.12.10 Divisões por (x - a).
2.12.11 Teorema do resto.
2.12.12 Dispositivo prático de Briot-Ruffini.
2.12.13 Divisões sucessivas.
2.13 EQUAÇÕES ALGÉBRICAS
2.13.1 Definição.
2.13.2 Raiz.
2.13.3 Teorema fundamental da álgebra.
2.13.4 Teorema da decomposição.
2.13.5 Multiplicidade de uma raiz.
2.13.6 Relações de Girard.
2.13.7 Raízes complexas.
2.13.8 Teorema das raízes racionais.
2.14 ESTATÍSTICA BÁSICA
2.14.1 Variável.
2.14.2 Tabelas de frequência.
2.14.3 Representações gráficas.
2.14.4 Medidas de centralidade.
2.14.5 Medidas de dispersão.
2.14.6 Medidas de centralidade e dispersão para dados agrupados: cálculo do desvio padrão, determinação da classe modal e cálculo da mediana.
2.15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
2.15.1 IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos e funções.
Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.2 IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.3 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Trigonometria. Vol. 3. 10. ed. São Paulo:
Atual, 2013.
2.15.4 IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Sequências, matrizes, determinantes e sistema. Vol. 4. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.5 HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Combinatória e probabilidade. Vol. 5.
10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.6 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Complexos, polinômios e equações. Vol.
6. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.7 IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Geometria analítica. Vol. 7. 10. ed. São
Paulo: Atual, 2013.
2.15.8 DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: Geometria plana. Vol.
9. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.9 DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: Geometria espacial posição e métrica. Vol. 10. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.
2.15.10 IEZZI, Gelson; DEGENSZAJN, David, ALMEIDA, Nilze de; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. Matemática ciência e aplicações: conecte live. Vol. 1. 3ª edição. São Paulo, Saraiva, 2018.
3 LÍNGUA INGLESA
3.1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS
3.2 ESTRUTURAS GRAMATICAIS
3.2.1 Substantivos: gênero, número, contáveis e incontáveis.
3.2.2 Pronomes: pessoal, oblíquo, possessivo, reflexivo, demonstrativo, relativo, indefinido e interrogativo.
3.2.3 Adjetivos: graus comparativo e superlativo.
3.2.4 Preposições.
3.2.5 Conjunções.
3.2.6 Advérbios.
3.2.7 Numerais.
3.2.8 Artigos: definidos e indefinidos.
3.2.9 Verbos: tempos, modos, formas e vozes.
3.2.10 Caso possessivo.
3.2.11 Questiontag e respostas curtas.
3.2.12 Estrutura da oração.
3.2.13 Período composto: orações condicionais, relativas, apositivas, etc.
3.2.14 Discursos: direto e indireto.
3.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
3.3.1 OXFORD Advanced Learners Dictionary. 7. ed. Oxford, 2005.
3.3.2 DICTIONARY of English Language and Culture3ed São Paulo: Pearson Longman, 2000.
3.3.3 SWAN, Michael; WALTER, Catherine. The good Grammar book . Oxford, 2001.
3.3.4 FUCHS, Marjorie; BONNER, Margaret. Grammar Express intermediary. Longman, 2002.
3.3.5 BOLTON, David; GOODEY, Noel. English grammar in steps. Richmond Publishing, 1996. 3.3.6 RILEY, David HUGHES, John. Practical Grammar level 2. Heinle Cencage learning, 2010.
4 LÍNGUA PORTUGUESA
4.1 ESTUDO DE TEXTO
4.1.1 Intelecção de textos literários e não literários, verbais e não verbais.
4.2 GRAMÁTICA
4.2.1 Fonologia: fonemas, encontros consonantais e vocálicos, dígrafos, divisão silábica, acentuação gráfica e ortografia (conforme a nova ortografia).
4.2.2 Morfologia: estrutura das palavras, formação de palavras, classes de palavras: classificação, flexão e emprego (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição).
4.2.3 Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período, pontuação, regência e concordância, estudo da crase, colocação pronominal.
4.3 SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA
4.3.1 Variedades linguísticas.
4.3.2 Sinonímia e antonímia, hiponímia e hiperonímia, polissemia, ambiguidade.
4.3.3 Denotação e Conotação, figuras de linguagem, funções da linguagem, e vícios da linguagem.
4.3.4 Versificação.

4.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4.4.1 MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa 10 ed São Paulo: Saraiva, 2009.

4.4.2 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto. 16. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

4.4.3 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed.
São Paulo: Editora Ática, 1997.

Anexo C - Calendário de Eventos

INSCRIÇÃO			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
1	Período de Inscrição. O preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI) será possível via Sistema de Inscrições, a partir das 10h do primeiro dia do período de inscrições, até as 09h do último dia - horário de Brasília.	CANDIDATOS / EPCAR	07/03/2022 a 23/03/2022
2	Solicitação, via Sistema de Inscrições, da isenção do pagamento da taxa de inscrição, para candidatos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal e/ou inscritos no REDOME como doador de medula óssea. (O preenchimento do formulário de solicitação de isenção será possível a partir das 10h do primeiro dia do período de inscrições, até as 09h do último dia -horário de Brasília).	CANDIDATOS / EPCAR	07/03/2022 a 23/03/2022
3	Divulgação, via Internet, da relação provisória dos candidatos com o resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.	EPCAR	28/03/2022
4	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento de recurso quanto à relação provisória dos candidatos que solicitaram isenção do pagamento da taxa de inscrição, até às 15h. Os doadores de medula óssea deverão enviar, por e-mail, imagem do cartão de inscrição no REDOME.	CANDIDATOS / EPCAR	29/03/2022
5	Divulgação, via Internet, da relação definitiva dos candidatos com o resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.	EPCAR	31/03/2022
6	Divulgação, via internet, da relação provisória dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que optaram pela reserva de vaga.	EPCAR	31/03/2022
7	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento de recurso quanto à relação provisória dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos.	CANDIDATOS	01/04/2022
8	Pagamento da taxa de inscrição.	CANDIDATOS	08/03/2022 a 04/04/2022
9	Divulgação, via internet, da relação final dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que optaram pela reserva de vaga.	EPCAR	11/04/2022
10	Divulgação, via Internet, da relação provisória dos candidatos com o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os motivos dos indeferimentos.	EPCAR	11/04/2022
11	Preenchimento e envio, via Sistema de Inscrições, do requerimento para inscrição em grau de recurso (O preenchimento será possível até às 15h do último dia - horário de Brasília). *OBS: **Somente** para **candidatos que tiveram** a solicitação de **inscrição indeferida** e que desejarem interpor recurso, de acordo com o previsto nas IE para este Exame*.	CANDIDATOS	12/04/2022 a 13/04/2022
12	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida definitivamente.	EPCAR	20/04/2022
13	Divulgação aos candidatos, via Internet, de relação contendo o local, setor e outras informações para a realização das Provas Escritas.	CANDIDATOS/ EPCAR	08/06/2022 a 20/06/2022
PROVAS ESCRITAS			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
14	Divulgação via Internet dos locais de realização das Provas Escritas.	EPCAR	02/06/2022
15	PROVAS ESCRITAS: - Fechamento dos portões: 09:00:00h (horário de Brasília); - Orientações gerais às 9h10min (obrigatório); e - Início das Provas Escritas às 09h40min (horário de Brasília).	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA / OCL	19/06/2022
16	Divulgação das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios via Internet.	EPCAR	21/06/2022
17	Preenchimento e envio eletrônico à EPCAR, da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), no Sistema de Inscrições ou por outro meio devidamente disponibilizado (disponível até as 15h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	21/06/2022 e 22/06/2022
18	Divulgação dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre o recurso quanto à formulação de questões das Provas Escritas e/ou aos seus respectivos gabaritos, via Internet.	EPCAR	07/07/2022
19	Correção das Provas Escritas.	EPCAR	07/07/2022 a 13/07/2022
20	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados provisórios obtidos nas Provas Escritas (exceto Redação) com seus respectivos graus, contendo a classificação provisória daqueles que obtiveram aproveitamento, via Internet.	EPCAR	14/07/2022
21	Preenchimento via Sistema de Inscrições, de solicitação de revisão de graus, somente para candidatos que discordam dos graus publicados, no (disponível até ás 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	14/07/2022 e 15/07/2022
22	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados das análises das solicitações de recurso para os graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas, contendo a classificação provisória daqueles que obtiveram aproveitamento, via Internet.	EPCAR	22/07/2022
23	Divulgação da relação nominal de candidatos que terão a Prova de Redação (RED) corrigida, via Internet.	EPCAR	22/07/2022
24	Divulgação da redação corrigida com os graus atribuídos, mediante acesso personalizado aos candidatos, via internet.	CIAAR / EPCAR	08/08/2022
25	Preenchimento do formulário de recurso para a Prova de Redação, via Sistema de Inscrições, (disponível até as 13h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	08/08/2022 a 09/08/2022
26	Divulgação dos pareceres individuais sobre os recursos da Prova de Redação, via Internet.	CIAAR / EPCAR	16/08/2022
27	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados finais obtidos nas Provas Escritas, com suas respectivas médias finais, contendo a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento, bem como a relação dos que foram convocados para a Concentração Intermediária e exames subsequentes, via Internet.	EPCAR	22/08/2022
CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
28	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária (1ª data), bem como da data, do horário e endereço do local onde ela será realizada.	EPCAR	19/08/2022
29	Concentração Intermediária (1ª data - somente para os convocados para esta data) - Fechamento dos portões às 09h (horário local), com lavratura da Ata.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	29/08/2022
30	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que não compareceram à Concentração Intermediária (1ª data) e convocação dos candidatos para a Concentração Intermediária (2ª data).	EPCAR	31/08/2022
31	Concentração Intermediária (2ª data - somente para os convocados para esta data) - Fechamento do portão às 09:00:00h. (horário local), com lavratura da Ata. Obs.: A 2ª data não se destina à recepção de candidatos faltosos à convocação ocorrida para a 1ª data.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ SEREP	05/09/2022
32	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que não compareceram à Concentração Intermediária e/ou foram excluídos do processo seletivo.	EPCAR	09/09/2022
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
33	INSPSAU - realização e julgamento.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ OSA / SEREP	30/08/2022 a 16/09/2022
34	Solicitação de recurso para entrega de documentação da INSPSAU: Laudos e/ou resultados de Exames Toxicológicos.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA	Na data prevista para o início da Inspeção de Saúde, realização e julgamento
35	Inspeção de Saúde - Realização e Julgamento apenas para candidatos que solicitaram recurso para entrega de documento(s) da INSPSAU.	CANDIDATOS/ OSA/ COMISSÃO FISCALIZADORA	Até 2 dias úteis, a contar da data prevista para o início da Inspeção de Saúde, realização e Julgamento
36	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU. OBS: O candidato com resultado "NÃO APTO" poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Saúde (DIS), conforme previsto nas IE do Exame.	EPCAR	29/09/2022
37	Preenchimento e envio eletrônico do requerimento para INSPSAU, em grau de recurso. (O preenchimento eletrônico será possível até às 15h do último dia do recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	29/09/2022 a 30/09/2022
38	Consulta individual, via Sistema de Inscrições, ou por outro meio devidamente disponibilizado, da data, horário e local onde o candidato com resultado "NÃO APTO", e que solicitou INSPSAU em grau de recurso, será reexaminado.	CANDIDATOS	10/10/2022
39	Realização da INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS / COMISSÃO FISCALIZADORA/ OSA	13/10/2022 a 20/10/2022
40	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU em grau de recurso.	EPCAR	27/10/2022
EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
41	EAP - realização e julgamento.	CANDIDATOS / IPA / SEREP	30/08/2022 a 16/09/2022
42	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no EAP. *OBS: O candidato com resultado INAPTO poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP).*	EPCAR	13/10/2022
43	Preenchimento e envio eletrônico do requerimento para revisão do EAP, em grau de recurso. (O preenchimento será possível até as 15h - horário de Brasília).	CANDIDATOS	14/10/2022
44	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos na revisão do EAP, em grau de recurso.	EPCAR	26/10/2022
45	Preenchimento via Sistema de Inscrições ao IPA, do requerimento com solicitação de Entrevista Informativa dos candidatos julgados inaptos no EAP que desejarem obter esclarecimento sobre o motivo da sua inaptidão (até as 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	26/10/2022 e 27/10/2022

46	Consulta individual, via página eletrônica do Exame, da data, horário e local onde será realizada a Entrevista Informativa. *OBS: Somente para candidatos com resultado "INAPTO" no EAP e que solicitaram a Entrevista Informativa*.	CANDIDATOS	04/11/2022
47	Realização da Entrevista Informativa, referente ao EAP, com os candidatos que solicitaram.	CANDIDATOS / IPA	01/12/2022 e 02/12/2022
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
48	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos convocados para a realização do TACF.	EPCAR	28/10/2022
49	TACF - Realização, Julgamento e divulgação imediata do resultado aos candidatos, bem como a data, horário e local de realização do novo teste dos candidatos que obtiveram o resultado "NÃO APTO".	CANDIDATOS / CDA /COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	03/11/2022 a 08/11/2022
50	Informação imediata da data, horário e local de realização do novo teste aos candidatos que obtiveram o resultado "NÃO APTO" e que solicitaram o TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS / CDA / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	03/11/2022 a 08/11/2022
51	Entrega, ao Presidente ou ao Secretário da Comissão Fiscalizadora, do requerimento do TACF em grau de recurso (após a realização do Teste).	CANDIDATOS	03/11/2022 a 08/11/2022
52	Divulgação, via Internet, da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF.	EPCAR	09/11/2022
53	Realização e julgamento do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS / CDA / COMISSÃO FISCALIZADORA / SEREP	14/11/2022
54	Divulgação da relação nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF em grau de recurso.	EPCAR	17/11/2022
PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR (PHC)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
55	Divulgação da relação nominal dos candidatos autodeclarados negros, optantes pela reserva de vagas, convocados para realizar o PHC. Obs.: *O PHC será realizado em 3 (três) dias consecutivos, sendo convocados, por grupos, os candidatos optantes pela reserva de vagas devidamente aprovados nas etapas anteriores*.	EPCAR	18/11/2022
56	PHC à autodeclaração dos candidatos negros e que optaram pela reserva de vaga. Separados em grupos por dia de avaliação. (Apresentação na AFA: horário a ser informado por ocasião da convocação)	AFA / CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	22/11/2022 a 24/11/2022
57	Solicitação de recurso quanto ao resultado do PHC dos candidatos negros que tiveram sua autodeclaração NÃO CONFIRMADA.	CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	22/11/2022 a 24/11/2022
58	PHC à autodeclaração dos candidatos negros, em grau de recurso.	AFA / CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS OPTANTES	25/11/2022
59	Publicação do resultado definitivo do PHC à autodeclaração dos candidatos negros.	CANDIDATOS / EPCAR	28/11/2022
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
60	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a Concentração Final e Habilitação à Matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações.	EPCAR	12/12/2022
61	Publicação em BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	19/12/2022
62	Publicação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DIRENS	19/12/2022
CONCENTRAÇÃO FINAL / HABILITAÇÃO À MATRÍCULA / MATRÍCULA			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
63	Divulgação, via Internet, do modelo de autorização do responsável legal para a matrícula do candidato no Curso e/ou informações importantes para início do Estágio de Adaptação Militar.	EPCAR	20/12/2022
64	Concentração Final e Habilitação à Matrícula. - Apresentação no Auditório da AFA, das 08h até as 09h (horário local), dos candidatos selecionados pela JEA e convocados para a Concentração Final.	AFA/CANDIDATOS	12/01/2023
65	Apresentação e análise da documentação exigida para habilitação à matrícula e preenchimento do Formulário de Recurso por rejeição de documentação. OBS: Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para matrícula, terão 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA, para as respectivas soluções.	AFA / CANDIDATOS	12/01/2023
66	Matrícula e início do Curso.	AFA	12/01/2023
67	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, determinando a data de apresentação.	AFA / EPCAR	12/01/2023 a 20/01/2023
68	Apresentação na AFA dos candidatos excedentes convocados. OBS: Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para matrícula, terão 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA, para as respectivas soluções.	CANDIDATOS	No quinto dia corrido, a contar da data subsequente à de convocação, de 12h até as 14h.
69	Apresentação e análise do documento exigido para habilitação à matrícula, objeto do recurso.	AFA / CANDIDATOS	Até 3 dias úteis, a contar da data subsequente à de apresentação na AFA
70	Validade do Exame de Admissão.	AFA/EPCAR	22/01/2023
71	Matrícula, a contar da respectiva data de apresentação do candidato excedente convocado.	AFA	Até 01/03/2023
72	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados, com as respectivas datas de apresentação.	EPCAR	08/02/2023
73	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos matriculados no respectivo Curso.	EPCAR	23/02/2023
74	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no CFOINF.	AFA	02/03/2023

Anexo D - Modelo de Autorização para Candidato Menor de Idade

AUTORIZAÇÃO PARA CANDIDATO MENOR DE IDADE

Eu, _____, portador do CPF nº _____, responsável legal pelo menor _____, nascido em _____ / _____ / _____, candidato do EA CFOINF 2023, autorizo o mesmo a participar de todas as fases do processo seletivo, caso venha a ser convocado para a Concentração Intermediária. Ainda, no caso de enquadrar-se no previsto na Lei n° 12.990/2014, autorizo que seja submetido ao Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC), o qual poderá ser filmado e a gravação utilizada na análise de eventuais recursos interpostos.

_____, _____ de _____ de 20____.

local dia mês ano

_____

Assinatura do Responsável Legal

Anexo E - Relação das OCL com os respectivos endereços

OCL	LOCALIDADE	ENDEREÇO
AFA	***PIRASSUNUNGA - SP***	*Estrada de Aguaí, s/nº* Campo Fontenelle - CEP: 13643-970 Telefone: (19) 3565-7200
BANT	PARNAMIRIM - RN	Rua Otávio Gomes de Castro s/nº CEP: 59140-140 Telefones: (84) 3644-7100 (84) 3644-7133
BABV	*BOA VISTA - RR*	Rua Valdemar Bastos de Oliveira, nº 2990, Bairro Aeroporto CEP: 69.310-108 - Boa Vista-RR - Tel: (95) 3194-1000
BACG	CAMPO GRANDE - MS	Av. Duque de Caxias, 2905 Santo Antônio - CEP: 79101-900 Telefone: (67) 3368-3100
BAPV	***PORTO VELHO - RO***	*Av. Lauro Sodré, s/nº* CEP: 76803-260 Telefone: (69) 3211-9700
BASV	*SALVADOR - BA*	Av. Frederico Gustavo dos Santos, s/nº Santo Amaro de Ipatinga São Cristóvão - CEP: 41510-115 .1 Telefones:(71) 3377-8401 (71) 3377-8214
CIAAR	*LAGOA SANTA - MG*	Rua Ten Aviador Doorgal Borges s/nº Bairro CIAAR CEP: 33240-070 Telefone: (31) 2112-9000/9300- Lagoa Santa - MG
CINDACTA II	CURITIBA - PR	Av. Erasto Gaertner, 1000 Bacacheri - CEP: 82510-901 .1 .1 Telefones: (41) 3251-5273 (41) 3251-5218
EPCAR	BARBACENA - MG	Rua Santos Dumont, nº 149 São José - CEP: 36205-058 Telefone: (32) 3339-4050
SEREP-BE	BELÉM - PA	Av. Julio Cesar, s/nº, Souza CEP 66613-902 - Belém/PA Telefone: (91) 3204-9113
SEREP-RF	***RECIFE - PE***	Av Maria Irene S/N, Jordão CEP 51.250-020 - Recife-PE PABX (81) 2129-8435 Telefone: (81) 2129-7000
SEREP-RJ	***RIO DE JANEIRO - RJ***	Av. Marechal Fontenele, 1200 Campo dos Afonsos - CEP: 21740-002 SEREP-RJ Telefone: (21) 2157-2739
SEREP-SP	***SÃO PAULO - SP***	Avenida Monteiro Lobato, 6.365 - Jd. Cumbica - Guarulhos - SP | CEP: 07184-000 Brasil TEL: (11) 2465-2026
SEREP-CO	***CANOAS - RS***	*Av. Guilherme Schell, 3950 - Fátima - Canoas / RS* CEP: 92200-714 Telefone: (51) 3462- 1133
SEREP-BR	BRASÍLIA - DF	SHIS QI 05 - ÁREA ESPECIAL 12 LAGO SUL CEP: 71615-600 BRASÍLIA DF Tel: (61) 3364-8204
SEREP-MN	MANAUS - AM	Avenida Rodrigo Otávio, 430 - Crespo CEP: 69074-000- Manaus - AM - Tel: (92) 2129-1736

Anexo F - Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

AO SR. VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome

_____, candidato ao EA CFOINF 2023 da AFA, inscrição nº _____, tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) em _____/_____/_____, na localidade _____ (OCL) e tendo sido considerado NÃO APTO, vem requerer ao Sr. o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do candidato

COMPARECER NA DATA ...../...../....., ÀS ..... HORAS, NO LOCAL ..... cortar aqui .....

RECIBO DO(A) CANDIDATO

Recebi em _____/_____/_____, às _____:_____ horas, o requerimento referente ao Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso, do candidato

_____ ..

_____

Assinatura e carimbo - Presidente/Secretário da Comissão Fiscalizadora

COMPARECER NA DATA ...../...../....., ÀS ..... HORAS, NO LOCAL

Anexo G - Modelo de Declaração (Ensino Médio)

(papel carta timbrado da escola)

CABEÇALHO DA ESCOLA

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF 2023), que _____

nome do candidato

nacionalidade brasileira, portador da carteira de identidade nº _____,

(número / órgão expedidor)

CPF nº_____ concluiu com aproveitamento, neste Estabelecimento de Ensino, em ____/____/_____, o Ensino Médio, devidamente aprovado pelo ato de autorização ou reconhecimento, resolução nº_____, CNPJ nº _____.

(especificação da legislação e data) (do estabelecimento de ensino)

_____, _____.

(local) (data)

_____

Téc Secretariado Escolar

(carimbo e o número do registro) _____

Diretor Geral

(carimbo e o número do registro)

Anexo H - Requerimento de Recurso quanto à Validação Documental

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

AO EXMO. SR. COMANDANTE DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Nome

_____,

candidato ao EA CFOINF 2023, inscrição nº _____, tendo sido não habilitado a matrícula no Curso por _____

_____

_____(motivo declarado), vem requerer ao Sr. recurso para Habilitação à Matrícula. Declaro estar de pleno acordo em cumprir todas as exigências contidas nas Instruções Específicas para o Exame.

Nestes termos, pede deferimento.

Pirassununga, ... de ..... de 20____.

_____

Assinatura do candidato

..... cortar aqui .....

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em /___/20___, às _____:_____ horas, o requerimento de recurso referente a não habilitação à matrícula no CFOINF 2023 do candidato _____

_____

Assinatura e carimbo

Anexo I - Declaração quanto a Não Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público

Eu,

_____,

identidade nº_____ e CPF nº _____, nascido aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, filho de _____e

de_____, candidato ao EA CFOINF 2023, declaro não estar investido em cargo, emprego ou função pública nas esferas Federal, Estadual, Municipal ou Distrital. Declaro que estou ciente que, caso venha a acumular cargo público, deverei apresentar nova Declaração quanto a Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público.

Declaro que tomei conhecimento do inteiro teor do contido na alínea "c" do inciso XVI, do Art. 37 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, e estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para o qual for nomeado.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do candidato

Anexo J - Modelo de Autorização para matrícula de Candidato Menor de Idade

AUTORIZAÇÃO PARA MATRÍCULA DE CANDIDATO MENOR DE IDADE

1. Eu, _____, portador do CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, AUTORIZO o menor _____ , nascido em _____ / _____ / _____, candidato do EA CFOINF 2023, para todos os efeitos legais e/ou administrativos inerentes ao Exame, a ser matriculado no 1º ano do mencionado Curso.

2. DECLARO ter conhecimento completo das Instruções Específicas do Exame de Admissão ao CFOINF 2023 e estar ciente de que o Curso funciona e é constituído das seguintes atividades e características, dentre outras:

* Regime de internato;

* Exigência do comportamento dos Cadetes, segundo os princípios da hierarquia e da disciplina militar;

* Formação educacional no nível de ensino superior;

* Ministração de instrução sobre regulamentos militares, dentro dos limites previstos para a faixa etária; e

* Concessão aos Cadetes de dispensas nos fins de semana, para fins de viagens às suas residências ou para deslocamentos até a cidade de Pirassununga-SP. Nessa situação, os Cadetes não são acompanhados de instrutores e nem de monitores militares, portanto, devem atentar para os horários obrigatórios de retorno para a AFA e não devem frequentar locais impróprios para a idade ou nos quais são praticados atos contrários aos bons costumes.

3. Diante de todo o exposto na presente Declaração, CONCORDO em envidar esforços a fim de cooperar com o Comando da AFA, no propósito de conscientizar o menor _____ a se comportar de acordo com as normas da AFA e a agir, nos ambientes externos a essa Organização de Ensino, com a prudência necessária, de modo a prevenir riscos à sua integridade física e psíquica.

4. AUTORIZO E ME RESPONSABILIZO pelos deslocamentos do Cadete, realizados por conta própria, para a cidade de Pirassununga-SP, por ocasião dos licenciamentos de fim de semana, a serem concedidos pela AFA, não podendo ausentar-se da cidade, exceto para os endereços por mim indicados no documento de "Autorização de viagem para menores de 18 anos".

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do Responsável Legal

_____

(Indicação da Condição do Responsável: Pai, Mãe, Tutor)

Anexo K - Requerimento de recurso quanto ao resultado do PHC

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

Eu,_____,candidato ao EA CFOINF 2023, portador da identidade nº_____ e CPF nº _____, vem requerer Procedimento de Heteroidentificação Complementar em grau de recurso, conforme previsto nas Instruções Específicas do Processo Seletivo, pelo(s) seguinte(s) motivo(s):_____

_____

_____Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do candidato

Anexo L - Modelo de Declaração assumindo expressamente não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável

DECLARAÇÃO ASSUMINDO EXPRESSAMENTE NÃO TER FILHOS OU DEPENDENTES, NÃO SER CASADO OU HAVER CONSTITUÍDO UNIÃO ESTÁVEL

Eu,_____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, candidato ao EA CFOINF 2023, declaro não ter filhos ou dependentes, não ser casado ou haver constituído união estável, conforme o previsto no Artigo 144-A da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

_____,____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do candidato

Anexo M - Modelo de Ofício de Apresentação da OM de origem

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
OM DE ORIGEM DE APRESENTAÇÃO

Ofício n° Cidade, _____ de _____ de _____

Protocolo COMAER n°

Do

Ao Sr. Comandante da AFA

Assunto: Apresentação de Militar.

1. Apresento ao Sr. por atender(em) às condições previstas na Portaria DIRENS n° 212/DCR,

de 21/02/2022 (Instruções Específicas - IE/EA CFOINF 2023), Item 7.1, alíneas "g", "h", "i", "j", "n" e "o" e ter(em) recebido Ordem de Matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria do ano de 2023 (CFOINF 2023), o(s) militar(es) abaixo relacionado(s):

MILITAR SARAM
Posto/Graduação/Nome

_____
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Anexo N - Recurso para Realização de Inspeção de Saúde em até dois dias úteis, após a data prevista para o início (Realização e Julgamento) e entrega de Documentos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA

Nome

_____,

candidato ao EA CFOINF 2023, inscrição nº _____, tendo comparecido para a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em _____/_____/_____, na localidade _____ (OCL) e não portar o Laudo/Resultado de Exame Toxicológico, vem requerer autorização para entrega desses documentos, bem como para a realização da Inspeção de Saúde em até dois dias úteis, a partir desta data.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do candidato

.....cortar aqui.....

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em _____/_____/_____, às _____:_____ horas, o requerimento referente à solicitação de entrega de documentos para realização da INSPSAU em até dois dias úteis, a partir desta data, do candidato _____.

_____

Assinatura e carimbo Presidente/Secretário da Comissão Fiscalizadora

Anexo O - Autorização para candidato menor de idade realizar o exame diagnóstico para o COVID-19

DECLARAÇÃO

Eu,_____, CPF nº _____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, autorizo o menor _____, CPF nº_____, carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____,selecionado para participar da Concentração Final do EA CFOINF 2023, para todos os efeitos legais e/ou administrativos, a ser submetido à avaliação médica e ao exame diagnóstico para o COVID-19.

_____, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura do responsável legal

_____

(Indicação da condição do responsável: pai, mãe, tutor)

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 7/SAGA, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROPORTO ESTADUAL BERTRAM LUIZ LEUPOLZ, situado no Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900613/2020-23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 8/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ESTRELA DO NORTE - AGROTERENAS, situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.900877/2021-16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 9/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DOMO, situado no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900817/2021-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 10/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto GUTIERREZ, situado no Município de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901015/2021-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 11/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL DO CORAÇÃO, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901337/2021-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 12/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo MATURACÁ, situado no Município de Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.900131/2021-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 13/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA VEREDA, situado no Município de Esmeraldas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901544/2021-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 14/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PORTO MARINA ASTÚRIAS, situado no Município de Guarujá, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901163/2021-77. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 15/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo RICARDO DIAS ALVES, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900474/2021-59. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 16/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA JAYMU, situado no Município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900347/2021-30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 17/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FORTUNA NUTRIÇÃO ANIMAL, situado no Município de Nova Canaã do Norte, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900350/2021-53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 18/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TAPIRAGUAIA, situado no Município de Santa Terezinha, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.901318/2021-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 19/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AGRÍCOLA ZANELLA, situado no Município de Campos de Júlio, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900335/2021-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 20/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ANGELO PONZONI, situado no Município de Videira, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900126/2021-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 21/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto IDB CONDOMINIUM, situado no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900779/2021-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 22/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo TIÃO MACHADO, situado no Município de Redenção, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900180/2021-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 23/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NOSSA SENHORA DO CARMO, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900507/2021-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 24/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BRADESCO ALPHAVILLE, situado no Município de Barueri, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901169/2021-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 25/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo DAVI LUIS, situado no Município de São Nicolau, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900655/2021-85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 26/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PRIMAVERA, situado no Município de Primavera do Leste, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900345/2021-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 27/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TANABÍ, situado no Município de Porto Esperidião, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900341/2021-62. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 28/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MUNICIPAL DE IBAITI, situado no Município de Ibaiti, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900232/2021-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 29/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SAN JOSÉ I, situado no Município de Ribas do Rio Pardo, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900918/2021-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 30/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RIO VERDE, situado no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900346/2021-95. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 31/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo CURIMATÁ, situado no Município de Curimatá, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900655/2021-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 34/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto EDIFÍCIO AMÉRICA, situado no Município de Araraquara, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.900014/2021-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 35/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NOVA, situado no Município de Santo Antônio do Leste, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900342/2021-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 36/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SEARA, situado no Município de Jaborandi, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.901671/2021-03. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 37/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SAVANNAH, situado no Município de Cocos, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.901541/2021-62. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 38/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo NELSON SALDANHA, situado no Município de Nova Viçosa, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900734/2021-86. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 39/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ALVORADA, situado no Município de Cachoeira Alta, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901623/2021-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 40/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo POLEIRO RETIRO, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67615.900351/2021-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 41/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto RAUL SABÓIA, situado no Município de Brasília, no Distrito Federal - DF. Processo nº 67612.901678/2021-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 42/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA LAPACHO, situado no Município de Sete Quedas, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900710/2021-37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 43/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ETF AGRO, situado no Município de Jussara, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901102/2021-50. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 44/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo JOÃO PEREIRA DOS SANTOS FILHO, situado no Município de Fronteiras, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900822/2021-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 46/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo NOVO AEROPORTO DE MARAÚ, situado no Município de Maraú, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900547/2021-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 47/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PANSERA, situado no Município de Campos Lindos, no Estado do Tocantins - TO. Processo nº 67615.900340/2021-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 48/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RETIRO DO BOM FIM, situado no Município de Ipiaçu, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901729/2021-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 49/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ITATUBA, situado no Município de Cássia, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901766/2021-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 50/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MATA ESCURA, situado no Município de Parnarama, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67614.900192/2021-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 51/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MILANO, situado no Município de Barreiras, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900364/2021-87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 52/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ALEGRIA, situado no Município de Crixás do Tocantins, no Estado do Tocantins - TO. Processo nº 67612.901641/2021-99. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 53/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo VALENÇA, situado no Município de Valença, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900308/2021-42. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 55/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO FERNANDO, situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900997/2021-03. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 56/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo SANTA FILOMENA, situado no Município de Santa Filomena, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900662/2021-77. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 57/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RIO PARDO, situado no Município de Iaras, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900982/2021-37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 59/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROSPORT MARINGÁ, situado no Município de Iguaraçu, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900767/2021-36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 60/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CAVALCA, situado no Município de Amambai, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900927/2021-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 61/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PIRAPÓ, situado no Município de São José do Rio Claro, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900344/2021-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 62/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROGUEDES, situado no Município de Santa Teresinha, no Estado da Paraíba - PB. Processo nº 67614.900675/2021-46. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3 e com o item 13.1.2, ambos da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 32/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BOCALON, situado no Município de Cristalina, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900994/2020-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 33/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GUARA, situado no Município de Jaborandi, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.900646/2020-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 45/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PALÁCIO IGUAÇU, situado no Município de Curitiba, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900721/2019-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 54/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FASAM, situado no Município de Goiânia, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901130/2020-96. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 58/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CHAPADINHA-MG, situado no Município de Várzea da Palma, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900848/2016-89. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 63/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RIO BONITO, situado no Município de Nova Ubiratã, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900007/2022-90. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 64/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo CHÁCARA ITAPOTY, situado no Município de Amambaí, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900838/2021-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 65/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ALDEIA KUMENÊ, situado no Município de Oiapoque, no Estado do Amapá - AP. Processo nº 67615.900005/2022-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 66/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA RITA DE CÁSSIA, situado no Município de Paraíso das Águas, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900631/2021-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 67/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto KKS-37/2, situado no Município de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67613.900136/2021-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 68/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo EL DORADO, situado no Município de Eldorado do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.900341/2021-82. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 69/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO, situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900583/2021-76. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 70/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SAMUEL ALVES, situado no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.901349/2021-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 71/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AEROCLUBE CANTO DA MATA, situado no Município de São João da Lagoa, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900971/2021-67. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 72/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto QUINTA DAS CASTANHEIRAS AMPARO, situado no Município de Amparo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900762/2021-73. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 73/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RECREIO, situado no Município de Ribas do Rio Pardo, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900561/2021-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 74/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA FLORES, situado no Município de Piraquê, no Estado do Tocantins - TO. Processo nº 67615.900009/2022-89. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 75/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto GONGO SOCO, situado no Município de Barão de Cocais, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901661/2021-60. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 76/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GAÚBA, situado no Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.900008/2022-34. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 77/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SAN FRANCISCO, situado no Município de Canarana, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.901716/2021-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 78/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ZIMBA AYRTON SENNA, situado no Município de Itaquaquecetuba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901433/2021-40. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 79/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GIBOIA THS, situado no Município de Unaí, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901511/2021-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 80/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PENÍNSULA, situado no Município de Guarujá, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901459/2021-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 82/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MINA FÁBRICA, situado no Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901823/2021-60. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 83/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TERRA NOVA, situado no Município de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901860/2021-78. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 84/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ANGRA II, situado no Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.901435/2021-39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 85/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL REGIONAL ROTA DOS BANDEIRANTES, situado no Município de Barueri, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901434/2021-94. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 86/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DISTRITO DE ITAQUI, situado no Município de Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901418/2021-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 87/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo GRUPO PIVOT, situado no Município de Jaborandi, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.901550/2021-53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 88/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SAN ANTÔNIO, situado no Município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900011/2022-58. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 89/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA AGROPRUDENTE, situado no Município de Tabaporã, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900015/2022-36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 90/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ZEUS MINERAÇÃO, situado no Município de Cavalcante, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901601/2021-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 91/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PRF RIO DE JANEIRO, situado no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67613.900688/2021-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 92/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ARVOREDO, situado no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900785/2021-28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 93/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CONQUISTA, situado no Município de Bonópolis, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901518/2021-78. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 94/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA INDEPENDÊNCIA, situado no Município de Santo Antônio do Leste, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.901865/2021-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 95/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HNI, situado no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.901370/2021-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 96/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MAXIMUS, situado no Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900860/2021-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 97/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PARAÍSO, situado no Município de Nova Ubiratã, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900013/2022-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 98/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BERRINI 1681, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901345/2021-48. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO Nº 471, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o prosseguimento da aquisição, mediante doação, de fração de bem imóvel de propriedade do Município de Rosário do Sul/RS, objetivando integrá-lo ao Patrimônio da União, destinado ao Comando do Exército com a finalidade de utilização em serviço público vocacionado para atividades militares, bem como delega competência para representação nos atos pertinentes.

1 Processo originário do Comando do 4º Grupamento de Engenharia (4º Gpt E), propondo a aquisição, mediante doação, de fração com área de 18.087,38 m² (dezoito mil oitenta e sete metros quadrados e trinta e oito decímetros quadrados) de imóvel de propriedade do Município de Rosário do Sul/RS, localizado à Rua Alcides Sampaio, nº 133, Bairro Ana Luiza, Rosário do Sul/RS, objetivando integrá-lo ao Patrimônio da União, destinado ao Comando do Exército com a finalidade de utilização em serviço público vocacionado para atividades militares (Centro Hípico do 4º Regimento de Carros de Combate), conforme processo nº 65397.015219/2021.

2. Considerando:

a. a expressa manifestação de vontade do doador, disposta na Lei Municipal nº 3.917, de 17 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, em 19 de dezembro de 2019, edição nº 2.711;

b. o real interesse do Comando do Exército na aquisição do referido bem imóvel para utilizá-lo em suas necessidades precípuas, assim consideradas como utilização em serviço federal, conforme o disposto no art. 76, inciso I, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; e

c. os pareceres do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Militar do Sul (CMS), do 4º Gpt E e o contido no art. 12, das Instruções Gerais Sobre Incorporação de Bens Imóveis do Acervo Imobiliário sob Jurisdição do Exército (EB 10-IG-04.002), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 637, de 8 de maio de 2019, dou o seguinte despacho:

1) AUTORIZO o prosseguimento do processo de aquisição do bem imóvel citado no item 1, deste Despacho, da forma prevista para cumprimento da finalidade estabelecida.

2) Encaminhe-se o presente Despacho ao DEC para conhecimento e encaminhamento ao Cmdo 4º Gpt E a fim de seu cumprimento e sua inserção no processo administrativo pertinente.

3) O Comando do 4º Gpt E adote as seguintes providências:

a) encaminhe o processo aquisitivo à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul (SPU/RS), solicitando que:

(1) formalize a aceitação da doação com os encargos estabelecidos e os atos previstos no art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, combinado com o art. 1º da Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009, bem como após o cumprimento do encargo seja instado o ente municipal a promover sua liberação;

(2) promova o desmembramento do imóvel visando ao destaque da fração de interesse do Comando do Exército, haja vista o encargo contido no ato autorizador do ente municipal, assim como os encargos de emolumentos cartoriais;

(3) inclua o imóvel ao Patrimônio da União no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet) e sua afetação ao Comando do Exército com a disponibilização do termo correspondente; e

b) disponibilize a documentação comprobatória desses atos à Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, solicitando o cadastramento do imóvel incorporado.

4) No caso de impossibilidade de a SPU/RS promover o disposto na alínea 3), letra a), o Comando do 4º Gpt E deverá assumir a responsabilidade decorrente, assim como solicitar os recursos necessários para a aquisição do bem imóvel.

5) Delego competência ao Comandante do 4º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de lavratura e subscrição do termo de afetação do bem objeto de aquisição na SPU/RS.

6) O EME e o CMS tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Comandante do Exército

DESPACHO Nº 473, DE 10 DE JANEIRO DE 2022

Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Argentina Castello Branco.

1 Processo originário do 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt E), propondo a Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), gratuita, de parcela de 7.162,3090 m² (sete mil cento e sessenta e dois metros quadrados e três mil e noventa centímetros quadrados) do imóvel cadastrado na Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) como PE 07-0014, com área total de 420.000,00 m² (quatrocentos e vinte mil metros quadrados), sob a responsabilidade administrativa do 7º Grupo de Artilharia de Campanha (7º GAC), localizado na Av. Dr. Joaquim Nabuco, s/n, Jatobá, Olinda-PE, com a finalidade exclusiva de possibilitar a utilização da área pela Escola de Ensino Fundamental e Médio Argentina Castello Branco (Escola Pública Estadual), na cidade de Olinda-PE, por um período de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada a critério das partes, a partir da data de assinatura do contrato de CDRUR.

2. Considerando os pareceres do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Militar do Nordeste (CMNE) e do 1º Gpt E e de acordo com o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e o § 1º do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, ambos com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007; o inciso XI do art. 6º e o inciso I do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como, o inciso I do § 3º do art. 76 da lei 14.133 de 1º de abril de 2021; o inciso V do art. 3º das Instruções Gerais para a Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB10-IG-04.004), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.041, de 13 de outubro de 2020, os art. 40 a 45 das Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003), aprovada pela Portaria - DEC/C Ex nº 200, de 3 de dezembro de 2020; e a Portaria - C Ex nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017, dou o seguinte despacho:

a. AUTORIZO os procedimentos administrativos para a concessão da parcela do imóvel de que trata o seguinte Despacho.

b. Restitua-se o processo ao DEC, para as providências decorrentes.

c. Delego competência ao Comandante do 1º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da concessão autorizada na letra "a" deste Despacho.

d. O EME, o CMNE e o 1º Gpt E tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Comandante do Exército

DESPACHO Nº 477, DE 15 DE JANEIRO DE 2022

Cessão de Uso - Implantação do controle do Espaço Aéreo (CISCEA).

1 Processo originário do 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt E), propondo a Cessão de Uso, gratuito, de parcela de 560,00 m² (quinhentos e sessenta metros quadrados) do imóvel cadastrado na Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) como PB 07-0001, com área total de 499.550,00 m² (quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados), sob a responsabilidade administrativa do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), localizado na Avenida Marechal Rondon, S/N, Aeroporto, no Município de Bayeux-PB, com a finalidade exclusiva de instalação de uma estação de telecomunicações VHF pela Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), por um período de 20 (vinte) anos, a partir da data de assinatura do contrato, desde que permaneça sob a administração direta do Comando da Aeronáutica.

2. Considerando os pareceres do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Militar do Nordeste (CMNE) e do 1º Gpt E e de acordo com o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e o § 1º do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, ambos com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007; o inciso XI do art. 6º e o inciso I do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; bem como, o inciso I do § 3º do art. 76 da lei 14.133 de 1º de abril de 2021, o inciso V do art. 3º das Instruções Gerais para a Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB10-IG-04.004), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.041, de 13 de outubro de 2020, os art. 40 a 45 das Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003), aprovada pela Portaria - DEC/C Ex nº 200, de 3 de dezembro de 2020; e a Portaria - C Ex nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017, dou o seguinte despacho:

a. AUTORIZO os procedimentos administrativos para a cessão da parcela do imóvel de que trata o seguinte Despacho.

b. Restitua-se o processo ao DEC, para que sejam tomadas as providências decorrentes.

c. Delego competência ao Comandante do 1º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da cessão autorizada na letra "a" deste Despacho.

d. O EME, o CMNE e o 1º Gpt E tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Comandante do Exército

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

UNIDADE SEDE

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 1/2022
REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, por meio de videoconferência online, em virtude do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela pandemia de 2019 (COVID-19), declarada pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e considerando, ainda, a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, Alterada pela Instrução Normativa DREI nº 55, de 2 de junho de 2021, a Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, e outros normativos pertinentes, reuniram-se, via web por videoconferência, em conformidade com a Portaria PGFN nº 12.586, de 22 de outubro de 2021 e, ainda, com o parágrafo único, do art. 131 da Lei nº 6.404/76, em primeira e única convocação, para a realização da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA IMBEL (AGE), a União, única acionista, convocada por intermédio do Edital de Convocação, datado de 25 de janeiro de 2022, publicado no sítio da Empresa, para deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: Eleição de Membro para o Conselho de Administração da IMBEL (CA/IMBEL). Nos termos das Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/16, do Decreto nº 8.945/16, e do Estatuto Social da IMBEL, o Senhor ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI, Conselheiro de Administração e Diretor-Presidente da IMBEL, foi designado pelo Presidente do Conselho de Administração da IMBEL como representante da empresa, nesta AGE, doravante denominado "Presidente", informou estar participando da reunião o Senhor HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO, Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, conforme Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e o ECLP WILSON RODRIGUES DE SOUZA, designado para exercer a função de Secretário da AGE. Participaram como convidados, os Senhores ECLP CEZAR AUGUSTO CARAZZAI CASTILHO, Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão da IMBEL (APG) e ECLP CARLOS BARBOSA, Secretário Executivo do CA/IMBEL. O Presidente declarou aberta a sessão, informando que foram encaminhados, previamente, à Coordenação Geral de Assuntos Societários da União/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (CAS/PGFN), os documentos pertinentes ao tema descrito no Edital de Convocação, para análise e

encaminhamento do voto da União. Na sequência solicitou ao Secretário que fizesse a leitura do Edital de Convocação. Concluída a leitura do edital, o Presidente convidou o representante da União, Dr. HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO, a fazer uso da palavra para proferir o voto da União, de acordo com o seguinte Despacho: "Com base no Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, autorizo o representante da União, na Assembleia Geral Extraordinária da INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, a se realizar no dia 04 de fevereiro de 2022, a votar pela eleição de THIAGO LONGO MENEZES (OFÍCIO SEI Nº 15939/2022/ME, 20 de janeiro de 2022), para compor o Conselho de Administração, como representante do Ministério da Economia, em substituição de Charles Laganá Putz. (a) ESTEVES PEDRO COLNAGRO JÚNIOR, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento (Portaria ME Nº 406, de 8 de dezembro de 2020, do Ministro de Estado da Economia). Assim sendo, o representante da União nesta AGE votou favoravelmente pela eleição do Senhor THIAGO LONGO MENEZES, CPF e identidade (protegidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019), brasileiro, casado, servidor público federal, para compor o Conselho de Administração da IMBEL, como representante do Ministério da Economia, com endereço funcional na Sede do Ministério da Economia, em Brasília, DF, para substituir e completar a gestão unificada do Conselheiro CHARLES LAGANÁ PUTZ, a contar desta data. Ato contínuo, o Presidente ratificou o voto da União, tendo determinado o registro em ata das deliberações acima discriminadas. E como nada mais houve, o Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a AGE da IMBEL, determinando ao Secretário, WILSON RODRIGUES DE SOUZA, lavrar a ata de registro da reunião, que depois de lida, se achada conforme, será por todos assinada.

A ata da reunião encontra-se registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o protocolo nº 1807022 em 23/02/2022.

ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI
Presidente da AGE

HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO
Procurador da Fazenda Nacional/Representante da União

WILSON RODRIGUES DE SOUZA
Secretário da AGE

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 51/DPC, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Credencia o CENTRO DE EXCELÊNCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP, para ministrar, em caráter experimental, cursos para Portuários na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Credenciar o CENTRO DE EXCELÊNCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP, CNPJ 10.918.306/0001-85, para ministrar, em caráter experimental, a parte teórica dos cursos para Portuários já credenciados no modo presencial por esta Diretoria, regidos pela NORMAM-32/DPC, na modalidade de EAD, com o emprego de plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem para aulas assíncronas.

Parágrafo único - A execução dos cursos se dará sob a supervisão dos Órgãos de Execução (OE) vinculados.

Art. 2º Obriga-se o CENTRO DE EXCELÊNCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP a: disponibilizar acesso a dois integrantes da força de trabalho da Diretoria de Portos e Costas (DPC) e do OE vinculado, visando à realização de acompanhamento do curso na modalidade de EAD; utilizar para ministrar as aulas assíncronas, instrutores já homologados pela DPC para aulas presenciais; realizar, de forma presencial, a parte prática dos cursos em EAD, caso aplicável; avaliar a aprendizagem, por meio de provas, de forma presencial; e cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará o CENTRO DE EXCELÊNCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento do CENTRO DE EXCELÊNCIA PORTUÁRIA DE SANTOS - CENEP.

Art. 3º O presente credenciamento é válido pelo período de um ano, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União. Caso a empresa não seja enquadrada com o descredenciamento previsto no parágrafo único do art. 2º, este credenciamento estará renovado por mais um ano.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 512, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5° da Portaria n. 318, de 24 de fevereiro de 2021, constante no processo administrativo nº 59000.022234/2019-79, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Jaboatão dos Guararapes - PE, para ações de Defesa Civil até 28/08/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 542, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
ES	Castelo	Enxurradas - 1.2.2.0.0	18.545	10/01/2022	59051.015064/2022-76
ES	Muqui	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	011	08/02/2022	59051.015140/2022-43
MG	Tumiritinga	Inundações - 1.2.1.0.0	83	11/01/2022	59051.014769/2022-76
PA	Oriximiná	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	144	08/02/2022	59051.015091/2022-49
SC	Guaraciaba	Estiagem - 1.4.1.1.0	275	28/12/2021	59051.015061/2022-32
SC	Lajeado Grande	Estiagem - 1.4.1.1.0	005	04/01/2022	59051.014986/2022-66
TO	Pium	Alagamentos - 1.2.3.0.0	03	10/01/2022	59051.014470/2022-11

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATO Nº 208, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 842ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 15/2/2022, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direitos de recursos hídricos a:

ÁGUAS DE TERESINA SANEAMENTO SPE S.A, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, esgotamento sanitário.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/1/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 209 - BRENNAND ENERGIA EOLICA S/A, RICARDO JERONIMO PEREIRA REGO JUNIOR E PEDRO PONTUAL MARLETT, UHE Sobradinho, Município de Sento Sé/BA, outras.

Nº 210 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUI, rio Poti, Município de Teresina/PI, outras.

Nº 211 - ITINERA CONSTRUCOES LTDA, rio Cana-brava, Município de Porangatu/GO, outras.

Nº 212 - NEXA RECURSOS MINERAIS S.A, rio São Francisco, Município de Três Marias/MG, outras.

Nº 213 - GIVALDO DE SOUZA, PCH Machado Mineiro, Município de Ninheira/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 214 - MANUEL ALBERTO LOPES, Ribeirão das Antas, Município de Andradas/MG, irrigação.

Nº 215 - RUDINEY MARTINS DA SILVEIRA, UHE Canoas I, Município de Cândido Mota/SP, irrigação.

Nº 216 - CARLOS GOMES SILVA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 217 - CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DO NASCIMENTO FILHO, rio São Francisco, Município de Abaré/BA, irrigação.

Nº 218 - DIVANIO AGUILAR ALVES, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/MG, irrigação.

Nº 220 - GILENO PEREIRA PORTUGAL JUNIOR e JOSE ANTONIO DA SILVA BARBOSA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 221 - PALOMA MIRELLY RODRIGUES SOUSA DE SIQUEIRA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 222 - PAULO ROBERIO PEREIRA DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 223 - FRANCINETE DE OLIVEIRA SOUZA; PAULO JUNIOR MEIRA DE FREITAS; LUNA SOUZA CUNHA; LUA SOUZA CUNHA; GENI DE OLIVEIRA SOUZA SANTOS; CINCINATO DE OLIVEIRA SOUZA e LAIAN SOUZA CUNHA, Ipueira do São Francisco, Município de Xique-xique/BA, irrigação.

Nº 224 - BENEDITO FRANCISCO DE SOUZA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 225 - EDUARDO NOGUEIRA TEIXEIRA, rio São Francisco, Município de Glória/BA, irrigação.

Nº 226 - FRANCISCO HELTON LUGNANI, rio Cassinian, Município de Boca do Acre/AM, irrigação.

Nº 227 - SANTANA PASSOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, rio Pardo, Município de Macarani/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 219, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga preventiva a:

GERALDO RAIMUNDO DE BRITO E OUTROS, UHE CANOAS I, Município de Cândido Mota/SP, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 1.535, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, do Ministério da Economia, que dispõe sobre a movimentação de servidores e empregados públicos federais para composição da força de trabalho de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam revogados os art. 6º, art. 7º, art. 8º, art. 9º e art. 34 da Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, do Ministério da Economia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 305, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Aplica direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), originárias da França.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e considerando as informações, razões e fundamentos presentes nos Anexos da presente resolução, e o deliberado em sua 191ª Reunião, ocorrida no dia 15 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Aplicar direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), originárias da França, comumente classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Provisório (em US$/t)
França	INEOS Chemicals Lavera (ICL) SAS	US$ 336,94/t
	Demais empresas	US$ 336,94/t

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão contida no art. 1º, conforme consta dos Anexos I e II.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL RAGONE DE MATTOS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO I

CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING PROVISÓRIO

Nos termos do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. De acordo com os §§ 1º e 2º do referido artigo, o direito antidumping a ser aplicado será inferior à margem de dumping sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de dumping, não podendo exceder a margem de dumping apurada na investigação.

Por sua vez, com base no § 3º, do dispositivo retro citado, o direito antidumping a ser aplicado corresponderá necessariamente à margem de dumping para produtores ou exportadores cuja margem de dumping foi apurada com base na melhor informação disponível.

Considerando-se que nenhum produtor/exportador francês respondeu ao questionário enviado, muito embora o tenham recebido, nos termos do § 3º do art. 50 c/c Capítulo XIV do Decreto nº 8.058, de 2013, o direito antidumping proposto se baseou na melhor informação disponível, qual seja, a margem de dumping calculada no início da investigação.

Os cálculos desenvolvidos indicaram a existência de dumping nas exportações de EBMEG da França, conforme evidenciado no Parecer SDCOM nº 1514/2022/ME, e demonstrado a seguir:

Margem de Dumping			
Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
1.397,53	1.023,15	374,38	36,59%

Uma vez verificada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações de EBMEG da França para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, propõe-se a aplicação de medida antidumping provisória, por um período de até seis meses, na forma de alíquota específica, fixada em dólares estadunidenses por tonelada.

A proposta de aplicação da medida antidumping provisória, nos termos do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, visa impedir a ocorrência de dano no curso da investigação, considerando que as importações a preços com dumping do produto objeto da investigação, subcotados em relação aos preços da indústria doméstica, continuaram ocorrendo.

O direito antidumping proposto baseou-se também na margem de dumping calculada quando do início da investigação. Ressalte-se que, de forma a permitir a aplicação do direito antidumping provisório pelo prazo de seis meses, de acordo com o disposto no § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, o direito proposto com base na margem de dumping apurada na determinação preliminar e o direito baseado na melhor informação disponível foram calculados aplicando-se um redutor de 10% às respectivas margens de dumping.

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Provisório (em US$/t)
França	INEOS Chemicals Lavera (ICL) SAS	US$ 336,94/t
	Demais empresas	US$ 336,94/t

ANEXO II

CONSIDERAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO ACERCA DA APLICAÇÃO DE DIREITO PROVISÓRIO

Diante do exposto no Parecer SDCOM nº 1591/2022/ME, em se tratando de avaliação preliminar, espera-se que as partes interessadas se manifestem, para fins da avaliação final de interesse público, ao longo da fase probatória, sobre os elementos da análise preliminar em relação aos quais ainda restam necessários aprofundamentos, nos termos do referido Parecer, e sobre os elementos da análise final, relativos a impactos da aplicação da eventual medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional.

Destaca-se, por fim, nos termos do art. 2º da Portaria Secex nº 13, de 29 de janeiro de 2020, que a avaliação de interesse público tem por objetivo averiguar a existência de elementos que excepcionalmente justifiquem a suspensão ou a alteração de medidas antidumping definitivas e compensatórias provisórias ou definitivas, bem como a não aplicação de medidas antidumping provisórias.

Nesse sentido e considerando que os elementos analisados indicaram, de maneira preliminar, a existência de indícios de que a demanda nacional pelo produto continuará sendo adequadamente atendida em termos de oferta internacional e nacional, ainda que tais elementos careçam de maior aprofundamento, não foram observadas evidências que motivassem intervenção excepcional no âmbito da avaliação de interesse público referente à não aplicação de direito provisório, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 8.058, de 2013 e inciso II.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 08 a 10/03/2022.

Pauta Suplementar de Julgamento Ordinário dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.economia.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes; e

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 10 de Março de 2022, ÀS 13:00 HORAS

Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA

Processo nº: 10580.721217/2017-83 - Embargante: EXPRESS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 2ª Seção do CARF
Substituto

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 07 a 11/03/2022.

Pauta Suplementar de Julgamento Ordinário (de 08 a 10/03/2022) e Extraordinário (dias 07 e 11/03/2022) dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes; e

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 11 de Março de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

Processo nº: 19311.720151/2015-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA PGFN/ME Nº 1.701, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera as Portarias PGFN ns. 11.496, de 22 de setembro de 2021, e 214, de 10 de janeiro de 2022, para prorrogar os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal e no Programa de Regularização Fiscal de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), ambos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, o art. 10, I, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 36, de 24 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º A Portaria PGFN nº 11.496, de 22 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Poderão ser negociados nos termos desta Portaria os débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS até 25 de fevereiro de 2022.

....." (NR)

"Art. 6º Os contribuintes com acordos de transação em vigor no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão solicitar, no período de 1º de outubro de 2021 até às 19h (horário de Brasília) do dia 29 de abril de 2022, a repactuação da respectiva modalidade para inclusão de outros débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, hipótese em que serão observados os mesmos requisitos e condições da negociação original.

....." (NR)

"Art. 8º O prazo para adesão às modalidades de transação previstas no Edital PGFN nº 16 de 2020, na Portaria PGFN nº 9.924, de 14 de abril de 2020, na Portaria PGFN nº 14.402, de 16 de junho de 2020, na Portaria PGFN nº 18.731, de 06 de agosto de 2020, na Portaria PGFN nº 21.561, de 30 de setembro de 2020, e na Portaria PGFN nº 7.917, de 2 de julho de 2021, terá início em 1º de outubro de 2021 e permanecerá aberto até às 19h (horário de Brasília) do dia 29 de abril de 2022." (NR)

Art. 2º A Portaria PGFN nº 214, de 10 de janeiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º São passíveis de transação os débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelos Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), inscritos em dívida ativa da União até 25 de fevereiro de 2022, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mesmo em fase de execução ajuizada ou objeto de parcelamento anterior rescindido, com exigibilidade suspensa ou não." (NR)

"Art. 11. O contribuinte deverá prestar as informações necessárias e aderir à proposta de transação excepcional formulada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no período compreendido entre a data da publicação desta Portaria até às 19h (horário de Brasília) do dia 29 de abril de 2022.

....." (NR)

"Art. 16. No período compreendido entre a data da publicação desta Portaria e até às 19h (horário de Brasília) do dia 29 de abril de 2022, o optante deverá prestar as informações necessárias à consolidação da proposta de transação por adesão formulada pela PGFN, exclusivamente pelo portal REGULARIZE.

....." (NR)

"Art. 19. Os optantes pela modalidade de transação excepcional de que trata a Portaria PGFN n. 18.731, de 06 de agosto de 2020 poderão renegociar os débitos transacionados nos termos da nova modalidade de transação instituída por esta Portaria, observados os requisitos e condições exigidas nesta última, desde que desistam do acordo anterior até 31 de março de 2022." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.077, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100019/2022-90, resolve:

Art. 1º Fica a RAINBOW INVEST MANAGEMENT LIMITED, com sede em 3rd Floor, Yamraj Building, Market Square, P.O. Box 3175, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social RAINBOW INVEST MANAGEMENT LIMITED DO BRASIL, tendo sido destacado o capital de R$ 10.000,00 (dez mil reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá em: administrar interesses em outras empresas e manter controle de equidade, nos termos da "Resolução da diretoria", de 25 de agosto de 2020.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a RAINBOW INVEST MANAGEMENT LIMITED, é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

PORTARIA Nº 1.577, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100429/2020-79, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, o aumento do capital destinado à filial da sociedade estrangeira ACCIONA CONSTRUCCIÓN, S.A., autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto, de 2 de setembro de 1999, publicado no D.O.U., 3 de setembro de 1999, de R$ 514.463.451,26 (quinhentos e quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos) para R$ 667.886.451,26 (seiscentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), conforme deliberações aprovadas pelos Administradores Conjuntos da Sociedade, de 26 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

PORTARIA SEDDM/ME Nº 1.710, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o art. 3° e o art. 6° da Portaria SEDDM/ME nº 7.397, de 24 de junho de 2021, que foi alterado pela Portaria SEDDM/ME n° 10.705, de 30 de agosto de 2021, do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, que trata do regime especial de governança de destinação de imóveis da União.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Interministerial nº 6909/2021 e no art. 97, I e II, alínea d, do Decreto nº 9745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º O art. 3° e o art. 6° da Portaria SEDDM/ME nº 7.397, de 24 de junho de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

(...)

II - Nível 2 (GE-DESUP-2), para imóveis com valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e inferior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para imóveis de qualquer valor quando se tratar de alienação e para imóveis destinados nos termos do §8º do artigo 6º desta Portaria; e " (NR)

"Art. 6º .....

(...)

§ 8º No caso de processos de Regularização Fundiária Urbana na modalidade indireta, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, poderá ser dispensada a indicação do valor do imóvel a que se refere o inciso III do caput, desde que justificada a impossibilidade de apresentar valor de referência." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO MAC CORD DE FARIA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA SEDDM/SCGPU/SPU-RS/ME Nº 1.572, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 52, §8º, da Instrução Normativa SPU n° 22, de 22 de fevereiro de 2017, e tendo em vista o disposto no §4º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e os elementos que integram o Processo nº 04902.002381/2014-62, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no município de Porto Alegre registrado em nome da União na matrícula nº 154.959 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre, com área de 70.194,188m², cadastrado sob o RIP n° 8801 00630.500-0. Tendo sido doado pela União ao Departamento Nacional de Infraestrutura - DNIT, conforme Registro n° 2 da matrícula 154.959 em 20/02/2017 autorizada por meio da Portaria SPU n° 250 de 19/10/2016.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se no descumprimento de encargo e cessação das razões que justificaram a doação, conforme previsto na cláusula décima primeira do Contrato de Doação assinado em 09 de fevereiro de 2017 entre a União e o DNIT.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLADSTONE THEMÓTEO MENEZES BRITO DA SILVA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB Nº 1, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, referente ao exercício de 2022, ano-calendário de 2021.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, declara:

Art. 1º A restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), referente ao exercício de 2022, ano-calendário de 2021, será efetuada em 5 (cinco) lotes, no período de maio a setembro de 2022.

Parágrafo único. O valor a restituir será disponibilizado ao contribuinte na agência bancária por ele indicada na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente a 2022 (DIRPF 2022), de acordo com o seguinte cronograma:

I - 1º (primeiro) lote, em 31 de maio de 2022;

II - 2º (segundo) lote, em 30 de junho de 2022;

III - 3º (terceiro) lote, em 29 de julho de 2022;

IV - 4º (quarto) lote, em 31 de agosto de 2022; e

V - 5º (quinto) lote, em 30 de setembro de 2022.

Art. 2º As restituições serão priorizadas pela ordem de entrega das DIRPF 2022.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput, terão prioridade no recebimento das restituições os contribuintes a que se referem o § 2º do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o inciso II do parágrafo único do art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 3º O disposto neste Ato Declaratório Executivo não se aplica às DIRPF 2022 retidas para análise em decorrência de inconsistências nas informações declaradas.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.065, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2022, ano-calendário de 2021, pela pessoa física residente no Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, no caput do art. 7º e nos arts. 10, 14 e 25 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 27 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece normas e procedimentos para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2022, ano-calendário de 2021, pela pessoa física residente no Brasil.

CAPÍTULO II

DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO

Art. 2º Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2022 a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2021:

I - recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a R$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

II - recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III - obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do Imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

IV - relativamente à atividade rural:

a) obteve receita bruta em valor superior a R$ 142.798,50 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); ou

b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2021 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2021;

V - teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

VI - passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro; ou

VII - optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, caso o produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

§ 1º Fica dispensada de apresentar a Declaração de Ajuste Anual a pessoa física que se enquadrar:

I - apenas na hipótese prevista no inciso V do caput, cujos bens comuns, na constância da sociedade conjugal ou da união estável, tenham sido declarados pelo outro cônjuge ou companheiro, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e

II - em pelo menos uma das hipóteses previstas nos incisos I a VII do caput, caso conste como dependente em Declaração de Ajuste Anual apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos, caso os possua.

§ 2º A pessoa física, ainda que desobrigada, pode apresentar a Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no § 3º.

§ 3º É vedado a um mesmo contribuinte constar simultaneamente em mais de uma Declaração de Ajuste Anual, seja como titular ou dependente, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário de 2021.

CAPÍTULO III

DA OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO

Art. 3º A pessoa física pode optar pelo desconto simplificado, correspondente à dedução de 20% (vinte por cento) do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, limitado a R$ 16.754,34 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), observado o disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º A opção prevista no caput implica a substituição de todas as deduções admitidas na legislação tributária.

§ 2º O valor utilizado a título do desconto simplificado a que se refere o caput não justifica variação patrimonial e será considerado rendimento consumido.

CAPÍTULO IV

DA FORMA DE ELABORAÇÃO

Art. 4º A Declaração de Ajuste Anual deve ser elaborada, exclusivamente, com a utilização de:

I - computador, por meio do Programa Gerador da Declaração (PGD) relativo ao exercício de 2022, disponível no site da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>;

II - computador, mediante acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da RFB, disponível no endereço eletrônico informado no inciso I, observado o disposto no art. 5º; ou

III - dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones, mediante acesso ao aplicativo "Meu Imposto de Renda", observado o disposto no art. 5º.

§ 1º O aplicativo "Meu Imposto de Renda" a que se refere o inciso III do caput encontra-se disponível nas lojas de aplicativos Google play, para o sistema operacional Android, ou App Store, para o sistema operacional iOS.

§ 2º O acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" nos termos do inciso II do caput será realizado de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.995, de 24 de novembro de 2020.

CAPÍTULO V

DAS VEDAÇÕES À UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO "MEU IMPOSTO DE RENDA" E DO SERVIÇO "MEU IMPOSTO DE RENDA (EXTRATO DA DIRPF)"

Art. 5º Ficam vedados o preenchimento e a apresentação da Declaração de Ajuste Anual por meio do aplicativo "Meu Imposto de Renda" previsto no inciso III do caput do art. 4º, na hipótese de o declarante ou o seu dependente informado na declaração, no ano-calendário de 2021:

I - ter auferido rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual cuja soma seja superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

II - ter recebido rendimentos do exterior;

III - ter auferido os seguintes rendimentos sujeitos à tributação exclusiva ou definitiva:

a) cuja soma seja superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

b) ganhos de capital na alienação de bens ou direitos;

c) ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira;

d) ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie; ou

e) ganhos líquidos em operações de renda variável realizadas em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, exceto no caso de operações no mercado à vista de ações e com fundos de investimento imobiliário;

IV - ter auferido os seguintes rendimentos isentos e não tributáveis:

a) cuja soma seja superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

b) relativos à parcela isenta correspondente à atividade rural;

c) relativos à recuperação de prejuízos em operações de renda variável realizadas em bolsa de valores, mercadorias, de futuros e assemelhados, exceto no caso de operações no mercado à vista de ações e com fundos de investimento imobiliário;

d) correspondentes ao lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; ou

e) correspondentes ao lucro na alienação de imóvel residencial adquirido após o ano de 1969;

V - ter-se sujeitado:

a) ao imposto pago no exterior ou ao recolhimento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; ou

b) ao preenchimento dos demonstrativos referentes à atividade rural, ao ganho de capital ou à renda variável, exceto, neste último caso, no caso de operações no mercado à vista de ações e com fundos de investimento imobiliário; ou

VI - ter realizado pagamentos de rendimentos a pessoas físicas ou jurídicas cuja soma seja superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. A vedação de que trata este artigo aplica-se, também, ao acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" previsto no inciso II do caput do art. 4º, exceto nas hipóteses previstas no inciso I, na alínea "a" do inciso III, na alínea "a" do inciso IV e no inciso VI deste artigo.

CAPÍTULO VI

DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL PRÉ-PREENCHIDA

Art. 6º O contribuinte poderá utilizar os dados da Declaração de Ajuste Anual Pré-preenchida para a elaboração de uma nova Declaração de Ajuste Anual.

§ 1º Para fins do disposto no caput, no momento da criação da nova declaração, as fontes pagadoras ou as pessoas jurídicas ou equiparadas, conforme o caso, deverão ter enviado à RFB as informações relativas ao contribuinte, referentes ao exercício de 2022, ano-calendário de 2021, por meio, dentre outros:

I - da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf);

II - da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed);

III - da Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob);

IV - do Sistema de Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão); ou

V - da e-Financeira.

§ 2º A Declaração de Ajuste Anual Pré-Preenchida contém algumas informações relativas a rendimentos, pagamentos, bens e direitos e dívidas e ônus reais, e poderá ser obtida por meio de autenticação no portal único Gov.br em conta com nível Ouro ou Prata do:

a) contribuinte; ou

b) representante do contribuinte com procuração RFB ou procuração eletrônica, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 16 de outubro de 2017.

§ 3º A verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na Declaração de Ajuste Anual é de responsabilidade do contribuinte, o qual deve realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DO PRAZO E DOS MEIOS DISPONÍVEIS PARA A APRESENTAÇÃO

Art. 7º A Declaração de Ajuste Anual deve ser apresentada no período de 7 de março a 29 de abril de 2022, pela Internet, mediante a utilização:

I - do PGD, nos termos do inciso I do caput do art. 4º; ou

II - do serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" ou do aplicativo "Meu Imposto de Renda", nos termos dos incisos II e III do caput do art. 4º, respectivamente, observado o disposto no art. 5º.

§ 1º O serviço de recepção da Declaração de Ajuste Anual será interrompido às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia do prazo estabelecido no caput.

§ 2º A comprovação da apresentação da Declaração de Ajuste Anual é feita por meio de recibo disponibilizado depois da transmissão, cuja impressão fica a cargo do contribuinte.

§ 3º Deve transmitir a Declaração de Ajuste Anual com a utilização de certificado digital o contribuinte que, no ano-calendário de 2021:

I - tenha recebido rendimentos:

a) tributáveis sujeitos ao ajuste anual, cuja soma foi superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

b) isentos e não tributáveis, cuja soma foi superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou

c) sujeitos à tributação exclusiva ou definitiva, cuja soma foi superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou

II - tenha realizado pagamentos de rendimentos a pessoas físicas ou jurídicas cuja soma seja superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em cada caso ou no total.

§ 4º A Declaração de Ajuste Anual relativa a espólio, independentemente de ser inicial ou intermediária, ou a Declaração Final de Espólio, que se enquadre nas hipóteses previstas no § 3º, deve ser apresentada, em mídia removível, a uma unidade da RFB, durante o seu horário de expediente, sem a necessidade de utilização de certificado digital.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica à Declaração de Ajuste Anual elaborada nos termos do inciso II do caput do art. 4º.

§ 6º A transmissão da Declaração de Ajuste Anual elaborada por meio do PGD pode ser feita, também, com utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no site da RFB, no endereço eletrônico informado no inciso I do caput do art. 4º.

CAPÍTULO VIII

DA APRESENTAÇÃO DEPOIS DO PRAZO

Art. 8º A apresentação da Declaração de Ajuste Anual depois do prazo previsto no caput do art. 7º deve ser realizada:

I - pela Internet, mediante a utilização do PGD, nos termos do inciso I do caput do art. 4º;

II - mediante utilização do serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" ou do aplicativo "Meu Imposto de Renda", nos termos dos incisos II e III do caput do art. 4º, respectivamente, observado o disposto no art. 5º; ou

III - em mídia removível, às unidades da RFB, durante o seu horário de expediente.

Parágrafo único. A transmissão da Declaração de Ajuste Anual elaborada mediante utilização do PGD depois do prazo previsto no caput do art. 7º pode ser feita, também, com utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no site da RFB, no endereço eletrônico informado no inciso I do caput do art. 4º.

CAPÍTULO IX

DA RETIFICAÇÃO

Art. 9º A pessoa física que constatar a ocorrência de erros, omissões ou inexatidões em Declaração de Ajuste Anual já entregue poderá apresentar declaração retificadora:

I - pela Internet, nos termos do art. 4º; ou

II - em mídia removível, às unidades da RFB, durante o horário de expediente, se realizada depois do prazo previsto no caput do art. 7º.

§ 1º A Declaração de Ajuste Anual retificadora tem a mesma natureza da declaração originariamente apresentada e a substitui integralmente, e deve conter todas as informações anteriormente declaradas com as alterações e exclusões necessárias, bem como as informações adicionais, se for o caso.

§ 2º Para a elaboração e a transmissão de Declaração de Ajuste Anual retificadora deve ser informado o número constante no recibo de entrega da última declaração apresentada, relativa ao mesmo ano-calendário.

§ 3º Depois do prazo previsto no caput do art. 7º, não é admitida a retificação que tenha por objeto a troca de opção por outra forma de tributação.

§ 4º A transmissão da Declaração de Ajuste Anual retificadora elaborada mediante utilização do PGD pode ser feita, também, com utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no site da RFB, no endereço eletrônico informado no inciso I do caput do art. 4º.

§ 5º Nas hipóteses de redução de débitos já inscritos em Dívida Ativa da União ou de redução de débitos objeto de pedido de parcelamento deferido, a retificação da declaração será admitida somente após autorização administrativa, desde que haja prova inequívoca da ocorrência de erro no preenchimento da declaração e enquanto não extinto o crédito tributário.

CAPÍTULO X

DA MULTA POR ATRASO NA ENTREGA OU PELA NÃO APRESENTAÇÃO

Art. 10. A entrega da Declaração de Ajuste Anual depois do prazo previsto no caput do art. 7º ou a sua não apresentação, se obrigatória, sujeita o contribuinte à multa de 1% (um por cento) ao mês-calendário ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido nela apurado, ainda que integralmente pago.

§ 1º A multa de que trata este artigo:

I - terá valor mínimo de R$ 165,74 (cento e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) e valor máximo correspondente a 20% (vinte por cento) do Imposto sobre a Renda devido; e

II - terá, por termo inicial, o 1º (primeiro) dia subsequente ao término do período fixado para a entrega da Declaração de Ajuste Anual e, por termo final, o mês em que a declaração foi entregue ou, caso não tenha sido entregue, a data do lançamento de ofício.

§ 2º No caso de contribuinte com direito a restituição apurada na Declaração de Ajuste Anual, será deduzido do valor desta o valor da multa por atraso na entrega, não paga dentro do prazo de vencimento estabelecido na notificação de lançamento emitida pelo PGD, pelo serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" ou pelo aplicativo "Meu Imposto de Renda", referidos nos incisos I, II e III do caput do art. 4º, respectivamente, incluídos os acréscimos legais decorrentes do não pagamento.

§ 3º A multa mínima a que se refere o inciso I do § 1º será aplicada, inclusive, no caso de Declaração de Ajuste Anual da qual não resulte imposto devido.

CAPÍTULO XI

DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS E DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Art. 11. A pessoa física sujeita à apresentação da Declaração de Ajuste Anual deve nela relacionar os bens e direitos que, no Brasil ou no exterior, constituíram, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021, seu patrimônio e o de seus dependentes relacionados na declaração, e os bens e direitos adquiridos e alienados no decorrer do ano-calendário de 2021.

§ 1º Devem ser informados, também, as dívidas e os ônus reais existentes em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021, em nome do declarante e de seus dependentes relacionados na Declaração de Ajuste Anual, e as dívidas e os ônus constituídos ou extintos no decorrer do ano-calendário de 2021.

§ 2º Fica dispensada a inclusão, na Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2022, os seguintes bens ou valores existentes em 31 de dezembro de 2021:

I - saldos de contas correntes bancárias e demais aplicações financeiras cujo valor unitário não exceda R$ 140,00 (cento e quarenta reais);

II - bens móveis e direitos cujo valor unitário de aquisição seja inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), exceto veículos automotores, embarcações e aeronaves;

III - conjunto de ações e quotas de uma mesma empresa, negociadas ou não em bolsa de valores, e o ouro ativo financeiro cujo valor de constituição ou de aquisição seja inferior a R$ 1.000,00 (mil reais); e

IV - dívidas e ônus reais cujo valor seja igual ou inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CAPÍTULO XII

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 12. O saldo do imposto pode ser pago em até 8 (oito) quotas mensais e sucessivas, observado que:

I - nenhuma quota deve ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais);

II - o imposto de valor inferior a R$ 100,00 (cem reais) deve ser pago em quota única;

III - a 1ª (primeira) quota ou quota única deve ser paga até o último dia do prazo previsto no caput do art. 7º; e

IV - as demais quotas devem ser pagas até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º É facultado ao contribuinte:

I - antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas, caso em que não será necessário apresentar Declaração de Ajuste Anual retificadora com a nova opção de pagamento; e

II - ampliar o número de quotas inicialmente previsto na Declaração de Ajuste Anual, até a data de vencimento da última quota pretendida, observado o disposto no caput, por meio da apresentação de declaração retificadora ou de alteração feita com utilização do serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" diretamente no site da RFB na Internet, disponível no endereço eletrônico informado no inciso I do caput do art. 4º.

§ 2º O pagamento integral do imposto, ou de suas quotas, e de seus respectivos acréscimos legais pode ser efetuado mediante:

I - transferência eletrônica de fundos por meio de sistemas eletrônicos das instituições financeiras autorizadas pela RFB a operar com essa modalidade de arrecadação;

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais, no caso de pagamento efetuado no Brasil; ou

III - débito automático em conta corrente bancária.

§ 3º O débito automático a que se refere o inciso III do § 2º:

I - é permitido somente para Declaração de Ajuste Anual original ou retificadora apresentada:

a) até 10 de abril de 2022, para a quota única ou a partir da 1ª (primeira) quota; e

b) entre 11 de abril e o último dia do prazo previsto no caput do art. 7º, a partir da 2ª (segunda) quota;

II - é autorizado mediante a indicação dessa opção no PGD, no serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)" ou no aplicativo "Meu Imposto de Renda", referidos nos incisos I, II e III do caput do art. 4º, respectivamente, e formalizado no recibo de entrega da Declaração de Ajuste Anual;

III - é automaticamente cancelado na hipótese de:

a) apresentação de Declaração de Ajuste Anual retificadora depois do prazo previsto no caput do art. 7º;

b) envio de informações bancárias com dados inexatos;

c) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informado na Declaração de Ajuste Anual ser diferente daquele vinculado à conta corrente bancária; ou

d) os dados bancários informados na Declaração de Ajuste Anual se referirem a conta corrente do tipo não solidária;

IV - está sujeito a estorno, mediante solicitação da pessoa física titular da conta corrente, caso fique comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação; e

V - pode ser incluído, cancelado ou modificado, depois da apresentação da Declaração de Ajuste Anual, com utilização do serviço "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)", disponível no site da RFB na Internet, no endereço eletrônico informado no inciso I do caput do art. 4º:

a) até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia 14 de cada mês, hipótese em que produzirá efeitos no próprio mês; e

b) depois do prazo a que se refere a alínea "a", hipótese em que produzirá efeitos no mês seguinte.

§ 4º O saldo do imposto a pagar cujo valor for inferior a R$ 10,00 (dez reais) deve ser adicionado ao saldo do imposto a pagar relativo a exercícios subsequentes, até que o valor total a recolher seja igual ou superior à referida quantia, momento em que deve ser pago ou recolhido no prazo estabelecido para esse exercício.

§ 5º A Coordenação-Geral de Arrecadação e de Direito Creditório (Codar) pode editar normas complementares necessárias à regulamentação do pagamento por intermédio de débito automático em conta corrente bancária a que se refere o inciso III do § 2º.

Art. 13. A pessoa física que recebe rendimentos do trabalho assalariado de autarquias ou repartições do Governo brasileiro situadas no exterior pode efetuar o pagamento integral do imposto, ou de suas quotas, e dos respectivos acréscimos legais, além das formas previstas no § 2º do art. 12, mediante remessa de ordem de pagamento com todos os dados exigidos no Darf, no respectivo valor em reais ou em moeda estrangeira, a favor da RFB, por meio do Banco do Brasil S.A., Gerência Regional de Apoio ao Comércio Exterior - Brasília-DF (Gecex - Brasília-DF), prefixo 1608-X.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.066, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o acesso ao Centro Virtual de Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, no Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, na Instrução Normativa RFB nº 1.994, de 24 de novembro de 2020, e na Portaria SEDGGME nº 2.154, de 23 de fevereiro de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa atualiza as normas sobre o acesso ao Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Parágrafo único. O e-CAC é um canal de prestação de serviços digitais da RFB, disponível no portal único gov.br na internet, no endereço eletrônico https://www.gov.br/receitafederal.

Art. 2º Para efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - conta gov.br, o mecanismo de acesso digital único aos serviços do e-CAC, nos termos do inciso II do caput do art. 3º do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016;

II - Identidade Digital Prata, a definida no inciso II do § 1º do art. 1º da Portaria SEDGGME nº 2.154, de 23 de fevereiro de 2021;

III - Identidade Digital Ouro, a definida no inciso III do § 1º do art. 1º da Portaria SEDGGME nº 2.154, de 2021; e

IV - procuração digital, a procuração emitida por meio eletrônico, a qual permite a uma pessoa física ou jurídica outorgar poderes para que um terceiro acesse os serviços do e-CAC em seu nome, inclusive os que exibem e transacionam informações protegidas por sigilo fiscal.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO E-CAC

Art. 3º Observado o disposto no Capítulo IV, o acesso ao e-CAC será realizado mediante autenticação por meio da conta gov.br, com Identidade Digital Prata ou Identidade Digital Ouro.

Parágrafo único. O acesso aos serviços relativos a pessoa jurídica será efetuado pela pessoa física:

I - legalmente habilitada mediante procuração digital;

II - representante da pessoa jurídica, responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); ou

III - com utilização de certificado digital da pessoa jurídica (e-CNPJ).

Art. 4º Não será permitida a utilização do e-CAC se, no momento do acesso:

I - for inválida ou se encontrar na situação cadastral cancelada ou nula:

a) a inscrição no CNPJ; ou

b) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da pessoa física ou do representante da pessoa jurídica, responsável perante o CNPJ; ou

II - for utilizado certificado digital por meio da conta gov.br e:

a) a situação no CPF for a de titular falecido; ou

b) o número de inscrição no CPF do responsável registrado no e-CNPJ não corresponder ao do representante legal, responsável pela pessoa jurídica no CNPJ.

Art. 5º Caberá ao titular da conta gov.br ou a seu procurador legalmente habilitado:

I - a responsabilidade por todos os atos praticados perante a RFB com a utilização da referida conta;

II - adotar as medidas necessárias para garantir a guarda e o sigilo das suas credenciais de acesso à conta gov.br; e

III - informar, imediatamente, usos ou tentativas de uso indevidos da sua conta ao órgão responsável pela administração desta.

CAPÍTULO III

DO ACESSO AO E-CAC POR REPRESENTAÇÃO

Art. 6º A habilitação para acesso aos serviços disponíveis no e-CAC por meio de procuração digital será realizada pelo titular da conta gov.br na internet, no endereço eletrônico informado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 7º Nos casos em que não for possível cadastrar uma conta gov.br, o cidadão poderá emitir a solicitação de procuração digital no endereço eletrônico informado no parágrafo único do art. 1º, que conterá hora oficial de Brasília, data de emissão e código de controle.

§ 1º A procuração a que se refere o caput deverá ser impressa e assinada:

I - pelo representante da pessoa jurídica, responsável perante o CNPJ;

II - pelo outorgante, no caso de pessoa física;

III - por procurador constituído por procuração pública específica, com poderes próprios para a realização da outorga a que se refere o inciso I do art. 8º; ou

IV - por outros representantes legais não listados nos incisos I a III.

§ 2º A procuração a que se refere o caput deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua emissão:

I - por meio de processo digital aberto no e-CAC, obrigatoriamente, no caso de conter reconhecimento de firma em cartório;

II - em uma unidade de atendimento presencial da RFB, no caso de não conter reconhecimento de firma em cartório; ou

III - em cartório conveniado, em qualquer caso.

§ 3º Fica dispensada a apresentação dos documentos originais de identificação do outorgante e do procurador no caso previsto no inciso I do § 2º.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso II do § 2º, a procuração e o documento original de identificação do outorgante devem ser apresentados para conferência dos dados preenchidos na procuração e cotejamento da assinatura, dispensada a apresentação dos documentos de identificação do outorgado.

§ 5º Caso a solicitação de procuração de que trata o caput seja assinada por:

I - procurador constituído nos termos do inciso III do § 1º, deverão ser apresentados os documentos originais de identificação do procurador e a procuração pública específica; ou

II - outros representantes legais nos termos do incido IV do § 1º, deverão ser apresentados os documentos originais de identificação do representante e de comprovação da representação legal.

§ 6º A apresentação de documentos na forma prevista no inciso II do § 2º poderá ser feita também por meio de cópias autenticadas em cartório, com dispensa de nova conferência com os originais.

§ 7º Para fins de auditoria, os documentos previstos neste artigo deverão ser arquivados em formato digital pela RFB.

§ 8º A Coordenação-Geral de Atendimento (Cogea) poderá alterar ou excluir as formas de entrega da procuração previstas no § 2º.

Art. 8º A procuração digital deverá:

I - estabelecer, com exatidão, os serviços outorgados; e

II - ter prazo de validade de 5 (cinco) anos, salvo se fixado prazo menor pelo outorgante.

Parágrafo único. É vedado o substabelecimento da procuração digital.

Art. 9º O acesso ao serviço "Processos Digitais" do sistema Procurações permite a outorga, além dos serviços a que se refere o inciso I do caput do art. 8º, de poderes para representar o outorgante perante a RFB no cumprimento de formalidades relacionadas a processos digitais, hipótese em que o procurador poderá formalizar novos processos, peticionar, impugnar, desistir, juntar documentos em formato digital, assinar digitalmente e praticar demais atos necessários ao desenvolvimento válido e regular de processos digitais da RFB.

§ 1º A representação a que se refere o caput compreende também a assinatura em documentos digitais que compõem processo digital ou em documentos digitais juntados pelo representante que tenham previsão de assinatura de ciência ou notificação.

§ 2º A opção "Restringir Procuração", disponível no serviço "Processos Digitais", limitará a atuação do outorgado aos processos digitais indicados.

Art. 10. A procuração digital será emitida e cancelada exclusivamente na internet.

Parágrafo único. No caso de alteração do ato constitutivo de pessoa jurídica que enseje a revogação de poderes outorgados por meio de procuração digital, o cancelamento desta deverá ser efetuado pelo responsável legal da pessoa jurídica.

CAPÍTULO IV
DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO
Art. 11. Durante a transição para o uso exclusivo da conta gov.br, o acesso a serviços do e-CAC poderá:
I - estar restrito ao uso de certificado digital; e
II - ocorrer, alternativamente, com utilização de código de acesso gerado no endereço eletrônico informado o parágrafo único do art. 1º.
Parágrafo único. O código de acesso a que se refere o inciso II do caput poderá ser gerado:
I - por pessoa física, mediante a informação:
a) do número de inscrição no CPF;
b) da data de nascimento do titular do número de inscrição no CPF; e
c) dos números dos 2 (dois) últimos recibos das Declarações de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) apresentadas nos últimos 6 (seis) anos, ou do número do último recibo, caso haja apenas uma DIRPF transmitida no referido período; ou
II - por pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante a informação:
a) do número de inscrição no CNPJ; e
b) das informações do representante da empresa, responsável perante o CNPJ, relacionadas no inciso I.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. A utilização dos serviços do e-CAC poderá ser condicionada à leitura prévia de mensagens classificadas como importantes, ainda que o acesso seja realizado por seu responsável ou representante legal habilitado para acessar o serviço de Caixa Postal.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos usuários do Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud) que acessarem o e-CAC na condição de titular.
Art. 13. Ficam revogadas as seguintes Instruções Normativas:
I - Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 16 de outubro de 2017;
II - Instrução Normativa RFB nº 1.872, de 12 de março de 2019;
III - Instrução Normativa RFB nº 1.917, de 20 de dezembro de 2019;
IV - Instrução Normativa RFB nº 1.995, de 24 de novembro de 2020;
V - Instrução Normativa RFB nº 2.027, de 31 de maio de 2021; e
VI - Instrução Normativa RFB nº 2.046, de 11 de novembro de 2021.
Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RESOLUÇÃO CGSN Nº 165, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno, aprovado pela Resolução CGSN nº 163, de 21 de janeiro de 2022, resolve:
Art. 1º A Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 100. Considera-se MEI, observado o disposto no § 1º-C, o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil ou o empreendedor, optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta anual acumulada nos anos-calendário anteriores e em curso de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e que exerça, de forma independente e exclusiva, apenas as ocupações constantes do Anexo XI, dentre as quais constarão: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º e § 7º, inciso III)
V - a comercialização e o processamento de produtos de natureza extrativista; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º, I e § 4º-A) e
VI - a industrialização, a comercialização e a prestação de serviços no âmbito rural. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º, III)
.....
§ 1º-A. Para fins do disposto no caput, aplicam-se os seguintes limites para o transportador autônomo de cargas inscrito como MEI, que tenha como ocupação profissional exclusiva o transporte rodoviário de cargas nos termos da tabela B do Anexo XI: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-F, incisos I e II)
I - o limite da receita bruta será de R$ 251.600,00 (duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais); e
II - no caso de início de atividade, o limite da receita bruta será de R$ 20.966,67 (vinte mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o mês de início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo.
§ 1º-B. O exercício de qualquer ocupação permitida ao SIMEI e não prevista na tabela B do Anexo XI durante o ano calendário implicará a observância dos limites de que tratam o caput e o §1º e do disposto na alínea "b" do inciso I do art. 101.
§ 1º-C. É vedado ao MEI: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, XII, art. 18-A, §§ 1º e 4º, e art. 18-C)
I - exercer ocupação não prevista no Anexo XI;
II - possuir mais de um estabelecimento;
III - participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador;
IV - constituir-se sob a forma de startup;
V - contratar mais de um empregado, observado o disposto no art. 105; ou
VI - realizar cessão ou locação de mão de obra.
....." (NR)
"Art. 100-A. Sem prejuízo do disposto no art. 15, poderá ser incluída no Anexo XI como ocupação permitida ao MEI a atividade que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, XII, art. 18-A, §§ 1º, 4º, 4º-A e 4º-B e art. 18-C)
.....
III - seja passível de exercício em um único estabelecimento, nos termos do inciso II do § 1º-C do art. 100;
.....
V - seja exercida pelo empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil ou pelo empreendedor, nos termos do caput do art. 100;
.....
VII - seja exercida no âmbito rural e caracterizada como industrial, comercial ou de prestação de serviços; e
VIII - seja caracterizada como de comercialização ou de processamento de produtos de natureza extrativista." (NR)
"Art. 101. .....
I - .....
.....
b) a partir da competência maio de 2011: 5% (cinco por cento) do limite mínimo mensal do salário de contribuição; e (Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 21, § 2º, inciso II, alínea "a"; Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, arts. 1º e 5º)
c) a partir da competência abril de 2022, para o transportador autônomo de cargas a que se refere o § 1º-A do art. 100: 12% (doze por cento) do limite mínimo mensal do salário de contribuição; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-F, inciso III)
.....
§ 2º As tabelas constantes do Anexo XI aplicam-se apenas no âmbito do Simei. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º-B)
....." (NR)
"Art. 115. .....
.....
§ 2º .....
.....
II - .....
a) auferir receita que exceda, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no caput ou nos §§ 1º e 1º-A do art. 100, caso em que a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do mês subsequente àquele em que verificado o excesso, e o desenquadramento produzirá efeitos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, incisos III e IV, art. 18-F, incisos I e II)
1. a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que verificado o excesso, desde que este não tenha sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no caput ou nos §§ 1º e 1º-A do art. 100;
2. retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário em que verificado o excesso, se este foi superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no caput ou no inciso I do § 1º-A do art. 100; e
3. retroativamente ao início de atividade, se o excesso verificado tiver sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no § 1º ou no inciso II do § 1º-A do art. 100;
....." (NR)
"Art. 116. .....
Parágrafo único. Na hipótese de o empresário exceder os limites de receita bruta anual a que se referem o caput e o inciso I do § 1º-A do art. 100, a perda do tratamento diferenciado relativo à emissão de documentos fiscais previsto no art. 106 ocorrerá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 16)
....." (NR)
Art. 2º O Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 2018, fica substituído pelo Anexo Único desta Resolução.
Art. 3º Excepcionalmente com relação ao ano-calendário 2022, aplica-se, a partir de 1º de abril, o disposto no § 1º-A do art. 100 e na alínea "c" do inciso I do art. 101 da Resolução CGSN nº 140, 2018, ao transportador autônomo de cargas a que se refere o art. 18-F da Lei Complementar nº 123, de 2006, que, até o último dia útil do mês de março, cumpra com as seguintes condições:
I - exerça ou passe a exercer, de forma exclusiva, uma ou mais ocupações previstas na tabela B do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, 2018; e
II - opte pela inclusão no Simples Nacional e no Simei, na forma prevista nos arts. 6º e 102 da Resolução CGSN nº 140, 2018, respectivamente, caso ainda não tenha realizado as referidas opções.
Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Resolução CGSN nº 140, de 2018:
I - os incisos I a IV do caput do art. 100; e
II - o § 2º do art. 100.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES
Presidente do Comitê

ANEXO XI

(Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018)
(arts. 100 e 101, § 1º, inciso I, § 2º)
Ocupações Permitidas ao MEI - Tabelas A e B

TABELA A				
OCUPAÇÃO	CNAE	DESCRIÇÃO SUBCLASSE CNAE	ISS	ICMS
ABATEDOR(A) DE AVES COM COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
ACABADOR(A) DE CALÇADOS INDEPENDENTE	1531-9/02	ACABAMENTO DE CALÇADOS DE COURO SOB CONTRATO	S	S

AÇOUGUEIRO(A) INDEPENDENTE	4722-9/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	N	S
ADESTRADOR(A) DE ANIMAIS INDEPENDENTE	9609-2/07	ALOJAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
ADESTRADOR(A) DE CÃES DE GUARDA INDEPENDENTE	8011-1/02	SERVIÇOS DE ADESTRAMENTO DE CÃES DE GUARDA	S	N
AGENTE DE CORREIO FRANQUEADO E PERMISSIONÁRIO INDEPENDENTE	5310-5/02	ATIVIDADES DE FRANQUEADAS DO CORREIO NACIONAL	S	S
AGENTE DE VIAGENS INDEPENDENTE	7911-2/00	AGÊNCIAS DE VIAGENS	S	N
AGENTE FUNERÁRIO INDEPENDENTE	9603-3/04	SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS	S	N
AGENTE MATRIMONIAL INDEPENDENTE	9609-2/02	AGÊNCIAS MATRIMONIAIS	S	N
ALFAIATE INDEPENDENTE	1412-6/02	CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	N
AMOLADOR(A) DE ARTIGOS DE CUTELARIA INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
ANIMADOR(A) DE FESTAS INDEPENDENTE	9329-8/99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ANTIQUÁRIO(A) INDEPENDENTE	4785-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANTIGUIDADES	N	S
APICULTOR(A) INDEPENDENTE	0159-8/01	APICULTURA	S	S
APURADOR(A), COLETOR(A) E FORNECEDOR(A) DE RECORTES DE MATÉRIAS PUBLICADAS EM JORNAIS E REVISTAS INDEPENDENTE	6399-2/00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ARMADOR(A) DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL INDEPENDENTE	2599-3/01	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA A CONSTRUÇÃO	S	N
ARTESÃO(Ã) DE BIJUTERIAS INDEPENDENTE	3212-4/00	FABRICAÇÃO DE BIJUTERIAS E ARTEFATOS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO(Ã) EM BORRACHA INDEPENDENTE	2219-6/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM CERÂMICA INDEPENDENTE	2349-4/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS NÃO REFRATÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM CIMENTO INDEPENDENTE	2330-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO(Ã) EM CORTIÇA, BAMBU E AFINS INDEPENDENTE	1629-3/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE CORTIÇA, BAMBU, PALHA, VIME E OUTROS MATERIAIS TRANÇADOS, EXCETO MÓVEIS	N	S
ARTESÃO(Ã) EM COURO INDEPENDENTE	1529-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM GESSO INDEPENDENTE	2330-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO(Ã) EM LOUÇAS, VIDRO E CRISTAL INDEPENDENTE	2399-1/01	DECORAÇÃO, LAPIDAÇÃO, GRAVAÇÃO, VITRIFICAÇÃO E OUTROS TRABALHOS EM CERÂMICA, LOUÇA, VIDRO E CRISTAL	S	N
ARTESÃO(Ã) EM MADEIRA INDEPENDENTE	1629-3/01	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, EXCETO MÓVEIS	N	S
ARTESÃO(Ã) EM MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA E OUTRAS PEDRAS INDEPENDENTE	2391-5/03	APARELHAMENTO DE PLACAS E EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA E OUTRAS PEDRAS	S	S
ARTESÃO(Ã) EM METAIS INDEPENDENTE	2599-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM METAIS PRECIOSOS INDEPENDENTE	3211-6/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE JOALHERIA E OURIVESARIA	N	S
ARTESÃO(Ã) EM OUTROS MATERIAIS INDEPENDENTE	3299-0/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM PAPEL INDEPENDENTE	1749-4/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PASTAS CELULÓSICAS, PAPEL, CARTOLINA, PAPEL-CARTÃO E PAPELÃO ONDULADO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM PLÁSTICO INDEPENDENTE	2229-3/99	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO PARA OUTROS USOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM VIDRO INDEPENDENTE	2319-2/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO	N	S
ARTESÃO TÊXTIL	1359-6/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS	N	S
ASTRÓLOGO(A) INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
AZULEJISTA INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
BALEIRO(A) INDEPENDENTE	4721-1/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	N	S
BANHISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
BARBEIRO INDEPENDENTE	9602-5/01	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
BARQUEIRO(A) INDEPENDENTE	5099-8/99	OUTROS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	S
BARRAQUEIRO(A) INDEPENDENTE	4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	N	S
BENEFICIADOR(A) DE CASTANHA INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
BIKEBOY (CICLISTA MENSAGEIRO) INDEPENDENTE	5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	S	N
BIKE PROPAGANDISTA INDEPENDENTE	7319-0/99	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
BOLACHEIRO(A)/BISCOITEIRO(A) INDEPENDENTE	1092-9/00	FABRICAÇÃO DE BISCOITOS E BOLACHAS	N	S
BOMBEIRO(A) HIDRÁULICO INDEPENDENTE	4322-3/01	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	S	N
BONELEIRO(A) (FABRICANTE DE BONÉS) INDEPENDENTE	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
BORDADEIRO(A) INDEPENDENTE	1340-5/99	OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
BORRACHEIRO(A) INDEPENDENTE	4520-0/06	SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
BRITADOR INDEPENDENTE	2391-5/01	BRITAMENTO DE PEDRAS, EXCETO ASSOCIADO À EXTRAÇÃO	N	S
CABELEIREIRO(A) INDEPENDENTE	9602-5/01	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
CALAFETADOR(A) INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
CALHEIRO (A) INDEPENDENTE	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
CAMINHONEIRO (A) DE CARGAS NÃO PERIGOSAS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL INDEPENDENTE	4930-2/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
CANTOR(A)/MÚSICO(A) INDEPENDENTE	9001-9/02	PRODUÇÃO MUSICAL	S	N
CAPOTEIRO(A) INDEPENDENTE	4520-0/08	SERVIÇOS DE CAPOTARIA	S	N
CARPINTEIRO(A) INDEPENDENTE	1622-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO	N	S
CARPINTEIRO(A) INSTALADOR(A) INDEPENDENTE	4330-4/02	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL	S	N
CARREGADOR (VEÍCULOS INDEPENDENTE	5212-5/00	CARGA E DESCARGA	S	N
CARREGADOR DE MALAS INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
CARROCEIRO - COLETA DE ENTULHOS E RESÍDUOS INDEPENDENTE	3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	S	N
CARROCEIRO - TRANSPORTE DE CARGA INDEPENDENTE	4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
CARROCEIRO - TRANSPORTE DE MUDANÇA INDEPENDENTE	4930-2/04	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S
CARTAZISTA, PINTOR DE INDEPENDENTE	8299-7/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
CERQUEIRO(A) INDEPENDENTE	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
CHAPELEIRO(A) INDEPENDENTE	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
CHAVEIRO(A) INDEPENDENTE	9529-1/02	CHAVEIROS	S	N
CHOCOLATEIRO(A) INDEPENDENTE	1093-7/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO CACAU E DE CHOCOLATES	N	S
CHURRASQUEIRO(A) AMBULANTE INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
CHURRASQUEIRO(A) EM DOMICÍLIO INDEPENDENTE	5620-1/02	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ	S	S
CLICHERISTA INDEPENDENTE	1821-1/00	SERVIÇOS DE PRÉ-IMPRESSÃO	S	N
COBRADOR(A) DE DÍVIDAS INDEPENDENTE	8291-1/00	ATIVIDADES DE COBRANÇAS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS	S	N
COLCHOEIRO(A) INDEPENDENTE	3104-7/00	FABRICAÇÃO DE COLCHÕES	N	S
COLETOR DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS INDEPENDENTE	3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	S	N
COLOCADOR(A) DE PIERCING INDEPENDENTE	9609-2/06	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	S	N
COLOCADOR(A) DE REVESTIMENTOS INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
COMERCIANTE DE INSETICIDAS E RATICIDAS INDEPENDENTE	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS PARA PISCINAS INDEPENDENTE	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (PET SHOP) INDEPENDENTE (NÃO INCLUI A VENDA DE MEDICAMENTOS)	4789-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ARMARINHO INDEPENDENTE	4755-5/02	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE BEBÊ INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING INDEPENDENTE	4763-6/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO INDEPENDENTE	4755-5/03	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE COLCHOARIA INDEPENDENTE	4754-7/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CUTELARIA INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE	4754-7/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE JOALHERIA INDEPENDENTE	4783-1/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA	N	S

COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ÓPTICA INDEPENDENTE	4774-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ÓPTICA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE RELOJOARIA INDEPENDENTE	4783-1/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE RELOJOARIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS INDEPENDENTE	4759-8/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE VIAGEM INDEPENDENTE	4782-2/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	4781-4/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS ERÓTICOS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS ESPORTIVOS INDEPENDENTE	4763-6/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM INDEPENDENTE	4789-0/08	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS FUNERÁRIOS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS INDEPENDENTE	4773-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS PARA HABITAÇÃO INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS USADOS INDEPENDENTE	4785-7/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS USADOS	N	S
COMERCIANTE DE BEBIDAS INDEPENDENTE	4723-7/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	N	S
COMERCIANTE DE BICICLETAS E TRICICLOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	4763-6/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE BICICLETAS E TRICICLOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS INDEPENDENTE	4789-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS	N	S
COMERCIANTE DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS INDEPENDENTE	4763-6/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS	N	S
COMERCIANTE DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS INDEPENDENTE	4744-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS	N	S
COMERCIANTE DE CALÇADOS INDEPENDENTE	4782-2/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS	N	S
COMERCIANTE DE CARVÃO E LENHA INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE CESTAS DE CAFÉ DA MANHÃ INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE COSMÉTICOS E ARTIGOS DE PERFUMARIA INDEPENDENTE	4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
COMERCIANTE DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS INDEPENDENTE	4762-8/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS	N	S
COMERCIANTE DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO INDEPENDENTE	4753-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO	N	S
COMERCIANTE DE EMBALAGENS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO INDEPENDENTE	4752-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE	4751-2/01	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO INDEPENDENTE	4789-0/07	COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	N	S
COMERCIANTE DE FERRAGENS E FERRAMENTAS INDEPENDENTE	4744-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS	N	S
COMERCIANTE DE FLORES, PLANTAS E FRUTAS ARTIFICIAIS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	4756-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE LATICÍNIOS INDEPENDENTE	4721-1/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS	N	S
COMERCIANTE DE LUBRIFICANTES INDEPENDENTE	4732-6/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	N	S
COMERCIANTE DE MADEIRA E ARTEFATOS INDEPENDENTE	4744-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL INDEPENDENTE	4744-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAIS HIDRÁULICOS INDEPENDENTE	4744-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAL ELÉTRICO INDEPENDENTE	4742-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO	N	S
COMERCIANTE DE MIUDEZAS E QUINQUILHARIAS INDEPENDENTE	4713-0/02	LOJAS DE VARIEDADES, EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES	N	S
COMERCIANTE DE MOLDURAS E QUADROS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE MÓVEIS INDEPENDENTE	4754-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS	N	S
COMERCIANTE DE OBJETOS DE ARTE INDEPENDENTE	4789-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE OBJETOS DE ARTE	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONONETAS INDEPENDENTE	4541-2/06	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES INDEPENDENTE	4530-7/03	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO INDEPENDENTE	4757-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONONETAS INDEPENDENTE	4541-2/07	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES INDEPENDENTE	4530-7/04	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	N	S
COMERCIANTE DE PERUCAS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PLANTAS, FLORES NATURAIS, VASOS E ADUBOS INDEPENDENTE	4789-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS	N	S
COMERCIANTE DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR INDEPENDENTE	4530-7/05	COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL INDEPENDENTE	4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE LIMPEZA INDEPENDENTE	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO INDEPENDENTE	4721-1/02	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE TABACARIA INDEPENDENTE	4729-6/01	TABACARIA	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS NATURAIS INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS PARA FESTAS E NATAL INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS RELIGIOSOS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE REDES PARA DORMIR INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE SISTEMA DE SEGURANÇA RESIDENCIAL INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE TECIDOS INDEPENDENTE	4755-5/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS	N	S
COMERCIANTE DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA INDEPENDENTE	4741-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	N	S
COMERCIANTE DE TOLDOS E PAPEL DE PAREDE INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE VIDROS INDEPENDENTE	4743-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS	N	S
COMPOTEIRO(A) INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
CONFECCIONADOR(A) DE CARIMBOS INDEPENDENTE	3299-0/02	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	N	S
CONFEITEIRO(A) INDEPENDENTE	1091-1/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.	N	S
COSTUREIRO(A) DE ROUPAS, EXCETO SOB MEDIDA, INDEPENDENTE	1412-6/01	CONFECÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA	S	S
COSTUREIRO(A) DE ROUPAS SOB MEDIDA INDEPENDENTE	1412-6/02	CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	N
COZINHEIRO(A) QUE FORNECE REFEIÇÕES PRONTAS E EMBALADAS PARA CONSUMO INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
CRIADOR(A) DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	0159-8/02	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	N	S
CRIADOR(A) DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA DOCE INDEPENDENTE	0322-1/04	CRIAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA DOCE	N	S
CRIADOR(A) DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA SALGADA INDEPENDENTE	0321-3/04	CRIAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA SALGADA E SALOBRA	N	S
CROCHETEIRO(A) INDEPENDENTE	1422-3/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, PRODUZIDOS EM MALHARIAS E TRICOTAGENS, EXCETO MEIAS	N	S
CUIDADOR(A) DE ANIMAIS (PET SITTER) INDEPENDENTE	9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N

CUIDADOR(A) DE IDOSOS E ENFERMOS INDEPENDENTE	8712-3/00	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO	S	N
CUNHADOR(A) DE MOEDAS E MEDALHAS INDEPENDENTE	3211-6/03	CUNHAGEM DE MOEDAS E MEDALHAS	N	S
CURTIDOR DE COURO INDEPENDENTE	1510-6/00	CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO	N	S
CUSTOMIZADOR(A) DE ROUPAS INDEPENDENTE	1340-5/99	OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
DEPILADOR(A) INDEPENDENTE	9602-5/02	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
DIARISTA INDEPENDENTE	9700-5/00	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	S	N
DIGITADOR(A) INDEPENDENTE	8219-9/99	PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
DISC JOCKEY (DJ) OU VIDEO JOCKEY (VJ) INDEPENDENTE	9001-9/06	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	S	N
DISTRIBUIDOR(A) DE ÁGUA POTÁVEL EM CAMINHÃO PIPA INDEPENDENTE	3600-6/02	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES	S	S
DOCEIRO(A) INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
DUBLADOR(A) INDEPENDENTE	5912-0/01	SERVIÇOS DE DUBLAGEM	S	N
EDITOR(A) DE JORNAIS DIÁRIOS INDEPENDENTE	5812-3/01	EDITOR DE JORNAIS DIÁRIOS	S	N
EDITOR(A) DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS INDEPENDENTE	5812-3/02	EDITOR DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS	S	N
EDITOR(A) DE LISTA DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES INDEPENDENTE	5819-1/00	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS	S	N
EDITOR(A) DE LIVROS INDEPENDENTE	5811-5/00	EDIÇÃO DE LIVROS	S	N
EDITOR(A) DE REVISTAS INDEPENDENTE	5813-1/00	EDIÇÃO DE REVISTAS	S	N
EDITOR(A) DE VÍDEO INDEPENDENTE	5912-0/99	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS INDEPENDENTE	4520-0/03	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
ELETRICISTA EM RESIDÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INDEPENDENTE	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
ENCADERNADOR(A)/ PLASTIFICADOR(A) INDEPENDENTE	1822-9/01	SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO	S	N
ENCANADOR INDEPENDENTE	4322-3/01	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	S	N
ENGRAXATE INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ENTREGADOR DE MALOTES INDEPENDENTE	5320-2/01	SERVIÇOS DE MALOTE NÃO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	S	S
ENVASADOR(A) E EMPACOTADOR(A) INDEPENDENTE	8292-0/00	ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO	S	N
ESTAMPADOR(A) DE PEÇAS DO VESTUÁRIO INDEPENDENTE	1340-5/01	ESTAMPARIA E TEXTURIZAÇÃO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
ESTETICISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
ESTETICISTA INDEPENDENTE	9602-5/02	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
ESTOFADOR(A) INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
FABRICANTE DE AÇÚCAR MASCAVO INDEPENDENTE	1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	N	S
FABRICANTE DE AMENDOIM E CASTANHA DE CAJU TORRADOS E SALGADOS INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE ALIMENTOS PRONTOS CONGELADOS INDEPENDENTE	1096-1/00	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS	N	S
FABRICANTE DE AMIDO E FÉCULAS DE VEGETAIS INDEPENDENTE	1065-1/01	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS DE FUNILARIA INDEPENDENTE	2532-2/01	PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL, SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDENTE	2532-2/01	PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL	S	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE INDEPENDENTE	3230-2/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO INDEPENDENTE	1351-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO	N	S
FABRICANTE DE ARTIGOS DE CUTELARIA INDEPENDENTE	2541-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CUTELARIA	N	S
FABRICANTE DE AVIAMENTOS PARA COSTURA INDEPENDENTE	3299-0/05	FABRICAÇÃO DE AVIAMENTOS PARA COSTURA	N	S
FABRICANTE DE BALAS, CONFEITOS E FRUTAS CRISTALIZADAS INDEPENDENTE	1093-7/02	FABRICAÇÃO DE FRUTAS CRISTALIZADAS, BALAS E SEMELHANTES	N	S
FABRICANTE DE BOLSAS/BOLSEIRO INDEPENDENTE	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE BRINQUEDOS NÃO ELETRÔNICOS INDEPENDENTE	3240-0/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE CALÇADOS DE BORRACHA, MADEIRA E TECIDOS E FIBRAS INDEPENDENTE	1539-4/00	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE CALÇADOS DE COURO INDEPENDENTE	1531-9/01	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE COURO	N	S
FABRICANTE DE CHÁ INDEPENDENTE	1099-6/05	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO (CHÁ, MATE ETC.)	N	S
FABRICANTE DE CINTOS/CINTEIRO INDEPENDENTE	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS INDEPENDENTE	1032-5/99	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS, EXCETO PALMITO	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL-CARTÃO INDEPENDENTE	1732-0/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL-CARTÃO	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE MADEIRA INDEPENDENTE	1623-4/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E DE EMBALAGENS DE MADEIRA	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE PAPEL INDEPENDENTE	1731-1/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL	N	S
FABRICANTE DE ESPECIARIAS INDEPENDENTE	1095-3/00	FABRICAÇÃO DE ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS	N	S
FABRICANTE DE ESQUADRIAS METÁLICAS, SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDENTE	2512-8/00	FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL	S	S
FABRICANTE DE FIOS DE ALGODÃO INDEPENDENTE	1311-1/00	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DE ALGODÃO	N	S
FABRICANTE DE FIOS DE LINHO, RAMI, JUTA, SEDA E LÃ INDEPENDENTE	1312-0/00	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS, EXCETO ALGODÃO	N	S
FABRICANTE DE FUMO E DERIVADOS DO FUMO INDEPENDENTE	1220-4/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DO FUMO, EXCETO CIGARROS, CIGARRILHAS E CHARUTOS	N	S
FABRICANTE DE GELÉIA DE MOCOTÓ INDEPENDENTE	1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE GELO COMUM INDEPENDENTE	1099-6/04	FABRICAÇÃO DE GELO COMUM	N	S
FABRICANTE DE GUARDA-CHUVAS E SIMILARES INDEPENDENTE	3299-0/01	FABRICAÇÃO DE GUARDA-CHUVAS E SIMILARES	N	S
FABRICANTE DE GUARDANAPOS E COPOS DE PAPEL INDEPENDENTE	1742-7/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPEL PARA USO DOMÉSTICO E HIGIÊNICO-SANITÁRIO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS INDEPENDENTE	3220-5/00	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS	N	S
FABRICANTE DE JOGOS RECREATIVOS INDEPENDENTE	3240-0/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE LATICÍNIOS INDEPENDENTE	1052-0/00	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS	N	S
FABRICANTE DE LETREIROS, PLACAS E PAINÉIS NÃO LUMINOSOS, SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDENTE	3299-0/03	FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS	S	S
FABRICANTE DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE	2740-6/02	FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	N	S
FABRICANTE DE MALAS INDEPENDENTE	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE MASSAS ALIMENTÍCIAS INDEPENDENTE	1094-5/00	FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	N	S
FABRICANTE DE MEIAS INDEPENDENTE	1421-5/00	FABRICAÇÃO DE MEIAS	N	S
FABRICANTE DE MOCHILAS E CARTEIRAS INDEPENDENTE	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS INDEPENDENTE	3299-0/04	FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS	N	S
FABRICANTE DE PÃO DE QUEIJO CONGELADO INDEPENDENTE	1091-1/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO INDUSTRIAL	N	S
FABRICANTE DE PAPEL INDEPENDENTE	1721-4/00	FABRICAÇÃO DE PAPEL	N	S
FABRICANTE DE PARTES DE PEÇAS DO VESTUÁRIO - FACÇÃO INDEPENDENTE	1412-6/03	FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	S
FABRICANTE DE PARTES DE ROUPAS ÍNTIMAS - FACÇÃO INDEPENDENTE	1411-8/02	FACÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS	S	S
FABRICANTE DE PARTES DE ROUPAS PROFISSIONAIS - FACÇÃO INDEPENDENTE	1413-4/03	FACÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS	S	S

FABRICANTE DE PARTES PARA CALÇADOS INDEPENDENTE	1540-8/00	FABRICAÇÃO DE PARTES PARA CALÇADOS, DE QUALQUER MATERIAL	S	S
FABRICANTE DE POLPAS DE FRUTAS INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE SOJA INDEPENDENTE	1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE TECIDO NÃO TECIDO PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR INDEPENDENTE	3292-2/02	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA PESSOAL E PROFISSIONAL	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DERIVADOS DE CARNE INDEPENDENTE	1013-9/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DERIVADOS DO ARROZ INDEPENDENTE	1061-9/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO ARROZ	N	S
FABRICANTE DE RAPADURA E MELAÇO INDEPENDENTE	1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	N	S
FABRICANTE DE REFRESCOS, XAROPES E PÓS PARA REFRESCOS INDEPENDENTE	1122-4/03	FABRICAÇÃO DE REFRESCOS, XAROPES E PÓS PARA REFRESCOS, EXCETO REFRESCOS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE ROUPAS ÍNTIMAS INDEPENDENTE	1411-8/01	CONFECÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS	N	S
FABRICANTE DE SUCOS CONCENTRADOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES INDEPENDENTE	1033-3/01	FABRICAÇÃO DE SUCOS CONCENTRADOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES	N	S
FABRICANTE DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES INDEPENDENTE	1033-3/02	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES, EXCETO CONCENTRADOS	N	S
FABRICANTE DE VELAS, INCLUSIVE DECORATIVAS INDEPENDENTE	3299-0/06	FABRICAÇÃO DE VELAS, INCLUSIVE DECORATIVAS	N	S
FARINHEIRO DE MANDIOCA INDEPENDENTE	1063-5/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS	N	S
FARINHEIRO DE MILHO INDEPENDENTE	1064-3/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MILHO E DERIVADOS, EXCETO ÓLEOS DE MILHO	N	S
FERRAMENTEIRO(A) INDEPENDENTE	2543-8/00	FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS	N	S
FERREIRO/FORJADOR INDEPENDENTE	2543-8/00	FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS	N	S
FILMADOR(A) INDEPENDENTE	7420-0/04	FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS	S	N
FORNECEDOR(A) DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA EMPRESAS INDEPENDENTE	5620-1/01	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS	N	S
FOSSEIRO (LIMPADOR DE FOSSA) INDEPENDENTE	3702-9/00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES	S	N
FOTOCOPIADOR(A) INDEPENDENTE	8219-9/01	FOTOCÓPIAS	S	N
FOTÓGRAFO(A) INDEPENDENTE	7420-0/01	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA	S	N
FOTÓGRAFO(A) AÉREO INDEPENDENTE	7420-0/02	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS	S	N
FOTÓGRAFO(A) SUBMARINO INDEPENDENTE	7420-0/02	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS	S	N
FUNILEIRO/LANTERNEIRO INDEPENDENTE	4520-0/02	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
GALVANIZADOR(A) INDEPENDENTE	2539-0/02	SERVIÇOS DE TRATAMENTO E REVESTIMENTO EM METAIS	S	N
GESSEIRO(A) INDEPENDENTE	4330-4/03	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	S	N
GRAVADOR(A) DE CARIMBOS INDEPENDENTE	8299-7/03	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CARIMBOS, EXCETO CONFECÇÃO	S	N
GUARDADOR(A) DE MÓVEIS INDEPENDENTE	5211-7/02	GUARDA-MÓVEIS	S	N
GUIA DE TURISMO INDEPENDENTE	7912-1/00	OPERADORES TURÍSTICOS	S	N
GUINCHEIRO INDEPENDENTE (REBOQUE DE VEÍCULOS)	5229-0/02	SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS	S	S
HUMORISTA E CONTADOR DE HISTÓRIAS INDEPENDENTE	9001-9/01	PRODUÇÃO TEATRAL	S	N
INSTALADOR(A) DE ANTENAS DE TV INDEPENDENTE	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
INSTALADOR(A) DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DOMICILIAR E EMPRESARIAL, SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA INDEPENDENTE	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
INSTALADOR(A) DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTAÇÃO À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE INDEPENDENTE	4329-1/02	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTAÇÃO À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE	S	N
INSTALADOR(A) DE ISOLANTES ACÚSTICOS E DE VIBRAÇÃO INDEPENDENTE	4329-1/05	TRATAMENTOS TÉRMICOS, ACÚSTICOS OU DE VIBRAÇÃO	S	N
INSTALADOR(A) DE ISOLANTES TÉRMICOS INDEPENDENTE	4329-1/05	TRATAMENTOS TÉRMICOS, ACÚSTICOS OU DE VIBRAÇÃO	S	N
INSTALADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS INDEPENDENTE	3321-0/00	INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	S	N
INSTALADOR(A) DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS INDEPENDENTE	4329-1/01	INSTALAÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS	S	N
INSTALADOR(A) DE REDE DE COMPUTADORES INDEPENDENTE	6190-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
INSTALADOR(A) DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO INDEPENDENTE	4322-3/03	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR (A) DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS INDEPENDENTE	4520-0/07	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR(A) DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES INDEPENDENTE	4329-1/03	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR DE COFRES, TRANCAS E TRAVAS DE SEGURANÇA INDEPENDENTE	8020-0/02	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR(A) DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO INDEPENDENTE	4322-3/02	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO	S	N
INSTRUTOR(A) DE ARTE E CULTURA EM GERAL INDEPENDENTE	8592-9/99	ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE	S	N
INSTRUTOR(A) DE ARTES CÊNICAS INDEPENDENTE	8592-9/02	ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA	S	N
INSTRUTOR(A) DE CURSOS GERENCIAIS INDEPENDENTE	8599-6/04	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	S	N
INSTRUTOR(A) DE CURSOS PREPARATÓRIOS INDEPENDENTE	8599-6/05	CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS	S	N
INSTRUTOR(A) DE IDIOMAS INDEPENDENTE	8593-7/00	ENSINO DE IDIOMAS	S	N
INSTRUTOR(A) DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE	8599-6/03	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA	S	N
INSTRUTOR(A) DE MÚSICA INDEPENDENTE	8592-9/03	ENSINO DE MÚSICA	S	N
JARDINEIRO(A) INDEPENDENTE	8130-3/00	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	S	N
JORNALEIRO(A) INDEPENDENTE	4761-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS	N	S
LAPIDADOR(A) INDEPENDENTE	3211-6/01	LAPIDAÇÃO DE GEMAS	S	S
LAVADEIRO(A) DE ROUPAS INDEPENDENTE	9601-7/01	LAVANDERIAS	S	N
LAVADEIRO(A) DE ROUPAS PROFISSIONAIS INDEPENDENTE	9601-7/03	TOALHEIROS	S	N
LAVADOR(A) E POLIDOR DE CARRO INDEPENDENTE	4520-0/05	SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
LAVADOR(A) DE ESTOFADO E SOFÁ INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
LIVREIRO(A) INDEPENDENTE	4761-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS	N	S
LOCADOR DE ANDAIMES INDEPENDENTE	7732-2/02	ALUGUEL DE ANDAIMES	S	N
LOCADOR(A) DE APARELHOS DE JOGOS ELETRÔNICOS INDEPENDENTE	7729-2/01	ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRÔNICOS	N	N
LOCADOR(A) DE BICICLETAS, INDEPENDENTE	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR(A) DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR INDEPENDENTE	7739-0/02	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR(A) DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS INDEPENDENTE	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR(A) DE FITAS DE VÍDEO, DVDS E SIMILARES INDEPENDENTE	7722-5/00	ALUGUEL DE FITAS DE VÍDEO, DVDS E SIMILARES	N	N
LOCADOR(A) DE LIVROS, REVISTAS, PLANTAS E FLORES INDEPENDENTE	7729-2/99	ALUGUEL DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	N
LOCADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR INDEPENDENTE	7731-4/00	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES INDEPENDENTE	7732-2/01	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES	N	N
LOCADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO INDEPENDENTE	7733-1/00	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	N	N
LOCADOR(A) DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ESPORTIVO, INDEPENDENTE	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR(A) DE MATERIAL MÉDICO INDEPENDENTE	7729-2/03	ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO	N	N
LOCADOR(A) DE MOTOCICLETA, SEM CONDUTOR, INDEPENDENTE	7719-5/99	LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR	N	N
LOCADOR(A) DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS, INCLUSIVE PARA FESTAS INDEPENDENTE	7729-2/02	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS	N	N
LOCADOR(A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS INDEPENDENTE	7729-2/02	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS	N	N
LOCADOR(A) DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	7723-3/00	ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS	N	N

LOCADOR(A) DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR INDEPENDENTE	7739-0/99	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR(A) DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES INDEPENDENTE	7739-0/03	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES	S	N
LOCADOR(A) DE VÍDEO GAMES, INDEPENDENTE	7722-5/00	ALUGUEL DE FITAS DE VIDEO, DVDS E SIMILARES	N	N
LOCUTOR(A) DE MENSAGENS FONADAS E AO VIVO INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
MÁGICO(A) INDEPENDENTE	9329-8/99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
MANICURE/PEDICURE INDEPENDENTE	9602-5/01	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
MAQUIADOR(A) INDEPENDENTE	9602-5/02	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
MARCENEIRO(A) SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDENTE	3101-2/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA	S	S
MARMITEIRO(A) INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
MECÂNICO(A) DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS INDEPENDENTE	4543-9/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	S	N
MECÂNICO(A) DE VEÍCULOS INDEPENDENTE	4520-0/01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
MERCEEIRO(A)/VENDEIRO(A) INDEPENDENTE	4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	N	S
MERGULHADOR(A) (ESCAFANDRISTA) INDEPENDENTE	7490-1/02	ESCAFANDRIA E MERGULHO	S	N
MOENDEIRO(A) INDEPENDENTE	1069-4/00	MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
MONTADOR(A) DE MÓVEIS INDEPENDENTE	3329-5/01	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL	S	N
MONTADOR(A) E INSTALADOR DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS INDEPENDENTE	4329-1/04	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	S	N
MOTOBOY INDEPENDENTE	5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	S	N
MOTORISTA (POR APLICATIVO OU NÃO) INDEPENDENTE	5229-0/99	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
MOTOTAXISTA INDEPENDENTE	4923-0/01	SERVIÇO DE TÁXI	S	N
MOVELEIRO(A) INDEPENDENTE	3103-9/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE OUTROS MATERIAIS, EXCETO MADEIRA E METAL	N	S
MOVELEIRO(A) DE MÓVEIS METÁLICOS INDEPENDENTE	3102-1/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE METAL	N	S
OLEIRO(A) INDEPENDENTE	2342-7/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO AZULEJOS E PISOS	N	S
ORGANIZADOR(A) DE EXCURSÕES EM VEÍCULO PRÓPRIO, MUNICIPAL INDEPENDENTE	4929-9/03	ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL	S	N
OURIVES INDEPENDENTE	9529-1/06	REPARAÇÃO DE JÓIAS	S	N
PADEIRO(A) INDEPENDENTE	1091-1/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	N	S
PANFLETEIRO(A) INDEPENDENTE	7319-0/02	PROMOÇÃO DE VENDAS	S	N
PAPELEIRO(A) INDEPENDENTE	4761-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA	N	S
PASTILHEIRO(A) INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
PEDREIRO INDEPENDENTE	4399-1/03	OBRAS DE ALVENARIA	S	N
PEIXEIRO(A) INDEPENDENTE	4722-9/02	PEIXARIA	N	S
PINTOR(A) DE AUTOMÓVEIS INDEPENDENTE	4520-0/02	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
PINTOR(A) DE PAREDE INDEPENDENTE	4330-4/04	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL	S	N
PIPOQUEIRO(A) INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
PISCINEIRO(A) INDEPENDENTE	8129-0/00	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PIZZAIOLO(A) EM DOMICÍLIO INDEPENDENTE	5620-1/02	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ	S	S
POCEIRO/CISTERNEIRO/ CACIMBEIRO INDEPENDENTE	4399-1/05	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE COLHEITA SOB CONTRATO DE EMPREITADA INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE PODA SOB CONTRATO DE EMPREITADA INDEPENDENTE	0161-0/02	SERVIÇO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENOS SOB CONTRATO DE EMPREITADA INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM, DESTOCAMENTO, LAVRAÇÃO, GRADAGEM E SULCAMENTO SOB CONTRATO DE EMPREITADA INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE SEMEADURA SOB CONTRATO DE EMPREITADA INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PROFESSOR(A) PARTICULAR INDEPENDENTE	8599-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PROMOTOR(A) DE EVENTOS INDEPENDENTE	8230-0/01	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS	S	N
PROMOTOR(A) DE TURISMO LOCAL INDEPENDENTE	7990-2/00	SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
PROMOTOR(A) DE VENDAS INDEPENDENTE	7319-0/02	PROMOÇÃO DE VENDAS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE ALBERGUE NÃO ASSISTENCIAL INDEPENDENTE	5590-6/01	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE BAR E CONGÊNERES, COM ENTRETENIMENTO, INDEPENDENTE	5611-2/05	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS, COM ENTRETENIMENTO	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE BAR E CONGÊNERES, SEM ENTRETENIMENTO, INDEPENDENTE	5611-2/04	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS, SEM ENTRETENIMENTO	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CAMPING INDEPENDENTE	5590-6/02	CAMPINGS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE CANTINAS INDEPENDENTE	5620-1/03	CANTINAS - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PRIVATIVOS	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITÁRIOS INDEPENDENTE	7319-0/99	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE CASA DE CHÁ INDEPENDENTE	5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CASA DE SUCOS INDEPENDENTE	5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CASAS DE FESTAS E EVENTOS INDEPENDENTE	8230-0/02	CASAS DE FESTAS E EVENTOS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS INDEPENDENTE	5223-1/00	ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE FLIPERAMA INDEPENDENTE	9329-8/04	EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS RECREATIVOS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE HOSPEDARIA INDEPENDENTE	5590-6/99	OUTROS ALOJAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE LANCHONETE INDEPENDENTE	5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE PENSÃO INDEPENDENTE	5590-6/03	PENSÕES (ALOJAMENTO)	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE RESTAURANTE INDEPENDENTE	5611-2/01	RESTAURANTES E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE SALA DE ACESSO À INTERNET INDEPENDENTE	8299-7/07	SALAS DE ACESSO À INTERNET	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE SALÃO DE JOGOS DE SINUCA E BILHAR INDEPENDENTE	9329-8/03	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE SINUCA, BILHAR E SIMILARES	S	N
QUEIJEIRO(A)/MANTEIGUEIRO(A) INDEPENDENTE	1052-0/00	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS	N	S
QUITANDEIRO(A) INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
QUITANDEIRO(A) AMBULANTE INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
RECARREGADOR(A) DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE	4751-2/02	RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	S	S
RECICLADOR(A) DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO INDEPENDENTE	3839-4/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	S
RECICLADOR (A) DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO INDEPENDENTE	3831-9/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	S	S
RECICLADOR (A) DE MATERIAIS PLÁSTICOS INDEPENDENTE	3832-7/00	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS	S	S
RECICLADOR (A) DE SUCATAS DE ALUMÍNIO INDEPENDENTE	3831-9/01	RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	S	S
REDEIRO(A) INDEPENDENTE	1353-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CORDOARIA	N	S
RELOJOEIRO(A) INDEPENDENTE	9529-1/03	REPARAÇÃO DE RELÓGIOS	S	N
RENDEIRO(A) INDEPENDENTE	1359-6/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
REPARADOR(A) DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA INDEPENDENTE	3313-9/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N

REPARADOR(A) DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE BALANÇAS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS, INDEPENDENTE	3313-9/02	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS	S	N
REPARADOR(A) DE BICICLETA INDEPENDENTE	9529-1/04	REPARAÇÃO DE BICICLETAS, TRICICLOS E OUTROS VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS	S	N
REPARADOR(A) DE BRINQUEDOS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE CORDAS, VELAMES E LONAS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER INDEPENDENTE	3317-1/02	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER	S	N
REPARADOR(A) DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS, INDEPENDENTE	3314-7/02	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS	S	N
REPARADOR(A) DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES NÃO ELETRÔNICOS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE EXTINTOR DE INCÊNDIO INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE FILTROS INDUSTRIAIS INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS INDEPENDENTE	3313-9/01	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS	S	N
REPARADOR(A) DE GUARDA CHUVA E SOMBRINHAS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO INDEPENDENTE	3314-7/09	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL INDEPENDENTE	3314-7/07	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS GRÁFICA INDEPENDENTE	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DA MADEIRA INDEPENDENTE	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO, DO COURO E CALÇADOS INDEPENDENTE	3314-7/20	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO, DO COURO E CALÇADOS	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA INDEPENDENTE	3314-7/11	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO INDEPENDENTE	3314-7/19	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO	S	N
REPARADOR(A) INDEPENDENTE	3314-7/01	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS MOTRIZES NÃO ELÉTRICAS	S	N
REPARADOR(A) INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS PARA ENCADERNAÇÃO INDEPENDENTE	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS INDEPENDENTE	3314-7/06	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS	S	N
REPARADOR(A) DE MÓVEIS INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR(A) DE PANELAS (PANELEIRO) INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS, INDEPENDENTE	3311-2/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS	S	N
REPARADOR(A) DE TOLDOS E PERSIANAS INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR(A) DE TONÉIS, BARRIS E PALETES DE MADEIRA INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE TRATORES AGRÍCOLAS INDEPENDENTE	3314-7/12	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	S	N
REPARADOR(A) DE VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS HISTÓRICOS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE LIVROS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE OBRAS DE ARTE INDEPENDENTE	9002-7/02	RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE	S	N
RETIFICADOR(A) DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES INDEPENDENTE	2950-6/00	RECONDICIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
REVELADOR(A) FOTOGRÁFICO INDEPENDENTE	7420-0/03	LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS	S	N
SALGADEIRO(A) INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
SALINEIRO/EXTRATOR DE SAL MARINHO INDEPENDENTE	0892-4/01	EXTRAÇÃO DE SAL MARINHO	N	S
SALSICHEIRO(A)/LINGUICEIRO(A) INDEPENDENTE	1013-9/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE	N	S
SAPATEIRO(A)	9529-1/01	REPARAÇÃO DE CALÇADOS, DE BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM	S	N
SELEIRO(A) INDEPENDENTE	1529-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
SERIGRAFISTA INDEPENDENTE	1813-0/99	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS	S	S
SERIGRAFISTA PUBLICITÁRIO INDEPENDENTE	1813-0/01	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO	S	S
SERRALHEIRO(A), EXCETO PARA ESQUADRIAS, SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDENTE	2542-0/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS	S	S
SINTEQUEIRO(A) INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
SOLDADOR(A)/BRASADOR(A) INDEPENDENTE	2539-0/01	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	S	N
SORVETEIRO(A) INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
SORVETEIRO(A) AMBULANTE INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
TANOEIRO(A) INDEPENDENTE	1623-4/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E DE EMBALAGENS DE MADEIRA	N	S
TAPECEIRO(A) INDEPENDENTE	1352-9/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TAPEÇARIA	N	S
TATUADOR(A) INDEPENDENTE	9609-2/06	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	S	N
TAXISTA INDEPENDENTE	4923-0/01	SERVIÇO DE TÁXI	S	N
TECELÃO(Ã) INDEPENDENTE	1322-7/00	TECELAGEM DE FIOS DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS, EXCETO ALGODÃO	N	S
TECELÃO(Ã) DE ALGODÃO INDEPENDENTE	1321-9/00	TECELAGEM DE FIOS DE ALGODÃO	N	S
TÉCNICO(A) DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE	9001-9/06	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	S	N
TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR INDEPENDENTE	9511-8/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS	S	N
TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9521-5/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	S	N
TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA INDEPENDENTE	9512-6/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	S	N
TELHADOR(A) INDEPENDENTE	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
TINTUREIRO(A) INDEPENDENTE	9601-7/02	TINTURARIAS	S	N
TORNEIRO(A) MECÂNICO INDEPENDENTE	2539-0/01	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	S	N
TOSADOR(A) DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
TOSQUIADOR(A) INDEPENDENTE	0162-8/02	SERVIÇO DE TOSQUIAMENTO DE OVINOS	S	N
TRANSPORTADOR(A) AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS INDEPENDENTE	5099-8/01	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS	S	N
TRANSPORTADOR(A) ESCOLAR INDEPENDENTE	4924-8/00	TRANSPORTE ESCOLAR	S	N

TRANSPORTADOR(A) DE MUDANÇAS INDEPENDENTE	4930-2/04	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S
TRANSPORTADOR(A) INTERMUNICIPAL COLETIVO DE PASSAGEIROS SOB FRETE EM REGIÃO METROPOLITANA INDEPENDENTE	4929-9/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR(A) INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE TRAVESSIA POR NAVEGAÇÃO FLUVIAL INDEPENDENTE	5091-2/02	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR(A) MARÍTIMO DE CARGA INDEPENDENTE	5011-4/01	TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - CARGA	N	S
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL DE CARGAS NÃO PERIGOSAS (CARRETO) INDEPENDENTE	4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL COLETIVO DE PASSAGEIROS SOB FRETE INDEPENDENTE	4929-9/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL DE TRAVESSIA POR NAVEGAÇÃO INDEPENDENTE	5091-2/01	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL HIDROVIÁRIO DE CARGAS INDEPENDENTE	5021-1/01	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO INTERIOR DE CARGA, MUNICIPAL, EXCETO TRAVESSIA	S	N
TRICOTEIRO(A) INDEPENDENTE	1422-3/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, PRODUZIDOS EM MALHARIAS E TRICOTAGENS, EXCETO MEIAS	N	S
VASSOUREIRO(A) INDEPENDENTE	3291-4/00	FABRICAÇÃO DE ESCOVAS, PINCÉIS E VASSOURAS	N	S
VENDEDOR(A) AMBULANTE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
VENDEDOR(A) DE AVES VIVAS, COELHOS E OUTROS PEQUENOS ANIMAIS PARA ALIMENTAÇÃO INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
VERDUREIRO INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
VIDRACEIRO DE AUTOMÓVEIS INDEPENDENTE	4520-0/01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
VIDRACEIRO DE EDIFICAÇÕES INDEPENDENTE	4330-4/99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO	S	N
VINAGREIRO INDEPENDENTE	1099-6/01	FABRICAÇÃO DE VINAGRES	N	S
VIVEIRISTA INDEPENDENTE	0121-1/01	HORTICULTURA, EXCETO MORANGO	N	S
TABELA B				
OCUPAÇÃO	CNAE	DESCRIÇÃO SUBCLASSE CNAE	ISS	ICMS
TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA - MUNICIPAL	4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	4930-2/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA - PRODUTOS PERIGOSOS	4930-2/03	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	S	S
TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA - MUDANÇAS	4930-2/04	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S

PORTARIA CGSN Nº 34, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Portaria CGSN nº 31, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre a composição da Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional.

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 163, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria CGSN nº 31, de 20 de abril de 2021, publicada na página 13, Seção 2 do Diário Oficial da União nº 74, de 22/04/2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º.....

I - .....

.....

b) substituto: Gustavo Salton Rotunno Abreu Lima da Rosa;

.....

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES
Presidente do Comitê

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 14, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros do estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.334.170/0003-62.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 11903.720002/2022-85, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil LTDA, inscrito no CNPJ 03.334.170/0003-62, autorizado a exportar cigarros, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	JT International S.A., CNPJ 11.057.366/0001-13, sediada em Rue Kazem Radjavi, 8, 1202, Genebra/Suíça
2) País de destino dos produtos	Sint Maarten
2.1) Empresa de destino dos produtos	International Liquor & Tobacco Trading, sediada em J. Yrausquin Blvd. Road, Pointe-Blanche, Building nº 89 P. O. Box 192, Philipsburg/Sint Maarten
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
Camel Activate Fresh	74626571
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Santa Cruz do Sul - RS;

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 15, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros pelo estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.100082/2022-86, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior British American Tobacco Productora de Cigarrilos Sociedad Anonima (PROBAT S.A.), situada em Avenida Aviadores del Chaco 2050, Asunción, Paraguai

2) País de destino dos produtos Paraguai

2.1) Empresa de destino dos produtos British American Tobacco Productora de Cigarrilos Sociedad Anonima (PROBAT S.A.), situada em Avenida Aviadores del Chaco 2050, Asunción, Paraguai

3) Características dos produtos Cigarros em embalagem rígida

4) Marca Comercial Código de Barras

LUCKY STRIKE CHARGED (12 unidades) 78421936

LUCKY STRIKE CHARGED (20 unidades) 78421929

5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o Art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o Registro de Despachantes Aduaneiros.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 10.593/2002 e o art. 15 do Decreto nº 6.759/2009, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 3º, do Decreto-Lei nº 2.472/1988, no art. 810, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 6.759/2009, no art. 12 da IN RFB nº 1.209/2011, no art. 19, inc. II, da Portaria ALF/SPO nº 548/2014 e no art. 2º, parágrafo único, da Portaria ALF/SPO n° 23/2021, declara:

1. Tornar nulo os efeitos do Ato Declaratório Executivo nº 9, de 18 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 20 de agosto de 2020, tendo em vista a concessão da segurança pretendida no Mandado de Segurança Cível 5020743-56.2020.4.03.6100, 2ª Vara Cível Federal de São Paulo. Por consequência, restabelecer o registro do interessado, abaixo listado, no Quadro de Despachantes Aduaneiros credenciados perante a Receita Federal do Brasil.

CPF	NOME	PROCESSO
086.623.508-60	ANTONIO MELLO NETO	10909.721190/2019-41

ERIC CHINEN SAKIMA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO IRF/SSO Nº 2, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Habilitação para utilizar procedimentos simplificados para embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo.

O INSPETOR DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO, no uso da atribuição conferida pelo art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no inciso I do art. 27 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 17 de setembro de 2009, e o disposto no art. 4.º da Instrução Normativa (IN) RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU de 1º de agosto de 2013, e, tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 10821.720563/2017-64, declara:

Art. 1º Fica a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 33.000.167/0001-01, com estabelecimento sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-170, por intermédio dos estabelecimentos comerciais exportadores relacionados no art. 2.º, HABILITADA a utilizar os procedimentos simplificados para embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo das origens relacionadas no art. 3.º, mediante transbordo na área marítima abaixo descrita (inciso II, art. 7.º da IN RFB n.º 1.381, de 2013):

- Píer 1 do Terminal de São Sebastião (também conhecido como Píer 1 do Terminal Aquaviário de São Sebastião Almirante Barroso - Tebar ou berço PP1-VLCC/SUEZMAX do Terminal de São Sebastião), localizado na Av. Guarda-Mor Lobo Viana, 1111, Porto Grande, São Sebastião/SP, administrado pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, CNPJ 02.709.449/0040-65, e parte integrante do cais de atracação e acostagem alfandegado pelo Ato Declaratório Executivo SRRF08 n.º 81, de 11 de setembro de 2002, publicado no DOU de 13 de setembro de 2002.

Art. 2.º A presente habilitação aplica-se apenas aos seguintes estabelecimentos comerciais:

CNPJ	Endereço
33.000.167/0004-54	Av. Nossa Senhora da Penha, 1688, Edivit, Barro Vermelho, Vitória/ES, CEP 29.057-550
33.000.167/0088-62	Rod. Washington Luiz BR 040, s/n, km 113,7, Campos Elíseos, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.070-235
33.000.167/0094-00	Ia. D´Água s/n, Ribeira, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.930-970
33.000.167/0183-10	Av. Elias Agostinho, 665, Parte, Imbetiba, Macaé/RJ, CEP 27.913-350
33.000.167/0277-35	R. Marquês do Herval, 90, andar 13, Valongo, Santos/SP, CEP 11.010-310
33.000.167/0278-16	R. Marquês do Herval, 90, andar 11, Valongo, Santos/SP, CEP 11.010-310
33.000.167/0279-05	R. Marquês do Herval, 90, andar 10, Valongo, Santos/SP, CEP 11.010-310
33.000.167/0284-64	R. Marquês do Herval, 90, andar 5, Valongo, Santos/SP, CEP 11.010-310
33.000.167/0290-02	R. Marquês do Herval, 90, andar 12, Valongo, Santos/SP, CEP 11.010-310
33.000.167/0299-40	Av. Mem de Sá, s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0300-19	R. Francisco de S e Melo, 1590, galpão 4, armazém 101, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0323-05	Av. Mem de Sá, Campo de Marlim, s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0324-96	Av. Mem de Sá, Campo de Marlim Leste, s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0334-68	Av. Mem de Sá, Campo de Roncador, s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0335-49	Av. Mem de Sá, Campo de Tartaruga Verde, s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0336-20	Av. Mem de Sá, Campo de Tartaruga Verde (área da União), s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0337-00	Av. Mem de Sá, Campo de Tartaruga Verde Sudoeste, s/nº, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.925-545
33.000.167/0342-78	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Berbigão, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0344-30	R. Francisco de Souza e Melo, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0347-82	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Lula, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0348-63	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Mero, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0349-44	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Norte de Berbigão, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0350-88	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Norte de Sururu, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0353-20	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Sépia, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0355-92	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Sul de Berbigão, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0356-73	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Sul de Sururu, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0357-54	R. Francisco de Souza e Melo, Campo de Sururu, 1590, Cordovil, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.010-900
33.000.167/0603-50	R. Albert Schweitzer, 197, Alemoa, Santos/SP, CEP 11.095-520
33.000.167/0661-29	Av. Guarda Mor Lobo Viana, 1111, São Sebastião/SP, CEP 11.600-200
33.000.167/0792-98	Ilha Redonda, s/n, Baía da Guanabara, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.531-540
33.000.167/0895-01	R. Marquês do Herval, 90, Valongo, Santos/SP, CEP 11.010-310
33.000.167/1055-58	Rod. Amaral Peixoto, 11000, Imboassica, Macaé/RJ, CEP 27.973-030
33.000.167/1072-59	Rod. BR 101, s/n, km 81, Píer, Jacuacanga, Angra dos Reis/RJ, CEP 23.900-010

Art. 3.º A presente habilitação aplica-se apenas ao petróleo com origem nas seguintes unidades de produção ou estocagem:

Unidade flutuante de produção (FPSO)	Localização geográfica		Campo/bloco
	Latitude S	Longitude W	
CAPIXABA	20º 00' 06"	039º 33' 31"	Cachalote/BC-60
CARIOCA	25º 13' 37,355"	42º 34' 12,909"	Sépia
CIDADE DE ANCHIETA	21º 20' 16"	040º 03' 27"	Baleia Azul/BC-60
CIDADE DE ANGRA DOS REIS	25º 32' 39"	042º 50' 23"	Lula/BM-S-11
CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	22º 57' 08"	040º 43' 30"	Tartaruga Mestiça e Tartaruga Verde/BM-C-36
CIDADE DE CARAGUATATUBA	25º 31' 07"	043º 27' 60"	Lapa/BM-S-09
CIDADE DE ILHABELA	25º 40' 22"	043º 12' 22"	Sapinhoá e Entorno de Sapinhoá/BM-S-09
CIDADE DE ITAGUAÍ	25º 08' 28"	042º 56' 39"	Iracema Norte/BM-S-11
CIDADE DE MANGARATIBA	25º 12' 14"	042º 52' 42"	Cernambi/BM-S-11
CIDADE DE MARICÁ	25º 26' 55"	042º 45' 11"	Lula/BM-S-11
CIDADE DE PARATY	25º 23' 45"	042º 45' 38"	Lula/BM-S-11
CIDADE DE SÃO PAULO	25º 47' 57"	043º 15' 46"	Sapinhoá e Entorno de Sapinhoá/BM-S-09
CIDADE DE SAQUAREMA	25º 29' 29"	042º 46' 53"	Lula Central/BM-S-11
FLUMINENSE	22º 38' 00"	040º 25' 00"	Bijupirá
FRADE	21º 53' 00"	039º 51' 30"	Frade
GUANABARA	24º 35' 1,158"	042º 15' 22,558"	Mero
P-32	22º 20' 49"	040º 14' 30"	Marlim
P-33	22º 22' 13"	040º 01' 36"	Marlim
P-35	22º 26' 07"	040º 04' 10"	Marlim
P-37	22º 29' 00"	040º 05' 50"	Marlim
P-47	22º 20' 29"	040º 11' 41"	Marlim
P-50	22º 05' 04"	039º 49' 45"	Albacora Leste
P-54	21º 58' 02"	039º 49' 35"	Roncador
P-57	21º 15' 06"	040º 02' 26"	Jubarte/BC-60
P-58	21º 12' 54"	039º 59' 50"	Cachalote/BC-60
P-62	21º 56' 23"	039º 47' 07"	Roncador
P-63	23º 30' 50"	041º 03' 52"	Papa Terra/BC-20
P-66	25º 36' 10"	042º 49' 14"	Lula/BM-S-11
P-67	25º 19' 47"	042º 41' 33"	Lula/BM-S-11
P-68	25º 01' 22"	036º 40' 04"	Berbigão e Sururu
P-69	25º 39' 29"	042º 51' 34"	Lula/BM-S-11
P-70	24º 57' 06"	042º 28' 06"	Entorno de Iara e Atapu
P-74	24º 38' 58"	042º 30' 52"	Búzios
P-75	24º 47' 20"	042º 30' 35"	Búzios
P-76	24º 41' 20"	042º 30' 21"	Búzios
P-77	24º 38' 11"	042º 24' 43"	Búzios
PIONEIRO DE LIBRA	24º 39' 29"	042º 13' 55"	Libra P1
Unidade fixa de produção (Plataforma)	Latitude S	Longitude W	Campo
P-52	21º 54' 18"	039º 44' 14"	Roncador
PCE-1	22º 42' 23"	040º 41' 40"	Enchova
PGP-1	22º 22' 22"	040º 25' 07"	Garoupa
Unidade flutuante de estocagem (FSO)	Latitude S	Longitude W	Campo
CIDADE DE MACAÉ	22º 09' 21"	040º 08' 53"	Roncador, Marlim Leste, Marlim Sul e Moréia
P-38	22º 33' 27"	040º 07' 20"	Marlim Sul

Art. 4.º A habilitação para utilizar os procedimentos simplificados tem caráter precário e pode ser revogada a qualquer tempo no interesse da Administração Tributária, bem como, suspensa ou cancelada, nos casos de descumprimento de requisitos ou condições estabelecidos na IN RFB n.º 1.381, de 2013.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo IRF/SSO n.º 3, de 6 de setembro de 2021, publicado no DOU de 13 de setembro de 2021.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LESSA DE SIQUEIRA

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 10, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Habilita de forma definitiva ao Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - RECOF à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA DECEX/SPO - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo artigo 4º, parágrafo 1º da Portaria COANA nº 57, de 02 de outubro de 2019 e artigo 20, parágrafo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1291, de 19 de setembro de 2012, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta no processo administrativo 13031.818827/2021-90, declara:

Art. 1º Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo DECEX/SP nº 127, de 16/11/2021, publicado no DOU de 22/11/2021, o qual passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, sediada na Rodovia MG 238, S/N, Sala On-Highway, Bloco II Km 73,5, Distrito Industrial Norte, município de Sete Lagoas/MG, por meio do estabelecimento matriz 36.519.422/0001-15, HABILITADA a operar em caráter precário o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - Recof, nos termos e condições estabelecidos pela IN/RFB n° 1291/2012."

Art. 2º Permanecem inalteradas, efetivas e eficazes as demais disposições do referido Ato Declaratório Executivo.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RGE Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o Registro de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no §3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, nos termos da Instrução Normativa RFB n.° 1.209, de 07 de novembro de 2011:

NOME CPF Processo

Lorena Pintanel Espinoza 035.206.720-90 11050.720693/2021-14

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS GONÇALVES COLARES

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO CONFAZ/ME Nº 25, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza os Estados do Acre, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina a REGISTRAR E DEPOSITAR relações de ATOS NORMATIVOS e ATOS CONCESSIVOS, VIGENTES E NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017, bem como a respectiva documentação comprobatória, conforme o disposto no § 1º da cláusula quarta, no § 2º da cláusula sétima e no § 1º da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 190/17.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS nº 133, de 12 de dezembro de 1997, conforme deliberação do Conselho, na sua 345ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de fevereiro de 2022, em Brasília, DF, resolve:

Art 1º Os Estados do Acre, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina ficam autorizados, nos termos do § 1º da cláusula quarta, do § 2º da cláusula sétima e do parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, a REGISTRAR E DEPOSITAR na Secretaria-Executiva do CONFAZ relações de ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS VIGENTES E NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017, relativos aos benefícios fiscais instituídos por legislação estadual publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, e a respectiva DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA, conforme solicitações abaixo informadas, recebidas na SE/CONFAZ:

Item	UF	Recebimento		Registro e Depósito de:
		Data	Forma	
1	ACRE	11.02.2022	Correio Eletrônico	Atos Normativos de Alteração editados em novembro/2017
2	ESPÍRITO SANTO	15.02.2022	Correio Eletrônico	Atos Concessivos de Extensão editados nos anos de 2021 e 2022
3	GOIÁS	11.02.2022	Correio Eletrônico	Atos Concessivos de Extensão editados em fevereiro/2021 e maio/2021
4	GOIÁS	14.02.2022	Correio Eletrônico	Atos Normativos e Atos Concessivos de Alteração editados em agosto/2021 e setembro/2021
5	RIO GRANDE DO SUL	14.02.2022	Correio Eletrônico	Atos Normativos e Atos Concessivos de Alteração editados em março/2016, março/2020 e junho/2021 e Atos Concessivos Não Vigentes
6	SANTA CATARINA	14.02.2022	Correio Eletrônico	Ato Concessivo Não Vigente

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 1, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007; e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte, que informou a necessidade de alteração em razão da expressiva redução do valor do Gás Natural Veicular - GNV - na unidade federada, recebida por meio de mensagem eletrônica no dia 24.02.2022, registrada no processo SEI nº 12004.100149/2022-51, TORNA PÚBLICO que o Estado do Rio Grande do Norte adotará, a partir de 1° de março de 2022, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final - PMPF - para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	RN	6,6270	7,6900	5,1320	4,9780	8,0810	8,0810	-	5,7360	**4,5990	-	1,6900	1,6900

Nota Explicativa:
** redução do valor do GNV.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 14, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a operacionalização de que trata a cláusula quinta do Convênio ICMS nº 235/21, que institui o Portal Nacional da diferença entre as alíquotas interna da unidade federada de destino e interestadual nas operações e prestações destinadas a não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade federada.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 308ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022, em Brasília, DF, com base na cláusula quinta do Convênio ICMS nº 235, de 27 de dezembro de 2021, resolveu:

Art. 1º Este Ato COTEPE/ICMS trata da operacionalização do Portal Nacional da diferença entre as alíquotas interna da unidade federada de destino e interestadual nas operações e prestações destinadas a consumidor final não contribuinte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - localizado em outra unidade federada - Portal Nacional da DIFAL, instituído pelo Convênio ICMS nº 235, de 27 de dezembro de 2021, mantido pela Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul - SVRS (difal.svrs.rs.gov.br).

Art. 2º As unidades federadas prestarão as seguintes informações para fins de inclusão no Portal:

I - a legislação aplicável à operação ou prestação específica, incluídas soluções de consulta e decisões em processo administrativo fiscal de caráter vinculante, de acordo com o modelo e instruções do Anexo I;

II - as alíquotas interestadual e interna aplicáveis à operação ou prestação, de acordo com o modelo e instruções do Anexo II;

III - as informações sobre benefícios fiscais ou financeiros e regimes especiais que possam alterar o valor a ser recolhido do imposto, de acordo com o modelo e instruções do Anexo III;

IV - as obrigações acessórias a serem cumpridas em razão da operação ou prestação realizada, de acordo com o modelo e instruções do Anexo IV.

Art. 3º As informações previstas no art. 2º serão encaminhadas em planilhas eletrônicas, pelas unidades federadas à Secretaria-Executiva do CONFAZ - SE/CONFAZ, inclusive quando houver alteração em algum dos campos relacionados nos Anexos I a IV, com a respectiva chave única de codificação digital - "hashcode", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest Algorithm 5", de domínio público.

§ 1º A cada atualização, total ou parcial, dos campos relacionados nos Anexos I a IV, deverá ser enviada nova versão da planilha eletrônica completa correspondente ao anexo alterado, contendo indicação dos campos alterados.

§ 2º A SE/CONFAZ encaminhará as informações de que trata o "caput" ao GT71 - DIFAL, que ficará responsável por validar o formato das planilhas eletrônicas recebidas e incluí-las no Portal no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do seu recebimento.

§ 3º Não sendo validado o formato das planilhas eletrônicas, o GT71 - DIFAL as devolverá à SE/CONFAZ, que comunicará tal fato à respectiva unidade federada para as providências necessárias.

§ 4º Alternativamente ao disposto no § 2º, as unidades federadas poderão ser autorizadas a incluir diretamente as suas planilhas eletrônicas no Portal em acesso restrito às informações da respectiva unidade federada no Portal.

§ 5º A autorização do disposto no § 4º fica condicionada à aprovação pelo GT71 - DIFAL.

§ 6º As informações de que trata o art. 2º poderão ser subdivididas por unidade federada relacionando planilhas eletrônicas identificadas pelas versões e respectivas vigências, nomeadas com o seguinte formato: "Anexo X - Versão xxx - Vigência a partir de dd/mm/aaaa".

Art. 4º Para fins de apuração do imposto pelo contribuinte, nos termos do "caput" da cláusula terceira do Convênio ICMS nº 235/21, o Portal conterá ferramentas próprias, com direcionamento aos sítios eletrônicos geradores das guias de recolhimento.

§ 1º A apuração de que trata o "caput" terá como base os documentos fiscais eletrônicos emitidos por cada estabelecimento.

§ 2º Os documentos fiscais eletrônicos para fins de apuração de que trata o "caput" serão relacionados às operações e prestações destinadas a não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade federada.

§ 3º A apuração de que trata o "caput":

I - será efetuada na periodicidade que dispuser a legislação da unidade federada, inclusive nas hipóteses de recolhimento por operação ou prestação;

II - poderá conter direcionamento para a ferramenta própria de apuração centralizada do imposto correspondente e respectivas guias de recolhimento.

§ 4º O Portal disponibilizará por direcionamento, observado o disposto no § 1º e no inciso I do § 3º, o somatório dos valores informados nos documentos fiscais eletrônicos referentes à DIFAL e ao Fundo de Combate à Pobreza, consolidados para cada unidade federada de destino.

§ 5º O disposto no § 4º não se aplica às operações e prestações destinadas ao Estado de São Paulo, onde os valores consolidados estarão informados na ferramenta de apuração direcionada ao sítio eletrônico daquela unidade federada.

Art. 5º As informações disponíveis no Portal serão atualizadas nos termos deste ato.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá, Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Sandra Urania Silva Andrade, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Leonardo Sá Santos, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Rodrigo Paulino Jorge, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires

Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Ricardo Rodrigues Cachapuz, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Danielle Rebeca Kleber de Souza, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

ANEXO I

Versão: XXX (1)	
Unidade Federada Destinatária / Declarante: __ (2)	
Produção de efeitos a partir de __/__/___ (3)	
Base Legal (4)	Observação (7)
Consultas (5)	Observação (7)
Decisões (6)	Observação (7)
Orientações de preenchimento e legenda (informações alteradas devem ser indicadas em vermelho em relação à última versão encaminhada, inclusive em se tratando de versão retificadora)	
1. Quando do encaminhamento do arquivo atualizado, a unidade federada deverá apor o número da versão que será sequencial iniciando pelo algarismo 000 (zero).	
2. Informar a sigla da unidade federada destinatária / declarante.	
3. Indicar o início de produção de efeitos da nova versão que está sendo enviada.	
4. Indicar a Base Legal com menção ao dispositivo da legislação. Neste campo não deve ser reproduzido o texto legal.	
5. Indicar o número/código referente à solução de consulta que seja relacionada à DIFAL a não contribuinte.	
6. Indicar o número/código de decisão em processo administrativo fiscal de caráter vinculante.	
7. Campo livre e opcional para qualquer informação pertinente, como, por exemplo, indicação do teor do dispositivo citado ou informações ou teor referentes ao parecer de consulta formal realizada ou decisões.	

ANEXO II

Versão: XXX (1)				
Unidade Federada Destinatária / Declarante: __ (2)				
Produção de efeitos a partir de __/__/___ (3)				
Alíquotas interestaduais (4)		Situações		
4%		Saída interestadual de mercadoria importada ou com conteúdo de importação superior a 40%		
7%		Saída interestadual do S, SE, exceto ES, para demais UF		
12%		Saída interestadual do CO, S, SE, exceto ES, para demais UF / Saída interestadual do S, SE, exceto ES, para S e SE, exceto ES		
4%		Prestação de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal.		
Mercadoria (5)	NCM/SH (6)	Alíquota interna (7)	Fundo de Combate à Pobreza (8)	Observação (9)

Orientações de preenchimento e legenda (informações alteradas devem ser indicadas em vermelho em relação à última versão encaminhada, inclusive em se tratando de versão retificadora)
1. Quando do encaminhamento do arquivo atualizado ao endereço eletrônico criado para este fim, a unidade federada deverá apor o número da versão que será sequencial iniciando pelo algarismo 000 (zero).
2. Informar a sigla da unidade federada destinatária / declarante.
3. Indicar o início de produção de efeitos da nova versão que está sendo enviada.
4. As informações das alíquotas interestaduais permanecem inalteradas até nova resolução do Senado Federal e devem ser informadas como consta neste anexo.
5. Indicar a descrição do bem, mercadoria ou prestação, quando aplicável, podendo as mercadorias serem agrupadas quando utilizarem a mesma alíquota.
6. Indicar a respectiva NCM/SH do bem, mercadoria ou prestação, a critério da unidade federada.
7. Indicar a alíquota interna do bem, mercadoria ou prestação.
8. Indicar o percentual do adicional de alíquota do bem, mercadoria ou prestação, referente ao Fundo de Combate à Pobreza, quando aplicável.
9. Campo livre e opcional para qualquer informação pertinente, como, por exemplo, indicação da base legal e das informações referentes às alíquotas ou ao percentual do adicional de alíquota do Fundo de Combate à Pobreza.

ANEXO III

Versão: XXX (1)	
Unidade Federada Destinatária / Declarante: ___ (2)	
Produção de efeitos a partir de __/__/___ (3)	
Base Legal dos benefícios fiscais ou financeiros (4)	Observação (5)
Orientações de preenchimento e legenda (informações alteradas devem ser indicadas em vermelho em relação à última versão encaminhada, inclusive em se tratando de versão retificadora)	
1. Quando do encaminhamento do arquivo atualizado ao endereço eletrônico criado para este fim, a unidade federada deverá apor o número da versão que será sequencial iniciando pelo algarismo 000 (zero).	
2. Informar a sigla da unidade federada destinatária / declarante.	
3. Indicar o início de produção de efeitos da nova versão que está sendo enviada.	
4. Indicar a Base Legal dos benefícios fiscais ou financeiros que possam alterar o valor do imposto a ser recolhido, caso existentes na unidade federada. Neste campo não deve ser reproduzido o texto legal.	
5. Campo livre e opcional para qualquer informação pertinente, como, por exemplo, indicação do teor do dispositivo citado ou informações ou teor referentes ao benefício.	

ANEXO IV

Versão: XXX (1)		
Unidade Federada Destinatária / Declarante: ___ (2)		
Produção de efeitos a partir de __/__/___ (3)		
Obrigação acessória (4)	Periodicidade (5)	Observação (6)
Orientações de preenchimento e legenda		
1. Quando do encaminhamento do arquivo atualizado ao endereço eletrônico criado para este fim, a unidade federada deverá apor o número da versão que será sequencial iniciando pelo algarismo 000 (zero).		
2. Informar a sigla da unidade federada destinatária / declarante.		
3. Indicar o início de produção de efeitos da nova versão que está sendo enviada.		
4. Indicar a obrigação acessória a ser cumprida pelo contribuinte da DIFAL destinada a não contribuinte.		
5. Indicar a periodicidade de cumprimento da obrigação acessória.		
6. Campo livre e opcional para qualquer informação pertinente, como, por exemplo, indicação da base legal e das informações referentes às obrigações acessórias e periodicidade.		

ATO COTEPE/ICMS Nº 15, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 3/22, que divulga relação de produtores de B100 optantes pelo tratamento tributário diferenciado para apuração e pagamento do ICMS incidente nas operações com B100 realizadas com diferimento ou suspensão, na forma do Convênio ICMS nº 206/21.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS nº 206, de 9 de dezembro de 2021,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 24 de fevereiro de 2022, na forma do inciso I da cláusula terceira do Convênio ICMS nº 206/21, registrada no Processo SEI nº 12004.100019/2022-18, torna público:

Art. 1º O item 9 fica acrescido ao campo referente ao Estado do Rio Grande do Sul do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 3, de 13 de janeiro de 2022, com a seguinte redação:

Unidade Federada: RIO GRANDE DO SUL				
ITEM	UF	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO TTD
9	RS	87.548.020/0001-80	BIANCHINI S A IND COM E AGRIC	1º.01.2022

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 9, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Publica Convênios ICMS aprovados na 346ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 23.02.2022.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 346ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022, foram celebrados os seguintes atos normativos:

CONVÊNIO ICMS Nº 13, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Convênio ICMS nº 19/18, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução na base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de comunicação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 346ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, no dia 24 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O § 4º fica acrescido à cláusula primeira do Convênio ICMS nº 19, de 3 de abril de 2018, com a seguinte redação:

"§ 4º Compreende-se no conceito de sede de que trata o inciso III do caput da cláusula primeira qualquer matriz ou filial estabelecida fisicamente no Estado concedente, conforme disposto em regulamentação específica do Estado concedente.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - Clóvis Monteiro Gomes, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Felipe Mattos de Lima Ribeiro, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Henrique de Campos Meirelles, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 14, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a adesão do Estado de Pernambuco e altera o Convênio ICMS nº 175/21, que autoriza as unidades federadas que menciona a reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 346ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, no dia 24 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado de Pernambuco fica incluído nas disposições do Convênio ICMS nº 175, de 1º de outubro de 2021.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS nº 175/21 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco ficam autorizados a instituir programa de parcelamento incentivado de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM - e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio e na legislação estadual.";

II - o inciso I do parágrafo único da cláusula primeira:

"I - devem se relacionar a fatos geradores ocorridos até 31 de julho de 2021, relativamente aos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, e até 31 de dezembro de 2021, relativamente ao Estado de Pernambuco;".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - Clóvis Monteiro Gomes, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Felipe Mattos de Lima Ribeiro, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio Padilha da Cruz, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Henrique de Campos Meirelles, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 15 horas e 30 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do ERJ), da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), da assessoria técnica Raquel Nunes, Cecília Góia, Daniella Correa, Ricardo Kalil.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 19953.100036/2022-75, 19953.100037/2022-10, 19953.100038/2022-64, processo SEI Nº 19953.100565/2021-98: solicitação de exclusão da SERVE do SISRRF e aditamento ao PARECER SEI Nº 673/2022/ME, nos termos do art. 5º, §1º, inciso III, da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, que trata do Plano de Recuperação Fiscal reapresentado pelo Estado do Rio de Janeiro por meio do Of.SEFAZ/COMISARRF SEI Nº20 de 10 de fevereiro de 2022 (Número SEI 22333878) no âmbito do Processo nº 17944.101744/2021-26.

1) PROCESSO 19953.100036/2022-75

O Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU) relata que o processo trata de crédito suplementar no âmbito da CEHAB, conforme voto (22647113) incluído no processo, para cobrir despesas decorrentes de processos judiciais, não se verificando reajuste de despesa obrigatória ou criação de despesa obrigatória de caráter continuado, nesse sentido vota pelo arquivamento do presente processo na medida em que não se verificam indícios para caracterização de violação às vedações estabelecidas nos incisos VII e VIII do art. 8º da LC nº 159/2017. A Conselheira Daniela de Melo Faria acompanha o voto do Conselheiro Paulo Roberto Dias Pereira, pelo arquivamento, conforme exposto no voto (22593258) incluído no processo.

Após apresentação de argumentos pelo Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do ERJ), a Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME) retifica Voto (22542384) previamente anexado ao processo em análise por entender sanada suas questões e vota pelo arquivamento do presente processo.

Resultado: Por unanimidade, o Conselho decide pelo arquivamento do presente processo na medida em que não se verificam violações às vedações estabelecidas nos incisos VII e VIII do art. 8º da LC nº 159/2017.

2) PROCESSO 19953.100037/2022-10

Diante dos esclarecimentos apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro, os Conselheiros entenderam se tratar de mera mudança de procedimento administrativo não havendo criação ou reajuste de despesa, conforme exposto nos votos inseridos no processo no processo SEI 19953.100037/2022-10.

Resultado: Por unanimidade, o Conselho decide pelo arquivamento do presente processo na medida em que não se verificam violações às vedações estabelecidas nos incisos VII e VIII do art. 8º da LC nº 159/2017.

3) PROCESSO 19953.100038/2022-64

Os Conselheiros deram entendimento semelhante ao exarado no processo SEI 19953.100037/2022-10 ao processo em questão.

Resultado: Por unanimidade, diante dos esclarecimentos apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro, os Conselheiros entenderam se tratar de alteração de processo administrativo sem criação de despesa decidindo pelo arquivamento.

4) PROCESSO 19953.100565/2021-98 solicitação do Estado do Rio de Janeiro de exclusão da SERVE do SISRRF

De acordo com relato da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do ERJ), a empresa concluiu o processo de liquidação, cujo encerramento registrado no Balanço Patrimonial da unidade gestora em questão, ocorreu em 21 de julho de 2020 e a aprovação da Prestação de Contas de final de gestão, em 05 de fevereiro de 2021, corroborando, envio a Certidão de Baixa de Inscrição do CNPJ da empresa, junto à Receita Federal do Brasil.

Resultado: Por unanimidade, o Conselho deliberou pelo aceite da solicitação de exclusão da SERVE do SISRRF por se tratar de empresa já extinta.

5) Aditamento ao PARECER SEI Nº 673/2022/ME, nos termos do art. 5º, §1º, inciso III, da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, que trata do Plano de Recuperação Fiscal reapresentado pelo Estado do Rio de Janeiro por meio do Of.SEFAZ/COMISARRF SEI Nº20 de 10 de fevereiro de 2022 (Número SEI 22333878) no âmbito do Processo nº 17944.101744/2021-26.

Resultado: Por 2 votos a 1, o Conselho deliberou pelo parecer favorável com ressalvas à homologação do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, o Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU) chamou atenção para a parte final do voto da Conselheira Daniela de Melo Faria (Representante do ERJ) e, por considerar pertinente a discussão sobre o arquivamento dos processos remanescentes, solicitou que a questão fosse incluída em pauta de reunião futura para deliberação.

A Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi apontou necessidade de consulta de aspectos jurídicos da solicitação a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta minutos.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 19.595 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a SOD CAPITAL LTDA., CNPJ nº 42.379.993, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.596 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza TOMAZ CARVALHO DIAS DE GOUVÊA, CPF nº 311.367.578-21, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 69, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.007368/2021-76, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Lâmpadas LED (Light Emitting Diode) com Dispositivo de Controle Integrado à Base, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º. O Regulamento Técnico da Qualidade, estabelecido no Anexo I, determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes a desempenho, segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética do produto.

Art. 3º. Os fornecedores de lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º. A lâmpada LED com dispositivo de controle integrado à base, objeto deste Regulamento, deverá ser fabricada, importada, distribuída e comercializada de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário ou causem perigo para os arredores, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§1º Aplica-se o presente Regulamento às:

I - lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base ou corpo constituindo uma peça única, não destacável, sendo destinadas para operação em rede de distribuição de corrente alternada de 60 Hz, para tensões nominais de 127 V e/ou 220 V, ou faixas de tensão que as englobem ou de corrente contínua (DC ou CC), previstas para uso doméstico e similar, tendo:

a) potência nominal até 60 W;

b) tensão nominal maior que 50 V e até 250 V (CA) com bases da lâmpada de acordo com ABNT NBR IEC 62560:2013 (B15d, B22d, E11, E12, E14, E17, E27, E40, G5, G9, G13, GU10, GZ10);

c) tensão nominal até 50 V (CC ou CA) com bases G4, GU4, GY4, GX5.3, GU5.3, G6.35, GY6.35, G53, GU7, G5, G5.3 e G13; e

II - lâmpada LED tubular, também conhecida como tubo LED, com o dispositivo de controle incorporado, que substituem as lâmpadas fluorescentes tubulares de dimensões de acordo com NBR IEC 60081 e base G5, G13 ou R17DC.

§2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento:

I - lâmpadas com LED coloridos, com lentes coloridas, que emitem luz colorida;

II - lâmpadas LED RGB (Red, Green and Blue), que possuem invólucro coloridos e decorativas, e emitem luz colorida;

III - lâmpadas LED com dispositivo de controle incorporado que produzam intencionalmente luz colorida; e

IV - lâmpadas OLED (Organic Light Emitting Diode).

Art. 5º. A cadeia produtiva de lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Art. 6º. O comércio de lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base, em estabelecimentos físicos ou virtuais, fica sujeito ainda às seguintes obrigações:

§ 1º Os produtos deverão, no ponto de venda, ostentar a ENCE, de forma claramente visível ao consumidor, sem que sua visualização seja obstruída por qualquer outra informação anexada pelos fornecedores.

§ 2º No comércio virtual, é de responsabilidade do administrador do site disponibilizar a ENCE ou, alternativamente, as informações nela constantes em formato de texto, em todas as páginas onde haja oferta ou exibição do produto, de forma ostensiva, clara e unívoca na imagem ou identificação do modelo do produto.

§ 3º Em catálogos de venda e em material publicitário físico ou virtual, a ENCE ou, alternativamente, as informações nela constantes em formato de texto, devem estar disponíveis de forma clara e unívoca na imagem ou identificação do modelo do produto.

Exigências Pré-mercado

Art. 7º. As lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 8º. Após a certificação, as lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registradas no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base, encontra-se no Anexo III desta Portaria.

Art. 9º. As Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 10. As lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base, objetos deste Regulamento, estão sujeitas, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 11. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 12. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 13. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, na próxima etapa de avaliação, para referência à Portaria ora publicada.

Art. 14. Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro nº 144, de 13 de março de 2015, deverão ter sua validade ajustada, nos termos do item 6.1.1.6 do RAC, estabelecido no Anexo II desta Portaria, tendo por referência a data de concessão.

Cláusula de revogação

Art. 15. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 389, de 25 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2014, seção 1, páginas 119 a 120;

II - nº 143 de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2015, seção 1, página 94;

III - nº 144, de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2015, seção 1, página 95;

IV - nº 76, de 24 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2016, seção 1, página 68;

V - nº 221, de 16 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2016, seção 1, página 60; e

VI - nº 167, de 29 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2018, seção 1, página 114.

Vigência

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 03 de março de 2022, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

ANEXO I

REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA LÂMPADAS LED COM DISPOSITIVO INTEGRADO À BASE

1. OBJETIVO

Estabelecer os requisitos técnicos que devem ser atendidos pelas lâmpadas LED com dispositivo integrado à base, a serem atendidos por toda a cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. DEFINIÇÕES

Para fins deste RTQ, são adotadas as definições a seguir.

2.1 Ângulo do Facho

Ângulo entre duas linhas imaginárias em um plano através do eixo do facho óptico, de tal forma que estas linhas passam através do centro da face frontal da lâmpada, e através de pontos em que a intensidade luminosa é 50% da intensidade do centro do facho. Sua unidade de medida é graus (°).

Nota: Esse valor pode ser diferente em diferentes planos. O conceito de um único valor de ângulo só se aplica a fontes projetadas com simetria rotacional, e sua determinação deve ser feita após aplicação de simetria rotacional ao levantamento fotométrico. Eventualmente podem ser informados dois valores, quando a distribuição for simétrica em relação a dois planos.

2.2 Classificação EBTS - (SELV)

Classificação EBTS (Extra Baixa Tensão de Segurança) representa a tensão em um circuito que está isolado da rede de alimentação por uma isolação não menor do que a existente entre o primário e o secundário do transformador de isolamento de segurança em conformidade com a IEC 61558-2-6 ou equivalente. A máxima tensão deve ser inferior a 50 VCA eficazes ou 120 VCC livre de ripple e pode ser especificada em requisitos particulares, especialmente quando é permitido um contato direto com as partes condutoras de corrente.

2.3 Lâmpada LED com dispositivo de controle incorporado

Lâmpadas que produzem luz através do fenômeno conhecido por eletroluminescência, realizado em material semicondutor (produção de luz em estado sólido), ao contrário de outras lâmpadas que utilizam filamentos metálicos aquecidos ou descargas elétricas em gases. Pode ser dividida em quatro partes: a primeira, responsável pela transformação de energia elétrica em luz, é composta por um ou mais LED; a segunda parte é composta de lentes ou difusores; a terceira parte é o dispositivo de controle, composto por circuitos eletrônicos responsáveis pelo fornecimento adequado da tensão e do controle da corrente elétrica que flui no LED; já a quarta parte é constituída por uma ou duas bases responsáveis pelo contato entre a lâmpada e o circuito de fornecimento de energia elétrica. É composta por uma ou duas bases de lâmpada conforme ABNT NBR IEC 60061-1, uma fonte de luz LED e quaisquer outros elementos adicionais necessários para ligar e operar de forma estável a fonte de luz, e não pode ser desmontada sem ser danificada permanentemente.

2.4 Valor nominal

Valor quantitativo para uma característica de uma lâmpada LED para condições operacionais específicas, que é declarado pelo fornecedor.

2.5 Vida nominal da lâmpada

Valor que é declarado pelo fornecedor.

2.6 Vida útil (de uma lâmpada LED individual) - Manutenção do fluxo do LED (L70)

Período de tempo durante o qual uma lâmpada LED fornece 70% ou mais do fluxo luminoso inicial.

Valor mediano de vida útil em uma amostra de lâmpada.

3. REQUISITOS TÉCNICOS

Os requisitos técnicos definem os aspectos essenciais que devem ser atendidos pelas lâmpadas LED com dispositivo de controle incorporado, doravante chamadas apenas de "lâmpadas", abrangidas neste Regulamento.

3.1. REQUISITOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

3.1.1 A potência consumida pela lâmpada não pode variar para além da tolerância de ±10% em relação à potência nominal declarada.

3.1.2 O fator de potência das lâmpadas deve atender aos seguintes requisitos:

a) Para lâmpadas com potência nominal declarada de 5 W a 25 W, o fator de potência deve ser maior ou igual a 0,70.

b) Não é exigido um fator de potência mínimo para lâmpadas com potência declarada menor que 5 W.

c) Para lâmpadas com potência nominal maior que 25 W, o fator de potência deve ser igual ou superior a 0,92 e as correntes harmônicas não podem exceder os limites apresentados na Tabela 1.

d) As lâmpadas de LED tubulares devem apresentar fator de potência igual ou superior a 0,92 e as correntes harmônicas não podem exceder os limites apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Limites das correntes harmônicas

Ordem Harmônica (*n*)	Correntes harmônicas máximas permitidas, expressas como porcentagem da corrente de entrada na frequência fundamental (%)
2	2
3	30 λ
5	10
7	7
9	5
$11 < n < 39$ (Somente harmônicas ímpares)	3
onde: λ é o fator de potência do circuito	

3.1.3 O fluxo luminoso inicial medido de uma lâmpada LED não pode ser inferior a 90% do fluxo luminoso nominal declarado.

3.1.4 A temperatura de cor correlata (TCC) nominal de uma lâmpada deve ser um dos seguintes valores:

2.700 K, 3.000 K, 3.500 K, 4.000 K, 4.500 K, 5.000 K, 5.500 K, 5.700 K, 6.000 K ou 6.500 K. Na Tabela 2, são apresentadas as tolerâncias para cada TCC definido.

Tabela 2 - Temperatura de cor correlata e tolerâncias

TCC Nominal (K)	TCC objetiva e Tolerância (K)
2.700	2.725 ± 145
3.000	3.045 ± 175
3.500	3.465 ± 245
4.000	3.985 ± 275
4.500	4.503 ± 243
5.000	5.029 ± 283
5.500	5.500 ± 351
5.700	5.667 ± 355
6.000	6.000 ± 413
6.500	6.532 ± 510

3.1.5 A lâmpada deve ser capaz de reproduzir adequadamente as cores reais de um objeto ou superfície quando comparada à luz natural.

3.1.5.1 O Índice de Reprodução de Cor Geral (Ra), que caracteriza o Índice de Reprodução de Cores (IRC), deve atender aos seguintes critérios:

a) O valor mínimo de Ra deve ser 80; e

b) O valor do índice R9 deve ser maior do que zero.

3.1.6 As características mínimas a serem atendidas pela lâmpada são apresentadas na Tabela 3 e 4.

Tabela 3 - Relação de eficiência mínima

	Potência da lâmpada (W)	Eficiência mínima inicial (lm/W)
Não-direcionais Semi-Direcionais	< 15	55
	≥ 15	60
Direcional	< 20	45
	≥ 20	50
Decorativa	< 15	45
	5 ≤ W ≤ 25	
	≥ 25	

Tabela 4 - Relação de eficiência mínima lâmpada de LED tubular

	Comprimento nominal da lâmpada (mm)	Tipo de Base	Eficiência mínima inicial (lm/W)
Lâmpada de LED tubular	550 – 1 150	G5	100
	600 – 2 400	G13	85

3.1.7 A equivalência entre os modelos de lâmpadas LED e os modelos tradicionais de lâmpadas incandescentes, quando declarada, deve observar os critérios definidos no Anexo A deste RTQ.

3.1.8 As lâmpadas devem ser classificadas pelo tipo, conforme determinado a seguir e no Anexo B deste RTQ.

3.1.8.1 Lâmpadas direcionais são aquelas que possuem pelo menos 80% do fluxo luminoso dentro de um ângulo sólido π esferorradiano (correspondente a um cone com ângulo de abertura de 120°).

3.1.8.1 Lâmpadas direcionais são aquelas que possuem pelo menos 80% do fluxo luminoso dentro de um ângulo sólido π esferorradiano (correspondente a um cone com ângulo de abertura de 120°).

3.1.8.1.1 Nesse caso, o ângulo do facho luminoso deve ser provido pelo fornecedor responsável, e os valores medidos não podem desviar em mais de 25% dos valores nominais informados.

3.1.8.2 Lâmpadas omnidirecionais (não-direcionais) são aquelas que apresentam uma distribuição de intensidade luminosa uniforme ao entorno de seu corpo e emulam uma lâmpada incandescente convencional, conforme a ilustração do Anexo C deste RTQ.

3.1.8.2.1 As lâmpadas omnidirecionais devem atender aos seguintes requisitos:

a) Apresentar distribuição uniforme da intensidade luminosa na zona entre o ângulo de 0° e 135°, simetricamente em torno do eixo vertical;

b) A intensidade luminosa em qualquer ângulo dentro desta faixa não deve diferir da intensidade média da faixa, em mais que 20%;

c) Pelo menos 5% do fluxo luminoso total (fluxo luminoso zonal) deve ser emitido na zona entre 135° e 180°;

d) A distribuição deve ser simétrica verticalmente quando medidas nos planos de 0°, 45° e 90°; e

e) Os padrões dimensionais dos tipos omnidirecionais também podem ser aplicados para lâmpadas classificadas como direcionais ou semidirecionais, para tanto essas lâmpadas devem se enquadrar nas condições descritas para lâmpadas direcionais ou para lâmpadas semidirecionais.

3.1.8.3 As lâmpadas semidirecionais são aquelas cuja distribuição luminosa não se enquadra nem como direcional e nem como não-direcional. Seria um tipo de lâmpada que não é decorativa, omnidirecional ou direcional, é considerada no standard lamp, ou seja, lâmpada diferente do padrão.

Nota: Para esse tipo de lâmpada, as características de eficiência e equivalência luminosa, bem como os valores de manutenção de fluxo luminoso são os mesmos do modelo omnidirecional (não-direcional).

3.1.8.4 Lâmpadas decorativas possuem um formato especial, com base de conexão tipo G4 e G9, independentemente do dimensional.

3.1.9 A intensidade máxima inicial, quando declarada pelo fornecedor, deve ser medida e não pode desviar em mais de 25% do valor nominal.

3.1.10 O ângulo do facho luminoso, quando declarado pelo fornecedor, deve ser medido e não deve desviar em mais de 25% do valor nominal.

3.1.11 O número mínimo de horas para a manutenção do fluxo luminoso em 70% (L70) deve ser:

a) Para lâmpadas decorativas, 15.000 horas;

b) Para as demais lâmpadas, 25.000 horas.

3.1.12 A lâmpada deve suportar situações de choque de temperatura e de liga-e-desliga.

3.2. REQUISITOS DE SEGURANÇA

O atendimento às normas ABNT NBR IEC 62560:2013 e CISPR 15:2013 presume a conformidade do produto aos requisitos técnicos de segurança.

3.2.1 As lâmpadas devem funcionar nas seguintes condições:

a) tensões entre 92 % e 106 % da tensão nominal de alimentação;

b) ambiente com temperatura entre -10°C e 40°C; e

c) instaladas em luminárias em conformidade com a ABNT NBR IEC 60598-1 (Luminárias

Parte 1: Requisitos gerais e ensaios) e que sejam compatíveis com a especificação da lâmpada.

3.2.2 A intercambialidade da base deve ser assegurada.

3.2.3 A lâmpada deve ser protegida adequadamente de forma a não possibilitar o contato acidental pelo usuário às partes vivas.

3.2.4 A lâmpada deve apresentar compatibilidade eletromagnética.

3.2.5 A lâmpada deve ser livre de falhas na isolação elétrica para que, na temperatura de operação, a corrente de fuga da lâmpada não seja excessiva.

3.2.6 Quando a lâmpada for submetida aos torques usuais para a sua inserção, a base da carcaça da lâmpada deve permanecer presa ao bulbo ou à parte da lâmpada que é utilizada para inserir ou remover a lâmpada.

3.2.7 A lâmpada, as partes externas de material isolante (que promovem uma proteção contra choques elétricos) e partes de material isolante (que mantêm as partes vivas em posição) devem ser suficientemente resistentes ao calor.

3.2.8 Partes de material isolante que mantêm as partes vivas em posição e partes externas de material isolante que promovem proteção contra choques elétricos devem ser suficientemente protegidas contra a propagação de chama.

3.3. REQUISITOS DE MARCAÇÕES E INSTRUÇÕES

3.3.1 As lâmpadas devem ser marcadas de forma clara e indelével, pelo fornecedor, com as informações especificadas em 3.3.4.

3.3.2 Os manuais de instruções e de instalação quando aplicáveis, bem como todas as informações, devem estar na língua portuguesa.

3.3.3 As unidades devem ser expressas conforme o Sistema Internacional de Unidades (SI). Contudo, adicionalmente, podem ser utilizadas outras unidades desde que o valor e a unidade estejam entre parênteses.

3.3.4 As informações e locais para marcação são dados na Tabela 5.

Tabela 5 – Marcações e locais onde a marcação é necessária

Identificação Visual	Produto	Embalagem
a) Marca de origem (na forma de uma marca ou nome do fornecedor);	X	X
b) Tensão nominal ou faixa de tensão nominal ("V" ou "volts");	X	X
c) Potência nominal ("W" ou "watts");	X	X
d) Frequência nominal ("Hz" ou "hertz").	X	X
e) Corrente nominal ("A" ou "ampère").	--	X
f) Fator de Potência (FP ou cos ϕ). Fator de Potência, acompanhado opcionalmente da frase "**Alto FP**", caso este seja maior ou igual a 0,92.	X	X
g) Peso da lâmpada na embalagem (devido ao fato de que o peso adicional pode reduzir a estabilidade mecânica de certas luminárias e porta lâmpadas, e podem ser prejudicados o contato e a retenção da lâmpada).	--	X
h) Fluxo luminoso nominal expresso em lumens (lm).	--	X
i) Vida útil nominal e o fator de manutenção do fluxo luminoso relacionado (L70)	--	X
j) Índice de reprodução de cor nominal	--	X
k) Símbolo de compatibilidade de dimerização (acompanhado com o texto. "Permite dimerização" ou "Não permite dimerização"). (ABNT NBR IEC 62560:2013)	--	X
l) Indicação "EBTS (SELV)" (para lâmpadas que possuem partes em que a proteção contra choques é baseada na operação em extra baixa tensão de segurança EBTS/SELV).	--	X
m) Informações obrigatórias (devem estar dispostas com tipo de letra de padrão mínimo ou equivalente aos tipos **Arial pitch 7** ou **Times New Roman pitch 8**).	--	X
n) Inscrição: "Descarte em local apropriado".	--	X
o) Inscrição "Advertência: Não utilizar com reatores" (para as lâmpadas tubulares que não podem ser utilizadas com reatores).	--	X
p) Esquema de ligação para lâmpadas tubulares.	X	X
q) Equivalência em potência (W) e lumens (lm) com lâmpadas incandescentes de uso geral e lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado à base.	--	X
r) A data de fabricação ou codificação que indique a data de fabricação (mês/ano)	X	X
Legenda: X = item requerido / -- = item não requerido		

ANEXO A - TABELAS DE FLUXO LUMINOSO PARA EQUIVALÊNCIA DE POTÊNCIA

Tabela 1. Fluxo luminoso para equivalência de potência

Tipo de lâmpada	Potência de Equivalência P_{eq} (Lâmpada incandescente) (W)	Potência de Equivalência P_{eq} (Lâmpada Fluorescente Compacta) (W)	Faixa de fluxo luminoso a ser atingida com a lâmpada de LED (lm)
Direcionais	< 40	Não aplicável	P_{eq} x 10
	40 - 50	Não aplicável	P_{eq} x 10,5
	51 - 66	Não aplicável	P_{eq} x 11,0
	67 - 85	Não aplicável	P_{eq} x 12,5
	86 - 115	Não aplicável	P_{eq} x 14,0
	116 - 155	Não aplicável	P_{eq} x 14,5
	156 - 205	Não aplicável	P_{eq} x 15,0
Omnidirecionais (Não-direcionais)	20	5	159 – 212
Semidirecionais	25	7	213 – 301
	30	9	302 – 479
	35	10	480 – 559
	40	13	560 – 640
	50	15	641 – 802
	60	16	803 – 946
	70	17	947 – 1 017
	75	20	1.018 – 1.115
	80	23	1.116 – 1.310
	90	26	1.311 – 1.506
	100	29	1.507 – 1.671
	110	31	1.672 – 1.835
	120	33	1.836 – 2.000
	125	34	2.001 – 2.082
	130	37	2.083 – 2.163
	140	40	2.164 – 2.328
	150	41	2.329 – 2.517
Decorativas (exceção do tipo G)	10	2	70 – 89
	15	3	90 – 149
	25	7	150 – 299
	40	12	300 – 499
	60	15	500 – 699
Decorativas tipo G	25	8	250 – 349
	40	12	350 – 499
	60	14	500 – 574
	75	15	575 – 649
	100	24	650 – 1.099

Tabela 2 - Fluxo luminoso para equivalência de potência em lâmpada de LED tubular

	Comprimento nominal da lâmpada (mm)	Tipo de Base	Faixa de fluxo luminoso a ser atingida com a lâmpada de LED (lm)
Lâmpada de LED tubular	550	G5	900
	1.150	G5	1.850
	600	G13	900
	1.200	G13	1.850
	2.400	G13	3.800

ANEXO B - MODELOS DE LÂMPADAS

1. Modelos Direcionais

Os modelos direcionais de lâmpadas a seguir são apresentados na Figura 1:

- R: Refletor (Reflector)
- BR: Refletor expandido (Bulged Reflector)
- ER: Refletor Elipsoidal (Elipsoidal Reflector)
- MR: Refletor Multifacetado (Multifaceted reflector)
- PAR: Refletor Parabólico (Parabolic Aluminium Refletor)

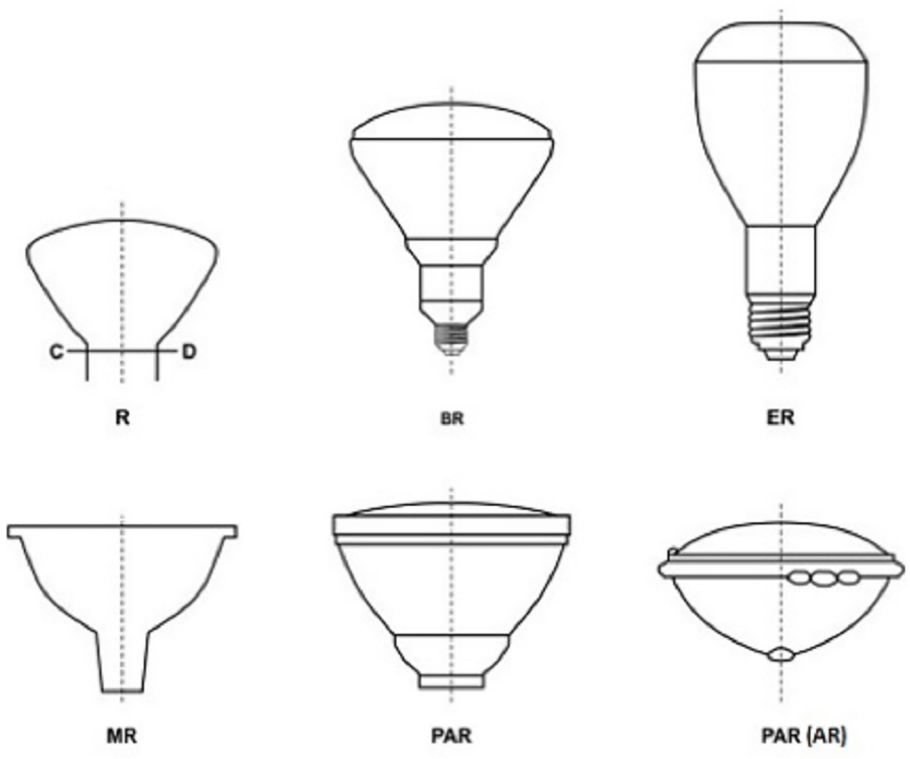


Figura 1 – Modelos Direcionais de Lâmpadas

2. Modelos Omnidirecionais (não-direcionais)

Os modelos omnidirecionais de lâmpadas a seguir são apresentados na Figura 1:

- A: Bulbo incandescente padrão (Arbitrary)
- BT: Bulbo expandido (Blown Tubular)
- P : Pera (Pear)
- PS: Pe6.1.1.4.2.5.ra longa (Pear Straight)
- S: Lados retos (Straight sided)
- T: Tubular

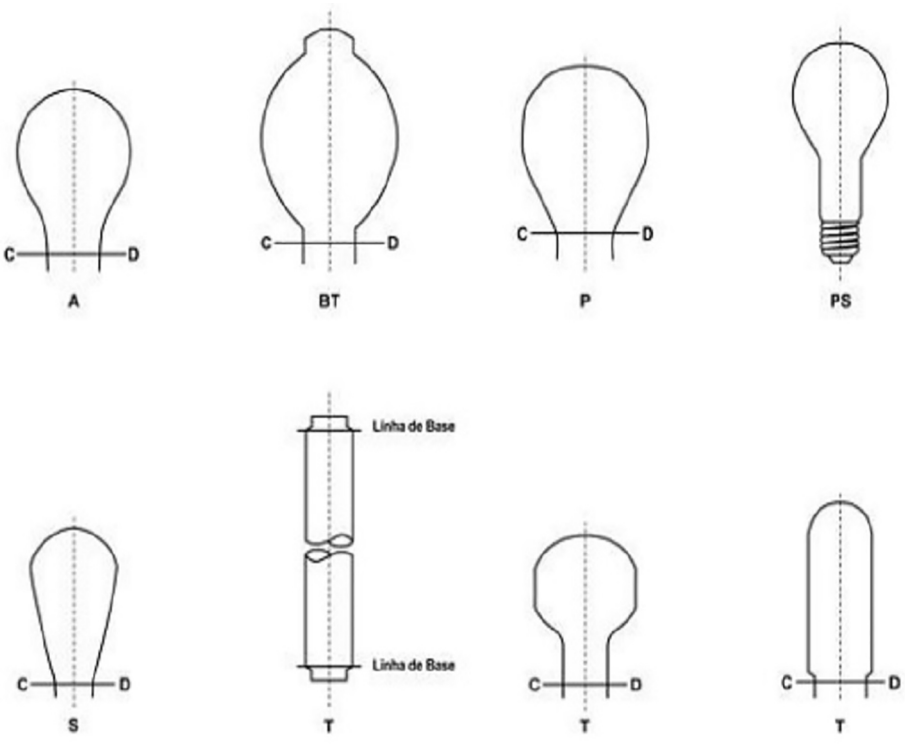


Figura 2 – Modelos Omnidirecionais (Não-direcionais) de Lâmpadas.

3. Modelos Decorativos

Os modelos decorativos de lâmpadas a seguir são apresentados na Figura 3:

- B: Ovóide (Bulged)
- BA: Ovóide com ponta angular (Bulged angular)
- CA: Vela com ponta angular (Candle angular)
- C: Vela (Candle)
- DC
- F: Tocha (Flambeau)
- G: Globo (Globe)

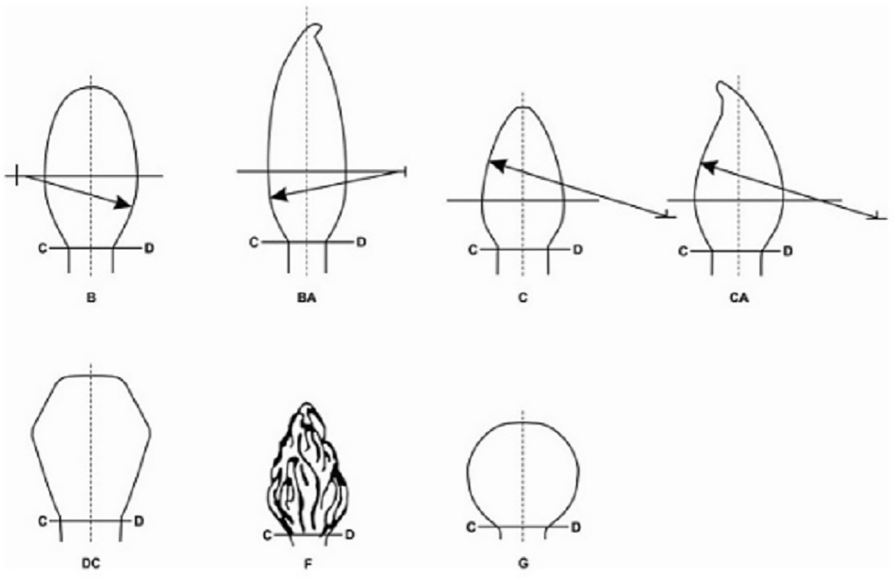


Figura 3 – Modelos decorativos de Lâmpadas.

ANEXO C - DISTRIBUIÇÃO DA INTENSIDADE LUMINOSA DA LÂMPADA OMNIDIRECIONAL

1. Distribuição da Intensidade Luminosa da Lâmpada Omnidirecional

As lâmpadas omnidirecionais (não-direcionais) devem emular uma lâmpada incandescente convencional para ensaio da distribuição de intensidade luminosa ao entorno de seu corpo, conforme a Figura 1.

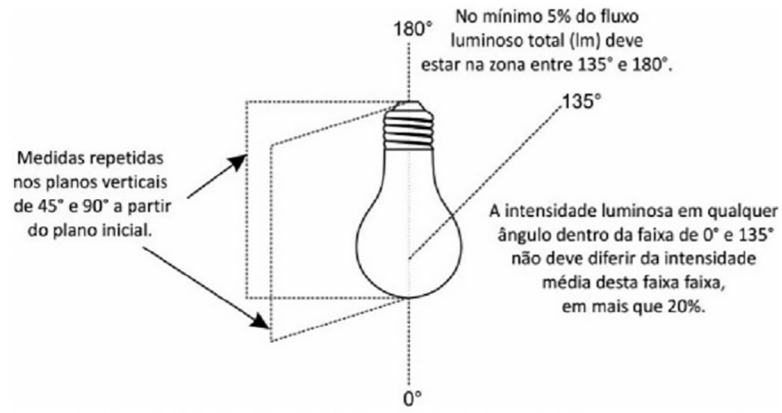


Figura 1 – Lâmpada Não-direcional ou Omnidirecional (com base voltada para cima) para ensaio.

1. OBJETIVO

Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base, através da certificação, com foco no desempenho, segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética, atendendo aos requisitos do Regulamento Técnico da Qualidade para o objeto.

1.1 Agrupamento para Efeito de Certificação

Para a certificação do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de família, que é o conjunto de modelos fabricados em uma mesma unidade fabril, cujos princípios funcionais e de construção mecânica e elétrica são agrupados, simultaneamente, conforme os requisitos a seguir, podendo apresentar diferentes valores de potência nominal:

- Mesma tecnologia do LED (Exemplos: dual in line, SMD, COB, S-COB, high power, mid power e outros);
- Mesma vida declarada (nominal);
- Mesmo tipo de lâmpadas, conforme Tabela 1 e quaisquer outros formatos dimensionais.

Tabela 1 - Tipos de lâmpadas

Tipo de lâmpada	Padrão do dimensional	Aplicação
Omnidirecionais (Não direcionais)	A, BT, P, PS, S, T	Lâmpada de iluminação geral
Direcional	R, BR, ER, MR e PAR (AR)	Lâmpada de iluminação geral e facho dirigido
Decorativas	B, BA, C, CA, DC, F, e G	Lâmpadas para aplicação decorativas
LED tubular	Vide ABNT NBR IEC 60081 e base G13,G5 ou R17d	Substituição à lâmpada fluorescente tubular

Nota 1: Os desenhos característicos de cada tipo de bulbo constante da Tabela 1 estão apresentados no Anexo B do RTQ e quaisquer outros formatos de bulbo estão abrangidos nesta definição.

Nota 2: Todas as lâmpadas não classificadas nos formatos indicados na Tabela 1 devem ser consideradas para efeitos de ensaio com sendo a família Omnidirecionais (não-direcionais).

Nota 3: Cada processo de certificação de lâmpadas LED deve ter a sua respectiva coleta de amostras, seu ensaio e respectivo relatório de ensaios, observando os critérios de formação de família, não sendo admitido o aproveitamento do mesmo relatório de ensaios para processos de certificação distintos.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, são adotadas as siglas a seguir, complementadas pelas siglas contidas nos documentos complementares citados no item 3 deste RAC:

ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
PET	Planilha de Especificação Técnica

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os documentos complementares a seguir, complementados por aqueles citados no RGCP:

Portaria Inmetro n° 200, de 2021	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produtos (RGCP) - Consolidado.
ABNT NBR IEC 62560:2013	Lâmpadas LED com dispositivo de controle incorporado para serviços de iluminação geral para tensão > 50 V - Especificações de segurança.
CISPR 15:2013	Limits and methods of measurement of radio disturbance characteristics of electrical lighting and similar equipment.
IESNA LM-79-08	Optical And Electrical Measurements Of Solid-State Lighting Products.
IEC-TR 62380:2004	Reliability data handbook - Universal model for reliability prediction of electronics components, PCBs and equipment
IESNA LM-80-08	Measuring lumen Maintenance of LED Light Resources

IEC 61000-3-2:2018	Electromagnetic compatibility (EMC) - Part 3-2: Limits - Limits for harmonic current emissions (equipment input current £16 A per phase).
IEC/TR 61341:2010	Method of measurement of centre beam intensity and beam angle(s) of reflector lamps
ABNT NBR IEC 60081:1997	Lâmpadas Fluorescentes Tubulares para iluminação geral
ABNT NBR IEC 60061-1:1998	Bases de lâmpadas, porta-lâmpadas, bem como gabaritos para o controle de intercambialidade e segurança - Parte 1: Bases de lâmpadas

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no item 3.

4.1 Manutenção do fluxo luminoso

Fluxo luminoso remanescente (normalmente expresso como uma porcentagem do fluxo luminoso inicial) sobre qualquer tempo de operação selecionado. A manutenção do fluxo luminoso é o complemento da depreciação do fluxo, ou seja, a soma dos dois é sempre 1 ou 100%.

4.2 Modelo de lâmpada LED

Conjunto de exemplares com designação e marca comercial única e mesmo nome ou código que identifica o produto, tendo em comum a potência e o fator de potência nominal, o fluxo luminoso, a eficiência luminosa, a temperatura de cor correlata e o padrão de dimensional.

4.3 Intensidade luminosa de pico

Intensidade luminosa máxima medida de uma determinada lâmpada.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de Avaliação da Conformidade, utilizado por este RAC, é a certificação.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC estabelece 2 (dois) modelos de certificação distintos, cabendo ao fornecedor optar por um dos modelos especificados a seguir:

qualificação estabelecida pela norma IEC-TR 62380, se aplicável; e

a) Modelo 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ;

b) Modelo 1b - Ensaio de lote.

6.1 Modelo de Certificação 5

6.1.1 Avaliação Inicial

6.1.1.1 Solicitação de Certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, juntamente com a documentação descrita no RGCP, acrescida dos seguintes itens:

a) Modelos que compõem a família do objeto em questão e respectivas especificações;

b) Memorial descritivo, referenciando sua descrição técnica funcional, especificações nominais, dimensionais, limitações de uso, cuidados especiais e outros dados relevantes;

Nota: Devem ser encaminhados os informativos técnicos com todos os modelos que são classificados na mesma família, onde deve constar no mínimo o código do produto, a potência nominal (W), fluxo luminoso (lm), temperatura de cor correlata (TCC), fator de potência (FP), Tensão de operação (V), índice de reprodução de cores (IRC), conforme especificações do RTQ;

c) Fotos externas e internas do objeto (corpo, LED e o dispositivo de controle), bem como da embalagem (já com o protótipo da ENCE prevista);

d) Relatório do ensaio dos LED utilizados nas lâmpadas conforme o método da norma IESNA LM-80-08 e o Anexo A desse RAC, caso seja solicitado pelo fornecedor solicitante da certificação a Opção 01 do ensaio de manutenção do fluxo luminoso e definição da vida nominal;

Nota 1: O relatório deve conter os resultados de medição de, no mínimo, 25 unidades de LED individuais e/ou 10 unidades de módulo.

Nota 2: Cabe ao OCP solicitar a comprovação de que o relatório IESNA LM-80-08seja de fato do modelo do LED que está sendo usado nas lâmpadas em questão. Esta comprovação deve ser por meio que comprove a compra do LED indicado e pela declaração do fabricante de que esteja utilizando o LED citado em cada um dos modelos de lâmpadas submetidas à análise.

e) Especificação do capacitor eletrolítico utilizado, conforme teste de

f) DataSheet / Part Number de todos os componentes eletrônicos da Lâmpada LED e Curva de Life time x temperatura dos capacitores eletrolíticos, se aplicável.

6.1.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.1.3 Auditoria Inicial dos Sistemas de Gestão da Qualidade

Os critérios para a Auditoria Inicial do Sistema de Gestão devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.1.4 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios para a definição dos ensaios a serem realizados devem seguir os requisitos descritos no RGCP. Não é admitida a condução de processos de certificação de lâmpadas LED com base em protótipos.

6.1.1.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.1.1.4.1.1 Os ensaios de desempenho devem ser realizados, por família, conforme Tabela 2, na ordem em que aparecem.

Tabela 2 - Ensaios de desempenho

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Quantidade de corpos de prova	Destrutivo (D) ou Não Destrutivo (ND)	Procedimento de ensaio
3.1.1	Potência da lâmpada	10	ND	O procedimento para a estabilização da amostra deve seguir a norma IESNA LM-79-08
3.1.2	Fator de Potência	10	ND	O procedimento para a estabilização da amostra deve seguir a norma ANSI/IES LM79-08
3.1.2	Limite de Harmônicas	10	ND	IEC 61000-3-2
3.1.3	Fluxo Luminoso	10	ND	IESNA LM-79-08
3.1.4	Temperatura de Cor Correlata (TCC)	10	ND	IESNA LM-79-08
3.1.5	Índice de Reprodução de Cores (IRC)	10	ND	IESNA LM-79-08
3.1.6	Eficiência	10	ND	Cálculo com base no ensaio de Potência da Lâmpada e Fluxo Luminoso
3.1.7	Fluxo luminoso para equivalência	10	ND	Correspondência da média das amostras com base no Fluxo Luminoso medido
3.1.8	Distribuição Luminosa	3	ND	IESNA LM-79-08
3.1.9	Valor da intensidade luminosa de pico	3	ND	ANSI/IES LM79-08
3.1.10	Ângulo do facho luminoso	3	ND	O procedimento para a estabilização da amostra deve seguir a norma IESNA LM-79-08
3.1.11	Manutenção do Fluxo Luminoso e definição da vida nominal (Opção 01 ou Opção 02)0	10	D	Anexo C desse RAC
3.1.12	Ciclo térmico e Comutação	3	D	Anexo C desse RAC

6.1.1.4.1.1.1 O Índice de Reprodução de Cor Geral (Ra) deve ser obtido através da média aritmética das amostras e calculado pela média dos índices de R1 a R8.

6.1.1.4.1.1.2 A Eficiência da lâmpada deve ser expressa em lm/W e calculada conforme a seguinte equação: Eficiência = Fluxo Luminoso/Potência.

6.1.1.4.1.1.3 Para as lâmpadas que atendam as condições a seguir, apenas será necessária a realização da Opção 01 do ensaio de Manutenção do fluxo luminoso e definição da vida nominal:

a) A lâmpada deve utilizar LEDs com tecnologia de conversão por fósforo;

b) O fornecedor deve disponibilizar relatório de ensaio,, com dados da IESNA LM-80-08 para os LEDs usados na lâmpada integral, conforme Anexo A do RAC;

c) O valor médio da manutenção de fluxo luminoso reportada no relatório IESNA LM-80-08, para a condição de temperatura e corrente medidas na lâmpada integral, em 6000 horas, deve ser:

- Para lâmpadas decorativas: > 86,7%
- Para demais lâmpadas: > 91,8%

d) Os valores de temperatura e corrente medidos conforme o método ISTMT, constante no Anexo B desse RAC, devem ser menores aos máximos ensaiados no relatório IESNA LM-80-08.

6.1.1.4.1.1.4 As seguintes condições de ensaio devem ser atendidas:

a) Tensão nominal da rede elétrica, 127 VCA ou 220 VCA, ou tensão nominal CC, deve apresentar-se estável dentro de 0,5% durante os períodos de estabilização da lâmpada, e de 0,2 % no momento da medição. No caso de uma faixa de tensão que cubra as duas tensões brasileiras, 127 e 220 V, as medições devem ser feitas em ambas;

b) Para o ensaio de envelhecimento e manutenção do fluxo luminoso, a tolerância é de 2% durante o período de tempo entre as medições. Para tensão alternada o conteúdo total harmônico da tensão de alimentação não pode exceder 3%. O conteúdo harmônico é definido como o somatório eficaz dos componentes individuais harmônicos, considerando a fundamental como 100%;

c) O tempo requerido para estabilização de uma lâmpada LED deve ser no máximo de 2 horas, devendo ser reportado em relatório de ensaio;

d) Os ensaios de Fluxo Luminoso, TCC e IRC devem ser realizados com uma esfera integradora ou com um goniofotômetro;

e) Os ensaios de Distribuição Luminosa, Valor da intensidade luminosa de pico e Ângulo do Facho Luminoso devem ser realizados em goniofotômetro;

f) O Ângulo do Facho Luminoso deve ser medido conforme a norma técnica IEC/TR 61341;

g) Nos ensaios de Potência da lâmpada, Fator de Potência, Limite de Harmônicas, Fluxo Luminoso, IRC, TCC, Eficiência e Fluxo Luminoso para Equivalência, a média aritmética das amostras deve se situar dentro dos limites estabelecidos; e

h) A classificação da distribuição luminosa deve corresponder à categoria obtida pela maioria das unidades ensaiadas.

6.1.1.4.1.1.5 Os valores declarados na ENCE para o modelo serão os obtidos nos ensaios de eficiência energética, conforme o descrito RTQ. Estes valores deverão estar registrados no relatório de ensaio emitidos pelo laboratório.

6.1.1.4.1.2 Os ensaios de segurança, por família, devem ser realizados conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Ensaios de segurança

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Quantidade de corpos de prova	Destrutivo (D) ou Não Destrutivo (ND)	Procedimento de ensaio e os critérios de aceitação
3.3	Marcação	1	ND	Inspeção visual + ABNT NBR IEC 62560
3.2.2	Intercambialidade da base	1	ND	ABNT NBR IEC 62560
3.2.3	Proteção contra contato acidental com partes vivas	1	ND	ABNT NBR IEC 62560
3.2.4	Compatibilidade Eletromagnética	1	ND	CISPR 15:2013
3.2.5	Resistência de Isolação e Rigidez Dielétrica após exposição à umidade	1	D	ABNT NBR IEC 62560
3.2.6	Resistência a Torção	1	D	ABNT NBR IEC 62560
3.2.7	Resistência ao aquecimento	1	D	ABNT NBR IEC 62560
3.2.8	Resistência à chama e à ignição	1	D	ABNT NBR IEC 62560

6.1.1.4.1.2.1 A intercambialidade da base deve considerar a versão de norma ABNT NBR IEC 60061-1:1998, mantendo as demais referências da norma ABNT NBR IEC 62560.

6.1.1.4.2 Definição da Amostragem

6.1.1.4.2.1 A definição da amostragem deve seguir as condições definidas no RGCP. A amostragem indicada a seguir para os ensaios de desempenho e segurança elétrica corresponde à amostra de prova, devendo ser consideradas as mesmas quantidades para as amostras de contraprova e testemunha. As amostras de contraprova e testemunha devem ser submetidas aos ensaios que geraram não conformidades na amostra de prova e a aqueles ensaios que, a critério do OCP, estão a eles correlacionados.

6.1.1.4.2.2 Para os ensaios de Potência, Fator de potência, Fluxo luminoso e Eficiência luminosa devem ser ensaiados todos os modelos da família.

6.1.1.4.2.3 Para os demais ensaios de desempenho, o número de modelos ensaiados na família, deve ser conforme a seguir:

a) para famílias com até 5 (cinco) modelos, deve ser selecionado e ensaiado 1 (um) modelo da família;

b) para famílias que possuem entre 6 (seis) e 10 (dez) modelos, devem ser selecionados e ensaiados 2 (dois) modelos da família, e assim sucessivamente para número de modelos maior que 10 (dez).

6.1.1.4.2.3.1 Para cada modelo ensaiado, devem ser selecionadas 13 (treze) corpos de prova do mesmo modelo para ser possível realizar todos os ensaios, já que, no caso do teste destrutivo, as amostras não podem ser utilizadas para outros ensaios.

6.1.1.4.2.4 Para os ensaios de segurança, o número de modelos ensaiados na família deve ser conforme a seguir:

a) para famílias com até 5 (cinco) modelos, deve ser selecionado e ensaiado 1 (um) modelo da família;

b) para famílias que possuem entre 6 (seis) e 10 (dez) modelos, devem ser selecionados e ensaiados 2 (dois) modelos da família, e assim sucessivamente para número de modelos maior que 10 (dez).

6.1.1.4.2.4.1 Em qualquer caso, o modelo de maior potência sempre deve fazer parte da amostra.

6.1.1.4.2.4.2 Para cada modelo da amostra será necessário selecionar 4 (quatro) unidades do modelo a ser ensaiado para ser possível realizar todos os ensaios, já que, no caso do teste destrutivo, as amostras não podem ser utilizadas para outros ensaios.

6.1.1.4.2.5 Para a determinação da conformidade da amostra, além dos requisitos definidos no RTQ e na base normativa, devem ser considerados os seguintes critérios de aceitação:

a) Na Opção 01 do ensaio de Manutenção de fluxo luminoso, nenhuma lâmpada poderá deixar de funcionar;

c) Na Opção 02 do Ensaio de Manutenção de Fluxo Luminoso, a aceitação se dará se 90% das unidades testadas atenderem os valores de manutenção do fluxo luminoso para cada período.

d) No ensaio de Durabilidade do Dispositivo de Controle Integrado, a aceitação se dará se 100% das unidades testadas atenderem os critérios de aprovação.

6.1.1.4.2.6 Caso haja modelo(s) dentro da família cujas características de um dos componentes críticos (Material do corpo, família e ou marca do capacitor eletrolítico, família e ou marca do LED) seja diferente dos modelos ensaiados, será necessário que este modelo seja submetido a ensaio para verificar a conformidade quanto à segurança e ao desempenho.

6.1.1.4.3 Definição do Laboratório

A definição do laboratório deve seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.1.5 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir o descrito no RGCP.

6.1.1.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.1.1.6.1 Os critérios para Emissão do Certificado de Conformidade devem seguir as condições descritas no RGCP. O Certificado de Conformidade tem validade de 4 (quatro) anos, contados da data de emissão.

6.1.1.6.2 No certificado, a identificação do(s) modelo(s) da família deve ser conforme a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Notação do(s) modelo(s) pertencente(s) à família no certificado de conformidade

Marca	Modelo(s) (Designação Comercial do Modelo e Códigos de referência comercial, de todas as versões, se existentes)	Descrição (Descrição Técnica do Modelo) a) Potência nominal b) Fluxo Luminoso c) Eficiência Luminosa,d) Fator de Potência e) TCC,f) Padrão de Dimensional	Código de barras comercial (quando existente) de todas as versões.

6.1.1.6.3 O OCP deve anexar ao Certificado de Conformidade os seguintes documentos:

a) PET da família dos produtos certificados, conforme Anexo D desse RAC; e

b) Proposta da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE preenchida para os produtos certificados, conforme Anexo III.

6.1.2 Avaliação de Manutenção

Depois da concessão do Certificado de Conformidade, o acompanhamento da Certificação é realizado pelo OCP para constatar se as condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da certificação continuam sendo cumpridas. Os critérios de avaliação de manutenção estão descritos no RGCP.

6.1.2.1 Auditoria de Manutenção

Os critérios para auditoria de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. A Auditoria de Manutenção deve ser concluída 1 (uma) vez a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do Certificado de Conformidade. O OCP pode realizar auditorias em períodos menores, desde que tecnicamente justificado.

6.1.2.2 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para a definição dos ensaios a serem realizados devem seguir os requisitos descritos no RGCP.

6.1.2.2.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

Os critérios para os ensaios de manutenção devem seguir os requisitos descritos no RGCP, devendo serem realizados os ensaios elencados na Tabela 5 e 6.

Tabela 5 - Ensaios de manutenção para eficiência energética

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Ano 1	Ano 2	Ano 3
3.1.1	Potência da lâmpada	x	x	x
3.1.2	Fator de Potência	x	x	x
3.1.2	Limite de Harmônicas	x	x	x
3.1.3	Fluxo Luminoso	x	x	x
3.1.4	Temperatura de Cor Correlata (TCC)	x	x	x
3.1.5	Índice de Reprodução de Cores (IRC)	x	x	x
3.1.6	Eficiência	x	x	x
3.1.7	Fluxo luminoso para equivalência	x	x	x
3.1.8	Distribuição Luminosa			x
3.1.9	Valor da intensidade luminosa de pico			x
3.1.10	Ângulo do Facho Luminoso			x
3.1.11	Manutenção do Fluxo Luminoso e definição da vida nominal (Opção 01 ou Opção 02)		x	
3.1.12	Ciclo térmico e Comutação		x	

Tabela 6 - Ensaios de manutenção para segurança

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Ano 1	Ano 2	Ano 3
3.3	Marcação	x	x	x
3.2.2	Intercambialidade da base	x		
3.2.3	Proteção contra contato acidental com partes vivas	x		
3.2.4	Compatibilidade Eletromagnética	x		
3.2.5	Resistência de Isolação e Rigidez Dielétrica após exposição à umidade		x	
3.2.6	Resistência a Torção		x	
3.2.7	Resistência ao aquecimento			x
3.2.8	Resistência à chama e à ignição			x

6.1.2.2.2 Definição da Amostragem de Manutenção

A amostragem deve seguir as condições previstas no RGCP, devendo ser observado ainda o previsto no subitem 6.1.1.4.2.5 deste RAC.

6.1.2.2.3 Definição do laboratório

A definição do laboratório deve seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.2.3 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.2.4 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação da recertificação devem seguir as condições descritas no RGCP. A recertificação deve ser realizada a cada 4 (quatro) anos, devendo ser concluída antes da validade do certificado anteriormente emitido.

6.2 Modelo de Certificação 1b

6.2.1 Solicitação de Certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP, além das documentações definidas no item 6.1.1.1 desse RAC.

6.2.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.2.3 Plano de Ensaios

Os critérios para o plano de ensaios devem seguir os requisitos descritos no RGCP.

6.2.3.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Deve ser seguido o previsto no item 6.1.1.4.1 desse RAC.

6.2.3.2 Definição da Amostragem

6.2.3.2.1 A definição da amostragem deve estar de acordo com estabelecido no RGCP.

6.2.3.2.2 O modelo escolhido na montagem do plano de ensaios para a realização dos ensaios é o que apresentar a configuração mais completa ou aquele que por sua construção ou operação apresente a condição mais desfavorável sob o aspecto da segurança do usuário.

6.2.3.2.3 As amostras da família de lâmpadas devem ser coletadas conforme norma ABNT NBR 5426:1985, com plano de amostragem dupla-normal, nível especial de inspeção S4 e NQA de 0,65.

6.2.3.2.4 Para os ensaios listados no item 6.1.1.4.2.2 devem ser ensaiados todos os modelos da família.

6.2.3.2.5 As unidades coletadas devem ser divididas em partes adequadas para a realização de cada um dos ensaios previstos.

6.2.3.3 Definição do Laboratório

Os critérios para definição do laboratório devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.2.4 Emissão do Certificado de Conformidade

Os critérios para emissão do certificado de conformidade devem seguir as condições descritas no subitem 6.1.1.6, exceto pela validade que é indeterminada.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento de certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para utilização de uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir as condições estabelecidas no RGCP e Anexo III.

12. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para autorização para uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para denúncias, reclamações e sugestões devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

ANEXO A - MÉTODO DE MEDIÇÃO DA MANUTENÇÃO DE FLUXO LUMINOSO DOS LEDS (BASEADO NA NORMA IESNA LM-80-08)

1. Regulação da Corrente de Entrada

A corrente *rms* aplicada aos componentes LED deve ser monitorada e regulada para que mantenha uma variação máxima de ± 3% da corrente nominal, durante o teste de vida e ± 0,5 % durante as medições fotométricas. A corrente deve ser mantida nos componentes LED durante todo o período de operação do LED. A corrente pode ser reduzida em função da temperatura, de acordo com as recomendações do fornecedor. A intenção é testar os componentes LED na mesma corrente de uma operação real.

2. Temperatura e umidade

A operação dos componentes LED entre as medições fotométricas deve ser realizada em duas temperaturas de encapsulamento (Ts). A temperatura do encapsulamento (Ts) e a corrente de controle selecionada devem ser selecionadas levando em consideração: as aplicações previstas do produto, os parâmetros de operação indicados pelo fabricante e eventuais usos dos resultados do teste. No mínimo uma das temperaturas selecionadas deve ser 55°C ou 85°C. Estas temperaturas de encapsulamento são frequentemente usadas pelos testes industriais, para permitir comparação direta dos resultados do teste. A corrente pode ser diferente para diferentes temperaturas de encapsulamento. Entretanto, para utilizar a interpolação dada pela norma IES TM-21-11, para prever a manutenção de fluxo luminoso em temperaturas entre duas temperaturas de encapsulamento, requer a mesma corrente para as duas temperaturas de encapsulamento. Testar em três ou mais temperaturas, oferece maior precisão na interpolação e um valor medido em uma temperatura intermediária para comparação contra os resultados da interpolação baseados nos valores de temperatura de encapsulamento superior e inferior.

Durante o ensaio de vida as temperaturas do encapsulamento (Ts) devem ser mantidas em uma temperatura maior ou igual a 2°C abaixo da temperatura de encapsulamento nominal correspondente. O ar ambiente em torno dos itens deve ser mantido em uma temperatura maior ou igual a 5 °C abaixo da temperatura de encapsulamento nominal correspondente. A umidade relativa deve ser mantida menor que 65% por todo o período do teste de vida.

3. Temperatura do encapsulamento

O sistema de medição por termopar, de acordo com a norma ASTM E230 ***Table 1 — "Special Limits"*** (≤ 1,1°C ou 0,4%, o que for maior), deve ser usado para monitorar a temperatura do encapsulamento (*Ts*) do componente LED. A temperatura (*Ts*) deve ser monitorada durante o teste de vida. *Ts* é medida diretamente no componente e na posição designada pelo fornecedor como ponto para medição de temperatura, isto é, no ponto para colocação do termopar no componente LED. Pode ser usado um dissipador térmico de acordo com as especificações do fornecedor.

4. Duração do teste

Nas temperaturas especificadas as unidades devem ser energizadas por, no mínimo, 6.000 h com aquisição de dados a cada 1.000 h. O período de 10.000 h é preferido para o propósito de melhorar a modelo de predição.

5. Medidas Fotométricas

As medições fotométricas devem estar de acordo com o método apropriado do laboratório para os LED sob teste.

O fluxo luminoso deve ser medido com a corrente usada durante o teste de vida. Idealmente a corrente usada deve ser inicialmente selecionada na corrente usada para a determinação do fluxo luminoso nominal reportado na literatura do fabricante.

6. Dados relatados

6.1 O relatório deve listar todos os dados pertinentes de acordo com as condições de teste, tipo do equipamento e tipo de LED sendo testado. Os seguintes itens devem ser incluídos:

a) Número de LEDs testados;

b) Descrição do LED;

c) Descrição do equipamento auxiliar;

d) Ciclo de operação;

e) Condições ambientes, incluindo fluxo de ar;

f) Temperatura do encapsulamento (temperatura no ponto de teste);

g) Corrente nos LEDs durante o teste de vida;

h) Fluxo luminoso inicial e tensão do LED na corrente da medição fotométrica;

i) Dados da manutenção do fluxo luminoso de cada LED individual, com o valor médio, desvio padrão e valores de depreciação mínimos e máximos para cada LED;

j) Observação de falhas de LEDs, incluindo a condição de falha e o tempo;

k) Intervalo de monitoramento dos LEDs;

l) Incertezas das medições fotométricas; e

m) Variação da cromaticidade no tempo medido.

6.2 Todos os dados devem ser reportados para cada teste. Uma tabela deve ser usada para apresentar os resultados.

ANEXO B - MÉTODO DE MEDIÇÃO DA TEMPERATURA IN SITU (ISTMT)

Este anexo foi traduzido da especificação ENERGY STAR® Program Requirements for Integral LED Lamps Partner Commitments (Amended- 22/03/2010, Anexo D)

O procedimento é chamado de"In situ Temperature Measurement Test"(ISTMT) ou, em português, - teste de medição de temperatura "in situ", que segue a norma ANSI /UL 1993-1999 - Stantard for Self-Ballasted Lamps and Lamps Adapters. Ele inclui a adição de um termopar ligado aos LEDs, módulos ou matrizes usadas na lâmpada integral.

1. Ponto de Medição de Temperatura (TMP)

Os fornecedores dos LED, módulos ou matrizes, especificam em seus produtos locais específicos que atuam como pontos alternativos para medir a temperatura da junção (TjunçãoLed).

Normalmente esses locais são denominados como temperature measurement points (TMP) ou em português, pontos de medição de temperatura, para o propósito da medição da temperatura no teste.

Conhecendo o caminho térmico entre a junção do LED e o ponto externo do encapsulamento do LED, módulos ou matrizes, os fornecedores podem estimar de forma precisa a temperatura da junção dos LED (TjunçãoLed).

As temperaturas medidas e os locais para medição variam de fornecedor para fornecedor. Alguns fornecedores utilizam as temperaturas medidas na junção de soldagem (Ts) no local de fixação da placa, alguns usam a temperatura do próprio encapsulamento (Tc); e outros utilizam a temperatura da placa dos módulos (Tb). Respectivamente estes locais servem para a mesma função: correlacionar à temperatura externa com a temperatura da junção do LED que é crítica para a determinação da manutenção do fluxo luminoso.

Para propósitos deste documento, as medições TMPs são Ts, Tc e Tb.

2. Condições de Uso

Para ser elegível para a qualificação opcional inicial antecipada com os dados de LM-80-08 e ISTMT, todas as condições a seguir devem ser atendidas. Se alguma das condições não for atendida, a opção inicial de qualificação opcional inicial antecipada não pode ser usada.

2.1 O(s) LED, módulo(s) ou matriz(es) usados em uma lâmpada integral deve(m) ter sido testado(s) de acordo com a norma LM-80-08.

2.2 O fornecedor do LED/módulo/matriz prescreve/indica um ponto de medição (TMP) no encapsulamento do LED, matriz ou módulo.

2.3 O ponto de medição de temperatura (TMP) do LED, módulo ou matriz está acessível para permitir a fixação temporária de um termopar para a medição da temperatura de funcionamento in situ.

2.3.1 É permitido o acesso através de um buraco temporário na lâmpada não maior do que 9,5 mm (0,375") de diâmetro, que deve ser bem fechado durante os testes com massa ou outro selante flexível. O tamanho e a localização do buraco de acesso devem ser documentados na apresentação para fins de repetibilidade.

2.3.2 O ISTMT segue a norma UL 1993, com a adição de um termopar conectado no LED/módulo ou matriz de maior temperatura na lâmpada integral (isto é, pelo TMP).

3. Orientação para fixação de termopares

3.1 Fornecedores devem selecionar e designar o LED/módulo/matriz de mais alta temperatura na lâmpada integral. Na maioria dos casos, o LED individual no meio de arranjos simétricos deve ser o mais quente. Uma solução de gerenciamento térmico bem projetado irá minimizar o gradiente de temperatura através dos LED.

3.1.1 Para matrizes quadradas/retangular/circular, o LED individual mais próximo do centro.

3.1.2 Para outras configurações, é recomendado que o fornecedor teste vários LED para encontrar o que possua a maior temperatura no interior da lâmpada integral.

3.2 As pontas de prova de temperatura devem estar em contato e permanentemente aderidas ao TMP. A aderência permanente consiste em solda de alta temperatura, adesivos condutivos (por exemplo, acelerador/ativação por UV ou epoxi), ou sua ponta deve ser fundida no plástico ou outro produto aprovado pelo fornecedor da ponta de prova. Fitas, por si só, não são aceitas para prover o bom contato térmico na conexão entre o termopar e o TMP.

3.2.1 A tolerância dos termopares deve estar em conformidade com a norma ASTM E230 (≤ 1,1 °C ou 0,4 %, o que for maior).

ANEXO C - PROCEDIMENTOS DE ENSAIO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO QUANTO À VIDA NOMINAL

1. MANUTENÇÃO DO FLUXO LUMINOSO E DEFINIÇÃO DA VIDA NOMINAL

1.1 O ensaio de manutenção do fluxo luminoso deve ser conduzido em 10 lâmpadas considerando a seguinte metodologia:

- Temperatura do ambiente:

(25 ± 10) °C para lâmpadas decorativas ou potências inferiores a 10 W;

(45 ± 5) °C para as demais lâmpadas.

- Posição das lâmpadas: 5 com a base para cima e 5 com a base para baixo

- Tensão de alimentação: 127 V ou 220 V (conforme tensão nominal da lâmpada). Quando a tensão da lâmpada for bivolt, deve ser aplicada a tensão de 127 V. Para lâmpadas DC utilizar a tensão nominal.

Os ensaios fotométricos são conduzidos em uma temperatura ambiente de (25 ± 1) °C (interior da Esfera).

1.2 O processo de definição da vida nominal é composto de duas opções. São elas:

Opção 01 - Qualificação para a realização dos ensaios de 3 000 h (Com LM80 e ISTMT)

Essa opção é aplicada para lâmpadas que utilizam LED e com tecnologia de conversão por fósforo e que disponham de dados referentes à norma IES LM-80-08, conforme especificado no Anexo A do RAC.

O laboratório deve validar os dados referentes à norma IESNA LM-80-08 para os LED utilizados nas lâmpadas, por meio de medições conforme o método da ISTMT, em apenas 1 amostra, escolhida aleatoriamente entre as 10 amostras enviadas, conforme descrito no Anexo B.

A temperatura ISTMT (Anexo B) do LED é medida no ponto estipulado pelo fornecedor do LED. A corrente aplicada aos LEDs na lâmpada integral deve ser medida pelo laboratório.

Os valores de temperatura e corrente medidos conforme o método ISTMT devem ser menores aos máximos ensaiados no relatório IESNA LM-80-08.

Se a validação dos dados do componente LED for satisfeita, os resultados fornecidos são aceitos como suporte para a decisão baseada apenas em testes de depreciação do fluxo luminoso de 3.000 h ao invés de 6000 h.

Os valores do fluxo luminoso de cada uma das 10 lâmpadas devem ser medidos no instante inicial e a média aritmética deverá ser calculada. O mesmo deverá acontecer no final do período de 3.000 h. A depreciação é calculada considerando as médias iniciais e finais do fluxo luminoso.

A lâmpada é considerada aprovada se após este período a manutenção de fluxo luminoso for superior a 95,8 %. Para o caso dos modelos decorativos o valor é de 93,1 %. Se qualquer uma das 10 lâmpadas deixar de funcionar é considerado não conformidade.

Opção 02 - Realização dos ensaios de 3 000 e 6000h (Sem LM80)

Na ausência os dados referentes à norma IES LM-80-08, o processo de qualificação exigirá que o ensaio de manutenção do fluxo luminoso seja realizado em 3.000 h inicial e 6.000 h.

A declaração da vida nominal da lâmpada quando não houver histórico (ensaios de vida em andamento) para este modelo é chamada de processo inicial.

A reivindicação da vida nominal no processo inicial está limitada aos valores da Tabela 1 considerando o resultado do ensaio da manutenção do fluxo luminoso em 3.000 h e em 6.000 h:

Tabela 1 - Limites para 6000 h (obrigatório)

Tipo de lâmpada	Mínimo fluxo no final de 3.000 h comparado com o fluxo inicial	Mínimo fluxo no final de 6.000 h comparado com o fluxo inicial	Máxima Vida nominal declarada (L70) - em h
Decorativa	93,1 %	86,7 %	15 000
Omnidirecional (Não-direcional)	95,8 %	91,8 %	25 000
Direcional			
Semi-Direcionais			
LED Tubular			

1.3 As declarações de vida superiores são opcionais e só podem ser feitas após a conclusão do período de teste complementar, estabelecido na Tabela 3. Os valores aplicados a todos os tipos de lâmpada devem atender a depreciação do fluxo luminoso em 6.000 h (Tabela 2) e ao valores finais de vida da Tabela 3.

A Tabela 2 estabelece os valores a serem declarados opcionalmente para aqueles fornecedores que desejarem declarar um valor acima do mínimo exigido.

Tabela 2 - Limites para declarações opcionais

Tipo de lâmpada	Mínimo fluxo no final de 6.000 h comparado com o fluxo inicial*	Máxima Vida nominal declarada (L70) - em h
Decorativa	89,9%	20.000
	91,8%	25.000
Todos os tipos de lâmpadas	93,1%	30.000
	94,1%	35.000
	94,8%	40.000
	95,4%	45.000
	95,8%	50.000

A Tabela 3 apresenta o período de teste requerido para aqueles que desejarem fazer declarações acima de 25 000 h. Os requisitos das tabelas Tabela 1, Tabela 2 e Tabela 3 devem ser atendidos simultaneamente considerando o estágio em que o processo de declaração se encontra.

Tabela 3 - Períodos de teste acumulativos para declarações de vida acima de 25 000 h

Período de teste mínimo acumulado (h)	Mínimo fluxo no final do período de teste comparado com o fluxo inicial	Máxima Vida nominal declarada (L70) - em h
7.500	91,5%	30.000
8.750		35.000
10.000		40.000
11.250		45.000
12.500		50.000

2. CICLO TÉRMICO E COMUTAÇÃO

A lâmpada LED deve ser submetida a um ensaio de choque de temperatura cíclico e a um ensaio de comutação da fonte de tensão da seguinte forma.

a) Ensaio cíclico de choque térmico:

A lâmpada LED não energizada deve ser inicialmente armazenada a - 10 °C por 1 hora. A lâmpada é então imediatamente transferida para uma estufa com temperatura de 50 °C e armazenada por 1 hora. O tempo de transferência entre os extremos de temperatura não pode exceder 2 minutos. Cinco ciclos devem ser realizados.

b) Ensaio de comutação da alimentação

Na tensão de ensaio, a lâmpada deve permanecer ligada durante 2 minutos e a seguir ser desligada por um tempo de 2 minutos. O ciclo deve ser repetido por um número igual à metade da vida nominal da lâmpada em h (por exemplo, 10.000 ciclos se a vida da lâmpada for 20.000 h).

Ao final de cada ensaio a) e b), a lâmpada LED deve operar e permanecer acesa por 15 minutos com fluxo luminoso mínimo de 80%.

ANEXO D - MODELO DA PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

01 – DENOMINAÇÃO COMERCIAL	
MARCA	
FORNECEDOR	
FABRICANTE	

02 - IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA	
FAMÍLIA (*)	
TECNOLOGIA DO LED	
TIPO DE LÂMPADA	
VIDA DECLARADA (h)	

(*) Composição do Código da Família: TECNOLOGIA DO LED / VIDA DECLARADA / TIPO DE LÂMPADA

CÓDIGO DE BARRAS	MODELO	TENSÃO DE ENSAIO (V)	FREQ. (HZ)	POTÊNCIA (W)	FATOR DE POTÊNCIA	FLUXO LUMINOSO (lm)	CORRENTE (mA)	EE (**) (lm/W)	IRC	TCC (K)	PADRÃO DIMENSIONAL	Nº RELATÓRIO ENSAIO/ LABORATÓRIO	EQ. LÂMP. LIN/LFC (W)

(**) EE – Eficiência Energética.

Data:	Carimbo e assinatura:

ANEXO III

SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1.1. O Selo de Identificação da Conformidade, na forma da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, deve ser aposto, obrigatoriamente, na embalagem, de forma a ser visível ao consumidor.

1.2. A ENCE pode ser impressa na forma monocromática ou em fundo branco e com texto e contorno na cor preta.

1.3. O fornecedor deve solicitar o arquivo editável contendo o formato e as dimensões da ENCE ao Inmetro por meio do canal selos.dconf@inmetro.gov.br.

2. MODELO DE ETIQUETA

A ENCE deve ter as informações técnicas, o formato e as dimensões em conformidade com as Figuras a seguir.

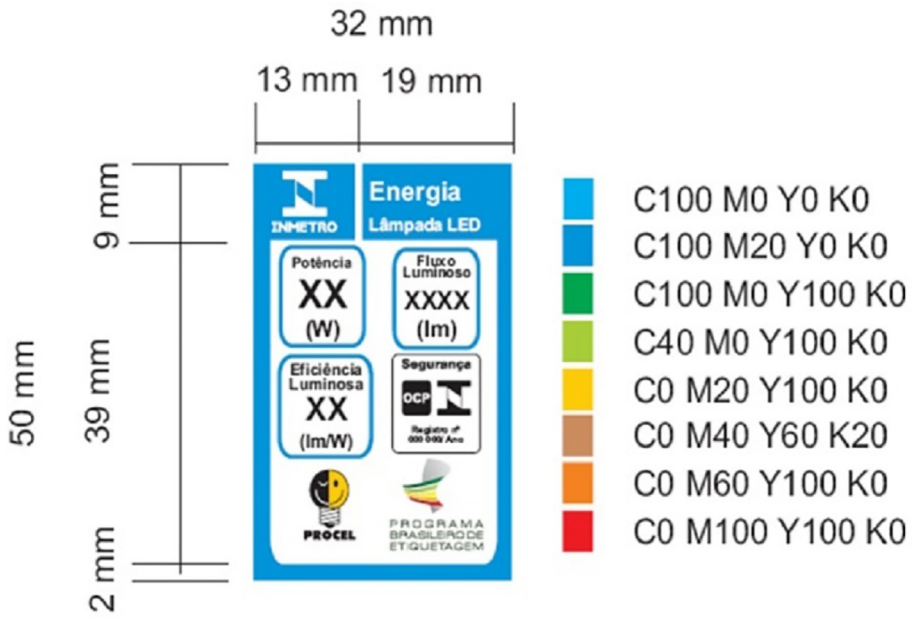


Figura 1 - ENCE para Lâmpada LED e Lâmpada de LED Tubular (com eficiência luminosa) - Normal

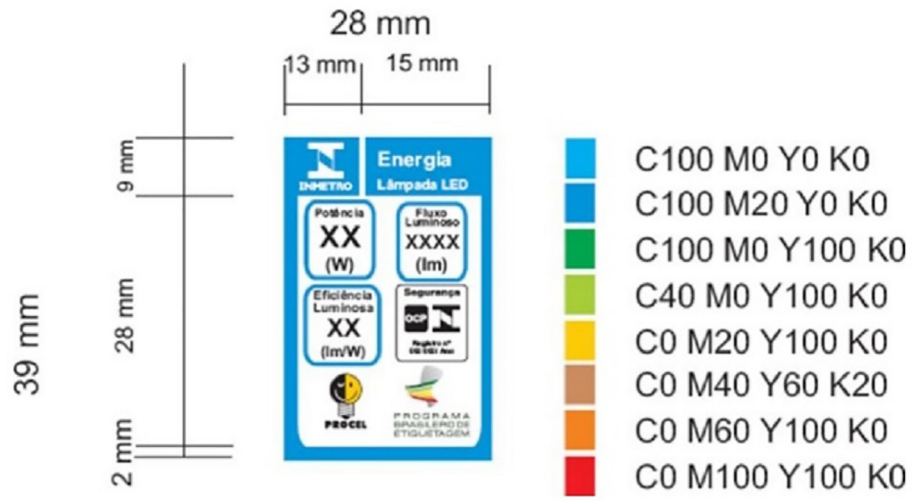


Figura 2 - ENCE para Lâmpada LED e Lâmpada de LED Tubular (com eficiência luminosa) - Reduzida

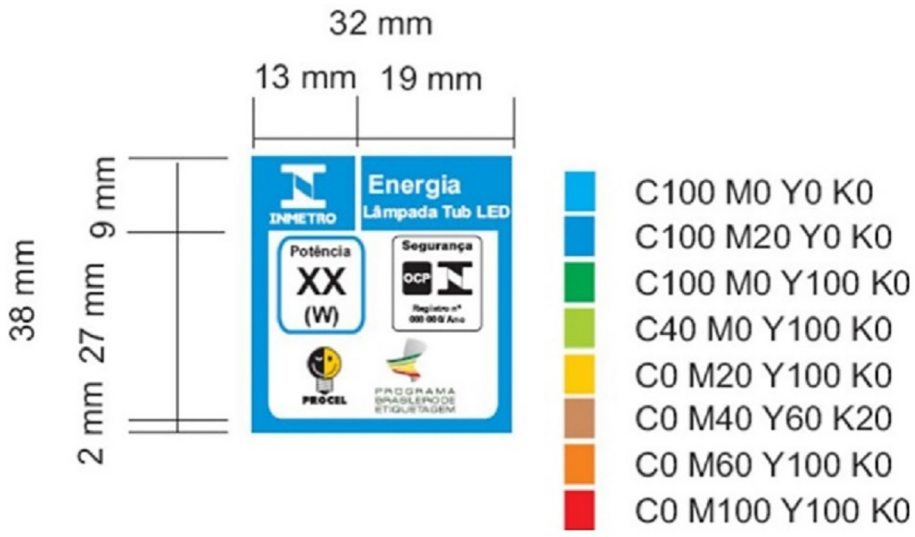


Figura 3 - ENCE para Lâmpada de LED Tubular (sem eficiência luminosa)

(Somente para Lâmpadas de LED Tubular de 2.400 mm, enquanto não tiver avaliação de desempenho)

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 83, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.010486/2021-61, resolve:

Incluir sistema alternativo de plano de selagem, nos modelos com coluna quadrada da Família BA37 de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca Urano, aprovada pela Portaria Inmetro/Dimel nº 302, de 23 de

outubro de 2020, publicada no D.O.U. em 03/11/2020, página 450, seção 1, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/ (Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 302/2020)

BRUNO DE CARVALHO DO COUTO

RETIFICAÇÃO

Retifica, no enunciado do art. 1°; no item 2 IDENTIFICAÇÃO DO MODELO; e na alínea j) do item 3 CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS, da Portaria Inmetro/Dimel nº 250, de 13 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 15/10/2021, página 40, seção 1:

(...)

Onde se lê: "Classe de Exatidão: 0.3"

Leia-se: "Classe de Exatidão: 1.0".

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 615/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, expressa no Despacho nº 67, de 27 de maio de 2021, que determinou o descredenciamento da Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Rio Grande - FCHVRG, com sede na Avenida Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros, nº 1.200, Bairro Distrito Industrial Álvaro Britto, no município de Olímpia, no estado de São Paulo, mantida pela Eduvale Sociedade Educacional Vale do Rio Grande Ltda. - EPP, com sede no mesmo município e estado, e votou, também, no sentido de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação defina, junto à entidade mantenedora, a responsabilidade sobre a guarda e gestão do acervo acadêmico da IES, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conforme consta do Processo nº 23000.006744/2021-76.

MILTON RIBEIRO
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 501, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e considerando o disposto no processo SEI nº 23000.024257/2021-95 e na Nota Técnica nº 5/2022/CGAACES/DIREG/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento, para o curso de graduação em Medicina (1408508), bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul - Estácio Jaraguá (22191), no município de Jaraguá do Sul/SC, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (119).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 50 (cinquenta) para 150(cento e cinquenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS PIÚMA

PORTARIA Nº 40, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O Diretor-Geral do Campus Piúma, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 1980, de 22 de novembro de 2021, da Reitoria deste IFES, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais (01) ano, a partir de 26.02.2022, a validade do processo seletivo regido pelo Edital nº01/2021, referente ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor EBTT Substituto de Química, publicado no DOU de 27.01.2021, cujo resultado foi homologado pela Portaria nº 41, de 25.02.2021, publicada no DOU de 26.02.2021, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Dê ciência e publique-se.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO FANTTINI POLESE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 434, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, resolve:

Art. 1º Remanejar o código FG-04 da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTI, para o Núcleo de Apoio ao Estágio - NAE, Campus Propriá.

Art. 2º Remanejar o código FG-04 da Coordenadoria de Conformidade e Registro de Gestão - CCRG, para a Coordenadoria de Transporte - COTRANS, Campus Propriá.

Art. 3º Atribuir o código FG-01 à Coordenadoria do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, Campus Propriá.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

PORTARIA Nº 74, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA -UFDPar, nomeado pela Portaria nº 2.120, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação - MEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo eletrônico nº 23855. 0004176/2021-70, o Edital nº 07, de 20 de dezembro de 2021, e, ainda, as Leis nº 8745/93; 9849/99 e 10667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar Nível I, TI-40, com lotação no Curso de Fisioterapia, do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, da forma como se segue:

Ordem	Nome	Resultado
1º lugar	Kaline de Melo Rocha	Aprovada/Classificada
2º lugar	Maria Gabriela Cardoso Teles Monteiro	Aprovada
3º lugar	Izabelle Macedo de Sousa	Aprovada

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA

PORTARIA Nº 1.501, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A Vice-Diretora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Professora Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Nº 1431, de 22 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 38, em 23 de fevereiro de 2022.

MARIA DE LOURDES TAVARES CAVALCANTI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

CONSELHO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 49, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui a Estrutura Organizacional da Universidade Federal de Rondonópolis.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Rondonópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º do estatuto institucional,

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFR nº 25, de 4 de março de 2021, que altera a estrutura organizacional mínima para o funcionamento da Universidade Federal de Rondonópolis;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI nº 34, de 7 de maio de 2021, que dispõe sobre o quadro distributivo dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas da Universidade Federal de Rondonópolis;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFR nº 47, de 22 de dezembro de 2021, que Inclui nova redação provisória no anexo da Resolução CONSUNI/UFR nº 25, de 4 de março de 2021 e no anexo da Resolução CONSUNI/UFR nº 34, de 7 de maio de 2021 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFR nº 48, de 27 de dezembro de 2021, que altera a Resolução CONSUNI/UFR nº 47, de 22 de dezembro de 2021; e

CONSIDERANDO o processo SEI/UFMT 23108.111543/2021-91, resolve:

Art. 1º Instituir a estrutura organizacional da Universidade Federal de Rondonópolis disposto no anexo desta resolução.

Art. 2º O anexo da Resolução CONSUNI/UFR nº 34, de 7 de maio de 2021, passa a vigorar com a alteração disposta no parágrafo único.

Parágrafo único. Onde-se lê "Coordenadores de Unidades Administrativas", leia-se "Diretores de Unidades Administrativas".

Art. 3º Fica revogado a:

I - Resolução CONSUNI/UFR nº 25, de 4 de março de 2021;

II - Resolução CONSUNI/UFR nº 47, de 22 de dezembro de 2021; e

III - Resolução CONSUNI/UFR nº 48, de 27 de dezembro de 2021.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois.

ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA
Presidente do Conselho

ANEXO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

1 Unidades Colegiadas
1.1 Conselho Superior Universitário
1.2 Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
1.3 Congregação de Unidades Acadêmicas
1.4 Colegiados de Unidades Acadêmicas
2 Unidades Administrativas Acadêmicas
2.1 Reitoria
2.1.1 Secretaria da Reitoria
2.1.2 Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores
2.1.3 Chefia de gabinete
2.1.4 Procuradoria
2.1.5 Auditoria
2.1.6 Assessorias
2.1.7 Ordenadoria
2.1.8 Gestão da Integridade
2.1.9 Ouvidoria
2.1.10 Comissões Permanentes
2.1.10.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente
2.1.10.2 Comitê de Ética
2.1.10.3 Comissão Própria de Avaliação
2.1.11 Vice-Reitoria
2.1.11.1 Secretaria
2.1.11.2 Assistente de Gabinete
2.1.11.3 Assessoria
2.1.11.4 Editora Universitária
2.1.11.5 Gerência de Cerimônias e Eventos
2.1.11.6 Comissões temporárias
2.1.12 Órgãos Suplementares
2.1.12.1 Secretaria de Relações Internacionais
2.1.12.1.1 Secretaria
2.1.12.1.2 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.12.1.3 Gerência de Mobilidade Acadêmica
2.1.12.1.4 Gerência de Política Linguística
2.1.12.1.5 Gerência de Cooperação Internacional
2.1.12.2 Secretaria de Inovação e Empreendedorismo
2.1.12.2.1 Secretaria
2.1.12.2.2 Diretoria de Propriedade Intelectual
2.1.12.2.2.1 Gerência de Transferência de Tecnologia
2.1.12.2.2.2 Gerência de Proteção Intelectual
2.1.12.2.3 Diretoria de Empreendedorismo e Desenvolvimento Tecnológico
2.1.12.2.3.1 Gerência de Apoio a Empresas Juniores e Incubadoras
2.1.12.2.3.2 Gerência de Capacitação e Mobilização Empreendedora
2.1.12.3 Secretaria de Assuntos Comunitários
2.1.12.3.1 Secretaria
2.1.12.3.2 Gerência de Apoio Administrativo

2.1.12.3.4 Gerência de Regulação Institucional
2.1.12.3.5 Gerência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
2.1.12.3.6 Gerência do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
2.1.12.3.7 Gerência do Núcleo de Estudos e Atividades Aberto à Terceira Idade
2.1.12.3.8 Diretoria de Arte, Cultura, Esporte e Lazer
2.1.12.3.8.1 Gerência de Arte e Cultura
2.1.12.3.8.2 Gerência de Esporte e Lazer
2.1.13 Pró-Reitorias
2.1.13.1 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
2.1.13.1.1 Secretaria
2.1.13.1.2 Assistência de Gabinete
2.1.13.1.3 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.1.4 Diretoria de Biblioteca
2.1.13.1.4.1 Supervisão de Processos Técnicos
2.1.13.1.4.2 Supervisão de Serviço de Referência
2.1.13.1.5 Diretoria de Ensino de Graduação
2.1.13.1.5.1 Gerência de Rotinas Acadêmicas
2.1.13.1.5.2 Gerência de Normas e Programas
2.1.13.1.6 Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
2.1.13.1.6.1 Gerência de Admissão e Cadastro
2.1.13.1.6.2 Gerência de Certificação e Registro
2.1.13.1.7 Diretoria de Programas Especiais
2.1.13.1.7.1 Gerência de Projetos
2.1.13.1.7.2 Gerência de Sistemas Externos
2.1.13.2 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
2.1.13.2.1 Secretaria
2.1.13.2.2 Assistência de Gabinete
2.1.13.2.3 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.2.4 Diretoria de Ensino de Pós-Graduação
2.1.13.2.4.1 Gerência de Pós-Graduação Stricto Sensu
2.1.13.2.4.2 Gerência de Pós-Graduação Lato Sensu
2.1.13.2.4.3 Gerência de Registro e Controle Acadêmico
2.1.13.2.5 Diretoria de Pesquisa
2.1.13.2.5.1 Gerência de Iniciação Científica
2.1.13.2.5.2 Gerência de Convênios, Certificações e Mobilidade
2.1.13.2.5.3 Gerência de Gestão de Projetos de Pesquisas
2.1.13.3 Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
2.1.13.3.1 Secretaria
2.1.13.3.2 Assistência de gabinete
2.1.13.3.3 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.3.4 Diretoria de Extensão
2.1.13.3.4.1 Gerência de Difusão de Ações de Extensão
2.1.13.3.4.2 Gerência de Programas e Projetos de Extensão
2.1.13.3.5 Diretoria de Assuntos Estudantis
2.1.13.3.5.1 Gerência de Acompanhamento pedagógico e Saúde Mental Estudantil
2.1.13.3.5.2 Gerência de Inclusão e Diversidade Estudantil
2.1.13.3.5.3 Gerência de Políticas Estudantis
2.1.13.3.5.3.1 Supervisão de Ações Afirmativas
2.1.13.4 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
2.1.13.4.1 Secretaria
2.1.13.4.2 Assistência de Gabinete
2.1.13.4.3 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.4.4 Diretoria de Administração de Pessoas
2.1.13.4.4.1 Gerência de Admissão, Movimentação e Desligamento
2.1.13.4.4.2 Gerência de Pagamento
2.1.13.4.4.3 Gerência de Auxílios, Licenças e Afastamentos
2.1.13.4.4.4 Gerência de Assuntos Previdenciários e Jurídicos
2.1.13.4.4.5 Gerência de Registro e Acompanhamento Funcional
2.1.13.4.5 Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida
2.1.13.4.5.1 Gerência de Bem-Estar e Qualidade de Vida
2.1.13.4.5.2 Gerência de Atenção à Saúde do Servidor
2.1.13.4.5.3 Gerência de Segurança no Trabalho e Perícia
2.1.13.4.6 Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
2.1.13.4.6.1 Gerência de Dimensionamento, Registro e Provimento
2.1.13.4.6.2 Gerência de Desenvolvimento de Carreira
2.1.13.4.6.3 Gerência de Desenvolvimento de Competências
2.1.13.5 Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
2.1.13.5.1 Secretaria
2.1.13.5.2 Assistência de Gabinete
2.1.13.5.3 Gerência de Exames e Concursos
2.1.13.5.4 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.5.4.1 Supervisão do Protocolo
2.1.13.5.5 Diretoria de Execução Financeira
2.1.13.5.5.1 Gerência de Contabilidade
2.1.13.5.5.2 Gerência de Execução Orçamentária
2.1.13.5.5.3 Gerência Financeira
2.1.13.5.6 Diretoria de Compras e Licitação
2.1.13.5.6.1 Gerência de Compras
2.1.13.5.6.2 Gerência de Contratos
2.1.13.5.6.3 Gerência de Licitações
2.1.13.5.7 Diretoria de Orçamento
2.1.13.5.7.1 Gerência de Controle e Programação Orçamentária
2.1.13.5.7.2 Gerência de Diárias e Passagens
2.1.13.5.8 Diretoria de Planejamento
2.1.13.5.8.1 Gerência de Estatística e Informações
2.1.13.5.8.2 Gerência de Projetos e Convênios
2.1.13.6 Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
2.1.13.6.1 Secretaria
2.1.13.6.2 Assistência de Gabinete
2.1.13.6.3 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.6.4 Diretoria de Infraestrutura e Segurança
2.1.13.6.4.1 Gerência de Processamento de Dados
2.1.13.6.4.2 Gerência de Redes Lógica
2.1.13.6.4.3 Gerência de Suporte de Tecnologia da Informação
2.1.13.6.4.4 Gerência de Segurança da Informação
2.1.13.6.5 Diretoria de Sistemas de Informação
2.1.13.6.5.1 Gerência de Análise e Projetos de Sistemas
2.1.13.6.5.2 Gerência de Administração de Banco de Dados
2.1.13.6.5.3 Gerência de Desenvolvimento de Sistemas
2.1.13.6.5.4 Gerência de Qualidade e Suporte de Sistemas
2.1.13.6.6 Diretoria de Comunicação e Conteúdos Digitais
2.1.13.6.6.1 Gerência de Apoio ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
2.1.13.6.6.2 Gerência de Marketing e Produção Multimídia - GMPM
2.1.13.6.6.3 Gerência de Redação e Produção de Conteúdos
2.1.13.6.6.4 Gerência de Suporte em Comunicação
2.1.13.6.7 Diretoria de Processos, Projetos e Governança
2.1.13.6.7.1 Gerência de Governança da Informação
2.1.13.6.7.2 Gerência de Processos e Projetos
2.1.13.7 Pró-Reitoria de Infraestrutura
2.1.13.7.1 Secretaria
2.1.13.7.2 Assistência de Gabinete
2.1.13.7.3 Gerência de Apoio Administrativo
2.1.13.7.4 Diretoria de Projetos e Obras
2.1.13.7.4.1 Gerência de Fiscalização de Obras
2.1.13.7.4.2 Supervisão do Espaço Físico
2.1.13.7.5 Diretoria de Manutenção e Transporte
2.1.13.7.5.1 Gerência de Manutenção
2.1.13.7.5.2 Gerência de Transporte
2.1.13.7.6 Diretoria de Administração de Materiais
2.1.13.7.6.1 Gerência de Almoxarifado
2.1.13.7.6.2 Gerência de Manutenção de Equipamentos
2.1.13.7.6.3 Gerência de Patrimônio
3 Unidades Acadêmicas
3.1 Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas
3.1.1 Direção
3.1.1.1 Direção Adjunta
3.1.1.2 Secretaria
3.1.2 Coordenação de Graduação em Administração
3.1.3 Coordenação de Graduação em Ciências Contábeis
3.1.4 Coordenação de Graduação em Ciências Econômicas
3.2 Faculdade de Ciências da Saúde
3.2.1 Direção
3.2.1.1 Direção Adjunta
3.2.1.2 Secretaria
3.2.2 Coordenação de Graduação em Enfermagem
3.2.3 Coordenação de Graduação em Medicina
3.2.4 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde
3.3 Instituto de Ciências Agrárias e Tecnológicas
3.3.1 Direção
3.3.1.1 Direção Adjunta
3.3.1.2 Secretaria
3.3.2 Coordenação de Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental
3.3.3 Coordenação de Graduação em Engenharia Mecânica
3.3.4 Coordenação de Graduação em Zootecnia
3.3.5 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola
3.3.6 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Ambiental
3.3.7 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia
3.4 Instituto de Ciências Exatas e Naturais
3.4.1 Direção
3.4.1.1 Direção Adjunta
3.4.1.2 Secretaria
3.4.2 Coordenação de Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado
3.4.3 Coordenação de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura
3.4.4 Coordenação de Graduação em Matemática
3.4.5 Coordenação de Graduação em Sistemas de Informação
3.4.6 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Matemática
3.5 Instituto de Ciências Humanas e Sociais
3.5.1 Direção
3.5.1.1 Direção Adjunta
3.5.1.2 Secretaria
3.5.2 Coordenação de Graduação em Biblioteconomia
3.5.3 Coordenação de Graduação em Geografia
3.5.4 Coordenação de Graduação em História
3.5.5 Coordenação de Graduação em Letras Inglês
3.5.6 Coordenação de Graduação em Letras Português
3.5.7 Coordenação de Graduação em Pedagogia
3.5.8 Coordenação de Graduação em Psicologia
3.5.9 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
3.5.10 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 174, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, nomeado pelo Decreto de 30 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 4 de maio de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º ALTERAR a Portaria GR/UFRPE nº 357/2020, de 13/04/2020, publicada no DOU de 14/04/2020, Seção 1, página 38, que alterou a Estrutura Organizacional da Reitoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco, nos termos a seguir, permanecendo os demais termos inalterados, conforme Despacho nº 8174/2022-DAP-PROGEPE, de 23/02/2022, constante no processo mencionado: (Processo UFRPE nº 23082.002037/2022-29)

Onde se lê:
[...]

----	Secretaria Executiva da Comissão de Ética - SECE

Leia-se:
[...]

FG-06	Secretaria Executiva da Comissão de Ética - SECE

MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ 87.020.517/0001-20
NIRE 43500317785

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 471 REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, em sua sede na rua Ramiro Barcelos, nº 2350, por videoconferência (meet.google.com/adr-coar-qzs), na forma da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e da Instrução Normativa da Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, realizou-se a quadringentésima septuagésima primeira reunião Ordinária do Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, sob a Presidência da Professora Lúcia Maria Kliemann. Presentes os Conselheiros: Lúcia Maria Kliemann, representante da Faculdade de Medicina da UFRGS; Victor Godoy Veiga, representante do Ministério da Educação; Djaci Vieira de Sousa, representante do Ministério da Educação; Rodrigo Otavio Moreira da Cruz, representante do Ministério da Saúde; Adriana Denise Acker, representante do Ministério da Economia, Waldeir Machado da Silva, representante do Ministério da Economia; Hélio Henkin, representante da Reitoria da UFRGS; Ana Maria Müller de Magalhães, representante da Escola de Enfermagem da UFRGS; Nadine Oliveira Clausell, Diretora-Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Evandro Luis Fagundes, representante dos funcionários do HCPA, conforme Relação de Presença do Conselho de Administração, documento nº 0664620, assinada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações do HCPA - SEI-HCPA. Presentes, como participantes, sem direito a voto: Brasil Silva Neto, Diretor Médico do HCPA; Jorge Luis Bajerski, Diretor Administrativo do HCPA; Ninon Girardon da Rosa, Diretora de Enfermagem; Patrícia Ashton-Prolla, Diretora de Pesquisa; e José Geraldo Lopes Ramos, Coordenador do Grupo de Ensino. Convidados presentes: Ana Luiza Silva Maia - Presidente da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, Ana Paula Coutinho, André Mena Avila, Clacimar Antonio Schenatto, Guilherme Leal Camara, Gustavo Salomão Pinto, Jairo

Henrique Gonçalves, Juliana Zwetsch, Ligia Ventura, Lisiane Manganelli Girardi Paskulin, Luciana Berbigier Lucas, Luciana Raupp Rios Wohlgemuth, Marisol Silveira de Oliveira, Neiva Teresinha Finato, Roberto Scalco Isquierdo, Valter Ferreira Da Silva e, na secretaria dos trabalhos, Simone de Lima Souza. Ressalta-se que a participação dos Conselheiros nesta reunião deu-se à distância, devido ao estado de emergência decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2020, declarada pela Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, conforme Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nº 7.957, de 19 de março de 2020. Registra-se que o Conselheiro Rodrigo Otavio Moreira da Cruz participou da reunião com o usuário "Gabinete Executivo MS". A Presidente iniciou a reunião justificando a ausência da Conselheira Patrícia Helena Lucas Pranke, representante da Reitoria da UFRGS. Em seguida, passou à ordem do dia: o Conselho de Administração deliberou conforme segue: item 1 - Aprovação, com uma abstenção, da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração nº 469, de 24/01/2022 - documento nº 0669252. Item 2 - Aprovação, com duas abstenções, da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração nº 470, de 24/01/2022- documento nº 0669253. Item 3 - Apresentação, para conhecimento, da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 55, de 26/01/2022 - documento nº 0669585. Item 4 - Apresentação, para conhecimento, da Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria nº 76, de 10 a 17/01/2022 - documento nº 0669591. Item 5 - Apresentação, para conhecimento, da Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria nº 77, de 12/01/2022 - documento nº 0669592. Item 6 - Apresentação, para conhecimento, da Ata da Reunião Extraordinária do Comitê de Auditoria nº 01, de 21/01/2022 - documento nº 0669593. Item 7 - Apresentação, para conhecimento, da Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria nº 78, de 09 a 14/02/2022 - documento nº 0672129. Item 8 - Eleição da Diretora de Ensino, por unanimidade, conforme o §3 e o §4º do art. 96 do Estatuto Social do HCPA: Prof.ª LUCIANA PAULA CADORE STEFANI - Processo SEI-HCPA nº 23092.014248/2021-12 - apresentação nº 0672125. Item 9 - Apresentação da proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56 inciso IV do Estatuto Social do HCPA): 9.1. Aprovação, por unanimidade, da Proposta de Aumento do Capital Social do HCPA pela Capitalização do AFAC - Processo nº 23092.000863/2022-14 - documento nº 0670832 - apresentação nº 0669259. Item 10 - Aprovação, por unanimidade, da inclusão da Proposta de aumento do Capital Social do HCPA no instrumento de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56 inciso V do Estatuto Social do HCPA). Item 11 - Aprovação, por unanimidade, da Convocação de Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56 inciso VI do Estatuto Social do HCPA). Item 12 - Apresentação, para conhecimento, da Nota Técnica SEI nº 241/2022/ME - Créditos a receber contra a União - documento nº 0669260 - apresentação nº 0674616. Item 13 - Aprovação, por unanimidade, do encaminhamento do Parecer da Coordenadoria Jurídica do HCPA referente à Remuneração dos Administradores - Diretor Empregado, à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Economia, com cópia ao Ministério da Educação - documentos nº 0669266, 0669267 e 0674121. Item 14 - Aprovação, por unanimidade, da Execução Orçamentária do mês e até o mês de dezembro de 2021 - documento nº 0669271 - apresentação nº 0669272. Item 15 - Aprovação, por unanimidade, do Relatório de Avaliação das Atividades da Fundação Médica do Rio Grande do Sul referente ao terceiro quadrimestre - documento nº 0669367 - apresentação nº 0675558. Item 16 - Apresentação, para conhecimento, dos Encaminhamentos Sistema de Correição - 2021 - apresentação nº 0669391. Item 17 - Apresentação, para conhecimento, do Relatório das Atividades de Auditoria Interna - Data-base 31/01/2022- documento nº 0669378 e Nota Técnica Nº 0645329/2022/CGAUDI - documento nº 0669383 - apresentação nº 0669391. Item 18 - Apresentação, para conhecimento, do Programa de Integridade Corporativa HCPA - documento nº 0669400 - apresentação 0669446. Item 19 - Apresentação, para conhecimento, do Relatório Mensal de Atividades de Gestão de Riscos e Integridade Janeiro/2022 - documento nº 0669444 - apresentação nº 0669446. Item 20 - Apresentação, para conhecimento, da Nominação do Auditório do Bloco "C" - Auditório Fani Martins Job - Processo SEI-HCPA nº 23092.001729/2022-31. Item 21 - Assuntos Gerais: Item 21.1 - Apresentação, para conhecimento, do Ofício Circular SEI nº 617/2022/ME - documento nº 0668372 - Processo SEI-HCPA nº 23092.001514/2022-10. Item 21.2 - Apresentação, para conhecimento, das atualizações referentes ao Centro Integrado de Tecnologia da Informação (CITI). Item 21.3 - Agradecimento do Conselho de Administração ao Professor José Geraldo Lopes Ramos pelo desenvolvimento e organização do Grupo de Ensino. Item 21.4 - Apresentação, para conhecimento, do despacho nº 16/2022 do Ministério da Educação ao Ministério da Saúde referente ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS/Educação. Item 21.5 - Informado sobre a manutenção das vagas de profissionais para atendimento aos pacientes Covid-19. Item 21.6 - Registro, em razão da Posse do Prof. Brasil Silva Neto ter ocorrido em 03 de dezembro de 2021, a data de encerramento do vínculo de Diretor Médico do Prof. MILTON BERGER ocorreu em 02 de dezembro de 2021. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2022.

LUCIA MARIA KLIEMANN
Presidente do Conselho de Administração
do HCPA

SIMONE DE LIMA SOUZA
Secretária

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 40, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os critérios para distribuição de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social (DS) e de bolsas e/ou auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), referente ao período de março de 2022 a fevereiro de 2023, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da Capes, aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto na Portaria nº 34, de 30 de maio de 2006, na Portaria n° 76, de 14 de abril de 2010, na Portaria nº 181, de 18 de dezembro de 2012, na Portaria nº 149, de 1° de agosto de 2017, na Portaria n° 182, de 14 de agosto de 2018, na Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e considerando o constante dos autos do processo nº 23038.000005/2022-24, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os critérios para distribuição de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social (DS) e de bolsas e/ou auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), referente ao período de março de 2022 a fevereiro de 2023.

Art. 2º A distribuição de bolsas e/ou auxílios de que trata esta Portaria destina-se exclusivamente aos Programas de Pós-Graduação (PPG) passíveis de fomento pelo DS, PROEX, PROSUP ou PROSUC, nos termos da regulamentação específica.

CAPÍTULO I

DO QUANTITATIVO INICIAL

Art. 3º A cada PPG passível de fomento será atribuído o quantitativo inicial indicado no Anexo I, estabelecido em conformidade com a nota obtida na avaliação de entrada ou na última avaliação de permanência, realizada em 2017.

§ 1º Para os PPG de Instituições de Ensino Privadas ou Comunitárias que recebam bolsas e/ou auxílios, o quantitativo inicial, indicado no Anexo I, foi expresso em unidade de benefício, calculada a partir da soma dos valores orçamentários das bolsas e auxílios, dividida pelo valor da bolsa de mesmo nível.

§ 2º Os quantitativos constantes do Anexo I sujeitam-se a revisões periódicas sempre que tal necessidade resultar de modificações no orçamento da Capes ou de inexecuções parciais verificadas pelo acompanhamento periódico desempenhado pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB).

CAPÍTULO II

DOS FATORES DE PONDERAÇÃO

Art. 4º O quantitativo final de bolsas, ou unidades de benefício, a serem disponibilizadas a cada PPG será calculado mediante a aplicação cumulativa e sucessiva dos seguintes fatores de ponderação, incidentes sobre o valor inicial definido na forma do art. 3º:

I - fator Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): multiplicador relacionado ao IDHM do município onde é ofertado o curso de pós-graduação, calculado segundo os parâmetros constantes do Anexo II; e

II - fator Titulação Média do Curso (TMC): multiplicador que retrata a média anual de discentes titulados no período de 2017 a 2020, calculado segundo os parâmetros constantes do Anexo III.

§ 1º Para fins de aferição do fator IDHM, considerar-se-ão os dados do último censo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2010, e as informações registradas na Plataforma Sucupira em 21/2/2022.

§ 2º Para fins de aferição do fator TMC, considerar-se-ão as informações registradas na Plataforma Sucupira em 15/2/2022.

§ 3º As categorias de titulação serão definidas com a utilização da média anual e de seu desvio padrão, por área de avaliação.

§ 4º Os cursos de mestrado que possuírem pelo menos três anos sem registro de ao menos um titulado no período de 2017 a 2020 e os cursos de doutorado que possuírem pelo menos dois anos sem registro de ao menos um titulado no período de 2017 a 2020 serão classificados como TMC 2.

§ 5º Os quantitativos apurados na forma deste artigo serão arredondados para número inteiro.

CAPÍTULO III

DA LIMITAÇÃO PARA PERDA E PARA GANHO

Art. 5º O resultado final não poderá importar em perda superior a 10% (dez por cento) ou ganho superior a:

I - 25% (vinte e cinco por cento), para cursos cuja nota atual for igual a A ou 3;

II - 45% (quarenta e cinco por cento), para cursos cuja nota atual for igual a 4; ou

III - 55% (cinquenta e cinco por cento), para cursos cuja nota atual for igual a 5.

§ 1º Para cursos cuja nota atual for igual a 6 ou 7 ou cursos ofertados em municípios com IDHM menor que 0,600 aplica-se somente o limite de perda referido no caput deste artigo, não havendo limitação para ganho.

§ 2º Os percentuais referidos neste artigo aplicam-se, conforme o Programa, ao somatório de bolsas, ou unidades de benefício, das cotas disponíveis dos cursos em fevereiro de 2022.

§ 3º Quando tratar-se de cursos com conceito A ou cursos passíveis de fomento sem cotas de bolsas e/ou auxílios em fevereiro de 2022, para fins de aplicação dos percentuais referidos neste artigo serão considerados os valores iniciais de 3 e 6 bolsas, ou unidades de benefício, para os níveis de mestrado e doutorado, respectivamente.

§ 4º Os quantitativos apurados na forma deste artigo serão arredondados para número inteiro.

CAPÍTULO IV

DA PUBLICIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS E/OU AUXÍLIOS

Art. 6º A DPB divulgará a distribuição de bolsas e/ou auxílios a vigorar de março de 2022 a fevereiro de 2023, calculada com base nos critérios constantes desta Portaria.

Art. 7º A DPB acompanhará e controlará a efetiva implementação da distribuição determinada por esta Portaria e disponibilizará aos interessados os dados utilizados para a apuração relacionada aos respectivos PPG.

CAPÍTULO V

DO PEDIDO DE REVISÃO

Art. 8º A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou unidade equivalente, poderá solicitar a revisão dos quantitativos atribuídos a PPG de sua instituição, desde que referente ao cálculo da distribuição de bolsas e/ou auxílios conforme os critérios constantes desta Portaria.

Art. 9º O pedido de revisão deverá ser dirigido à DPB, que instruirá os autos e o remeterá à Presidente da Capes, para decisão final.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Nos casos em que a distribuição determinada por esta Portaria provocar redução do quantitativo de bolsas e/ou auxílios das cotas dos cursos para número inferior ao de bolsas e/ou auxílios que estejam sendo efetivamente utilizados em fevereiro de 2022, a DPB promoverá a classificação desse excedente como empréstimo, assegurando sua manutenção até o final da vigência, desde que atendidas as demais regras do programa de fomento por meio do qual foram concedidos.

Parágrafo único. É vedada a substituição de beneficiário de bolsas e/ou auxílios classificados como empréstimo.

Art. 11. A DPB poderá expedir normas e orientações operacionais complementares destinadas ao cumprimento das determinações desta Portaria.

Art. 12. Os casos não atendidos nesta Portaria serão objeto de avaliação e deliberação da Diretoria Executiva da Capes, em consonância com legislação vigente e demais orientações pertinentes à matéria.

Art. 13. A Diretoria de Tecnologia da Informação adotará medidas destinadas a adequar os sistemas da Capes para atender a distribuição determinada por esta Portaria.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

ANEXO I

QUANTITATIVO INICIAL

Tabela 1. Quantitativo inicial de bolsas ou unidades de benefício para cursos de pós-graduação passíveis de fomento.

Nota	Mestrado	Doutorado
A	3	6
3	4	-
4	9	12
5	11	16
6	14	19
7	15	21

ANEXO II

FATOR IDHM

Tabela 1. Pesos associados ao IDHM do município de oferta do curso.

Classificação	IDHM	Peso
IDHM 1	0,500 ≤ IDHM ≤ 0,599	2,50
IDHM 2	0,600 ≤ IDHM ≤ 0,649	2,00
IDHM 3	0,650 ≤ IDHM ≤ 0,699	1,75
IDHM 4	0,700 ≤ IDHM ≤ 0,749	1,50
IDHM 5	0,750 ≤ IDHM ≤ 0,799	1,25
IDHM 6	IDHM ≥ 0,800	1,00

ANEXO III

FATOR TMC

Tabela 1. Pesos associados à TMC (m representa a titulação média anual dos cursos pertencentes a uma mesma área de avaliação e dp o seu desvio padrão).

Classificação	TMC	Peso
TMC 1	TMC < m - 1dp	0,75
TMC 2	m - 1dp ≤ TMC < m + 1dp	1,00
TMC 3	m + 1dp ≤ TMC < m + 2dp	1,25
TMC 4	m + 2dp ≤ TMC < m + 3dp	1,50
TMC 5	m + 3dp ≤ TMC < m + 4dp	1,75
TMC 6	m + 4dp ≤ TMC < m + 5dp	2,00
TMC 7	m + 5dp ≤ TMC < m + 6dp	2,25
TMC 8	m + 6dp ≤ TMC < m + 7dp	2,50
TMC 9	m + 7dp ≤ TMC < m + 8dp	2,75
TMC 10	TMC ≥ m + 8dp	3,00

Tabela 2. Titulação média anual (m) e desvio padrão (dp) para cada área de avaliação pertencente ao **Colégio de Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar**, no período de 2017 a 2020, por nível.

Área de Avaliação	m (mestrado)	dp (mestrado)	m (doutorado)	dp (doutorado)
Astronomia / Física	8,110	3,622	8,000	4,191
Biotecnologia	9,162	3,036	6,157	2,879
Ciência da Computação	17,442	7,750	9,109	5,411
Ciências Ambientais	12,986	3,433	8,038	3,319
Engenharias I	15,295	6,388	6,213	3,761
Engenharias II	14,970	6,660	10,938	5,220
Engenharias III	15,987	6,316	9,951	5,452
Engenharias IV	16,715	8,389	11,335	6,992
Ensino	14,769	6,289	10,361	5,678
Geociências	12,051	6,004	6,494	2,473
Interdisciplinar	14,033	5,062	7,925	3,139
Matemática / Probabilidade e Estatística	8,375	2,708	7,706	3,852
Materiais	11,175	4,671	7,713	3,890
Química	14,729	6,881	14,196	8,111

Tabela 3. Titulação média anual (m) e desvio padrão (dp) para cada área de avaliação pertencente ao **Colégio de Humanidades**, no período de 2017 a 2020, por nível.

Área de Avaliação	m (mestrado)	dp (mestrado)	m (doutorado)	dp (doutorado)
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	13,672	4,927	8,085	4,500
Antropologia / Arqueologia	10,433	2,951	7,397	4,098
Arquitetura, Urbanismo e Design	14,369	5,080	9,016	3,582
Artes	14,520	4,844	10,991	4,010
Ciência Política e Relações Internacionais	11,886	2,545	7,754	3,641
Ciências da Religião e Teologia	13,574	3,824	8,722	3,539
Comunicação e Informação	14,534	4,784	9,465	4,965
Direito	23,011	10,845	12,588	8,696
Economia	10,761	3,688	8,086	3,929
Educação	22,774	8,585	16,747	9,377
Filosofia	10,893	2,967	9,091	3,793
Geografia	13,188	3,533	10,607	4,839
História	15,468	5,003	11,160	4,303
Linguística e Literatura	16,986	6,247	12,647	5,635
Planejamento Urbano e Regional / Demografia	13,134	4,936	6,328	2,224
Psicologia	16,989	4,696	10,086	4,110
Serviço Social	12,097	2,926	6,792	2,187
Sociologia	12,889	3,707	11,185	3,467

Tabela 4. Titulação média anual (m) e desvio padrão (dp) para cada área de avaliação pertencente ao **Colégio Ciências da Vida**, no período de 2017 a 2020, por nível.

Área de Avaliação	m (mestrado)	dp (mestrado)	m (doutorado)	dp (doutorado)
Biodiversidade	10,476	3,559	7,912	3,028
Ciência de Alimentos	11,793	3,376	9,186	3,762
Ciências Agrárias I	13,054	4,988	10,085	4,143
Ciências Biológicas I	11,136	3,453	9,935	4,259
Ciências Biológicas II	10,511	4,729	9,041	4,469
Ciências Biológicas III	10,294	3,493	8,489	3,710
Educação Física	17,290	5,462	10,119	4,935
Enfermagem	17,035	5,140	11,910	6,049
Farmácia	12,842	4,242	9,618	4,433
Medicina I	14,934	6,918	11,379	6,451
Medicina II	11,791	5,294	8,453	3,368
Medicina III	8,766	4,449	8,557	3,457
Medicina Veterinária	13,330	5,102	9,966	5,423
Nutrição	12,431	3,360	8,617	2,780
Odontologia	12,702	6,297	9,121	4,977
Saúde Coletiva	14,646	5,807	9,257	3,499
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	14,142	4,018	11,175	4,877

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 5.512, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A Reitora em exercício da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, e Portaria MEC nº 1.373, de 18 de julho de 2019, e CONSIDERANDO a Resolução COAD Nº 48, de 18 de Fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º - Aprovar a mudança de vinculação da Unidade de Simulação em Saúde - USS (UORG 427), do Hospital Universitário Dr. Horácio Carlos Panepucci, para o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS (UORG 197), da UFSCar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico.

MARIA DE JESUS DUTRA DOS REIS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 173, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.057806/2019-16; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº 008/2021, publicado no D.O.U. em 02/08/2021, e no Correio de Sergipe em 03/08/2021, retificado através do Edital de Retificação nº 01, publicado no D.O.U. em 03/09/2021, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os ciclos do curso de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Ginecologia e Obstetrícia
Disciplinas	Todos os ciclos do curso de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível I
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	
Ampla Concorrência	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Lei nº 12.990/2014)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/1999)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 96, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 31 de janeiro de 2022, Seção 1, página 187,

Onde se lê: "Divulga o resultado final da avaliação de desempenho institucional para fins de concessão da gratificação de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, referente ao período de 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020, de que tratam os arts. 15, 15-A e 15-B, da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.";

Leia-se: "Divulga o resultado final da avaliação de desempenho institucional para fins de concessão da gratificação de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, referente ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021, de que tratam os arts. 15, 15-A e 15-B, da Leinº 11.171, de 2 de setembro de 2005."

E

Onde se lê: "Art. 1º Divulgar, na forma do anexo, o resultado final da Avaliação de Desempenho Institucional para concessão da gratificação de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTT, referente ao período de 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020."

Leia-se: "Art. 1º Divulgar, na forma do anexo, o resultado final da Avaliação de Desempenho Institucional para concessão da gratificação de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTT, referente ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021."

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 206, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.028315/2021-22, resolve:

Art. 1º Esta Portaria prorroga, por seis meses, o prazo de validade do credenciamento do Laboratório Labet Exames Toxicológicos LTDA., inscrito no CNPJ nº 11.506.512/0001-40, concedido por meio da Portaria DENATRAN nº 25, de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Fica prorrogado, por seis meses, o prazo de validade do credenciamento do Laboratório Labet Exames Toxicológicos LTDA., inscrito no CNPJ nº 11.506.512/0001-40, situado na Estrada Tenente Marques, nº 1.818, lote 01-I, Galpões G06 e G07, Bairro Chácaras Santa Cruz, CEP 06.528-001 - Santana de Parnaíba/SP, concedido pela Portaria DENATRAN nº 25, de 2018, para realizar exame toxicológico com janela de detecção mínima de noventa dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

RETIFICAÇÃO

No parágrafo único do art. 1º e na assinatura da Portaria nº 7.308/SAR, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 101, onde se lê:

"Art. 1º [...]

Parágrafo único: [...] endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1489.

[...]

FÁBIO LOPES MAGALHÃES"

Leia-se:

"Art. 1º [...]

Parágrafo único. [...] endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1490.

[...]

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO"

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 6.302/SAR, de 4 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2021, Seção 1, página 71, onde se lê: "Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2021.",

leia - se:

"Art. 2º Revogar expressamente a Circular de Informação n° 21-001C, de 08 de fevereiro de 2008, intitulada " CI-21-001C Solicitação de Serviços de Homologação".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2021."

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 7.300, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo no 00065.002612/2022-04, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto no 16-P/SBGO/2022 à Concessionária do Bloco Central S.A., operadora do Aeroporto Santa Genoveva - Goiânia/GO (código ICAO: SBGO e CIAD: GO0001).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 4C;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves compatíveis com o código de referência 4C ou inferior;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 14: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno; e

Cabeceira 32: VFR Diurno/Noturno e IFR Não-precisão Diurno/Noturno;

d) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: 7;

e) Autorizações de Operações Especiais: Não há.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves:

a) Aeronaves sem equipamento rádio;

b) Planadores;

c) Aeronaves sem transponder ou com falha neste equipamento; e

d) Voos de ultraleves motorizados.

III - Restrição aos serviços aéreos:

a) Lançamento de objetos ou pulverização;

b) Reboque de aeronaves;

c) Lançamento de paraquedas; e

d) Voo acrobático.

IV - Restrições operacionais: Não há.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.671/SIA, de 30 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2016, Seção 1, página 110.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de 24 de março de 2022.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 7.276, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.003961/2022-35, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Cedro Agropec;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0507;

III - município (UF): Francisco Dumont (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 34' 47'' S / 044° 11' 43'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.287, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.005429/2022-52, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Adriana;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0440;

III - município (UF): Alto Garças (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 49' 51'' S / 053° 50' 01'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 603/SIA de 21 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 1º de março de 2018, Seção 1, Página 77.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.297, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.005567/2022-31, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Baunilha;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0287;

III - município (UF): Itaquiraí (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 33' 45" S / 054° 01' 49" W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2302/SIA, de 30 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 07 de agosto de 2019, Seção 1, Página 57.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.298, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.005563/2022-53, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Jatobá;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0285;

III - município (UF): Paranhos (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 55' 30'' S / 055° 17' 59'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 462/SIA, de 13 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2012, Seção 1, Página 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.331, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.006091/2022-56, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Miguel;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0239;

III - município (UF): Pompéia (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 52' 07'' S / 050° 06' 59'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1450/SIA, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2012, Seção 1, Página 8.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 7.332, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.003279/2022-42, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Coperbrás;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: DF0006;

III - município (UF): Brasília (DF);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 45' 03'' S / 047° 32' 34'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 26 de junho de 2025.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1563/SIA, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2015, Seção 1, Página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 7.345, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.009807/2022-66, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AEROMIS AERO AGRÍCOLA MISSIONEIRA LTDA., CNPJ nº 89.078.182/0001-27, com sede social em Entre-Ijuís (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-12-5IEF-06-02, emitido em 20 de dezembro de 2021.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.346, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o que consta do processo nº 00066.013321/2021-42, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 119-008, Revisão A (IS nº 119-008A), intitulada "Procedimentos para implementação de um Programa de Acompanhamento e Análise de Dados de Voo (PAADV)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/links-acesso-rapido/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2022.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.349, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.009796/2022-14, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária HIPARC SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA., CNPJ nº 06.283.416.0001-40, com sede social em Vila Velha (ES), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2021-09-O0JA-01-00, emitido em 04 de novembro de 2021.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 7.355, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.009778/2022-32, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária APOLO TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ nº 04.702.400/0001-08, com sede social em Sinop (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2002-05-6CFR-01-03, emitido em 22 de novembro de 2018.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 7.382, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 41-A, incisos III e IX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.019717/2021-01, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 6.737/SPL, de 16 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, Seção 1, página 187, que aprova diretrizes para a realização de exames práticos de pilotos, bem como para a atuação e o credenciamento de examinadores, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 23. Esta Portaria entra em vigor em 2 de maio de 2022." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 6.885/SPL, de 30 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2021, Seção 1, pág.543.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA OLIVIERI CAIXETA ALTOÉ

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 7.352, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 141 - RBHA nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00058.006963/2019-70, resolve:

Art. 1º Revogar a Autorização de Funcionamento e a homologação dos cursos teóricos e práticos da C. M. M. ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA-ME, CNPJ 20.030.750/0001-13, situada à Rua 09 nº 2013, Centro, Jales - SP, CEP 15.700-018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.359, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.017342/2021-47, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos na modalidade ensino e adestramento do Centro de Instrução de Aviação Civil DOGADO AVIACAO CIVIL LTDA., CNPJ 39.882.692/0001-84, situado na Rodovia BR-376, Km 545 - Anexo TP29, Colônia Witmarsum, Palmeira/PR - CEP 84130-971.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.360, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.003393/2021-91, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos na modalidade ensino e adestramento e a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil da VOLARE ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA - EPP., CNPJ 13.353.026/0001-65, situado na Rodovia Carlos João Strass, s/Nº - km 11 - Aeroporto 14 Bis - Box 2, Distrito de Warta, Londrina/PR - CEP 86.105-000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.361, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.028340/2021-83, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos na modalidade ensino e adestramento do Centro de Instrução de Aviação Civil AEROCLUBE REGIONAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, CNPJ 01.572.470/0001-92, situado na Rodovia SP-344, s/Nº - Km 219, Aeroporto Municipal, São João da Boa Vista/SP - CEP 13870-000.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 7304/SPL, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 36.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DA ATA DA 517ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Às 12 horas do dia 14 de fevereiro de 2022, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a 517ª Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ, com a participação do Diretor Adalberto Tokarski, da Diretora Flávia Takafashi, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e da representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procuradora-Chefe Natália Moyses.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.022238/2021-12 e 50300.001496/2022-46, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery;

- 50300.002858/2020-54, 50300.010899/2020-14 e 50300.012395/2021-10, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski; e

- 50300.002434/2020-90, 50300.004163/2021-98, 50300.006383/2016-99 e 50300.018179/2020-05, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi.

PEDIDOS DE VISTA

- Os processos de nºs 50300.000233/2015-91, 50300.000578/2021-92, 50300.001376/2018-62, 50300.006687/2020-32, 50300.010305/2021-56 e 50300.012041/2021-75, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski, foram objeto de pedidos de vista formulados pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. Não houve adiantamento de votos. Os processos constarão da pauta da próxima reunião telepresencial.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 107 a 152, disponíveis para consulta na internet (https://www.gov.br/antaq).

TÉRMINO DE MANDATO

Em virtude do término de mandato do Diretor Adalberto Tokarski, sua assinatura não constará desta ata.

ENCERRAMENTO

Às 12 horas do dia 16 de fevereiro 2022, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Diretora

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 94, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 70 do Anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e no que consta dos Processos nº 50500.089357/2020-18, nº 50500.073234/2020-65 e nº 00424.225959/2021-16;

Considerando o disposto na Deliberação ANTT nº 261, de 10 de agosto de 2021, que aprovou a 10ª Revisão Ordinária, a 13ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP da ViaBahia Concessionária de Rodovia S.A.; e

Considerando a decisão judicial proferida em sede da Tutela Cautelar Antecedente Recursal nº 1044709-06.2021.4.01.0000, delibera:

Art. 1º Suspender, ad referendum da Diretoria Colegiada, a eficácia da Deliberação nº 261, de 10 de agosto de 2021, em cumprimento à determinação judicial proferida nos autos da Tutela Cautelar Antecedente Recursal nº 1044709-06.2021.4.01.0000.

Art. 2º Em razão da referida decisão judicial ficam mantidas as tarifas aprovadas por meio da Deliberação nº 274/2020, publicada no D.O.U. de 28 de maio de 2020, corrigida posteriormente pela retificação publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2020, que aprovou a 9ª Revisão Ordinária, a 12ª Revisão Extraordinária, a aplicação do Desconto de Reequilíbrio e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária, na forma das tabelas anexas, enquanto vigente a referida decisão judicial.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES

ANEXO

TABELAS DE TARIFAS
Praças P1 e P2

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1	2,90
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	2	2	5,80
3	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3	8,70
4	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	4	11,60
5	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	5	14,50
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	6	17,40
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	7	20,30
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	8	23,20
9	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	9	9	26,10
10	Automóvel com semi-reboque, caminhonete com semi-reboque	3	1,5	4,35
11	Automóvel com reboque, caminhonete com reboque	4	2	5,80
12	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,45

Praças P3, P4, P5, P6 e P7

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1	5,10
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	2	2	10,20
3	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3	15,30
4	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	4	20,40
5	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	5	25,50
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	6	30,60
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	7	35,70
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	8	40,80
9	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	9	9	45,90
10	Automóvel com semi-reboque, caminhonete com semi-reboque	3	1,5	7,65
11	Automóvel com reboque, caminhonete com reboque	4	2	10,20
12	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	2,55

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 48, de 14 de fevereiro de 2022, publicada no DOU nº 36, de 21/2/2022, Seção 1, pág. 40,

Onde se lê: "PORTARIA Nº 48, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022"

Leia-se: " PORTARIA Nº 48-A, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022"

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2022, publicada no DOU nº 36, de 21/2/2022, Seção 1, pág. 39,

Onde se lê: "PORTARIA Nº 47, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022"

Leia-se: " PORTARIA Nº 47-A, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022"

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 46, de 11 de fevereiro de 2022, publicada no DOU nº 35, de 18 de fevereiro de 2022, Seção 1, pág. 44,

Onde-se lê:

" PORTARIA Nº 46, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022",

Leia - se:

"PORTARIA Nº 46-A, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022".

RETIFICAÇÃO

Portaria nº 44, de 31 de janeiro de 2022, publicada no DOU de 7.2.2022, Seção 1, pag. 71. Onde se lê: "BR-116/MG" Leia-se: "BR-116/RJ"

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 8, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e alterações, e fundamentado no que consta no Processo nº 50500.090544/2020-44, resolve:

Art. 1º Vincular o bem imóvel inscrito sob o Número de Bem Patrimonial - NBP: 3000105-15 - Parcela de área correspondente a 9.000 m² do terreno denominado "TER. SIT. NA. R. LENI DE SOUZA RJ. COM 15.525.00 M2", localizado ao lado da Oficina de Pulverização, no município de Barra do Piraí/RJ, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à MRS Logística S.A. - MRS.

Art. 2º Autorizar a incorporação do bem imóvel mencionado no Art. 1º desta Portaria ao Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 072/96 (Malha Sudeste).

Parágrafo Único. A incorporação se efetivará mediante celebração de Termo Aditivo, considerando-se os procedimentos para extinção do Contrato de Arrendamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO Nº 1, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições constantes do art. 98 do Regimento Interno do DNIT e com fulcro no art. 87, III da Lei nº 8.666/93, vem, no bojo do Processo Administrativo de Ressarcimento nº 50600.010874/2018-11, por meio da Decisão Administrativa de Segunda Instância DIR (10086522) consubstanciado nas informações ofertadas pela Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias mediante Ofício 184538/2021/CGPERT/DIR/DNIT SEDE (10004888) que decidiu, no presente caso, que Consórcio SUPERVIAS está sujeito a reparar o dano ao erário, no valor de R$ 23.136,92 (vinte e três mil, cento e trinte e seis reais e noventa e dois centavos) devidamente atualizado, para fins de devolução de valores relacionados a medições pagas de forma indevida em decorrência das notificações de autuação e penalidade, que geraram custo de postagem e os valores pagos indevidamente ao contratado referente às medições das faixas do equipamento do tipo Controlador Eletrônico Misto - CEM (código ESS00370020).

PUBLIQUE-SE, ficando o Consórcio SUPERVIAS intimado da Decisão Administrativa de Segunda Instância DIR (10086522), nos termos do Ofício-Circular 47 (10197268) e com fulcro no art. 26 e seguintes da Lei 9784 de 29 de janeiro de 1999.

LUCAS ALBERTO VISSOTTO JÚNIOR

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 4, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 20/2022/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 08270.003192/2022-51, concedida em nome do imigrante ALAIN JACQUES MAGNIN, nacional de FRANÇA, filho de ODETTE CROZET , com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo CONTRATEWEB nº 46205.010212/2006-01.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

DESPACHOS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 87/2022 de 21/02/2022, 88/2022 de 21/02/2022, 89/2022 de 22/02/2022, 90/2022 de 22/02/2022 e 91/2022 de 23/022/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039021809202134 Requerente: EUROGRUAS SERVICOS EOLICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSÉ VIGO MARTINEZ Data Nascimento: 13/12/1977 Passaporte: AAI013130 País: ESPANHA Mãe: María Magdalena Martínez Fernández Pai: José Vigo Ulla.

Processo: 47039001038202240 Requerente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jacob Treider Data Nascimento: 15/01/1979 Passaporte: CCC210617 País: NORUEGA Mãe: Bodil Beate Treider Pai: Otto Halfdan Treider.

Processo: 47039001476202216 Requerente: ALTIOS DO BRASIL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NICOLAS OLIVIER CARTON Data Nascimento: 03/05/1996 Passaporte: 15CY35541 País: FRANÇA Mãe: YVETTE JOSEPHINE MARINETTE FANGET Pai: PHILIPPE ROBERT CARTON.

Processo: 47039001705202294 Requerente: NOBRE EMPORIO DE ACESSORIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUXING MO Data Nascimento: 20/07/1999 Passaporte: EG0626020 País: CHINA Mãe: YUEXIU WU Pai: KAICHENG MO.

Processo: 47039001717202219 Requerente: PHD MESSEN IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YANDAN CHEN Data Nascimento: 04/12/1996 Passaporte: E49708046 País: CHINA Mãe: SHUQIN WENG Pai: JIANHUA CHEN.

Processo: 47039001767202204 Requerente: Z JIACHUAN PASTELARIA EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YINGYAO ZHEN Data Nascimento: 02/07/1988 Passaporte: G61547890 País: CHINA Mãe: FUSI ZHEN Pai: CHUNYU ZHEN.

Processo: 47039001879202257 Requerente: BOM SUCESSO COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MUGUO WANG Data Nascimento: 01/10/1993 Passaporte: EC6829952 País: CHINA Mãe: LIUYE WU Pai: ZHEJIANG WANG.

Processo: 47039002081202222 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOICHI INOUE Data Nascimento: 25/04/1973 Passaporte: TS2568132 País: JAPÃO Mãe: SHINOBU INOUE Pai: KATSUMI INOUE.

Processo: 47039002342202212 Requerente: FASTTEL ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAVINDRA DATTATRAYA CHANDANKAR Data Nascimento: 04/01/1971 Passaporte: R3608561 País: ÍNDIA Mãe: VIJAYA DATTATRAYA CHANDANKAR Pai: DATTATRAYA NARSINGHRAO CHANDANKAR.

Processo: 47039002340202215 Requerente: ALEXANDRE DE SOUZA GONCALVES 04323781970 Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohammad Jobrul Islam Data Nascimento: 05/03/1989 Passaporte: A01095029 País: BANGLADESH Mãe: Maya Begum Pai: Ishad Ali.

Processo: 47039002345202248 Requerente: FASTTEL ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHMED AFFAN IBRAHIM SHAIKH Data Nascimento: 05/06/1990 Passaporte: L6135510 País: ÍNDIA Mãe: NOORJAHAN IBRAHIM SHAIKH Pai: IBRAHIM SHAIKH.

Processo: 47039002353202294 Requerente: FASTTEL ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LILESH SHASHIKANT RANE Data Nascimento: 25/01/1977 Passaporte: Z6056840 País: ÍNDIA Mãe: PREMLATA SHASHIKANT RANE Pai: SHASHIKANT SHRIDHAR RANE.

Processo: 47039002365202219 Requerente: PROMETEON TYRE GROUP INDUSTRIA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIELE DI CRISTO Data Nascimento: 02/09/1991 Passaporte: YA5478579 País: ITÁLIA Mãe: GIUSEPPINA CARMOSINO Pai: VINCENZO DI CRISTO.

Processo: 47039002600202252 Requerente: LIN COM SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bin Huang Data Nascimento: 29/08/1985 Passaporte: E22096861 País: CHINA Mãe: Xiaoyan Zheng Pai: Youhan Huang.

Processo: 47039002642202293 Requerente: BT FABRICACAO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HENG LIU Data Nascimento: 25/01/1980 Passaporte: EG3801861 País: CHINA Mãe: PEIXIU LAI Pai: ZHENGFU LIU.

Processo: 47039002695202212 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCO MELCHIORI Data Nascimento: 20/02/1967 Passaporte: YB0328965 País: ITÁLIA Mãe: Vaccher Imelda Pai: Romano Melchiori.

Processo: 47039002702202278 Requerente: L LIN BOA & MAIS MERCADINHOO Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: Meimei Liu Data Nascimento: 11/11/1987 Passaporte: E98165795 País: CHINA Mãe: Mo Ruiyun Pai: Liu Bijin.

Processo: 47039002776202212 Requerente: PALL DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TABITA SOUTO MIRO Data Nascimento: 15/09/1980 Passaporte: PAI014483 País: ESPANHA Mãe: MARIA LUZ MIRÓ FERNÁNDEZ Pai: JESÚS SOUTO CRESPO.

Processo: 47039002782202261 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VANESSA ROSE HEWITT Data Nascimento: 23/03/1985 Passaporte: 543525743 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Elizabeth Ann Hewitt Pai: Stephen Peter Hewitt.

Processo: 47039002794202296 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EDDY GABRIEL GARZA GONZALEZ Data Nascimento: 17/09/1986 Passaporte: G25934512 País: MÉXICO Mãe: ADRIANA ELVIRA GONZALEZ ARREDONDO Pai: MARIO GARZA MOYA.

Processo: 47039002845202280 Requerente: BEIERSDORF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIANA MAYCOT MUÑOZ Data Nascimento: 09/01/1991 Passaporte: G39346402 País: MÉXICO Mãe: Gabriela Muñoz Padilla Pai: Jorge Alberto Maycot Guerrero.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039000225202214 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL GAGNON Data Nascimento: 20/07/1962 Passaporte: GC957516 País: CANADÁ.

Processo: 47039000226202251 Requerente: SCHORR & CIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KARL-HEINZ HEINKEL Data Nascimento: 14/08/1965 Passaporte: C9MCKY52G País: ALEMANHA.

Processo: 47039000228202240 Requerente: SCHORR & CIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS JOSEF ELL Data Nascimento: 08/02/1959 Passaporte: C96Y1HYL3 País: ALEMANHA.

Processo: 47039000689202212 Requerente: AIFA INDUSTRIA DE LONAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NISHANT Data Nascimento: 03/10/1993 Passaporte: V2333562 País: ÍNDIA.

Processo: 47039001251202251 Requerente: NANSEN INSTRUMENTOS DE PRECISAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHUYU ZHOU Data Nascimento: 06/07/1998 Passaporte: EJ4103448 País: CHINA.

Processo: 47039001301202209 Requerente: B GROB DO BRASIL S A IND COM MAQS OPERAT E FERRAMENTAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHRISTIAN HOPT Data Nascimento: 01/03/1984 Passaporte: CGW5FY2ZY País: ALEMANHA.

Processo: 47039001592202227 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Tom-Erik Jensen Data Nascimento: 08/06/1981 Passaporte: 32246152 País: NORUEGA.

Processo: 47039001856202242 Requerente: FLSMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ARUN NIVAS SUBBURAYAN Data Nascimento: 28/07/1986 Passaporte: V5968090 País: ÍNDIA.

Processo: 47039001861202255 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: até 02/12/2022 Imigrante: SUNG BONG HONG Data Nascimento: 20/09/1965 Passaporte: M35364096 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 47039002165202266 Requerente: GERDAU S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAURO BOTTIN Data Nascimento: 09/12/1978 Passaporte: YA8081501 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002258202291 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrew Thomas Larkin Data Nascimento: 01/04/1997 Passaporte: 547170017 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002291202211 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MOHAMMAD HABIBUZAID BIN SAMSUL BAHARI Data Nascimento: 01/03/1984 Passaporte: A41034921 País: MALÁSIA.

Processo: 47039002293202218 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAMES BRADLEY HUNTER Data Nascimento: 09/02/1976 Passaporte: 556837407 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002378202298 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrew John Cassel Data Nascimento: 13/06/1987 Passaporte: 673882901 País: EUA.

Processo: 47039002390202201 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sébastien Emmanuel Mille Data Nascimento: 17/04/1972 Passaporte: 20EE53466 País: FRANÇA.

Processo: 47039002402202299 Requerente: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mark Edward Guebert Data Nascimento: 08/04/1969 Passaporte: 640760872 País: EUA.

Processo: 47039002405202222 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHRIS ROSS BOXALL Data Nascimento: 22/10/1985 Passaporte: PA5311742 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 47039002406202277 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NURULAZMIN BIN NADZARI Data Nascimento: 25/04/1981 Passaporte: A40177916 País: MALÁSIA.

Processo: 47039002407202211 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Richard Mark Wild Data Nascimento: 19/03/1972 Passaporte: 548192275 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002408202266 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEORGE WILLIAM WATSON III Data Nascimento: 07/10/1977 Passaporte: 561830828 País: EUA.

Processo: 47039002409202219 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHARLES ALFRED GONZALES Data Nascimento: 17/12/1968 Passaporte: 669200674 País: EUA.

Processo: 47039002410202235 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stacie Carrine Shaw Data Nascimento: 28/09/1989 Passaporte: AN712368 País: CANADÁ.

Processo: 47039002417202257 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Anton Hagard Persson Data Nascimento: 09/06/1972 Passaporte: 96854400 País: SUÉCIA.

Processo: 47039002418202200 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Chenglong Wang Data Nascimento: 07/05/1987 Passaporte: EJ5438168 País: CHINA.

Processo: 47039002421202215 Requerente: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HRVOJE-BRUNO UKALOVIC Data Nascimento: 27/12/1978 Passaporte: C8TTPL22T País: ALEMANHA Imigrante: MICHAEL GUENTER WACK Data Nascimento: 09/12/1972 Passaporte: C8TGPVRM1 País: ALEMANHA.

Processo: 47039002432202203 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON FLORIAN AEBI Data Nascimento: 04/09/1988 Passaporte: X0460213 País: SUIÇA.

Processo: 47039002483202227 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Scott George Lamont Data Nascimento: 02/01/1969 Passaporte: 122334468 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002484202271 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Howie Data Nascimento: 16/11/1989 Passaporte: 556839005 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002485202216 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTOINE TREMBLAY Data Nascimento: 05/05/1999 Passaporte: GF883378 País: CANADÁ.

Processo: 47039002487202213 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CIPRIAN AURELIAN POP Data Nascimento: 20/01/1983 Passaporte: 057004391 País: ROMÊNIA.

Processo: 47039002489202202 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCESCO BERNARDI Data Nascimento: 03/12/1993 Passaporte: YA7036294 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002490202229 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VINCENZO SANTAGADA Data Nascimento: 20/05/1991 Passaporte: YA7640967 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002492202218 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IVAN APOLLARO Data Nascimento: 03/09/1989 Passaporte: YA6413189 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002493202262 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NICOLAAS ADRIANUS HOEK Data Nascimento: 22/08/1976 Passaporte: BV12273J6 País: HOLANDA.

Processo: 47039002495202251 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEBASTIANO MASIN Data Nascimento: 09/03/1989 Passaporte: YB2255461 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002496202204 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEFANO LEANZA Data Nascimento: 27/06/1999 Passaporte: YB6471148 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002498202295 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ABDERRAHMAN EL ARABI Data Nascimento: 06/03/1970 Passaporte: NF1646745 País: MARROCOS.

Processo: 47039002497202241 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCA BRUNETTI Data Nascimento: 23/01/1989 Passaporte: YA4076573 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002501202271 Requerente: S & S SERVICOS DE MANUTENCAO EM MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RARES-CRISTIAN DUMITRACHE Data Nascimento: 18/08/1999 Passaporte: 059058468 País: ROMÊNIA.

Processo: 47039002511202214 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL LESLIE BROWN Data Nascimento: 28/02/1976 Passaporte: 538699751 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002512202251 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ADRIAN RODRIGUEZ ESTEVEZ Data Nascimento: 13/07/1989 Passaporte: PAL796742 País: ESPANHA.

Processo: 47039002737202215 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: THOMAS BUZZETTI Data Nascimento: 04/07/1998 Passaporte: YB2358015 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002736202262 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: PIETRO MICHELE PISTIS Data Nascimento: 26/03/1984 Passaporte: YB3087837 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002735202218 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: NICOLA CROTTA Data Nascimento: 30/10/1975 Passaporte: YB7889453 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002734202273 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MATTEO TURLA Data Nascimento: 18/03/1989 Passaporte: YA5845582 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002733202229 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: GIUSEPPE TURLA Data Nascimento: 01/07/1971 Passaporte: YB6354190 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002515202294 Requerente: OCEANICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Paul James Sankey Data Nascimento: 05/07/1970 Passaporte: 556930436 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002517202283 Requerente: EM&I BRASIL INTEGRITY SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCIS RAPHAEL LACEY Data Nascimento: 29/05/1979 Passaporte: M00184928 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 47039002546202245 Requerente: BOUTIQUE DE CARNES GLAT KOSHER LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ELYAHOU CHAMOUNE DIAI Data Nascimento: 02/01/2004 Passaporte: C015619 País: TUNÍSIA.

Processo: 47039002575202215 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GORDON ALEXANDER SMITH Data Nascimento: 19/03/1966 Passaporte: 518209644 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002550202211 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: James John George Newlands Farquhar Data Nascimento: 27/04/1987 Passaporte: 552864563 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002552202201 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Michael Edward Raeside Data Nascimento: 30/04/1985 Passaporte: 514318126 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002576202251 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOACHIM AAMLID Data Nascimento: 05/11/1989 Passaporte: 31979450 País: NORUEGA.

Processo: 47039002588202286 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Santiago Esteve Gómez Data Nascimento: 26/03/1997 Passaporte: PAM937562 País: ESPANHA.

Processo: 47039002669202286 Requerente: CCI AMERICA DO SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: GIAMPAOLO CECCHELLI Data Nascimento: 13/02/1959 Passaporte: YA8404885 País: ITÁLIA.

Processo: 47039002673202244 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Graeme Evander Arthur Data Nascimento: 27/07/1953 Passaporte: 543046727 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002687202268 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OMAR DOUALLA Data Nascimento: 15/05/1959 Passaporte: NNKD96F12 País: HOLANDA.

Processo: 47039002686202213 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE ALEJANDRO VARGAS COLMENAREZ Data Nascimento: 13/03/1984 Passaporte: N8361326 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 47039002691202226 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FILIBERTO BERNAL MARTINEZ Data Nascimento: 28/11/1983 Passaporte: G35914812 País: MÉXICO.

Processo: 47039002727202271 Requerente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ULRICH SCHELLER Data Nascimento: 25/07/1969 Passaporte: CGR0L45T1 País: ALEMANHA.

Processo: 47039002729202261 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Derek Duddy Data Nascimento: 20/11/1966 Passaporte: 128676873 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039002796202285 Requerente: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: até 27/06/2022 Imigrante: Jose Magarino Roque Data Nascimento: 02/06/1961 Passaporte: AAG686212 País: ESPANHA.

Processo: 47039002921202257 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOÃO PEDRO CORREIA LEANDRO Data Nascimento: 28/05/1998 Passaporte: CA516187 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002922202200 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUI MANUEL VIEIRA DA SILVA ESPANHOL Data Nascimento: 02/01/1968 Passaporte: C542710 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002923202246 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NUNO MIGUEL MOREIRA DE AZEVEDO Data Nascimento: 28/08/1979 Passaporte: CB028715 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002924202291 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCIO TOBIAS CAMACHO RODRIGUES Data Nascimento: 06/11/1978 Passaporte: CA471411 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002925202235 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEXANDRE OLIVEIRA NUNES RIBEIRO SANTOS Data Nascimento: 14/02/1998 Passaporte: C717243 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002926202280 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EMANUEL BARBOSA DIAS Data Nascimento: 01/12/1967 Passaporte: CC052897 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002927202224 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HENNADIY MARTSYNYAK Data Nascimento: 07/02/1971 Passaporte: CC196342 País: PORTUGAL.

Processo: 47039003000202210 Requerente: DIESEL LINE CAMBUI LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JARED CHRISTOPHER PRINCE Data Nascimento: 26/12/1984 Passaporte: 659508844 País: EUA.

Processo: 47039003001202256 Requerente: DIESEL LINE CAMBUI LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LAWRENCE WILLIAM PAUL DANGAS Data Nascimento: 17/06/1979 Passaporte: HM449609 País: CANADÁ.

Processo: 47039003007202223 Requerente: OCEANPACT SERVICOS MARITIMOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAUL JAMES SANKEY Data Nascimento: 05/07/1970 Passaporte: 556930436 País: INGLATERRA.

Processo: 47039003023202216 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEX FRANCISCO SOLIS Data Nascimento: 24/04/1982 Passaporte: 531265436 País: EUA.

Processo: 47039003025202213 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAMES IVAN MEADER III Data Nascimento: 10/11/1978 Passaporte: 644793890 País: EUA.

Processo: 47039003026202250 Requerente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Andrea Palmarini Data Nascimento: 08/06/1992 Passaporte: YB0828776 País: ITÁLIA.

Processo: 47039003027202202 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSHUA PAUL SWANEY Data Nascimento: 09/09/1982 Passaporte: 642917120 País: EUA.

Processo: 47039003028202249 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL O'SHEA FINLEY Data Nascimento: 22/07/1970 Passaporte: 533613449 País: EUA.

Processo: 47039003029202293 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL ALEXANDER PERRIE FLANAGAN Data Nascimento: 28/01/1975 Passaporte: 549908297 País: INGLATERRA.

Processo: 47039003030202218 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RODERICK MCNEILL Data Nascimento: 23/08/1960 Passaporte: 511343222 País: INGLATERRA.

Processo: 47039003035202241 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ERIC LOEBNER Data Nascimento: 02/10/1988 Passaporte: CFTF59286 País: ALEMANHA.

Processo: 47039003040202253 Requerente: MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS BORDACCHINI Data Nascimento: 23/05/1970 Passaporte: C8GMVJP9T País: ALEMANHA.

Processo: 47039003048202210 Requerente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Claudio Lunati Data Nascimento: 27/04/1988 Passaporte: YA6757579 País: ITÁLIA.

Processo: 47039003050202299 Requerente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Federico Bonaldo Data Nascimento: 15/08/1993 Passaporte: YB4997099 País: ITÁLIA.

Processo: 47039003052202288 Requerente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Simone Peli Data Nascimento: 17/03/1986 Passaporte: YB7614012 País: ITÁLIA.

Processo: 47039003065202257 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAGEN BEN DAVID Data Nascimento: 07/10/1989 Passaporte: 32744500 País: ISRAEL.

Processo: 47039003072202259 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GAL LEVI Data Nascimento: 21/10/1990 Passaporte: 32310650 País: ISRAEL Imigrante: HADAR SAAR Data Nascimento: 19/07/1990 Passaporte: 20756842 País: ISRAEL.

Processo: 47039003079202271 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAN KASIR Data Nascimento: 09/02/1955 Passaporte: 21160070 País: ISRAEL Imigrante: TIMUR KOROTKOV Data Nascimento: 22/04/1990 Passaporte: 30056338 País: ISRAEL.

Processo: 47039003089202214 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAGAI PORAT Data Nascimento: 25/08/1958 Passaporte: 21021566 País: ISRAEL Imigrante: JACOB BETZALEL Data Nascimento: 09/07/1960 Passaporte: 22012462 País: ISRAEL Imigrante: JOSEPH DORRA Data Nascimento: 28/01/1964 Passaporte: 32830370 País: ISRAEL.

Processo: 47039003155202248 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHAHAR YAKUTI Data Nascimento: 02/06/1975 Passaporte: 31288344 País: ISRAEL.

Processo: 47039003172202285 Requerente: CCI AMERICA DO SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FORTINO ARIAS CAMPOS Data Nascimento: 18/07/1963 Passaporte: G20754802 País: MÉXICO.

Processo: 47039003276202290 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DENIS KLINGLER Data Nascimento: 19/10/1984 Passaporte: C8LRRP1YV País: ALEMANHA.

Processo: 47039003278202289 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUNTHER KARL MERKLEIN Data Nascimento: 15/04/1966 Passaporte: C8LWCH62J País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000517202249 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 05/02/2023 Imigrante: Stephen Elliott Cernik Data Nascimento: 30/05/1979 Passaporte: 565515231 País: EUA.

Processo: 47039001084202249 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 05/02/2023 Imigrante: Beryle Dean Brister Jr Data Nascimento: 03/04/1974 Passaporte: 567476020 País: EUA Imigrante: Christopher Euan Wilson Data Nascimento: 06/04/1977 Passaporte: 562993957 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Daniel Lawson Wyse Data Nascimento: 07/06/1986 Passaporte: 518148876 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Deividas Poska Data Nascimento: 20/05/1985 Passaporte: 24812605 País: LITUÂNIA Imigrante: Eli Jamelo De Los Santos Data Nascimento: 16/09/1973 Passaporte: P7942954A País: FILIPINAS Imigrante: Gary Frederick Tytler Data Nascimento: 19/01/1968 Passaporte: 510747715 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Haytham Hussein Tawfik Eltahawy Data Nascimento: 17/07/1988 Passaporte: A26928264 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO Imigrante: Igor Grinko Data Nascimento: 11/04/1962 Passaporte: 25105813 País: LITUÂNIA Imigrante: Jeffrey Blair Howell Data Nascimento: 16/10/1976 Passaporte: AR426142 País: CANADÁ.

Processo: 47039001276202255 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/10/2022 Imigrante: Mohamadrafic Balabatti Data Nascimento: 25/05/1991 Passaporte: S6823921 País: ÍNDIA Imigrante: Yogeshkumar Gopalbhai Tandel Data Nascimento: 19/10/1978 Passaporte: T7103268 País: ÍNDIA.

Processo: 47039001279202299 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 05/02/2023 Imigrante: Hermanus Wilhelmus Maria Zomerdijk Data Nascimento: 25/05/1965 Passaporte: NX3L1CR62 País: HOLANDA.

Processo: 47039001444202211 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 08/10/2022 Imigrante: Ariel Magboo De Guzman Data Nascimento: 16/09/1978 Passaporte: P2780444B País: FILIPINAS.

Processo: 47039002024202243 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JUBAIL PRADO BARROQUILLO Data Nascimento: 10/10/1984 Passaporte: P7239799A País: FILIPINAS.

Processo: 47039002488202250 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2022 Imigrante: Michael Duncan Data Nascimento: 21/04/1964 Passaporte: 560790135 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002491202273 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2022 Imigrante: DEVARAJAN PARAKOOTH Data Nascimento: 19/07/1964 Passaporte: Z3142298 País: ÍNDIA.

Processo: 47039002548202234 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/07/2023 Imigrante: Jerry Boy Cagayao Calosing Data Nascimento: 14/07/1977 Passaporte: P5466065B País: FILIPINAS.

Processo: 47039002556202281 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: STIAN ANDRE DOMMERSNES Data Nascimento: 13/04/1989 Passaporte: 33577775 País: NORUEGA.

Processo: 47039002558202270 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 04/03/2023 Imigrante: JAN KRZYSZTOF ZAREMBA Data Nascimento: 22/06/1984 Passaporte: EH8540596 País: POLÔNIA.

Processo: 47039002560202249 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 04/03/2023 Imigrante: MARCIN POPLAWSKI Data Nascimento: 17/06/1975 Passaporte: EL0179738 País: POLÔNIA.

Processo: 47039002569202250 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: até 17/12/2023 Imigrante: ALFREDO NIBARDO BETANZOS HIRALES Data Nascimento: 19/06/1968 Passaporte: G23590509 País: MÉXICO Imigrante: FRANCISCO JOSUE PEREZ LEON Data Nascimento: 07/11/1977 Passaporte: G17807811 País: MÉXICO.

Processo: 47039002571202229 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 05/02/2023 Imigrante: Stephen James Mcguffie Data Nascimento: 13/12/1964 Passaporte: 520454738 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002580202210 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 05/02/2023 Imigrante: Nelson Betong Ngong Data Nascimento: 17/01/1986 Passaporte: K54424777 País: MALÁSIA.

Processo: 47039002597202277 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 01/05/2023 Imigrante: Alan Joy Ucol Pilar Data Nascimento: 04/10/1982 Passaporte: P5684930B País: FILIPINAS.

Processo: 47039002598202211 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohammad Fahad Data Nascimento: 01/05/1988 Passaporte: Z5843702 País: ÍNDIA.

Processo: 47039002599202266 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Roshan Mohan Data Nascimento: 17/10/1987 Passaporte: Z6031759 País: ÍNDIA.

Processo: 47039002643202238 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: ARVIS KUPCIS Data Nascimento: 25/01/1973 Passaporte: LV4124441 País: LETÔNIA Imigrante: GRAEME IAN SMITH Data Nascimento: 17/07/1978 Passaporte: 124332599 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002644202282 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: ETZEL VALIENTE BERTULFO Data Nascimento: 21/03/1985 Passaporte: P6419820B País: FILIPINAS Imigrante: MARK ANTHONY LIWAGON DAPULAG Data Nascimento: 06/06/1985 Passaporte: P6597391B País: FILIPINAS Imigrante: RUEL ZAPATA SANTOS Data Nascimento: 28/07/1970 Passaporte: P5394355A País: FILIPINAS.

Processo: 47039002646202271 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: MATTHEW PAUL AYRES Data Nascimento: 23/11/1971 Passaporte: 518034404 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002647202216 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: JASON LEE COLWICK Data Nascimento: 25/01/1988 Passaporte: 574972338 País: EUA.

Processo: 47039002648202261 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: FLORIN RASCANU Data Nascimento: 19/01/1985 Passaporte: 056911320 País: ROMÊNIA.

Processo: 47039002649202213 Requerente: RIO NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 30/05/2022 Imigrante: DMITRY SUKHORUKOV Data Nascimento: 24/12/1992 Passaporte: 731404063 País: RÚSSIA.

Processo: 47039002650202230 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: LARRY WAYNE JENKINS Data Nascimento: 06/09/1968 Passaporte: 561119749 País: EUA.

Processo: 47039002651202284 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: ELI ANAK PETER Data Nascimento: 09/07/1989 Passaporte: K54976948 País: MALÁSIA.

Processo: 47039002652202229 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 01/09/2023 Imigrante: ROBERT KOC Data Nascimento: 20/09/1993 Passaporte: EH9378411 País: POLÔNIA.

Processo: 47039002685202279 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: David Owen Hendey Data Nascimento: 23/03/1991 Passaporte: 123023366 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: JAMES RICHARD STAVELEY Data Nascimento: 13/01/1964 Passaporte: 533577868 País: GRÃ BRETANHA.

Processo: 47039002696202259 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 25/05/2023 Imigrante: Jesus Sabornido Bautista Data Nascimento: 14/04/1974 Passaporte: P3435946B País: FILIPINAS.

Processo: 47039002700202289 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 08/05/2023 Imigrante: Leonid Petrov Data Nascimento: 17/09/1979 Passaporte: 550033050 País: RÚSSIA.

Processo: 47039002722202249 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/07/2023 Imigrante: James Jayson Luna Data Nascimento: 20/08/1996 Passaporte: P6552130B País: FILIPINAS Imigrante: Joseph Ralph Andrew Cabading Relox Data Nascimento: 26/10/1988 Passaporte: P1422240B País: FILIPINAS.

Processo: 47039002748202297 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2023 Imigrante: KLUJEVS VLADIMIRS Data Nascimento: 24/10/1975 Passaporte: LV5289033 País: LETÔNIA.

Processo: 47039002752202255 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JESSIE LOYDE BANDOJA MARTINEZ Data Nascimento: 17/03/1985 Passaporte: P8350654B País: FILIPINAS.

Processo: 47039002753202208 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAUL ENAD ALIPOYO Data Nascimento: 20/08/1977 Passaporte: P5245334A País: FILIPINAS.

Processo: 47039002755202299 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CATALINO ILAGAN LUZON Data Nascimento: 30/04/1973 Passaporte: P9669209A País: FILIPINAS.

Processo: 47039002756202233 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NESTOR IMAN GUIVENCAN Data Nascimento: 18/10/1969 Passaporte: P3647534A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039002507202248 Requerente: MARUBENI BRASIL S A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: HIDEKATSU ITO Data Nascimento: 05/09/1970 Passaporte: TR9272351 País: JAPÃO.

Processo: 47039002544202256 Requerente: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHIGEO NAKAMURA Data Nascimento: 13/10/1967 Passaporte: TR4202616 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039001828202225 Requerente: BOEHRINGER INGELHEIM ANIMAL HEALTH DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: XAVIER ANDIVIA ROMEU Data Nascimento: 21/07/1977 Passaporte: PAJ570688 País: ESPANHA.

Processo: 47039002080202288 Requerente: KANEFUSA DO BRASIL COMERCIO DE SERRAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: NAOSHI OSAWA Data Nascimento: 18/06/1975 Passaporte: TZ1030951 País: JAPÃO.

Processo: 47039002331202224 Requerente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MUNGEUN CHOI Data Nascimento: 05/09/1977 Passaporte: M75679428 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 47039002559202214 Requerente: CONSTRUTORA TODA DO BRASIL SA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: CHISATO OIKAWA Data Nascimento: 06/03/1958 Passaporte: TS0957686 País: JAPÃO.

Processo: 47039002697202201 Requerente: ANJO DO MAR POUSADA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULO ALEXANDRE GOMES GABRIEL Data Nascimento: 06/05/1970 Passaporte: CB823884 País: PORTUGAL.

Processo: 47039002786202240 Requerente: XINGCHENG PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ZUOSHENG ZOU Data Nascimento: 02/09/1979 Passaporte: EJ0630631 País: CHINA.

Processo: 47039002822202275 Requerente: M-BRAZ EQUIPAMENTOS PARA TRATORES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FRÉDÉRIC PHILIPPE MARIE MARTIN Data Nascimento: 20/06/1960 Passaporte: 15FV08829 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039022857202140 Requerente: TINKT INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS MINERAIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: YUEHUI ZHU Data Nascimento: 28/04/1993 Passaporte: EC4521067 País: CHINA.

Processo: 47039022859202139 Requerente: TINKT INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS MINERAIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: HUA LIN Data Nascimento: 21/10/1976 Passaporte: EJ3355516 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 12/12/2017 (Artigo 3º)

Processo: 47039018979202131 Requerente: IWRC BRASIL CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: MICHAEL FRANK MAGGIO Data Nascimento: 29/12/1972 Passaporte: 561447495 País: EUA.

Processo: 47039000786202213 Requerente: LYNK DO BRASIL SERVICOS FINANCEIROS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: SOHAIL NAJAM Data Nascimento: 19/06/1962 Passaporte: 529470763 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039000546202219 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LE VAN CANH Data Nascimento: 26/06/1995 Passaporte: N2330102 País: VIETNÃ.

Processo: 47039000555202200 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YANG YUCHEN Data Nascimento: 02/05/1996 Passaporte: E93237297 País: CHINA.

Processo: 47039000556202246 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BENJAMIN CHUANG XIAN EN Data Nascimento: 29/11/1994 Passaporte: A53016445 País: MALÁSIA.

Processo: 47039000869202202 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUTAMA SATRIA WIBAWA Data Nascimento: 22/11/1995 Passaporte: C0192048 País: INDONÉSIA.

Processo: 47039001059202265 Requerente: LIEBHERR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ruiliang Xiu Data Nascimento: 17/08/1981 Passaporte: EJ3316120 País: CHINA.

Processo: 47039002870202263 Requerente: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUKAS VALENTIN HÖHLE Data Nascimento: 17/09/1997 Passaporte: CHT4CN4KH País: ALEMANHA.

Processo: 47039002963202298 Requerente: HAUNI DO BRASIL MAQUINAS EQUIPAMENTOS PARA TABACO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHELLE JASMIN CONRAD Data Nascimento: 04/01/1999 Passaporte: C1VHNN1XY País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 2º, Alínea a)

Processo: 47039000219202259 Requerente: FEDERICO ASSENZA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FEDERICO ASSENZA Data Nascimento: 24/04/1974 Passaporte: YA3846972 País: ITÁLIA Mãe: Fernanda Giancaspro Pai: Corrado Assenza.

Residência Prévia - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 2º, Alínea b)

Processo: 47039021222202125 Requerente: DANIEL CASTRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Daniel Castro Data Nascimento: 13/07/1982 Passaporte: 530880022 País: EUA Mãe: Maria De Los Angeles Larios Guzman Pai: Manuel Castro Castro.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039021482202109 Requerente: BRUNO BITTENCOURT DE MEDEIROS BAPTISTA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ana Luisa Soto Rojas Data Nascimento: 17/04/1977 Passaporte: G29003189 País: MÉXICO Mãe: Florentina de Rojas Montoya Pai: Fernando Soto Hidalgo.

Processo: 47039001000202277 Requerente: OSIRES FERNANDO RIBEIRO NHAGA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Osires Fernando Ribeiro Nhaga Data Nascimento: 01/02/1989 Passaporte: C00224453 País: GUINÉ BISSAU Mãe: Amália Alves Ribeiro Pai: Fernando Luís Nhaga.

Processo: 47039001410202218 Requerente: S. WANG COMERCIO DE VARIEDADES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIUJIAN LIN Data Nascimento: 12/07/1971 Passaporte: EE2768452 País: CHINA Mãe: FENGXIAN QIU Pai: ZENGTONG LIN.

Processo: 47039002210202282 Requerente: SECRETARIA DA SAUDE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gladys Rafaela Cirion Martinez Data Nascimento: 24/10/1950 Passaporte: L065362 País: CUBA Mãe: Felicia Martinez Iglesias Pai: Jesus Cirion Perez.

Processo: 47039002211202227 Requerente: SECRETARIA DA SAUDE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Miguel Angel Herrera Perez Data Nascimento: 26/05/1950 Passaporte: L065359 País: CUBA Mãe: Nieves Perez Pai: Baldomero Herrera.

Processo: 47039002281202285 Requerente: ERGINO INDI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERGINO INDI Data Nascimento: 02/11/1984 Passaporte: C00003193 País: GUINÉ BISSAU Mãe: ISABEL DA SILVA Pai: FONSECA CÓ.

Processo: 47039002682202235 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KIT YENG JAIME CHEAH Data Nascimento: 19/11/1992 Passaporte: K2220476B País: SINGAPURA Mãe: BEE LING FLORENCE CHUA Pai: KENG MOON CHEAH.

Processo: 47039002848202213 Requerente: AUDACES AUTOMACAO E INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: JOHANNA SEHRIG Data Nascimento: 24/09/1994 Passaporte: C3FRJVW6F País: ALEMANHA Mãe: ELISABETH SEHRIG Pai: GORDIAN WILHELM ANDREAS SEHRIG.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º)

Processo: 47039002892202223 Requerente: AERIS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lukasz Marek Laskowski Data Nascimento: 10/04/1983 Passaporte: EK8539788 País: POLÔNIA.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039002962202243 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: até 31/12/2023 Imigrante: ANTE VUKOVIC Data Nascimento: 22/01/1987 Passaporte: 061621509 País: CROÁCIA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039018141202148 Requerente: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULO CÉSAR MONTEIRO CARAPUÇA Data Nascimento: 05/10/1969 Passaporte: C717324 País: PORTUGAL.

Processo: 47039019489202152 Requerente: MTA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTONIO FALCHETTI Data Nascimento: 18/07/1963 Passaporte: YA4373418 País: ITÁLIA.

Processo: 47039000543202277 Requerente: CHEIL BRASIL COMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YOONHONG KIM Data Nascimento: 22/02/1970 Passaporte: M76040380 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 47039001988202274 Requerente: SISTEMA PRODUTOR SAO LOURENCO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: HONGBO JIANG Data Nascimento: 18/06/1987 Passaporte: PE1478826 País: CHINA.

Processo: 47039002229202229 Requerente: CONSAT BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDERS ESBJORN LIF Data Nascimento: 18/10/1956 Passaporte: 35938688 País: SUÉCIA.

Processo: 47039002284202219 Requerente: IKO BRASIL SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: NORIKAZU ISOBE Data Nascimento: 29/06/1967 Passaporte: TK 9.060.931 País: JAPÃO.

Processo: 47039002510202261 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HUAPING DAI Data Nascimento: 12/02/1978 Passaporte: E57725005 País: CHINA.

Processo: 47039002555202236 Requerente: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GUNGI CHA Data Nascimento: 08/09/1967 Passaporte: M15596790 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001681202273 Instituição: ARQUIDIOCESE DE MANAUS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PUNITHA ARCELIN PITCHAI RAJ ESSACK Data Nascimento: 08/05/1985 Passaporte: L8010195 País: ÍNDIA.

Processo: 47039002158202264 Instituição: EXERCITO DE SALVACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUNIOR RAFAEL Data Nascimento: 25/06/1985 Passaporte: AB0896248 País: MOÇAMBIQUE.

Processo: 47039002272202294 Requerente: LEIDY RAMONA RODRIGUEZ GUEVARA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Leidy Ramona Rodriguez Guevara Data Nascimento: 31/08/1990 Passaporte: K257283 País: CUBA.

Processo: 47039002612202287 Instituição: INSTITUTO DAS RELIGIOSAS DE MARIA IMACULADA - ''RMI'' - BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CONCEPCION PEREGRINA TORRES Data Nascimento: 13/02/1952 Passaporte: XDC851970 País: ESPANHA.

Processo: 47039002769202211 Instituição: IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL O BRASIL PARA CRISTO EM COTIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Brenda Reiz Data Nascimento: 12/02/1069 Passaporte: NV1881CJ7 País: HOLANDA.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039002770202237 Requerente: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E CAPACITACAO EM AGROECOLOGIA-CEAGRO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Itziar Cecilia Aranburu Agirre Data Nascimento: 22/11/1984 Passaporte: PAC437672 País: ESPANHA.

Processo: 47039002877202285 Requerente: ASSISTENCIA SOCIAL DOM JOSE GASPAR Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MITSUE USHIO Data Nascimento: 13/03/1940 Passaporte: TR932920 País: JAPÃO.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039022418202137 Requerente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EFIM KOKSHAROV Data Nascimento: 28/01/1975 Passaporte: 725939512 País: RÚSSIA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001679202202 Requerente: FARHAD NIKFARJAM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Farhad Nikfarjam Data Nascimento: 17/06/1986 Passaporte: 17AV87829 País: FRANÇA.

Processo: 47039002101202265 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: até 30/11/2022 Imigrante: MOHAMMAD HASSAN TAYEBI Data Nascimento: 02/09/1981 Passaporte: H49840786 País: IRÃ.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039002226202295 Requerente: LIGA SOROCABANA DE BASQUETE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: BYRON MIGUEL HAWKINS II Data Nascimento: 02/07/1995 Passaporte: 648099181 País: EUA Mãe: LISA ANNE GAITHER Pai: BYRON MIGUEL HAWKINS.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002171202213 Requerente: A.T. KEARNEY CONSULTORIA DE GESTAO EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Raevon Mills Pulliam Data Nascimento: 27/09/1985 Passaporte: 530798416 País: EUA Mãe: Melissa Rae Mills Pai: Norman Bradburn Pulliam.

Processo: 47039002842202246 Requerente: TURKISH AIRLINES INC. (TURK HAVA YOLLARI ANONIM ORTAKLIGI) Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mehmet Tarik Hosan Data Nascimento: 07/07/1975 Passaporte: U09674747 País: TURQUIA Mãe: BIRSEN HOSAN Pai: EBUBEKIR HOSAN.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039000752202211 Requerente: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Francisco Mendoza Davila Data Nascimento: 20/09/1993 Passaporte: G35127276 País: MÉXICO Mãe: Victoria Davila Sandoval Pai: Martin Mendoza Mancio.

Processo: 47039002582202217 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUAN MANUEL MARTINEZ GOMEZ Data Nascimento: 16/10/1993 Passaporte: G32049682 País: MÉXICO Mãe: JULIETA DEL CARMEN GOMEZ HERRERA Pai: JUAN MANUEL MARTINEZ GARCIA.

Processo: 47039002850202292 Requerente: NDT GLOBAL AS DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ODDNE AARUM GLAD Data Nascimento: 18/01/1996 Passaporte: 31080748 País: NORUEGA Mãe: ELIN AARUM Pai: FRANK GLAD.

Processo: 47039002871202216 Requerente: TRAC PETROLEO E GAS SERVICOS, ACESSO POR CORDAS, INSPECAO E MANUTENCAO LTDA Prazo: até 28/02/2023 Imigrante: DAVID RICHARD DUERDIN Data Nascimento: 21/01/1980 Passaporte: 523942185 País: INGLATERRA Mãe: Carol Watson Pai: Leslie Duerdin.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002803202249 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIAWEI YUAN Data Nascimento: 09/05/1992 Passaporte: E95475961 País: CHINA Mãe: LIANGQIONG WANG Pai: DAIXIANG YUAN.

Processo: 47039002846202224 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QINGFEI ZENG Data Nascimento: 09/03/1990 Passaporte: EC5634663 País: CHINA Mãe: DINGZHAO XU Pai: SHENGQI ZENG.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039000514202213 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 28/08/2023 Imigrante: Jude Thaddeus Ducado Pe Data Nascimento: 03/05/1972 Passaporte: P8366089B País: FILIPINAS Mãe: Elly Abrico Ducado Pai: Ernesto Loy Pe.

Processo: 47039000520202262 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 28/08/2023 Imigrante: Noel Munar Mabanta Data Nascimento: 03/01/1976 Passaporte: P7010382A País: FILIPINAS Mãe: Arsenia C Munar Pai: Moises C Mabanta.

Processo: 47039000524202241 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 28/08/2023 Imigrante: Ramonito Jr Japitana Marfil Data Nascimento: 30/10/1976 Passaporte: P3386576B País: FILIPINAS Mãe: Nida Cabasag Marfil Pai: Ramonito Frias Marfil.

Processo: 47039000526202230 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 28/08/2023 Imigrante: Reynald Saga Mangmang Data Nascimento: 04/12/1986 Passaporte: P8163076B País: FILIPINAS Mãe: Saturnina Saga Mangmang Pai: Reneboy Beniga Clavite.

Processo: 47039001427202275 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Damian Marcin Pek Data Nascimento: 20/05/1983 Passaporte: ER4916948 País: POLÔNIA Mãe: Maria Pek Pai: Tadeusz Pek.

Processo: 47039002200202247 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Keith Dave Narvas Kilakiga Data Nascimento: 05/08/1989 Passaporte: P0756051B País: FILIPINAS Mãe: Lorna Narvas Kilakiga Pai: Emiliano Macahig Kilakiga.

Processo: 47039002222202215 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eric Bergado Esteve Data Nascimento: 13/12/1972 Passaporte: P5502760B País: FILIPINAS Mãe: Erudita Bergado Pai: Divino Esteve.

Processo: 47039002391202247 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Waleed John Georgie Data Nascimento: 03/10/1952 Passaporte: 511031603 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Marguerite Michelle Kuruckchi Pai: John Elias Georgie.

Processo: 47039002636202236 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 03/03/2023 Imigrante: LARS ANGEL SONDERLAND Data Nascimento: 20/08/1967 Passaporte: 30946744 País: NORUEGA Mãe: FRIDA SONDERLAND Pai: PEDER SONDERLAND.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002784202251 Instituição: OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA - FAZENDA DA ESPERANCA Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: ALEXA KATHARINA WEBER Data Nascimento: 01/06/1981 Passaporte: CF9C892N9 País: ALEMANHA Mãe: IRMGARD GERTRUD PAULA WEBER Pai: PETER HEINRICH WEBER.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 20/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039003092202220 Requerente: IRAM BARBARO RIVAS ORTIZ Prazo: até 10/08/2023 Imigrante: IRAM BARBARO RIVAS ORTIZ Data Nascimento: 12/06/1992 Passaporte: L072993 País: CUBA Mãe: Martha del Carmen Ortiz Sedano Pai: Iram Lázaro Rivas Albo.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039021014202126 Requerente: ALG GLOBAL INFRASTRUCTURE ADVISORS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: XABIER IGLESIAS SOLABERRIETA Data Nascimento: 26/09/1987 Passaporte: PAE758653 País: ESPANHA Mãe: MARIA JOSE SOLABERRIETA MESA Pai: JOSE LUIS IGLESIAS IGLESIAS.

Processo: 47039022868202120 Requerente: OXITENO S A INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: Indeterminado Imigrante: JESSICA GALLARDO RAMIREZ Data Nascimento: 12/09/1991 Passaporte: G31142753 País: MÉXICO Mãe: ARACELI RAMIREZ TRUJILLO Pai: JOEL GALLARDO RAMIREZ.

Processo: 47039001790202291 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: rahul sharma Data Nascimento: 15/03/1994 Passaporte: N2861923 País: ÍNDIA Mãe: saroj prasad Pai: rajendra prasad.

Processo: 47039003333202231 Requerente: ANJO QUIMICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Daniel Enrique Evangelista Pou Data Nascimento: 19/06/1998 Passaporte: RD4537893 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: Sabrina Pou Florentino Pai: Enriquillo Antoun Evangelista Yeara.

Processo: 47039002828202242 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDREIA DIANA GOMES CORDEIRO Data Nascimento: 11/03/1987 Passaporte: P868893 País: PORTUGAL Mãe: Maria de Fátima Gomes Silvério Cordeiro Pai: Manuel Carreira Cordeiro.

Processo: 47039002469202223 Requerente: PACIFICA CONTINENTAL ASSESSORIA EMPRESARIAL EM RECURSOS HUMANOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Marion Lalou Data Nascimento: 14/04/1989 Passaporte: 13CA62973 País: FRANÇA Mãe: Catherine Richard Pai: Thierry Michel Lalou.

Processo: 47039002703202212 Requerente: LX PANTOS LOGISTICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: INBEOM KANG Data Nascimento: 03/04/1994 Passaporte: M13821582 País: CORÉIA DO SUL Mãe: GILSOON CHOI Pai: JUNGGU KANG.

Processo: 47039002773202271 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JORGE ALBERTO MATIAS CASAIS Data Nascimento: 15/09/1970 Passaporte: CB801378 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DAS DORES MATIAS MONTEIRO CASAIS Pai: JOÃO ADÃO VIEIRA CASAIS.

Processo: 47039003355202209 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: EKATERINA PERSHINA Data Nascimento: 12/05/1985 Passaporte: 729274115 País: RÚSSIA Mãe: Ludmila Pershina Pai: Yuriy Pershin.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039001540202251 Instituição: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: ENRIQUE IBARRA HERNANDEZ Data Nascimento: 02/04/1955 Passaporte: G12154049 País: MÉXICO Mãe: Magdalena Hernandez Rodriguez Pai: Enrique Ibarra Garcia.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/0219 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 47039002553202247 Requerente: PREM LEENA RUCHIRA DIETRICHSON Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PREM LEENA DIETRICHSON Data Nascimento: 27/03/1964 Passaporte: CCC118027 País: NORUEGA Mãe: BRITT SIGFRID BAEKKEVOLD Pai: WILLY DIETRICHSON.

CONCOMITÂNCIA

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ARNAUD VICTOR MANUEL LE LANCHON a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.001774/2022-06, anteriormente autorizado através do Processo: 08240.009075/2015-20.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039022293202145 Requerente: MANS OSCAR TROLLE MELANDER Prazo: Indeterminado Imigrante: MÅNS OSCAR TROLLE MELANDER Passaporte: 36264547.

Processo: 47039000760202267 Requerente: TELEPERFORMANCE CRM S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WENDY YIRLANNIA QUESADA RAMIREZ Passaporte: 108340275.

Processo: 47039002799202219 Requerente: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gotzon Lizarraga Tazon Passaporte: PAF531507.

Processo: 47039002801202250 Requerente: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juan Ignacio Tabuenca Muñoz Passaporte: PAG886713.

Processo: 47039002807202227 Requerente: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sebastian Raul Marin Venegas Passaporte: PAN198427.

Processo: 47039002811202295 Requerente: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Aaron Angel Martinez Herrera Passaporte: PAN021858.

Processo: 47039002177202291 Requerente: CENTRO DE APOIO DOM BOSCO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Diego Gabossi Passaporte: YB0716266.

Processo: 47039019322202191 Requerente: GERALD MAURITS OSCAR BASSLEER Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GERALD MAURITS OSCAR BASSLEER Passaporte: EN331617.

Processo: 47039001475202263 Requerente: JOSE DJU Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE DJU Passaporte: C00150887.

Processo: 47039002054202250 Requerente: DIGITRACK MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ADRIAN RAMIREZ ALMENAREZ Passaporte: K447207.

Processo: 47039000242202243 Requerente: WERNER MICHAEL DAXNER Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Werner Michael Daxner Passaporte: U1710663.

Processo: 47039000459202253 Requerente: HODAVIAS BIBIANO CHIVINDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HODAVIAS BIBIANO CHIVINDA Passaporte: N2367329.

Processo: 47039001517202266 Requerente: ABIBOU NDIAYE SAMB Prazo: Indeterminado Imigrante: ABIBOU NDIAYE SAMB Passaporte: A02731691.

Processo: 47039022892202169 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/03/2022 Imigrante: Keith Savio D Cruz Passaporte: Z3054078 Imigrante: Midhun Saimon Passaporte: Z4732511.

Processo: 47039022922202137 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/05/2022 Imigrante: Hemantkumar Ramjibhai Tandel Passaporte: S4234320 Imigrante: Pretton Peter Passaporte: Z4722994 Imigrante: Rahul Jain Passaporte: Z5622872 Imigrante: Raja Roy Passaporte: L9067816 Imigrante: Vagish Dwivedi Passaporte: P1698435.

Processo: 47039000227202203 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/10/2022 Imigrante: Bibin Mathew Passaporte: T1845336 Imigrante: Vikas Kumar Saini Passaporte: S2470366.

Processo: 47039000372202286 Instituição: IGREJA DE DEUS SOCIEDADE MISSIONARIA MUNDIAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SEOL DOOHWAN Passaporte: M01519438.

Processo: 47039001668202214 Instituição: CONGREGACAO IRMAS FILHAS DE SAO FRANCISCO DE SALES Prazo: Indeterminado Imigrante: NIRMALA JOSEPH KOCHERIL Passaporte: NO49379O.

Processo: 47039000027202242 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 08/05/2023 Imigrante: Roar Brennodden Passaporte: 31361500.

Processo: 47039022286202143 Requerente: ERIK ARNESEN Prazo: Indeterminado Imigrante: Erik Arnesen Passaporte: 31699118.

Processo: 47039022269202114 Requerente: CLAUDIA DITTMANN Prazo: Indeterminado Imigrante: CLAUDIA DITTMANN KRATZ Passaporte: C95WZK5JJ.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

RETIFICAÇÕES

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 233, de 13/12/2021, Seção 1, página 145, Processo: 47039.019045/2021-17, onde se lê: Pai: JOHNY GUSSIE GUSTAVSEN, leia-se: Pai: JOHNNY GUSSIE GUSTAVSEN.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 31, de 14/02/2022, Seção 1, página 50, Processo: 47039.000694/2022-25, onde se lê: Mãe: GINETTE SARRE, leia-se: Mãe: GINETTE CATHERINE SARRE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 31, de 14/02/2022, Seção 1, página 50, Processo: 47039.001660/2022-58, onde se lê: Prazo: Até 31/07/2022, leia-se: Prazo: 2 Ano(s).

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 173, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010663/2016-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JANOSNE VADJA KEKESI ORSOLYA, de nacionalidade húngara, filha de Orsolya Kekesi e de Kertes Maria, nascida na República da Hungria, em 9 de junho de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 174, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004790/2018-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAMES ALEJANDRO ROJAS DURAN, de nacionalidade colombiana, filho de German Rojas Garzon e de Claudia Macela Duran Ortiz, nascido na República da Colômbia, em 19 de fevereiro de 1997, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 175, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.026609/2019-39, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, DANE AW, de nacionalidade senegalesa, filho de Dame Aw e de Bousso Ndiaye, nascido em Touba, República do Senegal, em 3 de maio de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos, 1 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 176, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela PORTARIA Nº nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALAA MUSTAFA MOHAMMAD ABU DUHA - G302006-E, natural do Estado da Palestina, nascido em 30 de setembro de 1986, filho de Zemam Abu Duha e de Mustafa Muhamad Abu Duha, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0042683/2021);

ALBERTO IANNUZZI - V705767-P, natural da Itália, nascido em 10 de dezembro de 1964, filho de Milena Biacchi e Mario Iannuzzi, residente no estado da Bahia (Processo nº 235881.0017083/2020);

ALCENIO AFONSO BRIUNGA - V946557-U, natural de Angola, nascido em 27 de julho de 1994, filho de Fernando Briunga e filho de Lurdes Maria Afonso, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0016941/2020);

ALIUSKA TIZON PEREZ - G006958-Y, natural de Cuba, nascida em 18 de julho de 1985, filha de Rafael Tizon Hernandez e de Mary Perez Mendez, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0051127/2021);

AMAL HOB ALLA ABDELKAREM HOB ALLA ELBANA - G199994-S, natural do Egito, nascida em 14 de setembro de 1992, filha de Hob Alla Abdelkarem Hob Alla e de Fayza Ahmed Said Ahmed Passuny, residente do Distrito Federal (Processo nº 235881.0040099/2021);

ASSANE WADE - G248122-2, natural de Senegal, nascido em 10 de março de 1989, filho de Aly Wade e filho de Adama Ndiaye, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0041162/2021);

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA - V865842-V, natural da Colômbia, nascido em 02 de outubro de 1982, filho de Irma Mosquera Becerra e Carlos Orlando Diaz Martinez, residente no estado da Bahia (Processo nº 235881.0016587/2020);

DAYRAN DAYNELA BASTIDAS QUINTERO - V581163-3, natural da Venezuela, nascida em 17 de junho de 1983, filha de Romulo Jose Bastidas Cueva e de Laura Rosario Quintero Bastidas, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0013896/2020);

ERNST DESIR - G058963-1, natural do Haiti, nascido em 14 de maio de 1984, filho de Edner Desir e de Antonyne Solon, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0017612/2020);

FERNANDO ROBERTO PAZ CEDENO - G009972-P, natural do Equador, nascido em 10 de março de 1988, filho de Fernando Roberto Paz Briz e de Nelfin Lourdes Cedeno Rodriguez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0053298/2021);

FRANCISCO NSUMBU NZEZA - G430987-B, natural da Angola, nascido em 23 de abril de 1982, filho de Matunga Mpaka e de Paul Nzeza Nsumbu, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0005065/2020);

GARVENS DESIR - G051463-J, natural do Haiti, nascido em 26 de abril de 1994, filho de Jean frantz Desir e de Miraclide Millien, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0001857/2020);

GERSSON FERNANDO BARRETO SANDOVAL - V890642-9, natural da Colômbia, nascido em 14 de junho de 1989, filho de Jose Hildebrando Barreto Riano e filho de Rosalba Sandoval Blanco, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0032286/2021);

KAREN LORENA BAYONA RUIZ - G367809-Q, natural da Colômbia, nascida em 08 de julho de 1995, filha de Luis Alfredo Bayona Diaz e filha de Sandra Ruiz Gomez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0060375/2021);

KHALED MOHAMED HUSSEIN ELHADDAD - F026622-Q, natural da Líbia, nascido em 27 de setembro de 1979, filho de Mohamed Hussein Elhaddad e de Fatma Hedi Jlassi, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0148019/2021);

KULSUM AKTER AKHI - F123664-I, natural de Bangladesh, nascida em 2 de novembro de 1998, filha de Md Anisur Rahman e de Jaymala Begum, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0126468/2021);

MAHMOUD HASSAN HAIDAR - V360523-X, natural do Líbano, nascido em 17 de janeiro de 1976, filho de Itaf Halawi e de Hassan Haidar, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0009697/2020);

MAIKEL MARTINEZ MEDEROS - G36803-7, natural de Cuba, nascido em 06 de outubro de 1989, filho de Belkis Mederos Mendes e de Moises Martinez Gomez, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0133582/2021);

MARIEL SILVA DE FLORES - V449271-V, natural da Venezuela, nascida em 22 de setembro de 1967, filha de Ramon Bernabe Silva Guevara e de Angela Rosa Leal de Silva, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0008407/2020);

MIRNA MACHMOUCHI - G464952-T, natural do Líbano, nascida em 10 de outubro de 1980, filha de Nabil Machmouchi e de Ghada Tonb, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0057745/2021);

MOHAMAD ABOU SIDO - G278805-U, natural de Estado do Líbano, nascido em 26 de novembro de 1986, filho de Adnan Abou Sido e de Aida Ahmad, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0155119/2021);

MOR DIAGNE - G164121-J, natural do Senegal, nascido em 10 de março de 1978, filho de Mor Diagne e Diogob Ndiaye, residente no estado da Bahia (Processo nº 235881.0024030/2021);

MOSTAFA ELARBI MOHAMED ELKEKLI - V666265-F, natural da Líbia, nascido em 14 de julho de 1971, filho de Elarbi Mohamed Elkekli e de Fatima Elmoktar Garmol, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0155671/2021);

NATALIA POLASIK-LIPINSKA - G434660-N, natural da Polônia, nascida em 15 de julho de 1990, filha de Hanna Polsik-Lipinska e de Krzysztof Polasik-Lipinski, residente no estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0043872/2021);

NATHALIA VALDERRAMA BOHORQUEZ - V998172-A, natural da Colômbia, nascida em 10 de junho de 1990, filha de Hilda Marina Bohorquez Lozano e de Fausto Isidro Valderrama Rubio, residente no estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0049752/2021);

OMAIMA KHALIFA OTHMAN ELBADRI - F016575-F, natural da Líbia, nascida em 18 de dezembro de 1988, filha de Khalifa Othman Elbadri e de Chokria Abdelmala Fanan, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0151008/2021);

RAMON GABINO BEJARAN RAMOS - V436003-3, natural da República Dominicana, nascido em 28 de dezembro de 1975, filho de Dulce Maria Ramos e de Ramon Gabino Bejaran, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0037971/2021);

ROLA HAMMAD - G278820-Y, natural de Estado da Palestina, nascida em 27 de junho de 1987, filho de Mohamad Hammad e de Sanaa Othman Hamzeh, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0162105/2022);

SOHAIL MANZOOR - F074429-0, natural do Paquistão, nascido em 7 de dezembro de 1989, filho de Manzoor Ahmad e de Shaghufta Bibi, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0059411/2021);

SULTAN MUHAMMAD - F022181-D, natural de Paquistão, nascido(a) em 01 de janeiro de 1982, filho de Shamroz Khan e de Hazrat Nisa, residente no Estado de Paraná (Processo nº 235881.0054947/2021);

WENDY ANYELINA TAVERAS DE BEJARAN - V505558-B, natural da República Dominicana, nascida em 10 de fevereiro de 1976, filha de Francisca Antonia Taveras, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0039933/2021);

WESSAM ABED ALJAMMAL - G052860-4, natural da Síria, nascido em 02 de setembro de 1972, filho de Abed Aljammal e de Fatheieh Bairumi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0005654/2020) e

ZAINAB DAHER - V715845-P, natural do Líbano, nascida em 17 de fevereiro de 1988, filha de Mohamad Daher e Badrieh Daher, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0013870/2020).

As pessoas referidas nesta PORTARIA Nº deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 177, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela PORTARIA Nº nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ABDELRHMAN AHMED ABDU MAHMOUD MUSTAFA - F25300-1, natural de Marrocos, nascido em 6 de fevereiro de 2016, filho de Ahmed Abdu Mahmoud Mustafa e de Meryem Choukrane, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0163461/2022);

ALTAHER HUSAM ALTAHER ALSHABBAH - F486073-6, natural da Líbia, nascido em 20 de junho de 2016, filho de Husam Altaher Ibrahim Alshabbah e de Omaima Mansur Ibrahim Eltaweel, residente no estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0167312/2022);

DAINA MENARD - F318516-0, natural do Haiti, nascida em 01 de fevereiro de 2015, filha de David Menard e de Tania Fenelus, residente no estado do Mato Grosso (Processo nº 235881.0094796/2021);

KHULOUD FATA NAHHAS - F409134-8, natural da Síria, nascida em 11 de janeiro de 2017, filha de Mohamad Molham Fata Nahhas e de Siba Ajanji, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0164904/2022);

TANIA ISABEL GARCIA DAZA - G265539-9, natural de Venezuela, nascida em 26 de dezembro de 2012, filha de Carlos Reinier Garcia Daza e de Rosana Iriani Daza de Garcia, residente no estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0085258/2021);

TATIANA ISABEL GARCIA DAZA - G265525-K, natural da Venezuela, nascida em 24 de setembro de 2015, filha de Carlos Reinier Garcia Cardoso e de Rosana Iriani Daza de Garcia, residente no estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0085265/2021) e

TIY DABAL - F225468-1, natural da Síria, nascida em 14 de janeiro de 2014, filha de Mohamad Feras Dabal e de Zainab Tahhan, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0166685/2022).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 178, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela PORTARIA Nº nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JENAN HASSAN HUSSNI - V448491-M, natural do Iraque, nascida em 1 de julho de 1957, filha de Hassan e filha de Latifa Aziz, residente no Distrito Federal (Processo n° 235881.0037404/2021) e

SELVA VIVIANA MARTINEZ AQUINO MATSCHULAT - V421975-A, natural do Paraguai, nascida em 27 de setembro de 1979, filha de Selva Justina Aquino Gonzalez e de Victor Martinez Apodaga, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0020591/2021).

As pessoas referidas nesta PORTARIA Nº deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 970/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0020421/2021
Interessado: WITZNAILEY JEROME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que houve perda de objeto, tendo em vista que o requerente já possui outro processo sob nº 75410, em andamento, indefere o pedido, nos termos do art. 52 da Lei 9.784 de 1999.

Despacho nº 971/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0019380/2020
Interessado: EDEWE HONOR EKAIRIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada pela Polícia Federal a apresentar Certidão ou inscrição consular e matrícula Escolar atualizada, e até a presente data nenhum documento foi anexado ao processo, restando prejudicada a devida instrução processual, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no § 2º, do art. 7º da Portaria 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 972/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016634/2020
Interessado: JUAN FRANCISCO IBARRECHE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS ou O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 973/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0007026/2020
Interessado: MYRON PAUL KRAMER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informado não pertence ao requerente.

Despacho nº 974/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028817/2021
Interessado: LAURA MELISSA CORREA ECHAVARRIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui Portaria de Concessão de Naturalização Provisória, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 975/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0003173/2020
Interessado: DYLAN EMANUEL RAMIREZ DIEDRICH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é brasileiro nato, e, portanto, não atende às exigências contidas no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 976/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0170572/2022.
Interessado: YUDILMA LUGO NAPOLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui Portaria de Concessão de Naturalização Provisória, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 977/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0134762/2021
Interessado: KAREN FARFAN CAMPANA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui Portaria de Concessão de Naturalização Provisória, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 978/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118649/2021
Interessado: MARIA CRISTINA FLAMINI DE LOTITO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado, além de a certidão de antecedentes criminais apresentada não ter sido legalizada e/ou apostilada e, ainda, não ter sido anexada cópia completa do passaporte, incluindo as folhas em branco.

Despacho nº 979/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0105600/2021
Interessado: MAYA HASHEM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente, tendo em vista que a requerente ausentou- se do País por um período de 10 meses, no ano imediatamente anterior a apresentação do pedido, bem como a certidão de antecedentes criminais do país de origem não está legalizado pelo Consulado do Brasil no País que emitiu o documento, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, IV do art. 65 c/c com inciso II do art. 66 da Lei 13.445 de 2017.

Despacho nº 980/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0105567/2021
Interessado: KHALED BALHAWAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente, ausentou- se do País por um período de 10 meses, no ano imediatamente anterior a apresentação do pedido, bem como a certidão de antecedentes criminais do país de origem não está legalizado pelo Consulado do Brasil no País que emitiu o documento, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, IV do art. 65 c/c com inciso II do art. 66 da Lei 13.445 de 2017.

Despacho nº 981/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0087500/2021
Interessado: KHALIL SAID ALI NASSER

O (A) COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, proponho o indeferimento do pedido.

Despacho nº 982/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0076057/2021
Interessado: AHMED ABDELRAHMAN AHMED OTHMAN
O(A) COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, considerando que o requerente apresentou certificado de conclusão de curso de português não previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, além de ter anexado certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor juramentado.

Despacho nº 983/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0064082/2021
Interessado: NADIA CRISTINA DE OLIVEIRA MUTAMPUA
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui Portaria de Concessão de Naturalização Provisória, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 984/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0012695/2020
Interessado: MAMOUR GUEYE
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS N° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não comprovou residência no país por prazo indeterminado, nos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores à data do pedido, não comprovou a proficiência em língua portuguesa com documento previsto nos §§4° e 5°, letra "d", do art. 5°, da Portaria retromencionada, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual do Rio Grande do Sul e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS

RESOLUÇÃO RIBPG/MJSP Nº 16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Relaciona crimes para os fins do art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

O COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso I, do Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Resolução relaciona crimes para os fins do art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

Art. 2º A coleta de DNA, por técnica adequada e indolor, executada em cumprimento do art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 1984 - Lei de Execução Penal, deverá ser realizada quando a condenação tiver por fundamento algum dos seguintes crimes tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e na legislação penal esparsa:

I - homicídio simples (art. 121, caput);
II - homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V e VII);
III - feminicídio (art. 121, § 2º, inciso VI);
IV - homicídio culposo (art. 121, § 3º);
V - induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação (art. 122, caput, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º);
VI - lesão corporal (art. 129, §§ 1º, 2º, 3º e 9º);
VII - roubo (art. 157, caput, §§ 1º, 2º, 2º-A, 2º-B e 3º);
VIII - extorsão (art. 158, caput, §§ 1º, 2º e 3º);
IX - extorsão mediante sequestro (art. 159, caput, §§ 1º, 2º e 3º);
X - estupro (art. 213, caput, §§ 1º e 2º);
XI - atentado violento ao pudor (art. 213, caput, §§ 1º e 2º e art. 214);
XII - violência sexual mediante fraude (art. 215);
XIII - importunação sexual (art. 215-A)
XIV - assédio sexual (art. 216-A)
XV - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput, §§ 1º, 2º, 3º e 4º);
XVI - corrupção de menores (art. 218);
XVII - satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A);
XVIII - favorecimento da prostituição, ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, §§ 1º e 2º);
XIX - divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (art. 218-C, caput, § 1º);
XX - vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
XXI - oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (art. 241-A, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
XXII - adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (art. 241-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
XXIII - simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual (art. 241-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
XXIV - aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso (art. 241-D da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)
XXV - causar epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º);
XXVI - genocídio (art. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956);
XXVII - tortura (art. 1º, incisos I e II, da Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997); e
XXVIII - terrorismo (art. 2º, § º1, incisos IV e V, da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016).

Art. 3º Fica revogada a recomendação CG-RIBPG Nº 02, de 09 de fevereiro de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR
Coordenador do Comitê

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 257/2022 - Ato de Concentração nº 08700.007259/2021-39. Requerentes: Log-In - Logística Intermodal S.A. e Tecmar Transportes Ltda. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Guilherme Antonio Gonçalves, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 256/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001162/2022-01. Requerentes: Atlantia S.p.A. e Yunex GmbH. Advogados: Tito Amaral de Andrade e João Felipe Achcar de Azambuja. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 255/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001020/2022-36. Requerentes: Ardonagh Services Limited, MDS SGPS SA, Sonae SGPS SA, SFS Gestão e Consultoria SA, IPLF Holding SA, Madison Dearborn Partners LLC e HPS Investment Partners LLC. Advogada: Luciana Martorano. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 254/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001117/2022-49. Requerentes: J Malucelli SJP Logística S.A. e RB Capital Serviços de Crédito Ltda. Advogados: Luiz Eduardo Ribeiro Salles e Ingrid Bandeira Santos. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 253/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001058/2022-17. Requerentes: XP Malls Fundo de Investimento Imobiliário - FII e Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping - FII. Advogados: Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão, Guilherme Morgulis e Marcela Abras Lorenzetti. Decido pelo não conhecimento da operação.

DESPACHO SG Nº 252/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001133/2022-31. Requerentes: Cheplapharm Arzneimittel GmbH, F. Hoffmann-La Roche Ltd. e Hoffmann-La Roche Inc. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Camila Pires da Rocha, Renata Gonsalez de Souza e Guilherme Antonio Gonçalves. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 251/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001105/2022-14. Requerentes: Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Contour Global do Brasil Participações S.A. Advogados: Ana Paula Paschoalini, Gustavo H. Kastrup, Daniel Costa Rebello e José Alexandre Buaiz Neto. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processos nº 48411.006836/1948 e nº 48300.000171/2021-13. Interessada: Mineração Castelo Branco Ltda. Assunto: Pedido de revisão da Portaria nº 89/SGM/MME, de 3 de abril de 2017, do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, que declarou a caducidade da concessão de lavra outorgada à Interessada pelo Decreto nº 67.252, de 23 de setembro de 1970, para lavrar carvão mineral, no Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, numa área de 489,54 hectares. Despacho: Nos termos do Parecer nº 9/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 82/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 83/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, e do Parecer nº 10/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 84/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 85/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamentos desta decisão, acolho o pedido de revisão e torno sem efeito a declaração de caducidade da concessão de lavra da Interessada, efetivada pela Portaria nº 89/SGM/MME, de 3 de abril de 2017.

BENTO ALBUQUERQUE
Ministro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.230/SPE/MME, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000703/2022-47. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 23.274.194/0001-19. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.203, de 15 de junho de 2021, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2/2022/SPE

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 281/GM/MME, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria nº 318/GM/MME, de 1º de agosto de 2018, e o que consta do Processo nº 48340.003632/2021-33, resolve:

Indeferir o requerimento da Araguaia Níquel Metais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 97.515.035/0001-03, para enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Implantação da Linha de Transmissão Araguaia Níquel Metais - Xinguara 2, em 230 kV, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.147, de 11 de agosto de 2020, nos termos da Nota Técnica nº 507/2022-DOC/SPE-MME e do Parecer nº 44/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamentos desta Decisão.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

DESPACHO Nº 565, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta dos Processos nºs 48500.001114/2019-81 e 48500.000766/2002-05, decide declarar prejudicado o Agravo interposto pela CEI Minas PCH Energia Ltda. em face do Despacho nº 1.498/2020, em razão da perda superveniente do seu objeto.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.219. Processo nº 48500.001515/2020-74. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 1, CEG UFV.RS.MG.047397-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.220. Processo nº 48500.001516/2020-19. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 2, CEG UFV.RS.MG.047398-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos

Nº 11.221. Processo nº 48500.001517/2020-63. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 3, CEG UFV.RS.MG.047399-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.222. Processo nº 48500.001518/2020-16. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 4, CEG UFV.RS.MG.047400-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos

Nº 11.223. Processo nº 48500.001519/2020-52. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 5, CEG UFV.RS.MG.047401-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.224. Processo nº 48500.001520/2020-87. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 6, CEG UFV.RS.MG.047402-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.225. Processo nº 48500.001521/2020-21. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 7, CEG UFV.RS.MG.047403-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.226 Processo nº 48500.001522/2020-76. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 8, CEG UFV.RS.MG.047404-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.227. Processo nº 48500.001523/2020-11. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 9, CEG UFV.RS.MG.047405-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.228. Processo nº 48500.001524/2020-65. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 10, CEG UFV.RS.MG.047406-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.]

Nº 11.229. Processo nº 48500.001525/2020-18. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 32.609.377/0001-39, a implantar e explorar a UFV Velho Chico 11, CEG UFV.RS.MG.047407-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Buritizeiro, Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.257, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000763/2022-60 Interessados: Copel Distribuição S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação a área de terra que perfaz uma superfície de 4.500 (quatro mil e quinhentos) metros quadrados, necessária à implantação da Subestação 34,5/13,8 kV Bela Vista da Caroba, localizada no município de Bela Vista da Caroba, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.258, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000629/2022-69. Interessado: Elektro Redes S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Elektro Redes S.A., a área de terra necessária à implantação da Subestação 138/13,8 kV Estrela d'Oeste 01, localizada no município de Estrela d'Oeste, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.262, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000690/2022-14. Interessados: Mirante Energética S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área de terra de 60 (sessenta) metros de largura necessária à passagem da Linha de Transmissão Complexo Eólico Oeste Seridó - SE Santa Luzia II, circuito simples, 500 kV, com aproximadamente 45 (quarenta e cinco) km de extensão, que interligará a SE Elevadora Complexo EOL Oeste Seridó à SE Santa Luzia II, localizada nos municípios de Parelhas e Santana do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte, e São José do Sabugi e Santa Luzia, no Estado da Paraíba. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.263, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000777/2022-83. Interessados: Enel Distribuição Ceará Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área de terra de 6 (seis) metros de largura necessária à passagem da Linha de Distribuição Pacatuba - Coluna 02P5, circuito simples, 69 kV, com aproximadamente 23,83 (vinte e três virgula oitenta e três) km de extensão, que interligará a SE Pacatuba à SE Coluna, localizada nos municípios de Aquiraz e Itaitinga, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.203. Processo nº 48500.000265/2020-55. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol I, CEG UFV.RS.RN.046923-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 40.536 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.204. Processo nº 48500.000264/2020-19. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol II, CEG UFV.RS.RN.046924-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.536 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.205. Processo nº 48500.000263/2020-66. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol III, CEG UFV.RS.RN.046925-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.536 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.206. Processo nº 48500.000262/2020-11. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol IV, CEG UFV.RS.RN.046926-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.536 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.207. Processo nº 48500.000261/2020-77. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol V, CEG UFV.RS.RN.046927-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.536 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.208. Processo nº 48500.001478/2020-02. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol VI, CEG UFV.RS.RN.047378-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos

Nº 11.209. Processo nº 48500.001479/2020-49. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol VII, CEG UFV.RS.RN.047379-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.210. Processo nº 48500.001480/2020-73. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol VIII, CEG UFV.RS.RN.047380-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.211. Processo nº 48500.001481/2020-18. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol IX, CEG UFV.RS.RN.047381-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos

Nº 11.212. Processo nº 48500.001482/2020-62. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol X, CEG UFV.RS.RN.047382-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.213. Processo nº 48500.001483/2020-15. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol XI, CEG UFV.RS.RN.047383-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.214. Processo nº 48500.001484/2020-51. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol XII, CEG UFV.RS.RN.047384-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.215. Processo nº 48500.001485/2020-04. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol XIII, CEG UFV.RS.RN.047385-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.216. Processo nº 48500.001486/2020-41. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol XIV, CEG UFV.RS.RN.047386-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.217. Processo nº 48500.001487/2020-95. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol XV, CEG UFV.RS.RN.047387-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.218. Processo nº 48500.001488/2020-30. Interessado: Assu Sol Solar Participações e Geração de Energia S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.591.186/0001-85, a implantar e explorar a UFV Assu Sol XVI, CEG UFV.RS.RN.047388-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada em Assú, Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.271, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002773/2021-59. Interessado: Mez 5 Energia S.A. Objeto: Altera o Anexo da Resolução Autorizativa nº 10. 432, de 31 de agosto 2021, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Mez 5 Energia S.A., de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Capivari do Sul - Osório 3 C1, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 515, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004397/2020-56, decide conhecer do recurso administrativo interposto pela Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. em face do Despacho nº 1.102, de 2021 emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública, que julgou procedente a reclamação administrativa do consumidor Valmir Gatto em face de cobrança por irregularidade na medição, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 519, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, decide:

Processo nº 48500.000071/2014-10. Interessada: São Pedro e Paulo I SPE S.A. Decisão: Indeferir os pleitos de excludente de responsabilidade e de alteração de cronograma de implantação da Central Geradora Fotovoltaica São Pedro e Paulo I, UFV.RS.PE.031870-1.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 566, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no §1º do artigo 14 da Norma do Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.005455/2020-69, decide extinguir, por exaurimento de objeto, o processo que tratava do Recurso Administrativo interposto pela Iracema Transmissora de Energia S.A. - IRTE ao Despacho nº 3.054, de 2020, emitido pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão, que indeferiu o pleito da transmissora de revisão da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI aplicada na indisponibilidade do banco de reatores na Subestação Curral Novo do Piauí II, ocorrida no dia 5 de julho de 2020.

ELISA BASTOS SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 550, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 48500.000422/2022-94. Interessado: Equity-X Energy Soluções em Energia Ltda. Decisão: Autorizar a empresa Equity-X Energy Soluções em Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.401.001/0001-50, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 562. Processos nº 48500.005164/2021-51. Interessado: Parque Eólico Ventos do Alto Alegre Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos do Alto Alegre 04, Ventos do Alto Alegre 05, Ventos do Alto Alegre 06, Ventos do Alto Alegre 07, Ventos do Alto Alegre 08, Ventos do Alto Alegre 09, Ventos do Alto Alegre 14, localizadas no município de Lençóis e Iraquara no estado da Bahia.

Nº 563. Processo nº: 48500.006236/2021-88. Interessada: GeoEnergy Engenharia e Serviços Ltda. Decisão: (i) conferir o Registro para a elaboração da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Preto, no trecho entre o canal de fuga da PCH Poço Fundo e o remanso do reservatório da PCH Areal, integrante da sub-bacia 58, no estado do Rio de Janeiro, cadastrado sob o CINV: INV.58.0039.01-5; e (ii) conferir o prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da publicação deste Despacho, para a elaboração dos mencionados estudos.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 552, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.006315/2017-11. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Decisão: alterar o texto do Anexo I da Resolução Autorizativa nº 10.937, de 17 de dezembro de 2021, conforme anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 567, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.005784/2020-18. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Decisão: alterar o texto do Anexo I da Resolução Autorizativa nº 10.988, de 14 de dezembro de 2021, conforme anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 561, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001865/2020-31, decide liberar as unidades geradoras UG1 a UG9, de 4.200,00 kW cada, totalizando 37.800,00 kW de capacidade instalada, da EOL Vila Espírito Santo IV (Antiga Potiguar B24), Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.040597-3.01, localizada no município de Serra do Mel no estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A., para início da operação comercial a partir de 25 de fevereiro de 2022.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 559, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 48500.004319/2021-32. Interessada: Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 3.387, de 22 de outubro de 2021; e (ii) estabelecer que o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 06/2011-ANEEL deverá ser assinado pela concessionária, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 570, DE 24 FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.006488/2021-15. Decisão: Conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido apresentado pela Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. - EBO, com vistas ao expurgo de seus indicadores de continuidade das interrupções com origem no sistema de transmissão, ocorridas nos dias 23 de abril e 6 de setembro de 2021. A íntegra deste Despacho estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

DESPACHO Nº 571, DE 24 FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.006486/2021-18. Decisão: Conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido apresentado pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. - EMG e pela Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. - ENF, com vistas ao expurgo de seus indicadores de continuidade das interrupções, com origem no sistema de suprimento, ocorridas no dia 18 de setembro de 2021. A íntegra deste Despacho estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

DESPACHO Nº 572, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.000504/2015-18. Decisão: I - homologar, nos anexos I e II, a Diferença Mensal de Receita - DMR apurada na aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica e os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético a serem repassados às distribuidoras pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e II - não homologar as competências do anexo III. Período: janeiro de 2022. A íntegra deste Despacho e seus anexos estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 26/2022

Fase de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(757)
810.477/1990-SILVEIRA & SCHAUN LTDA.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 51/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.945/2021-AGUIA MINERACAO E COMERCIO LTDA-Registro de Licença N° 25/2022 - Vencimento em 22/12/2031
831.717/2021-ODAIR JOSE ALVES DOS SANTOS-Registro de Licença N° 26/2022 - Vencimento em validade até Por tempo indeterminado
831.972/2021-AREIAL RIO MINAS DE PIRAPETINGA LTDA. ME-Registro de Licença N° 27/2022 - Vencimento em 28/04/2026
832.464/2016-COMERCIAL RESENDE E VIEIRA LTDA-Registro de Licença N° 28/2022 - Vencimento em 28/07/2022
830.510/2021-IVAIR PEREIRA DA SILVA 83185020600-Registro de Licença N° 29/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado.
830.886/2021-CERÂMICA GLÓRIA LTDA EPP-Registro de Licença N° 30/2022 - Vencimento em 06/04/2031
830.880/2021-COMERCIAL DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DOIS AMIGOS LTDA-Registro de Licença N° 31/2022 - Vencimento em 20/05/2025

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 26/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.621/2021-PAULO ROBERTO AMORIM ORCIOLI- Cessionário:CAMPINORTE MINERAÇÃO S/A- CPF ou CNPJ 13.420.503/0001-68- Alvará n°5.801/2021
860.323/2018-GRANIMARBELLE BRAZIL LTDA- Cessionário:ARTHUR PACHECO DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 004.809.931-73- Alvará n°686/2019
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
860.755/2012-ALTAMIRA FRANCISCA ITACARAMBY- Cessionário:UÉLICA SOUSA DOS SANTOS- CNPJ 896.555.671-68- Registro de Licença N° 26/2013- Vencimento da Licença: 26/01/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
860.097/2010-JC AREIA LTDA- Alvará n°2.780/2010 - Cessionario:860.840/2021-MAMBORÊ AGROPECUÁRIA LTDA- CNPJ 17.833.589/0001-01

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7456/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7457/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7458/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7459/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7460/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7462/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7463/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7464/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7465/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.206/1998-ANTARES AGUA MINERAL SERRA DE JACONÉ LTDA- AI N° 7466/2021/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.273/2013-MARAIASA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA- Registro de Licença N° 2810/2014 - Vencimento em 24/05/2023
890.375/2009-L C N PONCIANO TERRAPLENAGEM ME- Registro de Licença N° 2.564/2009 - Vencimento em 05/10/2026
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.418/1990-PEDRACOM PEDREIRAS LTDA EPP-OF. N°8215/2022/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.151/2013-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°7804/2022/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.466/2015-AREAL BARROSO LTDA EPP-OF. N°8248/2022/SEFAM-RJ/GER-RJ
890.464/2015-AREAL BARROSO LTDA EPP-OF. N°7497/2022/SEFAM-RJ/GER-RJ
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
890.205/2019-CERAMICA PEDRO XAVIER NUNES LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.175/2021-MINERAÇÃO LITORÂNEA S A

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 15/2022

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
890.223/1991-Empresa Petropolitana de Águas Minerais- AI N°8038/2021
Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
890.375/2009-L C N PONCIANO TERRAPLENAGEM ME - Publicado DOU de 21/10/2021, Relação n° 73/2021, Seção 1, pág. 199- Onde se lê:"...OF. N°31.321/2021/SEFAM-RJ/ANM..." - Leia-se:"...OF Nº 35784/2021/SEFAM-RJ/ANM..."

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 15/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.529/2021-SILVIO CESAR MANOEL CHAMA- Cessionário:S.c. Manoel Chama Ltda.- CPF ou CNPJ 03.564.533/0001- 94- Alvará n°7071/2021
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.438/2014-CERAMICA CIDADE NOVA LTDA.
826.438/2014-CERAMICA CIDADE NOVA LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.559/2016-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°8686/2022
826.540/2021-KLABIN S.A.-OF. N°8713/2022
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.522/2010-EXTRACAO DE AGUA MINERAL KLIN E SARTORI LTDA-OF. N°7289/2022
826.386/2001-EMPRESA DE AGUAS PE DA SERRA LTDA-OF. N°7332/2022
826.324/2002-MINERADORA DE ÁGUA ANA ROSA LTDA-OF. N°8599/2022
826.343/2004-COMERCIO DE AGUA MINERAL SAO PEDRO LTDA-OF. N°8724/2022
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
926.002/1991-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°8296/2022
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
826.253/1991-JAIME LUIZ GOMES-OF. N°45814/2021
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
826.518/2015-L.MOREIRA ÁGUA MINERAL LTDA- Prazo:4 anos
820.563/1980-CSN CIMENTOS S.A.- Prazo:4 anos
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
826.428/2014-R. GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.618/2016-CERÂMICA SANTO ANTONIO MELECIO LTDA ME- Registro de Licença N° 13/2018 - Vencimento em 20/05/2031
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.517/2009-ROSEMERI ROSSETIN FERREIRA (F.IND.)-OF. N°1533/2020-60 dias
826.694/2017-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-OF. N°1040/2020-60 dias
826.026/2017-R. MINAS LTDA.-OF. N°1369/2020-60 dias
827.000/2013-R. MINAS LTDA.-OF. N°1290/2020-60 dias
826.330/2014-AREAL IMBOCUI LTDA-OF. N°1019/2020-60 dias
826.025/2008-TERRAPLENAGEM SR LTDA-OF. N°1556/2020-60 dias
826.806/2013-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATARIOS - IBAR - LTDA-OF. N°1760/2020-60 (sessenta) dias
826.439/2010-VERDAU MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1207/2020-60 (sessenta) dias
826.437/2009-VERDAU MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2042/2020-60 (sessenta) dias
826.063/1997-MINÉRIOS FURQUIM LTDA.-OF. N°1848/2020-60 (sessenta) dias
826.308/2017-MINERAÇÃO GINO MINAS LTDA.-OF. N°1130/2020-60 (sessenta) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.456/2007-AREAL AGUA AZUL LTDA-OF. N°7860/2022
826.170/2002-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA ORSO LTDA-OF. N°7845/2022
826.069/2017-STI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME-OF. N°8408/2022
826.122/2011-HEINZ MAAHS-OF. N°8381/2022
826.113/2011-HEINZ MAAHS-OF. N°8380/2022
826.426/2005-INCEPA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°8422/2022
826.349/2004-INCEPA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°8419/2022
826.338/2003-CONSTRUTORA VISÃO DE CURITIBA LTDA-OF. N°8440/2022
826.072/2002-R.A. ZIEBERT ME-OF. N°8430/2022
826.226/2009-ARTECIPE INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO E PEDREIRAS LTDA.-OF. N°8592/2022
826.479/2017-SIDETERRA IMOVEIS LTDA-OF. N°8807/2022
826.135/2017-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°8770/2022
826.068/2017-ARGISUL MINERACAO LTDA-OF. N°8766/2022
826.222/2010-CERAMICA CIDADE NOVA LTDA.-OF. N°8731/2022
826.280/2004-CERÂMICA GNATTA LTDA-OF. N°8809/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.648/1998-MINASGOIAS MINERACAO BERGAMO LTDA- Alvará n° 10221/2001 - Cessionário: Mayrink Ivam Bergamo Epp- CNPJ 15.581.288/0001- 02
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
826.149/2021-MARCELO SILVA
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
826.372/2021-MARCOS COSENDEY DE MENDONÇA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
826.727/2021-LEWANDOWSKI & CIA. LTDA
826.737/2021-MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUACU
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
826.729/2021-VOLMIR BOREK-OF. N°7577/2022/CAREAS-PR/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.620/2021-JANETE APARECIDA DE MATTOS MAINARDES-OF. N°7542/2022/SEFAM-PR/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.423/2019-VANIA TERESINHA K GERREI ME-Registro de Licença N° 3/2022 - Vencimento em 12/09/2029
826.501/2018-KLABIN S.A.-Registro de Licença N° 4/2022 - Vencimento em 17/05/2024
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.651/2021-ZONTTA FESTAS E EVENTOS LTDA-OF. N°8841/2022/SEREM-PR/ANM
826.050/2021-APACHE MINERACAO LTDA-OF. N°8836/2022/SEREM-PR/ANM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
826.068/2020-FERLIG - FERRO LIGA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
826.490/2021-MUNICIPIO DE MERCEDES- Registro de Extração N°4/2022 de 11/02/2022

826.364/2021-MUNICIPIO DE LIDIANOPOLIS- Registro de Extração N°5/2022 de 15/02/2022
826.445/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA- Registro de Extração N°6/2022 de 15/02/2022
826.213/2021-MUNICIPIO DE CASCAVEL- Registro de Extração N°7/2022 de 22/02/2022
826.461/2021-MUNICIPIO DE CANDOI- Registro de Extração N°8/2022 de 21/02/2022
826.299/2020-MUNICIPIO DE CEU AZUL- Registro de Extração N°9/2022 de 22/02/2022
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
826.580/2021-MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BOA VISTA

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 12/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.125/2016-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°9182/2022/SEREM-MS/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
868.015/1999-TOTAL PURA EMPRESA DE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Prazo:4 (quatro) anos, com início em 23/09/2019 e término em 23/09/2023
868.016/1999-TOTAL PURA EMPRESA DE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Prazo:4 (quatro) anos, com início em 23/09/2019 e término em 23/09/2023.
868.143/2000-TOTAL PURA EMPRESA DE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Prazo:4 (quatro) anos, com início em 23/09/2019 e término em 23/09/2023.
868.168/2000-TOTAL PURA EMPRESA DE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Prazo:4 (quatro) anos, com início em 23/09/2019 e término em 23/09/2023.
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
868.247/2013-W. BARIZOM EIRELI ME
868.045/2012-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA
868.044/2012-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA
868.037/2018-JOSE APARECIDO MARCUSSI
300.301/2017-ÁREA DESCARTADA LIBERADA PARA EDITAL (ORIGINAL 868.327/2012)
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.161/2013-LOURENCO CYRIACO COINETE- Registro de Licença N° 4/2014 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 27/01/2026
868.071/2012-MARCIA DE OLIVEIRA AGUIAR- Registro de Licença N° 43/2013 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 02/02/2027
868.069/2014-DOUGLAS ADOLFO HAMMARSTROM 49838512087- Registro de Licença N° 8/2015 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 17/08/2026
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.119/2017-MARCOS JOSÉ FELIX-OF. N°8726/2022/SEFAM-MS/ANM
868.074/2006-PEDREIRA TRÊS BARRAS LTDA ME-OF. N°8773/2022/SEFAM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.286/2021-ANDRE TADEU RODRIGUES DA SILVA-OF. N°8639/2022/SEREM-MS/ANM
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
868.008/2020-EDUARDO IBANHES
868.007/2020-EDUARDO IBANHES

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 12/2022

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
800.669/2014-E GONDIM BEZERRA- Registro de Licença N° 05/2015-DNPM/CE- Onde se lê:''... com vencimento em 08/01/2028...'' Leia-se:''...com vencimento em 22/10/2026 ...''
Retificação de despacho(1391)
800.649/2016-FRANCISCO PEDRO LINO ME - Publicado DOU de 14/08/2021, Relação n° 27/2021-ANM/CE, Seção 1, pág. 57- Onde se lê:'''Cessionária: Extração de Areia Irmãos Linos Ltda. - CNPJ: 01.546.153/0001- 00; Leia-se: "Cessionária: Extração de Areia Irmãos Linos Ltda. - CNPJ: 01.546.153/0001- 00".
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
800.715/2021-RAIMUNDO VIEIRA DE LIMA- DOU de 16/12/2021.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 17/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Ivaneide Silva Tavares - 826630/17

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 9.729, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.861624/2021-41-EMBRAAREIA EMPRESA DE EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA EIRELI (Documento SEI: 3298141)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 1.417, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48062.872308/2021-94-CORTEZ ENGENHARIA LTDA. (Documento SEI: 3655798)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 1.418, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831436/2021-87-OLIVEIRA SENA E SANTOS LTDA (Documento SEI: 3656046)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48053.820241/2021-11-ELENITA SILVA BERGAMO (Documento SEI: 3656297)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 130/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
846.047/2014-MARCUS VINICIUS FERNANDES DE MELO-ITABAIANA/PB, PILAR/PB, SÃO JOSÉ DOS RAMOS/PB - Guia n° 41/2021-50.000toneladas-AREIA- Vigência da Guia:3 (três) anos
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
815.355/2018-IVO PAULO RANK- OF. N° 10/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 131/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1419/2022-868.309/2021-MINERACAO DOIS IRMAOS LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 3/2022

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
821.004/2000-HABITAT COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA
821.552/1999-SERRA DA CANTAREIRA ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP
821.133/1998-FREC MINERAÇÃO LTDA
820.669/1998-MINERADORA PONTE ALTA LTDA
820.392/1994-MINERADORA PONTE ALTA LTDA
820.197/1994-CINTRATOR COM PEÇAS E IMPLEM. P TRAT AGRÍC, EXTR. E COM. PED DECORAT LTDA EPP
820.614/1981-GEOCAL MINERAÇÃO LTDA
820.476/1979-GEOCAL MINERAÇÃO LTDA
802.584/1975-SOCORRO INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
805.057/1971-GEOCAL MINERAÇÃO LTDA
814.202/1973-PEDREIRA CARRASCOZA LTDA
820.830/2007-PEDREIRA CARRASCOZA LTDA

ROGER ROMAO CABRAL
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 280, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao J S DEPOSITO DE GAS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 26.486.100/0001-63, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do Processo nº 1080866-60.2021.4.01.3400.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 281, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0221456	AUTO POSTO PRO TORK RIO PRETO LTDA	40.806.619/0001-02	48610.204308/2022-94
PR/MG0221438	AUTO POSTO SERRA NEGRA LUMINARIAS LTDA	44.569.229/0001-17	48610.204097/2022-90
PR/PI0221439	CLAUDENIR DE SOUSA BRITO	14.971.182/0001-52	48610.204129/2022-57

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 282, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPSC0394939	AIF GAS E CONVENIENCIA PAULISTA LTDA	30.366.767/0001-08	48610.203187/2022-63
GLPMA0394948	AUTO POSTO MARANHENSE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	02.961.420/0002-40	48610.218455/2021-61
GLPGO0394973	CLAITON FERREIRA DA SILVA COMERCIO BEBIDA E GAS	25.234.641/0001-31	48610.204079/2022-16
GLPSC0394985	DALTORRE COMERCIO DE GAS LTDA	09.314.644/0002-00	48610.203453/2022-58
GLPRJ0394957	DEPOSITO DE GAS INDIO DE SAQUAREMA LTDA	43.076.742/0001-03	48610.203259/2022-72
GLPPR0394966	FABIELY BUENO DE OLIVEIRA	43.109.257/0001-99	48610.204054/2022-12
GLPMG0394991	FELIPE OLIVEIRA PEREIRA - GAS E AGUA	43.526.749/0001-80	48610.204122/2022-35
GLPSP0394952	G T SANTOS RIBEIRO	44.342.854/0001-21	48610.203973/2022-61
GLPDF0394987	GERSON BISPO DE FREITAS	09.014.262/0001-80	48610.204124/2022-24
GLPES0394959	GIRO GAS LTDA	43.429.371/0001-04	48610.204002/2022-38
GLPSE0394964	GONCALVES GAS EIRELI	07.205.310/0001-91	48610.204051/2022-71
GLPPA0394983	I G ALVES COMERCIO DE GAS EIRELI	28.629.044/0002-85	48610.204108/2022-31
GLPMG0394941	IARA GONCALVES QUEIROZ	39.576.874/0001-27	48610.202885/2022-41
GLPPB0394975	IDEAL COMERCIO DE GAS LTDA	13.199.066/0002-85	48610.204081/2022-87
GLPRS0394979	IGOR HONORIO DOS SANTOS	35.605.862/0001-22	48610.225937/2021-77
GLPPR0394977	JEFFERSON ALVES - COM VAREJISTA DE BEBIDAS	28.023.552/0001-34	48610.204103/2022-17
GLPMG0394997	JR COMERCIO DE GAS LTDA	42.817.357/0001-07	48610.203396/2022-15
GLPMG0394981	MARCOS VENICIUS COSTA	10.300.927/0001-09	48610.204105/2022-06
GLPMG0395000	MASCARENHAS COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI	26.268.041/0001-57	48610.204127/2022-68
GLPPR0394950	MILTON BORGES & CIA LTDA	44.768.987/0001-64	48610.203972/2022-16
GLPMG0395002	NATALIA GONCALVES DA SILVA SOARES - JN GAS	44.766.516/0001-17	48610.204131/2022-26
GLPBA0394962	NATHAN DO ROSARIO SOUSA	31.172.655/0001-70	48610.204047/2022-11
GLPPR0395006	PIT STOP LTDA	43.874.207/0001-06	48610.204145/2022-40
GLPSP0394989	POLIGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	42.745.382/0001-22	48610.216382/2021-72
GLPAC0394971	RAIMUNDO DE ABREU E SILVA	10.456.794/0001-56	48610.204068/2022-28
GLPSP0394955	SERV BEM GAS LTDA	44.572.323/0001-25	48610.203517/2022-11
GLPRJ0394968	VEIMARQUES COMERCIO DE GAS LTDA	43.503.809/0001-49	48610.204065/2022-94
GLPMG0394995	VICTOR ALCANTARA SOARES LTDA	44.728.201/0001-85	48610.202047/2022-78
GLPSP0394993	ZERBO & NICOLELLA COMERCIO DE GAS LTDA	44.663.479/0001-11	48610.203076/2022-57

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 283, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao S QUARESMA DE MENDONÇA COMBUSTIVEIS - ME, CNPJ nº 22.505.371/0001-68.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 284, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/CE0221476	BENEDITO NERI AGUIAR	02.098.024/0001-50	48610.204340/2022-70
PR/SP0221497	CENTRO AUTOMOTIVO RUBY LTDA	43.979.128/0001-51	48610.224272/2021-84
PR/CE0221499	HELIALDO & VANDERLETE COMBUSTIVEIS LTDA	04.102.948/0002-90	48610.203549/2022-16
PR/PR0221477	POSTOS YANI LTDA	44.475.727/0002-81	48610.203507/2022-85
PR/BA0221498	RENAN DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	42.423.942/0001-22	48610.204498/2022-40
PR/MG0221496	RIBEIRO E ALVES LTDA	10.467.361/0001-04	48610.204475/2022-35

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 285, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPAM0395084	DANIEL SILVA DE OLIVERIA COMERCIO	43.860.280/0001-10	48610.204327/2022-11
GLPSP0395034	DANILO RODRIGUES HENRIQUE LTDA	44.044.839/0001-05	48610.225391/2021-54
GLPMG0395022	DISK GAS JK LTDA	44.190.190/0001-22	48610.204321/2022-43
GLPPB0395014	F ANTONIO DAS CHAGAS	43.622.047/0001-08	48610.204212/2022-26
GLPSP0395010	FILO GAS E AGUA LTDA	44.253.143/0001-80	48610.204165/2022-11
GLPBA0395016	GUEDES DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	43.066.911/0001-24	48610.204241/2022-98
GLPMT0395012	NADHA POLIANA PEREIRA ROSA	31.859.015/0001-33	48610.204189/2022-70
GLPPB0395018	RAIMUNDO R DOS SANTOS ANDRADE LTDA	44.360.325/0001-50	48610.204274/2022-38
GLPES0395008	REZENDE GAS LTDA	24.357.723/0001-00	48610.204146/2022-94
GLPMA0395036	SANTA MONICA TRANSPORTES EIRELI	38.125.650/0001-36	48610.204339/2022-45
GLPSP0395020	SEKINE & GRIGORIO COMERCIO DE GAS LTDA	11.495.833/0001-97	48610.204301/2022-72

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 287, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO PORTAL DO JALAPAO LTDA, CNPJ nº 12.071.707/0001-78.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO SIM-ANP Nº 286, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, torna sem efeito o Despacho SIM-ANP nº 277, de 23 de fevereiro de 2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 39, de 24 de fevereiro de 2022, seção 1, página 112.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

RETIFICAÇÃO

No Despacho SIM-ANP nº 866, de 03 de agosto de 2021, publicado no DOU de 04 de agosto de 2021, seção 1, página 161:

Onde se lê:

"Art. 4º Nos termos do Art. 29 da Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, a validade do Registro de Autoimportador apenas é válido na ocorrência de celebração de contrato entre o Autoimportador e a distribuidora estadual que atribua a esta última, no mínimo, a operação e manutenção das instalações e dutos à jusante do respectivo Ponto de Entrega ou da Unidade de Recebimento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito, que pertencem à esfera de regulação estadual, ou de manifestação formal de entidade estadual competente isentando o empreendimento de firmar tal contrato."

Leia-se:

"Art. 4º A outorga do Registro de Autoimportador é emitida em conformidade com a Lei nº 14.131/2021 e demais regulamentações federais aplicáveis."

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 526, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação de resumo oficial da Sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 7 de setembro de 2021, referente ao Caso Barbosa de Souza e outros v. Brasil.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Sentença de 7 de setembro de 2021, proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Barbosa de Souza e outros v. Brasil, resolve:

Art. 1º Publicar resumo oficial da Sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Barbosa de Souza e outros v. Brasil, em atendimento ao Ponto Resolutivo Sexto, referente ao parágrafo 176 da Sentença, o qual dispõe sobre a publicação de resumo oficial da Sentença no Diário Oficial, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

ANEXO

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS*
CASO BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VS. BRASIL**
SENTENÇA DE 7 DE SETEMBRO DE 2021
(Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas)
RESUMO OFICIAL EMITIDO PELA CORTE INTERAMERICANA

Em 7 de setembro de 2021, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "Corte Interamericana", "Corte" ou "Tribunal") proferiu sentença mediante a qual declarou a responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil (doravante denominado "o Estado", "o Estado do Brasil", ou "Brasil") pelas violações dos direitos às garantias judiciais, à igualdade perante a lei e à proteção judicial, com relação às obrigações de respeitar e garantir direitos sem discriminação e ao dever de adotar disposições de direito interno e com a obrigação de atuar com a devida diligência

para prevenir, investigar e sancionar a violência contra a mulher, em prejuízo de M.B.S. e S.R.S., mãe e pai de Márcia Barbosa de Souza. Isso como consequência da aplicação indevida da imunidade parlamentar em benefício do principal responsável pelo homicídio da senhora Barbosa de Souza, da falta de devida diligência nas investigações realizadas sobre os fatos, do caráter discriminatório em razão de gênero de tais investigações, assim como da violação do prazo razoável.

Por conseguinte, declarou-se o Estado responsável pelas violações dos artigos 8.1, 24 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo Instrumento, e do artigo 7.b da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Ademais, o Tribunal declarou o Estado responsável pela violação do direito à integridade pessoal, reconhecido pelo artigo 5.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com relação ao artigo 1.1 do mesmo Instrumento, em prejuízo de M.B.S. e S.R.S..

I. FATOS

a) O contexto de violência contra a mulher

A violência contra as mulheres no Brasil era, na data dos fatos do presente caso - e continua sendo na atualidade -, um problema estrutural e generalizado.

Entre 2006 e 2010, os dados da Organização Mundial da Saúde sobre os homicídios de mulheres, coletados em 84 países, colocaram o Brasil em sétimo lugar. A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em 2015, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em 2016, qualificaram o Brasil como o país com a quinta taxa mais alta do mundo de homicídios de mulheres por razões de gênero.

Por outro lado, no estado da Paraíba, observa-se que as taxas de homicídio de mulheres entre os anos 1990 e 2000 não variaram substancialmente. No entanto, em 2017, o número de mulheres assassinadas por cada 100 mil habitantes quase duplicou em relação a 1990.

Há um significativo recorte de raça nas mortes violentas de mulheres no Brasil. De forma geral, a taxa de vitimização das mulheres negras no país é 66 vezes superior a de mulheres brancas. O perfil específico de mulheres assassinadas em maior número no Brasil corresponde a mulheres jovens, negras e pobres. De igual modo, entre os anos 2000 e 2017, o número de mulheres negras assassinadas duplicou. Em 2018, a taxa de mulheres negras assassinadas no estado da Paraíba foi quatro vezes maior que a taxa de homicídios de outras mulheres.

b) O homicídio de Márcia Barbosa de Souza

Márcia Barbosa de Souza era uma estudante afrodescendente de vinte anos de idade, em situação de pobreza, residente na cidade de Cajazeiras, localizada no interior do estado da Paraíba, no Brasil. Vivia com seu pai, S.R.S., e sua irmã mais nova, Mt.B.S., e muito próximo da casa de sua mãe, M.B.S..

Em 13 de junho de 1998, Márcia Barbosa e sua irmã Mt.B.S. viajaram a João Pessoa, capital da Paraíba. Em 17 de junho de 1998, aproximadamente às 19 horas, Márcia Barbosa recebeu uma ligação do então Deputado Estadual da Paraíba Aércio Pereira de Lima, quem conhecia desde novembro de 1997. Posteriormente, às 21 horas, Márcia Barbosa e o senhor Pereira se encontraram no Motel Trevo, de onde Márcia conversou com várias pessoas através do celular utilizado pelo senhor Pereira. Uma delas inclusive falou com o então Deputado.

Em 18 de junho de 1998, um transeunte observou que alguém estava retirando o corpo de uma pessoa, posteriormente identificada como o de Márcia Barbosa de Souza, de um veículo em um terreno baldio, no bairro Altiplano Cabo Branco, próximo à mencionada cidade de João Pessoa. Quando o corpo foi encontrado, Márcia Barbosa de Souza apresentava escoriações, hematomas e vestígios de areia. Ademais, a autópsia revelou que a cavidade craniana, torácica, abdominal e o pescoço apresentavam hemorragia interna e, como causa de morte, determinou a asfixia por sufocamento, resultante de uma ação mecânica. Por sua vez, o perito médico-legal que examinou o cadáver determinou que a senhora Barbosa havia sido agredida antes de morrer.

c) Os processos internos

Em 19 de junho de 1998, iniciou-se formalmente a investigação policial sobre a morte de Márcia Barbosa. Em 21 de julho de 1998, o Delegado de Polícia encarregado da investigação emitiu um relatório que indicou a participação direta do então Deputado Aércio Pereira de Lima no crime, além de indícios da participação de outras quatro pessoas: D.D.P.M., L.B.S., A.G.A.M. e M.D.M..

Em 8 de outubro de 1998, em virtude da imunidade parlamentar usufruída pelo então Deputado Estadual, o Procurador-Geral de Justiça apresentou a ação penal perante o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com a reserva de que apenas poderia ter seu início se a Assembleia Legislativa o permitisse. A esse respeito, em 14 de outubro de 1998 e 31 de março de 1999, solicitou-se a respectiva autorização, a qual foi negada em 17 de dezembro de 1998 e 29 de setembro de 1999, respectivamente.

A partir de 12 de abril de 2002, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba realizou diligências que culminaram com o parecer do Procurador-Geral de Justiça. Este argumentou que, em razão das modificações introduzidas pela Emenda Constitucional 35/2001 (doravante denominada "EC 35/2001"), era competência do Poder Judiciário dar continuidade ao caso.

Em 14 de março de 2003, o processo penal contra o senhor Pereira teve início formalmente perante o Juízo de primeira instância de João Pessoa. Em 27 de julho de 2005, foi proferida a sentença de pronúncia, de modo que se confirmou que o acusado seria submetido ao Tribunal do Júri, diante da existência de indícios suficientes de autoria do crime de homicídio qualificado por motivo fútil e mediante asfixia, e por ocultação de cadáver. A defesa do senhor Pereira recorreu. Em 26 de setembro de 2007, o Primeiro Tribunal do Júri de João Pessoa o condenou a 16 anos de prisão pelos delitos de homicídio e ocultação do cadáver de Márcia Barbosa de Souza. Em 27 de setembro de 2007, o senhor Pereira recorreu da sentença. Em 12 de fevereiro de 2008, antes de que tal recurso pudesse ser examinado, Aércio Pereira de Lima morreu de infarto, extinguindo-se, assim, a punibilidade e arquivando-se o caso.

Quanto às investigações conduzidas pela Polícia Civil com relação a D.D.P.M., M.D.M., L.B.S. e A.G.A.M., em março de 2003, o Ministério Público recomendou o arquivamento dos autos por insuficiência de provas, o que foi determinado pelo Juiz.

II. EXCEÇÕES PRELIMINARES E CONSIDERAÇÃO PRÉVIA

O Estado opôs três exceções preliminares. Sobre a alegada incompetência ratione temporis a respeito dos fatos anteriores à data de reconhecimento da competência da Corte, esta encontrou parcialmente fundada a exceção preliminar. Quanto à alegada falta de esgotamento de recursos internos, a Corte desestimou tal exceção. Finalmente, sobre a alegada incompetência ratione personae quanto às vítimas não listadas no Relatório da Comissão, e posteriormente retificada como "questão prévia à análise de mérito", a Corte fez notar que esta alegação não constitui uma exceção preliminar, razão pela qual procedeu a examiná-la no capítulo de consideração prévia. A esse respeito, esse Tribunal considerou como supostas vítimas a mãe e o pai de Márcia Barbosa de Souza, conforme identificados no Relatório de Mérito da Comissão Interamericana.

III. MÉRITO

a) Direitos às garantias judiciais, à igualdade perante a lei e à proteção judicial, com relação às obrigações de respeito e garantia, ao dever de adotar disposições de direito interno e às obrigações previstas no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará

A Corte realizou algumas considerações gerais sobre a imunidade parlamentar, tendo em vista que foi a primeira vez que a analisou no âmbito do direito de acesso à justiça e da obrigação reforçada de investigar com devida diligência. Posteriormente, examinou sua aplicação, no caso concreto, considerando, ademais, que o presente concerne apenas à imunidade parlamentar formal ou processual.

A esse respeito, a Corte assinalou que a imunidade parlamentar é um instituto que foi idealizado como uma garantia de independência do órgão legislativo em seu conjunto e de seus membros, e não pode conceber-se como um privilégio pessoal de um parlamentar. Nessa medida, cumpriria o papel de garantia institucional da democracia. Não obstante, sob nenhuma circunstância, a imunidade parlamentar pode transformar-se em um mecanismo de impunidade, questão que, caso ocorresse, acabaria erodindo o Estado de Direito, seria contrária à igualdade perante a lei e tornaria ilusório o acesso à justiça das pessoas prejudicadas.

O Tribunal considerou que, diante de um caso concreto, a decisão sobre a aplicação ou levantamento da imunidade parlamentar processual pelo órgão parlamentar deve: i) seguir um procedimento célere, previsto em lei ou no regimento interno do órgão legislativo, que contenha regras claras e respeite as garantias do devido processo; ii) incluir um teste de proporcionalidade estrito, através do qual se deve analisar a acusação formulada contra o parlamentar e levar em consideração o impacto ao direito de acesso à justiça das pessoas que podem ser afetadas e as consequências de se impedir o julgamento de um fato delitivo, e iii) ser motivada e ter sua motivação vinculada à identificação e justificativa da existência ou não de um fumus persecutionis no exercício da ação penal proposta contra o parlamentar.

O Tribunal concluiu que o marco jurídico constitucional da Paraíba e regulamentar no Brasil, na data dos acontecimentos, obstaculizou de forma arbitrária o acesso à justiça dos familiares de Márcia Barbosa Souza, ao não prever os critérios que deveriam ser levados em consideração na análise do pedido de licença prévia, a necessidade de motivação da decisão ou o prazo para a decisão final. Ademais, a falta de motivação das duas decisões adotadas pela Assembleia Legislativa da Paraíba indica que esta não procedeu à realização de um teste rigoroso de proporcionalidade, através do qual seria levado em consideração o impacto no direito de acesso à justiça das pessoas que poderiam ser prejudicadas por estas decisões. De igual modo, determinou que a negativa de levantamento da imunidade parlamentar propiciou a impunidade do homicídio da senhora Barbosa de Souza, tornando ilusório o efetivo acesso à justiça de seus familiares no presente caso.

Quanto à investigação sobre os demais suspeitos, a Corte indicou que, apesar dos fortes indícios de que a morte violenta de Márcia Barbosa de Souza foi resultado de violência de gênero, o Estado não realizou qualquer diligência probatória para determiná-la. Ao examinar o acervo probatório do presente caso, a Corte constatou que, embora existissem indícios que apontavam na direção da possível participação de outras pessoas no homicídio de Márcia Barbosa de Souza, não foram realizadas uma série de diligências investigativas relevantes por parte da Polícia Civil da Paraíba, e concluiu que o Estado não cumpriu sua obrigação de atuar com a devida diligência para investigar seriamente e de forma completa a possível participação de todos os suspeitos do homicídio de Márcia Barbosa.

Sobre a garantia do prazo razoável, a Corte considerou que, no presente caso, não era necessário analisar os quatro elementos estabelecidos na sua jurisprudência, uma vez que o atraso no andamento do processo deveu-se principalmente aos quase cinco anos durante os quais a ação penal não pôde ser iniciada, dada a negativa arbitrária por parte da Assembleia Legislativa em conceder a licença prévia para o processo penal do então Deputado Aércio Pereira de Lima. De igual modo, considerou que a aplicação arbitrária da imunidade parlamentar, a demora excessiva e a sensação de impunidade gerada pela falta de resposta judicial agravaram a situação dos familiares de Márcia Barbosa, somados aos quase 10 anos transcorridos desde os fatos do presente caso até a sentença penal condenatória em primeira instância. Portanto, o Tribunal concluiu que o Brasil violou o prazo razoável na investigação e na tramitação do processo penal relacionados com o homicídio de Márcia Barbosa de Souza.

Com relação à alegada utilização de estereótipos de gênero nas investigações, a Corte recordou sua jurisprudência sobre o alcance e o conteúdo dos artigos 1.1 e 24 da Convenção Americana e verificou que, no caso sub judice, existiu uma intenção de desvalorizar a vítima mediante a neutralização de valores. Com efeito, durante toda a investigação e o processo penal, o comportamento e a sexualidade de Márcia Barbosa passaram a ser um tema de especial atenção, provocando a construção de uma imagem de Márcia como geradora ou merecedora do ocorrido e desviando o foco das investigações por meio de estereótipos relacionados com aspectos de sua vida pessoal, que, por sua vez, foram utilizados como fatos relevantes para o próprio processo. Assim, o Tribunal concluiu que a investigação e o processo penal relacionados ao homicídio de Márcia Barbosa de Souza tiveram um caráter discriminatório por razão de gênero e não foram conduzidos com uma perspectiva de gênero de acordo com as obrigações especiais impostas pela Convenção de Belém do Pará.

Diante de todo o exposto, a Corte considerou que o Brasil violou os direitos às garantias judicias, à igualdade perante a lei e à proteção judicial, estabelecidos nos artigos 8.1, 24 e 25 da Convenção Americana, com relação aos artigos 1.1 e 2 do referido tratado, bem como às obrigações contempladas no artigo 7.b da Convenção de Belém do Pará, em prejuízo da senhora M.B.S. e do senhor S.R.S..

b) Direito à integridade pessoal dos familiares de Márcia Barbosa de Souza

A Corte apontou que o acervo probatório do presente caso permitiu constatar que a senhora M.B.S. e o senhor S.R.S. padeceram de um profundo sofrimento e angústia em detrimento de sua integridade psíquica e moral, devido: i) ao homicídio de sua filha; ii) à atuação das autoridades estatais durante a investigação sobre o ocorrido; iii) à cobertura midiática do caso que especulou sobre a vida pessoal e a sexualidade de Márcia e reforçou estereótipos de gênero; e iv) à homenagem realizada ao ex-deputado no Salão Nobre da Assembleia Legislativa da Paraíba e ao luto oficial decretado por três dias, apesar da existência de uma condenação em primeira instância pelo homicídio de sua filha, Márcia Barbosa.

Com base nas considerações anteriores, o Tribunal concluiu que o Estado violou o direito à integridade pessoal reconhecido no artigo 5.1 da Convenção Americana, com relação ao artigo 1.1 do mesmo Instrumento, em prejuízo da senhora M.B.S. e do senhor S.R.S..

IV. REPARAÇÕES

A Corte estabeleceu que a sua sentença constitui, por si mesma, uma forma de reparação. Outrossim, ordenou ao Estado do Brasil as seguintes medidas de reparação integral:

a) Medidas de satisfação: 1) a publicação e a difusão da Sentença e de seu resumo oficial, e 2) a realização de um ato de reconhecimento de responsabilidade internacional;

b) Garantias de não repetição: 1) o desenho e a implementação de um sistema nacional e centralizado de recopilação de dados que permitam a análise quantitativa e qualitativa de fatos de violência contra as mulheres e, em particular, de mortes violentas de mulheres, 2) criação e implementação de um plano de formação, capacitação continuada e sensibilização das forças policiais responsáveis pela investigação e de operadores da Justiça do Estado da Paraíba, com perspectiva de gênero e raça, 3) uma jornada de reflexão e sensibilização na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba sobre o impacto do feminicídio, a violência contra a mulher e a utilização da figura da imunidade parlamentar, e 4) a adoção e implementação de um protocolo nacional para a investigação de feminicídios; e

c) Indenizações compensatórias: pagar os valores fixados na Sentença em virtude da impossibilidade de reabrir a investigação policial sobre os outros possíveis partícipes do homicídio de Márcia Barbosa de Souza; a título de indenização por danos materiais e imateriais; pelo reembolso das custas e gastos, e o montante que permita à senhora M.B.S. arcar com os custos dos tratamentos médico, psicológico e/ou psiquiátrico que sejam necessários.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos supervisionará o cumprimento integral da Sentença, no exercício de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e dará por concluído o caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto na Sentença.

O texto da Sentença, na íntegra, pode ser consultado através do seguinte link: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf>.

* Integrada pelos seguintes juízes e juíza: Elizabeth Odio Benito, Presidenta; L. Patricio Pazmiño Freire, Vice-presidente; Humberto Antonio Sierra Porto, Juiz; Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, Juiz; Eugenio Raúl Zaffaroni, Juiz; y Ricardo Pérez Manrique, Juiz. Presentes, ademais, o Secretário Pablo Saavedra Alessandri e a Secretária Adjunta Romina I. Sijniensky. O Juiz Eduardo Vio Grossi não participou da deliberação e assinatura da Sentença por motivo de força maior.

** A pedido dos representantes, a Corte ordenou a reserva da identidade dos familiares de Márcia Barbosa de Souza.

PORTARIA Nº 527, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, com fundamento na decisão proferida nos autos da Execução em Mandado de Segurança nº 24902/DF (2021/0362705-7), na Nota Técnica nº 2/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 24 de fevereiro de 2022, e no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46528, resolve:

Declarar JOSÉ TEIXEIRA, filho de DORALICE BULAMARQUE TEIXIRA, anistiado político post mortem, concedendo em favor dos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, referente ao período compreendido entre 28/12/1965 a 26/7/1972, totalizando 7 (sete) anos de perseguição, no valor correspondente a 210 (duzentos e dez) salários mínimos, obedecendo ao teto legal de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 401, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Exclui proposta do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.173, de 23 de novembro de 2020, que cancela propostas de recursos financeiros de Capital destinados à execução de obras de construção de UPA 24h e as propostas de recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Urgência e Emergência repassados aos Estados e Municípios; e

Considerando o Parecer Técnico nº 1460/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.113158/2013-01, resolve:

Art. 1º Fica excluída, do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.173, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 224, de 24 de novembro de 2020, seção 1, páginas 62 e 64, a seguinte proposta:

UF	MUNICÍPIO	PROGRAMA	TIPO	PROPONENTE	PORTE	PROPOSTA SISMOB/ FNS/MS UPA 24h	NUP/SEI	PORTARIA DE REF. INVEST. UPA 24h	VALOR DA PROPOSTA (R$)	VALOR REPASSADO UPA 24h (R$)	PROPOSTA FNS/MS EQUIPAMENTOS	PORTARIA DE REF. EQUIPAMENTOS	VALOR REPASSADO EQUIPAMENTOS
TO	Augustinópolis	2013 PAC2	nova	SMS	I	11421.097000/1130-04	25000.113158/2013-01	PORTARIA GM/MS nº 1.580, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	R$ 2.200.000,00	R$ 2.200.000,00			

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CAMARA MEDEIROS PARENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 134, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unaí.

CNPJ: 20.210.522/0001-25

Município/UF: Unaí/MG.

Título do projeto: Transporte com Acessibilidade.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: Exercício de 2019.

Processo NUP: 25000.025883/2018-29

Embasamento: Parecer de Mérito nº 75/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025084944).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 135, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise(s) de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito doPrograma Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho.

CNPJ: 75.437.053/0001-73

Município/UF: Pinhalzinho/SC

Título do projeto: Os animais como co-terapeutas e facilitadores do processo de reabilitação/habilitação da pessoa com deficiência.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercícios de 2020.

Processo NUP: 25000.497051/2017-20

Embasamento: Parecer de Mérito nº 89/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025143840)

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 136, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB.

CNPJ: 58.106.519/0004-81

Município/UF: Goiânia/GO.

Título do projeto: Movimento: Natação e Iniciação Esportiva para Pessoa com Deficiência.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercícios de 2020

Processo NUP: 25000.017264/2018-61

Embasamento: Parecer de Mérito Nº 67/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025062185).

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 137, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: AMA - Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos.

CNPJ: 11.408.672/0001-57

Município/UF: Campos Novos/SC

Título do projeto: Centro de Equoterapia AMA Campos Novos.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS

Tipo de análise: Execução Física

Período analisado: Exercício 2020

Processo NUP: 25000.015626/2019-60

Embasamento: Parecer de Mérito nº 83/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025120402).

Resultado: Aprovado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 138, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Instituto Olga Kos Inclusão Cultural.

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Município/UF: São Paulo.

Título do projeto: Cidade Inclusiva - Mobilidade e autonomia.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: Exercício de 2020.

Processo NUP: 25000.006594/2019-10

Embasamento: Parecer de Mérito nº 79/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025099922).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 139, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Instituto Olga Kós de Inclusão Cultural.

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Município/UF: São Paulo/SP

Título do projeto: Corpo Sonoro - Ensaio de Inclusão

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: Exercício 2020.

Processo NUP: 25000.006499/2019-16

Embasamento: Parecer de Mérito nº 78/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025095354).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 140, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canguçu.

CNPJ: 91.989.947/0001-22

Município/UF: Canguçu/RS.

Título do projeto: Acessibilidade, prevenção e diagnóstico precoce.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: Exercício de 2020.

Processo NUP: 25000.003516/2019-55

Embasamento: Parecer de Mérito nº 86/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025132907).

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 141, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Nome da instituição: Pequeno Cotolengo do Paranaense.

CNPJ: 76.610.690/0001-62.

Município/UF: Curitiba/PR.

Nome do projeto: Projeto Gerar: ampliando impacto no atendimento à saúde da pessoa com deficiência.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: execução física.

Período analisado: exercício de 2019.

Processo NUP: 25000.000869/2017-31.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 71/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025073050).

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 142, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes

CNPJ: 83.824.771/0001-20

Município/UF: Navegantes/SC

Título do projeto: Centro Especializado em Reabilitação Física, Intelectual e Autismo da APAE Navegantes.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercícios de 2019

Processo NUP: 25000.018861/2018-11

Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 70/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025069932)

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 143, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Fundação Síndrome de Down.

CNPJ: 52.366.838/0001-05.

Município/UF: Campinas/SP.

Título do projeto: Ateliê Aberto.

Responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: 2019.

Processo NUP: 25000.000038/2017-60.

Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 56/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0024985838).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 144, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus.

CNPJ: 53.221.255/0002-21

Município/UF: Jaci/SP.

Título do projeto: Transpondo Barreiras, Ultrapassando Limites

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Período analisado: Exercício 2019.

Processo NUP: 25000.200502/2016-35

Embasamento: Parecer de Mérito nº 76/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025085897).

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 148, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Piraúba.

CNPJ: 26.136.523/0001-53

Município/UF: Piraúba/MG

Título do projeto: Reabilitação domiciliar, buscando proporcionar melhoria na qualidade de vida à pessoa com deficiência.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução Física

Período analisado: Exercício 2019

Processo NUP: 25000.199593/2016-59

Embasamento: Parecer de Mérito nº 91/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025150049)

Resultado: Aprovado

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 151, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Pontas.

CNPJ: 17.961.194/0001-94

Município/UF: Três Pontas/MG

Título do projeto: Olhar para o Futuro - Planejamento de migração para Centro Especializado em Reabilitação - tipo II

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercícios de 2019

Processo NUP: 25000.057438/2015-85

Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 84/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025120663)

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 59, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 2 12 22 RJ 01
I - denominação: Hospital São Lucas / Impar Serviços Hospitalares SA
II - CNPJ: 60.884.855/0016-30
III - CNES: 7474059
IV - endereço: Travessa Frederico Pamplona, nº 32, 29 32 S C Ramos 173, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.061-080.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 21 11 SP 15
I - denominação: Fundação Centro Médico de Campinas
II - CNPJ: 44.595.700/0001-41
III - CNES: 2079666
IV - endereço: Rua Dr. Edilberto Luiz Pereira da Silva, nº 929, Bairro: Cidade Universitária, Campinas/SP, CEP: 13.083-190.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

RIM: 24.08

RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 2 01 15 RJ 07
I - denominação: Hospital São José do Avai
II - CNPJ: 29.640.612/0001-20
III - CNES: 2278855
IV - endereço: Rua Coronel Luiz Ferraz, nº 397, Bairro: Centro, Itaperuna/RJ, CEP: 28.300-000.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

FÍGADO: 24.09

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 2 02 01 PE 08
I - denominação: Hospital Jayme da Fonte / Organização Hospitalar de Pernambuco LTDA
II - CNPJ: 11.452.240/0001-43
III - CNES: 2352516
IV - endereço: Rua das Pernambucanas, nº 107, Bairro: Graças, Recife/PE, CEP: 52.011-010.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CORAÇÃO: 24.11
PERNAMBUCO

Nº do SNT: 2 03 18 PE 01
I - denominação: Hospital Jayme da Fonte / Organização Hospitalar de Pernambuco LTDA
II - CNPJ: 11.452.240/0001-43
III - CNES: 2352516
IV - endereço: Rua das Pernambucanas, nº 107, Bairro: Graças, Recife/PE, CEP: 52.011-010.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SERGIPE

Nº do SNT: 2 11 01 SE 03
I - denominação: Instituto de Olhos Dr. Cristiano Mendonça / Camargo Mendonça LTDA
II - CNPJ: 03.495.529/0001-11
III - CNES: 0003581
IV - endereço: Rua Itabaiana, nº 758, Térreo, Bairro: Centro, Aracaju/SE, CEP: 49.015-110.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 2 11 02 MG 10
I - denominação: Hosp das Clínicas da Univ Fed de Minas Gerais - EBSERH
II - CNPJ: 15.126.437/0015-49
III - CNES: 0027049
IV - endereço: Avenida Alfredo Balena, nº 110, Bairro: Sta Efigenia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-100.

Nº do SNT: 2 11 18 MG 01
I - denominação: HOLHOS Hospital de Olhos de Uberlândia / HBC Hospital Brasil Central LTDA
II - CNPJ: 10.951.450/0001-13
III - CNES: 6430600
IV - endereço: Avenida Marcos de Freitas Costa, nº 855, Sala 1, Bairro: Daniel Fonseca, Uberlândia/MG, CEP: 38.400-328.

Art. 7º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 12 99 SP 37
I - denominação: Fundação Dr. Amaral Carvalho / Hospital Amaral Carvalho Jaú
II - CNPJ: 50.753.755/0001-35
III - CNES: 2083086
IV - endereço: Rua Dona Silveria, nº 150, Caixa Postal 1.038, Chac. Braz Miraglia, Jaú/SP, CEP: 17.210-080.

Art. 8º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09
SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 02 22 SP 04
I - responsável técnico: Felipe Sbrolini Borges, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 151140 - SP;
II - membro: Tiago Emanuel de Souza, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 145172 - SP;
III - membro: Stefany Figueiredo de Lima Cruz, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 168261 - SP;
IV - membro: Vanessa Suemi Takenaka, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 177192 - SP;
V - membro: Rogerio Camargo Pinheiro Alves, gastroenterologista, CRM 98749 - SP;
VI - membro: Claudio Ozzetti, anestesiologista, CRM 111284 - SP;
VII - membro: Rodolfo de Melo Rebuglio, anestesiologista, CRM 117766 - SP.

Nº do SNT: 1 02 22 SP 05
I - responsável técnico: Felipe Sbrolini Borges, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 151140 - SP;
II - membro: Tiago Emanuel de Souza, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 145172 - SP;
III - membro: Stefany Figueiredo de Lima Cruz, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 168261 - SP;
IV - membro: Vanessa Suemi Takenaka, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 177192 - SP;
V - membro: Rogerio Camargo Pinheiro Alves, gastroenterologista, CRM 98749 - SP;
VI - membro: Claudio Ozzetti, anestesiologista, CRM 111284 - SP;
VII - membro: Rodolfo de Melo Rebuglio, anestesiologista, CRM 117766 - SP.

Art. 9º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 22 SP 06
I - responsável técnico: Jose Luiz Mentone Raszl, oftalmologista, CRM 40622 - SP.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 12 22 RJ 05
I - responsável técnico: Daniel Alves Ramallo, ortopedistra e traumatologista, CRM 870137 - RJ;
II - membro: Eduardo Rinaldi Regado, ortopedista e traumatologista, CRM 608654 - RJ;
III - membro: Glaucio Sales de Lima Siqueira, ortopedista e traumatologista, CRM 758990 - RJ;
IV - membro: Jose Leonardo Rocha de Faria, ortopedista e traumatologista, CRM 860026 - RJ;
V - membro: Júllio Cézar Venâncio Ferreira, ortopedista e traumatologista, CRM 996076 - RJ;
VI - membro: Leandro Albuquerque Lemgruber Kropf, ortopedista e traumatologista, CRM 759767 - RJ;
VII - membro: Leonardo de Oliveira e Xerez, ortopedista e traumatologista, CRM 491826 - RJ;
VIII - membro: Lucas Ascenção Barros, ortopedista e traumatologista, CRM 936367 - RJ;
IX - membro: Luiz Felippe Mokdeci Martins de Oliveira, ortopedista e traumatologista, CRM 1084577 - RJ.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 01 15 RJ 38
I - responsável técnico: Rosa Mello de Malta Picanço, nefrologista, CRM 692581 - RJ;
II - membro: Rodrigo da Costa Amil, cirurgião geral, CRM 725099 - RJ;
III - membro: Ademir Amil de Oliveira, cirurgião geral e cancerologista, CRM 882577 - RJ;
IV - membro: Frederico Reis Bastos, urologista, CRM 780189 - RJ;
V - membro: Fabiano de Oliveira Fernandes, urologista, CRM 762059 - RJ;
VI - membro: Rafael Alves Abud, anestesiologista, CRM 627313 - RJ;
VII - membro: Guilherme Furtado Lima, anestesiologista, CRM 871745 - RJ;
VIII - membro: Camila Athayde Carpi, anestesiologista, CRM 719080 - RJ;
IX - membro: Marcus de Paula Thurler Mendonça, anestesiologista, CRM 719129 - RJ;
X - membro: Alahyr Guimarães Gouveia Neto, anestesiologista, CRM 1070924 - RJ;
XI - membro: Marcos Oliveira Haddad, anestesiologista, CRM 562765 - RJ;
XII - membro: Marcio Pereira da Silva Júnior, intensivista, CRM 659860 - RJ;
XIII - membro: Márcio Assis Messias Filho, intensivista, CRM 976113 - RJ;
XIV - membro: Humberto de Campos de Souza Tinoco, nefrologista, CRM 21201 - RJ;
XV - membro: Daniel Castro Crespo, nefrologista, CRM 931969 - RJ.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09
SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 02 18 SP 07
I - responsável técnico: Vincenzo Pugliese, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 48438 - SP;
II - membro: Paulo Celso Bosco Massarollo, gastroenterologista e cirurgião geral, CRM 45046 - SP;
III - membro: Iron Pires de Abreu Neto, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 147920 - SP;
IV - membro: Rogerio Povoa Barbosa, anestesiologista, CRM 108354 - SP;
V - membro: Alexandre Pereira de Oliveira, anestesiologista, CRM 100645 - SP;
VI - membro: Adavio de Oliveira e Silva, hepatologista, CRM 13739 - SP.

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 1 02 99 PE 02
I - responsável técnico: Claudio Moura Lacerda de Melo, cirurgião geral, CRM 4545 - PE;
II - membro: Américo Gusmão Amorim, cirurgião geral, CRM 5898 - PE;
III - membro: Olival Cirilo Lucena da Fonsêca Neto, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 11542 - PE;
IV - membro: José Olimpio Maia de Vasconcelos Filho, cirurgião vascular, CRM 4777 - PE;
V - membro: Laecio Leitao Batista, radiologista intensivista, CRM 12582 - PE;
VI - membro: Gustavo Michel da Cunha Cruz, anestesiologista, CRM 14141 - PE;
VII - membro: Helry Luiz Lopes Candido, cirurgião geral, CRM 11545 - PE;
VIII - membro: Fernando Jorge Diniz Cavalcanti, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 20235 - PE;
IX - membro: Carolina Gonçalves Borges, cirurgiã geral, CRM 22921 - PE;
X - membro: Ligia Patricia de Carvalho Batista Eboli, gastroenterologista pediátrica, CRM 17154 - PE;
XI - membro: Paulo Sergio Vieira de Melo, cirurgião geral, CRM 10218 - PE;
XII - membro: Bernardo Times de Carvalho, gastroenterologista, CRM 17444 - PE.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11
PERNAMBUCO

Nº do SNT: 1 03 99 PE 03
I - responsável técnico: Diogo Luiz de Magalhaes Ferraz, cirurgião cardiovascular, CRM 19466 - PE;
II - membro: Daniel Diniz Correia, anestesiologista, CRM 16139 - PE;
III - membro: Cristiano Berardo Carneiro da Cunha, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 16104 - PE;
IV - membro: Fernando Augusto M. dos Santos Figueira, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 15687 - PE;
V - membro: Rodrigo Mezzalira Tchaick, cirurgião cardiovascular, CRM 18659 - PE;
VI - membro: Leonardo Godoy de Mello Motta, cardiologista, CRM 15798 - PE;
VII - membro: Alexandre Dubeux Dourado, anestesiologista, CRM 17739 - PE;
VIII - membro: Maria Fernanda Bitu Rabêlo Berardo, anestesiologista, CRM 16115 - PE;
IX - membro: Rodrigo Jose Floro Luciano da Silva, anestesiologista, CRM 18405 - PE;
X - membro: Andresa Cavalcante Rodrigues, anestesiologista, CRM 17434 - PE;
XI - membro: Igor Tiago Correia Silva, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 17859 - PE.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SERGIPE

Nº do SNT: 1 11 01 SE 06
I - responsável técnico: Cristiano de Queiroz Mendonca, oftalmlogista, CRM 1716 - SE.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 11 02 MG 17
I - responsável técnico: Anna Christina Higino Rocha, oftalmologista, CRM 30953 - MG;
II - membro: Frederico Bicalho Dias da Silva, oftalmologista, CRM 29278 - MG;
III - membro: Nancy Chang, oftalmologista, CRM 51558 - MG;
IV - membro: Sabrina Cavaglieri Silva, oftalmologista, CRM 45931 - MG.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 21 11 SP 30
I - responsável técnico: Leandro Celso Grilo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 28998 - SP;
II - membro: Acacira Araujo Grilo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 96624 - SP;
III - membro: Camila Garcia Ferrari, hematologista e hemoterapeuta, CRM 120859 - SP;
IV - membro: Patricia Gama, hematologista e hemoterapeuta, CRM 80550 - SP;
V - membro: Vinicius Borges Grilo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 130949 - SP.

Art. 16 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 60, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação de autorização a estabelecimento de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central Estadual de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
PARÁ

Nº do SNT: 2 11 00 PA 04
I - denominação: Clínica de Olhos Dr. Sérgio Cruz LTDA / Centro Ocular
II - CNPJ: 83.338.897/0001-95
III - CNES: 3832325
IV - endereço: Av. Almirante Wandernkolk, nº 1.094, Bairro: Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-030.

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria - para estabelecimento de saúde - terá validade até maio/2023, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017 e conforme solicitação da Central Estadual de Transplantes do Pará.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 61, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Inclui membro em equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 6º da Portaria SAES/MS nº 6, de 4 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 4, de 6 de janeiro de 2022, seção 1, página 53, o membro a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
BAHIA

Nº do SNT: 1 21 10 BA 06
IX - membro: Caroline Lang Burak, hematologista e hemoterapeuta pediátrica, CRM 17753 - BA.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 2º, da Portaria SAES/MS nº 356, de 31 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 9 de abril de 2021, seção 1, página 185, o membro a seguir:

RIM: 24.08
PARANÁ

Nº do SNT: 1 01 02 PR 05
XII - membro: Tadeu Penteado Virmond Filho, cirurgião vascular, CRM 33335 - PR.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 9º, da Portaria SAES/MS nº 779, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 27 de junho de 2019, seção 1, página 76, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 01 SP 68
IV - membro: Marcela Feltrin de Barros, oftalmologista, CRM 181960 - SP.

Art. 4º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 7º, da Portaria SAS/MS nº 1.190, de 31 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 148, de 02 de agosto de 2018, seção 1, página 58, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SANTA CATARINA

Nº do SNT: 1 11 11 SC 04
VIII - membro: Gabriela Coutinho Cavalieri, oftalmologista, CRM 22348 - SC.

Art. 5º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 16, da Portaria SAS/MS nº 1.578, de 03 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 196, de 10 de outubro de 2018, seção 1, páginas 64 e 65, os membros a seguir:

CORAÇÃO: 24.11
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 03 07 RJ 21
XV - membro: Carlos Michiles Barreto, cirurgião vascular, CRM 583388 - RJ;
XVI - membro: Marcello Gomide Campos de Faria, cirurgião cardiovascular, CRM 667188 - RJ;
XVII - membro: Renato Toledo Maciel, anestesiologista, CRM 760803 - RJ;
XVIII - membro: Gabriel de Almeida Machado, anestesiologista, CRM 1057898 - RJ;
XIX - membro: Bernardo Gosling Telles de Souza, anestesiologista, CRM 944378 - RJ;
XX - membro: Alexandre Fernandes da Silva, anestesiologista, CRM 624314 - RJ;
XXI - membro: Paulo Artur de Araujo Amorim, cirurgião vascular, CRM 862711 - RJ;
XXII - membro: Rafael Borges Gomes, cirurgião cardiovascular, CRM 816000 - RJ;
XXIII - membro: Marcelo Biaggio Solano, anestesiologista, CRM 704555 - RJ.

Art. 6º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 10, da Portaria SAS/MS nº 1.364, de 31 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 04 de setembro de 2018, seção 1, páginas 32 e 33, os membros a seguir:

RIM: 24.08
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 01 02 MG 52
XII - membro: Fabricio Augusto Marques Barbosa, nefrologista, CRM 38107 - MG;
XIII - membro: Márcia Helena Ferreira Goulart de Abreu, nefrologista, CRM 44843 - MG;
XIV - membro: Alisson Barbosa Ferreira, cirurgião geral, CRM 66531 - MG.

Art. 7º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 6º, da Portaria SAES/MS nº 563, de 12 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 93, de 19 de maio de 2021, seção 1, página 232, o membro a seguir:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
DISTRITO FEDERAL

Nº do SNT: 1 12 21 DF 02
V - membro: Paulo Henrique Mendes de Araujo, ortopedista e traumatologista, CRM 13519 - DF.

Art. 8º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 15, da Portaria SAS/MS nº 78, de 22 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 18, de 25 de janeiro de 2019, seção 1, página 34, o membro a seguir:

RIM: 24.08
PARÁ

Nº do SNT: 1 01 12 PA 05
XII - membro: Allan Roberto Marques Silva, nefrologista, CRM 8387 - PA.

Art. 9º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 10, da Portaria SAES/MS nº 1.070, de 11 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 179, de 16 de setembro de 2019, seção 1, página 96, os membros a seguir:

RIM: 24.08
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 01 05 RJ 05
VI - membro: Ricardo Ribas de Almeida Leite, cirurgião geral e urologista, CRM 871850 - RJ;
VII - membro: Rivaldo Jose Melo Tavares, cirurgião geral e vascular, CRM 872652 - RJ;
VIII - membro: Thiago Felix Froede, cirurgião geral e urologista, CRM 987891 - RJ.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 62, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Substitui responsável técnico de equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico Vivian Aparecida Zanao, pediatra, CRM 83341 - SP, constante no art. 3º, da Portaria SAES/MS nº 824, de 16 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 157, de 19 de agosto de 2021, seção 1, página 82, conforme nº de SNT 1 21 21 SP 27, e nomeado como responsável técnico pela equipe, Virginio Climaco de A. Fernandes Junior, cancerologista pediátrico, CRM 110817 - SP.

Art. 2º Fica substituído o responsável técnico Eduardo Vinicius Botelho, nefrologista, CRM 27075 - MG, constante no art. 10, da Portaria SAS/MS nº 1.364, de 31 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 04 de setembro de 2018, seção 1, páginas 32 e 33, conforme nº de SNT 1 01 02 MG 52, e nomeado como responsável técnico pela equipe, Fabricio Augusto Marques Barbosa, nefrologista, CRM 38107 - MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 63, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Exclui membro de equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pelo art. 6º, da Portaria SAES/MS nº 6, de 04 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 4, de 06 de janeiro de 2022, seção 1, página 53, o membro a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

BAHIA

Nº do SNT: 1 21 10 BA 06
II - membro: Marco Aurelio Salvino de Araujo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 17646 - BA.

Art. 2º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pelo art. 9º, da Portaria SAES/MS nº 934, de 16 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 179, de 21 de setembro de 2021, seção 1, página 85, o membro a seguir:

RIM: 24.08

PARANÁ

Nº do SNT: 1 01 01 PR 20
I - responsável técnico: Rafael de Souza Pine, nefrologista, CRM 34555 - PR.

Art. 3º Ficam excluídos da equipe de transplante habilitada pelo art. 10, da Portaria SAS/MS nº 1.364, de 31 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 04 de setembro de 2018, seção 1, páginas 32 e 33, os membros a seguir:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 01 02 MG 52
II - responsável técnico: Eduardo Vinícius Botelho, nefrologista, CRM 27075 - MG;
III - membro: Cristiane Nahas Lara Camargos, nefrologista, CRM 26114 - MG;
IV - membro: Mitico Yokota, nefrologista, CRM 18436 - MG;
V - membro: Telmo de Andrade Oliveira, nefrologista, CRM 34117 - MG;
VII - membro: Jose Cicero Leite de Castro, urologista, CRM 17570 - MG;
VIII - membro: Isadora Mota Aguiar, cirurgiã geral, CRM 60138 - MG.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 64, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Exclui responsável técnico e respectiva equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GN/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00, resolve:

Art. 1º Fica excluído o responsável técnico Fernando Sergio Blumm Ferreira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 11650 - DF e a respectiva equipe constante no art. 5º, da Portaria SAES/MS nº 1.114, de 06 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 236, de 10 de dezembro de 2020, seção 1, página 173, conforme nº de SNT 1 21 20 DF 09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 65, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimentos de saúde.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a seção IX, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.022203/2022-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL B: 24.27

SÃO PAULO

I - denominação: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu
II - CNPJ: 46.230.439/0001-01
III - CNES: 2748223
IV - endereço: Avenida Professor Mario Rubens Guimarães Montenegro, S/N, Bairro: Unesp Campus de Botu, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

Art. 2º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL D: 24.29

MINAS GERAIS

I - denominação: Clínicas Integradas Hospital Universitário Mário Palmério
II - CNPJ: 25.452.301/0005-00
III - CNES: 2195585
IV - endereço: Avenida Nene Sabino, nº 2.477, Bairro: Santos Dumont, Uberaba/MG, CEP: 38.050-501.

Art. 3º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL D: 24.29

PARANÁ

I - denominação: União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer / Hospital do Câncer de Cascavel - UOPECCAN
II - CNPJ: 81.270.548/0001-53
III - CNES: 2740338
IV - endereço: Rua Itaquatiaras, nº 769, Bairro: Santo Onofre, Cascavel/PR, CEP: 85.806-300.

Art. 4º As classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 228, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, terão validade pelo período de dois anos, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 66, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.312, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.313, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 16/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.022203/2022-00; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria GM/MS nº 1.314, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

GOIÁS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunologia de Transplantes de Goiás - HLAGYN	CNPJ: 07.478.804/0001-40 CNES: 3781453

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

GOIÁS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunologia de Transplantes de Goiás - HLAGYN	CNPJ: 07.478.804/0001-40 CNES: 3781453

Art. 3º A renovação de autorização e o recadastramento concedido por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAIRA BATISTA BOTELHO

RETIFICAÇÃO

No art. 8º da Portaria SAES/MS nº 35, de 21 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 28 de janeiro de 2022, seção 1, página 130,

Onde se lê:

Art. 8º .....

MARANHÃO:

Nº do SNT: 1 11 22 ES 01
I - responsável técnico: Luis Augusto Marinho Aranha, oftalmologista, CRM 2847 - MA.

Leia-se:

Art. 8º .....

MARANHÃO

do SNT: 1 11 22 MA 01
I - responsável técnico: Luis Augusto Marinho Aranha, oftalmologista, CRM 2847 - MA

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

PORTARIA Nº 2, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições e conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria nº 151/SAS/MS, de 25 de junho de 2003;

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº 168/SAS/MS, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRAC/SAES/MS;

Considerando o Art. 23, da RN nº 358, datado de 27 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS;

Considerando o constante dos autos do processo nº 25000.016135/2022-31, resolve:

Art. 1º - Cadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionados:

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - ANS nº 33967-9

NOME	CPF	REGISTRO
Caroline Tiago de Oliveira	310.392.168-38	COREN - SP 000.162.242

Quallity Pró Saúde Plano de Assistência Médica Ltda. - ANS nº 418170

NOME	CPF	REGISTRO
André Luiz de Oliveira	710.986.581-91	COREN - DF 000.696.379
Dirceu Soares Neves	004.212.791-25	COREN - DF 000.325.843
Tamiris Rodrigues Gomes	049.758.781-51	COREN - DF 000.434.061

Associação Saúde Conceição - ANS nº 330892

NOME	CPF	REGISTRO
Pericles Brasil Spártalis Júnior	004.754.949-11	CRM - SC 11672
Márcia Maria Gonçalves	206.300.818-32	COREN - SC 000.177.542

Art. 2º - Descadastrar a profissional de saúde, da atribuição de auditora da Operadora de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionado:

Quallity Pró Saúde Plano de Assistência Médica Ltda. - ANS nº 418170

NOME	CPF
Sirlene Silva de Oliveira Rebouças	872.040.615-00

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - RA Nº 74, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, em vista do que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e o inciso II do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, adotou a seguinte Resolução Normativa, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução Administrativa dispõe sobre a política de gestão de riscos da ANS.

Art. 2º A política de gestão de riscos de que trata esta Resolução Administrativa visará o desenvolvimento, disseminação e implementação de metodologias de gerenciamento de riscos institucionais, com vistas a apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação e utilização eficaz dos recursos disponíveis, contribuindo para o cumprimento dos objetivos da ANS.

Art. 3º Para fins desta Resolução Administrativa, considera-se:

I - apetite ao risco: o nível de risco que está dentro de padrões considerados institucionalmente razoáveis;

II - atividade: ação executada com a finalidade de dar suporte aos objetivos da entidade;

III - consequência: o grau ou importância dos efeitos da ocorrência de um risco, estabelecido a partir de uma escala pré-definida de consequências possíveis;

IV - curto prazo: até um ano;

V - eventos: ocorrência gerada com base em fontes internas ou externas que pode causar impacto negativo, positivo ou ambos, sendo que os eventos que causam impacto negativo representam riscos negativos e aqueles que causam impacto positivo representam riscos positivos;

VI - gestão de riscos: o conjunto de ações direcionadas ao desenvolvimento, disseminação e implementação de metodologias de gerenciamento de riscos institucionais, objetivando apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação e utilização eficaz dos recursos disponíveis, contribuindo para o cumprimento dos objetivos da ANS;

VII - gerenciamento de riscos: processo contínuo que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar eventos capazes de afetar, positiva ou negativamente, os objetivos, processos de trabalho e projetos da ANS, nos níveis estratégico, tático e operacional;

VIII - incerteza: é o estado, mesmo que parcial, da deficiência das informações relacionadas a um evento, sua compreensão, seu conhecimento, sua consequência ou sua probabilidade;

IX - longo prazo: superior a dois anos;

X - macroprocesso: grandes conjuntos de atividades pelos quais a entidade cumpre a sua missão, gerando valor;

XI - mapa de riscos: registro formal através do qual o gestor insere os riscos identificados, assim como as ações mínimas referentes ao gerenciamento;

XII - médio prazo: superior a um e inferior ou igual a dois anos;

XIII - nível de risco: o nível de criticidade do risco, assim compreendido o quanto um risco pode afetar os objetivos, processos de trabalho e projetos da ANS, a partir de escala predefinida de criticidades possíveis;

XIV - parâmetros de medição de riscos: as informações quantitativas ou qualitativas, obtidas direta ou indiretamente, que permitam avaliar as dimensões dos riscos identificados a partir da probabilidade de sua ocorrência e das consequências possíveis;

XV - probabilidade: é a chance de o risco acontecer, estabelecida a partir de uma escala predefinida de probabilidades possíveis;

XVI - processo de trabalho: conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que representam os métodos de execução de um trabalho necessário para alcançar um objetivo;

XVII - risco: a possibilidade de que um evento ocorra e afete, positivamente (risco positivo ou oportunidade) ou negativamente (risco negativo), os objetivos, processos de trabalho ou projetos da ANS;

XVIII - risco de gestão: definido como a estimativa das perdas diretas ou indiretas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos relacionados aos objetivos orçamentários, financeiros, patrimonial, desenvolvimento institucional, incluindo a capacidade de crescimento e aprendizagem;

XIX - risco estratégico: definido como a estimativa das perdas diretas ou indiretas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos relacionados aos objetivos de alto nível, assim entendidos, os que dão suporte e estejam alinhados à missão institucional;

XX - risco inerente: é o nível de risco ao qual se estaria exposto caso não houvesse nenhum controle implantado;

XXI - risco operacional: estimativa das perdas diretas ou indiretas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos;

XXII - risco residual: o nível de risco existente considerando os controles;

XXIII - subprocesso de trabalho: processos em um nível com maior detalhamento, que demonstram os fluxos de trabalho e as atividades sequenciais e interdependentes, necessários e suficientes para a execução de cada processo de trabalho da entidade; e

XXIV - vulnerabilidade: quaisquer deficiências em processos de trabalho, projetos, legislação, sistemas informatizados, gestão de pessoal, recursos logísticos, recursos orçamentários e de segurança da informação, que possam comprometer o atingimento dos objetivos estratégicos, a imagem e a missão da ANS.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Princípios

Art. 4º A política de gestão de riscos da ANS observará os seguintes princípios:

I - agregar valor e proteger o ambiente institucional;

II - ser parte integrante dos processos organizacionais;

III - subsidiar a tomada de decisões;

IV - abordar explicitamente a incerteza;

V - ser sistemática, estruturada e oportuna;

VI - ser baseada nas melhores informações disponíveis;

VII - ser feita sob medida, alinhada com o contexto interno e externo da ANS e com o perfil do risco;

VIII - considerar fatores humanos e culturais;

IX - ser transparente e conclusiva;

X - ser dinâmica, interativa e capaz de reagir a mudanças; e

XI - apoiar a melhoria contínua da entidade.

Seção II

Dos Gestores de Riscos

Art. 5º São considerados gestores de riscos, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, o Diretor-Presidente, os Diretores, o Secretário-Executivo, os Diretores-Adjuntos, os Gerentes-Gerais, os Gerentes, os Coordenadores ou equivalentes, os Chefes de Núcleo da ANS, os Cargos Comissionados Técnicos e os Assessores, responsáveis por processos de trabalho, projetos e iniciativas estratégicas, táticas e operacionais da ANS.

Parágrafo único. É facultativa a participação do Procurador-Chefe, do Ouvidor, do Auditor-Chefe, do Corregedor e do Presidente da Comissão de Ética na presente política que se dará após oitiva e manifestação formal de suas respectivas adesões, hipótese em que os referidos agentes públicos também serão considerados gestores de riscos.

Art. 6º Compete aos gestores de riscos, relativamente aos processos de trabalho e projetos sob sua responsabilidade:

I - decidir sobre a escolha dos processos de trabalho que devam ter os riscos gerenciados e tratados com prioridade em cada unidade administrativa, à vista da dimensão dos prejuízos e dos impactos que possam causar, sob os aspectos estratégico, orçamentário e de imagem;

II - estabelecer as ações de tratamento ou monitoramento a serem implementados, bem como fixar prazo de implementação e avaliar os resultados obtidos; e

III - definir quais riscos deverão ser priorizados para tratamento por meio de ações de caráter imediato, curto prazo, médio prazo ou longo prazo ou de ações de aperfeiçoamento contínuo, bem como fixar prazo para implementação e avaliar os resultados obtidos por meio de indicadores.

Seção III

Dos Níveis de Risco

Art. 7º Os níveis de risco a serem considerados para as atividades de gerenciamento de riscos na ANS são:

I - muito baixo: aqueles caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da ANS, que causam impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas;

II - baixo: aqueles caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da ANS, que causam impactos pequenos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas;

III - médio: aqueles caracterizados por riscos associados à interrupção de operações ou atividades da ANS, de projetos, programas ou processos, que causam impactos significativos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas, porém recuperáveis;

IV - alto: aqueles caracterizados por riscos associados à interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos da ANS, que causam impactos de reversão muito difícil nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas; e

V - extremo: aqueles caracterizados por riscos associados à paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da ANS, que causam impactos irreversíveis nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Seção IV

Das Diretrizes e Do Processo de Gerenciamento de Riscos

Art. 8º O gerenciamento de riscos deve ser feito em ciclos não superiores a dois anos, abrangendo os processos de trabalho, sistemas informatizados, gestão orçamentária, gestão de pessoas e legislação, com vistas reduzir os eventos de riscos negativos, assim como, quando for o caso, potencializar os eventos de riscos positivos (oportunidades).

Parágrafo único. O limite temporal a ser considerado para o ciclo de gerenciamento de riscos de cada processo de trabalho será decidido pelo respectivo gestor, levando em conta o limite máximo estipulado no caput.

Art. 9º A metodologia aplicada para o gerenciamento de riscos deverá abranger todo o ciclo de gestão de riscos estratégicos, operacionais e de gestão, desenvolvendo-se nas seguintes fases:

I - comunicação e consulta;

II - estabelecimento do contexto, nos termos do art. 10;

III - identificação dos riscos, nos termos dos arts. 11 a 13;

IV - análise dos riscos, que consiste na determinação da probabilidade de ocorrência do risco e das consequências possíveis, caso ele ocorra;

V - avaliação dos riscos, referente à determinação dos riscos que precisam ser tratados e à definição das prioridades para esse tratamento;

VI - tratamento dos riscos; e

VII - monitoramento e análise crítica, que tem por finalidade o aprimoramento contínuo e permanente do objeto cujos riscos estejam sendo gerenciados, e do próprio processo de gerenciamento de riscos, por meio de revisões e atualizações regulares e periódicas desses riscos, permitindo aos gestores acompanhar a efetividade e a eficácia das ações adotadas para seu tratamento.

Parágrafo único. Durante todo o processo de gerenciamento de riscos, os responsáveis pelas atividades devem manter um fluxo regular e constante de comunicação com as unidades administrativas envolvidas, consultando-as sobre informações relativas a cada fase desse processo.

Subseção I

Do Estabelecimento de Contexto

Art. 10. O estabelecimento do contexto consiste na pesquisa inerente aos ambientes interno e externo da entidade que tenham relação com o objeto cujos riscos estejam sendo gerenciados, e considerará, dentre outros, os seguintes fatores:

I - no caso de contexto externo:

a) ambiente cultural, social, político, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, natural e competitivo, quer seja internacional, nacional, regional ou local;

b) fatores-chave e tendências que tenham impacto sobre os objetivos da entidade; e

c) relações com partes interessadas externas e suas percepções e valores;

II - no caso de contexto interno:

a) governança, estrutura organizacional, funções e responsabilidades;

b) políticas, objetivos e estratégias implementadas para atingi-los;

c) capacidades, entendidas em termos de recursos e conhecimento;

d) sistemas de informação, fluxos de informação e processos de tomada de decisão (formais e informais);

e) relações com partes interessadas internas e suas percepções e valores;

f) cultura da entidade;

g) normas, diretrizes e modelos adotados pela entidade; e

h) forma e extensão das relações contratuais.

Subseção II

Da Identificação dos Riscos

Art. 11 A identificação dos riscos consiste na detecção dos eventos internos e/ou externos que possam causar impactos negativo e/ou positivo ao objeto que esteja tendo os riscos gerenciados, suas possíveis causas e efeitos.

Art. 12. Os riscos identificados deverão ser devidamente registrados no mapa de riscos, que ficará disponível ao respectivo gestor de riscos, às pessoas envolvidas no processo de trabalho ao qual o risco está associado e à Coordenadoria de Avaliação de Risco, da Gerência-Geral de Análise Técnica da Presidência.

Parágrafo único. Os agentes públicos e/ou colaboradores envolvidos deverão observar a classificação do grau de sigilo definida no âmbito dos respectivos processos ou projetos, objetos dos riscos identificados e registrados na forma do caput.

Art. 13. O mapa de riscos deve conter a relação dos riscos identificados, com as seguintes informações:

I - o macroprocesso, o processo e/ou o subprocesso de trabalho ao qual o risco está vinculado;

II - a descrição do evento de risco, suas causas e seus efeitos;

III - as avaliações de probabilidade, consequência e nível de risco, relativamente ao risco inerente;

IV - descrição dos respectivos tratamentos e monitoramentos e as avaliações de probabilidade, consequência e nível de risco, relativamente ao risco residual; e

V - justificativa, a ser preenchida nos casos em que a decisão aceitar risco classificado com nível de criticidade médio, alto ou extremo.

Subseção III

Do Tratamento dos Riscos

Art. 14 O tratamento dos riscos tem como objetivo a identificação e seleção das ações mais viáveis e adequadas, e a elaboração de planos de implementação para evitar, eliminar, reduzir, aceitar ou compartilhar riscos negativos, ou potencializar riscos positivos.

Art. 15. As ações de tratamento dos riscos terão os seguintes objetivos:

I - evitar o risco, não iniciando ou descontinuando a atividade que dá origem ao risco;

II - eliminar o risco, removendo a respectiva fonte causadora;

III - reduzir o risco, implantando controles que diminuam a probabilidade de ocorrência do risco ou suas consequências;

IV - aceitar o risco, assumindo o risco, por uma escolha consciente e justificada formalmente, podendo implementar sistemática de monitoramento;

V - compartilhar o risco com outras partes interessadas; e

VI - aumentar o risco, com vistas a aproveitar uma oportunidade.

Parágrafo único. Nos casos de riscos positivos ou oportunidades, quando priorizados, as ações respectivas terão o objetivo de potencializá-los, com vistas ao seu aproveitamento.

Art. 16. As ações de tratamento podem ser classificadas em:

I - ações de implantação imediata, quando a avaliação realizada indicar risco estratégico, orçamentário ou de imagem classificado como risco alto ou extremo, ou, em caso de risco negativo, quando a continuidade ou repetição das vulnerabilidades tiver potencial para transformá-lo em risco alto ou extremo;

II - ações de implantação de curto prazo, quando a avaliação realizada indicar risco estratégico, orçamentário ou de imagem classificado como risco médio, ou, em caso de risco negativo, quando a continuidade ou repetição das vulnerabilidades tiver potencial para transformá-lo em risco médio; e

III - ações de implantação de médio e longo prazo, quando a avaliação realizada indicar risco estratégico, orçamentário ou de imagem classificado como risco baixo.

Parágrafo único. Os riscos considerados muito baixos poderão ser apenas monitorados, a critério do respectivo gestor de riscos.

CAPÍTULO III

DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Art. 17. Fica criado o Comitê de Avaliação de Riscos, de caráter consultivo, sob coordenação da Presidência da ANS, com as seguintes atribuições:

I - supervisionar, coordenar, estabelecer prioridades e propor modificações e melhorias na política de gestão de riscos;

II - estabelecer e promover metodologia de divulgação das informações da política de gestão de riscos;

III - revisar e aprovar termos e classificações utilizados na política de gestão de riscos;

IV - promover, fomentar e recomendar estudos relacionados à avaliação de riscos;

V - identificar, propor e coordenar modificações necessárias ao sistema de informação da gestão de riscos; e

VI - propor padrões e metodologias para melhorar os processos de avaliação de riscos no âmbito da ANS.

§ 1º O Comitê de Avaliação de Riscos será constituído por representantes da ANS e de eventuais convidados de sua coordenação.

§ 2º Compete à Presidência da ANS, por meio de ato administrativo próprio, indicar os representantes do Comitê de Avaliação de Riscos e determinar a periodicidade das reuniões.

§ 3º Qualquer interessado na política de gestão de riscos, sem representatividade no Comitê de Avaliação de Riscos, poderá encaminhar sugestões para apreciação do Comitê de Avaliação de Riscos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. O apetite de riscos da ANS deverá ser definido pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Art. 19. A Coordenadoria de Avaliação de Risco poderá desenvolver avaliações de riscos sobre temas julgados relevantes e pertinentes, os quais, a critério do Diretor-Presidente, poderão ser encaminhados ao gestor de riscos responsável por unidade administrativa da ANS, relativamente aos processos de trabalho sob sua responsabilidade.

Art. 20. A partir da vigência desta Resolução Administrativa, a Coordenadoria de Avaliação de Risco deverá propor projeto de implantação de sistema informatizado que permita o registro, consulta e atualização das informações necessárias ao mapa de riscos da ANS, ficando responsável pelo seu gerenciamento.

§ 1º Enquanto o sistema informatizado previsto no caput não estiver disponível, ao final de cada ciclo de gerenciamento de riscos, os respectivos gestores deverão encaminhar à Coordenadoria de Avaliação de Risco os arquivos contendo os formulários de mapa de riscos devidamente preenchidos.

§ 2º O modelo do mapa de riscos a ser considerado para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior será definido e divulgado pela Coordenadoria de Avaliação de Risco.

Art. 21. Fica criada a Rede de Gestão de Riscos da ANS composta por todos os servidores da ANS com o objetivo de ser parte integrante dos processos organizacionais, apoiando a melhoria contínua da entidade.

Parágrafo único. Será estabelecido um plano para implantação e fortalecimento da Rede de Gestão de Riscos da ANS de iniciativa da Coordenadoria de Avaliação de Risco.

Art. 22. Compete ao Diretor-Presidente e ao Auditor-Chefe, no âmbito de suas respectivas competências regimentais e sem prejuízo de outras que lhes sejam próprias:

I - propor melhorias para a presente política de gestão de riscos;

II - propor metodologia para o processo de gerenciamento de riscos capaz de subsidiar tomada de decisão no âmbito da ANS, bem como melhorias futuras;

III - disseminar e dar suporte metodológico à implementação e operacionalização do gerenciamento de riscos por parte das unidades administrativas da ANS; e

IV - avaliar, por intermédio de auditorias específicas, a utilização e aplicação da metodologia de gerenciamento de riscos definida nesta Resolução Administrativa.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Resolução Administrativa serão solucionados pela Presidência da ANS.

Art. 24. Fica revogada a Resolução Administrativa - RA Nº 60, de 15 de julho de 2014.

Art. 25. Esta Resolução Administrativa entra em vigor em 1º de abril de 2021.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - RA Nº 75, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre mecanismos de transparência ativa e passiva no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, institui o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC da ANS, classifica em graus de sigilo informações em poder da ANS e dispõe sobre o seu tratamento.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, em vista do que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e o inciso II do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, adotou a seguinte Resolução Normativa, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução Normativa dispõe sobre mecanismos de transparência ativa e passiva no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, institui o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC da ANS, classifica em graus de sigilo informações em poder da ANS e dispõe sobre o seu tratamento.

Art. 2º É assegurado o direito fundamental de acesso do cidadão a informações no âmbito da ANS, observadas as restrições dispostas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e nesta Resolução Normativa.

Art. 3º O acesso à informação deverá ser executado em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública; e

V - desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

Art. 4º É dever da ANS garantir a proteção da informação, sua disponibilidade, autenticidade e integridade e eventual restrição de acesso.

CAPÍTULO II

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I

Das Disposições Gerais sobre o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Art. 5º O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC consiste no conjunto ordenado de ações voltadas para responder a pedidos de acesso a informações em conformidade com os procedimentos previstos na Lei nº 12.527, de 2011 e no Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 6º A ANS executará o SIC sob demanda realizada pelo cidadão.

Art. 7º O cidadão que quiser obter informação produzida ou custodiada pela ANS deverá fazê-lo por meio de uma das seguintes opções:

I - comparecimento, pessoalmente ou por meio de Procurador, ao Protocolo Geral criado para atender os serviços decorrentes do SIC, localizado na sede da ANS, na cidade do Rio de Janeiro - RJ;

II - acesso ao endereço eletrônico da ANS na Internet e preenchimento de formulário específico de solicitação de informação; ou

III - por meio de ligação telefônica para o número 0800 701 9656.

Seção II

Da Execução do SIC na ANS

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 8º No exercício da sua demanda de informação, o cidadão possui o direito de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pela ANS, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com a ANS, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; e

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.

Art. 9º Compete ao SIC, sem prejuízo de outras atribuições:

I - atender e orientar o cidadão;

II - informar sobre a tramitação de documentos;

III - registrar o pedido de acesso em sistema eletrônico específico e entregar o número de protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

IV - verificar se a informação está disponível para entrega imediata e disponibilizá-la, se for o caso;

V - encaminhar a solicitação à Diretoria competente, quando a informação não estiver disponível para entrega imediata e disponibilizá-la ao final, se for o caso;

VI - notificar o cidadão sobre o deferimento de acesso à informação, bem como de eventual prorrogação de prazo para resposta à solicitação;

VII - notificar o cidadão da decisão de indeferimento relativa ao acesso a informações;

VIII - informar sobre a possibilidade de interposição de recurso na notificação de decisão de indeferimento de acesso; e

IX - disponibilizar formulário padrão para apresentação de recurso e para pedidos de reclassificação e desclassificação.

Parágrafo único. Caso a Diretoria competente verifique que a solicitação não está especificada, o SIC notificará o cidadão para que forneça a respectiva especificação, sendo reiniciado o processo de pedido de informações.

Art. 10. A informação solicitada deferida será disponibilizada e seguirá para o SIC, que posteriormente notificará o cidadão.

Parágrafo único. Na hipótese de se tratar de indeferimento, o Diretor-Adjunto competente decidirá motivadamente e a decisão seguirá para o SIC, que posteriormente notificará o cidadão.

Subseção II

Dos Prazos para Atendimento

Art.11. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o SIC deverá, em prazo não superior a vinte dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão relativa à informação;

II - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

III - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

IV - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência; indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda; remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 1º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por mais dez dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso I.

Subseção III

Das Demais Disposições Sobre a Execução do SIC por Meio da Demanda do Cidadão

Art. 12. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 13. Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o SIC poderá oferecer orientações sobre os meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

Art. 14. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o SIC deverá informar ao requerente sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 15. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

Art. 16. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, o SIC informará ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará a ANS da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 17. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 18. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 19. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

Subseção IV

Dos Recursos

Art. 20. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias a contar da sua ciência.

Art. 21. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias.

Art. 22. Na hipótese de confirmação do indeferimento de acesso, o interessado poderá interpor os demais recursos previstos na Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 23. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de dez dias ao Secretário Executivo da ANS, que se manifestará no prazo de cinco dias, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação começará trinta dias após a apresentação do pedido.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 24. A ANS disponibilizará em seu endereço eletrônico na Internet, para acesso público, os dados inerentes a, no mínimo:

I - transparência da gestão da ANS, que contempla:

a) competências e estrutura organizacional;

b) endereços e telefones de contato com as unidades da ANS, bem como respectivos horários de atendimento ao público externo;

c) instrumentos de cooperação;

d) concursos públicos;

e) relatórios institucionais estabelecidos em lei;

f) prestações de contas anuais;

g) licitações e contratos;

h) execução orçamentária e financeira;

i) dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;

j) gestão de pessoas; e

k) contratos de terceirização de mão de obra.

II - exercício do controle externo, que compreende as deliberações da Diretoria Colegiada da ANS;

III - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

IV - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 67 do Decreto nº 7.724, de 2012; e

V - outros dados exigidos por lei.

Parágrafo único. As informações serão disponibilizadas diretamente no endereço eletrônico da ANS na Internet ou mediante indicação de acesso a outro portal governamental que promova a transparência da Administração Pública ou o acesso às informações de que trata a Lei nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 25. A classificação das informações produzidas ou custodiadas na ANS está definida em Anexo.

CAPÍTULO V

DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Art. 26. Quando do tratamento da informação sigilosa devem ser atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos e procedimentos:

I - rotular como "reservada" ou "secreta", conforme o caso;

II - identificar usuários ou grupos de segurança autorizados;

III - autorizar acesso apenas aos usuários previamente identificados;

IV - aplicar medidas de proteção lógica e física que garantam o acesso exclusivo pelos usuários autorizados;

V - manter sigilo sobre o conteúdo da informação para usuários não autorizados;

VI - transportar (interna e externamente) com a devida autorização; e

VII - transportar (interna ou externamente) de forma a não identificar o seu conteúdo e o nível de classificação (envelope duplo, criptografia, embrulho, etc.).

Art. 27. Os documentos de natureza sigilosa serão guardados em condições especiais de segurança.

Art. 28. Os agentes públicos da ANS encarregados da custódia de documentos, dados ou informações de natureza sigilosa, nas suas ausências, deverão passar a seus substitutos todos os documentos, dados ou informações sob sua responsabilidade devidamente conferida.

Seção única

Do Acesso à Informação Sigilosa

Art. 29. O acesso a dados ou informações sigilosas é admitido:

I - aos agentes públicos, no exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública, que tenham necessidade motivada de conhecê-los; e

II - ao cidadão, naquilo que diga respeito à sua pessoa, ao seu interesse particular, mediante requerimento, devidamente motivado.

Art. 30. Os agentes de que trata o inciso I deste artigo comprometem-se a, após o desligamento de suas funções, não revelar ou divulgar dados ou informações sigilosas dos quais tiverem conhecimento no exercício de cargo, função ou emprego público.

Art. 31. Todo aquele que tiver acesso, nos termos desta Resolução Normativa, a informações sigilosas fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais decorrentes de sua eventual divulgação.

Art. 32. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Art. 33. O acesso a qualquer documento sigiloso resultante de acordos ou contratos com outros países atenderá às normas e recomendações de sigilo constantes desses instrumentos.

CAPÍTULO VI

DA RECLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 34. Observada a legislação vigente, a Diretoria Colegiada da ANS poderá alterar ou cancelar o grau de sigilo atribuído às informações.

Art. 35. A reclassificação e a desclassificação das informações poderá também ser requerida pelo cidadão.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O disposto nesta Resolução Normativa não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça.

§ 1º Constituem hipóteses constitucionais ou legais de sigilo:

I - sigilo da situação econômico-financeira ou de qualquer informação dessa natureza, das informações operacionais, das informações contábeis, das informações técnicas, dos negócios, das informações estratégicas ou das informações de âmbito restrito das pessoas jurídicas que produzam ou comercializem produtos ou prestem serviços compreendidos nas atividades relativas à assistência suplementar à saúde;

II - sigilo dos dados fiscais e bancários;

III - sigilo das informações pessoais, assim consideradas as que dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, até cem anos a contar de sua produção;

IV - sigilo dos procedimentos disciplinares e de averiguações preliminares relativos a ilícitos funcionais e de improbidade administrativa;

V - sigilo das comunicações efetuadas na conformidade do art. 6º da Resolução Normativa nº 117, de 30 de novembro de 2005;

VI - sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório;

VII - sigilo das informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológicos e demais planos estratégico-operacionais, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

VIII - segredo de justiça;

IX - sigilo previsto em tratados, acordos ou atos internacionais;

X - sigilo do processo ético, até o seu término, conforme o art. 13 do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007;

XI - sigilo do inquérito administrativo a que aludem os arts. 41 a 45 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;

XII - sigilo profissional;

XIII - sigilo referente ao segredo industrial decorrente da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público; e

XIV - outras hipóteses previstas na legislação.

§ 2º Não se aplica a hipótese do inciso I do parágrafo anterior quando a divulgação da informação for necessária para impedir a discriminação de consumidor, prestador de serviço e para assegurar a livre concorrência e a competição no setor de saúde suplementar ou quando estiver a pessoa jurídica, por exigências de legislação própria, obrigada a divulgá-la.

§ 3º Nas hipóteses previstas no § 1º, o acesso às informações será restrito, independentemente da classificação de sigilo e do prazo máximo para ela estabelecido, a agentes públicos autorizados e, exceto na hipótese do inciso V, à pessoa a que elas se referirem.

§ 4º O acesso de terceiros a informações pessoais previstas no inciso III do § 1º será permitido nas hipóteses previstas nos arts. 57 e 58 do Decreto nº 7.724, de 2012, observadas as disposições dos arts. 59 a 61 do mesmo diploma normativo.

§ 5º O tratamento das informações de que trata o § 1º será idêntico aos das demais informações sigilosas, na forma do art. 26 e seguintes.

Art. 37. O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

Art. 38. O disposto nesta Resolução Normativa não afeta a competência da Assessoria Especial da Procuradoria Federal junto à ANS estabelecida no Regimento Interno da ANS.

Art. 39. As manifestações produzidas pela Procuradoria Federal junto à ANS obedecerão à classificação de sigilo que for definida no âmbito da Advocacia-Geral da União, salvo quando integrarem processos ou expedientes da ANS que possuam classificação de sigilo mais elevada, hipótese em que acompanharão a classificação de sigilo estabelecida pela ANS para o referido processo ou expediente.

Parágrafo único. As manifestações produzidas pela Ouvidoria, Corregedoria, Auditoria e Comissão de Ética observarão a classificação de sigilo que for definida no âmbito dos seus respectivos órgãos centrais pertencentes à Administração Pública Federal, salvo quando integrarem processos ou expedientes da ANS que possuam classificação de sigilo mais elevada, hipótese em que acompanharão a classificação de sigilo estabelecida pela ANS para o referido processo ou expediente.

Art. 40. Quando se tratar de pedido de vista ou certidão por parte de interessado com legitimidade para participar de processo administrativo conduzido no âmbito da ANS, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, observar-se-á o disposto em resolução específica.

Art. 41. O Secretário Executivo da ANS exercerá as atribuições previstas no art. 67 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 42. A Secretaria Executiva da ANS poderá editar os atos necessários para o fiel cumprimento desta Resolução Normativa.

Art. 43. Aplicam-se as disposições da Lei nº 12.527, de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 2012, naquilo que a presente Resolução Normativa for omissa.

Parágrafo único. Se ainda permanecer a omissão, aplica-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 44. O Anexo de que trata esta Resolução Normativa estará disponível para consulta e cópia no endereço eletrônico da ANS na Internet (https://www.gov.br/ans/pt-br).

Art. 45. Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Colegiada da ANS.

Art. 46. Fica revogada a Resolução Normativa - RN Nº 298, de 13 de junho de 2012.

Art. 47. Esta Resolução Normativa entra em vigor em em 1º de abril de 2021.

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.726, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora Uniodonto Sul Fluminense Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 23 de fevereiro de 2022, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.000041/2021-25, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora Uniodonto Sul Fluminense Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda., registro ANS nº 36.617-1 e CNPJ nº 72.261.803/0001-00.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

DECISÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei 9.961 de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 568ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 23 de fevereiro de 2022, julgou o processo administrativo 33910.022266/2020-51:

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto nº 2/2022/COAJU/ASSNT-DIFIS/DIRAD-DIFIS/DIFIS, pela declaração do cumprimento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TCAC nº 011/2020 celebrado com a INTEGRAL SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, e, por via de consequência, pela extinção do ato objeto de apuração que estava nele expressamente elencado, o processo administrativo sancionador nº 33910.012314/2019-60, em relação às condutas objeto de ajuste, tipificada no artigo 35, da RN nº 124/06.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 568ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2022, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Relator	Decisão
33910.004692/2022-75	DIPRO	Aprovação da prorrogação do prazo para o envio dos arquivos das operadoras referente ao 4º trimestre/2021 do Sistema de Informações de Produtos - SIP para o dia 03 de março de 2022 (quinta-feira).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

WLADMIR VENTURA DE SOUZA
Secretário-Geral

DECISÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 568ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2022, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.001920/2022-55	Instituto Curitiba de Saúde	419010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27308423	1.078.156,88 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 17.969,28)
33910.001305/2022-49	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A	321338	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 26941432	2.903.395,35 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 48.389,92)
33910.001623/2022-18	Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos	344800	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27524412	623.145,45 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.385,76)
33910.001141/2022-50	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	314218	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27279932	572.419,77 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.540,33)
33910.001260/2022-11	Vision Med Assistência Médica Ltda	403911	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27503358	781.329,64 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 13.022,16)
33910.001921/2022-08	Instituto Curitiba de Saúde	419010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27461339	654.284,78 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.904,75)
33910.002731/2022-08	Sistemas e Planos de Saúde Ltda.	352586	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27270852	507.394,96 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 8.456,58)
33910.002134/2022-75	Plena Saúde Ltda	348830	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27469144	703.002,36 (pagáveis em 12 parcelas de R$ 58.583,53)
33910.003918/2022-11	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	314218	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 27534324	507.848,76 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 8.464,15)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

WLADMIR VENTURA DE SOUZA
Secretário-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 22, de 23 de fevereiro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 39, de 24 de fevereiro de 2022, Seção 1, pág. 178,

Onde se lê:

"... e eu, Diretora-Presidente, Substituta, determino a sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

Diretora-Presidente Substituta"

Leia-se:

"... e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

Diretor-Presidente"

Na Consulta Pública nº 1.077, de 23 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 39, de 24 de fevereiro de 2022, Seção 1, pág. 177,

Onde se lê:

"... e eu, Diretora-Presidente, Substituta, determino a sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

Diretora-Presidente Substituta"

Leia-se:

"... e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

Diretor-Presidente"

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 595, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - 03.560.974/0001-18
Pembrolizumabe
18/2016
25351.231683/2021-29 1132090/21-7
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
Sotrovimabe
99/2020
25351.077840/2022-25 0549268/22-8
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
Atezolizumabe
2/2016
25351.779219/2021-19 4571696/21-0
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
Mesilato de dabrafenibe / Dimetilsulfóxido de trametinibe
81/2018
25351.706048/2017-22 3231038/21-2
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
Nusinersena
36/2021
25351.017886/2021-12 8436738/21-5
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

3ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 605, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Eco Diagnostica Ltda / 14.633.154/0002-06
Autoteste COVID Ag Oral Detect
25351.052651/2022-40 / 80954880184
8433 - IVD - Registro de produto / 0412262223

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

KOVALENT DO BRASIL LTDA / 04.842.199/0001-56
SGTi-flex COVID-19 Ag - AUTOTESTE
25351.051661/2022-68 / 80115310272
8433 - IVD - Registro de produto / 0404824225

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nº de Processos: 2

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Total de Empresas: 2

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 601, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MAXMED COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 38.487.503/0001-06
Produto - Apresentação (Lote): IMUNOGLOBULIN (353A20048; 353A20049);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0656191/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Importação, Transporte
Motivação: A empresa MAXMED COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA (CNPJ 38.487.503/0001-06), localizada em ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 4608, Curicica, Rio de Janeiro-RJ, realizou venda de produto comprovadamente falsificado Imunoglobulin, números de lotes 353A20048 e 353A20049, além de ter apresentado documentação inverídica para instrução da petição de Autorização de Funcionamento de Empresa, em descumprimento ao inciso IV do art 10 da Lei nº 6.437/1977 e ao art. 14 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 602, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, o uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a medida preventiva nº 2 da Resolução-RE nº 524, de 17 de fevereiro de 2022, no Diário Oficial da União nº 35, de 18 de fevereiro de 2022, Seção 1, pág. 87 publicada em desfavor da empresa GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA, CNPJ: 33.247.743/0001-10, devido à reavaliação de risco sanitário pela área técnica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTP Nº 369, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Portaria MTP Nº 886, de 6 de dezembro de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica revogado o art. 3º da Portaria/MTP Nº 886, de 6 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46295.001331/2017-56	212126199	I. S. C. Argila Ltda	PE
2	46295.001323/2017-18	212126059	I. S. C. Argila Ltda	PE
3	46295.001325/2017-07	212126113	I. S. C. Argila Ltda	PE
4	46213.004310/2017-55	211399809	PLANAC - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE
5	46213.004654/2017-64	211435007	PLANAC - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE
6	46213.004316/2017-22	211399973	PLANAC - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE
7	46213.004312/2017-44	211399914	PLANAC - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE
8	46213.004510/2017-16	211418242	PLANAC - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE
9	46213.004318/2017-11	211400017	PLANAC - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46778.000336/2015-77	206841493	Brassquimica Transportes Rodoviários Ltda	BA
2	46240.000026/2018-63	213674891	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
3	46240.000027/2018-16	213674912	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
4	46240.000048/2018-23	213675943	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
5	46240.000049/2018-78	213675986	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
6	46240.000051/2018-47	213676087	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
7	46240.000028/2018-52	213674947	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
8	46240.000031/2018-76	213675072	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
9	46240.000030/2018-21	213675030	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
10	46240.000050/2018-01	213676036	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
11	46240.000029/2018-05	213674998	Cooperativa dos Cafeicultores da Regiao de Lajinha Ltda	MG
12	46245.003043/2018-11	215705670	Dshows Promocoes de Eventos Eireli	MG
13	46236.001108/2018-94	215688473	Itau Unibanco S.A.	MG
14	46236.001101/2018-72	215678290	Itau Unibanco S.A.	MG
15	46236.001099/2018-31	215678079	Itau Unibanco S.A.	MG
16	46236.001120/2018-07	215725298	Itau Unibanco S.A.	MG
17	47747.005631/2018-92	215146301	Panorama Comércio de Combustíveis Ltda	MG
18	46213.004311/2017-08	211399833	Planac - Planejamento e Construcao Ltda - Epp	PE
19	46225.001761/2016-11	209175231	Empresa Radio e Televisao Difusora de Roraima - Radiora	RR

1.3 Pela procedência parcial de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	47904.001015/2015-60	205837158	VITALMEE - Serviços de Emergência Médica Ltda.	BA

1.3- Pela nulidade da decisão publicada no DOU de 22/11/2021, Seção I, pág. 261 do seguinte processo.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46778.000336/2015-77	206841493	Brassquimica Transportes Rodoviários Ltda	BA

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46204.009299/2018-18	215386132	Larco Comercial de Produtos de Petroleo Ltda	BA
2	46871.000820/2019-61	218521791	Chequer Utilidades Domesticas Ltda	RJ
3	46215.006662/2019-97	217272258	Companhia Estadual de Aguas e Esgotos CEDAE	RJ
4	46215.013559/2019-01	217996710	Drogaria Santo Agostinho Ltda	RJ
5	46313.002588/2015-06	207562695	Ile Construcoes e Reformas Ltda	RJ
6	47427.000791/2019-49	218348835	Montacon Engenharia Ltda	RJ
7	46215.007028/2019-71	217323251	Personale Consultoria e Treinamento Ltda	RJ
8	46334.002987/2019-44	218962410	Smile-Oral Radiology Ltda	RJ
9	46334.002832/2019-16	218724136	Transturismo Rei Ltda	RJ
10	46220.008885/2019-10	218200668	Orionopolis Catarinense.	SC

2.2 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.026713/2018-36	216498341	Associacao Beneficente das Filhas de Santana	PE
2	46334.002626/2015-74	206893817	Algodao e Requinte Tecidos e Decoracoes Ltda - Me	RJ
3	46215.089331/2016-31	210677767	Camara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro	RJ
4	46215.089332/2016-86	210677775	Camara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro	RJ
5	46215.089333/2016-21	210677783	Camara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro	RJ
6	46666.002058/2019-83	217767630	Centro Educacional Barreto Moura Ltda	RJ
7	46666.003145/2018-77	215655354	Cereais Bramil Ltda	RJ
8	46215.015659/2018-83	215743547	Consorcio Empreendedor do Shopping Tijuca	RJ
9	46215.008712/2019-71	217414796	Novita Eventos e Comunicacao Ltda	RJ
10	46215.002813/2018-57	214002292	Odebrecht Oleo e Gas S/A	RJ
11	46215.002275/2018-09	213899540	Rede Nacional de Ensino E Pesquisa - RNP	RJ
12	46215.022468/2017-97	213596814	Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta	RJ

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 114, VIII, da Lei nº 13.043/2014 e Art. 1º-A da Lei nº 9.873/1999.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.005754/2012-38	22516247	Geraldo da Silva Vieira	MG
2	47747.000664/2015-01	205768351	Gilmar Ferreira de Souza	MG
3	47747.000774/2015-65	205864503	Ilson de Oliveira Faria	MG
4	47747.001584/2014-84	203077555	Imbrands S/A	MG
5	47747.002031/2014-49	203199928	Imperio das Batatas Ltda - Me	MG
6	47747.002032/2014-93	203199910	Imperio das Batatas Ltda - Me	MG
7	47747.004052/2013-18	200714996	Instituto De Beleza Geral Jeova Jire Rocha Eterna Ltda	MG
8	47747.008930/2014-55	204919231	Italia Pizza Ltda	MG
9	47747.004001/2013-96	200716417	Jackson Aguiar dos Santos - Me	MG
10	47747.000389/2014-37	202706435	Janile & Elias Confecções Ltda	MG
11	47747.000390/2014-61	202706427	Janile & Elias Confecções Ltda	MG
12	47747.000391/2014-14	202706397	Janile & Elias Confecções Ltda	MG
13	47747.001192/2014-15	202973891	Jose Sebastiao Alvarenga - Me	MG
14	47747.004413/2013-26	200820168	Lajes Guanabara Ltda - Me	MG
15	47747.004414/2013-71	200820176	Lajes Guanabara Ltda - Me	MG
16	47747.000745/2015-01	205851886	Lucilene de Jesus Ferreira Cardoso	MG
17	47747.008854/2014-88	204886589	Magrim Distribuidora de Cosmeticos Ltda	MG
18	47747.002297/2015-72	206184701	Maser Equipamentos e Servicos Ltda - Epp	MG
19	47747.002046/2014-15	203160215	Massas Amici Ltda - Epp	MG
20	47747.002047/2014-51	203160231	Massas Amici Ltda - Epp	MG
21	47747.002293/2015-94	206184930	Materiais e Equipamentos Cientificos Ltda - Me	MG
22	47747.002294/2015-39	206185049	Materiais e Equipamentos Cientificos Ltda - Me	MG
23	47747.005073/2014-31	203977696	Matias e Junior Construcoes Ltda - Me	MG
24	47747.008352/2013-76	201804280	Mecanica Dalton & Ribeiro Ltda - Epp	MG
25	47747.009310/2013-52	202092437	Minas Roupa de Baixo Ltda - Me	MG

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46215.083491/2016-77	209996803	Edvaldo Vicente Gomes Junior - Me	RJ
2	46304.001052/2015-74	206592159	Carlos Alberto Schubert - Epp	SC
3	46304.001055/2015-16	206592141	Carlos Alberto Schubert - Epp	SC
4	46304.001056/2015-52	206592132	Carlos Alberto Schubert - Epp	SC
5	46304.001057/2015-05	206592124	Carlos Alberto Schubert - Epp	SC
6	46304.001053/2015-19	206592167	Schubert & Schubert Locação de Máquinas Ltda	SC
7	46304.001054/2015-63	206592175	Schubert & Schubert Locação de Máquinas Ltda	SC

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 493 (SEI 22620932), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, CNPJ 15.288.252/0001-35, Processo 19964.117027/2021-11, para representar a Categoria Econômica dos transportadores rodoviários autônomos de bens do 2º Grupo - empresas de transportes rodoviários do plano da Confederação Nacional de Transporte e dos motoristas autônomos de transporte rodoviário de carga, com abrangência Municipal e base territorial no município de Três lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: SINDICAM-MS - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Mato Grosso do Sul , CNPJ nº 10.905.713/0001-58, Processo nº 46312.00704/2010-40; excluindo o município de Três lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 515 (SEI 22715946), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINPAM - Sindicato dos(as) Pescadores(as) Profissionais, Artesanais, Aquicultores(as), Marisqueiros(as), Criadores(as) de Peixes e Mariscos e Trabalhadores(as) na Pesca do Município de Alto Alegre do Maranhão/MA, CNPJ nº 11.526.760/0001-53, Processo nº 19964.117318/2021-00, para representar a Categoria Profissional dos(as) trabalhadores(as) em pesca, criação de peixe e mariscos, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e trabalhadores(as) na pesca compreendendo os que exercem atividades assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as) e criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executando em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial no município de Alto Alegre do Maranhão, no Estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 427 (SEI 22414096), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DO ESTADO DA BAHIA - SINCAMED, CNPJ 15.678.600/0001-80, Processo 19964.117390/2021-29, para representar a Categoria Econômica do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Produtos Farmacêuticos, Cosméticos, Perfumarias, Artigos de Higiene Pessoal e Artigos Ortopédicos, com abrangência Estadual e base territorial no Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 508 (SEI 22677773), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Muribeca-SE, CNPJ nº 13.162.243/0001-78, Processo nº 19964.116415/2021-77, para representar a Categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto lei 1166/1971, com área inferior ou igual a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Muribeca, no Estado de Sergipe, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 505/2022 (22673181) resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Amarante- PI, CNPJ 06.507.354/0001-03, Processo 19964-117424/2021-85, SA05904, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos e aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Amarante, Estado do Piauí, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 504 (SEI 22667355), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Empregados em empresas de Asseio e Conservação (Limpeza Urbana e Ambiental) de Campinas e Região. CNPJ 00.829.360/0001-09, Processo 19.964-117158/2021-91, SA05905, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores em empresas de asseio e conservação; limpeza urbana; limpeza ambiental; manutenção e execução de áreas verdes; controle de vetores e pragas; conservação; higiene; limpeza de fossas e caixas d´água; desentupimento; limpeza de carpetes; limpeza predial; limpeza de fachadas; limpeza de vidros; limpeza técnica; limpeza pública; coleta de lixo domiciliar, industrial, de grandes geradores de resíduos, hospitalar, de resíduos da saúde, seletiva e de entulhos; serviços em destino final de lixo em usinas de reciclagem, compostagem, incineradores e aterros sanitários; varrição de vias; gramíneas e cultura de plantas; plantio; poda de árvores, roçadas, capinas; limpeza de córregos, canais e sistemas de drenagens, pintura de postes e meio fio; jardinagens e paisagismo; dedetização; desratização; descupinização; desinfecção com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Campinas, Hortolândia, Jaguariúna, Nova Odessa e Sumaré, Estado de São Paulo, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 498 (22637487SEI), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira e Ribeirão Bonito, CNPJ 59.619.957/0001-63, Processo 14022.162252/2021-11, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, de Malharia e Meias, Especialidades Têxteis, Cordoalha e Estopa, de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento de Linhas, Tecidos e Não Tecidos e de Fibras Artificiais, Sintéticas e Naturais, Silk Screen, Beneficiamento e Acabamento de Artigos de Confecção Cama, Mesa e Banho, de Colchões, de Malhas, Sacarias e Encerados, Passamanarias, Rendas, Tapetes e Carpetes, Empresas de Fabricação de Tecidos e Couros em Estofamento, Revestimentos e Acabamentos Internos de Veículos, EXCETO os Trabalhadores que laboram como Mestres, Contramestres, Líderes, Supervisores, Pessoal de Escritório e Cargos de Chefia na Indústria de Fiação e Tecelagem, Tinturaria e Estamparia de Tecidos, Malharia e Meias, Cordoalha e Estopa, Fibras Têxteis Sintéticas, Acabamento de Confecção de Malhas e Especialidades Têxteis nos municípios de São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira e Ribeirão Bonito, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 499 (SEI 22637749), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101963/2022-83, de

interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLÔNIA DO GURGUÉIA - PI - SINDICOLÔNIA, CNPJ 19.489.055/0001-35, para representação da categoria dos Servidores Públicos Municipais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Colônia do Gurguéia, no Estado do Piauí, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 496 (SEI22633589), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.102055/2022-15, de interesse do SINDICATO DOS POLICIAIS PENAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINPOLPEN-PE, CNPJ 04.375.882/0001-20, para representação da categoria dos Policiais Penais, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Pernambuco/PE, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 507 (SEI 22677095), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.102153/2022-44, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, CNPJ 55.354.849/0001-55, para representação da categoria Profissional dos Empregados no comércio do Plano CNTC, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba e Tarabai, todos no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 506 (SEI 22673752), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101863/2022-57, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ALHANDRA - SISPUMA, CNPJ 14.768.902/0001-87, para representação da categoria dos Servidores públicos municipais, ativos e inativos da Prefeitura, Câmara e autarquias públicas municipais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Alhandra, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 408 (SEI 22329168), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 10264.100765/2022-15, de interesse do SINDIEOLICA - Sindicato da Indústria de Energia Eólica do Rio Grande do Sul - RS - PE, CNPJ 15.710.934/0001-94, tendo em vista a não caracterização da categoria, nos termos do inciso II do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 487 (SEI 22596695), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.101834/2022-95, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE QUIXADA - STRAAF, CNPJ 07.721.723/0001-29, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 492/2022/ME (22615306), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 14022.118837/2022-84, de interesse do Sindicato dos Oficiais de Justiça no Estado Acre - SINDOJUS/AC, CNPJ 29.882.384/0001-03, tendo em vista irregularidade documental e pela não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, inciso I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, respectivamente.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Subdelega competências para a prática de atos administrativos no âmbito da gestão de pessoas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o que consta no Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, na Portaria MTP nº 158, de 1º de setembro de 2021, bem como no Processo Administrativo nº 35000.001774/2019-51, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência para praticar os seguintes atos, vedada a subdelegação, em seus respectivos âmbitos de atuação:

I - aos Diretores e aos Superintendentes-Regionais para:

a) nomear, exonerar, designar e dispensar os titulares e substitutos de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2; e

b) designar e dispensar:

1. os titulares de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, de Funções Gratificadas - FG; e

2. os substitutos eventuais de FG;

II - ao Auditor-Geral, Corregedor-Geral e Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, inclusive nas unidades descentralizadas de sua vinculação:

a) nomear, exonerar, designar e dispensar os titulares e substitutos de cargos em comissão DAS e de FCPE, níveis 1 e 2; e

b) designar e dispensar:

1. os titulares de FCT, de FG; e

2. os substitutos eventuais de FG.

Parágrafo único. A subdelegação de que trata este artigo se aplica aos cargos e funções comissionadas previstos na Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, níveis 9 e inferiores, conforme tabela de referência para enquadramento de posição hierárquica e nível correspondente de cargos em comissão executivos, constante no Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

Art. 2º Fica disciplinado, nos termos desta Portaria, o fluxo dos atos de nomeação, exoneração, designação e dispensa, inclusive a pedido, de titulares e substitutos de cargos comissionados e funções de confiança, DAS, FCPE, FCT, FG, e equivalentes previstos na Lei nº 14.204, de 2021.

Art. 3º Os processos que contenham a formalização de nomeações, exonerações, designações e dispensas de FG, FCT, DAS e FCPE, e equivalentes previstos na Lei nº 14.204, de 2021, serão instruídos pelas áreas demandantes e deverão conter, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

I - Formulário de Indicação (Anexo I) devidamente preenchido e assinado pelo indicado e pela autoridade responsável pela indicação;

II - currículo profissional do indicado;

III - minuta de Portaria;

IV - declaração (Anexo II):

a) acerca de ciência quanto à vedação de nepotismo e de vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal; e

b) de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

V - comprovação junto à Corregedoria-Geral quanto à inexistência de Procedimento Administrativo Disciplinar em nome do servidor indicado ou, caso haja, comprovação de que ainda não há definição ou que não houve condenação;

VI - manifestação conclusiva quanto à oportunidade e conveniência da indicação no âmbito da:

a) APS, por parte do Gerente da APS;

b) GEX, por parte do Gerente-Executivo;

c) Superintendência-Regional - SR, por parte do Superintendente-Regional; e

d) Administração Central, por parte da autoridade máxima da unidade onde o indicado deverá exercer suas funções;

VII - manifestação expressa do servidor quando se tratar de exoneração ou dispensa a pedido.

§ 1º Na instrução dos processos relacionados no caput, deverá ser observada a autoridade competente para assinatura do ato, devendo constar, em cada processo, apenas os servidores que serão nomeados, exonerados, designados ou dispensados pela mesma autoridade.

§ 2º A indicação para provimento dos cargos DAS e FCPE, níveis 1 a 5, códigos 101 e 102, inclusive substitutos, e equivalentes previstos na Lei nº 14.204, de 2021, deverá ser acompanhada, também, do Formulário para Postulante a Cargo em Comissão DAS ou FCPE (Anexo III), observando-se o estabelecido no Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, devidamente preenchido e assinado pelo indicado e pela autoridade indicante.

§ 3º Somente a indicação para provimento dos cargos de DAS e FCPE, níveis 3 a 5, e equivalentes previstos na Lei nº 14.204, de 2021, deverá conter, além dos documentos relacionados neste artigo:

I - o Termo de Autorização de Tratamento de Dados devidamente preenchido e assinado pelo indicado (Anexo IV);

II - a cópia do documento de identificação com foto (RG/CNH/Passaporte); e

III - o Formulário de consulta à Casa Civil (Anexo V).

§ 4º Serão encaminhadas à Coordenação de Suporte ao Gabinete - CSG, após atendidos os procedimentos de que trata este artigo, as nomeações, designações, dispensas e exonerações referentes aos cargos de DAS e FCPE, níveis 3 e 4, seus respectivos substitutos, e equivalentes previstos na Lei nº 14.204, de 2021.

Art. 4º Para designação aos cargos de Gerente de APS e Gerente-Executivo, será exigida aprovação nos cursos ofertados e definidos em ato da Diretoria de Atendimento - DIRAT, cuja comprovação deve constar no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sem prejuízo dos demais requisitos exigidos em outros normativos.

§ 1º É requisito para designação no cargo de Gerente-Executivo ter exercido função de Gerente de APS ou cargo em comissão de DAS, função gratificada ou comissionada no âmbito da Administração Pública, sem prejuízo dos demais requisitos exigidos em outros normativos.

§ 2º É de responsabilidade do indicado anexar ao processo os certificados de aprovação dos cursos de que tratam o caput, cujo atendimento será objeto de conferência por parte dos Serviços de Desenvolvimento de Carreiras e Educação das SRs.

§ 3º Em casos excepcionais e devidamente justificados, a designação de que trata o caput poderá ser realizada mediante a apresentação do comprovante de inscrição nos cursos, os quais deverão ser concluídos no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data da designação.

§ 4º Na hipótese do § 3º, caberá à chefia imediata do servidor designado o acompanhamento da realização e da aprovação dos cursos.

Art. 5º Subdelegar às Chefias das Unidades de Gestão de Pessoas a competência para a prática do ato de exoneração a pedido, relativa a cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do INSS, salvo os casos previstos em legislação específica.

Art. 6º Revogam-se as Portarias:

I - nº 2.597/PRES/INSS, de 16 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 182, de 19 de setembro de 2019, Seção 1, pág. 55; e

II - nº 3.189/PRES/INSS, de 14 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 222, de 18 de novembro de 2019, Seção 1, pág. 10.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO I

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022
FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO

( ) Designação/nomeação ( ) Dispensa/Exoneração ( ) Dispensa/Exoneração a pedido

Nome do servidor (a)	
Matrícula nº	
CPF nº	
Nome do cargo ou função a ser exercido ou dispensado	
Código da função ou cargo (FG, FCT, DAS, FCPE, CCE ou FCE)	
Unidade de lotação de origem	
Gerência-Executiva (ou unidade hierarquicamente superior)	
Superintendência-Regional (ou Diretoria)	
Data da exoneração/dispensa (quando se tratar de exoneração/dispensa retroativa)	
Jornada de trabalho	
Está notificado em processo administrativo disciplinar (consulta Corregedoria)	
Situação do cargo (vago/ocupado)	
Se ocupado, nome e matrícula do titular	
Está investido em cargo/função comissionada (se sim, identificar o nome e a vinculação)	

ANEXO II

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022
DECLARAÇÃO CIENTE DA VEDAÇÃO NEPOTISMO

Nome:	CPF nº:
Cargo/Função a ser ocupado:	

Declaro estar ciente da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do Decreto nº 7.203, e que, em consequência, não infrinjo nenhum dos seus dispositivos.

Declaro, ainda, quanto à existência de vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal, o seguinte:

( ) não possuo nenhum vínculo.

( ) possuo vínculo com:

DADOS DO SERVIDOR(A) COM QUEM POSSUI VÍNCULO FAMILIAR		
Nome	Grau de parentesco	Órgão / Cargo ocupado

Declaro, por fim, o devido acatamento e observância às regras estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

_____, _____ de _____de 20____.

_____

NOME DO SERVIDOR MAIÚSCULO E NEGRITO

Matrícula nº

ANEXO III

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Formulário para postulante a Cargo em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS ou Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE em conformidade com o Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019.

1. Dados gerais

Nome:

Nome social:

CPF:

E-mail:

Telefone:

Matrícula SIAPE (se houver):

2. Critérios gerais

2.1. ( ) tenho idoneidade moral e reputação ilibada.

2.2. ( ) tenho perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual estou sendo indicado.

Justificativa quanto à compatibilidade do perfil profissional e/ou formação acadêmica:

2.3. ( ) não me enquadro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

3. Critérios específicos (assinalar no mínimo um dos critérios, cuja comprovação deverá observar o item 4)

3.1 DAS e FCPE de níveis 2 e 3:

3.1.1 ( ) possuo experiência profissional de, no mínimo, 2 (dois) anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função.

3.1.2 ( ) ocupei cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, 1 (um) ano.

3.1.3 ( ) possuo título de especialista, mestre ou doutor, validado ou reconhecido pelo MEC, em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

3.1.4 ( ) sou servidor público ocupante de cargo efetivo de nível superior ou militar do círculo hierárquico de oficial ou oficial-general.

3.1.5 ( ) concluí cursos de capacitação em escolas de governo em áreas correlatas ao cargo ou à função para o qual tenha sido indicado, com carga horária mínima acumulada de 120 (cento e vinte) horas.

Justificativa quanto à correlação dos cursos de capacitação:

3.2 DAS e FCPE de nível 4:

3.2.1 ( ) possuo experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função.

3.2.2 ( ) ocupei cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, 2 (dois) anos.

3.2.3 ( ) possuo título de especialista, mestre ou doutor, validado ou reconhecido pelo MEC, em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

3.3 DAS e FCPE de níveis 5 e 6:

3.3.1 ( ) possuo experiência profissional de, no mínimo, 5 (cinco) anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função.

3.3.2 ( ) ocupei cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS de nível 3 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, 3 (três) anos.

3.3.3 ( ) possuo título de mestre ou doutor, validado ou reconhecido pelo MEC, em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

4. Formas de comprovação dos critérios específicos

Item	Meio de comprovação
3.1, 3.2 e 3.3	Currículo, com descrição das informações mais relevantes considerando a compatibilidade com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado.
3.1.1, 3.2.1 e 3.3.1 - Experiência profissional	Preenchimento do campo de Justificativa do item 2.2, de maneira resumida, informando: 1 - o órgão de exercício (caso a experiência tenha sido como servidor) ou o local de trabalho (caso a experiência não tenha sido como servidor); 2 - o período; e 3 - as atividades. A informações acima deverão ser correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função, observando o tempo mínimo de experiência profissional para cada nível de DAS/FCPE.
3.1.2, 3.2.2, 3.3.2 - Experiência em cargo em comissão ou função de confiança	Preenchimento do campo de Justificativa do item 2.2, de maneira resumida, informando: 1 - o órgão de exercício de qualquer esfera de Poder; e 2 - o período de ocupação do cargo em comissão ou função de confiança. Observação 1: Deverá ser observado o tempo mínimo para cada nível de DAS/FCPE. Observação 2: No caso do item 3.3.2 (DAS/FCPE níveis 5 e 6), observar também a equivalência, do cargo ou função ocupado, ao DAS de nível 3 ou superior, de acordo com a Portaria nº 121, de 27 de março de 2019, do Ministério da Economia, publicada em 28 de março de 2019.
3.1.3, 3.2.3 e 3.3.3 - Formação acadêmica	Preenchimento do campo de Justificativa do item 2.2, de forma resumida, informando: 1 - a formação acadêmica; 2 - o nome da instituição; e 3 - qual o curso. As informações acima que deverão ser compatíveis com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado, observada a titulação mínima para cada nível de DAS/FCPE.
3.1.5 - Cursos de capacitação em escolas de governo	Preenchimento do campo de justificativa do item 3.1.5, de forma resumida, informando: 1 - o nome da escola de governo; 2 - qual o curso, e 3 - carga horária. As informações acima deverão ser em áreas correlatas ao cargo ou a função para o qual tenha sido indicado, com carga horária mínima acumulada de cento e vinte horas.

5. Declarações

DECLARO que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, e que estou CIENTE de que as informações contidas neste formulário poderão ser disponibilizadas de forma transparente, em formato aberto, para conhecimento da sociedade.

_____ _____

Local e data Assinatura do(a) Indicado(a)

6. Conclusão da aferição dos critérios

Considerando as informações prestadas, informo que o postulante:

( ) preenche ( ) não preenche os requisitos necessários para a ocupação do cargo/função.

Justificativa em caso de não preenchimento dos critérios:

_____

Local e data

_____

(Autoridade responsável pela indicação ou pela nomeação)

(Cargo em comissão ou Função de confiança do responsável)

(Nome completo)

(Matrícula SIAPE)

7. Dispensa excepcional dos critérios

A aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos poderá ser dispensada, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão em que estiver alocado o DAS ou a FCPE ou do órgão ao qual se vincula a entidade em que o DAS ou a FCPE se encontra alocado, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

ANEXO IV

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO A DADOS

Eu, [PREENCHER SEU NOME COMPLETO], indicado(a) por meio do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - SINC[i] para exercer função pública no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, AUTORIZO o tratamento de dados[ii] para o cumprimento das atribuições legais previstas no Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019[iii] , por parte do órgão/entidade indicante, da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República (SAJ/SG/PR), da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR), bem como dos órgãos de consulta, a saber, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (ABIN), observado o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018[iv].

1. O SISTEMA INTEGRADO DE NOMEAÇÕES E CONSULTAS (SINC) SERVIRÁ:

1.1 ao registro e guarda das informações relativas às indicações que resultarem em nomeação ou designação para o exercício de função pública (inciso II do art. 11 do Decreto nº 9.794, de 2019);

1.2 ao registro e guarda, pelo prazo máximo de 1 (um) ano a contar da submissão da consulta, das informações relativas às indicações que não resultarem em nomeação ou designação para o exercício de função pública (parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 9.794, de 2019);

1.3 ao registro e disponibilização dos dados mencionados no item 2 deste termo pela ABIN e pela CGU (art. 18, §1º, do Decreto nº 9.794, de 2019);

1.4 à consulta, de forma automatizada, ao banco de dados de sanções aplicadas pelas comissões de ética mantido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. (art. 11, inciso IV, do Decreto nº 9.794, de 2019)

1.5 ao registro de esclarecimentos ou informações prestadas pelo órgão indicante ou pelo indicado acerca dos dados, quando solicitados pela SAJ/SG/PR (art. 18, § 2º, inciso I, do Decreto nº 9.794, de 2019);

1.6 à análise de óbice jurídico dos registros informados pelos órgãos de consulta (art. 18, I, do Decreto nº 9.794, de 2019);

1.7 ao compartilhamento dos registros, caso não seja verificado óbice jurídico à indicação, com os órgãos verificadores de oportunidade e conveniência administrativa (CC e SEGOV) para o exercício de função pública pelo indicado (art. 20 do Decreto nº 9.794, de 2019); e

1.8 ao tratamento das indicações de que trata o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, nos termos do inciso II do caput do art. 22.

2. SOBRE A VERIFICAÇÃO DE ÓBICE JURÍDICO[v] E A ANÁLISE DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA[vi] PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA, PODERÁ HAVER CONSULTA:

2.1 a dados públicos ou constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive de processos judiciais, administrativos ou apurações sobre aos quais o indicado tenha sido notificado;

2.2 de forma automatizada, ao banco de dados de sanções aplicadas pelas comissões de ética mantido pela CEP/PR; e

2.3 aos registros públicos acerca de pessoas jurídicas vinculadas ao indicado para exercer função pública.

(X) CONCORDO COM OS TERMOS DESCRITOS NOS ITENS 1 E 2 E ESTOU CIENTE QUE:

compete ao órgão ou entidade indicante prestar informações acerca do trâmite do meu processo de indicação, assim como repassar a mim as informações registradas no Sinc, para ciência ou quando houver necessidade de apresentação de esclarecimentos sobre os registros;

a análise de óbice jurídico poderá ser reaproveitada, mediante nova autorização, para consultas realizadas no prazo máximo de um ano para nova indicação para o exercício de função pública;

será realizado juízo de conveniência e oportunidade administrativa quanto à aprovação ou não da minha indicação para provimento de função pública para o qual estou indicado;

o juízo de conveniência e oportunidade administrativa será realizado relativamente à função pública para qual estou indicado. Caso haja outra indicação, o juízo será novamente exercido, sem vinculação ao juízo atual;

no caso de não nomeação ou designação para exercício de função pública, meus dados serão eliminados no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da submissão da consulta em epígrafe;

no caso de nomeação ou designação para o exercício de função pública ao qual estou indicado, meus dados serão mantidos para verificação futura, a qualquer tempo, sobre a conformidade da aprovação, nos termos dos incisos I e IV do art. 16 da LGPD;

os agentes que realizarão o tratamento de dados pessoais autorizado neste termo estão sujeitos às responsabilidades e sanções cíveis, administrativas e penais previstas na LGPD;

a recusa do fornecimento da autorização de que trata esse Termo, para os casos em que a pesquisa for obrigatória (art. 14 do Decreto nº 9.794, de 2019), importará em prejuízo ao prosseguimento da indicação para o exercício de função pública;

os direitos previstos no capítulo II e III da LGPD serão resguardados pelo órgão/entidade indicante e os demais órgãos descritos nesse Termo.

_____, _____ de _____de 20____
(nome da cidade e UF)

_____
[NOME DO SERVIDOR MAIÚSCULO E NEGRITO DO SERVIDOR INDICADO]
Matrícula nº

i Sistema instituído pelo Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019.

ii Conforme descrito no item 2, os dados tratados serão aqueles necessários e proporcionais à verificação de informações sobre a vida pregressa do indicado que possam impactar o exercício de função pública.

iii Íntegra do Decreto nº 9.794, de 2019, disponível no Portal da Legislação do Governo Federal ou pelo link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9794.htm>.

iv Íntegra da Lei nº 13.709, de 2018, disponível no Portal da Legislação do Governo Federal ou pelo link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>.

v Realizada pela SAJ/SG/PR, nos termos do art. 18, inciso I, do Decreto nº 9.794, de 2019.

vi Realizada pela CC/PR e pela SEGOV/PR, nos termos dos artigos 22 e 23 do Decreto nº 9.794, de 2019.

ANEXO V

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022
FORMULÁRIO DE CONSULTA À CASA CIVIL PARA PROVIMENTO DE CARGOS DAS 3 a 6

DADOS PESSOAIS DO INDICADO		
Data:		
Nome:		
Data Nascimento:	Naturalidade:	UF:
Filiação:	Pai:	
	Mãe:	
RG:	Órgão expedidor:	
CPF:	E-mail:	
Título de Eleitor:		

CARGO INDICADO		
Código do Cargo: (FCPE/DAS)		
Nome do Cargo que está sendo indicado:		
Situação do Cargo: (vago ou ocupado)	Unidade:	UF:
Se ocupado, nome do titular atual do cargo: Mat. do atual ocupante:		
Órgão/Entidade: *Instituto Nacional do Seguro Social - INSS*		
Ministério: *do Trabalho e Previdência*		

O exercício do cargo em comissão ocorrerá no âmbito dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001?
( ) Sim ( ) Não
O exercício do cargo em comissão implicará na gestão de dotações orçamentárias, de recursos financeiros ou de patrimônio, na Administração direta e indireta dos Poderes da União, conforme previsto no art. 29, § 1º, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001?
( ) Sim ( ) Não

VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO		
( ) Sim ( ) Não		
Tipo: Civil ( ) Militar ( )	Poder: Executivo ( ) Legislativo ( ) Judiciário ( )	Esfera: Federal ( ) Municipal ( ) Estadual/Distrital ( )
Matrícula do Indicado nº:		
Cargo Efetivo/Órgão Origem:		
Cargo Comissionado atual (se exerce):		
Instituição de Exercício atual:		

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (somente CARGOS E FUNÇÕES)
(Informar MÊS e ANO)
Cargo:
Descrição:
Órgão/Entidade:
Período:
De: _____/_____ Até: ____/_____
Cargo:
Descrição:

Órgão/Entidade:
Período: De: ____/_____ Até: ____/_____
Cargo:
Descrição:
Órgão/Entidade:
Período: De: ____/_____ Até: ____/_____

RESIDÊNCIA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (informar somente o ANO)
Município: UF:
Período: De: _____ Até:_____
Município: UF:
Período: De: _____ Até: _____
Município: UF:
Período: De: _____ Até: _____

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 116, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
193630 - Cidade Encantada - Circulação
MARCUS VINICIUS HONORATO ARAUJO - ME
CNPJ/CPF: 17.803.318/0001-03
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 12.720,40
Valor total atual: R$ 1.009.584,40

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184272 - Das Montanhas e Aguas de Minas
ASSOCIACAO LIVRE DE CULTURA E ESPORTE - ALCE
CNPJ/CPF: 28.308.478/0001-00
Cidade: Itabirito - MG;
Valor Complementado: R$ 120.478,05
Valor total atual: R$ 369.164,64

PORTARIA Nº 117, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210079 - Ave Lola em Movimento: teatro na praça
Ave Lola e As Meninas Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 13.001.352/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191507 - BRINCAR É O MELHOR REMÉDIO
TRUKS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.009.456/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201514 - Candeeiro da Amizade: amor ao Rio Grande
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Cidade: Passo Fundo - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202543 - Circulação Canções para Pequenos Ouvidos
NASCEDOURO SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.857.615/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202895 - Cultura em Comunidade - Ceará 1
INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA
CNPJ/CPF: 01.437.408/0001-98
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

182738 - Doses de Sorriso - 1ª Edição
Organização Doutores Palhaços SOS Alegria
CNPJ/CPF: 13.311.763/0001-03
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194017 - Festival da Melanina Acentuada - Ano 06
Aldri Antonio Alves da Anunciação
CNPJ/CPF: 633.863.485-72
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204569 - Festival de Cultura Popular
CIRC CENTRO DE INTERCAMBIO E REFERENCIA CULTURAL
CNPJ/CPF: 12.157.714/0001-97
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194148 - FIIS - Arte e Cultura (Nome Provisório)
MOVA PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 09.359.022/0001-17
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211710 - IGI OSÈ BAOBÁ- CARNAVAL 2022
gremio recreativo escola de samba portela
CNPJ/CPF: 42.255.075/0001-63
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191523 - O ALUNO SEM NOME
TRUKS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.009.456/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210154 - O jardim secreto
ANA KAROLINA OLIMPIO MARCOS
CNPJ/CPF: 067.133.809-99
Cidade: Tubarão - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202748 - O Resgate do Circo
ISABELA PEREIRA DE SOUSA PIRES
CNPJ/CPF: 046.985.861-35
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
202998 - AMOR, VIDA E MÚSICA - Oficina instrumental, Coro e Orquestra
ASSOCIACAO BATISTA DA PENHA
CNPJ/CPF: 07.133.912/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

200348 - Circuito Cultural RS
MURLIKI - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 07.083.950/0001-76
Cidade: Capão da Canoa - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202197 - Oficinas Artísticas de Acordeon & Rabeca
INSTITUTO DE ACOES AMBIENTAIS, CULTURA E JUSTICA SOCIAL - AMJUS
CNPJ/CPF: 11.111.001/0001-20
Cidade: São Miguel do Gostoso - RN;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/07/2022

190732 - ORQUESTRA DE CORDAS ESCOLA FAMÍLIA VALE DAS ACÁCIAS
ASSOCIACAO VALE DAS ACACIAS
CNPJ/CPF: 78.971.421/0001-57
Cidade: Londrina - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

201197 - Orquestra Ladies Ensemble no Auditório Regina Casillo
Associacao Cultural Solar do Rosario
CNPJ/CPF: 40.408.353/0001-40
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211767 - Plano Anual SOU Arte (2022)
Centro de Convivencia Arte & Vida
CNPJ/CPF: 07.754.511/0001-48
Cidade: Arapongas - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191746 - Theresina arte fest o festival cultural de Teresina
F G DA SILVA PROMOCOES E PUBLICIDADE
CNPJ/CPF: 06.337.761/0002-09
Cidade: Timon - MA;
Prazo de Captação: 11/02/2022 à 31/12/2022

204900 - TOCANDO A VIDA - ANO VI - ACÃO CONTINUADA
ASSOCIAÇÃO ESTAÇAO DA LUZ
CNPJ/CPF: 06.139.069/0001-87
Cidade: Eusébio - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203566 - ARTE EM CORES
VIVAS CULTURA E ESPORTE LTDA
CNPJ/CPF: 20.389.940/0001-21
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/08/2022

210464 - Moradores - A Humanidade do Patrimônio
Nitro Editorial LTDA ME
CNPJ/CPF: 17.289.402/0001-50
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205186 - Nise da Silveira (22 anos de morte) - da rebeldia ao afeto
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 15/03/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
193467 - 15 EXPEDIÇÕES ANTÁRTICAS - nome provisório
Simples Assim Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211694 - BOB WOLFENSON - FACES DA INCLUSÃO
DE ARTE PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 01.742.102/0001-45
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/11/2022

184240 - BOOK TRUCK - CULTURA PARA TODO O LADO
VR SERVIÇOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191087 - Coleção Turminha Brava 4ª edição
CEPAR CULTURAL ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.242.168/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202163 - Cultura e Saúde - Personagens e Histórias da Medicina no Brasil
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204105 - Festival Literário de Gostoso
JURITI CONSULTORIA E PRODUCOES LTDA - JURITI PRODUCOES
CNPJ/CPF: 20.805.660/0001-57
Cidade: São Miguel do Gostoso - RN;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/07/2022

204057 - Jornada Sabiá de Leitura
Elo 3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

180809 - LER, CONHECER E PRESERVAR A IDENTIDADE SUL-MATO-GROSSENSE.
LUCIMARA DE OLIVEIRA CALVIS
CNPJ/CPF: 511.714.901-78
Cidade: Campo Grande - MS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 30/06/2022

201301 - Literacia Familiar: Leia e cante pra Mim!
TEREZINHA OSMARI BAGATINI 82484538987
CNPJ/CPF: 14.318.583/0001-08
Cidade: São Miguel do Oeste - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205035 - Literatura Acessível | 2
INSTITUTO INCLUIR: TRANSFORMAR, DEMOCRATIZAR & HUMANIZAR
CNPJ/CPF: 31.037.402/0001-94
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203886 - Minas Gerais
MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49
Cidade: Santos - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

190979 - Minha Escola Lê - V
EDITORA ECOARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.205.403/0001-65
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

182707 - O Canto do Cisne
MARIANE ELIZABETE DE FREITAS
CNPJ/CPF: 817.466.289-87
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

190724 - Publicidade Brasileira - Os Primeiros 110 anos - (1808 - 1818)
FGF AGRICULTURA & NEGOCIOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.139.671/0001-87
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205131 - Santa Bertilla Boscardin, da Itália ao Brasil
FAROL DOS REIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.232.365/0001-65
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

200842 - Tempo de criança
Instituto Ideia Coletiva
CNPJ/CPF: 08.768.126/0001-12
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

193521 - Trilha das descobertas
Jatobá Educação e Cultura Eireli
CNPJ/CPF: 14.363.140/0001-39
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
210544 - Memórias da Música Preta
Agarb Produções de Eventos e Artístico
CNPJ/CPF: 17.913.317/0001-11
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.258, de 03 de novembro de 2021 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor dos projetos culturais relacionados abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

211691 - RODO CINE 5ª EDIÇÃO
PORTO ARQUITETURA E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 10.567.528/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 199.129,00
Valor total atual: R$ 597.773,85

211696 - Festival Varilux de Cinema Francês 2022
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 599.366,00
Valor total atual: R$ 1.926.952,30

211662 - OFICINA DE CINEMA NO SUL
CONCEITOH PRODUTORA DE FILMES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 35.796.172/0001-06
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Complementado: R$ 4.998,00
Valor total atual: R$ 197.773,13

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE CRUZ PEDRI

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

DECISÃO Nº 2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 72031.001999/2021-91. Recorrente/Interessado: Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais - SOCINPRO CNPJ nº 33.748.146/0001-79.

A SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL decide, nos termos do Despacho nº 1335578/2022/SNDAPI/SECULT (1335578), CONHECER O RECURSO INTERPOSTO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, confirmando a decisão que aplicou a sanção de ADVERTÊNCIA em razão dos descumprimentos das obrigações estabelecidas no art. 30, inciso XIV, do Decreto nº 9.574/2018, bem como das determinações para correção de irregularidades conforme previsão no art. 18, inciso IV, da Instrução Normativa 3/MinC/2015.

FELIPE CARMONA CANTERA
Secretário

DECISÃO Nº 3, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 71000.035363/2019-22. Recorrente/Interessado: Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes / Sociedade Musical Brasileira (AMAR/SOMBRÁS) CNPJ nº 30.713.325/0001-82.

A SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL decide, nos termos do Despacho nº 1350051/2022/SNDAPI/SECULT (1350051), CONHECER O RECURSO INTERPOSTO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, confirmando a decisão que aplicou a sanção de ADVERTÊNCIA em razão dos descumprimentos das obrigações estabelecidas no art. 30, incisos IX e XIV, do Decreto nº 9.574/2018, bem como das determinações para correção de irregularidades conforme previsão no art. 18, inciso IV, da Instrução Normativa 3/MinC/2015.

FELIPE CARMONA CANTERA
Secretário

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 25-E, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0057 REFORMA PLANETÁRIA
Processo: 01416.010127/2021- 51
Proponente: OKNA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 08.267.476/0001-03
Valor total aprovado: R$ 996.800,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 946.960,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 821, realizada em 12/01/2022

22-0061 TIPO ASSIM
Processo: 01416.010733/2021-76
Proponente: CINEMA NA VEIA PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 21.154.983/0001-90
Valor total aprovado: R$ 1.137.250,00

Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 70.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 821, realizada em 12/01/2022

22-0058 NASDROVIA
Processo: 01416.000020/2022-85
Proponente: CF FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.257.178/0001-00
Valor total aprovado: R$ 7.132.840,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.776.198,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 822, realizada em 18/01/2022

22-0060 VOCÊ NÃO SABE O QUE EU PASSO
Processo: 01416.010496/2020-62
Proponente: PARIS PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.580.503/0001-62
Valor total aprovado: R$ 7.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0064 SPIELBORGES
Processo: 01416.000855/2021-54
Proponente: GP7 CINEMA LTDA
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 04.937.797/0001-09
Valor total aprovado: R$ 440.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 418.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0065 OS IRMÃOS SEGRETO
Processo: 01416.000640/2021-33
Proponente: BANG BANG FILMES PRODUÇÕES EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.230.968/0001-77
Valor total aprovado: R$ 3.903.733,75
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0066 AMBIÇÃO
Processo: 01416.000643/2021-77
Proponente: DGT FILMES LTDA - EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.021.799/0001-90
Valor total aprovado: R$ 3.438.786,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.266.846,70
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0067 ETOGO: UMA RETOMADA NO TEMPO
Processo: 01416.011463/2019-04
Proponente: BOULEVARD FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.126.484/0001-07
Valor total aprovado: R$ 250.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 87.500,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0068 NADA A FAZER
Processo: 01416.011133/2020-44
Proponente: DAZA PRODUÇÃO CULTURAL LTDA ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 12.240.058/0001-91
Valor total aprovado: R$ 433.158,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0069 MULHERES DA HISTÓRIA
Processo: 01416.009882/2020-10
Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Valor total aprovado: R$ 1.058.849,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.005.906,55
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0070 A OUTRA DIMENSÃO - CASAS MAL ASSOMBRADAS
Processo: 01416.000980/2021-64
Proponente: TEM DENDE PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 15.128.758/0001-87
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 150.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0071 LOBA
Processo: 01416.001145/2021-41
Proponente: TEM DENDE PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 15.128.758/0001-87
Valor total aprovado: R$ 2.500.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 575.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0072 MARILENA ANSALDI - A PRECURSORA DA DANÇA TEATRO NO BRASIL
Processo: 01416.001384/2021-00
Proponente: MARIA DAFÉ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.271.032/0001-45
Valor total aprovado: R$ 1.587.850,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 508.457,50
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 1.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0073 RACHADURAS DA ALMA
Processo: 01416.001236/2021-87
Proponente: PIGMENTO FILMES E PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 13.184.209/0001-02
Valor total aprovado: R$ 633.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 601.350,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0074 ANHANGÁ
Processo: 01416.001127/2021-60
Proponente: PIGMENTO FILMES E PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 13.184.209/0001-02
Valor total aprovado: R$ 3.172.004,60
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 504.074,37
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.509.330,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0075 RIO AMAZONAS DO GELO AO MAR
Processo: 01416.010673/2020-19
Proponente: AVENTURAS PRODUÇÕES E EDIÇÕES EDUCATIVAS LTDA
Cidade/UF: Bragança Paulista / SP
CNPJ: 01.287.908/0001-90
Valor total aprovado: R$ 6.250.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.200.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.800.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 900.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0076 O DIA QUE DUROU 21 ANOS (3)
Processo: 01416.010671/2020-11
Proponente: PEQUI FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.247.686/0001-04
Valor total aprovado: R$ 1.587.050,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.507.697,50
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0077 CARDUME
Processo: 01416.010515/2020-51
Proponente: ZERO K FILMES LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.942.377/0001-34
Valor total aprovado: R$ 3.476.330,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.302.513,50
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

22-0078 A RECICLAGEM NO BRASIL
Processo: 01416.001647/2021-72
Proponente: VAMOS PRODUÇÕES CINEMATROGRÁFICAS E JORNALISMO LTDA - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 22.918.589/0001-44
Valor total aprovado: R$ 477.912,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 454.016,40
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0079 ACESSO: FLUMINENSE
Processo: 01416.010241/2021-81
Proponente: CANAL AZUL PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.613.170/0001-04
Valor total aprovado: R$ 2.375.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.256.250,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 821, realizada em 12/01/2022

22-0080 VIDA DE RAINHA
Processo: 01416.005368/2020-05
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 2.123.737,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.008.775,08
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.008.775,07
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 823, realizada em 21/01/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº: 01506.002216/2010-61
Projeto: Prospecção Arqueológica na Área Diretamente Afetada do Aterro Sanitário de Pederneiras
Arqueólogos Coordenadores: Marina Neiva de Oliveira e Wesley Charles de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Pederneiras, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01512.000146/2020-08
Projeto: Monitoramento Arqueológico da 1ª Etapa das Intervenções de Restauro do Theatro Sete de Abril
Arqueóloga Coordenadora: Diele Ilha Thomasi
Área de Abrangência: Município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

02-Processo nº 01421.001554/2013-69
Projeto: Prospecção Arqueológica, Monitoramento e Educação Patrimonial das Vias de Acesso da Barragem Oiticica
Arqueóloga Coordenadora: Rosivânia de Castro Aquino
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - MCC - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas e São Fernando, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

03-Processo nº 01506.000717/2020-85
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico para bens presentes no Âmbito da Duplicação de Via Permanente - Rumo Malha Paulista S/A
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

04-Processo nº 01492.000505/2015-37
Projeto: Salvamento Arqueológico - Sítio Arqueológico Santarenzinho, Áreas de influência da Estação de Transbordo de Cargas Rurópolis
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Área de Abrangência: Município de Rurópolis, estado do Pará
Prazo de Validade: 10 (dez) meses

05-Processo nº 01425.000502/2018-40
Projeto: Mitigação de impactos, preservação e monitoramento arqueológico no Casarão de Bem-Bem - Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca
Arqueóloga Coordenadora: Gabriele Viega Garcia
Apoio Institucional: Instituto do Homem Brasileiro
Área de abrangência: Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Processo nº 01403.000139/2014-94
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na ADA das obras de pavimentação da Rodovia AL-101, interligando a Ilha da Croa (Barra de Santo Antônio) a Morros de Camaragibe (Passo de Camaragibe)
Arqueólogo Coordenador: Cristiano Barbosa de Lima
Apoio Institucional: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico - NEPA - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Área de Abrangência: Municípios de Barra de Santo Antônio e Passo de Camaragibe, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO III

01-Processo nº: 01506.000103/2022-65
Projeto: Monitoramento arqueológico das obras do Projeto Pina Contemporânea (Pinacoteca)
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Processo nº 01506.000187/2022-37
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras para Ampliação do Parque da Independência
Arqueólogas Coordenadoras: Angélica Aparecida Moreira da Silva e Débora Leonel Soares
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

03-Processo nº 01408.000803/2012-96
Projeto: Salvamento Arqueológico de sítios localizados no município de Mataraca
Arqueóloga Coordenadora: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Área de Abrangência: Município de Mataraca, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

04-Processo nº 01402.000036/2022-47.
Projeto: Geoarqueologia e Paleoclimatologia no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)
Arqueólogo Coordenador: Waldimir Maia Leite Neto
Área de Abrangência: Sítios arqueológicos Toca da Roça do Justino Aquino e Toca de Cima dos Pilão, município de Coronel José Dias, estado do Piauí
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: LTR Construções e Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial Parque das Flores
Processo n.º 01506.000539/2019-59
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Condomínio Residencial Parque das Flores
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: José Eduardo Abrahão
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Piracicaba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Grande Sertão João Pinheiro de Energia Fotovoltaica Ltda
Empreendimento: Grande Sertão Energia João Pinheiro
Processo nº 01514.000752/2021-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Grande Sertão Energia João Pinheiro
Arqueóloga Coordenadora: Aline Gonçalves dos Santos
Arqueóloga de Campo: Aline Gonçalves dos Santos
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de João Pinheiro, estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cajugram Granitos e Mármores
Empreendimento: Minas Golden Storm
Processo nº 01514.002485/2018-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Mina Cajugram Minas Golden Storm
Arqueóloga Coordenadora: Fátima Cristina da Silva Oliveira
Arqueóloga de Campo: Fátima Cristina da Silva Oliveira
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - MG)
Área de Abrangência: Municípios de Itaobim e Jequitinhonha, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendimento: Loteamento Residencial Condomínio Guaecá
Empreendedor: Marcelo Scalet Araújo
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Condomínio Guaecá
Processo nº 01506.000659/2021-71
Arqueóloga Coordenadora: Ana Lucia Herberts
Arqueóloga de Campo: Ana Lucia Herberts
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai -Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São Sebastião, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

05-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Construtora Etam Ltda
Empreendimento: Usina de Produção de Concreto Asfáltico
Processo nº 01490.000590/2017-15
Projeto: Acompanhamento Arqueológico em Usina de Produção de Concreto Asfáltico
Arqueólogo Coordenador: João Queiroz Rebouças
Arqueólogo de Campo: Leandro Gustavo Rego Braga
Área de Abrangência: Município de Manaus, estado do Amazonas
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tenda Negócios Imobiliários S.A
Empreendimento: Parque dos Sonhos I
Processo nº 01516.000659/2021-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Área do Parque dos Sonhos I
Arqueólogo Coordenador: Ricardo Augusto Silva Nogueira
Arqueólogo de Campo: Willy Eduardo Hochleitner
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de Goiânia, estado de Goiás
Prazo de Validade: 03 (três) meses

02-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Mineração Monte Alegre Ltda EPP
Empreendimento: Exploração de Jazida Mineral
Processo nº 01506.006424/2016-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Exploração de Jazida Mineral
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Thaissa de Castro Almeida Caino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Municípios de Campina do Monte Alegre e Buri, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Alfagrês Ltda
Empreendimento: Mineração Alfagrês Ltda
Processo nº 01506.001719/2021-72
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Mineração Alfagrês Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Eduardo Carvalho de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Rio Claro, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Alfagrês Ltda
Empreendimento: Mineração Alfagrês Ltda
Processo nº 01506.001718/2021-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Mineração Alfagrês Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Eduardo Carvalho de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Rio Claro, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: São Bento Administração e Participações Ltda
Empreendimento: Sem Denominação - Fase 1
Processo nº 01506.001612/2021-24
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Sem Denominação - Fase 1
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Tatuí, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Alfagrês Ltda
Empreendimento: Mineração Alfagrês Ltda
Processo nº 01506.000932/2021-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Mineração Alfagrês Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Eduardo Carvalho de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Ipeúna, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Central Geradora Solar Lira S.A e Central Geradora Solar Coqueiral S.A
Empreendimento: Central Geradora Fotovoltaica Santa Fátima - UFV Caldeirão Grande III e UFV Caldeirão Grande IV
Processo nº 01402.000014/2019-81
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras da Central Geradora Fotovoltaica Santa Fátima - UFV Caldeirão Grande III e UFV Caldeirão Grande IV
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Suele Magalhães Cerqueira
Área de Abrangência: Município de Caldeirão Grande do Piauí, estado do Piauí
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

08-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Aurora Energia Renováveis IX Ltda
Empreendimento: Linha 500 kv Aurora Cluster III Sertão Veredas
Processo nº 01514.001151/2021-91
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha 500 kv Aurora Cluster III Sertão Veredas
Arqueólogo Coordenador: Warley de Almeida Delgado
Arqueólogo de Campo: Edward Karel Mauritis Koole
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Área de Abrangência: Município de Arinos, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ecourbis Ambiental S.A
Empreendimento: Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL
Processo nº 01506.001590/2021-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação de Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Renato Saad Panunzio
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

10-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Ventos de Santa Thaís Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Ventos de Santa Thaís
Processo nº 01421.000185/2021-05
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Eólico Ventos de Santa Thaís
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Rafael Nimai Uarian
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Municípios de Coronel Ezequiel e Santa Cruz, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

11-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Currais Novos Expansão
Processo nº 01421.000186/2021-41
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Complexo Eólico Currais Novos Expansão
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Rafael Nimai Uarian
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de abrangência: Municípios de Barcelona, Campo Redondo, Lajes Pintadas, Santa Cruz, São Tomé e Sítio Novo, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Consórcio Geração Solar 1
Empreendimento: UFV Solar Sertânia 1
Processo nº 01498.001150/2021-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Empreendimento Projeto da UFV Solar Sertânia 1
Arqueóloga Coordenadora: Gleyce da Conceição Lopes dos Santos
Arqueólogo de Campo: Ana Valéria Araújo Menezes
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
Área de Abrangência: Município de Sertânia, estado de Pernambuco.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Q3 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Central Park
Processo nº 01506.000999/2020-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Central Park
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Valéria de Oliveira Deróbio e outros
Empreendimento: Residencial Quinta das Oliveiras
Processo nº 01506.001406/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento Residencial Quinta das Oliveiras
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Arqueólogo de Campo: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Araraquara, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Veredas Realizações Imobiliárias Ltda
Empreendimento: Loteamento - Residencial Veredas
Processo nº 01506.001469/2021-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento Loteamento Residencial Veredas
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Arqueólogo de Campo: Wagner Gomes Bornal
Apoio Institucional: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Área de Abrangência: Município de São José dos Campos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Florêncio Queiroz Neto
Empreendimento: Loteamento Jardins de Montalcino
Processo nº 01506.004370/2019-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardins de Montalcino
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: PFD Loteamentos e Incorporações Ltda
Empreendimento: Loteamento Solaris
Processo nº 01508.000840/2021-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Solaris
Arqueólogo Coordenador: Maurício Hepp
Arqueólogo de Campo: Maurício Hepp
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Nova Aurora, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Braulio Belinati Garcia Perez
Empreendimento: Loteamento Parque Residencial e Industrial Madri
Processo n.º 01508.000848/2021-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Parque Residencial e Industrial Madri
Arqueólogo Coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Marialva, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteadora Jardim Ltda
Empreendimento: Loteamento Cidade Jardim
Processo nº 01508.000865/2021-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Cidade Jardim
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município da Cornélio Procópio, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tendência Mineradora Ltda
Empreendimento: Lavra de Areia Riacho dos Franciscos
Processo nº 01510.000025/2022-30
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Ampliação da Lavra de Areia Riacho dos Franciscos
Arqueólogo Coordenador: Juliano Gordo Costa
Arqueólogo de Campo: Juliano Gordo Costa
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Jaguaruna, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

21-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Parque do Sol Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Parque do Sol
Processo nº 01510.000986/2021-63
Projeto: Acompanhamento Arqueológico no Loteamento Residencial Parque do Sol
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Marcos Vinicius Oliveira dos Santos
Área de Abrangência: Município de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

22-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Complexo de Geração de Energias Gameleiras S.A
Empreendimento: Central Geradora Eólica Gameleiras
Processo nº 01514.000736/2021-93
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para Central Geradora Eólica Gameleiras
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueóloga de Campo: Alessandra Teixeira Fontes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP-UFVJM)
Área de Abrangência: Municípios de Espinosa, Monte Azul e Santo Antônio do Retiro, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Vale Do São Miguel Ltda
Empreendimento: Mineração Vale do São Miguel

Processo nº 01514.001716/2021-30
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na a Área da Mineração Vale do São Miguel
Arqueólogo Coordenador: Adriano Batista de Carvalho
Arqueólogo de Campo: Bernardo Lacale Silva da Costa
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC - Prefeitura Municipal de Pains
Área de Abrangência: Município de Pains, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rubi Energia Ltda
Empreendimento: Parque Solar Pirapora
Processo nº 01514.001858/2020-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Parque Solar Pirapora
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Juliana Freitas
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire - CAALE - Prefeitura de Lagoa Santa
Área de Abrangência: Município de Pirapora, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda
Empreendimento: Fazenda Água Amarela
Processo nº 01514.001906/2020-76
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Fazenda Água Amarela
Arqueólogo Coordenador: Robson Antonio Rodrigues
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC - Prefeitura Municipal de Pains
Área de Abrangência: Município de Itapagipe, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Base 19 Empreendimentos Imobiliários S.A
Empreendimento: Estância Santa Paula
Processo nº 01551.000001/2021-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Estância Santa Paula
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueólogo de Campo: Wiliam Vaz Silva
Apoio Institucional: Museu de Geociências - Mgeo do Instituto de Geociências (IG) - Universidade de Brasília (UNB)
Área de Abrangência: Região Administrativa do Jardim Botânico, Distrito Federal
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

27-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Pam Arquitetura e Urbanismo Eireli EPP
Empreendimento: CDHU Registro "E"
Processo nº 01506.004242/2019-62
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de implantação do empreendimento CDHU Registro "E"
Arqueóloga Coordenadora: Ana Cláudia de Arthur Jucá
Arqueólogo de Campo: José Fernando de Oliveira Júnior
Área de Abrangência: Município de Registro, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Renova Energia S.A
Empreendimento: Rede de Média Tensão (RMT) da Usina Solar Fotovoltaica (USF) Caetité V.a
Processo nº 01502.001836/2021-76
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Rede de Média Tensão (RMT) da Usina Solar Fotovoltaica (USF) Caetité V.a
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Lucas Santos Oliveira
Apoio Institucional: Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB- Prefeitura Municipal de Caetité
Área de Abrangência: Município de Caetité, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: LCM Construções e Comércio S.A
Empreendimento: Condomínio Residencial Complexo Costa Verde (Fases 1, 2 e 3)
Processo nº 01502.001466/2021-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Complexo Costa Verde (Fases 1, 2 e 3)
Arqueóloga Coordenadora: Sílvia Alves Peixoto
Arqueólogo de Campo: Daivisson Batista Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Porto Seguro, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

30-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Jaspe Energia Ltda
Empreendimento: Parque Solar Welton
Processo nº 01502.001457/2020-03
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Influência do Parque Solar Welton
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Ingrend Guimarães Cornaquini
Área de Abrangência: Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

31-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Said Toscana Empreendimentos SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Villa Toscana
Processo nº 01506.006216/2017-15
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Loteamento Villa Toscana
Arqueólogo Coordenador: Fábio Guaraldo Almeida
Arqueólogo de Campo: Danilo Alexandre Galhardo
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

32-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: G3 Engenharia e Construções Ltda
Empreendimento: Condomínio Bela Vista
Processo nº 01494.000361/2021-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Condomínio Bela Vista
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Márcia Rodrigues Santos
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira" - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMA SUL)
Área de Abrangência: Município de Imperatriz, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

33-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BEMISA - Brasil Exploração Mineral S/A
Empreendimento: Mina da Baratinha - Ampliação Pilha Oeste e Implantação Pilha Norte 2
Processo nº 01514.000986/2021-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Mina da Baratinha - Ampliação Pilha Oeste e Implantação Pilha Norte 2
Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva
Arqueólogo de Campo: Thiago de Souza Nascimento
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Antônio Dias, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

34-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Renova Energia S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Cordilheira dos Ventos
Processo nº 01421.000202/2021-04
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Eólico Cordilheira dos Ventos
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Daniel Henrique da Silva Santos
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de abrangência: Municípios de Bodó, Cerro Corá, Lajes, Fernando Pedroza, Santana do Matos e São Tomé, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

35-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fortezze Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Fortezze Empreendimentos Imobiliários
Processo nº 01508.000816/2021-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Fortezze Empreendimentos Imobiliários
Arqueólogos Coordenadores: Cleiton Silva da Silveira e Fábio Isídio dos Santos
Arqueólogo de Campo: Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Londrina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

36-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Maria Luiza Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Sítio Lila
Processo n.º 01506.000016/2022-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Sítio Lila
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Juliana da Costa Nardi Nunes
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Municípios de Santana de Parnaíba e Araçariguama, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

37-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DJ Granitos Eirelli
Empreendimento: Empreendimento Minerário ANM 872.403/2016 (Fazenda Mucambo)
Processo nº 01502.001035/2021-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Minerário ANM 872.403/2016 (Fazenda Mucambo)
Arqueóloga Coordenadora: Dionne Miranda Azevedo Erler
Arqueólogo de Campo: Igor da Silva Erler
Apoio Institucional: Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB - Prefeitura Municipal de Caetité
Área de Abrangência: Município de Brotas de Macaúbas, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

38-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Murión Solar Energia SPE Ltda
Empreendimento: Complexo Solar Murión
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área Complementar do Complexo Solar Murión
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Fábio Isídio dos Santos
Área de Abrangência: Município de Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

39-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Vila da Pedra I
Processo nº 01403.000188/2020-78
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Vila da Pedra I
Arqueóloga Coordenadora: Danúbia Valéria Rodrigues de Lima
Arqueóloga de Campo: Fátima Cristina da Silva Oliveira
Área de Abrangência: Município de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas
Prazo de validade: 03 (três) meses

40-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: GDR Construções Ltda
Empreendimento: Condomínio Rafaela
Processo nº 01494.000576/2021-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Condomínio Rafaela
Arqueólogos Coordenadores: Rafaela Fonseca de Oliveira e Janderson Tameirão
Arqueólogo de Campo: Ricardo Luís Figueiredo Santos
Área de Abrangência: Município de Paço do Lumiar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 65, de 22 de outubro de 2021, Seção 1, Anexo IV, Página 145, Autorização nº 32, processo nº 01423.000082/2021-17, publicada em 25/10/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Jonas Elias Volcov", leia-se: "Arqueóloga de Campo: Alyne Mayra Rufino".

Na Portaria nº 6, de 27 de janeiro de 2022, Seção 1, Anexo V, Página 286, Autorização nº 15, processo nº 01506.001726/2021-74, publicada em 31/01/2022, onde se lê: "Processo nº 01506.001593/2021-36", leia-se: "Processo nº 01506.001726/2021-74."

Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 187, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tendo em vista o art. 3º, § 2º, da Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 23. .....

.....

XII - operações de crédito a serem amortizadas com base nos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme previsto no art. 13, incisos XIII-A e XVII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

a) as operações de crédito devem estar em conformidade com as disposições previstas na regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, ou no Decreto nº 10.939, de 13 de janeiro de 2022, conforme aplicável;

b) os direitos creditórios devidos pela CDE à Conta-covid ou à Conta Escassez Hídrica devem ser cedidos fiduciariamente ou empenhados em favor da instituição credora; e

c) as quotas da CDE, específicas para a amortização das operações de crédito, devem ser majoradas para a constituição de reserva de liquidez equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) da soma do principal, encargos financeiros e demais custos administrativos relacionados à operação.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

RESOLUÇÃO BCB Nº 188, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no art. 10, incisos III e IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 66 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, resolve:

CAPÍTULO I

DAS REGRAS GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança.

Art. 2º Os bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, os bancos comerciais, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as caixas econômicas e as cooperativas de crédito autorizadas pelo Banco Central do Brasil a captar depósitos de poupança na forma da regulamentação vigente estão sujeitos ao recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança.

Parágrafo único. Na hipótese de cooperativas de crédito que integrem sistema cooperativo, a comprovação do cumprimento da exigibilidade, bem como o recolhimento e o pagamento de custos financeiros de que trata o art. 8º desta Resolução, é responsabilidade:

I - da cooperativa central de crédito, em sistema de dois níveis;

II - da confederação de crédito, em sistema de três níveis; e

III - do banco cooperativo, em sistema de três níveis no qual a confederação não seja de crédito.

Art. 3º Constituem Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) os saldos inscritos nas seguintes rubricas contábeis do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif):

I - 4.1.2.00.00-3 Depósitos de Poupança; e

II - 6.2.1.00.00-3 APE - Recursos de Associados Poupadores.

Parágrafo único. Estão isentos do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança os saldos de depósitos de poupança vinculada e de depósitos de poupança pecúlio.

Art. 4º A base de cálculo da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos nas rubricas de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Resolução, relativos aos dias úteis do período de cálculo.

Parágrafo único. O período de cálculo compreende os dias úteis de uma semana, com início na segunda-feira e término na sexta-feira.

Art. 5º A exigibilidade de recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO II

DAS DEDUÇÕES

Art. 6º Sobre as exigibilidades dos recursos de depósitos de poupança, nas modalidades livre e rural, calculadas na forma do art. 5º incidirão as seguintes deduções, com relação às operações contratadas e às aplicações realizadas a partir de 22 de junho de 2020 e até 31 de dezembro de 2020:

I - do saldo de operações de crédito para financiamento de capital de giro para empresas com faturamento anual de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), excluídos os refinanciamentos;

II - do saldo de aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) de instituições que não pertençam ao próprio conglomerado; e

III - do saldo de repasses interfinanceiros efetuados por bancos cooperativos a cooperativas singulares integrantes do mesmo sistema cooperativo de crédito destinados à concessão de operações de crédito para financiamento de capital de giro para empresas com faturamento anual de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), excluídos os refinanciamentos.

§ 1º A soma das deduções de que tratam os incisos I, II e III do caput será distribuída entre as duas modalidades de poupança, livre e rural, na proporção de seus VSRs.

§ 2º A soma das deduções de que tratam os incisos I, II e III do caput não poderá superar 30% (trinta por cento) da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança, nas modalidades livre e rural, calculada na forma do art. 5º.

§ 3º As associações de poupança e empréstimo, as sociedades de crédito imobiliário e as cooperativas de crédito estão excluídas das deduções de que tratam os incisos I e II do caput.

§ 4º As deduções de que tratam os incisos I, II e III do caput serão aplicadas até o período de cálculo com início em 5 de junho de 2023 e término em 9 de junho de 2023, cujo ajuste ocorrerá em 19 de junho de 2023, ou até o vencimento das operações, o que ocorrer primeiro.

§ 5º As deduções de que tratam os incisos I, II e III do caput se referem a operações nos termos dos §§ 6º e 7º do art. 5º-A da Circular nº 3.975, de 8 de janeiro de 2020.

§ 6º Os bancos cooperativos que efetuarem repasses interfinanceiros na forma do inciso III do caput ficam responsáveis pela comprovação de que os recursos repassados tenham sido corretamente aplicados pelas cooperativas singulares destinatárias, incorrendo em custos financeiros, conforme estabelecido nesta Resolução, na hipótese de deficiência no recolhimento compulsório decorrente de eventual exclusão de aplicações efetuadas em desacordo com a regulamentação de regência.

CAPÍTULO III

DO RECOLHIMENTO

Art. 7º A exigibilidade de recolhimento compulsório apurada para cada modalidade de depósito de poupança vigora da segunda-feira da segunda semana posterior ao encerramento do período de cálculo até a sexta-feira subsequente.

§ 1º O recolhimento deve ser efetuado exclusivamente em espécie, por intermédio de instituição titular de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, que comandará a respectiva transferência a crédito da conta de recolhimento correspondente a cada modalidade de depósito de poupança.

§ 2º O saldo de encerramento diário da conta de recolhimento correspondente a cada modalidade de depósito de poupança deve corresponder a 100% (cem por cento) da exigibilidade calculada na forma dos arts. 5º e 6º desta Resolução.

§ 3º A conta de recolhimento correspondente a cada modalidade de depósito de poupança pode ser livremente movimentada pela instituição titular, a crédito de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação de sua livre escolha a cada movimentação.

§ 4º A movimentação da conta de recolhimento correspondente a cada modalidade de depósito de poupança observa o horário estabelecido para o funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR) do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO IV

DO CUSTO FINANCEIRO

Art. 8º A instituição financeira que não observar as normas relativas à manutenção de saldo na conta de recolhimento compulsório correspondente a cada modalidade de depósito de poupança incorre no pagamento de custo financeiro, que é devido no dia útil seguinte à data em que for verificada a deficiência, e calculado com a utilização da seguinte fórmula:

$$Cvt = \left\{\left[(1+s)^{\frac{1}{252}} \times (1+r)^{\frac{1}{252}}\right] - 1\right\} \times dvt, \text{ em que:}$$

I - Cvt = custo financeiro sobre a deficiência na posição diária verificada no dia "t", expresso com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento matemático;

II - s = Taxa Selic da data da deficiência ("t"), expressa de forma unitária, com 4 (quatro) casas decimais;

III - r = acréscimo à Taxa Selic, correspondendo a 4% (quatro por cento) ao ano, expresso com 4 (quatro) casas decimais; e

IV - dvt = deficiência na posição diária do recolhimento compulsório no dia "t", em que dvt = E - St, para todo St < E, sendo:

a) St = posição do dia "t" ou saldo de encerramento da respectiva conta de recolhimento no dia útil "t"; e

b) E = exigibilidade apurada na forma dos arts. 5º e 6º para o respectivo período de movimentação.

§ 1º Os resultados parciais de multiplicação, divisão e potenciação utilizados nas expressões algébricas do cálculo dos custos financeiros de que trata esta Resolução devem conter 8 (oito) casas decimais, com arredondamento matemático.

§ 2º Os custos financeiros de que trata esta Resolução, quando pagos em data posterior à data em que devidos, serão atualizados desde a data em que devidos até a data do pagamento, com base na Taxa Selic.

§ 3º A devolução de custo previsto no caput, em decorrência de pagamento indevido, será feita com atualização do valor, desde a data do pagamento até a data de devolução, com base na Taxa Selic.

§ 4º Toda a movimentação relativa à cobrança ou à devolução dos custos financeiros de que trata esta Resolução será efetuada por meio do Sistema de Lançamentos do Banco Central (SLB).

§ 5º A instituição financeira que apresentar deficiência na posição diária do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança por 3 (três) dias úteis, consecutivos ou não, no período de 10 (dez) dias úteis, deverá encaminhar, imediatamente, ao Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) do Banco Central do Brasil justificativas para a ocorrência, independentemente do pagamento do custo financeiro.

CAPÍTULO V

DO ENVIO DA INFORMAÇÃO

Art. 9º A instituição deve fornecer, até o dia útil imediatamente anterior à data em que se inicia a vigência da respectiva exigibilidade, os dados diários relativos ao VSR do período de cálculo.

§ 1º A instituição financeira está dispensada de prestar as informações de que trata este artigo caso os valores sujeitos a recolhimento e outros relativos ao cumprimento da exigibilidade e deduções de recolhimento permaneçam inalterados em relação à última posição informada.

§ 2º Na hipótese de ausência de informações relativas a um ou mais dias do período de cálculo até o final do prazo fixado no caput, será atribuído a cada posição não informada o valor relativo à última posição informada.

Art. 10. Além das informações diárias para cálculo da exigibilidade de recolhimento compulsório, as instituições financeiras devem informar os dados necessários à verificação do direcionamento obrigatório dos recursos de poupança captados pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), até o último dia útil imediatamente anterior à data de verificação do cumprimento do direcionamento.

Parágrafo único. A instituição financeira que informar ou alterar os dados após o prazo fixado neste artigo sujeita-se às penalidades previstas na regulamentação em vigor.

Art. 11. A instituição financeira sujeita ao recolhimento compulsório de que trata esta Resolução, não titular de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, deverá indicar a instituição financeira titular de conta Reservas Bancárias à qual serão encaminhadas as cobranças pertinentes a custos financeiros, creditadas eventuais devoluções e realizadas as transferências de recursos entre a conta Reservas Bancárias da liquidante e a conta de recolhimento da instituição financeira.

Art. 12. A documentação comprobatória das informações objeto desta Resolução, salvo disposição em contrário, deverá ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data a que se refere cada informação.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO

Art. 13. O saldo de encerramento diário da conta de recolhimento correspondente a cada modalidade de depósito de poupança, no Banco Central do Brasil, faz jus a remuneração, creditada à respectiva conta de recolhimento até às 16h30 do dia útil seguinte e calculada com base na Taxa Referencial (TR), acrescida dos juros abaixo, como segue:

$$R = \left\{E \times (1-P) \times (1-TR)^{\frac{1}{n}} \times (1+A)^{\frac{m}{365}} + (E \times P - D) \times (1-TR)^{\frac{1}{n}} \times (1+B)^{\frac{m}{365}}\right\} \times \left(\frac{S}{E-D}\right) - S,$$

em que:

I - R = remuneração a ser creditada, expressa com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento matemático;

II - E = exigibilidades dos recursos de depósitos de poupança, nas modalidades livre e rural, calculadas na forma do art. 5º;

III - P = quociente da divisão do saldo médio diário, no período de cálculo, dos depósitos de poupança efetuados depois de 3 de maio de 2012, pelo saldo médio diário do total de depósitos de poupança, expresso no formato unitário com 8 (oito) casas decimais e com arredondamento matemático, para cada modalidade de depósito de poupança;

IV - TR = TR de cada dia útil, expressa com 4 (quatro) casas decimais, válida para o período com término no dia correspondente do mês subsequente, convertida ao formato unitário;

V - n = número de dias úteis entre o dia de referência da TR utilizada para o cálculo da remuneração e o dia correspondente ao dia de referência da TR no mês seguinte;

VI - A = acréscimo à TR, correspondendo a 0,0617 (seiscentos e dezessete décimos de milésimos);

VII - m = número de dias corridos entre a data do saldo a ser remunerado e a data do crédito da respectiva remuneração;

VIII - D = deduções de exigibilidade de que trata o art. 6º;

IX - B = acréscimo à TR, correspondendo a:

a) 0,0617 (seiscentos e dezessete décimos de milésimos), enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou

b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, vigente na data do saldo a ser remunerado, enquanto a meta da referida taxa for igual ou inferior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); e

X - S = saldo de encerramento diário da conta de recolhimento correspondente a cada modalidade de depósito de poupança, limitado à respectiva exigibilidade calculada na forma dos arts. 5º e 6º.

§ 1º Quando inexistente o dia correspondente ao dia de referência da TR no mês seguinte, será considerado como término do período o dia primeiro do mês posterior.

§ 2º Os resultados parciais de multiplicação, divisão e potenciação utilizados na expressão algébrica do cálculo da remuneração devem conter 8 (oito) casas decimais, com arredondamento matemático.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Fica o Deban autorizado a adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 15. O disposto nesta Resolução deverá ser observado a partir do período de cálculo com início em 25 de abril de 2022 e término em 29 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 9 de maio de 2022.

Art. 16. Ficam revogadas, após a produção de seus efeitos no período de cálculo com início em 18 de abril de 2022 e término em 22 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 2 de maio de 2022:

I - a Circular nº 3.596, de 31 de maio de 2012;
II - a Circular nº 3.757, de 28 de maio de 2015;
III - a Circular nº 3.794, de 15 de junho de 2016;
IV - a Circular nº 3.836, de 21 de junho de 2017;
V - a Circular nº 3.890, de 28 de março de 2018;
VI - a Circular nº 3.975, de 8 de janeiro de 2020;
VII - a Circular nº 4.033, de 24 de junho de 2020; e
VIII - a Circular nº 4.035, de 1º de julho de 2020.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

RESOLUÇÃO BCB Nº 189, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos à vista e incorpora regras do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos e de garantias realizadas.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no art. 10, incisos III e IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 66 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, resolve:

CAPÍTULO I

DAS REGRAS GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o recolhimento compulsório sobre recursos à vista.

Art. 2º Os bancos múltiplos e de investimento titulares de conta Reservas Bancárias, os bancos comerciais e as caixas econômicas estão sujeitos ao recolhimento compulsório sobre recursos à vista.

Parágrafo único. Para fins de cálculo de recolhimento compulsório, também são considerados como recursos à vista, de que trata o caput, aqueles captados por bancos múltiplos, bancos de investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento, desde que estes não sejam titulares de conta Reservas Bancárias, no caso das referidas instituições bancárias, que sejam pertencentes a conglomerado financeiro de instituição sujeita ao recolhimento compulsório sobre recursos à vista.

Art. 3º Constituem Valor Sujeito a Recolhimento (VSR), em cada dia útil, os saldos inscritos nos seguintes subgrupos e títulos do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif):

I - 4.1.1.00.00-0 Depósitos à Vista;
II - 4.5.1.00.00-6 Recursos em Trânsito de Terceiros;
III - 4.9.1.00.00-2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados;
IV - 4.9.9.05.00-1 Cheques Administrativos;
V - 4.9.9.12.10-4 Contratos de Assunção de Obrigações - Vinculados a Operações Realizadas no País;
VI - 4.9.9.27.00-3 Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros; e
VII - 4.9.9.60.00-8 Recursos de Garantias Realizadas.

§ 1º São isentos do recolhimento compulsório sobre recursos à vista os valores inscritos na rubrica contábil do Cosif 4.5.1.85.00-7 Ordens de Pagamento em Moedas Estrangeiras.

§ 2º Os valores inscritos na rubrica Recursos em Trânsito de Terceiros, sujeitos à exigência, são balanceados com as respectivas contrapartidas do ativo, ressalvado que aqueles de origem eminentemente devedora não são computados para efeito do balanceamento.

§ 3º Os valores inscritos nas rubricas do VSR das instituições referidas no parágrafo único do art. 2º em que ao menos um dos integrantes esteja sujeito ao recolhimento compulsório sobre recursos à vista devem ser informados pelo participante com o maior VSR.

Art. 4º A base de cálculo da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista corresponde à média aritmética dos VSRs apurados no período de cálculo, deduzida de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Parágrafo único. O período de cálculo tem início na segunda-feira de uma semana e término na sexta-feira da semana seguinte.

Art. 5º A exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista é apurada aplicando-se, sobre a base de cálculo de que trata o art. 4º, a alíquota de 21% (vinte e um por cento).

CAPÍTULO II

DA ISENÇÃO

Art. 6º A instituição financeira que apresentar exigibilidade igual ou inferior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais) fica isenta da obrigatoriedade de recolhimento, devendo prestar as informações previstas no art. 15 desta Resolução.

CAPÍTULO III

DO RECOLHIMENTO

Art. 7º A verificação do cumprimento da exigibilidade é feita com base nas posições apuradas em cada dia útil do período de movimentação, que tem início na segunda-feira da segunda semana seguinte ao fim do período de cálculo e término na sexta-feira da semana subsequente.

§ 1º Para efeito da verificação de que trata o caput deste artigo, considera-se posição o saldo diário registrado na conta Reservas Bancárias no fechamento da grade regular de operações dos participantes no Sistema de Transferência de Reservas (STR), apurada antes do início da janela adicional para aportes em Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI), de que trata o Regulamento do STR.

§ 2º A média aritmética das posições da instituição durante o período de movimentação deve corresponder a 100% (cem por cento) da exigibilidade apurada para o respectivo período.

§ 3º No momento da apuração do saldo de que trata o § 1º, a posição da instituição deve ser equivalente a, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) da exigibilidade apurada para o respectivo período.

CAPÍTULO IV

DO CUSTO FINANCEIRO

Art. 8º A instituição financeira que não observar as normas relativas ao cumprimento da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista incorre no pagamento de custo financeiro.

Art. 9º O custo financeiro sobre deficiência na posição diária dos recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista é devido no dia útil seguinte à data em que verificada a deficiência e calculado com a utilização da seguinte fórmula:

$$Cvt = \left\{\left[(1+s)^{\frac{1}{252}} \times (1+r)^{\frac{1}{252}}\right] - 1\right\} \times Dvt, em\ que:$$

I - Cvt = custo financeiro sobre a deficiência na posição diária verificada no dia "t", expresso com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento matemático;

II - s = Taxa Selic da data da deficiência ("t"), expressa de forma unitária, com 4 (quatro) casas decimais;

III - r = acréscimo à Taxa Selic, correspondendo a 4% (quatro por cento) ao ano, expresso com 4 (quatro) casas decimais; e

IV - Dvt = deficiência na posição diária do recolhimento compulsório no dia "t", em que Dvt = p x E - St, para todo St < p x E, sendo:

a) St = posição do dia "t" ou saldo de encerramento da respectiva conta de recolhimento no dia útil "t";

b) p = percentual mínimo diário exigido do recolhimento compulsório, expresso sob a forma unitária; e

c) E = exigibilidade apurada na forma do art. 5º para o respectivo período de movimentação.

Parágrafo único. A instituição financeira que apresentar deficiência na posição diária do recolhimento compulsório sobre recursos à vista por 3 (três) dias úteis, consecutivos ou não, no período de 10 (dez) dias úteis, deverá encaminhar, imediatamente, ao Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) do Banco Central do Brasil justificativas para a ocorrência, independentemente do pagamento do custo financeiro.

Art. 10. O custo financeiro sobre deficiência na média das posições diárias do recolhimento compulsório sobre recursos à vista (Cvp) é devido no dia útil seguinte ao encerramento do respectivo período de movimentação e calculado com a utilização da seguinte fórmula:

$$Cvp = \left\{\left[(1+s)^{\frac{n}{252}} \times (1+r)^{\frac{n}{252}}\right] - 1\right\} \times Dvp, em\ que:$$

I - Cvp = custo financeiro sobre a deficiência na média das posições diárias, expresso com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento matemático;

II - s = Taxa Selic do último dia útil do período de movimentação, expressa de forma unitária, com 4 (quatro) casas decimais;

III - r = acréscimo à Taxa Selic, correspondendo a 4% (quatro por cento) ao ano, expresso com 4 (quatro) casas decimais;

IV - n = número de dias úteis do respectivo período de movimentação; e

V - Dvp = deficiência na média das posições diárias, sendo:

$$Dvp = maior\left(0, \left[E - \frac{(\sum_{t=1}^{n} S_t) + (\sum_{t=1}^{n} Dvt)}{n}\right]\right), \text{ em que:}$$

a) St = posição do dia útil ("t") do respectivo período de movimentação;

b) E = exigibilidade apurada na forma do art. 5º para o respectivo período de movimentação;

c) Dvt = deficiência na posição diária do recolhimento sobre recursos à vista no dia "t", calculada tal como no art. 9º; e

d) n = número de dias úteis do respectivo período de movimentação.

Parágrafo único. A deficiência na média das posições diárias igual ou inferior a 3% (três por cento) da respectiva exigibilidade não estará sujeita a custo financeiro desde que, no período de movimentação imediatamente anterior, se verifique excesso na média das posições diárias, em relação à correspondente exigibilidade, de valor igual ou superior à deficiência.

Art. 11. Os resultados parciais de multiplicação, divisão e potenciação utilizados nas expressões algébricas do cálculo dos custos financeiros de que trata esta Resolução devem conter 8 (oito) casas decimais, com arredondamento matemático.

Art. 12. Os custos financeiros de que trata esta Resolução, quando pagos em data posterior à data em que devidos, serão atualizados desde a data em que devidos até a data do pagamento, com base na Taxa Selic.

Art. 13. A devolução de custo previsto nesta Resolução, em decorrência de pagamento indevido, será feita com atualização do valor, desde a data do pagamento até a data de devolução, com base na Taxa Selic.

Art. 14. Toda a movimentação relativa à cobrança ou à devolução dos custos financeiros de que trata esta Resolução será efetuada por meio do Sistema de Lançamentos do Banco Central (SLB).

CAPÍTULO V

DO ENVIO DA INFORMAÇÃO

Art. 15. A instituição deve fornecer, até o dia útil imediatamente anterior à data em que se inicia a vigência da respectiva exigibilidade, os dados diários relativos ao VSR do período de cálculo.

§ 1º A instituição financeira está dispensada de prestar as informações de que trata este artigo caso os valores sujeitos a recolhimento e outros relativos ao cumprimento da exigibilidade e deduções de recolhimento permaneçam inalterados em relação à última posição informada.

§ 2º Na hipótese de ausência de informações relativas a um ou mais dias do período de cálculo até o final do prazo fixado no caput, será atribuído a cada posição não informada o valor relativo à última posição informada.

§ 3º A instituição financeira que informar ou alterar os dados após os prazos fixados neste artigo sujeita-se às penalidades previstas na regulamentação em vigor.

Art. 16. A documentação comprobatória das informações objeto desta Resolução, salvo disposição em contrário, deverá ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data a que se refere cada informação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As instituições financeiras são divididas em dois segmentos, denominados Grupo "A" e Grupo "B", para fins do recolhimento compulsório sobre recursos à vista.

§ 1º Os períodos de cálculo e de movimentação do Grupo "A" têm defasagem de uma semana em relação aos do Grupo "B".

§ 2º O Deban divulgará, por meio de instrução normativa BCB, o procedimento para acesso à relação discriminativa das instituições pertencentes a cada grupo.

Art. 18. Fica o Deban autorizado a adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 19. O disposto nesta Resolução deverá ser observado:

I - para instituições financeiras que integram o Grupo "A", a partir do período de cálculo com início em 25 de abril de 2022 e término em 6 de maio de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 16 de maio de 2022; e

II - para instituições financeiras que integram o Grupo "B", a partir do período de cálculo com início em 18 de abril de 2022 e término em 29 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 9 de maio de 2022.

Art. 20. Ficam revogados, após a produção de seus efeitos, para instituições financeiras que integram o Grupo "A", no período de cálculo com início em 11 de abril de 2022 e término em 22 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 2 de maio de 2022 e, para instituições financeiras que integram o Grupo "B", no período de cálculo com início em 4 de abril de 2022 e término em 14 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 25 de abril de 2022:

I - a Circular nº 3.917, de 22 de novembro de 2018; e

II - o art. 6º da Circular nº 4.038, de 28 de julho de 2020.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

RESOLUÇÃO BCB Nº 190, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Extingue a exigibilidade referente ao recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos e de garantias realizadas.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no art. 10, incisos III e IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 66 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º Fica extinta a exigibilidade referente ao recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos e de garantias realizadas.

Art. 2º A instituição financeira pertencente a conglomerado financeiro cujo participante com maior Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) no recolhimento compulsório sobre recursos à vista pertencer ao Grupo "B", de que trata o art. 17 da Resolução BCB nº 189, de 23 de fevereiro de 2022, deverá enviar informações de VSR em garantias realizadas até o período de cálculo com início em 11 de abril de 2022 e término em 22 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 2 de maio de 2022, sendo que nas datas de referência de 18 a 22 de abril de 2022 os valores devem estar zerados.

Art. 3º As demais instituições financeiras, que não se enquadrem na situação prevista no art. 2º, devem enviar as informações de VSR em garantias realizadas até o período de cálculo com início em 11 de abril de 2022 e término em 22 de abril de 2022, cujo ajuste ocorrerá em 2 de maio de 2022, para todas as datas de referência.

Art. 4º Ficam revogadas, após a produção de seus efeitos nos períodos de cálculo estabelecidos nos arts. 2º e 3º:

I - a Circular nº 3.090, de 1º de março de 2002;

II - a Circular nº 3.792, de 1º de junho de 2016;

III - a Circular nº 3.823, de 24 de janeiro de 2017; e

IV - a Circular nº 3.888, de 28 de março de 2018.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

RESOLUÇÃO BCB Nº 191, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga atos normativos que dispõem sobre o recolhimento compulsório.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no art. 10, incisos III e IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 66 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas:

I - a Circular nº 2.563, de 27 de abril de 1995;

II - a Circular nº 2.704, de 3 de julho de 1996;

III - a Circular nº 2.820, de 27 de maio de 1998;

IV - a Circular nº 3.292, de 21 de setembro de 2005;

V - a Circular nº 3.633, de 21 de fevereiro de 2013;

VI - a Circular nº 3.725, de 30 de outubro de 2014; e

VII - a Circular nº 3.835, de 14 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

RESOLUÇÃO BCB Nº 192, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 110, de 1º de julho de 2021, que instituiu as Linhas Financeiras de Liquidez (LFL) do Banco Central do Brasil, e altera a Resolução BCB nº 144, de 24 de setembro de 2021, que consolidou a disciplina das operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no art.10, inciso V, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e no art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O Regulamento anexo à Resolução BCB nº 110, de 1º de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12 .....

.....

§6º O Banco Central do Brasil consultará a situação do Participante LFL no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), de que trata a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, sem que eventual inscrição nesse cadastro, por si só, caracterize impeditivo à contratação de operações no âmbito das LFL.

....."(NR)

Art. 2º A Resolução nº 144, de 24 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º .....

.....

§6º O Banco Central do Brasil consultará a situação da instituição financeira que aderir à LTEL-LFG no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), de que trata a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, sem que eventual inscrição nesse cadastro, por si só, caracterize impeditivo à contratação de operações no âmbito da LTEL-LFG.

....."(NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Fiscalização

RESOLUÇÃO BCB Nº 193, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Consolida normativos que dispõem sobre a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas a captações de recursos no exterior.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 10, incisos VII e IX, 11, inciso VII, e 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no art. 6º da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, e no art. 9º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a remessa de informações relativas a captações de recursos no exterior ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às instituições em liquidação extrajudicial, sob intervenção ou em regime de administração especial temporária.

Art. 2º As instituições de que trata o art. 1º devem elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil as informações relativas a captações de recursos no exterior, compreendendo:

I - operações de captação de recursos;

II - pagamento de principal; e

III - estoque de captações.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput devem abranger as operações realizadas pelas instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial, nos termos do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), inclusive suas dependências e subsidiárias no exterior.

Art. 3º As informações de que tratam:

I - os incisos I e II do art. 2º devem ser apuradas diariamente, sempre que houver captação de recursos ou pagamento de principal;

II - o inciso III do art. 2º devem ser apuradas mensalmente, tendo como data-base o último dia de cada mês.

Art. 4º As informações de que trata o art. 2º devem ser apuradas em base individualizada por instituição e devem ser remetidas:

I - pela instituição líder de cada conglomerado, em relação às instituições integrantes do conglomerado;

II - pelos bancos cooperativos, confederações constituídas por cooperativas centrais de crédito ou cooperativas centrais de crédito, referente às cooperativas integrantes de sistemas organizados de três ou dois níveis;

III - pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil não pertencentes a conglomerados e pelas cooperativas não integrantes de sistemas cooperativos organizados de três ou dois níveis.

Art. 5º Devem ser mantidas à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo de cinco anos, as informações de que trata esta Resolução, bem como a documentação da metodologia para sua apuração e os respectivos dados originários.

Art. 6º O diretor responsável pelo fornecimento de informações previstas em normas legais e regulamentares responde pela remessa das informações de que trata esta Resolução.

Art. 7º Fica o Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) autorizado a estabelecer a forma e demais condições para o fornecimento das informações de que trata esta Resolução.

Art. 8º As instituições de pagamento ficam obrigadas à remessa das informações de que trata esta Resolução a partir de 1º de outubro de 2022.

Art. 9º Ficam revogadas:

I - a Circular nº 3.737, de 4 de dezembro de 2014; e

II - a Circular nº 3.759, de 10 de junho de 2015.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de maio de 2022.

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Fiscalização

RESOLUÇÃO BCB Nº 194, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece regras e critérios a serem adotados na execução dos serviços de saneamento do meio circulante pela instituição Custodiante e instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que realizam operações de meio circulante, detentoras de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2022, com base no art. 10, inciso II, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tendo em vista o art. 10 da Lei nº 8.697, de 27 de agosto de 1993, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Resolução estabelece regras e critérios a serem adotados na execução dos serviços de saneamento do meio circulante.

Art. 2º A execução dos serviços de saneamento de meio circulante, de que trata esta Resolução, abrange o conjunto de ações adotadas pelo Banco Central do Brasil, pela instituição Custodiante e pelas instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que realizam operações de meio circulante, detentoras de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, com o objetivo de assegurar que as cédulas e moedas metálicas colocadas à disposição do público sejam legítimas e apresentem níveis de qualidade que atendam aos requisitos mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil.

Art. 3º O Sistema do Meio Circulante (CIR) é o conjunto interligado de sistemas de controle nos quais são registradas e processadas as operações de meio circulante realizadas pelas instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, entre si e com o Banco Central do Brasil ou com a instituição Custodiante.

CAPÍTULO II

DAS OPERAÇÕES NO CIR

Art. 4º As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil deverão registrar no CIR, por meio de mensagens específicas definidas no Catálogo de Serviços do Sistema Financeiro Nacional, e nos termos da regulamentação vigente, todas as operações de movimentação com numerário, entre as quais:

I - saques, depósitos e troca de numerário, efetuados nas dependências da instituição Custodiante ou diretamente no Banco Central do Brasil;

II - remessas de numerário para exame de legitimidade e de valoração, diretamente ao Banco Central do Brasil; e

III - depósitos ou remessas de cédulas suspeitas de serem danificadas por dispositivo antifurto ao Banco Central do Brasil e à instituição Custodiante.

Parágrafo único. A formalização das solicitações das operações de que trata este artigo, assim como a veracidade e o sigilo das informações prestadas por meio das mensagens eletrônicas, são de responsabilidade direta e exclusiva das instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DO MEIO CIRCULANTE

Art. 5º As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ao classificarem o numerário nas operações de depósito ou de troca, deverão avaliar a existência de sujidades, manchas, desgaste e danos que afetem sua integridade, e acondicioná-lo conforme regras e procedimentos estabelecidos em normas específicas do Departamento do Meio Circulante (Mecir) do Banco Central do Brasil.

§ 1º As empresas e os prepostos contratados pelas instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a execução dos serviços de meio circulante devem cumprir os critérios e procedimentos estabelecidos na norma específica do Mecir, permanecendo, para todos os efeitos, a responsabilidade da instituição autorizada por eventual descumprimento.

§ 2º Eventuais diferenças apuradas pela instituição Custodiante ou pelo Banco Central do Brasil, por ocasião do processamento de numerário resultante de operação de depósito ou de troca, serão levadas a crédito ou a débito, conforme o caso, da conta Reservas Bancárias ou da Conta de Liquidação da instituição solicitante da operação.

Art. 6º As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que realizam operações de meio circulante deverão acolher do público em geral e substituir, sem ônus, por seu valor integral, ou acatar em pagamentos ou depósitos as cédulas nacionais que se enquadrem em um ou mais dos seguintes critérios:

I - cédula com dimensão integral que apresente marcas, caracteres ou elementos estranhos que desfigurem suas características originais ou seus elementos de segurança;

II - cédula representada por fragmento de cédula que, isoladamente, apresente área superior a 50% (cinquenta por cento) das suas dimensões originais;

III - cédula representada por dois fragmentos da mesma cédula, que apresentem, em cada um, a numeração idêntica e completa da cédula e juntos perfaçam área superior a 50% (cinquenta por cento) das suas dimensões originais.

§ 1º As cédulas de que trata este artigo deverão ser encaminhadas pelas instituições autorizadas à instituição Custodiante para depósito ou troca e posterior destruição no Banco Central do Brasil.

§ 2º Os fragmentos de cédulas nacionais perderão o valor e não serão trocados pelo Banco Central do Brasil ou pelas instituições autorizadas quando não atenderem aos requisitos previstos nos incisos II e III do caput (vide exemplos no Anexo I).

§ 3º Perderão, também, o valor e não serão trocadas as cédulas reconstituídas por fragmento de cédula falsa, mesmo que a parte legítima possua mais da metade das dimensões originais.

Art. 7º As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que identificarem, em quaisquer de suas operações, moedas metálicas nacionais tortas, amassadas, corroídas, cortadas, furadas, fundidas ou fragmento de moeda metálica nacional com dimensões e peso superior a 50% (cinquenta por cento) dos padrões originais deverão encaminhá-las ao Banco Central do Brasil, para exame, separadas pelo valor facial e acondicionadas de acordo com regulamento próprio.

Art. 8º As moedas metálicas nacionais perderão o valor e não serão trocadas pelo Banco Central do Brasil quando se enquadrarem em uma ou mais situações abaixo enumeradas (vide exemplos no Anexo II):

I - dimensões ou peso igual ou inferior a 50 % (cinquenta por cento) das dimensões ou do peso dos padrões originais;

II - anéis isolados oriundos de moedas bimetálicas; ou

III - em exame visual não possam ser identificadas como moeda, em decorrência dos danos provocados pelo uso excessivo ou por dano de outra natureza.

CAPÍTULO IV

DO ENCAMINHAMENTO PARA EXAME DE CÉDULA OU DE MOEDA METÁLICA

Art. 9º Persistindo dúvidas em relação à preservação do valor, as instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que realizam operações de meio circulante deverão acolher do público em geral os fragmentos de cédula ou de moedas metálicas e encaminhá-las ao Banco Central do Brasil para exame, devendo ainda:

I - solicitar a identificação do apresentante e fornecer-lhe recibo;

II - registrar, em sistema informatizado próprio, os dados do apresentante e as informações acerca do fragmento de cédula ou da moeda metálica e enviá-los ao Banco Central do Brasil por intermédio de mensagem específica do Catálogo de Serviços do Sistema Financeiro Nacional;

III - encaminhar os valores acolhidos diretamente ao Banco Central do Brasil, para exame, acondicionados separadamente dos demais, observadas as áreas de atuação das representações regionais do Mecir e a regulamentação específica, conforme definido em normativo próprio; e

IV - informar o apresentante sobre o andamento do processo de exame, se assim for solicitado, ressarcindo-o no valor que eventualmente lhe couber.

Art. 10. As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil poderão abster-se de receber, do público em geral, as cédulas ou as moedas metálicas nacionais que não possuam valor, por não atenderem aos requisitos previstos nesta Resolução.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil deverão adotar medidas que assegurem o pagamento de numerário legítimo aos usuários de seus serviços, qualquer que seja a modalidade utilizada para essa operação.

Art. 12. As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil poderão transferir cédulas e moedas metálicas nacionais entre si.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil não interferirá no processo de movimentação física do numerário.

Art. 13. Os critérios de valoração de cédulas serão válidos também para os danos provocados por dispositivos antifurto, independentemente da tecnologia utilizada, observada a regulamentação específica.

Art. 14. Ocorrendo contingência do Sistema de Transferência de Reservas (STR), o Banco Central do Brasil adotará as medidas necessárias visando à manutenção do fluxo normal das operações do meio circulante.

Art. 15. As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que realizam operações de meio circulante deverão registrar e manter atualizados, no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil (Unicad), os dados cadastrais, inclusive o endereço eletrônico, do diretor estatutário responsável pelo cumprimento do disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. Não há vedação a que o diretor responsável pela área de meio circulante desempenhe outras funções na instituição.

Art. 16. As instituições financeiras que oferecerem ao público serviços de saques, depósitos e pagamentos devem divulgar, em suas dependências e nas dependências dos correspondentes no País, em local visível e em formato legível, as informações de que tratam os arts. 6º a 8º, inclusive nas áreas em que o atendimento é realizado com equipamentos automatizados.

Art. 17. Fica o Mecir autorizado a editar os atos complementares necessários ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 18. Ficam revogadas:

I - a Circular nº 3.109, de 10 de abril de 2002; e

II - a Circular nº 3.490, de 23 de março de 2010.

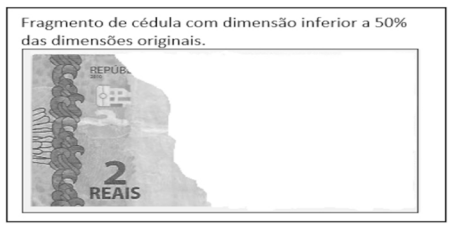
Art. 19. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

CAROLINA DE ASSIS BARROS
Diretora de Administração

ANEXO I

Exemplos de fragmentos de cédula sem valor (art. 6º, § 2º)

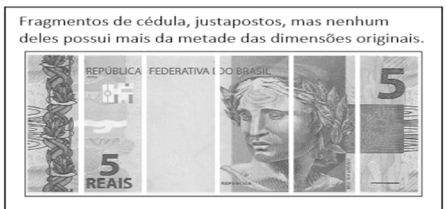
Fragmento de cédula com dimensão inferior a 50% das dimensões originais.



Fragmentos de cédula que isoladamente não apresentam dimensões superiores a 50 % das dimensões originais.



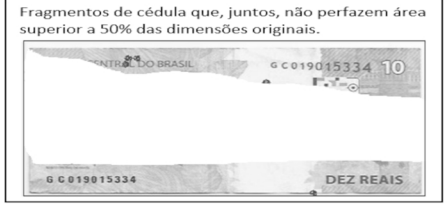
Fragmentos de cédula, justapostos, mas nenhum deles possui mais da metade das dimensões originais.



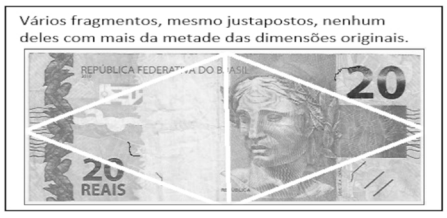
Cédula formada por vários fragmentos, nenhum deles com mais da metade das dimensões originais.



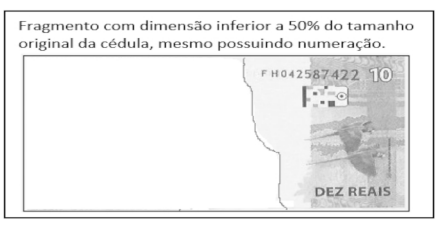
Fragmentos de cédula que, juntos, não perfazem área superior a 50% das dimensões originais.



Vários fragmentos, mesmo justapostos, nenhum deles com mais da metade das dimensões originais.



Fragmento com dimensão inferior a 50% do tamanho original da cédula, mesmo possuindo numeração.



Fragmento de cédula queimada, com tamanho inferior a 50% das dimensões originais.



ANEXO II

Exemplos de moedas metálicas sem valor (art. 8º)



Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 286, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Resolução nº 241, de 13 de abril de 2018, que fixa as atribuições dos membros durante o plantão de primeira e segunda instâncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territóriose estabelece os critérios para a escala dessa atuação específica.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 166, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Processo Tabularium nº 08191.119612/2021-11, e de acordo com a deliberação ocorrida na 309ª Sessão Ordinária, realizada no dia 18 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 241, de 13 de abril de 2018, que passa a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 2º .....

VII - adotar providências quanto a fatos que necessitem de atuação imediata, assim considerados aqueles que não possam aguardar o início do expediente forense, sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação." (NR)

"Art. 3º O funcionamento ininterrupto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em primeira instância será assegurado por plantão fora do expediente forense, que será realizado na forma dos arts. 4º e 5º.

§ 1º Serão formadas escalas de plantão autônomas para a atuação nos regimes do art. 4º e do art. 5º.

....." (NR)

"Art. 4º O membro designado para o plantão de audiências e oitivas desempenhará as atribuições na forma estabelecida em portaria de designação para:

I - oficiar em audiências de custódia; ou

II - proceder a oitiva informal de adolescentes apreendidos em flagrante e oficiar sobre a liberação ou decretação de internação provisória, nos termos do inciso IV do art. 2º." (NR)

"Art. 5º O membro designado para o plantão ficará à disposição do serviço e será acionado pelo Núcleo de Plantão através de telefone celular próprio ou institucional, devendo indicar, se necessário, o local onde atenderá às ocorrências.

§ 1º A comunicação ao plantonista durante o período de sobreaviso ocorrerá apenas para exercício das atribuições elencadas no art. 2º, salvo as previstas nos incisos IV e VI.

§ 2º As comunicações ao plantonista serão realizadas de forma equitativa e seguirão a ordem inversa de antiguidade.

§ 3º O Núcleo do Plantão deverá registrar todas as comunicações realizadas, com indicação de dia, hora e do plantonista, bem como da respectiva matéria e o nome do servidor responsável pela minuta da manifestação, se for o caso, para fins de elaboração de relatório a ser encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça." (NR)

.....

"Art. 7º A designação de Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos para compor as escalas dos plantões fora do expediente forense dar-se-á por ordem inversa de antiguidade.

.....

§ 2º Os Promotores de Justiça da primeira quinta parte da lista referida pelo § 1º do art. 200, da Lei Complementar nº 75, de 1993, que oficiam junto às Câmaras de Coordenação e Revisão Cíveis e Criminais serão dispensados de designação para atuar no plantão de primeira instância, admitindo-se, entretanto, solicitação de inclusão voluntária nas escalas de plantão.

....." (NR)

"Art. 8º Os Promotores de Justiça Adjuntos recém-empossados deverão participar de dois plantões de audiências e oitivas, na forma supervisionada, sendo um nas oitivas de adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional e outro nas audiências de custódia em auxílio aos membros designados.

Parágrafo único. Ao final das atividades dos plantões supervisionados, será suspensa a designação de membros para o plantão de audiências e oitivas na forma do art. 7º, a qual será retomada quando os recém-empossados tiverem realizado um plantão de cada categoria sem supervisão." (NR)

"Art. 9º O Procurador-Geral de Justiça designará membros para:

I - plantão de audiências e oitivas aos sábados, domingos e feriados;

II - plantão processual aos sábados, domingos e feriados, bem como nos dias úteis fora do horário forense.

§ 1º O número de membros designados será definido pela Chefia de Gabinete de acordo com a necessidade do serviço.

§ 2º A designação para o plantão será exercida cumulativamente com as atribuições e designações normais do membro.

§ 3º Os membros designados para o plantão processual serão suplentes dos designados para o plantão de audiências e oitivas.

§ 4º A convocação de suplentes para realizarem o plantão de audiências ou de oitivas observará a ordem inversa de antiguidade e impedirá o seu acionamento para atuação processual durante o restante do dia." (NR)

"Art. 10. .....

.....

§ 3º Após a publicação da portaria de designação do plantão de audiências e oitivas, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça fará consulta aos membros designados na escala, por período, para que façam a opção de atuação, dentre as elencadas nos incisos do art. 4º." (NR)

.....

"Art. 14-A. A designação para atuação em apoio a operações com a participação do Ministério Público deverá assegurar a compensação da carga de trabalho prevista no art. 39.

§ 1º O responsável pelo feito relacionado à operação indicará os membros a serem designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º A designação será documentada em portaria reservada e dependerá de prévia concordância do membro indicado." (NR)

"Art. 14-B. A designação para atuação no Núcleo de Audiência de Custódia - NAC ou no Núcleo de Atendimento Integrado - NAI assegurará a compensação da carga de trabalho prevista no art. 39.

Parágrafo único. Quando a atuação mencionada no caput deste artigo estiver vinculada a ofício, o membro designado deverá optar pela compensação da carga de trabalho ou pela percepção da gratificação por exercício cumulativo de ofícios. " (NR)

.....

"Art. 17. .....

§ 2º O membro que oficiar em plantão do recesso forense não será designado para outro plantão de mesma natureza nos três anos seguintes, ressalvados os casos de manifestação de atuação voluntária.

..... " (NR)

"Art. 21. Havendo motivo de força maior que impeça o plantonista de assumir ou concluir o plantão do recesso de final de ano após o fechamento da escala do plantão do recesso forense, o membro designado comunicará, formalmente, a impossibilidade à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para adoção das seguintes providências:" (NR)

.....

"Art. 23. Os feitos urgentes recebidos no último dia útil que anteceder o plantão de recesso de final de ano observarão as seguintes providências:

I - receberão manifestação pelo membro responsável nos casos em que for necessária a atuação imediata do Ministério Público, desde que recebidos até as quinze horas;

II - serão encaminhados ao plantão processual nos casos em que for necessária a atuação imediata do Ministério Público, quando recebidos após as quinze horas;

III - serão encaminhados ao plantão de recesso de final de ano nos demais casos.

....." (NR)

"Art. 25. .....

Parágrafo único. Consideram-se feitos que necessitam de atuação imediata pelo Ministério Público aqueles que não podem aguardar até o início do expediente forense do primeiro dia útil após o plantão do recesso de final de ano sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação." (NR)

"Art. 26. As dúvidas serão resolvidas pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e os casos omissos serão sanados pelo Procurador-Geral de Justiça." (NR)

"Art. 30. .....

.....

§ 3º-A Após a inclusão dos voluntários, os membros incluídos na indicação prévia serão consultados para que façam as opções, pelas atribuições que pretendem desenvolver durante o plantão, observada a ordem de antiguidade.

....." (NR)

"Art. 35. O Procurador-Geral de Justiça designará, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça em exercício no segundo grau, um membro titular e o respectivo suplente, que oficiarão no plantão de 2ª Instância.

.....

§ 2º A designação iniciará à zero hora de segunda-feira e terminará às vinte e quatro horas do domingo.

....."(NR)

"Art. 39. Será devida compensação da distribuição da carga de trabalho ao membro designado para atuar em plantão, ainda que em regime de sobreaviso.

§ 1º A compensação de que trata o caput deste artigo se dará à razão de um dia útil de distribuição da carga de trabalho para cada dia de designação em regime de plantão.

....." (NR)

"Art. 40. O usufruto da compensação da distribuição da carga de trabalho ficará condicionado ao interesse do serviço, deverá ocorrer no prazo de vinte e quatro meses contados a partir do último dia de plantão e deverá ser requerido pelo interessado ao Procurador-Geral de Justiça com dez dias de antecedência.

.....

§ 3° A compensação prevista neste artigo poderá ser convertida em pecúnia mediante requerimento do interessado.

§ 4° O requerimento previsto no parágrafo anterior pode ser formulado a qualquer tempo e deverá indicar os plantões sem incidência de compensação.

§ 5º O recebimento dos valores decorrentes da conversão prevista no §3° fica condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, observados o limite máximo de trinta dias ao ano e a distribuição equitativa dos recursos correspondentes." (NR)

Art. 2º A atual escala de plantão fora de expediente forense de primeira instância será aproveitada para a escala prevista no art. 4º da Resolução nº 241, de de 2018.

Parágrafo único. Será iniciada uma nova escala para o plantão processual do art. 5º da Resolução nº 241, de 2018.

Art. 3º As demais escalas e as portarias de designação para plantão já publicadas não serão alteradas por esta Resolução.

Art. 4º Revogam-se os seguintes dispositivos da Resolução nº 241, de 2018:

I - os incisos I e II, bem como as alíneas a e b do inciso II, do art. 3º;

II - os incisos I e II do § 1º do art. 5º;

III - o inciso III do art. 9º; e

IV - o § 3º do art. 35.

V - as demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor quinze dias após a data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

MAURO FARIA DE LIMA
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

ANTÔNIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO
Procurador de Justiça
Conselheiro-Secretário

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 74, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho subscrito, em substituição ao Titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por pessoa(s) cuja(s) identidade(s) é(são) mantida(s) sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da(s) pessoa(s) noticiante(s), autuada sob o número 000998.2021.20.000/5, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a ASSÉDIO MORAL; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);, resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de PAISANO CHURRASCARIA LTDA (CNPJ 29.592.014/0001-23). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no 3º Ofício Geral da PRT20/MPT/SE para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JUNIOR

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 6, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022
(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a as Atas nºs 4 e 5, referentes respectivamente às sessões ordinária, realizada no dia 9 de fevereiro de 2022, e extraordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Convite para a cerimônia de posse dos presidentes e membros da diretoria e do conselho fiscal da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, do Instituto Rui Barbosa e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios, que ocorrerá no dia 22 de fevereiro, às 16h, no auditório do Instituto Serzedello Corrêa. Na oportunidade, o Ministro-Substituto Marco Bemquerer Costa se manifestou para reiterar o convite e agradecer o apoio que o TCU tem dado às entidades.

Implantada a autenticação em dois fatores para acesso ao Portal e aos sistemas do TCU, ação no âmbito do Programa Especial de Segurança da Informação, denominado TCU+Seguro, cuja utilização será obrigatória para todos a partir do próximo dia 21 de fevereiro.

Alteração da cessão do AUFC Joel Nogueira Rodrigues para passar a exercer o cargo de natureza especial de Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amapá. Aprovada.

Do Ministro Augusto Nardes:

Pesar pelo falecimento do Ministro José de Jesus Filho, ocorrido no último dia 31 de dezembro de 2021.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Proposta para que a SeinfraUrbana avalie a possiblidade de incluir no escopo dos trabalhos em curso no processo TC-002.043/2022-0, os fatos relacionados às tragédias em Petrópolis que sejam alcançados pelas competências do TCU. Aprovada.

Do Ministro Antonio Anastasia:

Proposta para abertura de prazo de trinta dias para apresentação de emendas e sugestões ao anteprojeto de decisão normativa que estabelece normas complementares para tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, fixando critérios e orientações adicionais à Instrução Normativa-TCU 84, de 2020, e revoga as Decisões Normativas-TCU 187 e 188, de 2020, objeto do processo TC-016.589/2021-1. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-025.561/2021-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-020.251/2020-3, TC-025.266/2013-6 e TC-044.941/2021-8, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-024.601/2019-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-012.498/2020-3, TC-025.179/2015-2 e TC-045.670/2012-9, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia;

TC-014.141/2017-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-034.407/2018-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 297 a 324.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 325 a 345, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-005.510/2018-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Verônica Estrella V. Holzmeister declinou de produzir a sustentação oral que havia requereido em nome do Consórcio Dratec-Etermar-Rhode. Acórdão n° 329.

Na apreciação do processo TC-014.836/2018-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Bruno Lopes de Araújo produziu sustentação oral em nome de Gilberto Gomes Sarmento. Acórdão n° 330.

Na apreciação do processo TC-000.600/2016-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Ítalo Viana Aragão produziu sustentação oral em nome de Edmilson Correia de Vasconcelos Junior. Acórdão n° 325.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-039.811/2020-4 (Ata nº 48/2021), cujo relator é o Ministro Augusto Nardes e revisor é o Ministro Aroldo Cedraz. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 326, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 297/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridas as determinações de que tratam os subitens 1.8 e 1.9 do Acórdão 3.182/2020-TCU-Plenário e determinar o arquivamento dos autos, dando ciência à Petróleo Brasileiro S.A, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.894/2019-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 021.385/2016-5 (DENÚNCIA)
1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 298/2022 - TCU - Plenário

Trata-se do acompanhamento da implantação do Sinapi Aeroportuário pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e pela Caixa Econômica Federal.

Considerando que, no âmbito do TC 023.160/2008-0, foi exarado o Acórdão 1.270/2010-Plenário, contendo recomendações à Infraero, relacionadas ao Sinapi Aeroportuário;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação) identificou o aproveitamento das recomendações desta Corte de Contas, à exceção do subitem 9.2.3, exarado nos seguintes termos:

9.2.3. utilize metodologia consagrada de coleta de preços dos insumos que integram as CAPUs, nos casos em que o IBGE não se encarregar dessa pesquisa, e registre os fornecedores e valores consultados de cada insumo;

Considerando que, no tange ao subitem acima transcrito, a Infraero manteve a coleta de insumos de forma pontual, tendo em vista as dificuldades e os custos da implantação de uma sistemática de coleta periódica dos insumos, à semelhança do empregado pelo IBGE para o Sinapi;

Considerando o entendimento da unidade técnica de que tanto a coleta pontual realizada pela Infraero como a recomendação do subitem 9.2.3 do Acórdão 1.270/2010-Plenário podem atender o objetivo do TCU, desde que seja realizada pesquisa junto a, no mínimo, três fornecedores distintos e, caso não seja possível obter esse número de cotações, seja elaborada justificativa circunstanciada, em consonância com os Acórdãos 1.266/2011-Plenário, 837/2008-Plenário e 3.219/2010-Plenário;

Considerando que, nos presentes autos, foi identificado que o Sinapi Aeroportuário não possui divulgação na internet, tampouco atualização periódica dos preços, contrariando o disposto no art. 7º do Decreto 7.983, de 8/4/2013;

Considerando, ainda, que a capacidade de carga do caminhão basculante empregado no quadro de produtividade de equipamentos foi de 15 m3 ao invés de 14 m3, o que implica a modificação dos respectivos coeficientes de produtividade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os art. 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em fazer as determinações a seguir relacionadas (subitem 1.7) e ordenar o arquivamento dos autos, dando ciência deste Acórdão às entidades envolvidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.870/2015-6 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 004.941/2016-0 (SOLICITAÇÃO); 028.606/2015-9 (SOLICITAÇÃO); 014.299/2016-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.6. Representação legal: Francisco José de Siqueira (13081/OAB-DF), Weslon Batista Prado e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.7. Determinar à Infraero, com fulcro no art. 43 da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que adote, no prazo de trinta dias, as seguintes providências:

1.7.1. divulgue, em seu sítio eletrônico, consoante previsto no art. 7º do Decreto 7.983, de 8/4/2013, c/c art. 37, caput, da Constituição Federal, a listagem completa das composições analíticas do Sinapi Aeroportuário, sem os preços dos insumos, com o respectivo caderno de encargos e, para as composições que forem atualizadas no decorrer da utilização do sistema de preços, sua divulgação analítica com todos os preços dos insumos, data-base e localidade, bem como, as cotações dos insumos obtidas junto a, no mínimo, três fornecedores distintos e, caso não seja possível obter esse número de cotações, que seja elaborada justificativa circunstanciada;

1.7.2. averigue nas 137 composições do Sinapi Aeroportuário se a capacidade de carga do caminhão basculante foi empregada corretamente no quadro de produtividade, segundo explicitado na instrução da SeinfraRodoviaAviação, e corrija, se for o caso, os coeficientes de produtividades obtidos.

ACÓRDÃO Nº 299/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento do Acórdão 2018/2019-TCU-Plenário, de minha relatoria, o resulta da apreciação de processo de Acompanhamento das Metas 4, 18 e 19 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), relacionadas à educação especial, ao plano de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública e à gestão democrática;

Considerando o implemento da recomendação constante do item 9.1 do Acórdão 2.018/2019-TCU-Plenário, que tem como objetivo induzir o Ministério da Educação (MEC) a fomentar ações, em articulação com os Ministérios da Cidadania e da Saúde, que facilitem a obtenção de laudos clínicos pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Considerando que, da avaliação do conjunto de medidas expedidas ao MEC, por meio dos itens 9.2.1 a 9.2.8 do acórdão monitorado, resulta:

a) prejuízo ao atendimento da recomendação do item 9.2.1, referente à manutenção de cadastro de estudantes matriculados ou demandantes de matrícula na rede pública de ensino, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, para fins de controle social e planejamento de políticas públicas, tendo em vista as limitações impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei 13.709/2018), conforme Nota Técnica 8 (1768904) da Semesp/MEC (peça 32, p. 4);

b) cumprimento das recomendações dos itens 9.2.2 e 9.2.3., referente ao fomento e à orientação aos entes federados sobre a necessidade da efetivação da matrícula de todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação cujas famílias demandem vaga em escolas da rede pública ou, ainda, denúncia de eventual recusa de atendimento em escolas públicas ou privadas por motivo de deficiência do aluno;

c) prejuízo ao atendimento da recomendação do item 9.2.4 que recomenda ao MEC instituir, como critério ou condição para que o ente federado ou escola seja beneficiário de política federal de apoio à educação especial, a não-apresentação de laudo médico, uma vez que essa exigência não está prevista no normativo que trata da matéria (art. 6º da Resolução CNE Nº 2001);

d) cumprimento da recomendação do item 9.2.5, quanto à adaptação dos sistemas utilizados no acompanhamento das ações de formação docente, a fim de permitir o registro, pelos entes, e a aferição, pelo MEC, dos resultados físicos das ações apoiadas mediante o Plano de Ações Articuladas (PAR), especialmente o número de matriculados e de aprovados nas referidas ações de formação, estipulando nos normativos do PAR, e/ou dos programas executados por meio dele, a obrigatoriedade de prestação dessas informações, pelos entes, sob pena ou risco de reprovação das contas;

e) implemento da recomendação do item 9.2.6, com destaque para a publicação da Resolução nº 15, de 7/10/2020, que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros para equipar salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos, para atendimento educacional especializado, visando à aquisição ou adequação de itens que compõem essas salas, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, por escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da Educação Básica, em conformidade com o Programa Escola Acessível;

f) implemento parcial da recomendação do item 9.2.7, pois, apesar da criação de rotina de monitoramento dos bens já doados no âmbito do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a Resolução 15/2020 não previu cruzamento anual de dados entre a relação de escolas beneficiadas e o Censo Escolar da Educação Básica atualizado, a fim de identificar casos inequívocos de não-utilização dos equipamentos;

g) prejuízo ao exame do implemento da recomendação do item 9.2.8 e, por extensão, das recomendações dos itens 9.9.1, 9.9.2 e 9.11, todas referentes a aspectos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, os quais são objeto de monitoramento do Acórdão 591/2019-TCU-Plenário (TC 018.075/2018-5), também sob minha relatoria;

h) fato de estar "em implementação" a recomendação do item 9.2.9, relativo à alteração da Portaria MEC 387/2016 para estabelecer condicionantes para o apoio técnico e financeiro aos entes no processo de adequação e/ou elaboração dos Planos de Carreira e Remuneração - PCR;

Considerando o implemento do conjunto de recomendações dos itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que visam ao aperfeiçoamento dos indicadores das Metas 18 e 19 do PNE, referentes à captação de informações: sobre profissionais de educação básica não-docentes; existência de plano de carreira de profissionais de magistério e apoio pedagógico; gestão democrática intraescolar e extraescolar; estabilidade de profissionais de saúde;

Considerando a impossibilidade de implemento da recomendação do item 9.3.2, quanto à captação de informações sobre profissionais do magistério da educação básica que estão desviados da docência, da direção escolar ou de funções de apoio pedagógico, por estarem exercendo outras funções fora de sala de aula ou cedidos a outras secretarias do governo/prefeitura, haja vista a complexidade e variabilidade de ações e políticas públicas dos estados e municípios e a liberdade de adoção de estratégias locais para o atingimento das metas do PNE, o que torna o acompanhamento das estratégias do PNE uma atividade contraproducente e não-efetiva;

Considerando o implemento da determinação do item 9.4, referente à apresentação de plano de ação para implemento das recomendações, bem como justificativa para não-realização de recomendação considerada inconveniente ou inoportuna;

Considerando o cumprimento da determinação do item 9.6 pelo Inep quanto à ampliação de indicadores das metas 18 e 19 do PNE, que medem, respectivamente, percentual de unidades federativas com plano de carreira e remuneração para profissionais de magistério e para profissionais de não-magistério; bem como para forma de seleção de profissionais de ensino, além da seleção de diretores escolares;

Considerando o cumprimento da determinação do item 9.7.1 e o fato de a determinação do item 9.7.2 estar "em implementação", ambas direcionadas à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com intuito de colher informações sobre a possibilidade técnico-estatística e o impacto financeiro de coletar dados da população com necessidades especiais, para aferição e monitoramento da evolução da Meta 4 por meio do Censo Demográfico ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), compatibilizando-os à definição utilizada no texto da Meta 4 do PNE;

Considerando o cumprimento das determinações dos itens 9.8.1 e 9.8.2, pelo MEC, quanto à divulgação de micro dados sobre a situação atualizada dos planos de carreira e do atendimento do piso salarial nos estados e municípios, e sua extração no sítio do Ministério da Educação, além da reformação da reformulação da Portaria MEC 387/2016, que instituiu Rede de Assistência Técnica aos Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica;

Considerando, por fim, o implemento da recomendação do item 9.10, quanto ao estabelecimento de parcerias pelo Ministério da Educação para formação continuada de docentes, com foco na educação especializada, em cursos EaD; além da unificação de sistemas que permitirá ao MEC consolidar informações disponíveis nos diversos órgãos e entidades federais responsáveis por executar políticas de formação docente e direcionar as suas ações de formação, de tal forma que estas sejam canalizadas aos entes com maior déficit de profissionais capacitados/especializados.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 143, inciso III, 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) considerar implementadas as recomendações consignadas nos itens 9.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.5, 9.2.6, 9.3.1, 9.3.3, 9.3.4, 9.10 do Acórdão 2018/2019-TCU-Plenário;

b) considerar cumpridas as determinações dos itens 9.4, 9.6, 9.7.1, 9.8.1, 9.8.2 do Acórdão 2.018/2019-TCU-Plenário;

c) considerar em implementação a recomendação constante do item 9.2.9 e com implementação parcial a recomendação do item 9.2.7 do Acórdão 2.018/2019-TCU-Plenário;

d) considerar em cumprimento a determinação consignada no item 9.7.2 do Acórdão 2.018/2019-TCU-Plenário;

e) considerar prejudicada a análise dos itens 9.2.1, 9.2.4, 9.2.8, 9.3.2, 9.9.1, 9.9.2 e 9.11 do Acórdão 2.018/2019-TCU-Plenário, uma vez que as disposições desses dispositivos não são possíveis de atendimento por questões legais ou por estarem sendo tratadas em outros processos deste Tribunal;

f) dispensar, nos moldes do Acórdão 10.682/2020-TCU-2ª Câmara (Relatoria da Ministra Ana Arraes), em respeito aos princípios da economicidade e da eficiência, a expedição da comunicação ao Ministério da Educação (MEC), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Ministério da Saúde (MS) e ao Ministério da Cidadania (MC), quanto ao teor desta deliberação, considerando que as instituições podem acessar os autos de forma integral por meio da plataforma Conecta-TCU; e

g) apensar os presentes autos ao processo originário (TC 033.286/2018-3).

1. Processo TC-021.167/2020-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Educação.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 300/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os art. 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em adotar as medidas a seguir elencadas, relacionadas ao monitoramento do Acórdão 1819/2018-Plenário, dando ciência deste acórdão à Secretarias de Estado da Educação do Paraná e da Secretaria de Administração e da Previdência do Paraná-SEAP/PR, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

considerar cumpridos os subitens 9.4.1 e 9.4.2;

considerar em andamento o cumprimento do subitem 9.2.1;

declarar a perda do objeto da determinação contida no subitem 9.2.2;

fixar o prazo de 60 dias para que a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Paraná (SEAP/PR) dê cumprimento do subitem 9.2.3, a ela direcionado por meio da alínea "b" do Acórdão 340/2021-TCU-Plenário, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, observado o disposto no art. 268, §3º, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-030.900/2019-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 301/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.8 do Acórdão 1.067/2016-Plenário e em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.689/2011-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 003.107/2021-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Ademir Antônio Valentini (252.168.649-20); Anderson Eduardo Santana (027.546.279-01); José Roberto Ramalho Calleja (253.023.370-53); e outros.

1.3. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Consórcio Construtor São Domingos (11.198.104/0001-79).

1.4. Órgão/Entidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF) e outros, representando Anderson Eduardo Santana; Andre Fonseca Roller (20742/OAB-DF) e Diego dos Santos Vicentini Ribeiro, representando Consórcio Construtor São Domingos; Caroline Campos de Oliveira (21050/OAB-SC), Márcio Alceu Pazeto (23.073/OAB-SC) e outros, representando Eletrosul Centrais Elétricas S.A.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF) e outros, representando Ademir Antônio Valentini.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. arquivar o presente processo;

1.9.2. nos termos do art. 9º da Resolução TCU 315/2020, dar ciência à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul), que o arquivamento do presente processo não exime a autoridade administrativa de adotar, se necessárias e pertinentes, outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do pagamento da multa aplicada à empresa Hydros Engenharia Ltda, relativa ao Contrato Nº 90580029;

1.9.3. encaminhar cópia deste deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam, à Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul).

ACÓRDÃO Nº 302/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, considerando que o Acórdão 1.857/2014-Plenário está sendo monitorado por meio do TC 017.740/2015-0, ainda em tramitação, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, ambos do Regimento Interno, em determinar o apensamento definitivo dos presentes autos àquele processo, dando ciência ao órgão jurisdicionado.

1. Processo TC-032.868/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 017.740/2015-0 (MONITORAMENTO)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 303/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação e, consequentemente, em indeferir o pedido de adoção de medida cautelar, dando-se ciência desta deliberação à representante e arquivando-se os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.187/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: Jaime Dalmeida Cruz (22.435/OAB-BA), representando Prefeitura Municipal de Piatã - BA.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 304/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 712/2021-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 31/3/2021 - Telepresencial, inserido na Ata nº 10/2021, relativamente ao seu subitem 9.2, onde se lê: "julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso I, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as presentes contas e condenar em débito o Sr. Fernando Francener Alflen, pelos valores originais abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional:", leia-se: ". (...) o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.281/2019-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Fernando Francener Alflen (751.610.952-53).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - AC Flexeiras/AL; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 305/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 6), em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários à sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-001.117/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde/DF (Funasa/DF) e ao representante;
1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 306/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 7), em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários à sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-001.399/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/pa e AP.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Mateus Cafundo Almeida (395031/OAB-SP), Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), Renato Lopes (406.595-B/OAB-SP), Tiago dos Reis Magoga (283.834/OAB-SP), Ana Laura Loayza da Silva (448752/OAB-SP) e Ricardo Jordao Santos (454451/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução- TCU 315/2020 sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 30/2021, de forma a evitar a sua materialização, tendo em vista o estágio inicial dos atos referentes ao certame:
1.6.1.1.para participação em licitação pública, regida pela Lei 8666/1993, o Microempreendedor Individual (MEI), mesmo que esteja dispensado da elaboração do balanço patrimonial, deverá apresentar, quando exigido para fins de comprovação de sua boa situação financeira, o referido balanço e as demonstrações contábeis do último exercício social, conforme previsto no art. 31, inciso I, da Lei de Licitações e consoante entendimento esposado no Acórdão 133/2022 TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues;
1.6.1.2.a previsão de exigência de rede de postos de serviço credenciados em todo o território nacional para abastecimento de veículos da entidade, sem justificativa técnica que comprove a sua efetiva necessidade, restringe o caráter competitivo do certame e afronta a jurisprudência do TCU, consoante Acórdão 232/2021TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;
1.6.2. Dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho - 8ª Região e à representante;
1.6.3. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU

ACÓRDÃO Nº 307/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de recurso de revisão em face do Acórdão 13.392/2018-TCU-Primeira Câmara (Peça 64) interposto por Arildo Oliva França, Centro de Apoio a Atividades Sociais, Educativos e Culturais e Marcelo Medeiros Aragão (peça 154);

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que a peça recursal traz apenas argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, se limitam a tentar rediscutir as conclusões deste Tribunal acerca dos fatos já existentes à época da decisão;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no artigo 33 da Lei 8.443/1992 e já utilizada pelos recorrentes;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 143, inciso IV, "b", e 288 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de revisão, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e em encaminhar cópia desta deliberação e da instrução (peça 155) aos recorrentes.

1. Processo TC-010.946/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 040.797/2021-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.795/2021-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.796/2021-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 040.798/2021-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 043.233/2018-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Arildo Oliva França (004.076.075-87); Centro de Apoio a Atividades Sociais, Educativos e Culturais (07.208.231/0001-34); Marcelo Medeiros Aragão (122.045.103-78).
1.3. Recorrentes: Centro de Apoio a Atividades Sociais, Educativos e Culturais (07.208.231/0001-34); Arildo Oliva França (004.076.075-87); Marcelo Medeiros Aragão (122.045.103-78).
1.4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.9. Representação legal: Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF), representando Centro de Apoio a Atividades Sociais, Educativos e Culturais; Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF), representando Arildo Oliva França; Alexandre Melo Soares (24.518/OAB-DF), representando Marcelo Medeiros Aragão.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 308/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo cuida de acompanhamento realizado pela Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura na Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), no âmbito do Fiscobras 2016, com o objetivo de fiscalizar as obras da Usina Termonuclear de Angra 3, no estado do Rio de Janeiro, convertido em tomada de contas especial por força do subitem 9.1 do Acórdão 2.930/2021-TCU-Plenário;

Considerando a necessidade de classificar os documentos contidos nestes autos quanto à confidencialidade, nos termos da Resolução-TCU 294/2018;

Considerando o art. 5°, inciso LV, da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência deste Tribunal (v.g. Acórdãos 423/2019, 95/2019, 2.014/2017, 2.005/2017, 2.254/2016, 248/2016, 3.343/2015 e 1.854/2015, todos do Plenário) acerca da classificação de peças processuais quanto à confidencialidade e da garantia de acesso aos responsáveis;

Considerando a proposta de classificação das peças quanto à sua confidencialidade e de definição de permissão de acesso às partes do processo contidas na peça 1.047 e no anexo I da peça 1.151;

Considerando as ponderações indicadas pelo titular da SeinfraOperações à peça 1.152;

Considerando que a peça 954 não possui informação sobre a qual deva incidir sigilo e, ainda, que a proposta de colaboração mencionada é de conhecimento público;

Considerando que a instrução de peça 1.035 tornou-se pública quando proferido o Acórdão 2.930/2021-TCU-Plenário;

Considerando que a peça 1.057 é pública no processo de origem;

Considerando o item 10.1 do despacho de peça 1.158;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c". do RITCU e 12 da Resolução-TCU 294/2018 e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em aprovar a classificação das peças quanto à confidencialidade reproduzida na tabela abaixo:

Peças	Conteúdo	Classificação	Permissão de acesso
200 e 201	Manifestação da empresa Andrade Gutierrez Engenharia S.A. com aposição de sigilo por autoridade judiciária, cujo conteúdo não afeta os demais responsáveis arrolados nestes autos.	Públicas	N/A
237	Pedido da Construtora Queiroz Galvão S.A. para suspensão das apurações em razão da existência de negociação, cujo conteúdo não afeta os demais responsáveis arrolados nestes autos.	Pública	N/A
273	Relatório elaborado pela Delloite Touche Tohmatsu, cujos elementos não subsidiaram qualquer imputação de responsabilidade ou apuração de débito.	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
469	Pedido de reexame interposto pela Construtora Queiroz Galvão S.A. contra o Acórdão 483/2017-TCU-Plenário, cujo conteúdo não afeta os demais responsáveis arrolados nestes autos.	Pública	N/A
472, 473 e 478	Petição da empresa UTC Engenharia S.A. na qual requer a concessão de efeito suspensivo ao seu pedido de reexame, com base na decisão proferida no MS 34.709/DF, cujo sigilo derivara da aposição de chancela de segredo de justiça pelo STF nos autos da ação, mas a questão central foi superada com o julgamento do pedido de reexame (Acórdão 580/2019-TCU-Plenário).	Sigilosas	Todos os responsáveis nestes autos
765	Embargos de declaração opostos pela UTC Engenharia S.A. contra o Acórdão 580/2019-TCU-Plenário, cujo sigilo deriva de aposição da chancela de segredo de justiça pelo STF nos autos do Mandado de Segurança 35.435/DF que, embora protocolado pela mencionada empresa, relaciona-se a outra empresa arrolada nestes autos.	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
906 a 909	Manifestação da Construtora Queiroz Galvão S.A. em que apresenta informações relativas às suas propostas de colaboração perante o Tribunal, a título de subsídio para decisões do TCU, cujo conteúdo não afeta os demais responsáveis arrolados nestes autos.	Sigilosas	Construtora Queiroz Galvão S.A.
894, 918, 921 e 931	Resposta à diligência nas quais são apresentados papéis de trabalho do relatório da peça 273, classificada como sigilosa.	Sigilosas	Todos os responsáveis nestes autos
934 e 935	Documentos de processos judiciais com aposição de segredo de justiça.	Sigilosas	Techint Engenharia e Construção S.A.
937	Resposta à diligência com documentos referentes a medições de contrato já rescindido.	Pública	N/A
954	Manifestação da empresa Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Pública	N/A
994	Evidências 2.33 e 2.34 Notas Fiscais Entrada	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
1020	Evidência 3.26 - Análise MPF Aratec - Sigilo	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
1023	Pesquisa Sócios Aratec Engenharia Consultoria & Representações LTDA	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
1024	Evidências 4.1 a 4.25 - Evidências Holdings Itens Não Digitalizáveis	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
1035	Instrução	Pública	N/A
1055	Manifestação da empresa Construtora Queiroz Galvão S.A.	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
1056	Anexo à Manifestação da empresa Construtora Queiroz Galvão S.A.	Sigilosa	Todos os responsáveis nestes autos
1057	Anexo à Manifestação da empresa Construtora Queiroz Galvão S.A.	Pública	N/A

1. Processo TC-016.991/2015-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: 025.801/2017-1 (SOLICITAÇÃO); 011.765/2012-7 (REPRESENTAÇÃO); 028.483/2019-7 (SOLICITAÇÃO); 017.445/2016-7 (SOLICITAÇÃO); 036.758/2018-3 (ACOMPANHAMENTO); 036.759/2018-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.2. Responsáveis: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (17.262.213/0001-94); Andrade Gutierrez S.A. (17.262.197/0001-30); Carlos Maurício Lima de Paula Barros (097.505.177-68); Consorcio Angramon (20.876.370/0001-02); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60); Construções e Comércio Camargo Correa S.A. (61.522.512/0001-02); Dalton dos Santos Avancini (094.948.488-10); Empresa Brasileira de Engenharia S.A. (33.247.271/0001-03); Fabio Andreani Gandolfo (045.707.138-90); Flavio David Barra (533.853.226-34); Guilherme Pires de Mello (380.697.416-00); José Eduardo Brayner Costa Mattos (299.885.787-68); Luiz Antonio de Amorim Soares (546.971.157-91); Luiz Manuel Amaral Messias (101.581.707-68); Marcelo Sturlini Bisordi (118.662.248-24); Mover Participações S.A. (01.098.905/0001-09); MPE S.A. Participações e Administração (40.318.354/0001-01); Odebrecht S.A. (05.144.757/0001-72); Odon David de Souza Filho (081.863.754-49); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Paulo Massa Filho (069.501.907-43); Petronio Braz Junior (296.787.491-49); Queiroz Galvão S.A. (02.538.798/0001-55); Renato Ribeiro Abreu (181.839.567-34); Ricardo Ourique Marques (788.622.057-91); Ricardo Ribeiro Pessoa (063.870.395-68); Techint Engenharia e Construção S.A. (61.575.775/0001-80); UTC Engenharia S.A. (44.023.661/0001-08); UTC Participações S.A. (02.164.892/0001-91).

1.3. Unidade Jurisdicionada: Eletrobrás Termonuclear S.A.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

1.7. Representação legal: Juliana Tavares Almeida (12.794/OAB-DF) e Mauro Porto (12878/OAB-DF), representando Luiz Antonio de Amorim Soares e Luiz Manuel Amaral Messias; Leonardo Bissoli (296.824/OAB-SP) e outros, representando Petronio Braz Junior; Mauro Grecco (81.445/OAB-SP), Marcelo Vicentini Marchetti (196.312/OAB-SP), Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF) e outros, representando Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21.359/OAB-DF), João Manoel Santos Souza (28.658/OAB-DF) e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.; Raissa Roese da Rosa (52568/OAB-DF), Antenor Madruga da Silva (25930/OAB-DF) e outros, representando Odon David de Souza Filho; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF), Igor Fellipe Araujo de Sousa (41.605/OAB-DF), Marcella Querino Mangullo (304.560/OAB-SP) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Leonardo Greco (21.557/OAB-RJ), Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (42.884/OAB-PE), Rafaella Bahia Spach (50.845/OAB-DF), Eduardo Stênio Silva Sousa (20327/OAB-DF) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S.A.; Igor Fellipe Araújo de Sousa (41.605/OAB-DF), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF), Jose Mauricio Balbi Sollero (30851/OAB-MG) e outros, representando Andrade Gutierrez Engenharia S.A.; Fernando José Gonçalves Acunha (21.184/OAB-DF) e outros, representando Carlos Maurício Lima de Paula Barros; Ricardo Barretto de Andrade (32.136/OAB-DF), Gabriel Silva Campos (62.948/OAB-DF) e outros, representando José Eduardo Brayner Costa Mattos; Victor Costa Rodrigues(199.748/OAB-RJ), Celso Caldas Martins Xavier (172.708/OAB-SP) e outros, representando Empresa Brasileira de Engenharia S.A.; Mauro Pedroso Gonçalves (21.278/OAB-DF), Luis Inácio Lucena Adams (29512/OAB-RJ), Ruy Pereira Camilo Junior (111.471/OAB-SP), José Panos Arakelian (215.821/OAB-SP) e outros, representando Techint Engenharia e Construção S.A.; Renato Tai (156.610/OAB-SP), representando UTC Engenharia S.A.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 309/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o papel do denunciante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações;

Considerando inexistir para o denunciante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista;

Considerando que o exercício de denúncia perante esta Corte, com o objetivo de proteger o interesse público, foi respeitado, uma vez que a peça foi conhecida e seu mérito foi devidamente examinado por este Tribunal;

Considerando que o recorrente demonstra mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito-Cdvt (peça 88) em face do Acórdão 2.668/2021-TCU-Plenário (Peça 75), em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal do denunciante para atuar nesta seara recursal, nos termos do artigo 146 e 282 do RI/TCU, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 98), ao recorrente e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.243/2021-8 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 016.399/2021-8 (DENÚNCIA)

1.2. Recorrente: Centro de Defesa das Vitimas de Transito - Cdvt (09.019.816/0001-31).

1.3. Interessados: Caixa Economica Federal - Gi Logistica Brasilia, DF - Gilog/BR (00.360.305/2660-58); Superintendência de Seguros Privados (42.354.068/0001-19).

1.4. Órgão/Entidade: Departamento Regional da Susep/SP - MF.

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.9. Representação legal: Jose Antonio Martins Lacerda (80.450/OAB-MG), Ricardo Gonzalez Tavares (47246/OAB-RS), Maria de Fátima Vieira de Vasconcelos (9.253/OAB-DF), William Herrison Cunha Bernardo (40723/OAB-GO), Eduardo Pereira Bromonschenkel (28.207/OAB-DF), Paulo Roberto Soares (13178/OAB-DF), Daniella Gazzetta de Camargo (7.529/OAB-DF), Leonardo Faustino Lima (53.806/OAB-DF), Andre Luiz Viviani de Abreu (116896/OAB-RJ), Andre Yokomizo Aceiro (17.753/OAB-DF), Janiele Queiroz Mendes Caroba (18.871/OAB-DF) e Lenymara Carvalho (33.087/OAB-DF), representando Caixa Economica Federal - Gi Logistica Brasilia, DF - Gilog/BR; Patricia Helena Pomp de Toledo Menezes (283585/OAB-SP), representando Centro de Defesa das Vitimas de Transito - Cdvt.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 310/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 e implementada a recomendação constante do item 9.5, todas do Acórdão 1.092/2016-TCU-Plenário; e em determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 023.297/2015-8, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.730/2017-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Kl Servicos de Engenharia S.A. (06.022.644/0001-67).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Ministério da Integração Nacional (extinta).

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 311/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em apostilar o Acórdão 2478/2021 - TCU - Plenário, sessão de 13/10/2021, para excluir os nomes a seguir listados do item 3.1 do Acórdão 2478/2021 - TCU - Plenário, do relatório, bem como do sistema e-TCU: Ariosto Antunes Culau (579.835.000-25); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Marco Antonio Martins Almeida

(221.163.621-72); Paulo Cezar Amaro Aquino (206.147.480-20); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Petrobras S/A (30.012.447/0001-41), mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.849/2010-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA)

1.1. Responsáveis: Alberto Lorenzini (263.344.960-34); Alexandre Coutinho Barboza (944.028.847-72); Alisson Lima Brandao (087.222.237-38); Alvaro de Sá Bahia (116.785.421-72); Amós da Silva Câncio (991.201.867-20); Antonio Augusto Almeida Faria (143.775.275-68); Antônio Carlos Pereira Maia (458.461.977-87); Arão Dias Tisser (879.023.036-15); Auro Gorentzvaig (033.972.698-90); Boris Gorentzvaig (359.931.978-20); Caio Gorentzvaig (033.972.688-18); Carlos Eduardo da Silva Franco (125.001.270-87); Carlos Renato do Amaral Portilho (024.542.846-18); Cezar Augusto Mansoldo (253.601.167-49); Fábio Gorentzvaig (129.398.568-69); Isabel Cristina de Azevedo Melo Leite (626.316.327-53); Jorge Lopes Blanco de Oliveira Junior (029.032.367-39); José Augusto Ferreira Meireles (499.562.218-72); José Aurélio Lima (076.200.041-49); Juliana de Hollanda Lima Quintela (089.031.627-90); Lindemberg de Lima Bezerra (477.413.760-04); Luiz Octavio de Morin Parente de Mello Junior (540.007.187-20); Luiz Oscar de Mello Becker (000.198.100-59); Marcelo Malzone (768.676.178-91); Maria Regina Vaz Piña Rodrigues (519.223.557-04); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Ricardo da Costa Nunes (713.970.437-68); Roberto Hasselmann de Figueiredo (025.048.637-72); Rosana Serfaty de Campos (806.353.427-15); Telma Hashimoto Hirata (205.348.738-04); Tomas de Aquino Chaves de Melo (101.213.237-49); Tomaz Andres Barbosa (079.624.907-56).

1.2. Órgão/Entidade: Petroquímica Triunfo S.A. - Grupo Petrobras - MME.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

1.6. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62929/OAB-RJ), Munique Feitoza Lopes e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Fernando Villela de Andrade Vianna (134601/OAB-RJ), Carlos Roberto de Siqueira Castro (20015/OAB-DF) e outros, representando Petroquímica Triunfo S.a. - Grupo Petrobras - Mme; Alberto Figueiredo Neto (4.273/OAB-SE), Marco Aurelio Ferreira Martins (194.793/OAB-SP) e outros, representando Petrobras S/a.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 312/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, II e III e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em expedir quitação aos Srs. Antonio Xerxes ODena Tavares, Wilmo Miola, Marcos Tondin Giglio, Fernando Onofre Batista da Costa, ante o recolhimento do débito solidário a eles imputado pelo item 9.3 do Acórdão 208/2014-TCU-Plenário (peça 35), com redação dada pelo Acórdão 1.902/2019-TCU-Plenário (peça 333), conforme os pareceres emitidos nos autos, informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e encerrar o presente processo.

Data Evento D/C Valor
31/12/1998 D R$ 11.727,58
08/01/2015 C R$ 2.262,10
09/02/2015 C R$ 2.262,10
12/02/2015 C R$ 22,62
31/03/2015 C R$ 2.302,91
30/04/2015 C R$ 2.322,57
29/05/2015 C R$ 2.356,91
30/06/2015 C R$ 2.388,41
31/07/2015 C R$ 2.388,41
31/08/2015 C R$ 2.414,10
30/09/2015 C R$ 2.450,68
29/10/2015 C R$ 2.466,53
25/11/2015 C R$ 2.492,75
22/12/2015 C R$ 2.523,35
27/01/2016 C R$ 2.548,58
26/02/2016 C R$ 2.566,99
31/03/2016 C R$ 2.592,66
28/04/2016 C R$ 2.594,59
31/05/2016 C R$ 2.582,01
30/06/2016 C R$ 2.601,14
28/07/2016 C R$ 2.628,00
30/08/2016 C R$ 2.654,00
10/10/2016 C R$ 2.680,00
31/10/2016 C R$ 2.700,00
25/01/2017 C R$ 2.703,00
25/01/2017 C R$ 2.701,00
16/02/2017 C R$ 2.710,00
10/03/2017 C R$ 2.715,00
12/04/2017 C R$ 2.720,00
05/05/2017 C R$ 2.800,00
02/06/2017 C R$ 2.805,00
08/09/2017 C R$ 2.810,00
05/10/2017 C R$ 2.900,00
09/11/2017 C R$ 2.905,00
21/12/2017 C R$ 2.910,00
31/01/2018 C R$ 2.950,00
28/02/2018 C R$ 3.000,00
29/03/2018 C R$ 3.142,97
Saldo do crédito em 06/11/2019 R$ 34,30

1. Processo TC-012.197/1999-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 1998)

1.1. Apensos: 032.004/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 031.717/2015-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 031.538/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.208/2015-7 (SOLICITAÇÃO); 031.591/2015-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.106/2017-5 (SOLICITAÇÃO); 031.824/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.559/2014-1 (SOLICITAÇÃO); 031.912/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 031.572/2015-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.985/2019-6 (SOLICITAÇÃO); 031.769/2015-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 022.924/2018-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Albino Colatto Miola (149.745.170-15); Antonio Xerxes O Dena Tavares (009.092.380-49); Central de Seguros Adm e Corretora de Seguros Ltda (94.546.876/0001-81); Edison Lourenço Verdi (092.045.120-91); Fernando Onofre Batista da Costa (122.548.000-00); João Luis da Silveira Luz (359.567.120-15); Marcos Tondin Giglio (216.726.440-20); Valmir Labatut Rosa (066.027.200-82); Wilmo Miola (023.758.770-04).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.7. Representação legal: Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta, representando Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul; Eduardo Calleari (56309/OAB-RS), representando Eloidir Martinho Gerhardt; Luiz Valcir Godinho Martins (33756/OAB-RS), representando Carlos Rogério de Godoy; Fabiano Barreto da Silva (57761/OAB-RS) e Maria Beatriz de Lemos Pinto Paiva (15821/OAB-RS), representando Marcos Tondin Giglio; Raimundo Kleber Xavier (6549/OAB-RS), representando Forense - Consultoria Jurídica; Marjana Bircke (22947/OAB-RS), representando Nilso Fracalossi; Larissa Amantea Pereira (62320/OAB-RS), representando Edison Lourenço Verdi; Caroline Beatriz Fauri (39136/OAB-RS) e Inez Tavares (14520/OAB-RS), representando Valmir Labatut Rosa; Eduardo Calleari (56309/OAB-RS), representando Getulio Stefani; Eduardo Calleari (56309/OAB-RS), representando Cláudio Luís Pinto.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 313/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União e com o inciso I do art. 463 do Código de Processo Civil, ACORDAM em apostilar o Acórdão 2013/2020- Plenário, Sessão de 5/08/2020, Ata nº 29/2020, a seguir relacionado para fins de correção de erro material, para que:

- Onde se lê: "9.2 julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.443, 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Ludson José Machado, condenando-o ao pagamento das importâncias discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;"

- Leia-se: "9.2 julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.443, 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Ludson José Machado, condenando-o ao pagamento das importâncias discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno; e autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992.;"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria de Gestão de Processos e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.138/2017-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ludson Jose Machado (427.904.256-04).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 314/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento dos subitens 9.3.1 a 9.3.3 do Acórdão 733/2017-TCU-Plenário, de relatoria do Min. José Mucio Monteiro (peça 1), autuado em cumprimento ao disposto no subitem 9.3.6 do mesmo acórdão, no qual o Tribunal de Contas da União apreciou o processo de auditoria TC 013.106/2013-9, que teve por objetivo fiscalizar as obras do Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora, da Nova Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Campus Avançado em Governador Valadares, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar que as determinações constantes nos itens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 733/2017-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, foram cumpridas, e que a recomendação do item 9.3.3 do mesmo acórdão foi implementada, nos termos dos padrões de monitoramento do TCU, Portaria Segecex 27, de 19 de outubro de 2009;

b) encaminhar cópia deste Acórdão à Universidade Federal de Juiz de Fora, destacando pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordao; e

c) apensar, em definitivo, o presente processo ao TC 013.106/2013-9 (processo originador), nos termos do art. 5º, II, da Portaria Segecex 27/2009.

1. Processo TC-009.341/2017-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Marcus Vinicius David (651.123.006-63).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 315/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento dos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão 1104/2020-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Raimundo Carreiro (peça 5), prolatado no âmbito do TC 000.442/2020-8. Este processo cuidou de representação da empresa EMS S.A quanto a possíveis irregularidades na contratação direta da Novartis Biociências S/A pelo Ministério da Saúde (MS), decorrente da Inexigibilidade de Licitação 49/2019, para aquisição do medicamento fingolimode 0,5mg ao custo global de R$ 71.933.400,00, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU e c/c do art. 17, § 1º da Resolução-TCU 315/2020, ACORDAM em:

a) considerar integralmente cumprida a determinação objeto do item 9.4;

b) não implementada a recomendação objeto do item 9.5;

c) encaminhar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Saúde, destacando que a deliberação ora encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

d) arquivar os presentes autos com fundamento no art. 143, V "a" do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-027.195/2021-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 316/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela VMF Desenhos Técnicos Ltda., acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 11/2021, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente, destinado a contratar empresa especializada na execução de serviços de elaboração de estudos e projetos dos sistemas de ar-condicionado do bloco B, na esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, com preço estimado em R$ 262.620,18;

Considerando que a representante se insurgiu, em suma, contra a exigência prevista no item 9.11.3 do Edital do Pregão Eletrônico, o que teria motivado irregularmente sua inabilitação, por não ter apresentado a Certidão de Acervo Técnico (CAT) relativa a engenheiros civil e elétrico:

9.11.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber

a) Para engenheiro civil, elétrico e mecânico: serviços de elaboração de anteprojeto, projeto básico e elaboração de projeto executivo de sistema de ar-condicionado.

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), em instrução às peças 14 e 15, do qual resultaram as seguintes conclusões:

não se verificaram presentes os requisitos de risco, materialidade e relevância que ensejariam uma atuação adicional do Tribunal;

a desclassificação da representante se deu devido à não apresentação de CATs de engenheiro civil e engenheiro eletricista, profissionais cuja necessidade foi devidamente justificada no estudo técnico preliminar do termo de referência, anexo ao Edital; e

o item 9.11.3 do Edital apresentou imprecisão ao induzir que seriam exigidos atestados dos três profissionais referentes a projeto similar de ar-condicionado. No entanto, o que deveria estar mais claro é que o Ministério pretendia obter a comprovação de que a empresa vencedora era capaz de elaborar não apenas os projetos de ar-condicionado, mas também os projetos e atividades complementares ao projeto de ar-condicionado, a exemplo da adequação das instalações elétricas (atribuição do engenheiro eletricista), impermeabilização e reforço estrutural (atribuições do engenheiro civil).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143 do Regimento Interno, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, sem julgamento de mérito, por não estarem presentes os requisitos de risco, materialidade e relevância que ensejem a atuação do Tribunal;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa VMF Desenhos Técnicos Ltda., tendo em vista a inexistência de pressuposto necessário para adoção da referida medida e pela existência do perigo na demora reverso (contrato já assinado);

c) informar ao representante que o conteúdo da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

d) enviar cópia deste Acórdão e da instrução à peça 14 ao Ministério do Meio Ambiente, com fundamento no art. 9°, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, a fim de que tome ciência da imprecisão detectada no item 9.11.3 do Edital, para que o aperfeiçoe em futuros certames; e

e) arquivar os presentes autos, sem análise de mérito, com fundamento no art. 106, § 4°, inciso II, da Resolução 259/2014, e art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-000.272/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Coordenação-geral de Finanças - MMA.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: VMF Desenhos Técnicos Ltda. (CNPJ 12.515.812/0001-59)
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal: Vinicius Maximiliano Ferreira da Silva, representando VMF Desenhos Técnicos Ltda - Me.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 317/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Multiplena Comércio e Serviços Ltda. em face do Contrato 37/2021 (vigência: de 22/12/2021 a 21/12/2022; valor: R$ 6.120.237,10), celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e a empresa ora representante;

Considerando que a representante se insurge exclusivamente contra negativa do Ministério contratante em reajustar os preços contratados em decorrência de lapso temporal transcorrido entre a data da proposta comercial (15/7/2019) e a data da assinatura do acordo (22/12/2022), requerendo deste Tribunal o reconhecimento de seu direito ao reajuste contratual;

Considerando que não compete ao Tribunal de Contas da União a tutela de direitos subjetivos de empresas contratadas da Administração Pública, tampouco a solução de litígios decorrentes da execução de contratos administrativos com vistas a assegurar o interesse privado das contratadas; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 4 e 5;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, c/c o art. 235, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à representante a prolação do presente Acórdão; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020.

1. Processo TC-001.789/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Multiplena Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 04.936.559/0001-89)
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Gilberto Ferreira, representando Multiplena Comércio e Serviços Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 318/2022 - TCU - Plenário

Visto e relacionado o processo abaixo que trata de Representação formulada pelo Deputado Estadual do Paraná, Sr. Evandro José da Cruz Araújo, em face de supostas irregularidades cometidas pelas concessionárias nos contratos de concessão de rodovias federais delegadas ao estado do Paraná (contratos de concessão 71/97, 72/97, 73/97, 74/97, 75/97 e 76/97 assinados pelo estado do Paraná, tendo a União como interveniente).

Considerando que, segundo informa o autor da representação, embora o prazo de encerramento das concessões seja 28/11/2021, ainda haveria muitas obras pendentes de realização.

Considerando que, ainda segundo o representante, as concessionárias Rodonorte, Ecocataratas e Ecovia teriam reconhecido as práticas de corrupção, fraude tributária, lavagem de dinheiro e pagamento de propina a agentes públicos para obtenção de atos administrativos favoráveis às concessionárias, no âmbito de acordo de leniência firmado junto ao Ministério Público Federal.

Considerando que a unidade técnica, ao instruir os autos (peça 29, p. 2), apontou que as irregularidades relatadas já estão sendo tratadas no âmbito de outra representação, o TC 042.767/2021-0, e que haveria conexão entre os dois processos (mesma causa de pedir).

Considerando que se entende oportuno o apensamento do presente processo ao TC 042.767/2021-0, também de minha relatoria, para análise em conjunto, ocasião em que poderá ser melhor avaliado o encaminhamento a ser proposto para as eventuais irregularidades identificadas, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a" do RI/TCU.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer a presente representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade definidos no art. 235, caput, c/c o art.237, parágrafo único do RI/TCU;

b) apensar, com fundamento no art.143, inciso V, alínea "a" do RI/TCU, os presentes autos ao TC 042.767/2021-0, para análise em conjunto;

c) comunicar ao autor da representação o presente Acórdão, acompanhado de cópia da instrução.

1. Processo TC-042.771/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Infraestrutura.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.5. Representação legal: Felipe Eik Borges Ferreira (83675/OAB-PR) e Mariane Yuri Shiohara Lubke (38.964/OAB-PR), representando Evandro Jose da Cruz Araujo.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 319/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação de unidade técnica (Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog), com pedido de medida cautelar, em face do Contrato 109/2021, celebrado em 14/10/2021 entre a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e o Instituto de Professores Públicos e Particulares, cujo objeto é a prestação de serviço de apoio à gestão administrativa, atividades complementares e acessórias (Gestão e Desenvolvimento Institucional), visando acrescentar melhorias na qualidade dos serviços prestados (vigência: 15/10/2021 até 13/04/2022, valor contratado: R$ 18.334.253,76);

Considerando que a representação se funda em indícios de:

a) habilitação de entidade sem fins lucrativos em certame que visa contratar empresa para prestação de serviço de mão de obra terceirizada (Acórdão 7459/2010-TCU-Segunda Câmara, Acórdão 2847/2019-TCU-Plenário, Acórdão 2426/2020-TCU-Plenário, Súmula-TCU 250);

b) contratação emergencial de entidade sem fins lucrativos atuando com desvio de suas finalidades institucionais (Acórdão 7459/2010-TCU-Segunda Câmara, Acórdão 2847/2019-TCUPlenário, Acórdão 2426/2020-TCU- Plenário, Súmula-TCU 250);

c) contratação emergencial devido à falta de planejamento e celeridade do órgão na instauração e conclusão de processo licitatório (Acórdão 1122/2017-TCU-Plenário);

d) reiterado descumprimento de determinação do Tribunal

Considerando que a Selog, em pronunciamentos uniformes insertos às peças 9 e 10, propôs considerar prejudicado o exame da representação visto que a matéria é objeto de fiscalização nos autos do TC 041.275/2021, de minha relatoria, autuado em momento anterior ao do presente processo, o qual versa sobre representação formulada por Stefanini Consultoria e Assessoria em informática S/A em relação a supostas irregularidades na dispensa de licitação promovida justamente pela Fiocruz que culminou com a contratação o Instituto de Professores Públicos e Particulares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143 do Regimento Interno, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, por perda do seu objeto, e, no mérito, prejudicada a presente representação, haja vista atuação deste Tribunal quanto à mesma matéria dos autos mediante o processo TC 041.275/2021, relator Ministro Antonio Anastasia; e

c) apensar, com fulcro nos arts. 36 e 40, § 2º, da Resolução - TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020, o presente processo ao TC 041.275/2021, pois há relação de conexão entre eles e se mostra conveniente a tramitação conjunta.

1. Processo TC-044.370/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 320/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação da Decisão 534/2002-TCU-Plenário, prolatada no âmbito do processo TC-008.148/1999-0, no qual foi apurada denúncia de irregularidades praticadas na aplicação de recursos federais transferidos ao Município de Pirapemas/MA por meio de diversos convênios e contratos de repasse, dentre os quais o Convênio 9.780/1997, objeto da presente TCE, firmado com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R$ 453.736,73, objetivando a construção de quatro escolas.

Considerando que por intermédio do Acórdão 2082/2010-Plenário, de minha relatoria, o Tribunal julgou irregulares as contas de diversos responsáveis, condenando-os ao débito, aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 e inabilitando-os para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de oito anos;

Considerando que a Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura faleceu no dia 12/7/2013 (peça 54, p. 3), antes do trânsito em julgado do Acórdão 2082/2010-Plenário, que ocorreu em 7/4/2015 (peça 200, p. 1);

Considerando o caráter personalíssimo das penalidades, por força do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, e que o Tribunal "poderá rever, de ofício, o acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação", nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005;

Considerando as proposições uniformes da SecexTCE e do MP/TCU no sentido de tornar insubsistentes as sanções aplicadas (multa e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) rever, de ofício, os itens 9.4 e 9.8 do Acórdão 2082/2010-Plenário, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005, para tornar insubsistentes a multa e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 8 (oito) anos, aplicadas à Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura (CPF 055.517.223-68), tendo em vista o falecimento da responsável antes do trânsito em julgado da decisão condenatória;

b) encaminhar o processo à Secretaria de Gestão de Processos - Seproc para adoção das providências elencadas nos itens 2.1.1 (II e III), 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5. 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.9, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14 e 2.1.15 da instrução acostada à peça 201.

1. Processo TC-020.524/2004-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 002.865/2004-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pirapemas - MA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Rogerio Marques de Almeida (6697/OAB-MA), representando Wilson Antonio dos Reis Neto; Marina Lopes Roque Godinho (15.451/OAB-MA), Jose Norberto Lopes Campelo (2594/OAB-PI) e outros, representando Eliseu Barroso de Carvalho Moura; Victorio de Oliveira Ricci (900/OAB-MA), representando José Orlando Rodrigues Aquino; Paulo Humberto Freire Castelo Branco (7488-A/OAB-MA), representando Joao da Silva Neto; Wilson Antonio dos Reis Neto, representando Claudio Pinto dos Reis; Melissa Lima Barroso Moura, representando Carmina Carmen Lima Barroso Moura.

ACÓRDÃO Nº 321/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação da Decisão 534/2002-TCU-Plenário, prolatada no âmbito do processo TC-008.148/1999-0, no qual foi apurada denúncia de irregularidades praticadas na aplicação de recursos federais transferidos ao Município de Pirapemas/MA por meio de diversos convênios e contratos de repasse, dentre os quais o Convênio 125/1996-SRH-MMA, objeto da presente TCE, firmado no valor de R$ 90.000,00, objetivando a perfuração e aparelhamento de dois poços tubulares nos povoados Serraria e Maioba.

Considerando que por intermédio do Acórdão 2442/2010-Plenário, de minha relatoria, o Tribunal julgou irregulares as contas de diversos responsáveis, condenando-os ao débito, aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 e inabilitando-os para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de oito anos;

Considerando que a Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura faleceu no dia 12/7/2013 (peça 280), antes do trânsito em julgado do Acórdão 2442/2010-Plenário, que ocorreu em 26/6/2014 (peça 191);

Considerando o caráter personalíssimo das penalidades, por força do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, e que o Tribunal "poderá rever, de ofício, o acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação", nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005;

Considerando as proposições uniformes da SecexTCE e do MP/TCU no sentido de tornar insubsistente a multa aplicada;

Considerando que também a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, decretada por meio do item 9.8 do Acórdão 2442/2010-Plenário, deve ser tornada insubsistente por esta Corte;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) rever, de ofício, os itens 9.5 e 9.8 do Acórdão 2442/2010-Plenário, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005, para tornar insubsistentes a multa e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 8 (oito) anos, aplicadas à Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura (CPF 055.517.223-68), tendo em vista o falecimento da responsável antes do trânsito em julgado da decisão condenatória;

b) retornar os autos à Secretaria de Gestão de Processos - Seproc/Secef para que sejam adotadas as providências a seu cargo.

1. Processo TC-020.611/2004-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 027.356/2019-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.360/2019-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.304/2019-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.309/2019-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.193/2019-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.279/2019-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.404/2019-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.369/2019-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.283/2019-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.110/2019-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Carmina Carmen Lima Barroso Moura (055.517.223-68); Eliseu Barroso de Carvalho Moura (054.829.413-53); Eliseu Jose Lopes Barroso (217.087.033-49); Hidroterra Construcoes Ltda (63.437.776/0001-93); Hieron Barroso Maia (089.036.703-53); Joao da Silva Neto (239.914.963-72); Jose Olivan de Carvalho Moura (159.567.413-68); Maurie Anne Mendes Moura (854.498.064-34); Moacir Rocha de Sousa (032.327.863-91); Raimundo Gomes da Rocha Neto (249.384.403-34); Rufino & Santos Ltda (00.816.403/0001-03); Sao Luis Engenharia Ltda - Me (05.291.554/0001-09); Walter Pinho Lisboa Filho (074.646.653-68); Wellington Manoel da Silva Moura (170.199.582-49).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pirapemas - MA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Jose Norberto Lopes Campelo (2594/OAB-PI) e Adriana Pinheiro Moura (7405/OAB-PI), representando Eliseu Jose Lopes Barroso; Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (2953/OAB-PI), Jose Norberto Lopes Campelo (2594/OAB-PI) e outros, representando Hieron Barroso Maia; Marina Lopes Roque Godinho (15.451/OAB-MA), Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (2953/OAB-PI) e outros, representando Eliseu Barroso de Carvalho Moura; Thaynara Santos Fernandes (7795/OAB-PI), representando Wellington Manoel da Silva Moura; Adriano Moura de Carvalho (4.503/OAB-PI), Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI) e outros, representando Jose Olivan de Carvalho Moura; Paulo Humberto Freire Castelo Branco (7488/OAB-MA), representando Joao da Silva Neto; Hugo Gedeon Cardoso (8891/OAB-MA) e Jose de Ribamar Cardoso Filho (2666/OAB-MA), representando Walter Pinho Lisboa Filho; Melissa Lima Barroso Moura, representando Carmina Carmen Lima Barroso Moura.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 322/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do item 9.1 do Acórdão 631/2021-Plenário, com a redação que lhe foi dada pelo item 9.1 do acórdão 1682/2021-Plenário, que trataram de auditoria de conformidade na empresa Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, com o objetivo de fiscalizar as obras de construção dos lotes 1F a 4F da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), trecho Ilhéus-Caetité, no Estado da Bahia.

Considerando que o item 9.1 do referido acórdão determinou à "Valec Engenharia, Construções e Ferrovias (CNPJ 42.150.664/000187), com fundamento no art. 250, inciso II, do RITCU, que, caso o contrato de subconcessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no trecho compreendido entre os Lotes 1F a 4F (Fiol 1), não venha a ser assinado até o dia 30/8/2021, adote as medidas ao seu alcance visando à preservação do trecho, sob o risco de omissão no dever de zelar pelo patrimônio público sob sua cautela, conforme o art. 10, caput, da Lei 8.429/1992." (§ 2º da instrução);

Considerando que, de acordo com informações obtidas no sítio da Agência Nacional de Transportes (ANTT), o contrato de subconcessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1) foi assinado em 3/9/2021, entre a própria ANTT, Valec e a empresa Bahia Mineração S/A (Bamin), vencedora do leilão realizado em 8/4/2021 (§ 7º da instrução);

Considerando que, dessa forma, a subconcessionária Bamin, ficará, a partir da data da assinatura, responsável pela finalização do empreendimento e operação do trecho ferroviário de 537 km, entre os municípios de Ilhéus/BA e Caetité/BA, em uma subconcessão com prazo de 35 anos, totalizando R$ 5,41 bilhões de investimentos (Capex) e R$ 13,37 bilhões de custos operacionais (Opex);

Considerando a proposta uniforme da unidade técnica, no sentido de que, em vista do exposto, a determinação retro referida seja considerada cumprida e o presente processo seja arquivado;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

considerar integralmente atendida a determinação contida no item 9.1 do Acórdão 631/2021/-Plenário, com a redação que lhe foi dada pelo item 9.1 do acórdão 1682/2021/Plenário;

dar ciência à Valec do presente acórdão;

arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, V, do RI/TCU.

1. Processo TC-039.016/2021-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 323/2022 - TCU - Plenário

Trata-se da Prestação de Contas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, relativa ao exercício de 1998.

Considerando que, por meio do Acórdão 1.072/2004 - Plenário, o Tribunal julgou irregulares as contas dos Srs. Américo Puppin, Jorge Machado, Luis Felipe Medeiros de Macedo, Renato Basto Visco e Sergio Bruno Farinha Canarim, condenando-os ao pagamento de débito em solidariedade com a pessoa jurídica Benco Alta Tecnologia, bem como ao pagamento de multas individuais;

Considerando que, posteriormente, foi proferido o Acórdão 1.750/2004 - Plenário, mediante o qual o Tribunal retificou o Acórdão 1.072/2004 - Plenário, a fim de excluir os Srs. Luis Felipe Medeiros de Macedo e Sergio Bruno Farinha Canarim do rol de responsáveis no processo;

Considerando que, na sequência, o Sr. Renato Basto Visco e a sociedade empresarial Benco Alta Tecnologia em Construções Ltda interpuseram recursos de reconsideração, os quais foram apreciados mediante o Acórdão 1.876/2007 - Plenário, sendo o recurso da Benco conhecido e improvido, e o recurso oferecido por Renato Basto Visco conhecido e provido parcialmente, com redução do valor da multa que lhe fora aplicada;

Considerando, também, que, por meio do Acórdão 27/2008 - Plenário, foram conhecidos os embargos de declaração opostos por Renato Basto Visco, porém rejeitados, e não conhecidos os embargos de declaração da Benco Alta Tecnologia em Construções Ltda, em face da sua intempestividade;

Considerando que, no curso da marcha processual, foi identificado que dois dos responsáveis solidários, a saber, Jorge Machado e Sergio Bruno Farinha Canarim, não haviam sido notificados dos mencionados Acórdãos/Plenário 1.876/2007 e 27/2008, embora ambos se referissem a recursos conhecidos com efeito suspensivo, sendo, portanto, aproveitáveis aos aludidos dois responsáveis, além dos recorrentes, não tendo ocorrido, portanto, o trânsito em julgado para tais responsáveis;

Considerando que a primeira notificação enviada para o Sr. Jorge Machado, a respeito do Acórdão 1.072/2004 - Plenário (Ofício 523/2004, de 16/08/2004, com AR recebido por alguém no endereço constante no cadastro da Receita Federal do Brasil), ocorreu em 24/08/2004, posteriormente ao seu falecimento, ocorrido em 21/08/2004;

Considerando que, nos termos da jurisprudência do TCU, ocorrendo o falecimento do responsável antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, a multa não pode ser transmitida aos seus sucessores;

Considerando, por fim, que, em pesquisa ao Sistema CPF realizada por meu gabinete, verificou-se o falecimento de outro responsável, Sr. Renato Basto Visco, ocorrido em 2008;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em tornar insubsistente a multa aplicada, por força do Acórdão 1.072/2004 - Plenário, ao Sr. Jorge Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de retornar o presente processo à Secretaria de Gestão de Processos - Seproc, a fim de que analise o reflexo do falecimento do Sr. Renato Basto Visco na multa e no débito aplicados ao aludido responsável:

1. Processo TC-008.403/1999-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 1998)

1.1. Apensos: TC-005.256/2004-2 (Representação); TC-019.160/2006-8 (Solicitação); TC-017.301/2008-5 (Cobrança Executiva); TC-011.853/1999-9 (Representação); TC-004.800/1998-2 (Denúncia); TC-014.751/2017-8 (Solicitação); TC-016.522/1999-0 (Solicitação do Congresso Nacional); TC-019.439/2003-6 (Solicitação do Congresso Nacional); TC-018.927/2008-9 (Cobrança Executiva); TC-019.097/2008-9 (Cobrança Executiva); TC-017.297/2008-0 (Cobrança Executiva); TC-019.096/2008-1 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsáveis: Americo Puppin (025.412.117-91); Benco (34.146.357/0001-02); Breno Bello de Almeida Neves (043.559.977-15); Fernando Lima Barbosa Vianna (261.242.117-34); Hélio Ricardo Fontes (610.053.557-20); Jane Pinheiro de Andrade Souza (398.710.457-00); Jarbas Adame Pereira (343.869.717-34); Jorge Machado (001.465.107-63); José Jorge Gonçalves de Mendonça (344.143.717-91); Luis Filipe Medeiros de Macedo (795.972.707-49); Lígia Maria Miranda Ferreira (382.154.037-00); Maria Cristina de Souza Araújo (800.838.707-68); Maria Margarida Rodrigues Mittelbach (269.048.377-72); Paulo Rogerio Medina da Silva (714.997.507-06); Renato Basto Visco (000.701.655-72); Ricardo Luis Gomes de Carvalho (833.455.747-72); Rogério Cardozo Marmo (307.942.427-15); Sandra de Castro Botelho Andrade (670.109.977-72); Sergio Bruno Farinha Canarim (289.805.227-20); Suely Machado Ricci (135.210.987-53); Vilma Vanzeler Andrade Pereira (304.165.587-04).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 324/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda do seu objeto, tendo em vista o cancelamento, de ofício, do Pregão Eletrônico 15/2021, promovido pelo Serviço

Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Sebrae/DN, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-029.521/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A (02.535.864/0001-33).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional - Sebrae/DN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Karine Blamires Komka Teixeira (29.592/OAB-DF), Gilberto Neo Dantas (56.751/OAB-DF), Fabrício Juliano Mendes Medeiros (27.581/OAB-DF), Cecilia Delalibera Trindade (139.060/OAB-MG) e Emily Lima e Silva (27.997/OAB-DF), representando Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 325/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.600/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (CNPJ 05.457.283/0001-19).

3.2. Responsável: Edmilson Correia de Vasconcelos Junior (CPF 234.675.503-63).

3.3. Recorrente: Edmilson Correia de Vasconcelos Junior (CPF 234.675.503-63).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Quixeramobim - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Geraldo de Holanda Goncalves Filho (17.824/OAB-CE), Joana Alencar Ferreira de Carvalho (32.043/OAB-CE) e outros, representando Edmilson Correia de Vasconcelos Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Edmilson Correia de Vasconcelos Junior, contra o Acórdão 1.459/2019-Plenário, que julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o ao ressarcimento da importância originária de R$ 150.000,00, aplicou-lhe as multas dos art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 e do art. 58, inciso II, no valor de R$ 10.000,0, além de aplicar-lhe a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Edmilson Correia de Vasconcelos Junior para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar conhecimento ao recorrente, ao Ministério do Turismo, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, bem como aos demais cientificados do acórdão recorrido.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0325-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 326/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.811/2020-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria de Natureza Operacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Ministério da Educação; Ministério das Comunicações.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Revisor: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de Auditoria de Natureza Operacional - ANOp realizada com o objetivo de conhecer e avaliar as políticas públicas de estratégia digital destinadas à qualidade da educação básica brasileira, com enfoque especial na formação e capacitação dos alunos para o mundo digital, bem como na infraestrutura e acesso às tecnologias da informação e comunicação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Ministério da Educação - MEC, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e considerando os objetivos, princípios, diretrizes, atribuições e mecanismos de governança da Política de Inovação Educação Conectada - PIEC definidos na Lei 14.180/2021, em complemento com as disposições do Decreto 9.204/2017, da Portaria MEC 1.602/2017 e do Documento de Diretrizes, e, assessoriamente, com as orientações constantes do Referencial de Controle de Políticas Públicas do TCU (2020) e do Referencial para Avaliação de Governança Multinível em Políticas Públicas Descentralizadas do IRB, Atricon e TCU (2021), que, agindo por iniciativa própria ou em articulação com outras áreas setoriais da Administração Púbica Federal, quando assim for requerido:

9.1.1. apoie técnica e financeiramente as ações da PIEC realizadas pelas redes públicas de educação básica a partir de projetos integrados e delimitados nas quatro dimensões estruturantes da política (visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura) e definidos com base no diagnóstico e no plano local de inovação de cada ente federado, buscando que as adesões e os termos de compromisso firmados se orientem por essa visão holística da política, a exemplo da iniciativa adotada em parceria com o BNDES, objeto da Chamada Pública "Educação Conectada - Implementação e Uso de Tecnologias Digitais na Educação", no lugar de apoiar ações fragmentadas, desarticuladas e com ênfase apenas na infraestrutura de conectividade (Seção 3.1 do relatório de auditoria);

9.1.2. defina de forma clara e precisa, na regulamentação da Lei 14.180/2021, que instituiu a Política de Inovação Educação Conectada, como se organiza a governança multinível dessa política em relação à integração das quatro dimensões da política, com especial atenção quanto aos mecanismos de repasse, instrumentos e ações que financiarão essas dimensões e às responsabilidades atribuídas às redes de educação básica e às escolas em cada dimensão (Seção 3.1 do relatório de auditoria);

9.1.3. elabore estudo sobre as reais necessidades de financiamento para o cumprimento das responsabilidades multinível pela PIEC, identificando as responsabilidades de cada nível de governo quanto ao financiamento da política, os custos para os entes públicos afetados, os programas e as ações federais que contribuirão para materializar o desenho da política nas suas quatro dimensões e a composição e a origem das fontes de receitas da União que financiam a política (Seção 3.3 do relatório de auditoria);

9.1.4. regulamente, em conjunto com o FNDE, cronograma anual de repasse da parcela de recursos financeiros transferidos à conta do PDDE Educação Conectada, com prazos que garantam às escolas maior previsibilidade e coerência na aplicação tempestiva dos recursos em conformidade com as necessidades de aquisições e com os custos previstos no Plano de Aplicação Financeira (Seção 3.1 do relatório de auditoria);

9.1.5. estude a viabilidade de considerar outros fatores como critério de repartição de recursos federais no âmbito da PIEC, em especial dando atenção às redes com piores níveis de maturidade no processo de adoção de tecnologia para educação, maior precariedade de infraestrutura de conectividade e menor capacidade de investimento, em atendimento ao princípio da equidade, considerando que o número de matrículas, adotado no PDDE Educação Conectada, e a disputa por recursos das transferências voluntárias via Plano de Ações Articuladas - PAR, que não asseguram que as redes públicas de educação básica que mais precisam se beneficiem dos recursos (Seção 3.1 do relatório de auditoria);

9.1.6. defina um plano de monitoramento para medir e divulgar o progresso e desempenho da PIEC, criando uma cesta de indicadores relevantes e suficientes que contemplem as quatro dimensões estruturantes da política (Seção 3.1 do relatório de auditoria);

9.1.7. consolide o diagnóstico e o plano local de inovação como instrumentos efetivos de planejamento da PIEC e de suporte à construção da dimensão Visão dessa política pelas redes públicas de educação básica (Seção 3.2 do relatório de auditoria);

9.1.8. aperfeiçoe o módulo Educação Conectada do SIMEC para receber, analisar e fornecer devolutiva com a compilação das respostas ao questionário de diagnóstico e para permitir às redes a formalização de suas prioridades, ações e metas associadas às intervenções em tecnologia educacional (Seção 3.1 do relatório de auditoria);

9.1.9. defina, no âmbito da governança local da PIEC, as atribuições dos núcleos de tecnologia educacional - NTE, ou instâncias similares de apoio às escolas para o uso de tecnologia, instalados por ocasião do Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo, haja vista a sua função e importância como estrutura descentralizada de apoio ao processo de planejamento e de incorporação de tecnologias nas escolas, bem como de suporte técnico e capacitação de professores e gestores escolares, e fomente ações junto às redes públicas estaduais e municipais de educação básica para que o funcionamento desses núcleos não seja interrompido (Seção 3.2 do relatório de auditoria);

9.1.10. atue com celeridade na regulamentação do Comitê Consultivo da PIEC, tendo em vista a importância dessa instância na coordenação nacional da política e no auxílio ao desempenho das funções do Ministério no âmbito da política que lhe é afeta, bem como por ser o espaço destinado a oportunizar e potencializar as discussões estratégicas da política, acompanhar e propor melhorias à sua implementação e expedir recomendações fundamentadas aos órgãos responsáveis pela política (Seção 3.3 do relatório de auditoria);

9.1.11. institua, no âmbito do Comitê Consultivo da PIEC, grupo de trabalho para discutir e propor melhorias no apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica, na regulamentação relacionada à elaboração do Plano de Aplicação Financeira - PAF e na contratação dos serviços, levando em consideração as diferentes realidades das redes públicas e as principais barreiras identificadas pelos gestores educacionais para a implantação de soluções tecnológicas voltadas à educação, tal qual apontadas no relatório de auditoria, no Estudo 7/2021 do CIEB e em outros levantamentos que venham a ser realizados, de forma a orientar esses gestores sobre diferentes modelos de contratação, sobre as melhores condições para especificar os equipamentos ou os serviços a serem adquiridos e sobre a implantação de soluções mais bem integradas com a prática pedagógica e o currículo das escolas (Seções 3.3, 5.1 e 5.2 do relatório de auditoria);

9.1.12. promova maior coordenação e sinergia entre a PIEC, as várias iniciativas de diferentes programas de formação continuada de professores e os cursos ofertados em ambientes virtuais de aprendizagem - AVA das Instituições Federais de Ensino Superior, de modo a otimizar a capacidade de oferta existente na promoção da formação continuada para o uso pedagógica das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC (Seção 4.2 do relatório de auditoria);

9.1.13. reforce a curadoria da Plataforma AVAMEC no sentido de usar dados disponíveis para identificar as necessidades de formação continuada, demandar conteúdos, coletar dados demográficos dos cursistas e direcionar ações de promoção da plataforma para os públicos mais necessitados de apoio ao uso pedagógico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC na educação básica (Seção 4.3 do relatório de auditoria);

9.1.14. defina um plano de ação, com metas, cronograma e responsáveis, estabelecendo como o conjunto de programas federais de apoio à conectividade existentes, incluindo os derivados dos compromissos assumidos pelas operadoras de telefonia, se integram e se complementam para atingir a meta de universalização compromissada no Plano Nacional de Educação e nos objetivos declarados da política, e projetando soluções para garantir a continuidade e a sustentabilidade da política considerando que, pelos normativos do PIEC e do PBLE, esses programas estariam vigentes até 2024 e 2025, respectivamente (Seção 5.1 do relatório de auditoria);

9.1.15. intensifique as iniciativas direcionadas a atestar o desempenho da PIEC em relação à qualidade da conexão de banda larga contratada e disponibilizada às escolas públicas de educação básica, haja vista a significativa proporção de escolas que ainda não contam com velocidade de conexão suficiente para o uso pedagógico das tecnologias educacionais, conforme níveis mínimos recomendados, e a conscientizar as secretarias de educação no sentido de instalarem o Medidor Educação Conectada nas escolas em sua rede (Seção 5.1 do relatório de auditoria);

9.1.16. defina, no âmbito da governança multinível da PIEC, um plano para mitigar o déficit tecnológico das escolas públicas de educação básica, definido as responsabilidades do governo federal e dos governos subnacionais pela modernização e manutenção dos equipamentos instalados, atentando para o alcance da Estratégia 7.15 definida pelo Plano Nacional de Educação - PNE de triplicar a relação computador/aluno até 2024 (Seção 5.2 do relatório de auditoria);

9.1.17. aprimore os mecanismos de orientação às redes de educação básica sobre a PIEC, de modo a fornecer e atualizar com regularidade informações relacionadas às dificuldades e dúvidas manifestadas pelos gestores no âmbito da auditoria, em especial quanto aos programas existentes, fontes de financiamento disponíveis, forma de acessar os recursos, como o conjunto de programas existentes se complementam para o êxito local da política, sistemas de informações e pesquisas de interesse sobre o uso e os recursos de TDIC disponíveis para consulta, parâmetros de conectividade e de equipamentos tecnológicos, e canais de relacionamento para a escola reclamar ou solucionar problema relacionado à baixa velocidade de conectividade atestada pelo Medidor (Seções 3.1, 3.3 e 5.1 do relatório de auditoria);

9.2. recomendar ao Ministério da Educação, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU e considerando as disposições contidas no art. 3º, IV e VIII, e art. 4º, III, a, da Lei 14.180/2021, no art. 10, III, VIII e IX do Decreto 9.204/2017,

no art. 3º, II, § 1º da Portaria MEC 1.602/2017, na Estratégia 15.6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014), na Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica (Decreto 8.752/2016), na Base Nacional Comum Curricular (Resolução CNE/CP 2/2017) e na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 2/2019), que:

9.2.1. articule, no âmbito da governança institucional da PIEC, os programas de formação inicial de professores, em especial a Residência Pedagógica, a Universidade Aberta do Brasil - UAB e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid, para que sejam mais bem aproveitados como instrumentos de incentivo e de indução da integração das tecnologias digitais na prática pedagógica (Seção 4.1 do relatório de auditoria);

9.2.2. induza, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação e as Instituições de Ensino Superior - IES, processo participativo e discutido das normas sobre currículos para formação de professores da educação básica, de modo a assegurar sua adesão, apoio e implementação pelas IES, incentivando assim a formação de professores e gestores no uso pedagógico das tecnologias digitais (Seção 4.1 do relatório de auditoria);

9.2.3. fortaleça a articulação com as Instituições de Ensino Superior e com as redes estaduais de educação, que figuram entre as principais ofertantes de cursos de formação continuada para professores da educação básica, aproveitando o potencial de oferta numa perspectiva que integre o alcance mais amplo da formação continuada com o foco em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC da PIEC (Seção 4.2 do relatório de auditoria);

9.3. enviar cópia desta decisão à Secretaria Executiva do Ministério da Educação, à Secretaria de Educação Básica, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, à Controladoria Geral da União - CGU, à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e ao Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, para conhecimento;

9.4. autorizar o monitoramento das recomendações consignadas acima, nos termos do art. 17 da Resolução TCU 315/2020;

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0326-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz (Revisor), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 327/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.607/2019-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Representação.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (00.399.857/0001-26).
4. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Sergio Ribeiro Muylaert (1292/OAB-DF), Vanessa Vieira de Castro (25470/OAB-BA), Luísa Thomé Queiroz de Carvalho e outros, representando Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração interpostos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) contra o Acórdão 1.932/2021-TCU-Plenário, que tratou de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) em face de supostas irregularidades na percepção acumulada de parcela incorporada de função com nova gratificação pelo exercício de função comissionada por empregados da mencionada empresa pública;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação embargada;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0327-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 328/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.389/2018-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Exceção de suspeição).
3. Embargante: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (065.541.211-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Suzana de Camargo Gomes (OAB-SP 355.061 e OAB/MS 16.222).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos versando sobre embargos de declaração em face do Acórdão 1.224/2019 - Plenário, em processo de exceção de suspeição.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. considerar os presentes embargos protelatórios e alertar ao recorrente que novos embargos com finalidade assemelhada, tratando de matéria já exaustivamente analisada e rejeitada pelo Tribunal, podem ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, além de não suspenderem o trânsito em julgado da deliberação do Tribunal;
9.3. dar ciência da presente deliberação ao embargante, ressaltando-se que o relatório e o voto que a acompanham podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.4. arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0328-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 329/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.510/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V- Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Consórcio Dratec-Etermar-Rhode (15.340.879/0001-98); Ministério da Infraestrutura.
4. Órgãos/Entidades: Companhia Docas do Espírito Santo; Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Extinta).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
8. Representação legal: Ana Carolina Souza do Bomfim, Ana Glória Santos Moreira de Souza (47.078/OAB-DF) e Pedro Neiva de Santana Neto (28.332/OAB-DF).

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade nas obras de dragagem de aprofundamento por resultado nos acessos aquaviários ao Porto de Vitória/ES, no âmbito do Fiscobras 2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. acolher os elementos de defesa apresentados pelo Ministério da Infraestrutura e pelo Consórcio Dratec-Etermar-Rohde;
9.2 dar ciência desta decisão ao Ministério de Infraestrutura, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Companhia Docas do Estado do Espírito Santo e ao Consórcio Dratec-Etermar-Rhode; e
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0329-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 330/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.836/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Interessado/Recorrente:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.
3.2. Recorrente: Gilberto Gomes Sarmento (162.379.944-91)
4. Órgão/Entidade: Município de Sousa/PB.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: John Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Romero Sá Dantas de Abranches (OAB/PB 21.289), Bruno Lopes de Araújo (OAB/PB 7588-A), Inaldo Rocha Leitão (OAB/DF 2380), Lúcio Landim Costa (OAB/DF 40.009), Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008) e outros, representando Gilberto Gomes Sarmento.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Gilberto Gomes Sarmento, ex-secretário municipal de saúde do Município de Sousa/PB, contra o Acórdão 6.851/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/92, c/c artigo 288 do RI/TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer do recurso de revisão;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0330-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 331/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.888/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo (Arguição de Impedimento/Suspeição)
3. Recorrentes: Elias Vaz de Andrade (422.894.401-91); Fernanda Melchionna e Silva (002.134.610-05).
4. Órgão: não há.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
8. Representação legal: Lorena Paula Jose Duarte (35821/OAB-DF), representando Fernanda Melchionna e Silva; Wagner Ferreira dos Santos Filho (33807/OAB-GO), representando Elias Vaz de Andrade.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os agravos interpostos contra despacho que indeferiu o requerimento de reconhecimento de arguição de suspeição,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no artigo 289 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do agravo e considerar prejudicado o exame de mérito por perda de objeto;

9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0331-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 332/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.180/2019-0.

1.1. Apenso: 014.482/2021-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Congresso Nacional (vinculador); Consórcio Enpavi/DP Barros (21.985.871/0001-81); Prefeitura Municipal de Guarulhos - SP (46.319.000/0001-50).

3.2. Responsáveis: Arnaldo Peres Junior (087.209.258-59); Atilio Andre Pereira (246.164.688-00); Construções Engenharia e Pavimentação Enpavi Ltda. (60.862.331/0001-62); Cristiane Ayres Contri (114.204.778-46); Dp Barros - Pavimentação e Construção Ltda. (04.780.776/0001-22); Elydio Romano Paceau (083.374.278-76); Giuliano Vincenzo Locanto (218.241.488-60); Henrique Bekis Junior (093.487.378-05); Jose Roberto Garcon (066.105.478-07); Marco Antonio de Toledo (070.889.998-62); Nancy Nunes de Oliveira (246.831.658-48).

3.3. Recorrente: Consórcio Enpavi/DP Barros (21.985.871/0001-81).

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Regional; Prefeitura Municipal de Guarulhos - SP.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (71.947/OAB-MG); Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG); Fabiano Sposito Moreira (195195/OAB-SP); Edson Rubens Polillo (53629/OAB-SP); Matheus Teixeira Moreira (232525/OAB-RJ); Gustavo Henrique Justino de Oliveira (281607/OAB-SP); e outros.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Consórcio Enpavi/DP Barros, contra o Acórdão 2830/2021-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste acórdão, do relatório e do voto que o acompanham ao embargante e à Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0332-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 333/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.193/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Casa Civil da Presidência da República; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Secretaria -Executiva do Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento com o propósito de avaliar a conformidade das medidas normativas de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado e de criação ou expansão das renúncias de receitas, no que concerne às disposições da Constituição Federal (CF/1988), da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei 13.898/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, os arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000 e o art. 7º, § 3º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 120 dias, elaborem e encaminhem a este Tribunal plano de ação contendo medidas de cunho normativo e gerencial e respectivos agentes e unidades responsáveis por tais medidas, para que, em um prazo máximo de dois anos, seja viabilizada a elaboração semestral de um Demonstrativo Consolidado das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, contendo informações sobre as DOCCs da União, criadas no exercício, oriundas de leis e de medidas provisórias provenientes de todos os Poderes e órgãos autônomos, bem como de atos administrativos, a que se referirem os respectivos dispositivos das Leis de Diretrizes Orçamentárias, informando os critérios utilizados para sua classificação, o aumento da despesa previsto no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como as medidas de compensação adotadas, devendo haver tópico específico sobre as DOCCs de pessoal;

9.2. dar ciência à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Economia, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 2º, inciso II, e 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, acerca da necessidade de atendimento a todos os requisitos constitucionais e legais para sanção de projeto de lei ou de projeto de lei de conversão, quanto à concessão ou ampliação de todas as naturezas de renúncias de receitas;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Economia e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; e

9.4. autorizar o encerramento do processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0333-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 334/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.889/2014-4.

1.1. Apenso: 035.039/2017-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ângelo Augusto Perugini (377.210.706-00); Antônio Barreto dos Santos (312.211.818-15); Bertolini Materiais para Construção Ltda. (50.065.069/0001-71); Companhia Regional de Habitações de Interesse Social (51.097.236/0001-29); Cooperhab Cooperativa Nacional de Habitação (07.770.429/0001-07); Josiliane Rita Ferraz (173.777.488-77); Ricardo Jorge (706.530.898-72); Rose Mari de Toledo (024.951.288-23).

4. Entidade: Companhia Regional de Habitações de Interesse Social - CRHIS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Ieda Manzano de Oliveira (OAB/SP 196.583), Marlene Batista do Nascimento (OAB/SP 316.527), Luiz Antônio Fleury Filho (OAB/SP 136.470), Giuliano Candellero Piccid (OAB/SP 166.536) e Arthur Bezerra de Souza Júnior (OAB/SP 237.456).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social repassados à Companhia Regional de Habitações de Interesse Social para a construção de 638 unidades habitacionais no município de Hortolândia/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a Cooperhab Cooperativa Nacional de Habitação e a Bertolini Materiais para Construções, Projetos e Serviços Ltda., bem como as sras. Rose Mari de Toledo e Josiliane Rita Ferraz, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. excluir do rol de responsáveis a empresa Bertolini Materiais para Construções, Projetos e Serviços Ltda., a sra. Josiliane Rita Ferraz (sócia-administradora da empresa) e o sr. Ângelo Augusto Perugini;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas da Companhia Regional de Habitações de Interesse Social - CRHIS, dos srs. Antônio Barreto dos Santos e Ricardo Jorge, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor-Financeiro da entidade, bem como da Cooperhab Cooperativa Nacional de Habitação e da sra. Rose Mari de Toledo, presidente da cooperativa, dando-lhes quitação quanto ao débito apurado neste processo e comprovadamente recolhido;

9.4. em consequência do subitem anterior, aplicar, individualmente, a multa de que trata o art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, ao sr. Antônio Barreto dos Santos, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), ao sr. Ricardo Jorge, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e à sra. Rose Mari de Toledo, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.5. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas de multa, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.8. dar ciência desta deliberação à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (SNH/MDR), à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Araçatuba/SP (solicitação objeto do TC 035.039/2017-5, processo apenso) e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0334-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 335/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.192/2021-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação relacionada à falta de fixação pelo Ministério da Saúde das diretrizes e das condições para realização de quarentena, como medida de restrição de atividades para evitar propagação do novo coronavírus,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério da Saúde que estabeleça em norma interna critérios objetivos para decretação de quarentena referente a restrições de atividades;

9.3. apensar o presente processo ao TC 015.125/2021-1, com fundamento no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0335-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 336/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.420/2017-4
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Maquipel - Comércio de Máquinas e Peças Ltda. (02.106.579/0001-05)
4. Unidade: DPF - Superintendência Regional/AM
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: David Azulay Benayon (8688/OAB-AM).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de recurso de revisão interposto por Maquipel - Comércio de Máquinas e Peças Ltda. contra o Acórdão 1.659/2019 - Plenário, que, entre outras providências, a declarou inidônea, por dois anos, para participar de licitação na Administração Pública Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 35, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de revisão apresentado por Maquipel - Comércio de Máquinas e Peças Ltda. e dar-lhe provimento;
9.2. tornar sem efeito a declaração de inidoneidade para participar de licitação no âmbito da administração pública federal que foi imputada à recorrente pelo item 9.11 do Acórdão 1.659/2019 - Plenário;
9.3. alterar o item 9.8 do Acórdão 1.659/2019 - Plenário, para dele excluir as parcelas dos débitos solidários decorrentes dos documentos fiscais emitidos pela Maquipel - Comércio de Máquinas e Peças Ltda. ali indicados;
9.4. dar ciência desta deliberação, com a informação de que o inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos:
9.4.1. à recorrente;
9.4.2. a Francisco Canindé Fernandes de Macedo, Ivanhoé Martins Fernandes, José Edson Rodrigues de Souza e José Domingos Soares;
9.4.3. à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, em complemento ao Ofício 5543/2019-TCU/Seproc de 24/9/2019; e
9.4.4. à 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, em complemento ao Ofício 5545/2019-TCU/Seproc, de 24/9/2019.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0336-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 337/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.451/2020-8
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Representação)
3. Recorrentes: Capim Dourado Rent A Car Ltda. (14.487.384/0001-23); Poty Rent A Car Ltda. (09.535.897/0001-22)
4. Unidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal:
8.1. Flávio Soares de Sousa (4.983/OAB-PI), representando Poty Rent A Car Ltda.
8.2. Marco Aurélio Dantas (243.893/OAB-PI), Francisco de Oliveira Loiola Junior (3.700/OAB-PI) e outros, representando Capim Dourado Rent A Car Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos por Poty Rent a Car Ltda. e por Capim Dourado Rent a Car Ltda. contra o Acórdão 866/2021 - Plenário, que considerou procedente representação contra o Pregão Eletrônico 49/2019, promovido pela Caixa Econômica Federal para contratação de serviços de transporte de pessoas, pequenos volumes e documentos não postais, e declarou a inidoneidade das recorrentes para licitar e contratar com a Administração Pública por 3 (três) anos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e de acordo com os pareceres da unidade técnica, com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;
9.2. encaminhar cópia deste Acórdão às recorrentes, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal e à Caixa Econômica Federal, com a informação de que o Relatório e o Voto que o fundamentam estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0337-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 338/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 045.433/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), de autoria do Deputado Federal Aureo Ribeiro, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que, mediante Requerimento 64/2021 da referida Comissão, solicita a realização de auditoria pelo TCU com o objetivo de acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Ministério da Saúde no combate à pandemia causada pela Covid-19;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do RI/TCU, e no art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;
9.2. informar ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que, em relação ao objeto da Solicitação de Auditoria - Requerimento 64/2021, encaminhada a este Tribunal por intermédio do Ofício 78/2021/CFFC-P, de 2/6/2021:
9.2.1. desde o início da presente pandemia, este Tribunal tem acompanhado as ações de todos os órgãos jurisdicionados que estão atuando emergencialmente no combate ao novo coronavírus, causador da Covid-19, conforme Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à Covid-19;
9.2.2. em março de 2020, este Tribunal iniciou fiscalização, na modalidade acompanhamento, com o objetivo de avaliar a estrutura de governança montada pelo Ministério da Saúde para o combate à crise gerada pela Covid-19 e os atos referentes à execução de despesas públicas, de forma amostral, pelo Ministério e órgãos e entidades a ele vinculados, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade, no âmbito dos processos TC 014.575/2020-5 (da relatoria do Ministro Benjamin Zymler) e, posteriormente, TC 015.125/2021-1 (da relatoria do Ministro Vital do Rêgo);
9.2.3. até dezembro de 2021 foram realizados seis ciclos desse acompanhamento, os quais foram apreciados pelos Acórdãos 1.335/2020, 1.888/2020, 2.817/2020, 4.049/2020, 1.873/2021, todos do Plenário deste Tribunal e da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, e Acórdão 2.878/2021-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo;
9.2.4. as fichas síntese dos cinco primeiros ciclos dessa fiscalização estão disponíveis em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/CF/90/03/75/8A4FB710C74E7EB7E18818A8/16.09.21%20-%20Fichas%20SecexSaude_Coopera%20-%20DG.pdf;
9.2.5. os resultados dos futuros ciclos de fiscalização realizados no âmbito do TC 015.125/2021-1 serão enviados à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;
9.3. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e do art. 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008;
9.4. notificar a autoridade solicitante da presente decisão, na forma prevista no art. 19 da Resolução TCU 215/2008;
9.5. anexar a presente decisão como peças do TC 015.125/2021-1.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0338-06/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 339/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 045.428/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) encaminhada a esta Corte de Contas pelo Deputado Federal Aureo Ribeiro, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, conforme Ofício 541/2021/CFFC-P, de 14/12/2021, por meio da qual o Deputado Federal Kim Kataguiri, mediante Requerimento 204/2021, solicita a realização de auditoria no Ministério da Saúde para verificar potencial malversação de recursos pela perda de aproximadamente 243 milhões de reais em medicamentos, vacinas e testes que venceram em posse daquela Pasta;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do RI/TCU, e no art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;
9.2. informar ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que, em relação ao objeto da Solicitação de Auditoria - Requerimento 204/2021, encaminhada a este Tribunal por intermédio do Ofício 541/2021/CFFC-P, de 14/12/2021:
9.2.1. o objeto do aludido requerimento será atendido no TC 038.216/2021-3, autuado em 8/9/2021, que trata de Representação formulada por Deputados Federais da Liderança da oposição;
9.2.2. o processo acima mencionado se encontra pendente de apreciação de mérito e, tão logo o processo seja apreciado pelo TCU, a respectiva cópia das deliberações será encaminhada a essa Comissão; e
9.2.3. nos termos do art. 14, inciso I, da Resolução TCU 215/2008, fica estabelecido o prazo máximo de 180 dias para o atendimento da presente solicitação, contados da data de autuação deste processo, em 15/12/2021;
9.3. com fulcro no art. 14, inciso III, da Resolução TCU 215/2008, estender os atributos para tratamento de SCN definidos no art. 5º desse mesmo normativo ao TC 038.216/2021-3, uma vez reconhecida a conexão integral do objeto daquele processo com o da presente Solicitação;
9.4. considerar parcialmente atendida esta Solicitação do Congresso Nacional (SCN), nos termos dos arts. 17, § 2º, inc. II, e 18, da Resolução TCU 215/2008;
9.5. sobrestar a apreciação do presente processo até decisão de mérito do TC 038.216/2021-3, cujo resultado é necessário ao integral cumprimento desta Solicitação, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014, c/c o art. 6º, inciso I, da Resolução TCU 215/2008;
9.6. juntar cópia da presente decisão (relatório, voto e acórdão) ao TC 038.216/2021-3; e
9.7. notificar a autoridade solicitante da presente decisão, na forma prevista no art. 19 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0339-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 340/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC-042.148/2021-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, referente a ocorrências na execução do Contrato 200109/2021, celebrado entre Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Centro Brasileiro de Pesquisa em avaliação e seleção e de promoção de eventos, Cebraspe, tendo por objeto a prestação de serviços técnico-especializados na organização e realização de concurso público para o cargo de Policial Rodoviário Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 146, 235 e 237, VII, 276, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1 revogar a cautelar ratificada por meio do Acórdão 62/2022-TCU-Plenário;

9.2 considerar improcedente a representação;

9.3 indeferir os pedidos de Antônio Cláudio Kozikoski Junior e Renan Pereira Freitas para ingresso no processo como parte interessada, bem como a solicitação para que a peça por eles apresentada seja recebida como nova representação;

9.2 notificar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o representante, Antônio Cláudio Kozikoski Junior e Renan Pereira Freitas a respeito do presente acórdão.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0340-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 341/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.148/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Revisão de ofício (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Helio Paulo de Aguiar (247.241.737-34); Ricardo Nehme Arbex (089.588.967-60); Tania Maria Fontenelle Aucar (002.517.267-03).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão inicial de aposentadoria a Hélio Paulo de Aguiar, Tania Maria Fontenelle Aucar e Ricardo Nehme Arbex, ex-servidores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, e da Questão de ordem - Ata nº 33, de 16/8/2006, em:

9.1. revisar de ofício o Acórdão 3.841/2017-TCU-1ª Câmara, de modo a considerar ilegais e recusar registro aos atos iniciais de concessão de aposentadoria a Hélio Paulo de Aguiar, Tania Maria Fontenelle Aucar e Ricardo Nehme Arbex;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no inciso I do art. 4º da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos dos arts. 262 do Regimento Interno/TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. cadastre no e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, com base no art. 19, § 3º, da IN TCU 78/2018, e do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, novos atos de aposentadoria, livres da irregularidade verificada nos autos;

9.3.3. comunique aos servidores aposentados acerca do teor deste Acórdão;

9.3.4. nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, os comprovantes de que os interessados tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0341-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 342/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.475/2016-3.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representações legais: Grazielle Fernandes Pettene, Denilson Ribeiro de Sena Nunes (96.320/OAB-RJ) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Pedro José de Almeida Ribeiro (163.187/OAB-RJ), Ana Paula Barbosa de Sá (140.352/OAB-RJ) e outros, representando Bruno Castelo Branco, Júlio César Maciel Ramundo, Roberto Zurli Machado, Vitor de Bragança Freixo e Themistócles Meneses Neto; Paulo Eduardo Sampaio Barreto da Rocha, Francisco Augusto da Costa e Silva (21.370/OAB-RJ), André Uryn (110.580/OAB-RJ), Thiago Cardoso Araújo (136.625/OAB-RJ), Fernando Antônio de Souza Ferreira Junior (131.524/OAB-RJ), Daniella Felix Teixeira (224.286/OAB-RJ) e Ana Carolina Alhadas Valadares (234.129/OAB-RJ), representando Armando Mariante Carvalho Junior, Demian Fiocca, Eduardo Rath Fingerl, Fernando Marques dos Santos, Luiz Fernando Linck Dorneles e Wagner Bittencourt de Oliveira; Marta de Castro Meireles (130.114/OAB-RJ) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (121.685/OAB-RJ), representando Márcia Cristina da Silva Dias; Louise Dias Portes (203.612/OAB-RJ), Luís Inácio Lucena Adams (29.512/OAB-DF), Luiz Francisco Mota Santiago Filho (196.770/OAB-RJ), Mauro Pedroso Gonçalves (21.278/OAB-DF), Lorena Bitello Lobo Barbosa (230.468/OAB-RJ) e Marina Queiroz de Souza Maia (65.109/OAB-DF), representando Élvio Lima Gaspar; Sérgio Bermudes (17587/OAB-RJ), Fábio Mantuano Príncipe Martins (181.783/OAB-RJ), Márcio Vieira Souto Costa Ferreira (59384/OAB-RJ), Flávio Jaime de Moraes Jardim (17.199/OAB-DF) e Mateus Rocha Tomaz (50.213/OAB-DF), representando João Carlos Ferraz, Luciano Galvão Coutinho e Maurício Borges Lemos

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, nos quais se aprecia embargos de declaração interpostos por Themistócles Meneses Neto, Bruno Castelo Branco, Júlio César Maciel Ramundo, Roberto Zurli Machado e Vitor de Bragança Freixo, contra Despacho do Relator constante da peça 173 dos presentes autos, datado de 7/12/2021,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelos Srs. Themistócles Meneses Neto (CPF: 026.166.627-44), Bruno Castelo Branco (CPF: 077.990.927-50), Júlio César Maciel Ramundo (CPF: 003.592.857-32), Roberto Zurli Machado (CPF: 600.716.997-91) e Vitor de Bragança Freixo (CPF: 106.326.087-65), com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1.022 e 1.024, § 2º, do Código de Processo Civil, a Súmula 103 do TCU, e o Acórdãos 132/2018-TCU-Plenário e 1.350/2018-TCU-Plenário;

9.2. no mérito, rejeitar os embargos de declaração opostos pelos Srs. Bruno Castelo Branco (CPF: 077.990.927-50), Júlio César Maciel Ramundo (CPF: 003.592.857-32), Roberto Zurli Machado (CPF: 600.716.997-91) e Vitor de Bragança Freixo (CPF: 106.326.087-65);

9.3. no mérito, acolher os embargos de declaração opostos pelo Sr. Themistócles Meneses Neto (CPF: 026.166.627-44), de modo a tornar insubsistente, em relação a esse responsável, a audiência autorizada por meio do item "a.2" do Despacho à peça 173; e

9.4. dar ciência deste Acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0342-06/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 343/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.093/2018-1.

1.1. Apenso: 017.691/2017-6 (Denúncia).

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Secretário da Saúde do Estado do Maranhão (912.886.063-20); Antônio Evilásio de Aguiar Neto, Gerente Administrativo do Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental (563.028.003-15); Paula Cristina de Assis Nascimento, Diretora do Instituto Acqua (308.064.328-37).
4. Órgãos/Entidades: Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representações legais: Arthur Vitório Bringel Guimarães (OAB/MA 10.183), Caio Victor Vieira Mattos (OAB/MA 10.575), Adriano Vitor Bringel Guimarães (OAB/MA 16.002) e Emanuela Carvalho Martins (OAB/MA 19.921), representando Instituto Acqua Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, Antônio Evilásio de Aguiar Neto e Paula Cristina de Assis Nascimento; Bertoldo Klinger Barros Rêgo Neto (OAB/MA 11.909), Aidil Lucena Carvalho (OAB/MA 12.584) e Fernanda Dayane dos Santos Queiroz (OAB/MA 15.164), representando Carlos Eduardo de Oliveira Lula, Secretário da Saúde do Estado do Maranhão..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria de Conformidade realizada com o objetivo de verificar: i) a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos na área de saúde pelo Governo do Estado do Maranhão, no pagamento de pessoal vinculado ao Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago, localizado no Município de Pinheiro/MA; e, ii) a regularidade da contratação oriunda do Pregão Presencial 102/2016 - POE/MA, destinada a atender demanda da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh), por meio da aquisição de insumos hospitalares, ambos os pontos objeto de denúncia autuada sob o TC 017.691/2017-6 (apenso),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da denúncia constante do TC-017.691/2017-6 (apenso) quanto a supostas irregularidades na contratação de prestação de serviços médicos no Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. não conhecer da denúncia constante do TC-017.691/2017-6 (apenso) quanto a supostas irregularidades ocorridas em contratação oriunda do Pregão Presencial 102/2016 - POE/MA, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU;

9.3. determinar à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, com fundamento nos arts. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, e nos termos das atribuições previstas nos arts. 8º da Lei Estadual 7.066/1998 e 20 da Lei Estadual 10.924/2018, que adote, no prazo de 180

(cento e oitenta) dias, se ainda não o fez, as providências a seguir indicadas, relativamente aos contratos de prestação de serviços médicos no Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago custeados com recursos federais:

9.3.1. estabeleça mecanismos de aperfeiçoamento dos procedimentos de seleção, formalização e fiscalização dos contratos de prestação de serviços médicos ao hospital, a fim de garantir a inclusão de cláusulas contratuais que definam precisamente os objetos, os orçamentos, os critérios de remuneração e os parâmetros para apuração e valoração dos quantitativos de serviços prestados, de modo a limitar os pagamentos aos valores correspondentes aos procedimentos efetivamente realizados pelas contratadas;

9.3.2. estabeleça mecanismos de controle e rotinas de trabalho sobre a execução dos contratos de prestação de serviços médicos ao hospital a fim de obter das empresas fornecedoras a tempestiva apresentação das escalas de trabalho e o efetivo cumprimento, em sua integralidade, das jornadas de trabalho dos profissionais médicos e dos técnicos de radiologia, nos termos estabelecidos nos contratos mencionados;

9.3.3. realize levantamentos:

9.3.3.1. de atendimentos lançados em duplicidade no Sistema Klinikos, a exemplo dos demonstrados no Quadro 1 do relatório de auditoria constante da peça 194 (Contratos 9/2017, 10/2017, 13/2017 e 15/2017);

9.3.3.2. dos atendimentos prestados pelo Dr. Luciano Correa (relativos à clínica médica, objeto do Contrato 10/2017);

9.3.3.3. das produções do mês 2/2017, em face das inconsistências demonstradas no Quadro 3 do relatório constante da peça 194(Contratos 9/2017, 10/2017 e 13/2017);

9.3.4. ajuste, após a conclusão dos levantamentos acima apontados, os quantitativos de produções na esfera do Contrato de Gestão 8/2015/SES e dos respectivos contratos firmado entre a OS e os fornecedores, verificando a necessidade ou não de recálculo de valores que foram transferidos pela SES/MA à OS, com base nos índices de produtividade estabelecidos no art. 7º, § 3º, da Portaria - SES/MA 537/2018, e de pagamentos efetuados pela OS a seus contratados, em face das metas de produção estabelecidas contratualmente, quando for o caso;

9.4. determinar à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, com fundamento nos arts. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e 4º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, se ainda não o fez, providências com vistas a concluir a elaboração, publicação e implementação de normativo específico que discipline os mecanismos de controle e as rotinas de trabalho a ser aplicadas sobre os procedimentos de seleção e contratação de fornecedores custeados com recursos federais e realizados pelas OS que tenham celebrado contratos de gestão sob supervisão dessa Secretaria, nos termos do art. 26, §§ 4º e 5º, do Decreto Estadual 31.398/2015;

9.5. determinar à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, com fundamento nos arts. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e 7º, §3º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação para efetivação das determinações ora propostas nos itens precedentes deste Acórdão, em que constem as medidas a serem tomadas e os respectivos prazos de execução e responsáveis pela implementação (nome, cargo e CPF);

9.6. recomendar à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, com fundamento nos arts. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e oportunidade de estender para as demais unidades de saúde estaduais em que a medida for aplicável, se ainda não o fez, a prática de divulgação periódica de informações atualizadas sobre o atendimento ao usuário, nos moldes da comunicação mensal encaminhada pelo Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago à Câmara Municipal, ao Ministério Público e a veículos de imprensa, visando ao incremento da transparência quanto aos serviços prestados à comunidade;

9.7. dar ciência à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, nos termos do art. 9º da Resolução-TCU 315/2020, de que:

9.7.1. o não estabelecimento de mecanismos de aperfeiçoamento dos procedimentos de seleção, formalização e fiscalização dos contratos que permita que eventuais falhas na celebração e execução sejam tempestivamente detectadas e que sejam adotadas as medidas saneadoras e/ou sancionatórias pertinentes, infringe os Itens 1 e 5 do Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços do Instituto Acqua para o Contrato de Gestão 08/2015/SES;

9.7.2. o não estabelecimento de mecanismos de controle e rotinas de trabalho sobre os procedimentos de prorrogação dos contratos de prestação de serviços médicos ao hospital a fim de demonstrar, nas prorrogações da vigência dos contratos, que os preços contratados são compatíveis com os praticados no mercado, infringe o Item 5 do Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços do Instituto Acqua para o Contrato de Gestão 08/2015/SES;

9.7.3. o não estabelecimento de mecanismos de controle que assegurem a correta e completa alimentação: (a) do sistema informatizado de registro dos atendimentos realizados na unidade de saúde e, assim, permitir o cálculo preciso dos quantitativos de produção; e (b) do sistema informatizado de registro de cirurgias da unidade de saúde, fazendo inserir os dados dos profissionais médicos integrantes das equipes responsáveis pelas cirurgias realizadas no referido estabelecimento, a fim de possibilitar melhor aproveitamento dessa ferramenta gerencial e de controle; infringem o princípio da eficiência insculpido nos arts. 37, caput, da Constituição Federal, e 5º, inciso I, do Decreto Estadual 31.398/2015;

9.8. informar à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, ao Instituto Acqua - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e ao denunciante no TC-017.691/2017-6 (apenso) sobre a prolação deste Acórdão;

9.9. autorizar a SecexSaúde, nos termos do art. 8º da Resolução-TCU 315/2020, a promover o monitoramento das determinações acima expedidas, com fundamento no art. 17, § 1º, desse mesmo normativo; e

9.10. arquivar este processo.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0343-06/22-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 344/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.343/2022-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União (AGU).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefit); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, com pedido de medida cautelar, noticiando supostas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 29/2021, conduzido pela Advocacia-Geral da União - Superintendência de Administração no Distrito Federal (SAD/DF/AGU), para a contratação de uso de licenças de software aplicativos e sistemas operacionais, na modalidade Microsoft Enterprise Subscription Agreement for Government, destinados aos equipamentos (Estações de Trabalho e Servidores de Rede),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar, tendo em vista a ausência de requisitos para sua adoção;

9.3. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, à Advocacia-Geral da União de que:

9.3.1. a exigência de atestados em licitações com múltiplos objetos devem ser sopesada, em termos quantitativos, de modo a não ocasionar uma restrição indevida no processo licitatório, o que violaria os comandos contidos no art. 30 da Lei 8.666/1993;

9.3.2. a inclusão de objetos muito diversos em licitações para aquisição de licenças de software sem ser precedida de estudos com vistas a avaliar se o parcelamento do objeto é tecnicamente viável e economicamente vantajoso, viola o previsto no art. 40, inciso V, "b", da Lei 14.133/2021;

9.4. dar ciência da presente deliberação ao denunciante e à Advocacia-Geral da União;

9.5. autorizar o levantamento do sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e

9.6. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0344-06/22-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 345/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC-013.387/2021-9.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Jacques Wagner, Senador da República.
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle da Agricultura e do Meio Ambiente - SecexAgroAmbiental.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Senador da República, Sr. Jacques Wagner, mediante a qual traz ao conhecimento deste Tribunal possíveis ilegalidades na Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio 1, de 12/4/2021, que regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido cautelar de suspensão da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio 1/2021, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

9.3. dar ciência ao Ministério do Meio Ambiente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com fulcro nos arts. 2º, inciso II, e 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, de que a elaboração da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio 1/2021 sem a participação dos servidores dos setores envolvidos com a temática e a entrada em vigência imediata da norma, sem prévio e adequado treinamento do pessoal, provocaram dificuldades na sua aplicação, comprometendo a realização das atividades pertinentes ao processo sancionador logo após a sua publicação;

9.4. enviar cópia deste Acórdão ao representante, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e ao Ministério Público da União, para a adoção das medidas que reputar cabíveis;

9.5. apensar este processo ao TC-038.685/2021-3.

10. Ata n° 6/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0345-06/22-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 6 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 23 de fevereiro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
No exercício na Presidência

1ª CÂMARA

ATA Nº 4, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler; e do Representante do Ministério Público, Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Ausentes o Ministro Benjamin Zymler, em missão oficial, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 3, referente à sessão telepresencial realizada em 15 de fevereiro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-017.926/2020-3, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
TC-003.719/2017-0, TC-010.569/2017-0, TC-011.949/2012-0, TC-029.124/2019-0 e TC-037.137/2019-0, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-040.196/2021-6, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira; e
TC-003.075/2014-1, TC-003.800/2019-9, TC-025.508/2018-0, TC-027.947/2020-3, TC-029.130/2019-0, TC-029.661/2020-0, TC-044.497/2021-0 e TC-047.477/2020-2, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1041 a 1106.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 979 a 1040, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-017.721/2020-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Roberto Webster Barbalho produziu sustentação oral em nome de Monteiro e Monteiro Advogados Associados. Acórdão n° 1038.

Na apreciação do processo TC-017.956/2020-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Roberto Webster Barbalho produziu sustentação oral em nome de Monteiro e Monteiro Advogados Associados. Acórdão n° 1039.

Na apreciação do processo TC-031.828/2018-3, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Wands Salvador Pessin produziu sustentação oral em nome de Maycon Bermond Avila. Acórdão n° 981.

Na apreciação do processo TC-039.252/2019-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Sender Jacaúna de Lima produziu sustentação oral em nome de Eronildo Braga Bezerra. Acórdão n° 982.

Na apreciação do processo TC-029.236/2017-7, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Thiago Ramos Silva não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Ricardo Matos Da Cruz. Acórdão n° 979.

Na apreciação do processo TC- 038.456/2021-4, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Daniel Escudeiro produziu sustentação oral em nome de Dell Computadores do Brasil Ltda. Acórdão n° 980.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo nº TC-010.255/2016-8, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, foi adiada para a sessão telepresencial da Primeira Câmara de 03 de maio de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Vital do Rêgo. O pedido de vista ocorreu antes da produção da sustentação oral que estava prevista.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 979/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.236/2017-7
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Antônio Gomes de Sousa (628.362.931-87); Ricardo Matos da Cruz (815.891.745-34)
4. Unidade: Prefeitura de Prata do Piauí/PI
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal:
8.1. Thiago Ramos Silva (10.260/OAB-PI), representando Ricardo Matos da Cruz
8.2. Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI), representando Antônio Gomes de Sousa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por Antônio Gomes de Sousa e por Ricardo Matos da Cruz, respectivamente ex-Prefeito e ex-Secretário Municipal de Finanças de Prata do Piauí/PI, contra o Acordão 8.474/2021 - 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais, condenou-os em débito no valor histórico de R$ 28.400,00 e lhes aplicou multas individuais de R$ 5.000,00 em razão da utilização de recursos de precatórios do Fundef para aquisição de oito pneus para pá carregadeira e trator, objeto sem qualquer vinculação com educação pública básica e que caracterizou desvio de finalidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;
9.2. encaminhar cópia deste Acórdão aos recorrentes e aos demais responsáveis, órgãos e entidades notificados da decisão recorrida, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0979-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 980/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 038.456/2021-4
2. Grupo II - Classe de Assunto VI - Representação
3. Interessado: Dell Computadores do Brasil Ltda (72.381.189/0001-10)
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)
8. Representação legal: Rodrigo dos Santos Ferreira (377.489/OAB-SP), Gabriella Rosa Bresciani Rigo (299.069/OAB-SP), Jose Vicente Cera Junior (155962/OAB-SP), Reynaldo Delfini Cera (217.531/OAB-SP), Kelly Cristina Osano dos Santos (269.691/OAB-SP), Daniel Escudeiro (168.015/OAB-SP), Daniela Paiva Brito, Denis Ricoy Bassi (249.960/OAB-SP) e Bruno Dollinger Fanti (350.607/OAB-SP), representando Dell Computadores do Brasil Ltda; Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (54217/OAB-DF), Alberto Figueiredo Neto (4273/OAB-SE), Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ), Viviane do Nascimento Pereira Sá (130.645/OAB-RJ) e Marco Aurelio Ferreira Martins (194.793/OAB-SP), representando Petróleo Brasileiro S.a.; Fernando Moreira Drummond Teixeira (108112/OAB-MG), representando Hewlett-packard Brasil Ltda.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação acerca de alegadas irregularidades ocorridas durante a fase de lances do processo licitatório Oportunidade 7003520984 da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 237 do Regimento Interno c/c o §2º, do art. 87 da Lei 13.303/2016 e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação e, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. dar ciência à Petrobras de que, nos certames em que o critério de julgamento for "menor preço por total", incluindo todos os impostos e benefícios tributários, especialmente para a aquisição de bens que não geram crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, é necessária a indicação, no edital da licitação, do local da efetiva entrega do objeto a ser contratado, sendo, portanto, irregular o procedimento de indicação do referido local somente por ocasião da celebração do contrato com ajuste proposta vencedora;
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à Petrobrás e à interessada, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0980-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 981/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.828/2018-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Maycon Bermond Avila (092.761.137-62).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Wands Salvador Pessin (OAB/ES 10.418) e Silvana Melo do Nascimento Maretto (OAB/ES 20.928).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Maycon Bermond Avila, ex-sócio administrador da Drogaria Alfredense Ltda. - EPP/Drogaria Alfredo Chaves, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 4.677/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo e aos demais interessados.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0981-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 982/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.252/2019-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Eronildo Braga Bezerra (026.220.412-68) e Jose Maia Cruz (003.407.661-15).
4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Sender Jacauna de Lima (OAB/AM 6.292); Ezequiel Maia Cruz (OAB/AM 9.700).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor dos Srs. José Maia Cruz (003.407.661-15) e Eronildo Braga Bezerra (026.220.412-68), então titulares da Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 141/2004-MI;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU;

9.2. notificar o Ministério do Desenvolvimento Regional e os responsáveis acerca desta decisão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0982-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 983/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.432/2020-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Danillo Galvão Peixoto Filho (060.239.165-20), Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (23.707.250/0001-61) e Maria Heleni Lima da Rocha (280.857.362-68).

4. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Maria Erivânia Pereira Buriti (OAB/CE 23.261).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor da Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente - Cepema e dos Srs. Danillo Galvão Peixoto Filho e Maria Heleni Lima da Rocha, presidentes da entidade nos períodos de 2/4/2007 a 2/9/2010 e de 3/9/2010 a 27/2/2014, respectivamente, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Contrato de Repasse 0310120-03, firmado entre o então Ministério do Desenvolvimento Agrário e aquela Fundação, e que tinha por objeto o fortalecimento dos povos indígenas Tremembés, nos municípios de Itarema e Acaraú - Ceará;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas da Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente - Cepema (23.707.250/0001-61) e do Sr. Danillo Galvão Peixoto Filho (060.239.165-20), dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.2. excluir da relação processual a responsável Maria Heleni Rocha (280.857.362-68);

9.3. notificar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os responsáveis acerca da presente decisão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0983-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 984/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.103/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Rosa Maria Lemos dos Santos Silva (247.461.181-91).

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em face do Acórdão 10.537/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da Sra. Rosa Maria Lemos dos Santos Silva;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 1.7.1 da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Coletiva 2005.34.00.012112-9, de autoria do Sindjus-DF, que tramitou no Juízo da 7ª Vara Federal de Brasília e cuja sentença de mérito transitou em julgado em 12 de julho de 2010;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0984-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 985/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.517/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Financiadora de Estudos e Projetos (33.749.086/0001-09).

3.2. Responsáveis: Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91); Francisco Paulo Duarte (021.622.372-53); José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34); Maria Berenice Alho da Costa Tourinho (111.993.772-87).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Maira Benarrosh Macedo (OAB/RO 9.402); e José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em desfavor da Fundação Universidade Federal de Rondônia e de José Januário de Oliveira Amaral, Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, Francisco Paulo Duarte e Antônio Carlos Maciel, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União no âmbito do Termo de cooperação 01.09.0462.00;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir desta relação processual a Fundação Universidade Federal de Rondônia, Francisco Paulo Duarte (021.622.372-53) e Maria Berenice Alho da Costa Tourinho (111.993.772-87);

9.2 julgar irregulares as contas de José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34) e Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar, em solidariedade, os Srs. José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34) e Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91), com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)	Tipo da parcela
15/12/2010	222.289,46	Débito
5/4/2011	392.934,70	Débito
2/8/2011	123.044,83	Crédito

9.3. aplicar, individualmente, a José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34) e a Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao responsável e à Finep, para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0985-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 986/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.002/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsável/Recorrente:

3.1. Responsável: José Edvaldo Antunes de Souza (413.127.166-49).

3.2. Recorrente: José Edvaldo Antunes de Souza (413.127.166-49).

4. Entidade: Município de Monte Azul - MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Saulo Gabriel Antunes Feliciano (OAB/MG 126.592).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Edvaldo Antunes de Souza contra o Acórdão 3.760/2019-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0986-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 987/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.347/2019-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Bartolomeu Antonio de Santana (069.233.284-70); Celina Quiteria de Souza (068.881.894-30); Cicera Alves Tenorio (069.922.864-63); Jose Luiz Bezerra (213.918.904-34); Jovina Dias de Oliveira (069.233.344-46); Reginaldo Felix Magalhaes (014.634.874-52); Zilda da Silva Leite (124.502.274-15).

4. Entidade: Gerência Executiva de Garanhuns/PE do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Gustavo da Silva Leite Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva de Garanhuns/PE do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em desfavor de Zilda da Silva Leite, à época servidora da instituição; e de Bartolomeu Antonio de Santana, Celina Quiteria de Souza, Cicera Alves Tenorio, Jose Luiz Bezerra, Jovina Dias de Oliveira e Reginaldo Felix Magalhaes, como beneficiários, em razão da concessão e recebimento de benefícios previdenciários irregulares;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da presente relação processual os Srs. Bartolomeu Antônio de Santana (069.233.284-70); Celina Quiteria de Souza (068.881.894-30); Cicera Alves Tenorio (069.922.864-63); Jose Luiz Bezerra (213.918.904-34); Jovina Dias de Oliveira (069.233.344-46); e Reginaldo Felix Magalhaes (014.634.874-52);

9.2. julgar irregulares as contas da responsável Zilda da Silva Leite (124.502.274-15), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.3. condenar a Sra. Zilda da Silva Leite (124.502.274-15), com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

9.3.1. Débitos relacionados ao beneficiário Bartolomeu Antônio de Santana (CPF: 069.233.284-70):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/12/2004	87,00
3/12/2004	260,00
7/1/2005	260,00
11/2/2005	260,00
9/3/2005	260,00
12/4/2005	260,00
16/5/2005	260,00
8/6/2005	300,00
12/7/2005	300,00
8/8/2005	300,00
16/9/2005	300,00
10/10/2005	300,00
17/11/2005	300,00
20/12/2005	300,00
4/1/2006	300,00
1/3/2006	300,00
6/3/2006	300,00
10/4/2006	300,00
16/5/2006	350,00
6/6/2006	350,00
5/7/2006	350,00
7/8/2006	350,00
8/9/2006	350,00
18/10/2006	350,00
6/11/2006	350,00
11/12/2006	350,00
10/1/2007	350,00
9/2/2007	350,00
14/3/2007	350,00
12/4/2007	350,00
10/5/2007	380,00
11/6/2007	380,00
13/7/2007	380,00
13/8/2007	380,00
17/9/2007	380,00
17/10/2007	380,00
5/3/2008	380,00
5/3/2008	380,00
6/7/2007	380,00
6/8/2007	380,00
6/9/2007	380,00
1/10/2007	380,00
16/11/2007	380,00
5/12/2007	380,00
11/1/2008	380,00
6/2/2008	380,00
17/3/2008	380,00
4/4/2008	415,00
9/5/2008	415,00
13/6/2008	415,00
11/7/2008	415,44
8/8/2008	415,00
3/9/2008	415,00
10/10/2008	415,00
7/11/2008	415,00
12/12/2008	415,00
9/1/2009	415,00
6/2/2009	415,00
4/3/2009	465,00
2/4/2009	465,00
5/5/2009	465,00
5/6/2009	465,00
3/7/2009	465,00
10/8/2009	465,00
4/9/2009	465,00
5/10/2009	465,00
5/11/2009	465,00
4/12/2009	465,00
5/1/2010	465,00
1/2/2010	510,00
1/3/2010	510,00
7/4/2010	510,00
4/5/2010	510,00
1/6/2010	510,00
1/7/2010	510,00
6/8/2010	510,00
10/9/2010	510,00
14/10/2010	510,00
19/11/2010	510,00
2/12/2010	510,00
13/1/2011	510,00
4/2/2011	540,00
4/3/2011	540,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 7/5/2021: R$ 44.859,75.

9.3.2. Débitos relacionados à beneficiária Celina Quiteria de Souza (CPF: 068.881.894-30):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/3/2005	243,00
1/3/2005	260,00
6/4/2005	260,00
2/5/2005	260,00
2/6/2005	300,00
4/7/2005	300,00
5/8/2005	300,00
27/9/2005	300,00
10/10/2005	300,00
3/11/2005	300,00
2/12/2005	300,00
3/1/2006	300,00
2/2/2006	300,00
2/3/2006	300,00
3/4/2006	300,00
2/5/2006	350,00
1/6/2006	350,00
3/7/2006	350,00
1/8/2006	350,00
4/9/2006	350,00
2/10/2006	350,00
7/11/2006	350,00
1/12/2006	350,00
2/1/2007	350,00
5/2/2007	350,00
1/3/2007	350,00
9/4/2007	350,00
11/5/2007	380,00
4/6/2007	380,00
7/5/2007	380,00
6/6/2007	380,00
5/7/2007	380,00
6/8/2007	380,00
6/9/2007	380,00
4/10/2007	380,00
7/11/2007	380,00
6/12/2007	380,00
27/12/2007	380,00
31/1/2008	380,00
28/2/2008	380,00
31/3/2008	415,00
29/4/2008	415,00
30/5/2008	415,00
2/7/2008	415,00
30/7/2008	415,00
28/8/2008	415,00
29/9/2008	415,00
30/10/2008	415,00
27/11/2008	415,00
29/12/2008	415,00
29/1/2009	415,00
1/4/2009	465,00
1/4/2009	465,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 7/5/2021: R$ 86.552,97.

9.3.3. Débitos relacionados à beneficiária Cicera Alves Tenorio (CPF: 069.922.864-63):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/1/2005	96,00
14/2/2005	260,00
8/3/2005	260,00
7/4/2005	260,00
9/5/2005	260,00
6/6/2005	300,00
6/7/2005	300,00
4/8/2005	300,00
6/9/2005	300,00
6/10/2005	300,00
7/11/2005	300,00
6/12/2005	300,00
5/1/2006	300,00
6/2/2006	300,00
6/3/2006	300,00
6/4/2006	300,00
5/5/2006	350,00
6/6/2006	350,00
6/7/2006	350,00
4/8/2006	350,00
6/9/2006	350,00
5/10/2006	350,00
7/11/2006	350,00
6/12/2006	350,00
5/1/2007	350,00
6/2/2007	350,00
6/3/2007	350,00
5/4/2007	350,00

4/5/2009	465,00
28/5/2009	465,00
29/6/2009	465,00
30/7/2009	465,00
28/8/2009	465,00
29/9/2009	465,00
29/10/2009	465,00
27/11/2009	465,00
29/12/2009	465,00
28/1/2010	510,00
25/2/2010	510,00
30/3/2010	510,00
29/4/2010	510,00
28/5/2010	510,00
29/6/2010	510,00
29/7/2010	510,00
30/8/2010	510,00
29/9/2010	510,00
28/10/2010	510,00
29/11/2010	510,00
27/12/2010	510,00
28/1/2011	540,00
28/2/2011	540,00
1/4/2011	545,00
28/4/2011	545,00
9/9/2011	545,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 7/5/2021: R$ 90.602,67.

9.3.4. Débitos relacionados ao beneficiário Jose Luiz Bezerra (CPF: 213.918.904-34):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/10/2003	72,00
13/11/2003	240,00
12/12/2003	240,00
12/12/2003	60,00
13/1/2004	240,00
11/2/2004	240,00
10/3/2004	240,00
7/4/2004	240,00
7/5/2004	240,00
3/6/2004	260,00
5/7/2004	260,00
5/8/2004	260,00
3/9/2004	260,00
5/10/2004	260,00
4/11/2004	260,00
3/12/2004	520,00
5/1/2005	260,00
4/2/2005	260,00
4/3/2005	260,00
6/4/2005	260,00
5/5/2005	260,00
3/6/2005	300,00
5/7/2005	300,00
3/8/2005	300,00
5/9/2005	300,00
5/10/2005	300,00
4/11/2005	300,00
5/12/2005	600,00
4/1/2006	300,00
3/2/2006	300,00
3/3/2006	300,00
5/4/2006	300,00
4/5/2006	350,00
5/6/2006	350,00
5/7/2006	350,00
3/8/2006	350,00
5/9/2006	525,00
4/10/2006	350,00
6/11/2006	350,00
5/12/2006	525,00
4/1/2007	350,00
5/2/2007	350,00
5/3/2007	350,00
4/4/2007	350,00
4/5/2007	380,00
5/6/2007	380,00
4/7/2007	380,00
3/8/2007	380,00
5/9/2007	570,00
3/10/2007	380,00
3/10/2007	380,00
6/11/2007	380,00
5/12/2007	570,00
4/1/2008	380,00
8/2/2008	380,00
5/3/2008	380,00
3/4/2008	415,00
6/5/2008	415,00
4/6/2008	415,00
3/7/2008	415,00
5/8/2008	415,00
3/9/2008	622,50
3/10/2008	415,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 7/5/2021: R$ 79.195,22.

9.3.5. Débitos relacionados à beneficiária Jovina Dias de Oliveira (CPF: 069.233.344-46):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/2/2005	260,00
18/2/2005	70,00
30/3/2005	260,00
4/4/2005	260,00
4/5/2005	260,00
9/6/2005	300,00
11/7/2005	300,00
2/8/2005	300,00
2/9/2005	300,00
19/10/2005	300,00
3/11/2005	300,00
2/12/2005	300,00
10/1/2006	300,00
13/2/2006	300,00
6/3/2006	300,00
10/4/2006	300,00
8/5/2006	350,00
8/6/2006	350,00
4/7/2006	350,00
4/8/2006	350,00
8/9/2006	350,00
11/10/2006	350,00
3/11/2006	350,00
4/12/2006	350,00
4/1/2007	350,00
2/2/2007	350,00
2/3/2007	350,00
3/4/2007	350,00
3/5/2007	380,00
4/6/2007	380,00
3/7/2007	380,00
2/8/2007	380,00
4/9/2007	380,00
2/10/2007	380,00
5/11/2007	380,00
4/12/2007	380,00
26/12/2007	380,00
31/1/2008	380,00
27/2/2008	380,00
27/3/2008	415,00
28/4/2008	415,00
28/5/2008	415,00
26/6/2008	415,00
29/7/2008	415,00
27/8/2008	415,00
26/9/2008	415,00
29/10/2008	415,00
26/11/2008	415,00
26/12/2008	415,00
28/1/2009	415,00
20/2/2009	465,00
27/3/2009	465,00
28/4/2009	465,00
27/5/2009	465,00
26/6/2009	465,00
29/7/2009	465,00
27/8/2009	465,00
28/9/2009	465,00
28/10/2009	465,00
26/11/2009	465,00
28/12/2009	465,00
27/1/2010	510,00
24/2/2010	510,00
29/3/2010	510,00
28/4/2010	510,00
27/5/2010	510,00
28/6/2010	510,00
28/7/2010	510,00
27/8/2010	510,00
28/9/2010	510,00
3/11/2010	510,00
26/11/2010	510,00
28/12/2010	510,00
27/1/2011	540,00
28/2/2011	540,00
11/4/2011	545,00
9/5/2011	545,00
29/8/2011	545,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 7/5/2021: R$ 90.139,08.

9.3.6. Débitos relacionados ao beneficiário Reginaldo Felix Magalhaes em solidariedade com Zilda da Silva Leite (CPF: 124.502.274-15):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/9/2004	217,00
6/10/2004	260,00
3/11/2004	260,00
2/12/2004	260,00
4/1/2005	260,00
2/2/2005	260,00
3/3/2005	260,00
4/4/2005	260,00
3/5/2005	260,00
2/6/2005	300,00
4/7/2005	300,00
2/8/2005	300,00
2/9/2005	300,00
18/10/2005	300,00
7/11/2005	300,00
2/12/2005	300,00
3/1/2006	300,00
2/2/2006	300,00
2/3/2006	300,00
4/4/2006	300,00
3/5/2006	350,00
2/6/2006	350,00
4/7/2006	350,00
2/8/2006	350,00
4/9/2006	350,00
3/10/2006	350,00
16/11/2006	350,00
4/12/2006	350,00
3/1/2007	350,00
2/2/2007	350,00
2/3/2007	350,00
4/4/2007	350,00
3/5/2007	380,00
4/6/2007	380,00
3/7/2007	380,00

2/8/2007	380,00
5/9/2007	380,00
2/10/2007	380,00
6/11/2007	380,00
4/12/2007	380,00
3/1/2008	380,00
7/2/2008	380,00
4/3/2008	380,00
3/4/2008	415,00
5/5/2008	415,00
9/6/2008	415,00
4/7/2008	415,44
1/8/2008	415,00
29/8/2008	415,00
26/9/2008	415,00
29/10/2008	415,00
17/12/2008	415,00
8/1/2009	415,00
28/1/2009	415,00
20/2/2009	465,00
27/3/2009	465,00
29/4/2009	465,00
2/6/2009	465,00
26/6/2009	465,00
29/7/2009	465,00
1/9/2009	465,00
29/9/2009	465,00
28/10/2009	465,00
30/11/2009	465,00
29/12/2009	465,00
3/2/2010	510,00
3/3/2010	510,00
30/3/2010	510,00
29/4/2010	510,00
28/5/2010	510,00
28/6/2010	510,00
28/7/2010	510,00
30/8/2010	510,00
30/9/2010	510,00
28/10/2010	510,00
29/11/2010	510,00
28/12/2010	510,00
2/2/2011	540,00
28/2/2011	540,00
29/3/2011	545,00
29/4/2011	545,00
30/5/2011	545,00
5/7/2011	545,00
29/7/2011	545,00
29/8/2011	545,00
29/9/2011	545,00
31/10/2011	545,00
29/11/2011	545,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 7/5/2021: R$ 101.210,52

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar à responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência deste acórdão ao Instituto Nacional do Seguro Social e à responsável, para ciência, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, este último, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0987-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 988/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 041.106/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Pedro da Costa Franco (131.623.223-91).

4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em favor do ex-servidor Pedro da Costa Franco;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Pedro da Costa Franco (131.623.223-91), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, considerando-se os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;

9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;

9.3. informar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que a decisão judicial proferida no MS 0800318.30.2014.4.05.8100 não impede a absorção da VPNI prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012 decorrente do aumento do valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores ativos e inativos, uma vez que a parte fixa da GDPGPE e/ou GDACE não possui natureza pro labore faciendo.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0988-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 989/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.240/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Amapá (02.355.615/0001-66); Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72).

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: José dos Santos Pereira Neto (OAB/AP 2.204).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de responsabilidade de Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Amapá (02.355.615/0001-66) e de Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72), em decorrência de irregularidades na prestação de contas do Convênio 01.06.1203.00 (Siafi 579923);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela responsável Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72);

9.2. julgar irregulares as contas do Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Amapá (02.355.615/0001-66) e de Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c com arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar solidariamente os responsáveis Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Amapá (02.355.615/0001-66) e Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72), com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c com o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU) , o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/4/2009	107.623,36

9.4. aplicar, individualmente, aos responsáveis Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Amapá (02.355.615/0001-66) e Telma Lucia de Azevedo Gurgel (182.229.272-72) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00; com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações a que se referem as alíneas anteriores;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. notificar a Finep e os responsáveis acerca da presente deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0989-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 990/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.686/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Tereza Lea Rebelo de Barros Queiroz Monteiro (083.313.404-34).

4. Órgão: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em favor da ex-servidora Tereza Lea Rebelo de Barros Queiroz Monteiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Tereza Lea Rebelo de Barros Queiroz Monteiro (083.313.404-34), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, considerando-se os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;

9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação;

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0990-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 991/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.514/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Odilon Silveira Aguiar (266.508.783-91) e Antônia Nilda de Sousa (798.559.543-00).
4. Entidade: Município de Tauá/CE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ana Talita Ferreira Alves (OAB/CE 35.416).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Odilon Silveira Aguiar, ex-prefeito de Tauá/CE, em razão de impugnação das despesas relativas ao Convênio 01275/2009, celebrado com o Ministério do Turismo (MTur);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, com fulcro no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 213, do RITCU, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigada a Sra. Antônia Nilda de Sousa (798.559.543-00), ex-secretária municipal de Agricultura e Recursos Hídricos do município de Tauá/CE, para que lhe possa ser dada quitação;

9.2. excluir a responsabilidade do Sr. Odilon Silveira Aguiar (266.508.783-91) dos autos; e

9.3. notificar os Srs. Odilon Silveira Aguiar e Antônia Nilda de Sousa da presente decisão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0991-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 992/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.530/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Mirian Dantas dos Santos (412.974.154-34).
4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Mirian Dantas dos Santos em face do Acórdão 8.330/2021-TCU-1ª Câmara, proferido em sede de monitoramento do Acórdão 11.047/2016-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso interposto pela Sra. Mirian Dantas dos Santos, para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0992-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 993/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.155/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Adão Jose de Santana (334.557.835-20); Wagner Teixeira Santana (619.684.395-87).
4. Entidade: Município de Pilão Arcado/BA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor dos ex-prefeitos de Pilão Arcado/BA, Srs. Wagner Teixeira Santana (gestão de 1/1/2005 a 28/5/2006), e Adão José de Santana (gestão de 29/5/2006 a 31/12/2006), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos (Peja), exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Wagner Teixeira Santana (619.684.395-87) e Adão José de Santana (334.557.835-20), com fundamento dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar os responsáveis, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c com o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. Wagner Teixeira Santana (619.684.395-87):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
09/05/2006	93.150,00

9.2.2. Adão José de Santana (CPF 334.557.835-20):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/6/2006	28.710,00
4/7/2006	23.326,68
7/7/2006	28.450,00
25/7/2006	5.000,00
1/8/2006	18.900,00
2/8/2006	32.710,00
4/10/2006	32.750,00
22/11/2006	32.750,00
5/12/2006	32.750,00
12/12/2006	32.750,00

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e ao FNDE, para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que considerar cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0993-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 994/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.008/2021-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: Zeila Zoghaib Tanure (042.938.237-51).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos por Zeila Zoghaib Tanure em face do Acórdão 18.694/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da embargante;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão à embargante e ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0994-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 995/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.042/2019-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Jorge Silva Dantas (133.691.484-04).
4. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
5. Entidade: Município de Pão de Açúcar/AL.
6. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
7. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
8. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
9. Representação legal: Francisco Dâmaso Amorim Dantas (OAB/AL 10.450) e Rodrigo Delgado da Silva (OAB/AL 11.152).

10. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Jorge Silva Dantas, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos (Peja);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Jorge Silva Dantas (133.691.484-04);

9.2. julgar irregulares as contas de Jorge Silva Dantas (133.691.484-04), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.3 aplicar ao responsável Jorge Silva Dantas (133.691.484-04) a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268 do Regimento Interno, no valor de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações a que se referem as alíneas anteriores;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. notificar desta deliberação o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o responsável.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0995-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 996/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.567/2020-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Base Aérea de Salvador (00.394.429/0014-25).
3.2. Responsáveis: Aloysio Jose dos Santos Junior (863.837.797-53); Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15); Helio Ricardo de Almeida Xavier (686.826.977-34); Luiz Gustavo Gomes Silva Araujo (014.015.474-43); Reginaldo Santos de Carvalho Junior (816.486.505-20); Tavares e Silva Construcao e Reformas Ltda (21.556.019/0001-99).
3.3. Recorrente: Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15).
4. Órgão: Base Aérea de Salvador.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Marcio Augusto Ribeiro Cavalcante (OAB/CE 12.359); Jose Osmar Coelho Pereira Pinto (OAB/BA 34.174); Andre de Jesus Silva e Silva (OAB/BA 27.719); Genalvo Herbert Cavalcante Barbosa (OAB/BA 32.977); Edson Brasil de Matos Nunes (OAB/RJ 118.534); e Raquel Bello Visconti (OAB/RJ 129.843).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Carlos Eduardo Teixeira em face do Acórdão 11.259/2021-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. notificar o recorrente da presente decisão;

9.3. adotar as demais providências necessárias em decorrência dos recursos de reconsideração constantes dos autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0996-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 997/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 035.150/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Bruna Gaban Rorato (096.220.779-94); Farmácia Rorato Ltda. (06.276.004/0001-83); Gabriel Gaban Rorato (056.553.089-59); Rita de Cassia Gaban Rorato (490.637.589-87).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde/MS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor do estabelecimento comercial Farmácia São José/Farmácia Rorato Ltda., solidariamente com Rita de Cassia Gaban Rorato, Gabriel Gaban Rorato e Bruna Gaban Rorato, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir Bruna Gaban Rorato (096.220.779-94) da relação de responsáveis;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa Farmácia São José/Farmácia Rorato Ltda. (06.276.004/0001-83), de Gabriel Gaban Rorato (056.553.089-59) e de Rita de Cassia Gaban Rorato (490.637.589-87), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c art. 210 do RI/TCU, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
28/02/2014	1.059,89	D
28/02/2014	9.140,50	D
16/04/2014	1.699,32	D
16/04/2014	9.313,86	D
12/05/2014	4.440,60	D
12/05/2014	518,34	D
30/05/2014	4.772,60	D
07/07/2014	6.800,84	D
07/07/2014	949,81	D
31/07/2014	8.981,66	D
01/08/2014	1.216,02	D
01/09/2014	9.906,68	D
09/09/2014	2.022,24	D
01/10/2014	9.406,52	D
02/10/2014	1.082,16	D
03/11/2014	10.463,21	D
03/11/2014	1.225,59	D
03/11/2014	69,60	D
28/11/2014	1.827,00	D
01/12/2014	11.883,80	D
14/01/2015	2.113,37	D
14/01/2015	13.804,80	D
09/02/2015	11.949,16	D
09/02/2015	2.299,98	D
03/03/2015	12.306,90	D
03/03/2015	3.633,50	D
03/03/2015	222,81	D
03/03/2015	1.094,47	D
03/03/2015	824,59	D
03/03/2015	13,46	D
03/03/2015	53,65	D
03/03/2015	253,12	D
03/03/2015	48,70	D
02/04/2015	1.622,43	D
02/04/2015	6.923,06	D
05/05/2015	1.632,23	D
05/05/2015	5.289,80	D
12/06/2015	4.720,28	D
15/06/2015	850,50	D
03/07/2015	4.088,40	D
06/07/2015	648,81	D
31/08/2015	4.444,40	D
31/08/2015	137,70	D
14/10/2015	708,21	D
14/10/2015	5.196,50	D
30/10/2015	1.192,20	D
30/10/2015	6.972,18	D
18/12/2015	3.556,53	D
18/12/2015	8.945,08	D
21/01/2016	4.057,42	D
21/01/2016	10.558,28	D
17/02/2016	4.036,56	D
17/02/2016	10.047,48	D

9.4. aplicar à empresa Farmácia São José/Farmácia Rorato Ltda. (06.276.004/0001-83) e aos responsáveis Gabriel Gaban Rorato (056.553.089-59) e Rita de Cassia Gaban Rorato (490.637.589-87) multa individual, fundada no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0997-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 998/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.806/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Leila Machado Barbosa (224.003.381-91); Maria Irismar Alves Silva (785.817.377-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Leila Machado Barbosa (224.003.381-91) e Maria Irismar Alves Silva (785.817.377-49), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. avalie, para as interessadas nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da ação ordinária 2004.34.00.048565-0 (que tramitou na 7ª Vara Federal do DF), proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para ser beneficiária da referida decisão judicial, se fazem necessárias: (i) autorização expressa de cada interessada para que a referida entidade associativa pudesse representá-las na ação mencionada; e (ii) comprovação de que, à época do protocolo da ação ordinária, as interessadas eram filiadas à referida associação;

9.2.2. após a verificação do subitem 9.2.1, aplique, para as parcelas decorrentes da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise dos casos concretos, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115;

9.2.3. comunique às interessadas o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0998-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 999/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 047.761/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Sérgio Hideki Hiura (304.134.352-53).
4. Entidade: Município de Santo Antônio do Tauá/PA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Sérgio Hideki Hiura, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2016;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Sérgio Hideki Hiura (304.134.352-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
5/1/2016	25.000,00
9/3/2016	23.009,00
7/4/2016	23.000,00
20/5/2016	23.000,00
6/6/2016	23.000,00
8/7/2016	23.124,00
9/8/2016	23.000,00
8/9/2016	23.000,00
10/10/2016	23.000,00
8/11/2016	23.000,00
12/12/2016	23.000,00

9.3. aplicar ao Sr. Sérgio Hideki Hiura ((304.134.352-53) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao responsável e ao FNDE, para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que considerar cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0999-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1000/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 041.105/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Aldaires Duarte Martins da Silva (077.099.353-20).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em favor da ex-servidora Aldaires Duarte Martins da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Aldaires Duarte Martins da Silva (077.099.353-20), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, considerando-se os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;

9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação;

9.3. informar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que a decisão judicial proferida no MS 0800318.30.2014.4.05.8100 não impede a absorção da VPNI prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012 decorrente do aumento do valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores ativos e inativos, uma vez que a parte fixa da GDPGPE e/ou GDACE não possui natureza pro labore faciendo.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1000-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1001/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.906/2021-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Atos de Admissão).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ricardo Leal Nogueira (898.423.082-00).
3.2. Embargante: BB Tecnologia e Serviços S.A.
4. Entidade: BB Tecnologia e Serviços S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Marcelo Alves da Silva (OAB/DF 44.861).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pela BB Tecnologia e Serviços S.A. em face do Acórdão 18.724/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal ato de admissão emitido pela embargante;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão à BB Tecnologia e Serviços S.A.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1001-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1002/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 041.196/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Raimundo José Gomes Miranda (130.965.593-68).
4. Órgão: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em favor do ex-servidor Raimundo José Gomes Miranda;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Raimundo José Gomes Miranda (130.965.593-68), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, considerando-se os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;

9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1002-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1003/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 045.690/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Constas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Drogaria e Perfumaria Shallon Ltda. (10.802.963/0001-62); Fernanda Cristina de Abreu Mendes Claudino (957.963.391-68); Pierre Claudino da Silva (818.733.361-87).
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde/MS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor do estabelecimento comercial Drogaria Shallon/Drogaria e Perfumaria Shallon Ltda. (10.802.963/0001-62), solidariamente com Fernanda Cristina de Abreu Mendes Claudino (957.963.391-68) e Pierre Claudino da Silva (818.733.361-87), em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir Pierre Claudino da Silva (818.733.361-87) da relação de responsáveis;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa Drogaria Shallon/Drogaria e Perfumaria Shallon Ltda. (10.802.963/0001-62) e de Fernanda Cristina de Abreu Mendes Claudino (957.963.391-68), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c art. 210 do RI/TCU, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
12/03/2012	11.053,50	D
27/03/2012	18.844,50	D
27/04/2012	13,77	D
27/04/2012	18.133,20	D
12/06/2012	18.908,11	D
26/07/2012	54,27	D
26/07/2012	21.644,10	D
23/08/2012	19.748,96	D
10/09/2012	2,40	D
10/09/2012	20.334,01	D
08/10/2012	9,60	D
08/10/2012	13,77	D
08/10/2012	18.633,00	D
08/11/2012	13,77	D
08/11/2012	16.157,52	D
18/12/2012	23.334,94	D
30/12/2012	9,90	D
30/12/2012	4,80	D
30/12/2012	23.859,62	D
19/02/2013	26,73	D
07/03/2013	4,80	D
07/03/2013	24.243,60	D
14/03/2013	36,63	D
14/03/2013	4,80	D
14/03/2013	27.796,66	D
08/04/2013	18.998,80	D
16/04/2013	9,90	D
31/05/2013	15.893,44	D
04/06/2013	9,60	D
04/06/2013	19,8	D
04/06/2013	21.427,79	D
01/07/2013	36,63	D
02/07/2013	7,20	D
02/07/2013	11,40	D
02/07/2013	14.736,90	D
25/07/2013	14.952,30	D
30/08/2013	15.525,20	D
01/10/2013	4.106,50	D
06/12/2013	9,89	D
06/12/2013	3.492,00	D
30/12/2013	26,73	D
30/12/2013	11.821,20	D
07/02/2014	12.090,90	D
28/02/2014	26,73	D
28/02/2014	26,73	D
28/02/2014	12.962,60	D
16/04/2014	26,73	D
16/04/2014	11.553,40	D
12/05/2014	26,73	D
12/05/2014	40,00	D
12/05/2014	26,73	D
12/05/2014	40,00	D
12/05/2014	11.627,60	D
30/05/2014	36,62	D
30/05/2014	12.979,50	D
07/07/2014	2,40	D
07/07/2014	10,40	D
07/07/2014	26,73	D
07/07/2014	13.417,40	D
31/07/2014	4,80	D
31/07/2014	13.794,60	D
01/08/2014	9,89	D
01/09/2014	7,20	D
01/09/2014	15.069,20	D
09/09/2014	53,46	D
01/10/2014	15.468,00	D
02/10/2014	26,73	D
03/11/2014	2,40	D
03/11/2014	26,73	D
03/11/2014	17.415,60	D
28/11/2014	56,40	D
28/11/2014	2,40	D
28/11/2014	17.040,00	D
14/01/2015	36,62	D
14/01/2015	4,80	D
14/01/2015	15.081,30	D
09/02/2015	63,35	D
09/02/2015	12,06	D
09/02/2015	14.882,40	D
04/03/2015	9,89	D
04/03/2015	19,78	D
05/03/2015	2,40	D
05/03/2015	8,70	D
05/03/2015	14.990,20	D
02/04/2015	6,30	D
02/04/2015	36,62	D
02/04/2015	7,20	D
02/04/2015	14.250,00	D
05/05/2015	56,40	D
05/05/2015	9,60	D
05/05/2015	16.073,16	D
12/06/2015	14,10	D
12/06/2015	15.416,00	D
15/06/2015	53,46	D
03/07/2015	7,20	D
03/07/2015	15.942,00	D
06/07/2015	19,78	D
05/08/2015	12,60	D
05/08/2015	16.477,20	D
06/08/2015	63,35	D
31/08/2015	7,20	D
31/08/2015	46,51	D
31/08/2015	6.450,30	D

9.4. aplicar à empresa Drogaria Shallon/Drogaria e Perfumaria Shallon Ltda. (10.802.963/0001-62) e à Sra. Fernanda Cristina de Abreu Mendes Claudino (957.963.391-68) multa individual, fundada no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1003-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1004/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.955/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Elza Cesetti (344.187.331-91).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Elza Cesetti em face do Acórdão 10.983/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 9.3.2, sem prejuízo de orientar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial transitada em julgado em 20/6/2012, nos autos do Mandado de Segurança 2003.34.00.036853-0, impetrado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF - Sindjus/DF, e que tramitou na 17ª Vara da Seção Judiciária do DF;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1004-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1005/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.991/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Verônica Maria Cyreno Amorim (821.865.024-53).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Verônica Maria Cyreno Amorim em face do Acórdão 6.593/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1005-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1006/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.859/2017-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsável: Joao Cordoval de Barros (435.048.176-15).
4. Entidade: Município de Matias Cardoso/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de João Cordoval de Barros, ex-prefeito de Matias Cardoso/MG (gestões 2005/2008 e 2009/2012), em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 0240060-99/2007 (Siconv 609898), celebrado em 31/12/2007 com o Ministério do Turismo (MTur), com vistas à execução de pavimentação asfáltica em vias municipais;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. João Cordoval de Barros (435.048.176-15), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do RI/TCU;
9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
21.366,72	29/07/2011
52.478,46	25/11/2011

9.3. aplicar ao Sr. João Cordoval de Barros (435.048.176-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.6. enviar cópia deste acórdão ao responsável, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Turismo, para conhecimento, e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que considerar cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1006-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1007/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.634/2015-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Prestação de Contas).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Celso Cestari Pinheiro (078.656.431-87); Celso Menezes de Souza (518.708.941-20).
3.2. Recorrente: Celso Cestari Pinheiro (078.656.431-87).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Joaquim Basso (OAB/MS 13.115).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Celso Cestari Pinheiro contra o Acórdão 8.376/2019-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1 conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1007-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1008/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 044.999/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Hundalto Guida (056.676.581-00).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados em favor do ex-servidor Hundalto Guida;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Hundalto Guida (056.676.581-00), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar o pagamento decorrente do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Hundalto Guida para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1008-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1009/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.872/2017-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de declaração (em Pedido de Reexame em Representação)

3. Embargantes: Carlos Augusto Moreira Junior (428.164.169-68); Márcia Helena Mendonça (479.528.579-91); e Zaki Akel Sobrinho (359.063.759-53)

4. Unidade: Universidade Federal do Paraná

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Tiago Alves da Mota (39.226/OAB-PR), representando Carlos Augusto Moreira Junior, Márcia Helena Mendonça e Zaki Akel Sobrinho

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Augusto Moreira Junior, Zaki Akel Sobrinho e Márcia Helena Mendonça contra o Acórdão 18.320/2021-1ª Câmara, que negou provimento a pedido de reexame por eles opostos contra o Acórdão 14.053/2020-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente e conferir-lhes efeitos infringentes de forma a reduzir o valor da multa aplicada pelo subitem 9.1 do Acórdão 14.053/2020-1ª Câmara para R$ 15.000,00, mantendo-se inalterados os demais dispositivos;

9.2. encaminhar cópia desta decisão aos embargantes e à Universidade Federal do Paraná, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1009-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1010/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.526/2021-7

2. Grupo II - Classe de Assunto IV - Admissão

3. Interessada: Paola Maria Meienberg Zebral (716.616.971-00)

4. Unidade: Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam do ato de admissão de Paola Maria Meienberg Zebral, submetido pela Caixa Econômica Federal à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão desta 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Paola Maria Meienberg Zebral;

9.2. arquivar este processo.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1010-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1011/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.026/2021-8

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Pedro Ivo de Campos Faria (295.487.801-00)

4. Unidade: Ministério do Turismo

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em nome de Pedro Ivo de Campos Faria, ex-prefeito de Formosa/GO, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio 788/2009, que tinha por objeto incentivar o turismo por meio de apoio à realização da "59ª Exposição Agropecuária de Formosa".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel o responsável Pedro Ivo de Campos Faria;

9.2. julgar irregulares as contas de Pedro Ivo de Campos Faria, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor e abatido o crédito indicado;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
29/12/2009	42.706,44	Crédito
20/10/2009	91.990,00	Débito
20/10/2009	108.010,00	Débito

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação ao Ministério do Turismo, ao responsável e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, com a informação de que o Relatório e o Voto que a fundamentam estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1011-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1012/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.896/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Renan Germano Costa (152.335.614-68).

3.2. Recorrente: Renan Germano Costa (152.335.614-68).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Jefferson Jose Arruda de Lima (18.270/OAB-PB) e Mariani do Amaral Maciel Arruda (26.356/OAB-PB), representando Renan Germano Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra os termos do Acórdão 11.465/2019-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria do recorrente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, e no entendimento firmando pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553/RS, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento parcial;

9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1, 9.2, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.5 do Acórdão 11.465/2019-1ª Câmara;

9.3. determinar à Universidade Federal de Alagoas que transforme a rubrica paga ao sr. Renan Germano Costa, a título de decisão judicial, em vantagem pessoal sujeita a futura absorção em razão dos reajustes eventualmente concedidos à carreira à qual está vinculado o interessado, nos termos do art. 103 do Decreto-Lei 200/1967;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que monitore o cumprimento desta deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1012-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1013/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.180/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Alcione Andrade Tocantins (395.282.272-87).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional Eleitoral do Pará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria à sra. Alcione Andrade Tocantins e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, nos termos do enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade omissa:

9.3.1. dê ciência à sra. Alcione Andrade Tocantins do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado no prazo de quinze dias, a contar da notificação recebida pelo órgão;

9.3.3. transforme o valor do "quinto" pago de forma irregular em parcela compensatória, a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE, salvo se demonstrado que tal pagamento decorre de decisão judicial transitada em julgado.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1013-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1014/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.567/2010-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Erick Espindola (089.781.917-97); Maria das Gracas Rocha Espindola (730.697.447-53).

3.2. Denise Pires de Carvalho (Reitora)

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria, em fase de monitoramento,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, na Lei 8443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, e no Regimento Interno deste Tribunal, art. 243, em:

9.1. considerar parcialmente cumprido o item 9.3 do Acórdão 9.033/2017-1ª Câmara;

9.2. fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que a entidade cadastre no sistema e-Pessoal novo ato de pensão civil em substituição àquele considerado ilegal pelo Acórdão 9.033/2017-1ª Câmara, o qual mencionava a rubrica URP de 26,05%.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1014-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1015/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 040.206/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Mara Rubia Machado Viana Gomes (442.033.144-53)

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de alteração de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, em favor da Sra. Mara Rubia Machado Viana Gomes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Mara Rubia Machado Viana Gomes (442.033.144-53), recusando seu registro;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que dê ciência desta deliberação à interessada;

9.3. esclarecer à unidade de origem que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, os "quintos" ou "décimos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez amparados por decisão judicial transitada em julgado, poderão subsistir, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1015-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1016/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.597/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Damião Melo dos Anjos (153.869.104-34).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Ministério da Saúde, em favor do Sr. Damião Melo dos Anjos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Damião Melo dos Anjos (153.869.104-34), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1016-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1017/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.589/2021-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rubem Ferreira da Silva (107.194.232-87)

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Ministério da Saúde, em favor do Sr. Rubem Ferreira da Silva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Rubem Ferreira da Silva (107.194.232-87), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1017-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1018/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.969/2021-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Jomar Farias de Miranda (054.411.027-72)

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de reforma emitido, no âmbito do Comando do Exército, em favor do Sr. Jomar Farias de Miranda,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de reforma do Sr. Jomar Farias de Miranda (054.411.027-72), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1018-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1019/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 016.158/2021-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Julio Cezar Fernandes Marques (338.886.397-00).

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito da Câmara dos Deputados, em favor do Sr. Julio Cezar Fernandes Marques,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Julio Cezar Fernandes Marques (338.886.397-00), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. adote as providências pertinentes no sentido de corrigir os "quintos" incorporados à remuneração do interessado, excluindo reajustes que não decorram de revisão geral de remuneração do funcionalismo federal, desde a edição da Lei 9.527/1997, para as parcelas até então incorporadas e convertidas em VPNI;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1019-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1020/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.454/2018-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Geraldo Bentes (021.172.402-59); José Ribamar da Silva (206.791.064-72); Manoelina Pereira Medrado (813.428.531-72); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Imaculada - PB.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em razão da impugnação total de despesas do Convênio 704032/2009 (Siafi 704032; peça 4), celebrado, em 10/7/2009, com o Município de Imaculada/PB, tendo por objeto o evento "São João Fora de Época", previsto para os dias 11 e 12 de julho de 2009 (peça 2),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares, nos termos do arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, as contas do Sr. Mário Augusto Lopes Moysés (CPF 953.055.648-91), da Sra. Manoelina Pereira Medrado (CPF 813.428.531-72), da Sra. Marta Feitosa Lima Rodrigues (CPF 232.407.093-68) e do Sr. Geraldo Bentes (CPF 021.172.402-59), dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. José Ribamar da Silva (CPF 206.791.064-72), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Valor original do débito (R$)	Data da ocorrência	Tipo
300.000,00	10/9/2009	Débito
69,78	19/2/2010	Crédito

9.3. aplicar ao Sr. José Ribamar da Silva (CPF 206.791.064-72), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizada monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.7. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1020-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1021/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 044.110/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria de Fátima Camargo (112.710.781-04).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Maria de Fátima Camargo, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. corrija o valor das parcelas associadas à incorporação de funções comissionadas nos rendimentos da interessada, expurgando os reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados à Lei 13.302/2016;

9.3.3. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Maria de Fátima Camargo teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1021-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1022/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.195/2015-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração)

3. Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80) e Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20)

4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT)

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade técnica: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 8.674/2021-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos do acórdão recorrido; e

9.3. dar ciência aos recorrentes.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1022-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1023/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 038.472/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Raimundo Vieira de Brito (340.928.203-30).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piracuruca - PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor do sr. Raimundo Vieira de Brito (CPF: 340.928.203-30), ex-prefeito do município de Piracuruca - PI, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), no exercício de 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Raimundo Vieira de Brito (CPF: 340.928.203-30), para todos os efeitos, dando-se continuidade ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Raimundo Vieira de Brito (CPF: 340.928.203-30), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Raimundo Vieira de Brito (CPF: 340.928.203-30):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/9/2012	22.000,00
11/10/2012	22.000,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 25/6/2021: R$ 75.545,87.

9.3. aplicar ao responsável Raimundo Vieira de Brito (CPF: 340.928.203-30), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. esclarecer ao responsável Raimundo Vieira de Brito (CPF: 340.928.203-30) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1023-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1024/2022 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 000.203/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Comando da 3ª Região Militar (09.553.075/0001-74).

3.2. Responsável: Aurora Porciuncula Pena (382.028.320-04).

4. Órgão/Entidade: Comando da 3ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 3ª Região Militar - Cmdo 3ª RM em desfavor de Aurora Porciúncula Pena, em razão de saques indevidos de dinheiro proveniente do recebimento de pensão especial das Forças Armadas, após o óbito do beneficiário, no período de 2/5/2008 a 2/8/2012, apurados no âmbito de Ação Penal Militar (Procedimento Ordinário 0000112-18.2016.7.03.0103), com sentença de condenação pela prática de crime de apropriação de coisa havida por erro, tipificado no art. 249 do Código Penal Militar, transitada em julgado em 15/6/2019,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Aurora Porciúncula Pena, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da responsável Aurora Porciúncula Pena (CPF: 382.028.320-04), condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados à responsável Aurora Porciúncula Pena (CPF: 382.028.320-04):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/5/2008	4.109,90
2/6/2008	1.331,25
2/7/2008	1.821,76
2/8/2008	1.273,41
2/9/2008	1.273,41
2/10/2008	1.273,41
2/11/2008	1.334,46
2/12/2008	2.061,67
2/1/2009	1.334,46
2/2/2009	1.334,46
2/3/2009	1.334,46
2/4/2009	1.334,46
2/5/2009	1.334,46
2/6/2009	1.334,46
2/7/2009	2.001,69
2/8/2009	1.479,05
2/9/2009	1.479,05
2/10/2009	1.479,05
2/11/2009	1.479,05
2/12/2009	2.290,87
2/1/2010	1.479,05
2/2/2010	1.479,05
2/3/2010	1.479,05
2/4/2010	1.479,05
2/5/2010	1.479,05
2/6/2010	1.479,05
2/7/2010	2.218,57
2/8/2010	1.638,63
2/9/2010	1.638,63
2/10/2010	1.638,63
2/11/2010	1.638,63
2/12/2010	2.537,74
2/1/2011	1.638,63
2/2/2011	1.638,63
2/3/2011	1.638,63
2/4/2011	1.638,63
2/5/2011	1.638,63
2/6/2011	1.638,63
2/7/2011	2.457,94
2/8/2011	1.638,63
2/9/2011	1.638,63
2/10/2011	1.638,63
2/11/2011	1.638,63
2/12/2011	2.457,95
2/1/2012	1.638,63
2/2/2012	1.638,63
2/3/2012	1.638,08
2/4/2012	1.638,08
2/5/2012	1.637,65
2/6/2012	1.637,65
2/7/2012	2.456,96
2/8/2012	1.637,65

9.3. aplicar à responsável Aurora Porciúncula Pena (CPF: 382.028.320-04) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Comando da 3ª Região Militar e à responsável, para ciência.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1024-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1025/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.878/2021-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Patricia Junqueira de Alencastro Barra (380.105.261-34).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Patricia Junqueira de Alencastro Barra, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. corrija o valor das parcelas associadas à incorporação de funções comissionadas nos rendimentos da interessada, expurgando os reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados à Lei 13.302/2016;
9.3.3. promova, na sequência, o destaque da parcela excedente de 4/10 de FC-7, vinculada ao exercício da função comissionada posteriormente a 8/4/1998, e transforme-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.3.4. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Patricia Junqueira de Alencastro Barra teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1025-04/22-1.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1026/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.840/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Sonia Maria de Almeida Fenyes (333.327.031-53).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Sonia Maria de Almeida Fenyes, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em particular as parcelas referentes aos 2/10 de FC-6 incorporados em desacordo com a disciplina estabelecida no então vigente art. 3º da Lei 8.911/1994, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. corrija o valor das parcelas remanescentes associadas à incorporação de funções comissionadas nos rendimentos da interessada, expurgando os reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados à Lei 13.302/2016;
9.3.3. promova, na sequência, o destaque das parcelas excedentes de 2/10 de FC-6 e 2/10 de FC-4, vinculadas ao exercício das funções comissionadas posteriormente a 8/4/1998, e transforme-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.3.4. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Sonia Maria de Almeida Fenyes teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1026-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1027/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.647/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Eudes Gomes de Oliveira (009.766.361-15).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Câmara dos Deputados,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de interesse do sr. Eudes Gomes de Oliveira, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. corrija o valor das parcelas de "quintos" atribuídos ao sr. Eudes Gomes de Oliveira, expurgando os reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados à Lei 13.323/2016;
9.3.2. edite, na sequência, novo ato de alteração da aposentadoria do inativo, para exclusão da vantagem do art. 190 da Lei 8.112/1990;
9.3.3. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Eudes Gomes de Oliveira teve ciência desta deliberação.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1027-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1028/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.632/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Silvana Maria Mendes Martins (223.702.261-53).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Câmara dos Deputados,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Silvana Maria Mendes Martins, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. corrija o valor das parcelas de "quintos" atribuídos à sra. Silvana Maria Mendes Martins, expurgando os reajustes indevidamente promovidos após a edição da Lei 10.697/2003, a exemplo daqueles associados à Lei 13.323/2016;
9.3.3. transforme, em seguida, a fração equivalente a 3/5 de FC-4, decorrente do exercício da função comissionada posteriormente a 8/4/1998, em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.3.4. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Silvana Maria Mendes Martins teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1028-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1029/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.222/2010-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (monitoramento)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Abadia Rosa de Fátima Corrêa Pereira (301.570.216-53); Albino Vercosa de Magalhaes (000.911.543-91); Antônio Luis Pereira (098.657.991-20); Benedito Antonio de Loiola (098.261.221-49); Carlos Fernando Mathias de Souza (000.276.421-00); Celia Regina Silva (099.154.781-00); Elias Romao de Lima (059.928.341-68); Elizabetha Sangirardi Canielo Scodeler (151.808.591-15); Erasto Fortes Mendonça (113.409.757-34); Euripedes Gomes Batista (084.477.211-91); Euripedes da Cunha Dias (042.230.471-91); Francisca Francima Camilo (143.961.141-68); Francisca Pereira da Rocha (221.131.181-49); Francisco Antônio de Oliveira (101.916.151-53); Geraldina Alves Moreira (116.545.971-04); Gilson Leite Correa Lima (211.698.103-49); Glaucia Cardoso Almeida (785.636.587-00); Joaquim de Souza Rocha (073.213.921-04); Jorge da Silva (097.743.431-15); Jose Basilio Neto (101.625.341-91); José Osmar Rodrigues Mendes (120.698.681-68); José Valdo Abreu Gonçalves (068.114.001-10); João Antônio de Lima Esteves (057.031.401-10); Lelia Maria Ferreira da Silva (182.291.581-34); Lourenco Fraguas (577.089.758-91); Lucia Alcantara de Araujo (339.788.591-49); Lucia Maria dos Santos Busatto (120.648.661-91); Lucilia Domingues Casulari da Motta (209.628.276-49); Luis Alberto Warat (270.856.190-15); Luiz Bertoldo de Amorim (184.121.491-49); Maria Cecilia de Carvalho (184.621.971-04); Maria Celia Macedo (120.474.221-91); Maria Elza da Costa Duarte (151.127.301-10); Maria Francinete da Silva (099.153.461-15); Maria Goreti da Silva Monteiro (144.024.751-04); Maria Justa de Castro (145.851.541-91); Maria Rosa Abreu de Magalhaes (275.909.841-91); Maria da Gloria Miotto Wright (223.519.731-00); Maria de Fatima Jacobino (179.670.901-87); Mario Roberto Bonomo (309.509.297-00).
3.2. Responsáveis: Gilca Ribeiro Starling Diniz (713.592.226-34); Maria Ângela Guimarães Feitosa, (531.744.108-00).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Fundação Universidade de Brasília, objeto, anteriormente, dos Acórdãos 5.270/2010-1ª Câmara e 5.598/2015-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar prejudicada a audiência da sra. Gilca Ribeiro Starling Diniz;
9.2. aplicar à sra. Maria Ângela Guimarães Feitosa, em face do descumprimento do item 1.7.1 e subitens do Acórdão 5.598/2015-1ª Câmara, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);
9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;
9.4. determinar à Fundação Universidade de Brasília que promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado da multa estipulada no subitem 9.2 deste Acórdão sobre os vencimentos da responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da multa referida no subitem 9.2, caso não recolhida tempestivamente pela responsável e inviabilizado o desconto em folha da dívida;
9.6. determinar, ainda, à Fundação Universidade de Brasília que:
9.6.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento destacado da parcela alusiva ao índice de 28,86% (Lei 8.622/1993) ao sr. JOSÉ OSMAR RODRIGUES MENDES e à sra. MARIA GORETI DA SILVA MONTEIRO, haja vista já integrada aos proventos ordinários dos interessados por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso dos respectivos provimentos judiciais;
9.6.2. quantifique os valores pagos aos inativos mencionados no subitem precedente a título de diferença de 28,86%, desde sua notificação do Acórdão 5.598/2015-1ª Câmara, e promova, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a correspondente reposição ao Erário.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1029-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1030/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.851/2018-4.
2. Grupo: I - Classe: III - Assunto: Monitoramento.
3. Responsáveis: Walter da Silva Jorge João (CPF: 028.909.682-00).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento autuado para verificar o cumprimento, pelo Conselho Federal de Farmácia - CFF, do item 1.7.1 do Acórdão 1.927/2016-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar não atendida a determinação contida item 1.7.1 do Acórdão 1.927/2016-Primeira Câmara e aplicar ao responsável, Sr. Walter da Silva Jorge João (CPF: 028.909.682-00), na qualidade de Diretor Presidente do Conselho Federal de Farmácia - CFF, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.3. reiterar a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 1.927/2016-Primeira Câmara, concedendo prazo de 30 dias para que as tomadas de contas especiais sejam encaminhadas concluídas a este Tribunal; e
9.4. alertar o responsável de que novo descumprimento da referida determinação, sem causas justificadas, poderá ensejar nova aplicação da multa, em valores mais elevados, e, cumulativamente, determinação cautelar de afastamento temporário do responsável de suas funções, conforme previsão do art. 44 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1030-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1031/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 018.033/2018-0.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Márcio Leandro Antezana Rodrigues, ex-Prefeito (CPF 691.253.093-15).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representações legais: Sâmara Santos Noleto (12.996/OAB-MA), representando Márcio Leandro Antezana Rodrigues; Carlos Sérgio de Carvalho Barros (4.947/OAB-MA), Brenno Silva Gomes Pereira (20.036/OAB-MA) e outros, representando Veronildo Tavares dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Márcio Leandro Antezana Rodrigues contra o Acórdão 8705/2021-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito solidariamente com outros responsáveis e aplicou-lhe multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Márcio Leandro Antezana Rodrigues, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se o Acórdão 8705/2021-1ª Câmara em seus exatos termos; e
9.2. dar ciência deste Acórdão ao embargante.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1031-04/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1032/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.985/2020-6.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30); Iracy Mendonça Weba (351.514.123-53).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Maranhão/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representações legais: Enéas Garcia Fernandes Neto (6.756/OAB-MA), Conrado Jerônimo Leite Filho (6.355/OAB-MA) e outros, representando Iracy Mendonça Weba.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Delmar Barros da Silveira Sobrinho e de Iracy Mendonça Weba, Prefeitos de Nova Olinda do Maranhão/MA nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, respectivamente, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município por força do Programa de Educação Infantil - Apoio Suplementar, do Ministério da Educação, no exercício de 2014,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas por Iracy Mendonça Weba;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Iracy Mendonça Weba, com base no art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;
9.3. considerar revel Delmar Barros da Silveira Sobrinho, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.4. julgar irregulares as contas de Delmar Barros da Silveira Sobrinho, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento da quantia de R$ 467.703,25 (quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e três reais e vinte e cinco centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 3/6/2014 até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. aplicar a Delmar Barros da Silveira Sobrinho, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, a multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.7. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1032-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1033/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.833/2019-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Regional (03.353.358/0001-96).

3.2. Responsável: Carlos Gonçalves de Sousa Neto (405.164.402-25).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uarini/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em desfavor de Carlos Gonçalves de Sousa Neto e Antônio Waldetrudes Uchoa de Brito, Prefeitos de Uarini/AM nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, respectivamente, em face da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso 58/2015, Siafi 683957, firmado entre o Ministério da Integração Nacional (extinto) e o Município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Carlos Gonçalves de Sousa Neto, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Gonçalves de Sousa Neto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma lei, ao pagamento da quantia a seguir discriminada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito
532.579,00	30/7/2015	D
2.194,92	29/11/2016	C

9.3. aplicar a Carlos Gonçalves de Sousa Neto, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.5. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para o ajuizamento das ações que considerar cabíveis;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Regional, e ao responsável.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1033-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1034/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.950/2021-2.

2. Grupo I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Francisco Jozivaldo da Silva, CPF 211.370.213-49.

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (Ato nº 60702/2020), relativo à concessão inicial da aposentadoria de Francisco Jozivaldo da Silva, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Francisco Jozivaldo da Silva no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1034-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1035/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.275/2021-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Márcia Maria Lima Machado Mayan (CPF 121.049.905-30).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de alteração de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Márcia Maria Lima Machado Mayan, constante da peça 3 (Ato nº 81702/2019), nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Márcia Maria Lima Machado Mayan no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1035-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1036/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.158/2021-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Clea Borba Brasil, CPF 373.325.031-15.

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (Ato nº 56513/2019), relativo à concessão inicial da aposentadoria de Clea Borba Brasil, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Clea Borba Brasil no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1036-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1037/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.280/2021-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Nelma Lacerda Wanderlei, CPF 214.130.101-72.

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Ato de Aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (Ato nº 98816/2018), relativo à concessão inicial da aposentadoria de Nelma Lacerda Wanderlei, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Nelma Lacerda Wanderlei no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1037-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1038/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.721/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Manoel de Souza (011.106.165-20); Monteiro e Monteiro Advogados Associados (35.542.612/0001-90).

4. Órgão/Entidade: Município de Campo do Brito/SE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Bruno Romero Pedrosa Monteiro (11338/OAB-PE), representando Monteiro e Monteiro Advogados Associados.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão do pagamento de honorários advocatícios contratuais por parte do Município de Campo do Brito/SE com a utilização irregular de recursos derivados do sucesso de ação judicial na qual se discutiu a insuficiência da complementação da União, de que trata o art. 6º da Lei 9.424/1996, ao então Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar os autos em relação exclusivamente a Manoel de Souza (CPF 011.106.165-20), por ausência dos pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Monteiro e Monteiro Advogados Associados (CNPJ 35.542.612/0001-90) e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Município de Campo do Brito/SE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
44.784,31	1/12/2016

9.3. aplicar a Monteiro e Monteiro Advogados Associados (CNPJ 35.542.612/0001-90), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 5.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor.

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Município de Campo do Brito/SE, ao Tribunal de Contas do Estado do Sergipe, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1038-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1039/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.956/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adalberto Teixeira Filho (152.178.924-04); Monteiro e Monteiro Advogados Associados (35.542.612/0001-90).

4. Órgão/Entidade: Município de Jupi/PE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Bruno Romero Pedrosa Monteiro (11338/OAB-PE), representando Monteiro e Monteiro Advogados Associados.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão do pagamento de honorários advocatícios contratuais por parte do Município de Jupi/PE com a utilização irregular de recursos derivados do sucesso de ação judicial na qual se discutiu a insuficiência da complementação da União, de que trata o art. 6º da Lei 9.424/1996, ao então Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar os autos em relação exclusivamente a Adalberto Teixeira Filho (CPF 152.178.924-04, ex-prefeito do Município de Jupi/PE), por ausência dos pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Monteiro e Monteiro Advogados Associados (CNPJ 35.542.612/0001-90) e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Município de Jupi/PE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
2.491.096,84	23/3/2016

9.3. aplicar a Monteiro e Monteiro Advogados Associados (CNPJ 35.542.612/0001-90) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 150.000,00, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao cofre do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor.

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Município de Jupi/PE, ao Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1039-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1040/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.742/2021-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Quality Flux Automação e Sistemas Ltda (03.219.200/0001-28).

4. Órgão/Entidade: Município de Rio Verde - GO.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Weslley Santos Ferreira (27.873/OAB-GO), representando Prefeitura Municipal de Rio Verde - GO; Carlos Eduardo Cavalheiro (48483/OAB-PR), representando Quality Flux Automação e Sistemas Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 63/2020, conduzido pelo Município de Rio Verde (GO),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência desta deliberação à representante, ao Município de Rio Verde e à empresa Quality Flux.

10. Ata n° 4/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 22/2/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1040-04/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 1041/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Deise Scoralick Sirimarco, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Deise Scoralick Sirimarco e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-022.274/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Deise Scoralick Sirimarco (204.490.202-82).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 1042/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Claudio Bittencourt de Pinho, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Raimundo Carreiro), 13.962/2020-TCU-2ª Câmara (relatora: E. Ministra Ana Arraes), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 6.377/2020-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Claudio Bittencourt de Pinho e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-022.276/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudio Bittencourt de Pinho (700.746.747-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 1043/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 1.541/2018-TCU-Primeira Câmara que, ao analisar atos de admissão, determinou à unidade jurisdicionada que comprovasse a natureza do cargo estadual ocupado pela servidora Adriana dos Santos Barreto, com vistas a coibir possível acumulação ilegal de cargos.

Considerando que a documentação encaminhada comprova o vínculo estadual da servidora no cargo de professora junto à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, garantindo o cumprimento integral do referido acórdão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 143, inciso III, 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em dar ciência deste acórdão à interessada e encerrar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.644/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Dorneles Carpes (670.610.520-15); Adriana Eihkoff de Oliveira (577.851.800-59); Adriana Favero de Lima (820.027.461-68); Adriana Fernanda dos Santos Pereira (037.373.474-33); Adriana Franco Rechico (938.104.150-49); Adriana Gaspar Vilaca (039.357.944-10); Adriana Gomes Ferreira (052.464.797-65); Adriana Goncalves de Barros (068.669.294-23); Adriana dos Santos Barreto (796.907.775-72); Adriana dos Santos Costa (562.783.815-91).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1044/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "d" do Regimento Interno do TCU, em determinar o apostilamento do Acórdão 502/2020-1ª Câmara, sessão de 28/1/2020, Ata 1/2020, para corrigir erros materiais a seguir transcritos, conforme os pareceres precedentes, mantendo-se inalterados os seus demais termos:

Onde se lê: "9.4. julgar irregulares as contas da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, de José Sobrinho Barros e de Joze Tomás do Nascimento, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "c, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, em regime de solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, (...).

Leia-se: "9.4. julgar irregulares as contas da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, de José Sobrinho Barros e de Joze Tomás do Nascimento, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "c, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, em regime de solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (...).

1. Processo TC-005.911/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Federacao das Associacoes Comerciais e Industriais do D (38.050.233/0001-71); Jose Sobrinho Barros (093.254.841-53); Joze Tomas do Nascimento (017.476.223-20).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: Francisco Bezerra Marrocos (2469/OAB-DF), Alexandre Garcia da Costa Jose Jorge (14.428/OAB-DF), Alexandre Machado (26279/OAB-DF), Luiz Carlos de Souza (20.632/OAB-DF) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1045/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que estes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em desfavor de José Yvan Pereira Leite (CPF 294.553.674-91), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no Exterior BEX 3055/92-13;

Considerando que a bolsa foi concedida no período de 26/9/1992 a 30/9/1993, com prazo para apresentação da prestação de contas, após negociações, findado em 26/7/2007;

Considerando que o responsável faleceu em 10/6/2019, antes do envio da TCE a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts.143, inciso I, "a"; 169, inciso VI; e 212 do RI/TCU e arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.116/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jose Yvan Pereira Leite (294.553.674-91).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1046/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o Município de Belém/PA recolheu, ao Fundo Nacional de Saúde/MS, a dívida fixada no Acórdão 6.080/2016-TCU-1ª Câmara, de relatoria do Min. Marcos Benquerer Costa, cujo parcelamento foi autorizado pelo Acórdão 6.917/2016-TCU-1ª Câmara, de relatoria do Min. Walton Alencar Rodrigues;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares com ressalva as contas do Município de Belém/PA, dando-lhe quitação, e arquivar o processo.

1. Processo TC-044.884/2012-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Duciomar Gomes da Costa (248.654.272-87); Edmilson Brito Rodrigues (090.068.262-00); Município de Belém - PA (05.055.009/0001-13).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Belém - PA.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (14265/OAB-PE), representando Duciomar Gomes da Costa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1047/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, no exame de admissibilidade da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE), foi afastado o débito que ensejou as presentes contas especiais, sem que tenha ocorrido a citação do responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 212 do Regimento Interno do TCU, arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, diante da ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, dando ciência deste Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

1. Processo TC-045.738/2020-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jose Antônio Nogueira de Sousa (324.570.492-53); Prefeitura Municipal de Santana - AP (23.066.640/0001-08).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Esporte.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1048/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência ao representante e aos demais interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.638/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Associacao Antonio Vieira (92.959.006/0019-38).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: Aline Silva Cantao Dias e Daniel de Jesus Cordeiro, representando Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Nereu Fank, Fernando Guidini, Thayani Kresko Santos (72.040/OAB-PR), Alexandre de Salles Goncalves (31.585/OAB-PR) e Manoel Henrique Bueno Weidlich, representando Associacao Antonio Vieira; Marcos Alexandre Masera (30.053/OAB-RS), representando Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre; Gleice Vadala Maceno (443.810/OAB-SP), representando Sociedade de Educacao Ritter dos Reis Ltda.; Marçal Justen Filho (7.468/OAB-PR), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Fundação Cesgranrio; Aline Silva Cantao Dias e Daniel de Jesus Cordeiro, representando Administradora Educacional Novo Ateneu S/s Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1049/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pelos Deputados Estaduais do Paraná Arilson Maroldi Chiorato e Luiz Claudio Romanelli, com pedido de medida cautelar, tendo em vista o envio ao TCU, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dos documentos relativos ao projeto de desestatização das Rodovias Integradas do Paraná (PR Vias) "sem a realização efetiva nem a conclusão da fase de consulta à população".

Considerando que a peça inaugural preenche os requisitos de admissibilidade para a espécie representação, estabelecidas no artigo 235 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que os representantes requerem a suspensão cautelar da tramitação do TC 042.775/2021-3 até que a ANTT realize nova audiência pública, com submissão do Programa de Exploração de Rodovias (PER) e das minutas de Edital e Contrato alterados à sociedade;

Considerando, que as supostas irregularidades, entre elas a avaliação da legalidade e regularidade das alterações dos projetos de concessão promovidas após realização de audiência pública, fazem parte do escopo da análise a ser realizada, pelo TCU, no TC 042.775/2021-3;

Considerando que não restou configurado o requisito do periculum in mora, tendo em vista que o Tribunal solicitou à ANTT o envio de documentos faltantes e o prazo para análise do referido processo, pelo TCU, somente se iniciará após remetida toda a documentação exigida pela Instrução Normativa TCU 81/2018;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, 237 do Regimento Interno do TCU e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, apensar os presentes autos ao TC 042.775/2021-0 e dar ciência da deliberação e da instrução da unidade técnica (peça 4) aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.667/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1050/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o Acórdão 11071/2021-Primeira Câmara deixou consignado em ata da sessão que a Secretaria de Controle Externo da Educação verificasse a situação da prestação de contas do Contrato 9/2012 celebrado entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), para implementação do projeto "PDI 19032 - Criação do Centro de Transferência e Inovação Tecnológica da UFMG";

Considerando que a unidade técnica diligenciou a UFMG e verificou a regular prestação de contas do Contrato e o atingimento dos objetivos do projeto;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, em considerar atendida a orientação constante do Acórdão 11071/2021-Primeira Câmara e arquivar os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.463/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Universidade Federal de Minas Gerais (17.217.985/0001-04).

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo do Tcu/mg (00.414.607/0010-09).

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1051/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, nos termos da instrução da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), não foram identificados indícios concernentes à irregularidade apontada pela empresa AJS Limpeza e Conservação Eireli;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os art. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, dando ciência deste acórdão à interessada e ao Conselho Regional de Psicologia 5ª Região.

1. Processo TC-041.440/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região (RJ).

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Beatriz da Silva Cruz, representando AJS Limpeza e Conservação Eireli.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1052/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 146, §§ 1º e 2º, 235, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, julgá-la parcialmente procedente, considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, por perda de objeto, indeferir o pedido de ingresso da representante como parte, expedir ciência ao Município de Cristinápolis/SE nos termos do subitem 1.6 deste acórdão, dar conhecimento desta decisão ao representante e arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.552/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cristinápolis - SE.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Emanuel Dantas de Andrade Lima (4729/OAB-SE), representando Município de Cristinápolis - SE.

1.6. dar ciência ao Município de Cristinápolis/SE, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, acerca das seguintes impropriedades e/ou falhas identificadas nas Dispensas 27/2020 e 30/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.6.1. ausência de justificativa, nos processos administrativos das contratações, acerca da inviabilidade de utilização dos demais parâmetros previstos no art. 4º-E, § 1º, VI, da Lei 13.979/2020 (Lei do Covid), além da pesquisa junto a potenciais fornecedores, na realização de estimativa de preços, em afronta à jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 7.252/2020-TCU-2ª Câmara, Relatora da Ministra Ana Arraes, Acórdão 2.149/2014- 1ª Câmara, Relator Min. Walton Alencar Rodrigues, Acórdão 3.452/2011-2ª Câmara, Relator Min. Augusto Nardes, Acórdão 299/2011-TCU-Plenário, Relator Min. José Múcio Monteiro;

1.6.2. especificação insuficiente do objeto a ser contratado, em afronta aos princípios da transparência, competitividade e da isonomia entre os licitantes, bem como em desacordo com o disposto nos incisos I e IV, § 1º, art. 4º-E, da Lei 13.979/2020;

1.6.3. falta de clareza na pesquisa de preços, com ausência de elementos básicos como nome e CNPJ ou CPF dos potenciais fornecedores, e qualificação das pessoas que assinam como responsáveis pelos orçamentos, descumprindo os princípios da transparência e do controle da despesa pública;

1.6.4. ausência de comprovantes da prestação efetiva do serviço na liquidação da despesa, em afronta ao art. 63, § 2º, III, da Lei 4.320/1964; e

1.6.5. apresentação extemporânea de documentação relativa à regularidade fiscal da contratada na Dispensa 27/2020, em afronta ao art. 4º-F da Lei 13.979/2020.

ACÓRDÃO Nº 1053/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de solicitação formulada por Debora Queiroz Afonso, Corregedora-Geral da União Substituta, datada de 28/1/2022, referente ao Processo 00190.110000/2021-60.

Considerando que a solicitante requer informações sobre processos instaurados com a finalidade de apurar suposto assédio moral sofrido por servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em relação a procedimentos vinculados ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021;

Considerando que, por dever de ofício, a Corregedoria-Geral da União (CGU) está tratando de mesmo objeto de processo em tramitação neste Tribunal, o que evidencia a legitimidade da solicitante para requerer informações ou cópia de peças processuais, nos termos do art. 62 da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que os TC 043.073/2021-2, 043.323/2021-9, 045.050/2021-0 e 045.649/2021-9, todos de minha relatoria, estão relacionados ao objeto da solicitação;

Considerando que a solicitante requereu o compartilhamento das informações à CGU por intermédio do Sr. Alexandre Penido Duque Estrada, Coordenador Geral de Informação Correcional;

Considerando que a denúncia constante do TC 043.323/2021-9 deve ser classificada como sigilosa até a decisão definitiva sobre a matéria,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, conforme os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143 e 169, V, do Regimento Interno do TCU, c/c arts. 61, 62, 104, § 1º, e 108 da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da presente solicitação, conceder permissão para acesso remoto a Alexandre Penido Duque Estrada, Coordenador Geral de Informação Correcional da Controladoria-Geral da União, aos processos TC 043.073/2021-2, TC 045.050/2021-0, TC 045.649/2021-9 e TC 043.323/2021-9, com exceção das peças 1, 2, 3, 4, 11, 12 e 16 deste último, dar ciência deste acórdão à solicitante, encerrar a presente solicitação, sem prejuízo de apresentar a medida descrita no item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-001.103/2022-9 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Medida: alertar à solicitante que o direito de acesso por terceiros às informações, ora prestadas, somente será assegurado após deliberação deste Tribunal, com fundamento no art. 7º, §3º, da Lei 12.527/2011.

ACÓRDÃO Nº 1054/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde, em favor do ex-servidor Ridaildo Cruz de Franca.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ridaildo Cruz de Franca (029.591.098-48), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Ministério da Saúde, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-001.233/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ridaildo Cruz de Franca (029.591.098-48).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1055/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em favor de Hélio Heron da Silveira Alves.

Considerando que no ato em questão, a Sefip identificou o pagamento de parcela referente à hora extra concedida sob a égide do regime celetista, com fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que tal parcela, incompatível com o Regime Jurídico Único, decorre de decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível 5028186-72.2019.404.7100/RS que tramitou no Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

Considerando o teor do Enunciado 241, da Súmula de Jurisprudência do TCU, a seguir transcrito:

"As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei 8.112, de 11/12/90, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal."

Considerando que a decisão judicial mencionada não ampara a continuidade dos pagamentos da parcela decorrente da hora extra, já que a força do comando sentencial tem uma condição implícita, a da cláusula rebus sic stantibus, e significa que ela atua enquanto se mantiverem íntegras as situações de fato e de direito existentes quando da prolação da sentença;

Considerando que, alterada a situação de fato (muda o suporte fático, mantendo-se o estado da norma) ou de direito (muda o estado da norma, mantendo-se o estado de fato), ou dos dois, a sentença deixa de ter a força de lei entre as partes, que até então mantinha;

Considerando que, no caso concreto em análise, a decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível 5028186-72.2019.404.7100/RS, que tramitou no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, garantiu uma vantagem do regime celetista. Assim, a partir da alteração do regime jurídico da CLT para o dado pela Lei 8.112/1990, com o qual a referida vantagem não é compatível já que não há direito adquirido a regime jurídico, alterou-se o suporte fático e o estado da norma, restando alterado o silogismo original da sentença;

Considerando que tal entendimento já foi acolhido pelo STF no regime de repercussão geral no Recurso Extraordinário 596.663, cuja decisão restou assim ementada:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA AFIRMANDO DIREITO À DIFERENÇA DE PERCENTUAL REMUNERATÓRIO, INCLUSIVE PARA O FUTURO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO CONTINUADO. EFICÁCIA TEMPORAL. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. SUPERVENIENTE INCORPORAÇÃO DEFINITIVA NOS VENCIMENTOS POR FORÇA DE DISSÍDIO COLETIVO. EXAURIMENTO DA EFICÁCIA DA SENTENÇA.

1. A força vinculativa das sentenças sobre relações jurídicas de trato continuado atua rebus sic stantibus: sua eficácia permanece enquanto se mantiverem inalterados os pressupostos fáticos e jurídicos adotados para o juízo de certeza estabelecido pelo provimento sentencial. A superveniente alteração de qualquer desses pressupostos (a) determina a imediata cessação da eficácia executiva do julgado, independentemente de ação rescisória ou, salvo em estritas hipóteses previstas em lei, de ação revisional, razão pela qual (b) a matéria pode ser alegada como matéria de defesa em impugnação ou em embargos do executado.

Considerando que a supressão do pagamento destacado da parcela não caracteriza desrespeito à coisa julgada, mas, sim, mera equalização da remuneração em face de panorama jurídico posterior.

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 241, 276 e 279, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Hélio Heron da Silveira Alves (412.370.300-30), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-001.245/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hélio Heron da Silveira Alves (412.370.300-30).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial a parcela decorrente da Hora Extra, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1056/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral em favor de Audeires Ferreira Guedes.
Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;
Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 12/7/2010, proferida nos autos da Ação Ordinária 2005.34.00.0121112-9/DF, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília/DF e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/DF;
Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Audeires Ferreira Guedes (225.373.331-87), recusando o respectivo registro;
b) dar ciência desta deliberação ao Tribunal Superior Eleitoral;
c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-037.198/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Audeires Ferreira Guedes (225.373.331-87).
1.2. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Superior Eleitoral que, no prazo de quinze dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1057/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS em favor de Marilene Santos Sereno.
Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006);
Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;
Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:
é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria
Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;
Considerando que o ato em questão também contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;
Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (que tramitou na 7ª Vara Federal do DF), proposta pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;
Considerando que a interessada figura na lista de beneficiários da referida ação judicial;
Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinação ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da vantagem de quintos e nem tampouco a expedição de novo ato;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Marilene Santos Sereno (404.673.920-72), recusando o respectivo registro;
b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.
1. Processo TC-037.259/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marilene Santos Sereno (404.673.920-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1058/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS em favor de Maria Teresa Pereira Pontello.
Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;
Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 30/8/2010, proferida nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre (RS) e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe);
Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;
Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";
Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Teresa Pereira Pontello (514.148.210-34), recusando o respectivo registro;
b) dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS;
c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-040.171/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Teresa Pereira Pontello (514.148.210-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que, no prazo de quinze dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1059/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS em favor de Adelmar de Oliveira.
Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;
Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;
Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;
Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 30/8/2010, proferida nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre (RS) e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe);

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Adelmar de Oliveira (036.466.452-53), recusando o respectivo registro;

b) dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-040.181/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Adelmar de Oliveira (036.466.452-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que, no prazo de quinze dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 1060/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB em favor de Maria Irene Marques de Almeida Guerra.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 26/2/2009, proferida nos autos do Mandado de Segurança 0024.2005.000.13.00-1, que tramitou no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e que foi impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado da Paraíba - Sindjuf;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Irene Marques de Almeida Guerra (519.001.304-91), recusando o respectivo registro;

b) dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-041.011/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Irene Marques de Almeida Guerra (519.001.304-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que, no prazo de quinze dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1061/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Nacional do Índio, em favor da ex-servidora Lenilda Balbino Ferreira Moura.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico, no percentual de 84,32% (Plano Collor);

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Lenilda Balbino Ferreira Moura (605.534.054-20), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Nacional do Índio, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-041.145/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lenilda Balbino Ferreira Moura (605.534.054-20).

1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Nacional do Índio que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes da URP, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1062/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Aparecida Pires Ianson.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Aparecida Pires Ianson (069.141.888-82), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-043.670/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Aparecida Pires Ianson (069.141.888-82).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1063/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor de José Carlos Martins.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pelo interessado foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de José Carlos Martins (263.727.036-53), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-043.692/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Carlos Martins (263.727.036-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1064/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco em favor de Ana Cláudia de Andrade Lima Duarte.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 8/11/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2002.83.00.014405-5, que tramitou na 6ª Vara Federal de Recife/PE e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco - Sintrajuf;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas a alteração da referida vantagem e nem tampouco a expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ana Cláudia de Andrade Lima Duarte (284.811.194-15), recusando o respectivo registro;

b) dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-043.728/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Cláudia de Andrade Lima Duarte (284.811.194-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco que, no prazo de quinze dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1065/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA em favor de Aleide de Oliveira Soares Teixeira.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando que a interessada percebe adicional de tempo de serviço em percentual superior ao entendimento jurisprudencial do TCU, em face de ter computado tempo de serviço público não contínuo;

Considerando que, em sede de consulta, esta Corte de Contas decidiu, no âmbito do Acórdão 1.424/2020-TCU-Plenário, que:

9.1.1. em consonância com a jurisprudência dessa Corte de Contas, assentada desde o Acórdão 3055/2009-TCU-Plenário (relator: Ministro-substituto Weder de Oliveira) , o rompimento do vínculo jurídico do servidor com a Administração Pública Federal é obstáculo ao restabelecimento de vantagens da Lei 8.112/1990, independentemente do momento em que o servidor é investido novamente em outro cargo público federal, se antes ou depois da revogação da legislação que instituiu a vantagem anteriormente concedida;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Aleide de Oliveira Soares Teixeira (507.283.265-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-044.939/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Aleide de Oliveira Soares Teixeira (507.283.265-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. promova o recálculo do percentual atualmente pago a título de anuênios, considerando apenas os períodos em que não houve rompimento do vínculo jurídico da servidora com a Administração;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1066/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Alagoas, em favor da ex-servidora Ana Paula Reis Costa.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico, no percentual de 26,05% (URP);

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ana Paula Reis Costa (384.171.114-68), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal de Alagoas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-044.946/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Paula Reis Costa (384.171.114-68).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes da URP, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1067/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR em favor de Cláudia Mara Azedo Peixoto.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 1.438/2021-TCU-1ª Câmara, já havia apreciado pela ilegalidade o ato e-Pessoal 44.707/2020, emitido em favor da Sra. Cláudia Mara Azedo Peixoto, em razão da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 45.518/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 44.707/2020;

Considerando que o Acórdão 1.438/2021-TCU-1ª Câmara, a despeito de determinar o destaque da parcela de quintos incorporados entre 9/4/1998 e 4/9/2001, não determinou o cadastramento de novo ato;

Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 45.518/2021) emitido em favor de Cláudia Mara Azedo Peixoto (192.631.202-34), recusando o respectivo registro;

esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal.

1. Processo TC-044.993/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cláudia Mara Azedo Peixoto (192.631.202-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1068/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados em favor de Márcio Tostes.

Considerando que a concessão em epígrafe já foi apreciada pela ilegalidade, nos autos do TC 046.663/2020-7 (Acórdão 3.538/2021-TCU-1ª Câmara), em que se verificou como irregularidades a macular a concessão, a incorporação de quintos, com base em decisão administrativa da Câmara dos Deputados, pelo exercício de funções após 8/4/1998 bem como o reajuste irregular da parcela de quintos pelos percentuais dados pela Lei 13.323/2016;

Considerando que o interessado recorreu da decisão mencionada, exclusivamente no que diz respeito ao reajuste da parcela de quintos pelos percentuais previstos na Lei 13.323/2016;

Considerando que, no ato em apreço, a Câmara dos Deputados promoveu o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 49.362/2021) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 46.018/2020, já apreciado no TC 046.663/2020-7;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Márcio Tostes (154.065.471-00), recusando o respectivo registro sem, contudo, expedir determinações;

b) esclarecer à Câmara dos Deputados que não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, em relação à concessão emitida em favor do Sr. Márcio Tostes.

1. Processo TC-045.001/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Márcio Tostes (154.065.471-00).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1069/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Douglas Correia de Moraes.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Reclamação Trabalhista 0101078-36.2016.5.01.0224, que tramitou na 4ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu/RJ e cuja sentença determinou à Caixa Econômica Federal que procedesse à nomeação do interessado, que se submeteu ao certame público regido pelo Edital 001/2014-NM;

Considerando que a validade do certame regido pelo Edital 001/2014-NM expirou em 16/6/2016 e que a admissão do interessado ocorreu em 16/1/2018;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Reclamação Trabalhista 0101078-36.2016.5.01.0224 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Douglas Correia de Moraes (117.210.117-57), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-001.146/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Douglas Correia de Moraes (117.210.117-57).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Reclamação Trabalhista 0101078-36.2016.5.01.0224, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu/RJ, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que determinou a nomeação e posse do interessado no emprego público em questão;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 1070/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Alice Bastos Dutra.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Alice Bastos Dutra (002.535.081-18), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-039.907/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Alice Bastos Dutra (002.535.081-18).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1071/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Romilda Rodrigues Lima.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Romilda Rodrigues Lima (509.170.302-06), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-039.934/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Romilda Rodrigues Lima (509.170.302-06).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1072/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Gustavo Gomes.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Reclamação Trabalhista 0011002-25.2016.5.03.0057, que tramitou na 1ª Vara do Trabalho de Divinópolis/MG e determinou à Caixa Econômica Federal que procedesse à nomeação do interessado, que se submeteu ao certame público regido pelo Edital 001/2014-NM;

Considerando que a validade do certame regido pelo Edital 001/2014-NM expirou em 16/6/2016 e que a admissão do interessado ocorreu em 5/5/2017;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Reclamação Trabalhista 0011002-25.2016.5.03.0057 já transitou em julgado em 3/4/2017;

Considerando que o princípio da independência das instâncias possibilita que o TCU decida de forma autônoma sobre as questões que lhes são afetas, sem a necessária vinculação a eventuais manifestações judiciais;

Considerando que a decisão judicial assecuratória da contratação tida por irregular pelo TCU não lhe subtrai a competência constitucional de apreciar a legalidade do ato e nem vincula a decisão desta Corte de Contas no que concerne ao mérito do ato;

Considerando que, embora no caso concreto dos autos o TCU não possa expedir determinação à Caixa Econômica Federal, cabe a esta Corte de Contas, no âmbito de sua competência constitucional, pronunciar-se quanto ao mérito da admissão, de acordo com a jurisprudência prevalecente acerca do assunto em debate;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Entidade ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essa contratação;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Gustavo Gomes (079.796.016-37), negando o respectivo registro;

b) dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7;

1. Processo TC-043.503/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gustavo Gomes (079.796.016-37).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 1073/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Luana Brito Batista Fernandes.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Reclamação Trabalhista 0001783-47.2015.5.10.0018, que tramitou na 18ª Vara do Trabalho de Brasília e determinou à Caixa Econômica Federal que procedesse à nomeação da interessada, que se submeteu ao certame público regido pelo Edital 001/2014-NM;

Considerando que a validade do certame regido pelo Edital 001/2014-NM expirou em 16/6/2016 e que a admissão da interessada ocorreu em 8/2/2018;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Reclamação Trabalhista 0001783-47.2015.5.10.0018 já transitou em julgado em 18/12/2017;

Considerando que o princípio da independência das instâncias possibilita que o TCU decida de forma autônoma sobre as questões que lhes são afetas, sem a necessária vinculação a eventuais manifestações judiciais;

Considerando que a decisão judicial assecuratória da contratação tida por irregular pelo TCU não lhe subtrai a competência constitucional de apreciar a legalidade do ato e nem vincula a decisão desta Corte de Contas no que concerne ao mérito do ato;

Considerando que, embora no caso concreto dos autos o TCU não possa expedir determinação à Caixa Econômica Federal, cabe a esta Corte de Contas, no âmbito de sua competência constitucional, pronunciar-se quanto ao mérito da admissão, de acordo com a jurisprudência prevalecente acerca do assunto em debate;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Entidade ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essa contratação;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Luana Brito Batista Fernandes (009.861.411-86), negando o respectivo registro;

b) dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7;

1. Processo TC-043.527/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Luana Brito Batista Fernandes (009.861.411-86).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1074/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de pensão civil emitidos pela Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB.

Considerando que, na concessão instituída pela Sra. Sonia Maria de Almeida Gomes Mendes, a Sefip identificou, como irregularidade, a contagem ponderada de tempo insalubre na aposentadoria da instituidora, sem amparo legal;

Considerando que o ato mencionado (Sisac 10163050-05-2015-000006-1) foi disponibilizado ao TCU em 7/3/2016, portanto, há mais de 5 anos;

Considerando que, nessa situação, incide a tese consignada a partir do julgamento do Recurso Extraordinário 636.553/RS, no qual:

O Supremo Tribunal Federal definiu que a fixação do prazo de cinco anos se afigura razoável para que as cortes de contas procedam à análise da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, após o qual estes serão considerados definitivamente registrados.

Trata-se de prazo ininterrupto, a ser computado a partir da chegada do processo à respectiva corte de contas - ou, como definido pelo Ministro Roberto Barroso durante o julgamento, um verdadeiro período de "cinco anos tout court".

Passado esse prazo sem finalização do processo, o ato restará automaticamente estabilizado. Abre-se, a partir daí, a possibilidade de sua revisão, nos termos do art. 54 da Lei 9.873/1999.

Considerando os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de considerar tacitamente registrado o ato de pensão civil instituído pela ex-servidora Sonia Maria de Almeida Gomes Mendes, com a subsequente proposta de revisão de ofício deste registro, e legais, as demais concessões constantes dos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar legais e conceder registro aos atos de concessão de pensão civil instituídos por Guilherme de Novaes Fernandes (069.865.284-34) e Edmilson Fernandes de Oliveira (162.005.864-20);

b) considerando o que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553, consignar, na base de dados dos sistemas Sisac e e-Pessoal, a anotação de registro tácito do ato de concessão de pensão civil instituído por Sônia Maria de Almeida Gomes Mendes (Sisac 10163050-05-2015-000006-1);

c) remeter os autos à Sefip para que seja iniciada, em autos apartados, a revisão de ofício do registro tácito consignado na alínea "b" supra, sem prejuízo de, nos termos da Questão de Ordem 2/2006, suscitada pela Presidência na sessão de 16/8/2006 (Ata 33/2006-Plenário), encaminhar os autos à Seses, para o sorteio de novo relator;

d) disponibilizar cópia desta deliberação à Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB.

1. Processo TC-013.704/2020-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Joselito Mendes de Oliveira (549.444.307-87); Josinete Soares de Novaes Fernandes (651.500.824-49); Severina Jose da Silva (467.969.404-15).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1075/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de pensão civil emitido pelo Tribunal de Contas da União e instituído pelo ex-servidor Israel Albino em favor da Sra. Maria Dalva Pessoa Albino.

Considerando que, no cálculo da pensão em epígrafe que se fundamenta na EC 103/2019, foram incluídas, de forma concomitante, as parcelas referentes a incorporação de quintos e opção;

Considerando que, atualmente, a jurisprudência desta Corte de Contas é uníssona no sentido de não ser possível o pagamento conjunto dessas duas vantagens, a exemplo do Acórdão 8.731/2020-TCU-1ª Câmara:

"Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (vantagem 'opção', art. 2º da Lei 8.911/1994), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990."

Considerando que o ato de aposentadoria emitido em favor do instituidor e o ato de pensão civil por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na aposentadoria, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão civil;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Israel Albino (025.763.414-20) em favor de Maria Dalva Pessoa Albino (285.450.284-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal de Contas da União, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-041.203/2021-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Dalva Pessoa Albino (285.450.284-15).

1.2. Órgão: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal de Contas da União, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de pensão civil livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1076/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de pensão civil emitido pela Câmara dos Deputados e instituído pelo ex-servidor Antonio Carlos Roque da Silva em favor da Sra. Clea de Cerqueira Cezar Roque da Silva.

Considerando que, no cálculo da pensão em epígrafe foram incluídas, de forma concomitante, as parcelas referentes a incorporação de quintos e opção;

Considerando que, atualmente, a jurisprudência desta Corte de Contas é uníssona no sentido de não ser possível o pagamento conjunto dessas duas vantagens, a exemplo do Acórdão 8.731/2020-TCU-1ª Câmara:

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão (vantagem 'opção', art. 2º da Lei 8.911/1994), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Considerando que o ato de aposentadoria emitido em favor do instituidor e o ato de pensão civil por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na aposentadoria, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão civil;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Câmara dos Deputados ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Antonio Carlos Roque da Silva (000.080.101-10) em favor de Clea de Cerqueira Cezar Roque da Silva (001.483.181-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-041.205/2021-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Clea de Cerqueira Cezar Roque da Silva (001.483.181-34).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de pensão civil livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1077/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo;

b) informar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto a pensão militar instituída por Wilton Inácio da Costa em favor de Francisca Maria dos Santos: a) o valor da pensão militar percebida pela Sra. Francisca Maria dos Santos; b) a data de início da pensão por morte no regime próprio; e c) o parentesco entre o instituidor e a beneficiária; e

c) diligenciar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acerca da revisão prevista no art. 21 da Lei 8.742/1993, com vistas a esclarecer, no prazo de 15 (quinze) dias, se a Sra. Francisca Maria dos Santos deve ou não continuar a receber o amparo social (BPC), uma vez que não mais preencheria as condições de habilitação, pela percepção de pensão militar deixada pelo ex-cônjuge.

1. Processo TC-041.838/2021-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia Rocha Cubas (344.256.161-20); Claudia Lucia Rocha Cubas Briosa (494.840.361-04); Cristina Lucia Rocha Cubas Rolim (564.060.021-72); Debora Sene Sousa Barreto de Andrade (041.424.926-75); Elice Borges Porto (564.038.791-20); Elizabete Lucia Rocha Cubas Ximenes (693.367.681-15); Francisca Maria dos Santos (279.311.701-30); Jurema Cavalheiro (000.415.046-58); Marivalda dos Santos Karwowski (181.575.481-87); Marluce Pereira de Andrade (606.127.387-87); Romilda Rosa Ferreira (371.604.431-87).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1078/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Francisco Romário Wojcicki (209.741.240-87) e Marcio Pereira Zimmermann (262.465.030-04), dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia (SE/MME); e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.357/2014-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Altino Ventura Filho (002.089.224-15); Carlos Nogueira da Costa Junior (119.276.073-53); Francisco Romário Wojcicki (209.741.240-87); Ildo Wilson Grüdtner (375.801.169-87); João José de Nora Souto (110.906.345-87); Marcio Pereira Zimmermann (262.465.030-04); Marco Antonio Martins Almeida (221.163.621-72); Marise Grinstein (729.950.097-34); Moacir Carlos Bertol (171.720.479-15); Paulo Emilio Teixeira Barbosa (059.804.881-20); Robésio Maciel de Sena (264.976.386-87); Telton Elber Correa (299.274.390-91); Weibson Gustavo de Souza Gomes (036.284.294-98).

1.2. Órgão: Secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1079/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação a João Guilherme Rodrigues Begot (254.430.202-00), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 2.233/2018-TCU-1ª Câmara (peça 399); e

b) encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável.

1. Processo TC-046.390/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Apensos: 035.415/2020-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.422/2020-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.417/2020-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.409/2020-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.408/2020-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.428/2020-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.418/2020-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.425/2020-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.406/2020-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.413/2020-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.412/2020-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.405/2020-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.404/2020-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.424/2020-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Armando Barroso da Costa Júnior (612.977.042-15); Bruno Henrique Garcia Lima (713.461.632-00); Darlindo Maria Pereira Veloso Filho (171.672.482-15); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); Eliezer Mouta Tavares (165.457.532-15); Erickson Alexandre Rodrigues Barbosa (098.675.382-34); Fundação de Apoio e Educação Tecnologia, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológi (09.021.003/0001-86); Geovane Nobre Lamarão (142.362.732-68); Joao Luiz Costa de Oliveira (440.924.742-53); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); João Guilherme Rodrigues Begot (254.430.202-00); Márcio Benício de Sá Ribeiro (426.376.862-00); Otávio Fernandes Lima da Rocha (237.799.852-68); Rui Alves Chaves (595.627.652-53); Sônia de Fátima Rodrigues Santos (185.645.202-65).

1.3. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1080/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de peça denominada "recurso de reconsideração" (peças 126 e 127) apresentada pelo Governo do Estado do Amapá em face do Acórdão 17.219/2021-TCU-1ª Câmara (peça 101).

Considerando que, por meio do Acórdão 17.219/2021-TCU-1ª Câmara, este Tribunal concedeu ao peticionário novo e improrrogável prazo de quinze dias para que comprovasse o recolhimento do débito apurado nos autos;

Considerando que não há que se falar em cabimento de recurso em face de decisão que não julga o mérito das contas e apenas fixa prazo para recolhimento de recursos, nos termos do art. 23, §§ 1º e 2°, da Resolução-TCU 36/1995;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", 201, § 1º, 279 e 285 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) receber o expediente como mera petição e negar seguimento, em razão do não cabimento de recurso de reconsideração em face de decisão que fixa novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito;

b) receber as peças 126 e 127 como elementos complementares de defesa; e

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-004.521/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Bruno Manoel Rezende (045.275.746-04); Governo do Estado do Amapá (00.394.577/0001-25); Laura Salime Hage de Souza (432.235.322-34); Odival Monterrozo Leite (072.960.532-91); Sergio Roberto Rodrigues de La Rocque (091.877.902-20).

1.2. Recorrente: Governo do Estado do Amapá (00.394.577/0001-25).

1.3. Entidade: Governo do Estado do Amapá.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Davi Machado Evangelista (OAB/DF 18.081).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1081/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis.

1. Processo TC-010.255/2019-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antonio Araujo de Souza (183.854.435-68); Joao Ricardo de Jesus Brito (902.247.875-00); Nunes Engenharia Ltda (07.492.799/0001-20).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Ourolândia/BA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Diego Santana de Carvalho (OAB/BA 49.835), Nixon Duarte Muniz Ferreira Filho (OAB/BA 32.046), Marcos Evangelista Gomes Lima (OAB/BA 38.718) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1082/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de parcelamento excepcional de dívida em 72 parcelas, formulado pelo Sr. Maurício Bohlke Raupp.

Considerando que não foi constituído processo de cobrança executiva em desfavor do peticionante, de forma que não há remessa ao órgão responsável pela execução do título extrajudicial;

Considerando o manifesto interesse do responsável em realizar o pagamento, de modo parcelado, do débito a ele imputado;

Considerando que o responsável já efetuou o recolhimento de 3 parcelas;

Considerando, por fim, que há precedentes nesta Corte de Contas no sentido de autorizar o pagamento da dívida em quantidade de prestações superior ao fixado no Regimento Interno do TCU, a exemplo dos Acórdãos 4.611/2021-2ª Câmara, 1.885/2019-Plenário e 10.305/2018-1ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) autorizar o parcelamento do débito apurado, conforme tabela constante da instrução de peça 85, item 9.a, com o devido desconto dos valores já recolhidos, em 72 (setenta e duas) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas da atualização monetária devida; e

b) fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de correção monetária sobre o valor de cada parcela;

c) alertar o responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor; e

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

1. Processo TC-033.910/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Genericos Pharma Eireli (02.955.273/0004-68); Joao Claudio Sanhudo Marques (138.665.160-53); Mauricio Bohlke Raupp (708.742.390-87).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Francisco Carlos Vogth (OAB/RS 31.436) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1083/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os itens 9, 9.1, 9.2.1 e 9.3 do Acórdão 4.762/2021-TCU-1ª Câmara (peça 46), prolatado na Sessão de 23/3/2021 - Telepresencial, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade de (...)";

"9.1 julgar irregulares as contas dos responsáveis Antônio de Sousa Pereira (CPF 208.597.672-72) e Rio Negro Construção Ltda. - ME (CNPJ 05.476.018/0001-88), (...)";

"9.2.1. Antônio de Sousa Pereira (CPF 208.597.672-72) e Rio Negro Construção Ltda. - ME (CNPJ 05.476.018/0001-88), solidariamente:";

"9.3. (...) e Rio Negro Construção Ltda. - ME (CNPJ 05.476.018/0001-88), (...)";

Leia-se:

"9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa em desfavor de (...)"

"9.1 julgar irregulares as contas dos responsáveis Antônio de Sousa Pereira (CPF 208.597.672-72) e Rio Negro Construções Ltda. - ME (CNPJ 05.476.018/0001-88), (...)";

"9.2.1. Antônio de Sousa Pereira (CPF 208.597.672-72) e Rio Negro Construções Ltda. - ME (CNPJ 05.476.018/0001-88), solidariamente:";

"9.3. (...) e Rio Negro Construções Ltda. - ME (CNPJ 05.476.018/0001-88), (...)";

1. Processo TC-034.991/2018-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio de Sousa Pereira (208.597.672-72); Rio Negro Construções Ltda (05.476.018/0001-88).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Porto Grande/AP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1084/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 6.282/2021-TCU-1ª Câmara (peça 3), com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.12;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro; e

c) apensar o presente processo ao TC 021.455/2016-3, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-014.347/2021-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Comitê Paraolímpico Brasileiro (00.700.114/0001-44).

1.2. Entidade: Comitê Paraolímpico Brasileiro.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1085/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso I e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) expedir as determinações constantes do item 1.6;

c) alterar a classificação de restrição de acesso às peças 28 e 29 para público, com fundamento no art. 4º da Resolução-TCU 294/2018;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante, ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e ao Ministério da Infraestrutura; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-006.766/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Governo do Estado de Goiás.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), vinculado ao Ministério da Infraestrutura, com fundamento no art. 4º da Resolução-TCU 315, de 2020, que, no prazo de 90 (noventa) dias:

1.6.1. atue junto ao agente bancário arrecadador das multas de trânsito do Detran/GO para que ele corrija a identificação do CNPJ do contribuinte da GRU referente aos repasses para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), identificado indevidamente com o CNPJ da instituição bancária, quando deveria ter sido utilizado o CNPJ do Detran/GO, contrariando o disposto no art. 6º da Portaria-Denatran 95/2015 e no art. 5º do Decreto 2.613/1998;

1.6.2. proceda à conciliação dos valores referentes ao Funset, cotejando o valor que deveria ser repassado pelo Detran/GO ao fundo, apurado com base em relatórios dos sistemas Renainf e FunsetNet, com os valores efetivamente repassados constantes dos registros do Siafi, a partir de março/2016, com vistas à identificação de eventual omissão no repasse obrigatório ao fundo, conforme dispõe o parágrafo único do art. 10 da Resolução-Contran 637/2016 e os art. 12 e 17, da Portaria-Denatran 95/2015;

1.6.3. promova, se caracterizada a omissão no repasse dos referidos valores nos termos do subitem anterior, e esgotados os procedimentos de cobrança administrativa previstos no art. 17 da Portaria-Denatran 95/2015, a instauração do processo de tomada de contas especial para a apuração dos fatos, quantificação do débito e identificação dos responsáveis, conforme determina o art. 8º da Lei 8.443/1992 e o item 9.2 do Acórdão 5.778/2015-TCU-1ª Câmara; e

1.6.4. apresente ao TCU o resultado da conciliação dos valores devidos pelo Detran/GO ao Funset com os efetivamente repassados, e, se for o caso, informe acerca do processo de tomada de contas especial instaurado para apuração de responsabilidades;

1.7. Esclarecer ao Denatran que o descumprimento das determinações constantes do item anterior poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 aos responsáveis pelo descumprimento.

ACÓRDÃO Nº 1086/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade;

b) comunicar os fatos relatados à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, com cópia ao respectivo órgão de controle interno, para adoção das providências que entender cabíveis, encaminhando-lhes cópia da representação (peça 1), da instrução da unidade técnica (peça 5) e desta deliberação;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

d) apensar os autos ao TC 028.317/2016-5, nos termos dos arts. 36 e 40, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-026.235/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1087/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para considerar prejudicada a continuidade do exame por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa da materialidade de seu objeto;

b) comunicar os fatos ao Departamento Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde (Denasus) para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para a Controladoria-Geral da União (CGU), sem prejuízo de encaminhar-lhes cópia da representação (peça 1);

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Denasus, à CGU e ao representante; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-044.627/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1088/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Moises Rabelo Feitosa emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação do empregado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão de Moises Rabelo Feitosa;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-039.899/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Moises Rabelo Feitosa (647.249.992-68)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 1089/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo, relativo ao ato de admissão de Fabiana Toledo de Aguiar Melo emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação de empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar ilegal a admissão de Fabiana Toledo de Aguiar Melo, negando registro ao ato correspondente, expedir as determinações contidas no item 1.7 e dar conhecimento desta decisão à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-039.916/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Fabiana Toledo de Aguiar Melo (782.221.766-68)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 1090/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.898/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aristides Meireles da Costa Neto (631.144.450-04).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1091/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.425/2021-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Elisabete Libonati dos Santos (345.919.587-87); Maria do Socorro Onofre Colares (258.854.483-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1092/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.213/2021-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Gelson Rodrigues Palacio Real (730.268.757-91); Jose Paulo Beleza Serpa (076.961.750-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1093/2022 - TCU - 1ª Câmara

Vista e relacionada esta tomada de contas especial, instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Cultura e o Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d" do RITCU c/c o enunciado da Súmula TCU 145, ACORDAM em promover o apostilamento dos itens 9 e 9.2 do Acórdão 16.658/2021- 1ª Câmara, conforme os pareceres emitidos nos autos.

Item 9 do Acórdão 16.658/2021- 1ª Câmara:

Onde se lê: "9. Acórdão: VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do convênio firmado entre o Fundo Nacional de Cultura e o Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, que tinha por objeto a "Concessão de Apoio Financeiro ao Projeto 2º Festival de Música Popular de Ceilândia".

Leia-se: "9. Acórdão: VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio 700445 (Siafi 638052), firmado entre o Fundo Nacional de Cultura e o Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, que tinha por objeto a "Concessão de Apoio Financeiro ao Projeto 2º Festival de Música Popular de Ceilândia".

Item 9.2 do Acórdão 16.658/2021- 1ª Câmara:

Onde se lê: "9.2. julgar irregulares as contas do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e do Aridelson Sebastião de Almeida e condená-los ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional da Cultura da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:"

Leia-se: "9.2. julgar irregulares as contas do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e de Aridelson Sebastião de Almeida e condená-los, solidariamente, ao recolhimento ao cofre do Fundo Nacional da Cultura, da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até a data do pagamento:"

1. Processo TC-029.420/2020-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aridelson Sebastião de Almeida (611.395.721-72); Fausto Pereira da Rocha (714.109.611-68) e Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social (02.560.332/0001-56).

1.2. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1094/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTA e relacionada esta representação, formulada pela Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, contra o pregão eletrônico 15/2021, realizado pelo Centro de Intendência da Marinha em Ladário-MS.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 237, inciso VII, parágrafo único, e 250, I, do RITCU, e no artigo 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, conforme os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM em:

conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto;

encaminhar cópia desta deliberação e da instrução que a suporta à representante e ao Centro de Intendência da Marinha em Ladário-MS;

arquivar os autos.

1. Processo TC-001.043/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Tiago dos Reis Magoga (283.834/OAB-SP).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1095/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-007.617/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Julio Nogueira de Paula (780.075.007-82); Luiz Pericles Gurgel Monteiro (073.340.793-53); Sergio Heinen (230.417.300-49); Wanda Maria Costa Santos (073.626.332-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações: à Sefip, para que proceda ao destaque dos atos emitidos em favor dos interessados abaixo indicados, a fim de que sejam reexaminados, realizando-se, quando for o caso, as diligências especificadas:

1.7.1. Sr. Airton Nogueira Lages (233.409.403-04) - laudo indicando a moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, que acometeu o interessado, conforme exigido no art. 186 da Lei 8.112/1990, e sua legitimidade para a concessão de proventos integrais;

1.7.2. Srs. Luiz Gustavo Pedroza Santana (833.213.814-00) e Regina Celia Silva Pitão (080.424.657-26) - legitimidade do pagamento dos proventos por invalidez, tendo em vista o entendimento jurisprudencial dominante no sentido de que a deficiência visual monocular não é incapacitante;

1.7.3. Sr. Paulo Alexandre Garcia de Souza (573.268.512-04) - concessão de proventos calculados com base na EC 41/2003 (média das remunerações), a despeito da superveniência da EC 70/2012;

1.7.4. Sr. Renato Gioseffi Soares da Cunha (861.724.927-72) - legitimidade da concessão de proventos por invalidez com fundamento em transtorno afetivo bipolar, devendo ser juntado aos autos a respectiva certidão de incapacidade civil ou certidão de interdição em caso de alienação mental;

1.7.5. Sr. Josmario Fernandes dos Santos (225.428.501-78) - apresentação da certidão de incapacidade civil ou certidão de interdição a fim de que se comprove a persistência e a atualidade da alienação mental.

ACÓRDÃO Nº 1096/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 do Acórdão 7.214/2015-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.540/2010-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Demar Crespo Madruga (214.666.450-91); Ivanir Maria Verdi (399.656.600-00); Nilo Cardoso Dora (118.087.050-68); Sergio Pacheco Souto (208.684.480-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda a novo monitoramento do subitem 1.7.1.3 do Acórdão 7.214/2015-1ª Câmara, considerando-se o trânsito em julgado das ações judiciais ajuizadas pelos interessados Ivanir Maria Verdi (399.656.600-00), Demar Crespo Madruga (214.666.450-91), Nilo Cardoso Dora (118.087.050-68) e Sérgio Pacheco Souto (208.684.480-87), verificando, sobretudo, as providências adotadas pelo órgão jurisdicionado nos casos em que houve a reforma das decisões que beneficiaram os referidos interessados.

ACÓRDÃO Nº 1097/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.084/2020-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Grisi Santos (822.470.998-15); Aparecida Sciarini de Souza (158.168.608-01); Arleia Bonafe (064.523.248-37); Dalva Batalha Teixeira Grandini (130.442.608-41); Irani de Fatima Rodrigues Marcelino (254.197.888-02); Iranyr de Pontes Frate (055.310.128-53); Jose Geremias Caetano (636.123.218-20); Julia Pereira da Silva (542.271.357-53); Maria Aparecida Walther (311.633.628-83); Olga Pereira Figueiredo (509.453.668-09); Rosangela Maria Francoso Mendonca de Souza (870.928.088-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1098/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-044.216/2020-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adriana Novais Braga Reginaldo (853.153.386-49); Ana Maria da Rocha (180.400.204-68); Andre Luiz Belem Negromonte dos Santos (105.494.234-00); Beatriz Novais Braga Reginaldo (036.687.340-70); Camille Belem Negromonte (112.300.924-47); Elena Luiza Silveira Daudt (087.115.261-49); Luciene Maria de Lima Silva (194.115.024-15); Maria Helena Araujo (006.350.219-43); Maria Izilda Tamassia Penteado (849.267.248-04); Maria Jose Barbosa da Silva (189.064.434-04); Odete Almeida dos Santos (913.099.997-91); Rosilda Barros dos Santos (179.833.394-53); Terezinha de Fatima Raposo de Carvalho (116.066.302-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda ao destaque do ato de pensão em que figura como instituidor o Sr. Acidone Câmara Portilho (081.370.211-91), procedendo ao sobrestamento da sua análise, conforme determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 1.411/2021-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 1099/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos relativos às contas anuais do Ministério da Defesa (MD), relativo ao exercício de 2019.

Considerando que apesar de o Ministério da Defesa ter apresentado as realizações do exercício de 2019, houve ausência de informações sobre quais objetivos foram priorizados no exercício, bem como de quais foram as metas estabelecidas e indicadores utilizados para avaliar os resultados anuais obtidos;

Considerando que as informações consignadas no relatório de gestão para o item "Resultados e desempenho da gestão" não atendem integralmente ao conteúdo exigido pela DN TCU 178/2019;

Considerando que, por meio do item 9.2 do Acórdão 1.519/2017 - TCU - Plenário, este Tribunal determinou ao Ministério da Defesa que prestasse informações, nas prestações de contas anuais, acerca dos projetos estratégicos de defesa;

Considerando que relativamente ao cumprimento dessa determinação, a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) verificou que o MD prestou informações parciais acerca dos projetos elencados pelo referido ministério como estratégicos;

Considerando que, apesar dessas ausências, no exercício de 2020, a SecexDefesa concluiu produção de conhecimento (TC 038.356/2019-8), na qual foi possível obter dados atualizados sobre os projetos estratégicos de defesa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, considerando os pareceres constantes dos autos e as informações acima dispostas, em:

julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, regulares com ressalva as contas do responsável Sr. Fernando Azevedo e Silva (CPF 449.532.837-91), dando-lhe quitação;

julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, regulares as contas dos Srs. Antônio Carlos Moretti Bermudez (CPF 777.284.838-20), Edson Leal Pujol (CPF 449.595.407-53), Ilques Barbosa Junior (CPF 313.560.527-20), Carlos Augusto Amaral Oliveira (CPF 016.206.488-81), Almir Garnier Santos, (CPF 551.692.017-53), Franselmo Araújo Costa (CPF 607.072.671-53) Manoel Luiz Narvaz Pafiadache (CPF 449.468.567-49), Ademir S.obrinho (CPF 317.029.297-87), Raul Botelho (CPF 869.460.808-15), Laerte de Souza Santos (CPF 497.081.637-91), Claudio Portugal de Viveiros (CPF 504.430.977-04), Carlos de Almeida Baptista Junior (CPF 016.206.548-57), Sergio Nathan Marinho Goldstein (CPF 730.452.507-00), Carlos Minelli de Sá (CPF 009.938.048-02), Jose Eduardo Pereira (CPF 703.346.927-68), Roberto de Medeiros Dantas (CPF 483.922.198-72), Ubiratan Poty (CPF 569.290.567-15), Reginaldo Trindade Lisboa (CPF 449.573.437-72), Marcos Rosas Degaut Pontes (CPF

428.874.611-68), Decílio de Medeiros Sales (CPF 703.353.547-34), Luis Antonio Duizit Brito (CPF 703.351.177-91), Rogério Guedes Soares (CPF 554.988.250-72), Luiz Felipe Linhares Gomes (CPF 499.173.237-91), Jose Hugo Volkmer (CPF 239.764.460-68), Jose Roberto Bastos Fernandes (CPF 374.213.367-53), Ricardo Machado Vieira (CPF 715.501.438-91), Marcelo Azevedo De Andrade (CPF 814.494.885-87), Herval Lacerda Alves (CPF 603.592.345-34), Paulo Humberto Cesar De Oliveira (CPF 499.024.907-00), Augusto Cesar De Carvalho Fonseca (CPF 722.676.821-68), José Rosalvo Leitão de Almeida (CPF 124.783.420-49), Péricles Riograndense Cardim da Silva (CPF 387.692.717-04), Marcelo Francisco Campos (CPF 694.112.047-91), e Valter Citavicius Filho (CPF 758.624.687-49), dando-lhes quitação plena.

1. Processo TC-045.634/2020-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)

1.1. Responsáveis: Ademir Sobrinho (317.029.297-87); Almir Garnier Santos (551.692.017-53); Antonio Carlos Moretti Bermudez (777.284.838-20); Augusto Cesar de Carvalho Fonseca (722.676.821-68); Carlos Augusto Amaral Oliveira (016.206.488-81); Carlos Minelli de Sá (009.938.048-02); Carlos de Almeida Baptista Junior (016.206.548-57); Claudio Portugal de Viveiros (504.430.977-04); Decílio de Medeiros Sales (703.353.547-34); Edson Leal Pujol (449.595.407-53); Fernando Azevedo e Silva (449.532.837-91); Franselmo Araujo Costa (607.072.671-53); Herval Lacerda Alves (603.592.345-34); Ilques Barbosa Junior (313.560.527-20); Jose Eduardo Pereira (703.346.927-68); Jose Hugo Volkmer (239.764.460-68); Jose Roberto Bastos Fernandes (374.213.367-53); José Rosalvo Leitão de Almeida (124.783.420-49); Laerte de Souza Santos (497.081.637-91); Luis Antonio Duizit Brito (703.351.177-91); Luiz Felipe Linhares Gomes (499.173.237-91); Manoel Luiz Narvaz Pafiadache (449.468.567-49); Marcelo Azevedo de Andrade (814.494.885-87); Marcelo Francisco Campos (694.112.047-91); Marcos Rosas Degaut Pontes (428.874.611-68); Paulo Humberto Cesar de Oliveira (499.024.907-00); Pericles Riograndense Cardim da Silva (387.692.717-04); Raul Botelho (869.460.808-15); Reginaldo Trindade Lisboa (449.573.437-72); Ricardo Machado Vieira (715.501.438-91); Roberto de Medeiros Dantas (483.922.198-72); Rogério Guedes Soares (554.988.250-72); Sergio Nathan Marinho Goldstein (730.452.507-00); Ubiratan Poty (569.290.567-15); Valter Citavicius Filho (758.624.687-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, ao Ministério da Defesa das seguintes falhas/impropriedades identificadas no Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2019, de forma a evitar novas ocorrências:

1.7.1.1. ausência de informações sobre objetivos, indicadores e as metas de desempenho definidos para o exercício, bem como dos resultados alcançados no exercício de referência, frente aos objetivos estabelecidos e às prioridades da gestão, em desacordo com o art. 3º, § 1º, alínea "a", da DN TCU 178/2019 e o "Relatório de Gestão - Guia para elaboração na forma de relato integrado", 2ª edição; e

1.7.1.2. ausência de informações sobre os projetos estratégicos de defesa, especificamente quanto ao prazo inicialmente previsto para a execução dos projetos, necessidade de recursos para o exercício, montantes contingenciados no exercício, e quanto dos valores pagos no exercício corresponderam a reajustes, atualizações monetárias e encargos contratuais, em inobservância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão 1.519/2019-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Substituto Weder de Oliveira.

1.7.2. dar ciência deste Acórdão, acompanhado de cópia da instrução à peça 11 e do pronunciamento do titular da SecexDefesa à peça 13, ao Ministério da Defesa e à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa; e

1.7.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1100/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares as contas dos srs. José Mucio Monteiro Filho (050.590.894-87), Ana Lúcia Arraes de Alencar (696.233.334-04), Luiz Henrique Pochyly da Costa (393.150.961-34), Felício Ribas Torres (031.569.366-50), Paulo Roberto Wiechers Martins (301.680.231-72) e Maurício de Albuquerque Wanderley (289.380.031-91), dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 22-25), nos termos abaixo:

1. Processo TC-047.043/2020-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)

1.1. Responsáveis: Ana Lúcia Arraes de Alencar (696.233.334-04); Felício Ribas Torres (031.569.366-50); José Mucio Monteiro Filho (050.590.894-87); Luiz Henrique Pochyly da Costa (393.150.961-34); Maurício de Albuquerque Wanderley (289.380.031-91); e Paulo Roberto Wiechers Martins (301.680.231-72)

1.2. Órgão: Tribunal de Contas da União

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar ao Tribunal de Contas da União (TCU), com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que dê prioridade à implantação e estabilização de conjunto funcional de objetivos estratégicos, indicadores, fórmulas de cálculo, periodicidades e metas que viabilize o informe periódico da posição, dos resultados, da evolução do desempenho e do alcance dos objetivos estratégicos institucionais, bem como a construção de séries históricas do desempenho organizacional, em conformidade com os conceitos do Anexo I à Instrução Normativa TCU 84/2020 e critérios de boa governança do Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, dispensando-se o monitoramento, nos termos do art. 17, § 2º, da Resolução TCU 315/2020;

1.7.2. dar ciência ao TCU, com fundamento nos arts. 2º, inciso II, 9º, inciso I, e 16, caput, da Resolução TCU 315/2020, de que a prestação de contas do exercício de 2019 não apresentou as metas para os indicadores dos objetivos estratégicos e até que ponto a organização alcançou seus objetivos estratégicos no exercício, em desacordo com o art. 4º, § 3º, caput e inciso I, da Decisão Normativa TCU 178/2019 e com as orientações do "Guia para Elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relatório Integrado", estando também em desacordo com as normas atualmente vigentes, nomeadamente, os arts. 3º, incisos II e V, e 7º, inciso VII, alínea "a", da Lei 12.527/2011; arts. 4º, incisos I e II, e 8º, inciso I, alínea "a", da Instrução Normativa TCU 84/2020; art. e 9º, § 3º, da Resolução TCU 320/2020; e

1.7.3. dar ciência do presente acórdão, acompanhado da instrução técnica inserta à peça 22, aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 1101/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992 e 218 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação ao Sr. Alberto Lopes Cantalice (949.404.877-68) e ao espólio da Sra. Maria Glória Ribeiro da Silva no que concerne ao débito que lhes foi imposto pelo subitem 9.2 do Acórdão 2456/2015-1ª Câmara, tendo em vista o recolhimento integral da dívida;

b) expedir quitação ao Sr. Alberto Lopes Cantalice (949.404.877-68), no que concerne à multa que lhe foi aplicada pelo subitem 9.4, da dívida;

d) dar ciência desta deliberação ao Sr. Alberto Lopes Cantalice e ao espólio da Sra. Maria Glória Ribeiro da Silva.

1. Processo TC-008.628/2011-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alberto Lopes Cantalice (949.404.877-68); Maria da Glória Ribeiro da Silva (273.246.057-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Celso Haddad Lopes (116.279/OAB-RJ) e Paulo Henrique Teles Fagundes (72.474/OAB-RJ), representando Alberto Lopes Cantalice.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1102/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara¸ ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.941/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Rômulo Carneiro de Albuquerque Neto (021.352.054-00).

1.2. Entidade: Município de Pitimbu - PB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1103/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação à Sra. Luiza Maria Semkiw de Andrade ante o recolhimento integral da multa individual a ela aplicada pelo item 9.3 do Acórdão 1.763/2017 - 1ª Câmara, sessão de 21/3/2017, Ata nº 8/2017 - 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.475/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 023.700/2017-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas (80.672.561/0001-76); Luiza Maria Semkiw de Andrade (528.918.799-53).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Mauro Augusto Dib Mertens (67.407/OAB-PR) e Bartolomeu Pereira (15.821/OAB-PR), representando Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1104/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em desfavor do Sr. Carmino Antônio de Souza e da Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (ABHH), em razão de omissão no dever de prestar contas do Termo de Concessão de Auxílio Financeiro AUXPE-PAEP 2123/2012, que tinha por objeto a organização do Congresso Brasileiro de Hematologia e Hemoterapia em 2012.

Considerando que os responsáveis apresentaram a prestação de contas quando a TCE se encontrava no âmbito deste Tribunal;

Considerando que os responsáveis não foram citados;

Considerando que a SecexTCE, após examinar a documentação, concluiu que os responsáveis conseguiram comprovar a devida execução financeira do projeto, bem como demonstrar o nexo de causalidade entre a despesa realizada e o recurso aportado;

Considerando que a SecexTCE verificou que o evento foi realizado e atingiu com êxito os seus objetivos;

Considerando que a unidade técnica concluiu que não há débito a ser perseguido e propôs o arquivamento, sem julgamento do mérito, do processo;

Considerando que o MP/TCU manifestou-se de acordo com a proposição;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em arquivar o presente processo, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, com fulcro no art. 7º, inciso I, da Instrução Normativa 71/2012 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-028.380/2020-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (ABHH) (CNPJ 11.422.382/0002-49); Carmino Antônio de Souza, dirigente da ABHH (CPF 723.931.818-49).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Maria Cleusa Guedes (95680/OAB-SP), representando Carmino Antônio de Souza; Antônio Franzé Junior (104127/OAB-SP), representando Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (ABHH).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência deste acórdão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e aos responsáveis;

1.7.2. encerrar o processo, após as comunicações devidas.

ACÓRDÃO Nº 1105/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial, no qual se detectou, após prolação de decisão definitiva, a ocorrência de erro material.

Considerando que erros materiais detectados nas deliberações deste Tribunal podem ser corrigidos de ofício.

Considerando que foi constado erro material consistente na incorreta designação do cofre credor do recolhimento determinado no item 9.1 do Acórdão 5361/2021 - 1ª Câmara, tendo constado a denominação incorreta de Fundação Nacional de Assistência Social no lugar da denominação correta de Fundo Nacional de Assistência Social.

Considerando que, em vista do exposto, a Unidade Técnica propõe seja procedida a correção (peças 122 e 123).

Considerando que o MP/TCU concorda seja procedida a referida correção, com a retificação da referida denominação (peça 124).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

a) proceder à correção de erro material detectado no item 9.1 do Acórdão nº 5361/2021-1ª Câmara, de forma que:

a.1.) onde se lê:

"9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Luís Gonzaga Barros (CPF 557.250.153-00), ex-Prefeito Municipal de São Bento - MA, gestão 2005-2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-se o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:";

a.2.) leia-se:

"9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Luís Gonzaga Barros (CPF 557.250.153-00), exPrefeito Municipal de São Bento - MA, gestão 2005-2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-se o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:".

1. Processo TC-034.918/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luis Gonzaga Barros (557.250.153-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Bento - MA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Sâmara Santos Noleto (12996/OAB-MA), representando Luis Gonzaga Barros.

ACÓRDÃO Nº 1106/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do RITCU c/c o art. 103, § 1º, e 105 da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos, dando-se ciência desta deliberação ao representante e arquivando-se o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.769/2021-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe - BA.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 30 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e a ser homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 23 de fevereiro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 692, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Prorroga o prazo previsto no art. 40 da Resolução Cofen nº 677/2021, que estabelece normas e padrões para a fabricação, expedição, utilização e controle das carteiras de identidade profissional, certificado de registro de empresas e certificado digital do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a competência do Cofen descrita no art. 8º, inciso IX, e art. 15, inciso XII, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, incisos X e XI, e no art. 23, inciso XIV, ambos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar resoluções e deliberar sobre pareceres e instruções para uniformidade de procedimentos para o regular funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Memorando nº 050/2022/SIRC/DGEP/COFEN, de 10 de fevereiro de 2022, em que consta a informação de que o prazo previsto no art. 40 da Resolução Cofen nº 677/2021, alterado pela Resolução Cofen nº 680/2021, se tornou insuficiente, uma vez que o cronograma de execução do serviço de fabricação, expedição, utilização e controle das carteiras de identidade profissional, certificado de registro de empresas e certificado digital suplantará o prazo fixado pela Resolução Cofen nº 680/2021;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Cofen nº 913/2020 e a decisão do Plenário do Cofen por ocasião da sua 538ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º Prorrogar, para o dia 2 de maio de 2022, o prazo previsto no art. 40 da Resolução Cofen nº 677, de 18 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 161, no dia 25 de agosto de 2021, Seção 1, página 259.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 720, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o registro, nos Conselhos Regionais de Farmácia, de clínicas e de consultórios farmacêuticos, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro 1960;

Considerando que o CFF, no âmbito de sua área específica de atuação e, como entidade de profissão regulamentada, exerce atividade típica de Estado, nos termos do artigo 5º, inciso XIII; artigo 21, inciso XXIV e artigo 22, inciso XVI, todos da Constituição Federal;

Considerando a Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.098, de 19 de setembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Considerando a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências, e suas alterações estabelecem o tratamento diferenciado e simplificado para Micro e Pequenas Empresas;

Considerando a Lei Federal nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, a qual conceitua assistência farmacêutica como o conjunto de ações e de serviços que visem a assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional;

Considerando o Decreto Federal nº 85.878/81, que estabelece normas para execução da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências;

Considerando a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

Considerando a RDC da Anvisa nº 51, de 6 de outubro de 2011, que dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), e dá outras providências;

Considerando a RDC da Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;

Considerando a RDC da Anvisa nº 15, de 15 de março de 2012, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde, e dá outras providências;

Considerando a RDC da Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, e dá outras providências;

Considerando a Portaria SVS/MS n° 971, de 3 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde e suas alterações;

Considerando a Portaria GM/MS nº 78, de 18 de janeiro de 2021, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre as diretrizes para a comunicação externa dos casos de violência contra a mulher às autoridades policiais, no âmbito da Lei Federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003;

Considerando a Portaria GM/MS nº 264, de 17 de fevereiro de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional;

Considerando o enquadramento dos serviços e do consultório farmacêutico pelo Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob o nº 8650-0/99;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 50, de 9 de fevereiro de 2022 (DOU 11/02/2022, Seção 1, página 165), que institui os modelos de informação, registro de prescrição de medicamento e registro de dispensação de medicamentos;

Considerando a Resolução/CFF nº 638, de 24 de março de 2017 (DOU 06/04/2017, Seção 1, páginas 67/70), que dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento, a baixa e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, além de outras providências, resolve:

Art. 1º - Estabelecer os requisitos para o registro, nos Conselhos Regionais de Farmácia, de clínicas e de consultórios farmacêuticos.

Parágrafo único - O consultório farmacêutico pode funcionar de modo autônomo ou nas dependências de estabelecimentos de saúde ou de unidade de prestação de serviços de saúde, no âmbito público, privado, civil ou militar, nos termos das Leis Federais nº 3.820/60 e nº 6.839/80.

Art. 2º - Para fins desta resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Consultório farmacêutico: local/ambiente no qual o farmacêutico promove a assistência farmacêutica e demais atividades privativas e afins da profissão;

II - Consultório farmacêutico autônomo: local/ambiente não vinculado a qualquer outro estabelecimento de saúde;

III - Consulta farmacêutica: atendimento realizado pelo farmacêutico ao paciente, respeitando os princípios éticos e profissionais, com a finalidade de:

a) obtenção de resultados adequados com a farmacoterapia;

b) promoção do uso racional de medicamentos e de outras tecnologias em saúde;

c) promoção, proteção e recuperação da saúde e;

d) prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

Art. 3º - Todo estabelecimento classificado como clínica ou consultório, no qual o farmacêutico é o responsável técnico, deve ser registrado no CRF de sua jurisdição.

§ 1º - Para pessoa jurídica, a Certidão de Regularidade (CR) será emitida mediante apresentação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Contrato Social da empresa, do comprovante de vínculo do farmacêutico com o estabelecimento e do formulário de requerimento de registro exigido pelo CRF.

§ 2º - Para pessoa física (profissional autônomo), a Certidão de Regularidade será emitida mediante preenchimento de formulário de requerimento de registro exigido pelo CRF.

§ 3º - O formulário de requerimento de registro do CRF deve ser preenchido com a descrição das atividades, serviços e procedimentos que serão realizados pelo farmacêutico na clínica ou no consultório.

§ 4º - Tais regras não se aplicam às clínicas que exerçam atividades privativas de outras profissões regulamentadas.

Art. 4º - É facultada a declaração do horário de assistência no consultório farmacêutico, observando-se que a realização de atividades, serviços e procedimentos está condicionada à presença do profissional.

Art. 5º - As clínicas e os consultórios farmacêuticos devem estar registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Art. 6º - A clínica ou o consultório autônomo poderão ser compartilhados por diferentes profissionais e especialidades.

Parágrafo único - Caso o consultório seja compartilhado por mais de um farmacêutico, o CRF poderá expedir uma única Certidão de Regularidade, constando os nomes de todos os profissionais e as atividades exercidas, relacionando-os conforme habilitação específica.

Art. 7º - O farmacêutico somente poderá realizar as atividades, serviços e procedimentos regulamentados pelo Conselho Federal de Farmácia, sob pena de responsabilização ética-disciplinar e demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Farmácia.

Art. 9º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO -PROFISSIONAL CFM Nº 332/2021 (PAe 000332.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000099/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para aplicar-lhe a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 30 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de janeiro de 2022. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; ESTEVAM RIVELLO ALVES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 441/2021 (PAe 000441.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000111/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 11 e 14 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 11 e 14 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de janeiro de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

PROCESSO ÉTICO -PROFISSIONAL CFM Nº 477/2021 (PAe 000477.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.205-162/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Com relação à 1ª apelante/denunciada, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imperícia e imprudência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de janeiro de 2022. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO -PROFISSIONAL CFM Nº 479/2021 (PAe 000479.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.342-299/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de janeiro de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; DOMINGOS SÁVIO MATOS DANTAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO -PROFISSIONAL CFM Nº 489/2021 (PAe 000489.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.966-317/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 65 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 65 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de janeiro de 2022. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO -PROFISSIONAL CFM Nº 492/2021 (PAe 000492.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (PEP nº 000022/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 19 de janeiro de 2022. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Relatora.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2022.
JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO CFESS Nº 990, DE 24 DE FEVEREIRO 2022

Atualiza o Quadro de Valores das Referências Salariais e a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão, constantes da Resolução CFESS nº 510, de 21 de setembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Funcionários do Conselho Federal de Serviço Social, reformulados anualmente.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - Cfess no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe conferem a Lei nº 8.662/93;

Considerando a revogação da Resolução Cfess nº 944, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28 de abril de 2020, Seção 1, que altera o caput do artigo 17 e o Anexo III - Das Referências e Tabelas Salariais da Resolução CFESS 510/2007, pela Resolução Cfess nº 984, de 1º de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 2 de dezembro de 2021, Seção 1;

Considerando o Quadro de Valores das Referências Salariais e a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão, constituídos pela Resolução nº 510, de 21 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 24 de setembro de 2007, Seção 1 e as atualizações posteriores;

Considerando a aprovação da presente resolução ad referendum do Conselho Pleno do Cfess, resolve:

Art. 1º Atualizar o Quadro de Valores das Referências Salariais e a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão, constantes da Resolução 510/2007, na porcentagem de 7,59% (sete vírgula cinquenta e nove por cento), com base no INPC/IBGE, a titulo de reposição salarial, para o período de 1º de maio de 2021 a 30 de abril de 2022, conforme anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º A presente Resolução passa a vigorar a partir de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2021.

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES

ANEXO

Tabela de Valores das Referências Salariais

Referência	Valor (maio/2021)	Referência	Valor (maio/2021)
1	R$ 1.331,13	37	R$ 5.462,88
2	R$ 1.384,35	38	R$ 5.681,42
3	R$ 1.439,77	39	R$ 5.908,65
4	R$ 1.497,38	40	R$ 6.139,41
5	R$ 1.557,24	41	R$ 6.390,82
6	R$ 1.619,53	42	R$ 6.646,43
7	R$ 1.684,32	43	R$ 6.912,29
8	R$ 1.751,65	44	R$ 7.188,79
9	R$ 1.821,77	45	R$ 7.476,39
10	R$ 1.894,61	46	R$ 7.775,46
11	R$ 1.970,39	47	R$ 8.086,41
12	R$ 2.049,20	48	R$ 8.409,88
13	R$ 2.131,16	49	R$ 8.746,23
14	R$ 2.216,43	50	R$ 9.096,09
15	R$ 2.305,08	51	R$ 9.459,97
16	R$ 2.397,33	52	R$ 9.838,33
17	R$ 2.493,14	53	R$ 10.231,89
18	R$ 2.592,89	54	R$ 10.641,19
19	R$ 2.696,64	55	R$ 11.066,85
20	R$ 2.804,53	56	R$ 11.509,49
21	R$ 2.916,67	57	R$ 11.969,90
22	R$ 3.033,36	58	R$ 12.448,65
23	R$ 3.154,70	59	R$ 12.946,60
24	R$ 3.280,89	60	R$ 13.464,47
25	R$ 3.412,07	61	R$ 14.003,02
26	R$ 3.548,59	62	R$ 14.563,20
27	R$ 3.690,55	63	R$ 15.145,67
28	R$ 3.834,66	64	R$ 15.751,49
29	R$ 3.991,66	65	R$ 16.381,60
30	R$ 4.151,32	66	R$ 17.036,84
31	R$ 4.317,41	67	R$ 17.718,35
32	R$ 4.490,09	68	R$ 18.427,04
33	R$ 4.669,69	69	R$ 19.164,10
34	R$ 4.856,47	70	R$ 19.931,61

35	R$ 5.050,76	71	R$ 20.727,88
36	R$ 5.252,79		

Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão

Código	Nomenclatura	maio/2021
CCG	Coordenador Executivo	12.313,00
CFO	Coordenador Financeiro	12.313,00
CCA	Assessor Especial	12.313,00
CCA	Assessor de Comunicação Social	12.313,00
CCA	Assessor de Tecnologia da Informação	12.313,00
CCA	Assessor de Gestão Documental	12.313,00

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA CRCRJ Nº 341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 560, de 06 de novembro de 2020, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2021, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento), resolve:

Art. 1º - Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de Dotações ao Orçamento do CRCRJ para o exercício financeiro de 2021, de R$ 208.710,78 (duzentos e oito mil, setecentos e dez reais e setenta e oito centavos), constante do Processo Interno 2021/00002.

SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO COREN/CE Nº 28, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede Reajuste de Vencimentos e demais Vantagens aos Servidores e Assessores do COREN/CE, e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ - COREN/CE, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 15, XIV c/c seu Regimento Interno, aprovado através da Decisão COREN/CE n.º 393/2021; CONSIDERANDO o artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; CONSIDERANDO Resolução COFEN n°. 340/2008, anexo II, artigo 44; CONSIDERANDO a Decisão COREN/CE n.º 051/2014 e sua alteração, que aprovou o regulamento do Plano de Cargos e Salários do COREN/CE; CONSIDERANDO a Decisão COREN/CE n.º 393/2021, que aprovou o Regimento Interno do COREN/CE; CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 054/2022; CONSIDERANDO que a análise contábil de impacto financeiro e orçamentário, quanto à concessão de reajuste de vencimentos e demais vantagens, encontra-se relatada e detalhada nos autos do Processo Administrativo n.º 054/2022; CONSIDERANDO que o INPC acumulado do ano de 2021 foi de 10.16% (dez ponto dezesseis por cento); CONSIDERANDO deliberação do Plenário do COREN/CE, em sua 566º Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2022; decide:

Art. 1º - Conceder reajuste dos vencimentos aos servidores e assessores do COREN/CE, no percentual de 10.16% (dez ponto dezesseis por cento), aplicável também sobre o vale-alimentação e auxílio-saúde Parágrafo Único - Os efeitos do reajuste estipulado no caput do presente artigo serão retroativos a data de 01/01/2022, devendo os setores competentes adotarem as providências necessárias a implementação da presente Decisão.

Art. 2º - A presente Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO COREN-DF Nº 65, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

Criar o Cargo Comissionado de Assessor de Gabinete de livre nomeacao e exoneracao no ambito do Coren-DF e da outras providencias.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, Coren-DF, no uso de suas atribuicoes consignadas no Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, II e V, da Constituicao Federal de 1988, que, respectivamente, excepciona a regra da previa aprovacao em concurso publico para a investidura em emprego publico em comissao, de livre nomeacao e exoneracao, e estabelece que parte destes deva ser preenchida por servidores de carreira nos casos, condicoes e percentuais minimos previstos em lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, paragrafo 1, I, II e III, da Constituicao Federal de 1988, que estabelecem, respectivamente, que os padroes de vencimento e demais componentes do sistema remuneratorio devem observar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos;

CONSIDERANDO os principios constitucionais a que se subordina a Administracao Publica em geral, principalmente os da moralidade, impessoalidade e da eficiencia. E, tambem, o principio da proporcionalidade que deve ser observado na criacao do emprego publico de livre nomeacao e exoneracao, guardada a relacao aos cargos efetivos;

CONSIDERANDO a possibilidade do Coren-DF, na qualidade de Conselho Regional de Fiscalizacao Profissional, criar, por meio de Decisao, empregos em comissao;

CONSIDERANDO os artigos 36 a 38 do Regimento Interno do Coren-DF;

CONSIDERANDO que o emprego em comissao, de livre nomeacao e exoneracao, e preenchido com o pressuposto da temporalidade e ocupado por pessoa que desfruta da confianca daquele que nomeia ou propoe a sua nomeacao;

CONSIDERANDO a jurisprudencia do TST no sentido de ser indevido o pagamento de aviso previo e multa de 40 por cento sobre o FGTS aos ocupantes de empregos em comissao, de livre nomeacao e exoneracao;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Coren-DF n 019/2012 que cria a estrutura organizacional no ambito do Coren-DF, PAD Coren-DF n 120/2015 e PAD n 143/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n 019/2012, PAD Coren-DF n 120/2015, PAD n 214/2017 e PAD n 144/2018 que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Salarios;

CONSIDERANDO Aprovacao da alteracao do Plano de Cargos, Carreiras e Salarios do Coren-DF na 550 Reuniao Ordinaria de Plenaria - ROP, decide:

Art. 1 - Alterar a Estrutura Organizacional, o Organograma Institucional e o Plano de Cargos, Carreiras e Salarios - PCCS do Coren-DF conforme atualizacao do PAD n 143 e 144/2018 da seguinte forma:

Paragrafo Unico - Criacao do Cargo de Assessoria de Gabinete (ASGAB) no ambito do Coren-DF com nivel do Cargo em Comissao DAS V, conforme Tabela Salarial do anexo VII do Plano de Cargos, Carreiras e Salarios;

Art. 2 - O ocupante do referido cargo obedecera as atribuicoes contida na Ficha de Identificacao e Descricao de Cargos conforme estrutura organizacional e anexo I do PCCS, com subordinacao direta ao Chefe de Gabinete;

Art. 3 - A criacao do respectivo cargo dar-se-a mediante esta Decisao devidamente aprovada em Reuniao Plenaria do Coren-DF, Dotacao Orcamentaria e Disponibilidade Financeira;

Art. 4 - Apos a observancia do artigo terceiro, devera ser atualizada a Estrutura Organizacional e o Plano de Cargos, Carreiras e Salarios do Coren-DF;

Art. 5 - Esta Decisao entra em vigor a partir da sua aprovacao e publicacao.

ELISSANDRO NORONHA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

